



.....

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL

*João Pandiá
Calógeras*

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 118

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

- 1 – *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, Luís Edmundo.
- 2 – *Canudos e Outros Temas*, Euclides da Cunha.
Apresentação Cyl Gallindo.
- 3 – *Memórias do Meu Tempo*, Pereira da Silva.
- 4 – *O Ensino Público no Brasil*, A. de Almeida
Oliveira. Prefácio Professor David Gueiros.
- 5 – *A Campanha de Canudos*, Aristides A. Milton.
- 6 – *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Le-
gislativa do Império do Brasil – 1823 – Vols.
I, II e III.*
- 7 – *O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco.
- 8 – *Missão Rondon*. Apontamentos de autoria de
Cândido Mariano de Silva Rondon.
- 9 – *Ensaio e Estudos*, Capistrano de Abreu.
- 10 – *Luiz Carlos Prestes, o Constituinte, o Senador
(1946 – 1948)*. Organizador: Sérgio Braga.
- 11 – *A Ilusão Americana*, Eduardo Prado.
- 12 – *Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de
1821*, Gomes de Carvalho.
- 13 – *Dois Anos no Brasil*, F. Biard.
- 14 – *Balmaceda*, Joaquim Nabuco.
- 15 – *Conselhos aos Governantes* (reimpressão).
Autores diversos.
- 16 – *Narrativa de Serviços no Libertar-se o Brasil
da Dominação Portuguesa*, Lorde Cochrane.
- 17 – *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, Alfred
Russel Wallace.
- 18 – *A Independência e o Império do Brasil*, A. J. de
Melo Moraes.
- 19 – *História do Império*, Tobias Monteiro.
- 20 – *História da Independência do Brasil*, Francisco
Adolfo Varnhagen (Visconde de Porto Seguro).
- 21 – *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta
de 1893*, Joaquim Nabuco.
- 22 – *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto
Central do Brasil – Relatório Cruls*, Luís Cruls.
- 23 – *História da Cidade de São Paulo*, Afonso de
E. Taunay.
- 24 – *Na Capitania de São Vicente*, Washington Luís.
- 25 – *História da Capitania de São Vicente*, Pedro
Taques de Almeida Pais Leme.
- 26 – *O Ocaso do Império*, Oliveira Viana.
- 27 – *Populações Meridionais do Brasil*, Oliveira Viana.
- 28 – *Jornal de Timon*, João Francisco de Lisboa.
- 29 – *Notas para a História do Ceará*, Guilherme
Studart.
- 30 – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*,
Antônio Ladislau Monteiro Baena.
- 31 – *Fundação de Belém do Pará*, Ribeiro do Amaral.
- 32 – *Os Muckers – Episódio Histórico Extraído da
Vida Contemporânea nas Colônias Alemãs no
Rio Grande do Sul*, Padre Ambrósio Schupp.

- 33 – *Diário da Minha Viagem para Filadélfia*, Hipólito da Costa Pereira.
- 34 – *História Econômica do Brasil*, Roberto C. Simonsen.
- 35 – *Amapá, a Terra onde o Brasil Começa*, José Sarney e Pedro Costa.
- 36 – *Dom Pedro e Dom Miguel – A Querela da Sucessão*, Oliveira Lima.
- 37 – *O Velho Senado*, Machado de Assis.
- 38 – *Código Filipino*. Vols. I, II, III, IV.
- 39 – *A Abolição*, Osório Duque Estrada.
- 40 – *O Presidente Campos Sales na Europa*, Tobias Monteiro.
- 41 – *Memórias da Rua do Ouvidor*, Joaquim Manuel de Macedo.
- 42 – *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, Joaquim Manuel de Macedo.
- 43 – *O Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau*, Gaspar Barléu.
- 44 – *As Aventuras de Nhô-Quim e Zé Caipora*, Ângelo Agostini.
- 45 – *A Casa de Cunhaú*, Luís da Câmara Cascudo.
- 46 – *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil Colônia do séc. XVIII*, Ricardo Fontana.
- 47 – *História dos Símbolos Nacionais*, Milton Luz.
- 48 – *História do Positivismo no Brasil*, Ivan Monteiro de Barros Lins.
- 49 – *A Amazônia na Era Pombalina*, Marcos Carneiro de Mendonça. Tomos I, II e III.
- 50 – *Inventário de Documentos Históricos Brasileiros*, Ivoncísio Meira de Medeiros.
- 51 – *A Verdade como Regra das Ações*, Farias Brito.
- 52 – *O Mundo Interior*, Farias Brito.
- 53 – *A Base Física do Espírito*, Farias Brito.
- 54 – *Inéditos e Dispersos – Notas e Variações sobre Assuntos Diversos*, Farias Brito.
- 55 – *Finalidade do Mundo*, Farias Brito. Vols. I, II e III.
- 56 – *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro – Excertos Históricos*, Genesco de Castro.
- 57 – *500 Anos de História do Brasil*, Olavo Leonel Ferreira.
- 58 – *A Vida de Luiz Viana Filho*, João Justiniano da Fonseca.
- 59 – *Campanha Abolicionista no Recife – Eleições de 1884*, Joaquim Nabuco.
- 60 – *O Meio Circulante no Brasil*, Julius Meili.
- 61 – *Viagem ao Rio Prata e ao Rio Grande do Sul*, Arsene Isabelle.
- 62 – *ABC das Alagoas – Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas*, Francisco Reinaldo Amorim de Barros – Tomos I e II.
- 63 – *Batalha de Caiboaté – Episódio Culminante da Guerra das Missões*, General Ptolomeu de Assis Brasil.



João Pandia Calógeras (◆ Rio de Janeiro – RJ, 1870 – † Petrópolis – RJ, 1934),
Engenheiro, historiador, ministro da Agricultura (governo Venceslau Brás) e da Guerra
(governo Epitácio Pessoa).

.....

FORMAÇÃO HISTÓRICA
DO BRASIL



Mesa Diretora

Biênio 2009/2010

Senador José Sarney
Presidente

Senador Marconi Perillo
1º Vice-Presidente

Senadora Serys Slhessarenko
2º Vice-Presidente

Senador Heráclito Fortes
1º Secretário

Senador João Vicente Claudino
2º Secretário

Senador Mão Santa
3º Secretário

Senadora Patrícia Saboia
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador César Borges
Senador Cícero Lucena

Senador Adelmir Santana
Senador Gerson Camata

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 118

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL

João Pandiá Calógeras



Brasília – 2009

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 118

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2009

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

Todos os direitos reservados

.....

Calógeras, Pandiá.

Formação histórica do Brasil / João Pandiá Calógeras.

-- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

408 p. (Edições do Senado Federal ; v. 118)

1. Brasil, história. I. Título. II Série.

CDD 981

.....

.....

Sumário

PROÊMIO

pág. 9

Capítulo I

Descobrimento e colonização

pág. 11

Capítulo II

Organização econômica. Valores exportáveis

pág. 29

Capítulo III

Riquezas minerais

pág. 47

Capítulo IV

Rio de Janeiro, capital da monarquia portuguesa

pág. 69

Capítulo V

Independência do Brasil. Seu reconhecimento pela *comitas gentium*

pág. 92

Capítulo VI

Lutas no Rio da Prata. Descontentamento crescente.

Abdicação de D. Pedro I

pág. 111

Capítulo VII

Regências. Sucessão. Levantes. Maioridade de D. Pedro II

pág. 134

Capítulo VIII

Problemas de organização e de trabalho. O tráfico

pág. 157

Capítulo IX

Pacificação progressiva das lutas internas. Problemas platinos.
Equilíbrio dos poderes. Caseros
pág. 177

Capítulo X

O *bill* Aberdeen. Abolição do tráfico. Progresso geral do Brasil
pág. 205

Capítulo XI

Guerra do Uruguai e do Paraguai
pág. 224

Capítulo XII

Evolução partidária. Liberdade dos nascituros. Questão religiosa.
Desafeição pelo Império.
pág. 255

Capítulo XIII

Emancipação e abolição da escravidão. Questão militar.
Desafeição crescente. Queda do Império
pág. 284

Capítulo XIV

Proclamação e consolidação da República
pág. 310

Capítulo XV

Reconstrução
pág. 337

Capítulo XVI

Revivescência de motins político-militares.
Triunfo dos governos civis. Últimas presidências
pág. 357

Bibliografia

pág. 392

Índice onomástico

pág. 395

.....

Proêmio

SOB OS AUSPÍCIOS do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* se fundou, em 1928, a Escola dos Estudos Brasileiros para o fim de melhor divulgar o que havia sido e era a antiga América portuguesa. Tinha especialmente em vista atender ao convite que lhe fora feito para auxiliar as viagens de instrução, as *summer schools*, que estudantes e professores das Universidades norte-americanas costumam realizar anualmente. A inclusão do Brasil na lista dos países visitados seria um serviço a nossa terra, tão ignorada no estrangeiro, e permitiria combater o desconhecimento, quase universal, reinante fora do Brasil quanto a nossa existência e nossas possibilidades.

Em 1929 se realizou a primeira série de lições, originariamente a cargo dos professores Carlos Delgado de Carvalho, Arrojado Lisboa, Carneiro Leão, Afrânio Peixoto, Heloísa Alberto Torres, Melo Leitão e do autor do presente livro. Circunstâncias supervenientes forçaram a mudar tal distribuição em alguns casos. Mas os estudos históricos permaneceram atribuídos ao primitivo incumbido de tal curso.

É a versão brasileira de tais conferências que hoje aparece sob o título de *Formação Histórica do Brasil*.

Inspiraram-nos, para os séculos XIX e XX de nossa terra, o modelo inexcelável dos *Capítulos da História Colonial*, análise que Goldwin escreveu sobre os Estados Unidos, sob a epígrafe bem escolhida “A political outline”.

Rio de Janeiro, setembro de 1930.

.....

Capítulo I

DESCOBRIMENTO E COLONIZAÇÃO

A OPINIÃO geralmente aceita, oficial, é que o Brasil foi descoberto a 22 de abril de 1500, por uma esquadra portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral.

Durante séculos, tal versão foi pacífica, ninguém se opondo à larga fama mundial do descobridor. Já não é esta a situação presente do caso, pela excelente razão de que papéis de arquivos e documentos da época foram encontrados em Lisboa e alhures, dos quais se infere que, antes de Cabral, outros navegantes e exploradores podem ter visitado a América do Sul e o Brasil.

1. O problema do descobrimento – Em consequência do achado, todo o problema tem de ser revisto. Tal posição pode parecer paradoxal e surpreendente: uma afirmação velha de quatrocentos anos a tornar-se duvidosa, pela evidência de livros esquecidos e de fragmentos de manuscritos roídos pelas traças. Para compreender e admitir a possibilidade, entretanto, têm de ser relanceado o meio lusitano, perfunctoriamente, embora, nos séculos XV e XVI.

A surpresa, contudo, não pode ser grande para estudiosos dos primórdios da história americana. Acontecimento análogo ocorreu no Hemisfério Norte: pouco tempo, relativamente, faz que se adquiriu certeza

da viagem de Leif Eriksen a Vinland, cinco séculos antes de Cristóvão Colombo; e, talvez, antes mesmo do viking escandinavo, outros hajam aportado à América Setentrional.

Em seu notável livro sobre os Estados Unidos, Max Farrand evocou ultimamente a tradição vigente nas mais antigas famílias de Terra Nova sobre a viagem de João Caboto, em 1497, vindo a descobrir o que ele já sabia existir pelos dizeres de pescadores de Jersey, provavelmente conhecimentos anteriores à navegação do genovês.

Coisa semelhante aconteceu em Portugal, partindo, porém, de outro quadrante.

Orla continental estreita do litoral Atlântico da península ibérica, Portugal contava menos de milhão e meio de habitantes, largamente ultrapassados por seus vizinhos e rivais de Castela, competidores ainda nas aventuras de navegação. Inglaterra em grau menor, mas França, em larga escala, buscavam descobrir e conquistar novas ilhas e continentes. Pirataria era hábito comum às naus exploradoras de toda espécie e de todas as procedências, das frotas barbarescas preando as galeras de Gênova ou de Veneza ocupadas no comércio de especiarias orientais, através do Egito ou de Istambul, aos corsários franceses a saquearem o ouro de Espanha e os galeões da prata ou os barcos portugueses carregados de pau-brasil.

Potência mais fraca, de todos os pontos de vista, Portugal só tinha um caminho a seguir: esconder sua atividade. Sendo os melhores cosmógrafos e pilotos de todas as nações navegadoras, possuíam meios, e deles usaram, para ostentar, ou antes conseguir, os mais altos resultados e os mais notáveis feitos.

Cometimentos da mais funda ciência de marear, tanto em Portugal como em Espanha, deviam-se a marinheiros lusitanos.

João de Solis, Fernão de Magalhães eram destes, contratados em Sevilha pela Casa de Contratación. Colombo, genovês de nascimento, possuía prática de marinharia exclusivamente portuguesa.

2. *O segredo oficial* – Sabedores conscientes de que não poderiam resistir aos golpes de reinos mais fortes, os soberanos de Aviz haviam adotado em suas peregrinações atlânticas uma política de constante defesa: o segredo.

Não era lícito publicar mapas, portulanos ou relações de viagem. A ser absolutamente imprescindível pôr por escrito qualquer apontamento, isto se fazia de tal modo que nenhum dado fidedigno pudesse ser aproveitado pelo público. A regra invariável fora imposta desde o alvorecer do século XV, quando o infante D. Henrique começou a dirigir soberanamente toda a expansão marítima da marcha do comércio do reino, de seu ninho feudal de Sagres, escola naval de aprendizado, centro de instruções náuticas e de ciência geográfica, promontório onde assentou o facho de energia e de luz que aclarou o Atlântico inteiro.

D. João II foi seu herdeiro intelectual e político, e conformou seu governo às linhas traçadas por seu grande precursor, de 1415 a 1495, durante oitenta anos, portanto, não variavam alvos e métodos. D. Manuel I, seu sucessor imediato, ainda lhes obedeceu aos ditames até a sua morte em 1521. Era, pois, um axioma político de Portugal, invariavelmente seguido por mais de um século.

Os progressos científicos hodiernos permitiram inquirir esses problemas, baseados em face de certo acúmulo de documentos, ainda insuficientes em número e valor para lograrem afirmar uma evidência inconcussa. Prova, a mais, do quanto eram estritamente e impiedosamente seguidas as ordens de el-Rei e do quanto eram severas.

Para exemplificar, podemos apontar a resurreição do antigo sistema fenício posto em prática por Portugal. Esses históricos senhores do mar, em uma das sucessivas talassocracias mediterrâneas, tinham o conhecimento secreto das minas de estanho do Cornwall, donde tiravam e levavam para Tiro seus suprimentos de metal. Para garantirem tal monopólio, afundavam sem dó navios e tripulações estrangeiras encontrados além das Colunas de Hércules, o atual estreito de Gibraltar. Do mesmo modo agiam os portugueses, quanto às naus achadas dentro nos limites fixados pelas bulas papais, fixadoras dos limites das possessões da coroa de Aviz. Era isto o meio de assegurar-lhe as ilhas Atlânticas e o caminho marítimo para a Índia.

Regras terríveis, obedecidas e postas em prática irremissivelmente, permitiram aos portugueses conservar segredo sobre suas descobertas oceânicas.

Tal é a explicação da recusa da D. João II, quando Colombo lhe fez suas propostas, antes de as renovar aos reis de Espanha. Propunha o genovês imortal a travessia direta de Lisboa à Ásia através o Oceano Atlântico. Ora, possuíam os soberanos lusitanos, seus estadistas e seus nautas, conhecimento mais exato das condições geográficas e não ignoravam que de permeio à Europa e à Índia jazia outro trecho continental.

3. *A atitude portuguesa em Tordesilhas* – Por esse motivo, quando, ao regressar, Colombo proclamou sua suposta descoberta de ilhas circunjacentes à China, os portugueses, seu rei à frente, lhe responderam que as terras achadas se locavam dentro dos próprios domínios de Aviz, quais o Papa os havia definido.

Ao Labrador, por 1472-1474, havia provavelmente atingido velho piloto português, João Vaz Corte-Real. Outro, Estêvão Fróis, em carta ao seu monarca alegava uma viagem à América do Sul, por 1498, talvez mesmo anterior a essa data.

O debate de Tordesilhas, sobre a longa divergência quanto ao linde meridiano entre as possessões das duas coroas, assumia importância capital para o príncipe de Aviz: resguardava o mistério dos descobrimentos portugueses.

Finalmente, Duarte Pacheco Pereira, em seu célebre *De situ orbis*, adianta o surpreendente asserto de que estivera no Brasil, em 1498, por ordem de D. Manuel.

Neste caso, e tudo converge para confirmar a veracidade da asseveração, Duarte Pacheco deveria ser considerado o descobridor real do Brasil, passando Pedro Álvares Cabral a possuir o mero título oficial de inventor. Em sua esquadra, em 1500, ia também o primeiro herói, rumo da Índia onde se lhe depararia, ainda, glorioso destino a cumprir.

Por que semelhante silêncio? Por que tal sacrifício de um grande português ao outro? É esse um dos mistérios do problema. Está provavelmente conjugado e se relata com a política do segredo nacional seguida em Lisboa. Excederia ao plano deste ensaio tentar explicá-lo aqui.

A situação do reino, quer política quer social, era de extrema delicadeza. Após a viagem triunfal de Vasco da Gama, em 1497-1499, havia surgido um escambo com a Índia Oriental, quase pacífico a princípio, cheio de peripécias militares logo em seguida. As principais mercadorias

trocadas constavam de especiarias, barganhas por panos de Europa, cobre e quinquilharias.

As cotações da pimenta e do cravo haviam caído na razão de 4 para 1, como conseqüência dos grandes carregamentos trazidos a Lisboa, e daí levados para Antuérpia. Até 1510, ainda valia a pena negociar em tais gêneros. Dessa data em diante, porém, cresceram as dificuldades, e a perspectiva comercial começou a se revelar menos favorável do que se supusera. Ainda assim, Portugal não abandonou sua miragem indiana.

Custou-lhe tal política imensas reservas de energias de toda sorte: tripulações, navios, recursos. Provou inteiramente ruínosa, em prazo breve, desde os primeiros anos do terceiro decênio do século XVI, e de fato levou o país ao expediente de empréstimos, tanto internos como estrangeiros, que fizeram falir prestamistas e devedores.

Por 1530, entretanto, não pareciam as circunstâncias tão desesperadas assim, e a ilusão da Índia Oriental ainda predominava nos planos da atividade portuguesa.

O descobrimento do Brasil acumulou novas e crescentes dificuldades sobre o Real Erário. A terra provava pobre. Nenhum metal de valia. Nem diamantes, nem rubis, nem pérolas. Papagaios, macacos, pau-brasil, escravos poucos e inferiores, por demais acostumados à sua independência para lograrem resistir à perda da liberdade. Em suma, mau negócio.

4. *Porque se conservou a conquista* – E, contudo, não era admissível se abandonasse o Brasil.

Posição flanqueadora do caminho oceânico para a Índia, em torno do cabo da Boa Esperança, poderia valer como proteção e como ponto de refresco das naus da Ásia. Por outro lado, já havia começado, na costa do Pacífico, a revelação das fabulosas riquezas do Peru, após os tesouros saqueados, no México, de seus imperadores, seus nobres e seus templos. Opinava a superstição da época ser o Oriente superior ao Poente: o Brasil, portanto, encerraria maiores divícias ocultas do que a contracosta. O tratado de Tordesilhas, ao dividir a América, lesara Portugal, e este olhava para o futuro, deste esperando um possível arranjo que lhe melhorasse a fronteira divisora: primeiro passo para tal fim, seria estabelecer-se bem e solidamente no litoral oriental.

Lisboa e Madri não se hostilizavam. Laços de família e interesses comuns consolidavam as relações entre as duas cortes, embora na América estivessem divididas e agissem em rumos opostos.

Finalmente, Francisco I de França era adversário de ambas as soberanias ibéricas. Contestava as pretensões de ambas a uma posse comum do mundo exterior à Europa, e declarava nunca ter visto a cláusula do testamento de Adão que concedia tal império exclusivamente a D. Manuel e a Carlos V.

Ademais, o pau-brasil era gênero de valor, embora em escala menor do que os produtos indianos. Corsários franceses costumavam cruzar entre os Açores, Cabo Verde e Portugal, cortando a rota dos barcos que da América do Sul voltavam à metrópole, e apoderavam-se tanto dos lenhos como das guarnições e dos carregamentos. As perdas da Península provenientes de tais capturas eram pesadíssimas, e causavam longas e difíceis controvérsias diplomáticas em Paris, para aí levadas pelas partes prejudicadas. Nada valiam tais esforços. Francisco prometia não conceder cartas de corso, e assim dizia oficialmente; subrepticamente, porém, as concessões tinham lugar, e as presas continuavam como dantes.

Tão longe foram, que por 1530 seria motivo de hesitação responder se o Brasil se tornaria francês ou permaneceria lusitano, tão forte era a pressão exercida pelos primeiros sobre os segundos.

Com o intuito de melhorar a situação e solver vários desses problemas, D. João III enviou algumas caravelas sob comando capaz, com ordens estringentes para afundar os barcos entrelopos estrangeiros. Cristóvão Jacques, almirante da esquadra de combate, destróçou-os; a ele se deve ter, por prazo curto, refreado a atividade ilegal dos contrabandistas. Os meios próprios, porém, de enfrentar a contenda consistiriam em fixar ao longo da costa Atlântica núcleos permanentes de população.

5. *Missão de Martim Afonso de Sousa* – Esta foi a missão que o almirante Martim Afonso de Sousa foi incumbido de realizar em 1530, no Brasil. Com este fidalgo notável, soldado valente e brioso tanto quanto estadista de valor, começa propriamente a história do Brasil.

Enviou seus navios a percorrerem o litoral de norte a sul, com o fito de lhe traçar o mapa. A carta de Viegas, de 1534, resultou desse esforço

geográfico: ainda hoje merece atenção e respeito, como primeira tentativa de esboço de contorno aproximadamente verdadeiro.

Chantou padrões de posse lusitana em lugares vários. Ao norte, o último deles ultrapassava ligeiramente o traço tordesilhano, para o oeste. Ao sul, porém, excedeu-se em muito, e foi tanto para o Ocidente que plantou a divisa a meia-distância entre os sítios onde hoje se encontram Buenos Aires e Santa Fé. Este era o primeiro passo para renovar a discussão fronteiriça.

Entrementes, afundou ou capturou, tripulando-as com seus marinheiros, as naus corsárias francesas. Destruiu uma feitoria inimiga no continente, e construiu outra, em que pôs uma guarnição portuguesa, nas vizinhanças de Pernambuco. Ao sul, junto ao atual porto de Santos, fundou um arraial, S. Vicente, e, já acima das serras próximas no altiplano interior da borda da bacia platina, iniciou outro vilarejo, Piratininga, nascedouro da hoje cidade de S. Paulo.

Essas duas fundações, por um lado Pernambuco, São Vicente-São Paulo por outro, destinavam-se a ser as bases para solver os dois problemas que Portugal tinha de enfrentar. Pernambuco, no centro da zona produtora do pau-brasil, seria cabeça e guia da guerra contra os entrelopos, mormente franceses, e assim teria de decidir se o novo continente caberia à França ou à coroa de Aviz. A S. Vicente-Piratininga ficava devolvida a tarefa de cuidar da contenda lindeira, e de ser o quartel-general dos avanços bisseculares e dos ataques levados rumo do Paraguai, de Potosi e das riquezas do Peru. Tanto, que uma das primeiras ordens emanadas de Martim Afonso foi que se organizasse uma expedição “contra o Inca”, como apelidava ao Peru.

Prova de sua extraordinária previsão, sua obra ainda está de pé e durante séculos se desempenhou da missão que lhe havia sido atribuída.

S. Vicente e S. Paulo, a antiga Piratininga, durante centenas de anos foram os postos avançados donde irradiaram as expedições militares à procura da fronteira sulina, cujo resultado final foi o avanço do linde até o Paraguai e o Uruguai. A longa disputa foi definitivamente solvida em dias nossos, por mútuo acordo entre o Brasil e seus vizinhos; em largo trecho contestado pela República Argentina, deu-nos ganho de causa, em 1895, a sentença arbitral do presidente Grover Cleveland.

Pernambuco, a seu turno, encabeçaria a infindável luta entre franceses e portugueses, de Cabo Frio, perto do Rio de Janeiro, até S. Luís do Maranhão, junto ao Equador. Levou um século a decidir-se a contestação. Em 1615, simultaneamente nos dois extremos do teatro do sangüinolento conflito, o invasor gaulês foi forçado a capitular e a retirar-se para seu país.

Bem serviu aos colonos a severa lição. Foi lembrada e seguida mais tarde, quando Pernambuco e o Nordeste brasileiro foram avassalados pelos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais. Após trinta anos de porfiada guerra, os forasteiros viram-se compelidos a render-se, abater as armas e regressar à Holanda, em 1654.

6. *Utilização da colônia. As capitânicas doadas* – Restavam por descobrir-se os meios e modos de utilizar a colônia econômica e defensivamente.

Pobre em excesso e por demais envolvidas em sua aventura índio-oriental, a metrópole não podia distrair recursos para sua possessão americana. Sua experiência própria, alguns anos antes, nas ilhas dos Açores e na Madeira, tinha-a levado a adaptar um sistema indireto de povoar e administrar seus territórios, através de donatários, com poderes quase soberanos, vassalos régios, e pagando ao monarca parte das taxas e dos réditos colhidos, mas assumindo os encargos totais das doações.

Para o Brasil aplicou-se método análogo. Da Laguna, ao sul, até Pará, ao norte, o litoral foi dividido em extensões de cinqüenta léguas portuguesas. Martim Afonso, pelos seus extraordinários serviços, recebeu em concessão o dobro, ou cem léguas, e seu irmão Pero Lopes de Sousa, que se havia revelado marinheiro hábil sob comando do almirante, obteve oitenta léguas. Os limites dessas capitânicas não podiam ser acidentes naturais do terreno, pois este era desconhecido. Achou-se, como expediente solvedor, a adoção de linhas geográficas, meridianos e paralelos.

Daí surgiram dificuldades de outra natureza. Onde a costa corria de modo geral de norte a sul, a orla marítima corresponderia mais ou menos à largura da doação pelo sertão a dentro. Mas onde o rumo mudasse de N.S. para E.W., a largura real vinha reduzida. Do cabo S. Roque para Maranhão e Pará, o mesmo se reproduzia, em rumo S. E. para N. W., em

ângulo normal ao trecho de S. Roque a Laguna. E aí a mesma consequência se dava com os meridianos, como ocorria no trecho mais a Sul.

A mesma doação nominal aplicava-se, portanto a áreas muito diferentes. Esse era, entretanto, apenas um entre os inconvenientes do sistema, e certamente dos menos importantes. Tudo dependia, de fato, do valor do donatário, de seus recursos, de sua capacidade organizadora e de comando. Deles a maioria falhou lamentavelmente. Após certo tempo, uns vinte anos por 1554, somente se desenhava êxito para três: Pernambuco, S. Vicente e S. Amaro.

O método, contudo, não era essencialmente mau. Tanto que outras nações colonizadoras, a Inglaterra, por exemplo, adaptou suas linhas gerais para suas colônias americanas.

7. Pontos fracos das donatarias – Começou Lisboa a sentir os pontos fracos das capitânicas, a partir do fim do quinto decênio do século XVI. Do Brasil chegavam ao reino cartas ao monarca, implorando socorro contra os índios e contra os franceses. Mande-nos auxílio, dizia a grande massa das queixas, ou toda a empresa perecerá. De Paris, o ponto principal para sentir e conhecer a tensão real das relações entre os dois governos, o embaixador português afinava sua correspondência pelo mesmo diapasão.

Havia acordo geral em achar excessivos os poderes dos donatários. Nada conjugava as diferentes capitânicas. Todos os esforços, em vez de concertados em vista de um alvo comum, eram desconexos e perdiam seu peso e seu valor pela desordem dos rumos. Por último as perspectivas quanto à capacidade dos escolhidos para tais empresas eram de quase fracasso, por sua inaptidão.

Graves dificuldades acresciam derivadas da conduta tumultuária de largas frações do elemento povoador.

À semelhança da Austrália, que no século passado sofreu de ter sido uma colônia penitenciária, o Brasil recebera conjuntamente o refugio de Portugal, assim como colonos de excelente origem e, mesmo, representantes de ramos pós-gênitos da nobreza do reino. A autoridade dos capitães, nominalmente ilimitada, possuía, entretanto, eficiência reduzida, variável de lugar a lugar. Duarte Coelho, por exemplo, em Pernambuco, tinha fama de severo, estrito, obediente à lei, duro no chefiar. De sua donatária fugiam os transgressores da lei e as cabeças esquentadas e inquietas.

Era de absoluta necessidade existir um código comum, administrativo e penal. Uma autoridade superior, forte, próxima, capaz de instantaneamente tornar efetivas suas decisões, tinha de ser criada, além da soberano em Lisboa, distante, teórico e de ação demasiado demorada.

8. *Organização religiosa* – Os laços religiosos, de frouxos, quase haviam desaparecido. Sacerdotes raros, e esses mesmos de vida escandalosa e sem valia moral; áreas imensas, de população disseminada, que era impossível guiar praticamente segundo o pensamento divino, pois as distâncias eram excessivas e os padres escasseavam. Todos esses fatores conduziam à desordem ética, muito pior do que a vida espiritual dos índios primitivos. Além disso, em assuntos eclesiásticos, nada se resolveria *in loco*, e tudo dependeria de deliberações tomadas em Funchal e Lisboa, sede diocesana o primeiro, e igreja metropolitana a outra, do território colonial. Nova diocese teria de ser criada na América do Sul.

Ademais, as massas infiéis tinham de ser chamadas ao grêmio da catolicidade, e uma milícia especial tinha de se formar para pregar e ensinar o Evangelho.

Solver todos esses pontos, vitais todos eles, exigiria algum tempo.

El-Rei, em 1549, expediu novo ato, limitando os poderes dos capitães, e nomeando um governador-geral para o Brasil. A criação de diocese, entretanto, dependia de Roma, que só em 1551 providenciou sobre o caso. Quanto a missionários, foram imediatamente enviados na mesma esquadra que trouxe à colônia o primeiro governador: havia recaído a escolha na congregação nova dos jesuítas, recém-nada do gênio de Ínigo de Loiola.

9. *Colaboração cordial do Poder civil com a Igreja* – Para a terra foi uma bênção serem tanto o governador como o superior da missão homens de excepcional relevo, e que assim mereceriam considerados em qualquer país e em qualquer tempo. Tomé de Sousa e o padre Manuel da Nóbrega tornaram-se os fundadores do Brasil; segundo as diretivas previstas por Martim Afonso de Sousa. Amigos e trabalhando de mãos dadas, a eles deveu a nova colônia seu surto e seu progresso. Sossego, respeito à autoridade, justiça, organização da vida econômica e social, a ambos se deveram.

Durante quase quatro anos permaneceu em seu cargo o primeiro governador. Seu sucessor, Duarte da Costa, não mereceu destaque especial,

antes provou ter sido escolha infeliz. Mas o terceiro desses altos funcionários, Mem de Sá, revelou-se o verdadeiro e digno continuador de Tomé de Sousa, e, como este, amigo de Nóbrega e de seus jesuítas.

Prolongou-se por dezesseis anos seu governo, até 1572; colaborou fortemente com Nóbrega. Assim se pode asseverar que, por mais de vinte anos, foi o Brasil homogeneamente administrado por três estadistas capacíssimos, a serviço do mesmo ideal. De 1549 a 1553, Tomé de Sousa e Nóbrega laboraram juntos; em 1557 Mem de Sá chegou e iniciou sua tarefa de reger a terra de pleno acordo com Nóbrega até 1570, ano da morte do jesuíta. Dois anos depois, o terceiro governador terminava sua carreira terrena.

Um dos problemas mais salientes da colônia era a imensa extensão dela. Ainda assim é hoje em dia. Naqueles tempos remotos, entretanto, obstáculos e dificuldades eram infinitamente maiores, pois faltavam meios de os enfrentar.

Desde o segundo decênio do século XVI se fizera sentir a diversidade das duas missões impostas aos donos do oriente da América do Sul. Do cabo São Roque a Cabo Frio, o pau-brasil era a preocupação dominante da metrópole. De São Vicente para sul, as questões mais importantes ligavam-se à vizinhança dos castelhanos na região platina, ao empuxo subreptício e silencioso do meridiano separador e ao avanço rumo do Peru e de suas riquezas. Nessas condições, dois pontos de vista inteiramente diversos caracterizavam as duas seções da costa.

Bahia, a cidade do Salvador como era chamada, fora escolhida para a sede do governo. Mas estava ao norte, na região do pau-brasil, e os sulistas queixavam-se de ficarem abandonados. Mem de Sá gastou todo seu período de administração viajando ao longo do litoral, a pacificar os conflitos nascentes, acalmar os colonos ofendidos e furiosos, dirimir querelas entre autoridades européias.

Duas queixas principais eram apresentadas pelos habitantes. Quando Mem de Sá ia para o Rio de Janeiro ou São Vicente, os nortistas murmuravam contra a deserção.

Se permanecia na sede de suas funções, e era empenho máximo de seus administrados segurarem-no aí, gritavam os do Sul e o chamavam para que tornasse rumo das capitânicas de São Vicente e do Rio, a fim de

receberem os auxílios e favores que escasseavam quando o governador seguia para norte.

10. *Divisão do governo* – Com o intuito de sossegar descontentamentos e dar a cada seção cuidados constantes e promover seu benefício e suas missões, decidiu Lisboa em 1572 dividir o governo, uma sede na Bahia para tratar das exigências do pau-brasil, outra no Rio de Janeiro para enfrentar a outra série de necessidades e de reclamações.

Como sempre, a divisão da autoridade deu lugar aos inconvenientes costumeiros. Após cinco anos de experiência, foi o sistema abandonado em 1577, e um único governador-geral tornou a chefiar a colônia.

Segunda tentativa se fez em 1608, com o mesmo malogro; durou menos, pois em 1612 a dualidade cessou.

11. *Domínio espanhol* – Em Portugal havia ocorrido grande mudança. Da dinastia nacional de Aviz, falecera o último representante, o Cardeal-Rei D. Henrique, em 1580. Filipe II de Espanha, um dos pretendentes naturais, impôs sua vontade, invadindo o pequeno reino: parte pela força, parte pelo suborno, logrou ser aceito como soberano legítimo.

Nesse caráter, na América do Sul se tornou senhor do continente inteiro, como dono das antigas colônias espanholas, e das portuguesas herdadas agora. Trouxe tal fato conseqüências de importância máxima, na fixação do linde. A princípio, pelo menos nominalmente, Tordesilhas era a regra definidora. Já agora, reinaria certa confusão, pois quer como monarca hispânico, quer como rei lusitano, a totalidade da terra estava sob a soberania de Filipe. Procuraram os colonos aproveitar a situação o mais possível: levaram seus descobrimentos e suas caçadas às peças das Índias cada vez mais para oeste. Em certos casos, mesmo, o governo de Madri concedeu oficialmente largas extensões territoriais a portugueses, sem cuidar de sua situação geográfica quanto ao tratado de 1494.

Todas essas circunstâncias se aproveitaram mais tarde, quando a revolução restauradora de 1640 repôs no trono um novo rei nacional, D. João IV, o primeiro da linhagem de Bragança. Destarte, ininterruptamente, sem pausa, os limites iam sendo recalçados para oeste, ampliando a área territorial do Brasil.

Esse período de sessenta anos de domínio espanhol tornou-se deste modo de importância capital para nossa terra, contribuindo poderosamente para o surto de uma sorte de sentimento nacional.

12. *O elemento local* – A mãe-pátria européia não podia auxiliar sua possessão ultramarina, por estar assoberbada pelas dificuldades da Europa e das Índias Orientais e ser pobre demais para fornecer recursos à América portuguesa: os colonos, portanto, começaram a contar com sua própria atividade e seus próprios meios e possibilidades. Desde os primeiros dias das capitâneas, mesmo antes delas, se bem em escala menor, o cruzamento com os índios havia começado e se tornara prática corrente. Tais uniões eram ilegítimas, a princípio, mas com o tempo se tornaram perfeitamente legais e religiosas, desde as conversões em massa ao catolicismo das tribos originárias; os mestiços oriundos delas ufanavam-se de sua procedência paterna. Tanto mais quanto, ao contrário do que acontecia com os negros africanos, os casamentos mistos com as cunhãs eram nem só permitidos como fortemente preconizados e tidos em alta conta pela lei portuguesa. Esses produtos euroíndios, chamados mamelucos, desempenharam largo papel na conquista do país.

Possuíam a astúcia do índio, o conhecimento dos métodos, da mentalidade e dos costumes de seus ascendentes selvagens, e a isto acrescentavam a imensa superioridade das armas e do apoio dos reinóis. Por seu intermédio, tribos inteiras foram trazidas da selva para os estabelecimentos do litoral e as fábricas rudimentares de açúcar dos portugueses. Quando a ferocidade e a sede de sangue, de rapina e de homicídio dos invasores começaram a dominar nas perseguições atroztes dos brancos contra os peles-vermelhas, então e só então mudou o apelo pacífico dos indígenas ao seio do grêmio imigrado de nível social mais elevado e surgiu um período de crueldade estúpida e recíproca. Mas, na maioria dos casos, por culpa do homem branco.

Desde esse momento, desapareceu a paz e surgiu a fase de violência e de preia. Nesse terreno, tinha de ser solvido o conflito entre as duas raças. O mameluco tomaria o partido do pai branco, contra a parentela da mãe autóctone.

Pouco a pouco, começou a ostentar-se um grupo racial misto: portugueses vindos da Europa, os chamados reinóis; portugueses nascidos no Brasil; meios-sangues, adesos aos genitores brancos; índios pacíficos e

amigos. Por certo, não era essa uma regra invariável; entre os índios aliados, nem sempre se considerava a paz como definitiva, e mais parecia um armistício efêmero do que situação definitiva e conquistada; como tal poderia a qualquer momento, sem pré-aviso, ser rota. Em conjunto, entretanto, com pequenos incidentes, esta feição permaneceu relativamente assegurada, e foi mantida com eficiência em casos freqüentes.

Assim se deu quanto aos invasores franceses, contrabandistas de pau-brasil. Foi esse o primeiro exemplo desse sentimento solidário, que se revelou somente fecunda de uma política de longo alcance. Em outros estudos, chamamos a essas lutas a primeira guerra nacional nossa, apesar do relativo exagero da denominação: um sentir de união, de inimizade comum contra um terceiro, ainda não constitui, é certo, um ideal nacional. Ainda assim, esta guerra do pau-brasil, que durou quase um século (1520-1615), uniu e manteve coesos elementos desconexos e heterogêneos, cuja colaboração esteve sujeita a forças desintegradoras enérgicas, mas a qual pôde resistir de ano para ano mais vitoriosamente. O grupo hostil, franceses e índios de outras tribos, não possuíam a mesma resistência duradoura: os franceses e vinham, e não era elemento permanente como os colonos portugueses. Sua ação e seu influxo eram episódicos, enquanto os dos lusos provavam constante e irremovível.

A sensação de serem mais próximos uns dos outros, do que dos invasores vindos de França, avultou entre os portugueses, gente vermelha e mamelucos. Agüentou a prova de 1625, quando os holandeses da Honrada Companhia das Índias Ocidentais iniciaram seu plano de conquista do Brasil.

13. *Lutas com a Holanda* – Portugal, como parte de Espanha, estava em guerra com Holanda. Tanto nas Índias Ocidentais como nas Orientais, as colônias portuguesas foram atacadas, tomadas e perdidas. Um primeiro assalto batavo, em 1624, resultou na tomada da Bahia; mas foram os vencedores finalmente expulsos daí no ano seguinte. Dois anos depois, a mesma cidade foi novamente atacada, mas a força nórdica reembarcou apenas com produtos da pilhagem. Em 1630, uma grande esquadra entrou em um porto da costa de Pernambuco, e daí atacou as cidades principais da capitania: Olinda e Recife. Durante dois anos, estiveram impossibilitadas de alargar sua conquista, até que lograram obter o auxílio de um trânsfuga,

Domingos Fernandes Calabar. Com a cooperação desse valioso comparsa, ampliaram a área dominada à maior parte da costa dos hoje Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Chegaram mesmo a atravessar o Atlântico e apoderar-se de Luanda na África.

Com seus numerosos conflitos na Europa, Espanha não tinha tropas de reserva para remeter para a colônia americana contra os holandeses. Experimentaram fazê-lo, em 1636, mas foram infelizes. As esquadras de combate espanholas possuíam valor militar inferior ao das flamengas. Assim todo o peso da luta foi devolvido sobre as tropas irregulares de terra, que conseguiram manter seu terreno e nada mais.

14. *A Restauração* – Ocorreu então a restauração portuguesa de 1640. Todas as energias do reino recém-liberto tinham de se empregar na guerra contra Castela. A colônia americana não poderia contar com auxílios quaisquer por parte da metrópole, e teriam de enfrentar, eles próprios, o peso da contenda.

Venceram em toda a linha. Uma expedição naval zarpu do Rio, investiu Luanda e expugnou a guarnição holandesa dos fortes locais, forçando-a a reembarcar para os Países-Baixos. Progressivamente, no Brasil, estavam os batavos sendo repelidos do interior para Olinda e Recife, até que, em 1654, tiveram de se render.

Era este, para Portugal, um aviso sério. Não existia idéia de secessão, mas do fato de haver a colônia feito mais do que a metrópole em um ponto crucial como este, e de haver conseguido, praticamente abandonada pela mãe pátria, vencido a guerra que essa não se animara a empreender, muito podia e devia significar... A própria paz, em seguida à capitulação incondicional do Recife, teria de obedecer aos ditames da colônia muito mais do que as diretivas de Lisboa.

Impavam de orgulho os colonos. Eram eles os vencedores, e haviam provado ser os iguais, senão os superiores, dos portugueses da Europa. A partir dessa fase, começou o Brasil a pesar de mais em mais na política de Portugal. – Na América, nasceu e iniciou seu desenvolvimento um sentimento nacional, a tomar consciência de sua valia.

15. *O vice-reino. As minas* – Um governador-geral já era autoridade insuficiente para reger os destinos da terra. Desde 1640, um vice-rei

foi nomeado para a Bahia, embora a designação oficial do país como vice-reino só tivesse lugar um século mais tarde.

As rendas cresciam lentamente, mas sem cessar. A colônia ia aos poucos pagando seu custeio e tornava-se negócio melhor. Não onerava o Real Erário, e produzia réditos que iam invariavelmente crescendo, provenientes de taxas, arrendamentos, contratos e monopólios régios. Um elemento, contudo, faltava ainda, precisamente aquele que o governo mais ansiosamente esperava. Os metais preciosos.

Parcelas pequenas de ouro haviam já sido encontradas nas capitânicas do Sul, e o rei português D. Pedro II multiplicava esforços e recomendações junto a seus vassallos do Brasil para intensificar as pesquisas. Aos maiores de São Paulo, onde se achavam os mais notáveis exploradores do sertão, convidava para redobrar de esforços na solução do enigma. Em trinta anos (1694-1725), os mais ricos depósitos de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás foram descobertos. Iam subverter a ordem das cousas em Portugal e no Brasil.

Nunca pensara a metrópole receber tal riqueza de sua colônia. Tudo cedia o passo à preocupação dominante: tudo envidar para auxiliar a produção máxima de ouro, incrementando as remessas. Até aí, as exportações do Brasil derivavam da agricultura e da pecuária. Agora, o reino mineral dava a deusa para a produção colonial. Bahia, o antigo centro econômico, arriava a bandeira perante o Rio de Janeiro como fator de riquezas. A fama espalhou-se de tais divíncias, e levou ao porto da Guanabara a cobiça dos piratas e corsários, ansiosos por conquistar a cidade e exigir-lhe pesados resgates.

16. Recuo do meridiano demarcador – Por outro lado, a expansão política da população havia ocorrido. Exploradores, práticos de mineração, caçadores de escravos, tinham enxameado para oeste, além da linha de Tordesilhas, com mui pequena oposição, talvez mesmo nenhuma, por parte de Castela e de seus colonos americanos. Tinham formado núcleos permanentes de moradores, examinado as lavras descobertas e trabalhado, a princípio com lucro notável. Novas populações haviam surgido desse movimento expansionista, e nenhuma possibilidade se ostentava de se conseguir voltar à antiga observância, mais nominal do que efetiva, da fronteira convencionada em 1494. Entre as duas cortes ibéricas, um entendimento

fora alcançado substituindo o antigo conceito fronteiro por uma regra nova: abandonar os antigos tratados delimitando os territórios por linhas astronômicas, e fixar a legalidade do domínio pela noção da posse efetiva e contínua.

Não ocorria tal conflito ao norte, pois a Espanha pouco se preocupava com o vale amazonense, e, por isto, caiu esse no domínio quase não disputado de Portugal, desde fins da quarta década do século XVII.

Ao sul porém não corriam as coisas com facilidade igual. Longa contenda surgiu do fato da progressão invasora dos colonos lusos. O alvo era o linde pelo rio Paraguai. Em suas expedições, autoridades portuguesas à frente dos elementos locais de S. Paulo haviam fundado em 1680 à margem esquerda do rio da Prata a colônia do Sacramento. Quarenta anos mais tarde, em 1719, faiscadores de ouro tinham assentado suas tendas e formado arraial às margens do rio Paraguai, em Mato Grosso.

Aí se revelava terrível perigo, ameaça seriíssima para a colonização hispânica na América. Em primeiro lugar, descobria a tendência do reino bragantino a fazer do Paraguai a traça divisória, até o Paraná e o rio da Prata. Se assim acontecesse, o Paraguai, uma das mais antigas fundações castelhanas no Novo Mundo meridional, teria de desaparecer. Em segunda linha, uma vez em poder dos portugueses tal fronteira, ficaria aberta aos súbditos da coroa de Bragança o caminho de Potosi, assalto a prever às minas cuja prata constituía a maior parte dos réditos do tesouro de Sua Majestade Católica.

Tal previsão não podia ficar sem revide, para impedir golpe de tanta gravidade, vital mesmo, contra as possessões espanholas. O êxito do conflito teria de ser obtido à custa de luta aspérrima, de vida ou de morte para os interessados. Século e meio durou a disputa, ora diplomática, ora a mão armada. O tratado de 1828, do qual resultou o nascimento da República Oriental do Uruguai, solveu o problema quanto ao curso inferior do rio da Prata. – Quanto aos trechos a montante do rio Paraguai, desde 1720 cessaram quaisquer esforços sérios de conquista da margem direita, o que sossegou os receios que se poderiam nutrir pela segurança da região mineira de Potosi.

Compendiando os acontecimentos, portanto, o desenvolvimento econômico do Brasil, tanto quanto as contestações internacionais com

as colônias castelhanas, apontavam para a conveniência e a necessidade de aproximar o centro de gravidade da vida pública da América portuguesa das fronteiras mais sensíveis do Sul. Bahia ocupava posição por demais a norte, quando o ponto predominante dos cuidados governamentais tinha de ser a divisa meridional, e as capitanias auríferas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Este foi o escopo do ato de 1763, elevando o Brasil a vice-reino, e fazendo do Rio de Janeiro sua capital.

Tal a situação, quando, em 1808, o príncipe regente D. João, que teria de ser o rei D. João VI, transferiu para a América a sua capital lusa, a sede do governo nacional.

.....

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA. VALORES EXPORTÁVEIS

D

O PONTO DE VISTA econômico, que era que poderia vir a ser esta colônia, extensa em demasia para uma metrópole como Portugal, pequena e de recursos limitados?

17. A terra – Área imensa coberta de densa vestimenta florestal; ainda em nossos dias, calcula-se em cerca de 50% a superfície de matas existentes, e para acharmos a proporção vigente em tempos idos, deveremos somar os trechos derrubados para fins agrícolas. Os algarismos mais aceitáveis andariam por 60% no século XVI e no seguinte.

Solo rico e fecundo, com espessa camada de húmus, capaz de largas colheitas de cereais regionais nem trigo, nem aveia, nem cevada, contudo, pois estes seriam, como ainda são, culturas exóticas; mas apto a produzir fartas messes de alimentos próprios, como milho, mandioca, batatas, doce de bananas.

Mares, lagos e rios onde abundava o pescado de toda sorte. Colméias naturais cheias de enxames a trabalharem, tanto no chão como nas árvores. Caça não excessiva, mas em quantidade razoável, nos vales, nas chapadas e nos bosques. Temperaturas, sem extremos de sacrifício para a vida humana: mesmo sob o Equador, toleráveis sob o influxo das brisas

periódicas e das chuvas regulares; ausência de frios realmente cortantes e incômodos.

18. *A população* – População antes escassa e distribuída com densidade pouca, a percorrer, pouco sedentária, planícies e florestas. Fisicamente forte, curada pelas intempéries, astuta em sua prática cinegética, cruel, dissimulada, sem noção de responsabilidade individual, e lançando sobre a coletividade adversa o peso da vingança de qualquer falta ou crime de qualquer de seus membros.

Obedecia a seus chefes, caciques ou morubixabas, a seus curandeiros e feiticeiros, pajés, e era fácil e simples no trato. Incapaz de esforços persistentes e trabalho uniforme. Possuíam instrumentos rudimentares para suas necessidades caseiras e agrícolas. Desconheciam metais, e usavam machados de pedra polida, maças ou tacapes de madeira, arcos de madeira curada, armas pontiagudas de osso ou de pedra, lascas cortantes da mesma natureza para ponta de flechas, anzóis de osso.

Viviam geralmente em tribos de poucas centenas de indivíduos. Como dependessem para sua alimentação das riquezas naturais, estavam quase sempre a vaguear, logo que se esgotassem os recursos da região ocupada em mel, frutas ou caça e pesca.

Sua indústria era primitiva: só excepcionalmente produziam algum trabalho de inspiração artística, como redes habilmente tecidas, obras de vime, cerâmicas mais ou menos ricamente decoradas, enfeites de penas vistosos.

Sua atividade guerreira era constante, e manifestava-se pelo mais insignificante motivo ou mesmo pretexto: territórios de caça invadidos ou contestados, mulheres raptadas, profecias de feiticeiros, ameaças políticas ou vingativas. Algumas tribos mumificavam seus mortos. Outras, relativamente raras, retiravam os ossos das cabeças, dessecavam e mumificavam estas, na região hoje limítrofe com o Peru e a Colômbia. A antropofagia era geralmente uma prática ritual.

19. *O elemento invasor* – O invasor português era um rude exemplar humano. Sede de pilhagem e de sangue eram atributos normais em tais tempos; religião e superstição, ódio aos incréus que perseguia eram feições comuns. Nos primeiros períodos eram poucos demais para fazerem face às tribos, e assim ficaram quietos. Quando comandados por chefes

enérgicos e severos, que os mantinham em sujeição estrita e disciplinada, também se reduzia a um mínimo o atrito com o silvícola. Mas essa era uma situação instável e pouco duradoura, pois a mestiçagem logo se iniciou e derrubou as barreiras. Os forasteiros iam às tabas indígenas; os índios vinham aos estabelecimentos litorâneos; e as rixas começaram.

Dessas desinteligências locais, derivaram numerosas guerrilhas entre as duas raças. Obra precípua dos missionários católicos, quase constantemente em contato com os autóctones, que os respeitavam, a pacificação pôde firmar-se. De tempos em tempos, quando as ofensas do branco se tornavam por demais numerosas e graves, explodia novamente a justa ira das vítimas e eram de se temer as conseqüências da crueldade vindicativa do selvagem.

Por esta forma, não poucas das feitorias fundadas por portugueses, imprudentes no trato com o habitante primitivo, ou incapazes de manter disciplina entre seus comandos, desapareceram. A costa do Espírito Santo à Bahia foi praticamente abandonada, e até hoje mostra falhas largas em seu povoamento, como resultado dos ataques levados a fundo pelas malocas irritadas até o desespero, especialmente pelas descidas dos aimorés. A reação dos descendentes de europeus iniciou-se em começo do século XIX, tão-somente.

Tal espírito briguento acalmou-se, entretanto. Os colonos viram aumentar seu número e sua força; cruzaram em massas crescentes com as cunhãs; o mameluco foi aos poucos predominando e alargou o âmbito de sua formação histórica e social. Os jesuítas penetraram no sertão em sua faina catequista, batizaram curumins e gente grande; muita vez, atraíram para a costa levas inteiras de peles-vermelhas, que se firmaram à beira-mar e foram absorvidas e se sumiram pelo contato destruidor da chamada civilização branca.

Doutras feitas, colorindo suas razias desumanas sob o pretexto de guerra contra a idolatria, os colonos ajuntavam-se em companhias de vulto, e invadiam o sertão: atacavam os vilarejos dos naturais capturavam seus moradores e com eles voltavam para a orla ocupada pelo elemento dominador. Tais expedições, chamadas Entradas ou Bandeiras eram um flagelo: o receio que inspiravam ao índio era tal, que este ia fugindo para o interior das terras a afastar-se cada vez mais das praias. Os caçadores de

carne humana acompanhavam sua batida, sertão a dentro, até que os itinerários atingissem e ultrapassassem a fronteira convencional com Castela.

20. *O problema da mão-de-obra* – A verdadeira razão de tais internações era um problema de mão-de-obra. O Brasil, não tendo ainda revelado haveres minerais, só podia ser colônia agrícola. Os portugueses, por demais escassos, não possuíam braços bastantes para o cultivo de suas fazendas nem para a extração do pau-brasil. Saída única para tais dificuldades, deveria ser arrancar, por quaisquer meios, trabalhadores baratos de viveiro aparentemente inesgotável da população regional. A escravidão surgiu de tal necessidade econômica.

Desde as primeiras ocorrências, os jesuítas protestaram contra semelhante política, e por mais de um século moveram guerra incessante contra dela, os missionários a protegerem os índios, os colonos a prearem impiedosamente as malocas sob a pressão das exigências econômicas. A Companhia de Jesus muito sofreu por sua generosa proteção aos seus catecúmenos. Nunca abandonou essa nobilíssima defesa, e com isto granjeou imorredoura glória aos filhos de Santo Inácio de Loiola.

De puro ponto de vista de negócio, a solução do índio provou má. Eram criaturas primitivas, filhas da selva e dos campos; não resistiam à vida em recintos fechados como eram as casas dos brancos, nem ao esforço contínuo, aturado e duro do trabalho de culturas à moda européia ou de indústrias dos engenhos. Morriam aos magotes, quando escravizados. Muitos se suicidavam. A maioria evadia-se para as florestas. Em menor número, iludidos e presos pela astúcia do colono, perdiam todo estímulo e permaneciam no cativeiro; nele não tinham vida longa, vítima indefesa do sarampão, da varíola, da bebida, do ar confinado, fatores de rapidíssima eliminação. Novos bandos predadores investiam o sertão a descerem novos rebanhos de gado humano, cada vez mais difíceis de se conseguirem pelo progressivo alongamento das regiões fornecedoras.

Renovaram-se os fatos já notados na América Central, ao tentar obviar-se aos protestos de Las Casas em sua indignada cruzada contra as atrocidades espanholas relativas aos índios. No Brasil, também, acudiu aos colonos e ao governo português a oportunidade de importar negros africanos em substituição do silvícola revoltado e preguiçoso.

21. *A escravidão negra* – Grande incerteza reina quanto à data da chegada à América lusa dos primeiros africanos. Supõe-se hajam vindo à Bahia, por 1538. Uma vez posto em movimento, nunca cessou o afluxo servil até a abolição do tráfico, em 1850.

Nisto, não havia novidade para europeus, e principalmente para portugueses. Lisboa, ia para mais de século, fora mercado importador de escravos negros para necessidades locais e para exigências do consumo alie-nígena. A princípio, na Europa, e em seguida para ambas as Américas, as colônias portuguesas eram os bem conhecidos fornecedores, claramente confessados à luz meridiana.

Sempre de um ponto de vista puramente utilitário, assim como a solução do índio fora um desastre, a do negro revelou-se preciosíssima e valiosa. Socialmente, estava o africano em nível muito mais alto do que o aborígene americano. Enquanto este se achava mergulhado em pleno período neolítico e alcançava apenas o estado fetichista, o negro importado era-lhe de muito superior, conhecia e trabalhava metais, ferro principalmente, possuía uma arquitetura própria, reverenciava tradições e, mesmo, muitos deles eram monoteístas conquanto a maioria pertencesse ao puro paganismo. Estavam afeitos à vida sedentária e sabiam servir-se de utensílios de modo a fornecerem operários bons e mão-de-obra hábil.

O índio não tolerava o esforço debaixo de coberta, enquanto o negro aí prosperava normalmente, tanto quanto ao relento e atividade das fainas agrícolas. Mais forte e mais resistente, sua eficiência excedia em muito a dos silvícolas. Cativos, estes morriam aos montes. O sangue africano multiplicava-se, ao contrário, em meio às mesmas durezas que destruíam o americano. Sua taxa de natalidade era a mais alta das três raças concorrentes.

Por outro lado, conseqüência talvez das condições desfavoráveis, ou por outros elementos biológicos, sua mortalidade excedia a do branco e mesmo ultrapassava a natalidade própria.

Desta forma, sua vida média não ia além dos 25 anos. Como, entretanto, a importação de novos carregamentos de gado humano era facilmente obtida, de todos os pontos de vista o escravo negro valia por imenso progresso.

Não exagera quem disser que, sob a direção do branco, eles realizaram todo o trabalho material e os esforços precisos para criar e construir

o Brasil. Em um caso, mesmo, foram guias dos brasileiros: seu é o mérito da primeira indústria de preparo direto de ferro, nas forjas rudimentares de Minas Gerais, fruto natural da ciência prática infusa nesses metalurgistas natos que são os africanos.

Pedia o desenvolvimento do país suprimentos crescentes de braços; tanto mais, quanto as condições de tempo e de espaço da terra e suas características dominantes impunham um caminho único de atividade, a economia naturista, como lhe chamam os alemães, a utilização direta e imediata dos recursos naturais.

Durante a fase inicial, estreitamente ligados ao litoral, por ignorância e receio do sertão, os colonos viam-se constrangidos a viver como em praças assediadas. Por trás das cercas de madeira alta e dos valos de defesa de trincheira, tinham de se manter de pescado, alguns legumes, aves de terreiro, porcos importados, e, mais tarde, gado vindo de ultramar, da Madeira e de Cabo Verde. A missão dessas feitorias era múltipla: fortins de resistência contra os ataques dos silvícolas; feitoria comercial para as trocas com estes, terra de cultura, para se produzir o que em tais limitados chãos se pudesse obter.

22. A Pacificação. A organização econômica ao Norte – Decorreram alguns anos, antes que se não houvesse mais de recear os ataques dos índios; só então as fazendas, como se apelidavam tais feitorias, puderam desenvolver-se por áreas mais extensas e alongadas. Pela mesma época, a cana-de-açúcar foi importada da Madeira, e engenhos rudes de pau se fundaram e de fogo direto para concentração das garapas nas tachas, iniciando-se destarte uma rudimentar indústria açucareira. Tais engenhos, como se chamavam, constituíam a unidade econômica basilar da terra. Autônomas, vivendo sobre si, poucas comodidades teriam de importar de Portugal, principalmente vinho e azeite. Cultivavam e colhiam algodão, e teciam fazendas grosseiras. Gado, aves, suínos cresciam e multiplicavam-se em abundância. Peles e couros decorriam da criação dos gados. O açúcar dava também a cachaça.

Dentro em breve, houve largo excedente de tais produtos, e os colonos começaram a exportá-los para a metrópole nos navios portugueses que iam à colônia americana, únicos autorizados a lhe freqüentarem os portos.

Tal organização econômica, contudo, exigia largo dispêndio de trabalho. Derrubadores para roçarem o mato das plantações; agricultores para limparem as derrubadas e prepararem o terreno para as sementeiras, as carpas e a colheita das messes, e transporte das canas ou das espigas de milho e das demais culturas; operários especiais para construir ou remendarem os engenhos, as rodas de água, os canais ou regos; remadores para barcos e lanchas em que se transportavam rio abaixo até o oceano as utilidades colhidas ou preparadas; caldeireiros para tachas, carapinas, marceneiros, ferreiros, pedreiros, serventes, fazedores de tijolo e de telha; criados de toda espécie para as necessidades caseiras; caçadores e pescadores para sustento da fazenda; guardas para protegerem família e propriedades; tais eram em resumo as mais importantes formas de trabalho impostas aos empregados e escravos. Índios só agüentavam algumas de tais fainas: quanto à maioria delas era inapto, delas fugiam ou morriam em seu desempenho; excepcionalmente, conseguiam acostumar-se à criação de gado. Os negros não logravam escapar do cativeiro, pois o índio lhes não era afeiçoado. Daí resultava que, de ano para ano, se intensificava o tráfico negro.

O gado havia encontrado condições favoráveis de desenvolvimento em toda a região de Bahia e de Pernambuco. Ao longo das antigas trilhas dos indígenas, levando ao interior da bacia do rio São Francisco construía-se ranchos novos, os chamados sobrados, em que assistiam os vaqueiros das fazendas de gado que ali se abriam: a população, vasqueira embora, ia-se espalhando. Em fins do século XVI, o sertão já havia perdido no ânimo dos moradores a auréola de terror que dantes inspirava. As tribos mais temerosas haviam sido repelidas da costa. No fim do século imediato, as fazendas de gado tanto se tinham multiplicado no vale dos rios principais da região, que o São Francisco recebeu o nome habitual de rio dos currais.

Foi esta umas das feições mais importantes da colonização do Brasil. As feições topográficas da região revelavam divisores de águas bastante moderados de uma para bacias contíguas no Brasil Central, incapazes de oferecer embaraço à progressão dos rebanhos terras adentro. Partindo da Bahia, pioneiros foram plantando seus sobrados rumo do São Francisco, atravessaram-no e, subindo por seus afluentes, penetraram na zona do Norte e do Nordeste.

23. *A organização econômica, ao sul. As minas* – Ao sul da colônia, outro era o aspecto das coisas.

A cana tinha sido trazida para aqui, em São Vicente e em São Paulo, mas encontrara condições menos favoráveis do que ao norte. O gado não predominava como na Bahia nas atividades locais. As fazendas tinham de ser abertas e dirigidas segundo rumos diferentes dos da região setentrional. Enquanto Recife, Bahia tinham valiosos produtos a exportar para Portugal, Santos, porto das capitânicas de Santo Amaro e de São Vicente, remetia muito menos. O tipo de vida econômica aproximava-se mais do de uma colônia de povoamento. Produziam tudo quanto fosse preciso para seu sustento, mesmo uvas viníferas e algum trigo, usado em bolos, biscoitos e tortas mais do que no fabrico de pão: isso lhes era facilitado pela temperatura menos elevada decorrente da latitude mais austral da terra e pela altitude de planalto interior onde se haviam localizado as agremiações de povoadores.

O linde de Tordesilhas, muito afastado da costa no trecho central da Bahia, passava bastante perto de São Paulo. A zona intermediária tornara-se região contestada onde sem trégua portugueses e espanhóis contendiam.

Um dos preconceitos dominantes nos potentados desses longínquos tempos era ostentar riquezas, e estas avaliavam-se pelo número de escravos de cada qual. Muito mais do que no Norte onde havia muitos negros, São Paulo tinha preferência pelo índio. Muitos motivos concorriam para tal situação.

Abundavam os mamelucos, e essa gente era belicosa. A caçada de escravos, combinada com o ódio político entre os dois troncos ibéricos, incentivara as entradas das quais derivava a constante, lenta, mas irreprimível pressão sobre a ocupação castelhana, forçada a recuar sem pausa para o rio Paraguai. As reduções jesuíticas, colônias de indígenas dominadas e regidas pelos filhos de Santo Inácio, iam sendo destruídas aos poucos e constringidas a remover-se para paragens outras, principalmente entre Paraguai e Paraná, por um lado, e para Sul do Uruguai, por outro. História sombria, de crueldade e de sangue, à qual se deve, entretanto, o dilatar do território do Brasil.

Pequenas parcelas de ouro haviam sido descobertas nessa região, em ambas as vertentes do grande divisor de águas, a serra do Mar. Esta

linha de cumiadas, de cerca de 1.200 metros de alto, encostada ao oceano por um lado, a oriente, afastada apenas de vinte a cento e cinquenta quilômetros do litoral, de Santos a Santa Catarina, definia a vertente direta do Atlântico da que drenava as águas para o estuário do Prata. A pesquisa de ouro era uma tarefa permanente imposta a si próprios pelos sertanistas todos. Provavam-se areias e cascalhos de todas as ribeiras atravessadas, pois ignoravam, mineiros inexperientes, jazidas de beta e só conheciam as aluviões metalíferas. Não procuravam veeiros, portanto.

De fato, todos os depósitos revelaram-se limitados em extensão e teor. Ainda assim, não esmoreceu a procura. Parecia, entretanto, formar-se uma opinião generalizada de que a perspectiva nesta região era menos desanimadora do que em outras. Não despertava grandes esperanças, contudo: ainda um século teria de decorrer antes de se revelarem os tesouros de Minas Gerais.

Alinhando todos esses fatores, certas conclusões pareciam impor-se.

Até o fim do século XVII, o Brasil revelava-se apenas país agrícola, desprovido de haveres minerais em grau suficiente para constituir fonte importante de riqueza pública.

24. A mestiçagem. O tráfico – A população mestiçada de gente falando português não excederia de 100.000 almas.

Constituíam, em largos traços, seis núcleos principais: Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, Rio de Janeiro e Santos-São Paulo. Tal avaliação não incluiria os índios a vaguearem pelas brenhas.

Nesse total, o elemento branco puro era uma minoria. Os elementos oficiais e os colonos formariam uma casta superior, sendo que os nascidos em Portugal se considerariam acima dos que houvessem por berço a colônia. Estes últimos vinham em segunda linha, muito pouco considerados pelos reinóis vindos da Europa, e eles aceitavam essa diminuição de conceito e de classe.

Apareciam, então, os mestiços índios, que não admitiam fossem colocados no mesmo nível dos mulatos ou dos demais cruzados de brancos e negros; alegavam, antes, a ascendência paterna, a proteção que, oficialmente, Portugal lhes dispensava, ao promover os casamentos mistos

entre europeus e autóctones. Depois dos mulatos, vinha uma indescritível mistura de inomináveis cruzas: mulato-índio; índio-negro.

Finalmente, estrato basilar, os escravos vermelhos, e, ainda mais baixo, a massa africana e sua linhagem racial.

Dados estatísticos são impossíveis de dar. Quando muito, algumas sugestões ousadas se poderiam mencionar.

Tribos, fora da ação dos portugueses, talvez não numerassem mais de 800.000 cabeças.

Os mais antigos cronistas, por 1583, estimavam a população no Brasil em 57.000 almas: 25.000 brancos, 18.000 índios civilizados e 14.000 escravos negros. A maioria desses eram encontrados em Pernambuco, e o restante na Bahia, existindo apenas uma centena deles no Rio. A Bahia era o porto de desembarque principal dos africanos.

A atividade agrícola, muito mais intensa no Norte, que exportava para a Europa suas sobras de produção, enquanto de Santos e do Rio nada se remetia para fora, era o elemento distribuidor da escravatura. São Vicente, Santos e São Paulo possuíam principalmente peças do sertão; peças da Índia eram poucas.

Como regra, não eram maltratados. Historiadores da escravidão narram que nas Índias Ocidentais os cativos costumavam implorar se adotassem as regras brasileiras. Consistiam em Ordens Régias e Alvarás de 1688, 1689, 1693 e 1704, pelos quais os proprietários de negros eram obrigados a deixar o sábado livre para seus servos: nesse dia, trabalhavam em proveito próprio. Era-lhes dada assistência religiosa quando doentes ou em perigo de vida. Obrigatório também era dar sustento aos velhos, inválidos ou enfraquecidos.

Lamentavelmente deficiente é a informação sobre os números importados da África, embora se deva ter em mente que, em sua nova pátria, eles não se achariam em situação inferior ao nível miserável de sua existência em sua terra de origem. O que era horrível, a desafiar qualquer descrição, era a travessia marítima do oceano, nos porões apertadíssimos de barcos pequenos, sem ar para respirar, espaço para se moverem, alimentação escassa e corrompida, água infecta para saciar a sede.

A mortalidade não raro se elevava a 30% e mesmo 40% nesses fôlegos vivos, e não se consideravam anormais; a média de 20% seria acei-

tável, talvez mesmo otimista. Tumbeiros, sinônimo de esquifes flutuantes, apelidavam-se em Angola esses barcos do tráfico.

As maiores forças de tais importações recairiam no século XVIII, após o descobrimento das minas de ouro e de diamantes do sertão e o progresso das áreas cultivadas do Sul. Tentativa conjectural de avaliação, baseada no pouco que se sabe dos documentos oficiais, conduz a números que oscilam em torno de 50.000 por ano. Mais provável, no século XVII andariam por 40.000 anualmente, e por 55.000 no seguinte.

Estatísticas precisas não há. Procuramos resumir o que se conhece desses movimentos demográficos em nossa Política Exterior do Império. De positivo, nada se pode afirmar. Se alguns pontos se podem esclarecer para importações legais, quase nada há quanto às entradas contrabandeadas, e estas poderiam ser o dobro das primeiras.

Diretamente de Angola para o Brasil, entre 1575 e 1591, 52.053 negros foram exportados, diz um relatório apresentado a Filipe II de Espanha; seriam 3.100 por ano. Mas Angola era apenas uma das capitânicas africanas; quanto mandariam as outras? tais números valeriam para o comércio legal, e os descaminhos?

De Pernambuco, durante a sua fase holandesa, possuem-se estatísticas cobrindo um decênio, 1636-1645, no total de 23.163 cabeças, ou 2.300 por ano.

Nisto se resume quase tudo quanto se sabe sobre os séculos XVI e XVII.

Desapareceram os documentos relativos ao tráfico. No Brasil, não se encontram. Talvez alguns ainda se achem nos arquivos de Portugal ou nos das antigas colônias da costa da África; até hoje, entretanto, não se divulgaram ao estudo dos investigadores de nossa história colonial.

25. *As conseqüências* – Para se ter idéia aproximada do que foi esse fluxo negro invasor, parece só existir meio indireto de avaliação: tomar por base a sobrevivência, quando pela vez primeira se tentou recensear o elemento servil e calcular com as taxas de mortalidade, de nascimentos e de vida média, a fim de determinar a quota anual capaz de dar em dez anos os algarismos que a estatística forneceu, em início do século XIX. Assim tentamos proceder naquele nosso trabalho, tendo achado por média anual

55.000 cabeças. Claro que seria menor em início, e iria em seguida, progressivamente em aumento.

Constituíam os negros a camada social mais baixa. Tão desconhecida que lhe discutiam a qualidade humana. Foi preciso que a Santa Sé os declarasse homens para serem reconhecidos como tais.

Apesar de tudo, começou logo o cruzamento das raças. Os povos mediterrâneos não experimentavam em face das peles negras a sorte de repugnância dominante na psicologia nórdica. Ainda perdura tal feição sentimental. A descendência abundantíssima, a princípio, do elemento africano puro, começou a diminuir pela decadência de sua pureza de sangue racial: surgiu uma camada, em argumento crescente e ininterrupto, de mestiços, meios-sangues, quarteirões e ainda menos coloridos. Até hoje, não parou a diluição pigmentar. E continuam os mesmos fatores desse descoramento dérmico: continuam agentes principais dele os portugueses, os espanhóis e os italianos. Estes últimos, raros nos séculos iniciais, avantajaram-se em dias nossos, com as mesmas conseqüências biológicas. Há, portanto, um progressivo, contínuo e cada vez mais sensível branqueamento da pele das populações locais.

Surgiu aqui uma feição peculiar. As uniões com índios ou índias eram perfeitamente aceitas, salvo quando ilegais ou contra os ditames religiosos. Ao contrário, a mistura com o africano era tida como degradante. Os produtos das primeiras nenhum empecilho encontravam em sua existência, quando provenientes de gente livre. A outra classe de mestiços, ao invés do que se dava com a precedente, era desprezada e não se confundia, aparentemente ao menos, com seus superiores, mesmo quando eram livres. Entre os privilégios negados à gente de cor, achava-se o sacerdócio; por esse motivo, grande empenho faziam as famílias, de avoengos mais respeitados, em ter entre seus membros padres ou religiosos: era uma prova de pureza de sangue, de ancestralidade reputada, nunca manchada por colusões discutíveis. Para aqueles, novas adições de colaboradores brancos se tornavam precisas, para poderem ascender a níveis sociais mais altos.

Entre tais circunstâncias, foi sendo realizada a fusão das raças, sem obstáculos irremovíveis a não ser a oposição vitoriosa das estirpes mais ilustres, e isso mesmo nem sempre com sucesso. Com isto sofreu o caráter geral da população.

Os antigos colonos portugueses eram francos rudes, de fala simples e sincera, animados e moralmente retraídos; não eram alegres e custavam a manifestar seus sentimentos íntimos de regozijo. O índio era grave, mais ou menos nas mesmas diretivas. Mas o fator africano, em geral, ostentava um perpétuo bom humor, júbilo infantil e expansivo, gáudio pelos menores incidentes de sua vida. Nada mais agradava ao negro do que dançar, cantar, vestir-se garridamente e apresentar cores brilhantes.

Cheios de contentamento e de juventude, uma réstia de sol iluminava sua alma pueril. Parte desta se infundiu na psicologia do mestiço. Essencialmente sensíveis, dignos de fé e dedicados, capazes de serem levados para qualquer lado por bondade e carinhos e palavras brandas, os negros colaboraram de fato no amedramento da dureza primitiva do colono português. Nunca, no Brasil, houve levantes comparáveis com as revoltas de cativos das Índias Ocidentais. Apesar de abusos no trato entre senhores e escravos, em geral as relações entre os dois elementos eram mansas e revestidas de cordura, e por isso a situação do africano em mãos do seu dono no Brasil era invejada por seus irmãos de infortúnio em outros países.

Tal o lado de sol do problema em nossa terra.

Não se poderiam dizer os mesmos elogios quanto ao lado da sombra. Minguiu a moralidade da parte masculina da população. Surgiu um compreensível, mas lamentável espírito de vingança e de crueldade para com as mulheres de cor, por parte da metade feminina da sociedade branca dos proprietários de escravos, conseqüência das ofensas praticadas contra as esposas pela incontinência derivada das facilidades que a situação servil proporcionava.

Difícil coisa é proferir um julgamento do caso. Devidamente pesados o bem e o mal, talvez seja eqüitativo reconhecer que o esforço principal em construir o Brasil, do ponto de vista material, foi deles, em seu aspecto econômico. Moralmente, fraquezas lhes podem ser atribuídas, mas seu influxo está sendo combatido e remediado pela educação e pela ascensão gradativa dos espíritos. A mancha negra vai sendo delida aos poucos e tende a extinguir-se em prazo breve, com o afluxo da imigração branca, na qual a herança de Cã se está dissolvendo. Roosevelt notou com razão que o futuro nos reserva uma grande bênção: ter evitado e solvido

um problema altamente perigoso, quizá mortal – um conflito racial de vida ou de morte.

26. *Antonil* – Temos um depoimento de notável valia quanto ao influxo recíproco de todos esses fatores no início do século XVIII. Uma das personagens principais da Companhia de Jesus na Província do Brasil, por essa época, era um italiano de Lucca, João Antonio Andreoni; havia sido visitador da província, reitor do Colégio da Bahia. Sob o anagrama transparente de André João Antonil, publicou, em 1711, um livro admirável cuja extraordinária importância pode ser aquilatada pelo fato de o governo português ter confiscado toda a edição. Poucos, pouquíssimos exemplares escaparam à fogueira, uns seis apenas, ao que se conhece, constituindo, cada qual, jóia preciosíssima das coleções de bibliófilos.

Motivou a supressão o crime de dar informação por demais completa e exata do valor da terra e de suas possibilidades, o que poderia levar outros países, mais fortes e ricos, ao desejo de conquistá-lo. Mas existia outra razão mais poderosa ainda para o auto-da-fé: o livro ensinava aos brasileiros a grandeza e a potencialidade de sua pátria, poderia exaltar aspirações, principalmente após o êxito vitorioso das guerras do pau-brasil e da expulsão dos batavos.

Seu título é sugestivo: *Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas*. Drogas, se deve entender como agricultura e seus produtos.

Quando foi publicado, as minas de ouro recém-descobertas forneciam estatísticas das mais surpreendentes, de que falaremos dentro em breve. Mas apontava também a obra para indústrias basilares do país, tabaco, peles, couros, açúcar, criação de gado, e outras. Não variaram muito tais formas de atividade, e, em conjunto, poderemos tornar os algarismos divulgados como estatísticas fidedignas para o fim do século XVII, embora se refiram a 1711.

Por aí sabemos que a Bahia contava 146 engenhos, com uma exportação de sobras montando a 14.500 caixas de açúcar pesando 35 arrobas cada uma. Pernambuco produzia menos: 246 engenhos não expediam mais de 10.300 caixas. Rio, com 136 engenhos, exportava 10.220 caixas. Era um total de 37.020 caixas, pesando aproximadamente 1.300.000 quilogramas, e valendo naqueles tempos 2.533:142\$800 réis, moeda portuguesa. Hoje, o valor andaria por quinze vezes aquela quantia.

Maranhão construiu cerca de cinquenta engenhos, mas abandonou-os, preferindo dedicar-se à colheita de castanhas, cravo e coco.

Fumar, a princípio, era tido por prática diabólica, costume dos índios idólatras. Aos poucos, a censura eclesiástica abrandou sua condenação e permitiu o uso do tabaco. Sua cultura veio a tornar-se uma das grandes indústrias do Brasil, e assim continuou até hoje. Em fins do século XVII, a Bahia exportava 25.000 rolos, Pernambuco e Alagoas 2.500.

A criação de gado havia crescido muito e tomado largo desenvolvimento: diz Capistrano de Abreu que o uso do couro caracterizaria a época, e propôs se desse à fase colonial em questão o nome de idade do couro. De fato, em toda parte, em todos os misteres, se achava o couro: nem só no Brasil, mas em todo o continente. Alguns anos depois de Capistrano, um estudioso uruguaio fez a mesma observação e propôs a mesma caracterização, para a população da bacia do rio da Prata.

Alguns números bastam para apontar o alcance de tais fatos. O tabaco exportava-se em rolos, cosidos em surrões de couro cru. Bahia remetia 50.000 meios de sola; Pernambuco mandava uns 40.000 e Rio cerca de 20.000, nestes se incluindo os que vinham da Colônia do Sacramento. Além disso, desses meios de sola representando umas 55.000 a 60.000 cabeças de gado, todos os instrumentos, ferramentas, mobília, calçado, roupas, etc., devem ainda ser acrescidos, o que eleva o total a um consumo/ano de cerca de cem mil bois.

Antonil dá cifras aproximativas sobre criação bovina. O vasto condensador de rebanhos era o vale do São Francisco, em ambas as margens. A do norte era povoada por mais de 800.000 cabeças; seus donos eram pernambucanos; a nordeste, além dos divisores baixos das bacias fluviais, largas massas haviam enchido Piauí e Maranhão, cujas pastagens eram ótimas. A sudoeste, as manadas haviam invadido imensas planícies desconhecidas, à margem direita do caudal, e iam estendendo-se por essas paragens baianas. Mais de quinhentos ranchos estavam espalhados por essas devesas, e iam caminhando rumo de Minas Gerais. Como veremos, tal extensão gradual à procura do rio das Velhas, na capitania central, permitiu fornecer a solução única para o problema da fome, da alimentação das massas de forasteiros que, nos últimos anos do século XVII, e nos primeiros do seguinte, invadiram as então descobertas jazidas aluvionais, e assim

criaram a terrível crise de miséria faminta em região virgem que nada tinha preparado para receber tal afluxo de aventureiros. Esta margem direita do São Francisco reputava-se conter mais de 500.000 cabeças de gado.

Some-se a isto a produção local para usos caseiros, quer alimentares quer de vestuário; taxas e arrendamentos : monopólios e doações; e bem se pode concluir que o Brasil já pagava seus gastos.

27. *Ausência do meio circulante* – Curioso é, e mereceria indagação mais minudente que aqui não pode ser feita, que todo esse surto se realizava sem auxilio de dinheiro. Ou antes, para ser mais preciso, a moeda só aparecia como medida comum, de valores, pois não havia, ou era meramente rudimentar, a presença de signos monetários.

Como regra, no interior, se impusera um sistema de troco generalizado, um escambo pelo qual os colonos se haviam criado o meio único de solver transações comerciais. Quando se não podiam compensar exatamente os negócios recíprocos, os saldos pagavam-se em escravos, gado, fio de algodão, açúcar ou tecidos. Mercadorias importadas amortizavam-se pelas comodidades remetidas para o reino; os créditos do balanço eram talvez a única ocasião de movimentar moeda cunhada. Esta, entretanto, só circulava, talvez com a exceção única das cidades do litoral, em escala mínima. Ouro e prata estagnavam, eram entesourados e ocultos com receio dos ataques de piratas, na costa, ou de bandidos, no interior. Outras vezes, os metais eram fundidos e transformados em jóias grosseiras para uso feminino.

Taxa, contratos, arrendamentos, monopólios, pagavam-se *in natura*. O processo normal era este: a administração punha em hasta pública a arrecadação desses réditos, e contratava-a com o lançador mais alto. O concessionário teria de pagar em moeda corrente: mas, ele próprio, coletava as somas devidas, em gado, panos, pau-brasil, açúcar ou cachaça. Vendia, no mercado litorâneo, as mercadorias recebidas ou exportava-as e ainda ganhava na negociação. O jogo era como sói ser sempre em tais sociedades primitivas, verdadeiro flagelo. Os meios de fazer face aos prejuízos não variavam: terras, escravos, jóias, bezerros e gado, mercadorias, e raramente moeda. Tal situação duraria mais de um século, e só se modificou, em parte, na área de setenta do século XVII.

28. *Consciente emancipação política da colônia* – Todos esses inconvenientes ou particularidades de um tipo especial de vida social tiveram influxo muito fundo, se bem não sentido desde logo, nos problemas internacionais da colônia.

Em primeiro lugar, desenvolveu nos colonos grande confiança em si próprios. Esforçavam-se por si, sem auxílio da metrópole. Não alimentavam rancor ou despeito, mas só contavam consigo e com seus recursos próprios. El-Rei, em Lisboa, era para o português de além-mar uma sorte de semideus, de essência divina, temido, respeitado e mesmo amado, como um ser sobre-humano e distante.

Do monarca dependiam favores e doações, honras e lugares. Mas do governo metropolitano, propriamente, pouco, ou mesmo nenhum, benefício se esperaria.

Uma sensação obscura de igualdade entre as duas frações portuguesas, a americana e a Europa; uma noção apagada de não receber o trato eqüitativo por parte dos governantes do reino; tal impressão de injustiça relativa começou a surgir entre as duas ribas do Atlântico, a separar-lhes as mentalidades. Tal se desenharia a terra de cultura, onde um século mais tarde iriam abrolhar as sementes de liberdade e de independência.

Vieram depois as conseqüências das bandeiras de resgate, meios de execução da caça ao índio. Sem importância na bacia amazonense, desprezada por Espanha, desde 1637 havia sido conquistada para Portugal por Pedro Teixeira. Ao sul, porém, as dificuldades acumulavam-se tanto mais graves quanto mais meridional era o trecho estudado.

O tratado de Tordesilhas ainda vigorava, nominalmente pelo menos, e esta deveria ser a bitola de apreciação.

Na latitude da Bahia, o limite ainda não fora violado. Em S. Vicente, porém, passava o meridiano muito próximo à cidade de S. Paulo, e, mais para sul, ia encontrar a costa pouco abaixo da hoje cidade de Paranaguá.

Antes mesmo do fim do século XVI, as bandeiras haviam penetrado bastante além do traço divisório; estavam preando silvícolas e destruindo reduções jesuíticas, a bem dizer sem estorvo das autoridades espanholas do Paraguai. Para tal inércia concorriam vários motivos. No domínio dos Filipines em terras lusas, de 1580 a 1640, quer sob título caste-

lhano ou por conquista portuguesa, o senhorio da terra pertenceria sempre ao soberano de Espanha. Este, que recebia os recursos e reclamações de autoridades paraguaias e dos jesuítas, não desejava intervir em tais disputas longínquas de obscuras colônias, nas quais não perigava seu império de todo o continente. Por este ou aquele direito que se invocasse seria sempre seu.

Mas depois de 1640, com a Restauração de Portugal, o aspecto das coisas havia mudado. Os dois reinos estavam em guerra; Castela fora vencida e finalmente forçada a aceitar a situação de fato. A conquista do Brasil, por intermédio dos bandeirantes, nunca mais volveria aos antigos donos por direito tordesilhano.

Mais de século e meio durou tal estado de espírito. No fim do século XVII, portanto, o recuo vagaroso, constante, violento e incessante da fronteira para sul e para oeste, havia produzido novos frutos. A Colônia do Sacramento, fundada em 1680, era uma chaga aberta no lado das possessões platinas, pelos motivos já expostos. Uma divisa correndo ao longo do Paraná ia começando a tornar-se possibilidade ameaçadora.

O Brasil crescia em área, pela conquista e pela guerra, e nada se fazia para obstar semelhante expansão do poder lusitano.

.....

Capítulo III

RIQUEZAS MINERAIS

NOS últimos anos do século XVII, explodiram subitamente em Lisboa as ansiosamente e por tão longo prazo esperadas notícias do descobrimento de fabulosos depósitos de esmeraldas e de ouro no sertão da capitania de S. Vicente. Tão ricas e abundantes as jazidas, que à região se deu desde logo o nome de Minas Gerais.

Era o resultado da longa porfia iniciada cento e sessenta anos antes, desde o primeiro contato dos colonos com a terra, levada a efeito com atividade incessante e com igual insucesso, por meio de dificuldades e obstáculos sem conta.

29. *A miragem das minas* – Ponto de partida havia sido um grande mal-entendido entre portugueses e índios. Viviam estes em pleno período neolítico, na mais absoluta ignorância dos metais. As fainas a que estes serviam em povos mais adiantados, aqui se devolviam a instrumentos de pedras polidas, de osso ou mesmo de madeira.

Assim, quando os imigrantes inquiriam dos autóctones se possuíam minas de prata ou ouro, os ignorantes silvícolas não entendiam a pergunta e acreditavam, e respondiam com inteira boa fé, que se tratava de pedras brancas ou amarelas, e, por isso, davam informação afirmativa e que existiam jazidas imensas em tais e tais lugares, a tantos dias de marcha da costa.

Por seu lado, o português, firme em sua compreensão acorde com a mentalidade européia, entendia a resposta como referente a metais. Escreviam e narravam os fatos à metrópole, hipnotizados por essas prometidas riquezas: ouro e prata abundavam diziam eles, mais do que em Bilbao o ferro. E assim se formaria a lenda das divícias da colônia.

Hábito dos índios era, em seu natural gosto pelos adornos, furar lábios, septo nasal e bochechas e introduzir nos furos pedaços de madeira polida ou de pedra, penas ou fragmentos de cristal ou de seixos brilhantes. Tais ornamentos chamavam-se *tembetás*. Alguns deles, vistosos e verdes, pareciam esmeraldas grosseiras, ainda não formadas, argumentavam os pesquisadores, convictos de que as gemas, como os frutos, eram produção natural do solo. Surgiu logo o boato de que o sertão brasileiro regurgitava de minas de esmeraldas, e só isso se ouvia no reino.

Conseqüência lógica, o governo deu ordens para que se multiplicassem esforços a fim de locar as zonas onde tais tesouros se poderiam encontrar. Iniciou-se, nas capitânicas, alvoroçado provimento para se descobrirem as minas de que todos falavam, mas que ninguém conhecia.

Saíram muitas levas da cidade de Salvador, a Bahia de hoje, e de outros pontos da costa baiana, sob a orientação de índios; com indubitável boa fé, estes guiavam os aventureiros para as regiões que eles haviam indicado como as das pedras brancas e amarelas. Verdadeira comédia de erros, em que todos estavam animados da maior sinceridade, mas em que ninguém se entendia.

Chegados aos locais apontados, é claro que o erro se desfazia após a prova das areias e dos corridos, que resultavam improfícuos e sem valia. Aí, entretanto, o malogro gerava a desconfiança, em ambos os grupos, cada qual acusando o outro de tê-lo propositalmente enganado. Exacerbavam-se os ânimos, e isto pouco podia contribuir para serenar o azedume das relações recíprocas. Exaltavam-se cada vez mais os espíritos, e tornavam suspeitas e mesmo inteiramente mal-intencionadas as aparências, quando, de fato, mero mal-entendido reinava entre gentes falando línguas diferentes e pertencentes a estádios sociais muito afastados um do outro.

Uma dessas expedições mineiras logrou descobrir um pouco de ouro; na viagem de retorno, águas abaixo do rio Cricaré, embarcou uma

canoas e soçobrou nas corredeiras, precisamente a embarcação em que vinham as preciosas amostras. Alegado o descoberto, não podia ser feita a prova.

Isto desanimou por extenso prazo todas as pesquisas na zona baiana. Aí, a febre do metal nobre aquietou-se por muito tempo.

Quanto às esmeraldas, não estavam os colonos tão longe de acertar. Os tembetás verdes faziam-se de tudo: podiam ser fragmentos de amazonito, um feldspato dessa cor; uma turmalina verde, na maioria dos casos; mas também aconteceria serem berilos ou águas-marinhas, ambos pertencentes à família mineral sistemática em que se inclui a esmeralda. Hoje esses três representantes da série dos silicatos de alumina e glucina são perfeitamente conhecidos em Minas Gerais e suas jazidas estão sendo lavradas. Não era, pois devaneio dos pesquisadores a arrancada para o sertão em busca das pedras verdes.

Mais de uma entrada se fez sob esse signo. Falharam todas, menos uma. A região onde se realizou, tendo índios por guias, era e ainda é uma das mais perigosas, por sua insalubridade, do este de Minas, florestas e charnecas e alagados onde reinavam endemicamente as mais terríveis variedades de sezões, a dizimarem as vidas. Os decifradores do enigma geográfico e econômico trouxeram de sua feliz exploração umas quantas turmalinas inferiores, que não suscitaram entusiasmos nas autoridades; diziam estas que as pedras haviam sido colhidas na superfície, e estavam requemadas e calcinadas pelo calor solar.

Contradição interessante: nessa mesma zona, ouro e pseudo-esmeraldas assim como legítimas gemas, existiam e foram mais adiante achadas e exploradas. Deu-se, entretanto, como perdido esse esforço preliminar, por causa do insucesso das numerosas bandeiras pesquisadoras.

Aferravam-se com a maior insistência, contudo, a outra série de investigações: a prata, que, até hoje, nunca foi encontrada em seus minérios próprios, mas só se tem revelado como acessório dos minérios de chumbo, as galenas argentíferas.

Não há que admirar. Como poderiam esses improvisados mineiros saber? Em Portugal, tal experiência não se poderia obter. Os moradores do Brasil não tinham visitado Potosi ou quaisquer outras minas, peruanas. Não possuíam dados geológicos que os guiassem na busca de estratos, veeiros

ou depósitos de qualquer qualidade. Deixavam-se iludir pelo aspecto externo e sinais adventícios: todo mineral brilhante era tido por prata. Mesmo em dias nossos, a gente ignorante labora no mesmo engano; como estranhar que, naquelas eras remotas, caíssem no mesmo erro exploradores rudes e ainda mais desconhecedores dos fatos naturais? Qualquer mica, ou outro mineral faiscante ludibriava aquelas inteligências ingênuas como se prata fosse.

Prestígio persistente do Potosi e de suas riquezas, ou conseqüências de persuasão errônea derivada das faces de rochas, certo é, contudo, que, apesar de mangrarem as tentativas e de se provar mais tarde a inexistência do metal branco, a opinião nunca variou, nem admitiu que as minas não existissem ou fossem escassas em seu teor. Até fins do século XVII, perduraram as indagações, e fizeram desse ciclo de tentativas capítulos mais interessantes de nossa história colonial. Sem nos ser possível sumariá-lo aqui, é lícito afirmar que desse erro derivaram conseqüências políticas e geográficas da mais alta relevância.

Um dos espíritos mais sinceramente convictos da existência de minas de prata era um rico colono da Bahia, Gabriel Soares de Sousa. Para justificar sua pretensão de obter de Filipe de Espanha uma concessão régia, escreveu em 1587 um livro admirável com a história geral e a descrição do país – *Tratado descritivo do Brasil* – uma das mais notáveis obras literárias da mentalidade portuguesa no século XVI.

As esperanças, todavia, minguraram e desvaneceram, quanto ao chamamento de gemas e de ouro na região norte da costa. As últimas centelhas de confiança concentravam-se agora no trecho a sul. Chegaram a provocar a divisão da colônia em dois governos. D. Francisco de Sousa, que já pesquisara minas durante sua primeira missão como governador geral do Brasil e então auxiliara Gabriel Soares em suas malogradas explorações, voltou como governador das capitâneas sulinas. Tratou de fomentar a fundação de pequenas forjas de produção direta de ferro segundo o método catalão. Em derredor de S. Paulo, algum ouro foi achado: as jazidas, pobres e de difícil lavrança, ainda não foram seriamente objeto de trabalho aturado. Naqueles tempos, porém, areias e cascalhos foram sendo lavados na bateia, tanto nas cercanias de S. Paulo como em outras aluviões do hoje Estado do Paraná, em Paranaguá e em Curitiba.

Mínima era a produção, mas lograva impedir que morresse o último lampejo de fé em que se realizasse a velha crendice de que o Leste era superior ao Oeste, e que, portanto, o Brasil, mais oriental do que o Peru, conteria riquezas maiores do que este.

Tão poderosa se manifestava esta convicção, que o rei D. Pedro II de Portugal se decidiu a solver a interrogação, naquelas épocas, uma carta de el-Rei era coisa tão rara, que os súditos a quem eram endereçados as legavam a seus herdeiros como preciosidade sem preço, extraordinária e quase sobre-humana. D. Pedro estava a par desse conceito. Em 1674 enviou missivas do próprio punho aos maiores paulistas, entre os quais se encontravam os mais audazes bandeirantes e sertanistas, exortando-os a empreender a tarefa de achar a solução desse problema essencial à fortuna pública do reino, o descobrimento de ouro e de gemas.

30. *A vitória de Fernão Dias Pais Leme* – Passados anos de peregrinações em Minas Gerais, as esmeraldas foram novamente localizadas, em 1681, por um desses mais ilustres chefes de bandeira, Fernão Dias Pais Leme. Em realidade, eram berilos, águas-marinhas e turmalinas, como classificação científica; verdadeiras esmeraldas só há poucos anos se revelaram. Mas as gemas semipreciosas, mesmo de valor menos elevado, ainda ofereciam bons resultados. Fernão Dias, entretanto, morreu de esforços e de sofrimentos curtos no sertão, sacrifícios e pejeas que, em sua idade, já não poderia suportar.

Pouco depois, em 1698-99, foram manifestadas as primeiras jazidas auríferas realmente importantes, que se abriram às margens do rio das Velhas, um dos afluentes da margem direita do São Francisco. A partir desse momento, ano após ano, mês após mês, novos depósitos se foram descobrindo, de riqueza fabulosa, sempre em Minas.

Novas entradas, estimuladas por esses sucessos, se iniciaram em outras zonas. Em 1719, os cascalhos de Mato Grosso começaram a ostentar suas divíncias. Seis anos mais tarde, em 1725, veio o turno de Goiás, e, finalmente, pela mesma época, Bahia deu a conhecer seus tesouros; aqui, talvez, foram um pouco mais cedo os achados.

Os acontecimentos quer bons, quer adversos, nunca vêm sozinhos. Em 1729, em outro trecho de Minas, descobriram-se diamantes.

Fácil é compreender a revolução econômica que surgiu de tais fatos, tanto na metrópole como na colônia. Fluía um Pactolo pelos domínios bragantinos.

O governo de Portugal era verdadeiramente lamentável. O monarca, D. João V, de nada cuidava senão de se divertir e ostentar sua fortuna. Quase nada ficaria, merecedor de nota, dos milhões remetidos pela capitania do ouro; algumas construções muito discutidas, a criação do patriarcado de Lisboa, tesouros gastos em pura perda com favoritos de ambos os sexos.

Mental e politicamente, o reinado fora um desastre, pois ninguém se preocupava de coisas sérias. El-Rei tinha conselheiros de nível igual ao seu próprio. E, ironia feroz, por essa mesma época viviam dois dos mais eminentes diplomatas do reino, Luís da Cunha e Alexandre de Gusmão, um dos irmãos de uma tríade de ilustre de santistas, dos quais outro era o Padre Voador, Bartolomeu de Gusmão, o inventor da *Passarola*, e o terceiro e ouvidor de Mato Grosso, Teotônio de Gusmão cujo nome ainda relembra hoje uma das corredeiras do Madeira. De que valiam tantos talentos, entretanto, se o soberano nem lia papéis, nem ouvia pareceres ou relatórios sobre as questões mais relevantes de política, quer externa, quer interna?

Seu sucessor, D. José I, tinha valor maior. Estudava os problemas de governo, e escolhera conselheiros idôneos. Um deles, o mais brilhante, era o famoso marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, enérgico senhor de uma vontade férrea, mas presumido e alardeando conhecimentos que estava longe de possuir. Em seu espírito a desconfiança era uma doença mental; vindicativo, sua crueldade era apavorante. Ainda assim, governava, e a administração portuguesa deixou o ser, sob sua direção, a nulidade que revelara no decurso do reinado precedente.

31. *A invasão das Minas Gerais. Os diamantes* – Na colônia, tomaram as coisas feição diferente.

A primeira conseqüência do descoberto fora a invasão das minas de ouro, invasão tremenda que durou principalmente de 1699 a 1711, e continuou depois em escala atenuada. Para bem se poder compreender a significação do fenômeno, cumpre lembrar que a região era totalmente ignorada; nada havia para receber a onda dos imigrantes, e estes chega-

vam aos milhares, vindos de toda parte do Brasil como do reino. Fome, sofrimentos inenarráveis, epidemias, assaltaram os mineradores de ouro e dizimaram suas fileiras.

Antonil, em seu preciosíssimo livro, dá números aterradores sobre preços, de vinte e cinco a cinqüenta vezes os normais. Dez anos decorreram para sanar tais dificuldades: o remédio veio da abertura de chamadas estradas, antes rudes trilhos para muares e pedestres, através das serranias, e que só se mostravam menos ásperos entre as jazidas auríferas e Rio de Janeiro e Bahia. Por esta última vieram os gados das fazendas de criação do vale do São Francisco, de sua margem oriental baiana. Do litoral remetiam-se escravos e algumas, poucas, comodidades, supridas pelo Rio principalmente.

Tal situação era geral, em cada novo descoberto. Os cascalhos de Mato Grosso foram sede de uma crise de fome durante os primeiros anos de sua ocupação: miséria, calamidades, fome, só começaram a ser suavizadas quando as comunicações, apesar de perigosíssimas, se puderam organizar através da rede fluvial dos afluentes do Amazonas, e mais tarde pelo áspero caminho por Goiás e Paracatu.

As jazidas mais ricas e acessíveis estavam localizadas em Minas Gerais, que pouco após o descobrimento, foi erigida em capitania independente. Nova invasão ocorreu, ao serem manifestados os primeiros diamantes. Corolário normal, esta província tornou-se um condensador de população.

A riquíssima pedra preciosa fora achada por 1723, sem que se lhe atribuísse importância, pois só em 1729 foi reconhecida. Logo em seguida, provocou o afluxo de gente à região diamantífera, muitos milhares de garimpeiros: em 1736, calculava-se em 40.000 o número deles, em zona onde, dantes, mal se achariam umas centenas. Até hoje, as conseqüências se fazem sentir, e Minas ainda é a mais habitada das províncias brasileiras. O *rush* do século XVIII e do seguinte estabilizou-se, constituíram-se famílias e fixou-se a população.

Outros acontecimentos capitais derivaram da exploração mineira. De todos os pontos do continente chegavam aventureiros e elementos mais estáveis. As capitanias agrícolas despovoavam-se, embevecidos seus moradores pela fascinação do ouro e da gema. Índios eram maus mine-

radores, e escravos negros tornavam-se uma imprescindível necessidade; por isso se procuravam estes por toda parte, e africanos se pagavam por qualquer preço.

As colônias portuguesas da África não poderiam atender à procura crescente, pois os navios escasseavam fretados para a costa norte do Brasil. Plantadores da Bahia e de Pernambuco, seduzidos pelos preços oferecidos, vendiam sua escravatura, e, por vezes, eles próprios seguiam para o Sul a fim de tentarem fortuna no garimpo e nas minas. Desorganizou-se a cultura das terras, e era isso ameaçador prenúncio pois poderia valer por um sintoma precursor de nova crise de gêneros alimentícios.

Em vão, ordenavam os governos locais, os capitães-generais, se fechassem as estradas e se enviassem patrulhas em perseguição dos fugitivos, ou impunham taxas e multas sobre tais emigrações. Nada conseguiam as medidas repressivas. As cintilações do ouro e do diamante provavam tentação irresistível.

Com o fito de evitar concorrência industrial que desviasse da mineração qualquer fábrica ou estabelecimento nas capitâncias mineiras. Engenhos e fazendas de tabaco, e semelhantes, foram proibidos. Assim se originou o grave perigo de tudo fazer depender do metal nobre e das gemas, esquecidos os governos de que, se a faina mineradora viesse a sofrer crise, seria a ruína da colônia.

A repressão do contrabando e do descaminho era severíssimo, assim como da ocultação do ouro. Ineficaz, entretanto, e a fraude acerca desses males era feição corrente, como reação normal do indivíduo contra a exação fiscal. Nascia daí sentimento compreensível de má vontade contra governo e autoridades, que prestigiavam a lei imposta pela metrópole.

Inverteram-se as distribuições anteriores de riqueza, réditos, populações, importância e prestígio. Em primeira fila, dominadores e indiscutidos, vinham ouro e diamante.

Em Portugal, ficaria prestigiado o poderio régio. Quando, em eras outras, a coroa precisava de recursos, tinham suas necessidades de ser expostas às Cortes, que poderiam conceder ou recusar o pedido, o que colocava o soberano na posição de um postulante, com prejuízo de seu prestígio e de sua autoridade. As últimas foram de 1697, precisamente antes de se divulgarem os novos tesouros descobertos no Brasil. Com os quintos,

não mais precisaria o monarca convocar Cortes, evitando assim suas críticas e reclamações sobre exigências administrativas. As taxas ultramarinas pagariam todas as novas despesas, pois o ouro teria de solver 20 % de seu valor, e o diamante era monopólio régio.

Tudo somado eram receitas formidáveis para o tempo. Embora impossível de ser avaliada com exatidão, a produção de ouro, inclusive o descaminho, deveria ter sido aproximadamente em arrobas de 15 quilogramas:

		Goiás	São Paulo
	Minas Gerais	Mato Grosso	Bahia-Ceará
1700-1725....	7.503 arr		
1725-1735....	6.500 “		
1736-1751....	12.000 “		
1752-1787....	18.000 “		
1788-1801....	3.500 “		
1720-1801....		13.000 arr	5.000 arr
	_____	_____	_____
Total	47.500	13.000	5.000

Como grande total, achamos 65.500 arrobas ou 983.000 quilogramas, cerca de seiscentos milhões de dólares, em moeda norte-americana de hoje ou perto de cinco milhões de contos de réis em moeda corrente brasileira de nossos dias.

Tais cálculos vão até 1801. Dessa data por diante, ainda podemos tranquilamente acrescentar mais umas 400 toneladas métricas de ouro, o que eleva o total precedente a 1.400 toneladas, ou oitocentos e quarenta milhões de dólares, sejam mais de sete milhões de contos de réis.

Em princípios do século XIX, diz von Eschwege, 555 minas estavam sendo lavradas, com 6.662 trabalhadores, dos quais só 169 eram livres e 6.493 escravos. Além disso, 3.876 mineiros livres, faiscadores, lavavam areias auríferas. Um total de 12.309 pessoas ocupadas nessa indústria extrativa. Não existiam companhias nem associações para esse fim, em 1814.

Os diamantes, também davam largas receitas.

Não é possível reproduzir estatísticas fidedignas. Mesmo os algarismos oficiais, derivados dos contratos ou da administração direta das jazidas, só se podem acreditar no que se refere à sua própria atividade. Mas o diamante é tão fácil de ocultar; os escravos tanta habilidade possuíam para os empalmarem e esconderem entre os dedos do pé, na carapinha, na axila, nas dobras da escassa roupa com que cobriam sua nudez, nas rugas do próprio corpo, ou pela deglutição; que era corrente e inevitável, apesar de todos os meios de fiscalização, serem desviadas de seu destino legal numerosas pedras. O contrabando delas era importantíssimo.

Certo lapso havia decorrido, além disso, antes de terem sido reconhecidas as gemas, e apenas a partir de 1740 se esboçara uma administração regular da extração. Para tal período, não há estimativa possível.

Métodos e modos de minerar, explorar e vender, sofreram numerosas mudanças. Nunca se extinguiu o garimpo ou o contrabando. É realmente um capítulo de aventura, coragem e dor, esse da luta da administração diamantina e dos defraudadores desta. Alguns destes heróis do descaminho até hoje são lembrados no antigo Distrito Diamantino, e sua memória é respeitada. Isidoro, o mais celebre deles, morreu de torturas e de sofrimentos, prisioneiro, e sem revelar o segredo das lavras ricas onde costumava garimpar.

Os documentos oficiais relativos à extração dão os números seguintes:

Períodos dos contratos (1740-1771) ..		1.666.569 quilates
Real Extração (1772-1828).....		1.319. 192 “

Total		2.985.761 “

No período colonial, além de Minas, Bahia também havia fornecido diamantes; aí, entretanto, o governo mandará fechar as minas. Delas se perdera a memória, até que, em 1822, Spix e Martius tornaram a achar as jazidas do Sincorá. Em curto prazo, toda a Chapada Diamantina revelou suas prodigiosas riquezas em gemas; novos *placers* foram encontrados.

De Mato Grosso e Goiás sabia-se que alguns rios eram diamantíferos. Minas, do mesmo modo, mostrou possuir novos descobertos além

dos já tradicionais. Por várias zonas em São Paulo e no Paraná, entre outras, pequenas manchas se foram manifestando com escassa capacidade de produzir pedras preciosas.

Hoje em dia, os centros principais são Minas, Bahia e Mato Grosso, divulgando largas possibilidades futuras nesse ramo de indústria mineira. Não nos afastemos, entretanto, de nosso escopo, e deixemos de lado as perspectivas econômicas.

Até o fim do século XVIII, e o começo do seguinte, Minas forneceu quase três milhões de quilates, ou cerca de 615 quilogramas, diz Wappaeus, entre pedras legalmente extraídas e as do garimpo escuso. Tal cômputo abrange os algarismos até 1832, ano da extinção da Real Extração, e da liberdade de minerar diamante.

Para dar idéia das potencialidades dessa mineração, acrescentemos estatísticas de 1832 até hoje. Calcula-se que haja crescido o peso total da extração a 4.000 quilos, ou 3.400 acima do total de 1832. Carbonados, em grande cópia, têm sido exportados pela Bahia.

Tais produções, contudo, são recentes. Nos tempos coloniais, só Minas contava para o diamante. A capitania, é claro, cresceu sob todos os pontos de vista, e tornou-se a mais povoada do Brasil. Governada, embora, com mão de ferro e sob o império de leis severíssimas, seu progresso mostrava-se rápido, e a expansão alcançava todos os rumos. As conseqüências naturais de tal crescimento abrangiam todos os aspectos da vida, luxo, delicadezas, exigências intelectuais, nível da existência mais alto. Aumentava a população e desenvolvia-se a riqueza.

32. *Desbravamento da vida colonial* – Tornava-se o viver menos rude do que nas zonas puramente agrícolas do país. As cidades viam subir o número de seus habitantes a cifras desconhecidas no litoral. Tijuco e Vila Rica (os antigos nomes de Diamantina e de Ouro Preto) eram as duas capitais, a primeira na região das pedras preciosas, e a segunda na do ouro. Com o fito de dar uma noção da condensação artificial devida à atividade mineradora, e mostrar como é precária e flutua com a riqueza da extração, digamos que Vila Rica chegou a ter, segundo velhos cronistas, 100.000 habitantes, enquanto hoje mal contará 8.000. Do Tijuco dizia-se ter 40.000 almas, meado do século XVIII: nova prova dessa evolução regressiva, hoje contará talvez um quinto desse total. Transformaram-se em cidades fantas-

mas, assombradas pelas reminiscências de suas passadas grandezas, e vivendo uma vida de saudades e de recordações.

Minas Gerais naturalmente assumiu a posição dominante da colônia. Rio de Janeiro era seu porto de exportação e o de importação de escravos e de mercadorias ultramarinas. Crescem na mesma proporção de desenvolvimento das minas. Por tal motivo, tanto quanto por motivos de política internacional, ligados a defesa da fronteira sulina, em 1763 foi promovida a capital do vice-reino.

33. *Avaliações demográficas* – Não há estatísticas fidedignas de tais épocas. A tentativa de 1819 ainda é a que se pode citar como esboço demográfico. Os algarismos apresentam certo vulto, e para referir ao começo do século, um coeficiente corretivo deveria ser aplicado. Mas as proporções mantêm-se mais ou menos inalteradas.

Fora uns 800.000 indígenas, era calculada a população do Brasil em 3.596.132 almas. Na primeira linha, Minas com 463.342 pessoas livres, e 168.543 escravos, 631.885 habitantes ao todo; a proporção de escravos era de 26,9%. Vinha em seguida o Rio de Janeiro com 510.000 moradores, inclusive 23,4% de cativos. O terceiro lugar e o quarto pertenciam respectivamente à Bahia, com 477.912 cabeças compreendendo 30,8% negros, e a Pernambuco com 371.465 habitantes dos quais 26,3% eram de condição servil.

Nessa data, a percentagem pigmentar variava de 66,6 % de sangue africano, no Maranhão, a 12,8% no Rio Grande do Norte. A primeira razão decorria das largas importações de cativos conseqüente ao desenvolvimento da cultura do algodão naquela província. Outra percentagem muito elevada, de 42.5% era oferecida por Goiás, onde as minas de ouro haviam provocado larga importação de gente escura. Em média, os escravos eram 1.107.389, em uma população de 3.596.132, ou 31,0 % do total.

34. *A siderurgia*. – Como já dissemos, os negros trouxeram a metalurgia do ferro às regiões onde os minérios abundavam. Em Minas Gerais começou desde logo o preparo do metal.

O processo africano de elaboração direta do ferro, o método dos cadinhos, disseminou-se pelo distrito aurífero. A procura seria grande para as exigências dos trabalhos das jazidas. Além disso, a agricultura era outra fonte de consumo de metal, assim como as construções correntes. Minas,

além do mais, é montanhosa, cheia de pedras e de alcantis seus caminhos; os transportes exigem cargueiros e cavalos, bem como carros de bois. Todos esses animais têm de ser ferrados, o que gasta largas quantidades de material. Aqui não se podia usar o sistema comumente empregado no Norte, de chuvas mais raras, menos abundantes e de solo menos pedregoso: deixar os animais desferrados, endurecendo-lhe os cascos com sebo quente. O Brasil central é por demais úmido e as estradas molhadas e cobertas de lama não dão firmeza ao pisar dos quadrúpedes. Aos carros de bois acontece o mesmo, e as rodas têm de possuir aros de ferro.

35. *O ambiente das Minas Gerais* – A princípio, as minas eram o que são em toda parte. Lei e justiça eram valores incógnitos. Dominava, apenas, a vontade do mais forte, do mais audacioso, do mais destituído de escrúpulos. A situação da Califórnia nos dias de 49, com a diferença para pior que os mineiros daqueles tempos mais recuados eram ainda mais brancos, e violentos e rudes do que os do século XIX. Durante dez anos, a ocupação territorial das jazidas foi caracterizada por tumultos sem fim, rixas incessantes e homicídios como única forma de justiça.

Guerras interminais e organizadas surgiram entre os primeiros ocupantes, recém-vindos aventureiros e faiscadores inexpertos. Os antigos em data de presença nas minas elegeram para chefe um reinol respeitável, rico fazendeiro e proprietário de grandes rebanhos em fazendas à margem do São Francisco. Este homem, escolhido para dirigir a turba de facínoras e de desordeiros, produto de espontânea seleção, pôde manter relativa ordem nas minas e cobrar réditos legais.

Figura estranha nesses remotos sertões, Manuel Nunes Viana não era um cabecilha nem um revoltado a ostentar arbítrio e força. Lia Santo Agostinho, na *De Civitate Dei*, e obras outras de igual quilate; a expensas próprias, editou um dos livros mais espalhados da época, *O Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira, conforme averiguou Capistrano de Abreu.

Parece ter aceito sua aclamação revolucionária com o fito de pôr cobro à desordem e permitir se atenuassem ódios e paixões, até o advento de um espírito novo de calma e de relativa tolerância. Fato incontestado, quando o governador legal de Minas chegou, em 1711, trazendo consigo apenas quatorze pessoas. Comitativa ridícula se se tratasse de expungar um

governo intruso resolvido a manter-se pela força, Nunes Viana entregou o poder sem a menor relutância nem aparência de oposição, e, pacificado o país, voltou a viver em suas fazendas de gado do São Francisco.

O grande vexame para os mineradores eram as taxas e fintas. Nem só por sua exorbitância, como pelo processo irritante de sua cobrança. Existia geral animadversão contra o governo, e seus funcionários, pelo modo vexatório de suas usanças fiscais. Como regra, entretanto, os contribuintes, queixando-se embora e murmurando, não iam além dos protestos, e isso mesmo, proferidos onde não pudessem ser ouvidos e levados ao conhecimento das autoridades, suspicazes e vingativas. A delação dominava, como se sabe, nos processos governativos da época. Quando muito, algum tumulto local traduziria a íntima revolta e o desespero da vítima de exação mais clamorosa. A ordem logo se restabelecia, e nunca perigou seriamente a obediência ao poder legal.

Exceção única, 1720 ostenta um levante em Vila Rica, na capital da capitania, chefiada por Filipe dos Santos e Pascoal da Silva Guimarães. Poucos dias durou, esmagada que foi logo pelo capitão-general conde de Açumar, e justicada seu cabeça. Quis e ainda tenta o romantismo histórico fazer de Felipe um precursor de patriotismo brasileiro e republicano. Não resiste tal devaneio ao fato material de ser o herói muito bom reinol. O sangrento episódio de seu esquartejamento em Vila Rica não é senão o desfecho legal da penalidade imposta pela lei vigente aos réus de lesa-majestade, segundo a psicologia cruel da época. Setenta anos decorreram desde então, sem o menor empecilho ao arbítrio dos capitães-generais. Protestos, queixas, grita, timidamente faziam-se ouvir; nunca apelo à revolta armada nem à força material.

No Distrito Diamantino, pior ainda era a situação. Aqui as regras eram draconianas, e sob seu jugo toda a população tremia diante da terrível prepotência do *Intendente dos diamantes*. Ninguém, entretanto, se atrevia a protestar, tão discricionário e cheio de arbítrio era o poder desse funcionário, e tais a crueldade e severidade das penas cominadas no famoso *Livro da capa verde*, o código penal e administrativo do Distrito.

36. *A Inconfidência* – Toda a capitania vergava e era esmagada sob a dureza do governo. Má vontade, indignação mal velada, ódio reinavam sem peias por todo seu território. Tanto, que um grupo de funcioná-

rios da mais alta situação e de gente proeminente no meio social e no da fortuna, começou a murmurar e formular o sonho de pôr fim a semelhante tirania.

Curioso é notar que a Independência norte-americana não foi estranha a tais conversas. Alguns estudantes de Minas seguiam os cursos da Universidade de Montpelier, em França, por 1776. Entre eles, José Joaquim da Maia tomou-se de entusiasmo pela emancipação dos Estados Unidos, e animou-se a escrever ao ministro da nova unidade política em Paris, Thomas Jefferson, sobre a possibilidade de serem os mineiros auxiliados por Washington, caso tentassem movimento libertador igual. A resposta do diploma foi como não podia deixar de ser, ambígua e vaga. Maia morreu antes de voltar ao Brasil, mas seus companheiros de estudos conheciam o fato e o referiram confidencialmente a seus amigos, quando voltaram à capitania, e acharam auditório simpático à idéia.

O ambiente em que tais cogitações encontravam eco tinha por espíritos diretores principalmente sacerdotes, de instrução regular. Na lista de livros da biblioteca confiscada de um deles, lêem-se numerosos filósofos franceses.

À denúncia feita por um dos conspiradores, interessado em se fazer perdoar a dívida que tinha para com a fazenda pública, seguiu-se a devassa. Do processo decorreram penas numerosas; várias foram as condenações à morte, todas, menos uma, comutadas ao degredo na África. Um único dos réus sofreu execução e morreu na forca, sendo-lhe em seguida esquartejado o corpo, para escarmento de futuros sequazes. Recaiu a lúgubre exceção em Joaquim José da Silva Xavier, que, de sua profissão adventícia de dentista, tirou a alcunha de Tiradentes. Não era, por certo, o conjurado de mais alta significação, quer na hierarquia, quer na influência. Era, entretanto, um entusiasta, republicano, alma nobilíssima, de dedicação ilimitada a seu ideal e a seus amigos, apóstolo humilde mas convencido de um credo de liberdade e de independência. Por sua posição oficial de alferes da força paga da capitania, viajava bastante pelo território desta, e suas incumbências o levavam por vezes ao Rio. Levava consigo sempre um exemplar da Constituição norte-americana; mostrava-o indiscretamente a todos os interlocutores, e pregava sem cessar a necessidade de derrubar o jugo metropolitano, duro e rapace.

Formou-se a conjura com pessoal de escol de Minas Gerais. Era excessivo, contudo, o número de sabedores da Inconfidência. Tiradentes, exaltado e incapaz de conter seu entusiasmo, falava sem refletir em que ouvidos caíam suas prédicas e esperanças manifestadas. Admira, até, que se não divulgasse o movimento projetado antes da época em que o foi. Tais atos de força triunfar, mas para isso são necessárias organização e surpresa: esta não se poderia manter, tal a loquacidade do oficial. Talvez prove a popularidade do plano. Esse mesmo fato da longa demora em chegarem as notícias ao governo da capitania, exercido pelo visconde de Barbacena.

Um dos motivos alegados para o levante, o que realmente o tornava simpático à população, era a anunciada a derrama, para reaver o Erário Régio quintos em atraso. Tratava-se de somas elevadas. Entre os devedores remissos, e de insolvência notória, assim como entre reinóis interessados se achariam os denunciantes, os coronéis Joaquim Silvério dos Reis, Basílio de Brito Malheiros e Inácio Pamplona.

Avisado, o governador e capitão-general logo tomou as precauções indispensáveis para fazer fracassar a conspiração: suspendeu as ordens relativas à derrama, e mandou prender os denunciadores. Durou o processo cerca de dois anos.

Tiradentes foi o único a sofrer a pena capital em 21 de abril de 1792. Com essa execução, tencionava-se dar um grande e terrível exemplo aos vassalos insubmissos ou ingratos que sonhassem mudar a ordem estabelecida, e a vítima escolhida foi o chefe moral da Inconfidência. Ficou, realmente, perduradora a lição, não no sentido colimado por Portugal, entretanto, no de intimidar os colonos.

A admirável conduta superior de Tiradentes durante o processo, calma, nobre, desprendida, chamando a si todas as responsabilidades, procurando salvar a seus companheiros de rebeldia pela atenuação da parte que nesta haviam tido, tal proeminência moral o sagrava como verdadeiro chefe, condutor de homens, a mola essencial de toda a conjura. Aos contemporâneos, como aos pósteros apareceria unanimemente aclamado como cabeça de nobre tentame, enquanto a serenidade de sua conduta e seu amor fraterno e cristão aos seus colegas de desventura o apontavam como mártir, a querer atrair sobre si, para por todos expiar, todo o peso da vingança e sanção da lei penal.

Reminiscência imperecível encorajou a oposição corajosa todas as tiranias e ao despotismo português. Desfez aos poucos, mas firme e inexoravelmente, os laços de prisão entre metrópole e colônia.

Quando rompeu a revolução da Independência, em 1821-1822, uma das dificuldades mais graves encontradas pelos patriotas para dissuadir a oposição de Minas foi precisamente a fórmula monárquica preferida, pois a lembrança do mártir lhes inspirava por mais conveniente a receita extrema do obscuro oficial justificado: romper todos os liames com Portugal, mas abolir também o princípio dinástico.

Antes mesmo de nascer, a Inconfidência tinha morrido. Resumira-se em planos, projetos e conferências vagas. Nada fora feito para a transformar em realidade. Sua importância, entretanto, manifestou-se com o decorrer do tempo, não em execução, mas como sintoma. Dera a medida da opinião pública, índice da hostilidade generalizada contra a administração lusitana e seus métodos. Nela, despontava a Independência.

37. *O sentir geral da colônia* – A situação sentimental das demais capitânicas coincidia com a de Minas Gerais. Não haviam sido atingidas pela atividade conspiradora do Tiradentes, e assim não conheceram nem sofreram os sobressaltos da devassa, como se deu em Minas e Rio de Janeiro.

O progresso geral do Brasil era um fato, mesmo além da mineração produtora de tesouros, e desse surto participava toda a colônia. Nas zonas do ouro e do diamante, por 1765 se iniciou a decadência das jazidas de metal, e nos últimos dez anos do século XVIII a da extração das gemas. Fora desse âmbito, estuava a vida e se sentia o impulso progressivo iminente da terra. Exportações e importações cresciam sem parar. Em 1796, 1800 e 1806, foram as primeiras respectivamente de 11.600 contos, de 12.660 e de 14.200, na antiga moeda portuguesa. Nas mesmas datas, as importações tinham variado de 7.000 contos, a 15.800 e a 8.500.

O longo conflito anglo-francês, a princípio contra a Revolução, e depois contra Napoleão, estava enriquecendo o Brasil. O domínio marítimo estava sem vacilações em mãos inglesas. As frotas de Portugal, tanto a de guerra como a comercial cumpriam seu dever de aliado o mais antigo da Grã-Bretanha: velejavam sem empecilho pelo Atlântico, feito um lago britânico. Mercadorias eram transportadas da América portuguesa para Lisboa. Por muito tempo, as taxas cambiais pairaram muito elevadas,

acima do par, em favor do Brasil, como conseqüência do excesso das exportações.

Nos antigos colonos dominava o sentimento de crescimento incompreensível. Já sabiam e sentiam que se achavam no mesmo nível de sua antiga metrópole. Sabiam, igualmente, que Portugal receava um movimento separatista por parte da colônia. E de todos os lados vinham confirmações de tão estranhas confirmações de tão estranho fenômeno.

Importantíssimo, como sintoma era o fato da crescente intervenção de brasileiros nos conselhos governativos de Lisboa, e na direção dos negócios internacionais do reino.

Fora seu início a expulsão dos holandeses de sua antiga conquista na costa do Nordeste. Essa tinha sido uma guerra nacional, empreendida e vencida pelo Brasil, quase desajudado pela metrópole. Enquanto, na Europa, traíndo interesses brasileiros, D. João IV e seus conselheiros faziam o que podiam para pagar a paz aos neerlandeses, e ainda resgatar as vitórias dos pernambucanos, além de compensar as perdas infligidas ao inimigo invasor pelos colonos rebelados, no apavorado temor do que poderia acontecer por parte do flamengo odiado e desbaratado, os habitantes do Brasil haviam combatido, derramado seu sangue, sofrido e morrido, e expulso os forasteiros, execrados como adversários do país e desprezados como hereges da fé católica.

A capitulação do Recife impusera as condições de paz, acorde com a vontade dos colonos: incondicional, concedendo vida e transporte de repatriação para a Holanda, e mais nada.

Nunca mais, na América do Sul, guerras se moveram sem o domínio de forças brasileiras. E tal período de lutas pode-se dizer que durou mais de cem anos.

A paz foi finalmente assinada com a Holanda, em 1661. Mas com a Espanha o conflito armado prosseguiu, a partir da restauração portuguesa de 1640. De nosso lado do Atlântico provou impossível impedir as conquistas lusas sobre as colônias castelhanas. Somente em 1668 chegou a oportunidade de acordar termos de paz entre as duas coroas: a Espanha saía da guerra inteiramente vencida e confessava a derrota pela aceitação de todas as pretensões portuguesas.

Vinha confirmada a conquista do Amazonas. Nisto viam os colonos a prova de seus esforços vitoriosos por engrandecer o Brasil. Seu

poderio sobre o continente crescia cada vez mais: o rei D. Carlos II estava moribundo, e Espanha não cuidava, por julgá-la imprudente, de entrar em competições coloniais em momento tão obscuro da política internacional, ante o enigma da sucessão da coroa prestes a se abrir. A ocupação portuguesa, ou antes, brasileira, dos territórios assim adquiridos, tornava-se cada vez mais definitiva e sólida no vale amazonense.

Tropas francesas enviadas para conquistar o Amapá e a Guiana brasileira, foram vencidas e rechaçadas por forças saídas do Pará.

A sul, as bandeiras progrediam para oeste, até o rio Paraguai. Afluíam invasores até as margens do Corrente, por causa das jazidas auríferas que ali se haviam descoberto. Trabalhavam aí, aí penavam e se defendiam contra os ataques dos indígenas, por eles próprios provocados tanto quanto por incitamento dos colonos castelhanos do Peru e do Paraguai.

Foi tarefa dura e sangrenta. Procuraram, portanto, diminuir os perigos e riscos, principalmente decorrentes da travessia dos rios, nas derrotas que ligavam as novas minas à capitania de São Paulo. Conseguiram melhorar a situação, organizando fortes expedições navais nos próprios caudais, e também nos trechos em terra firme. Assim lograram submeter o gentio mais feroz e de maior combatividade.

Venceram as sucessivas guerras com as tribos, pacificaram a região por onde se estendia a antiga estrada dos rios para S. Paulo, abriram novas comunicações pelos afluentes mato-grossenses do Amazonas pelo Madeira e o Xingu e construiu o caminho terrestre passando por Goiás, Paracatu e Minas. Só então se sentiram seguros, e puderam manter comércio constante com o Brasil Oriental, do qual lhes vinham recursos de todo gênero, em homens, gado e dinheiro.

Ainda mais para sul, o conflito acerca da Colônia do Sacramento prosseguiu, no qual, pelo lado brasílio-português, se ostentaram feitos de valor e de heroísmo da maior audácia, dignos da epopéia da Índia dos séculos XV e XVI, que enaltecera o nome português, com Gama, Albuquerque e João de Castro. Inúmeras vezes, perdida e reconquistada, a Colônia viu seu *status* internacional fixado pelos tratados de 1750 e de 1778, em virtude do qual ficou sendo castelhana.

O esforço principal pesara sobre o Brasil, que fornecia homens e recursos, não se achando a metrópole em condições de amparar sua possessão ultramarina.

Um sentimento natural de ufania e de confiança em si fazia palpitarem os corações dos brasileiros.

A população igualava e já começava a exceder a de Portugal. Haveres e recursos iam da América para Lisboa, para sustentarem a existência nacional da metrópole. A energia, tanto moral como física, para sustentar a parte mais importante da monarquia conjunta, querem área, quer em população ou em fortuna, se encontraria na colônia e não fora dela, na mãe pátria. O governo local era escola de competência a servir de indicação para seus detentores no preenchimento de cargos mais elevados na administração metropolitana, nos conselhos de governo. Nestes, mesmo, por vezes iam tomar lugar homens de Estado nascidos na América. Poder e meio de ação encontravam-se neste lado do oceano, enquanto honrarias e riquezas se espalhavam sobre cabeças portuguesas.

38. *Atritos incipientes com a metrópole* – Era o Brasil para sua metrópole como um cofre de fortunas ou uma vaca de leite. Daí surgiu semente de um ressentimento fundo de um descontentamento crescente. Uma concessão se impunha: igualdade absoluta dos portugueses das duas bandas do Atlântico. O Brasil não mais poderia continuar a ser o mero sustentáculo de uma metrópole decadente.

Bem o sentia Lisboa, na compreensão que tinha do caso. Ao iniciar-se o século XIX, os receios de Portugal eram que o Brasil rompesse os laços de dependência que o prendiam ao reino. Na colônia, entretanto, nunca fora de secessão o espírito que animava o povo. Queriam, sim, ser nivelados com os filhos da metrópole, igualados no mesmo respeito tributado aos súditos europeus da monarquia

Tal sentimento tinha tido sua primeira manifestação por ocasião da guerra holandesa, ao invadir o Recife. Havia crescido no rumo de considerar os problemas de um ponto de vista americano. Já os estadistas portugueses haviam compreendido que teriam de se afastar do ângulo de visão puramente peninsular.

Enquanto as discussões sobre fronteiras entre Lusitânia e Castela tomavam por base a linha de Tordesilhas e os antigos tratados, já um conceito novo se firmara no Brasil, sob a pressão do ambiente local: a ocupação efetiva como fundamento do domínio. Era a tradução jurídica de uma situação de fato.

Tanto poder tinha tal opinião, oriunda da pura e invencível necessidade dos acontecimentos anteriores, que, ao fechar-se a guerra de sucessão de Espanha, em Utrecht, uma das feições dominantes dos tratados de 1713, com a França, e de 1715, com a Espanha foi precisamente o abandono definitivo das fronteiras consensuais por linhas astronômicas, e a adoção dos princípios antropogeográficos, como era a ocupação efetiva. Assim se procedeu, entretanto, sem fazer ressaltar a importância da mudança, como que em segredo, a fugir da luz meridiana.

Ao célebre tratado de Madri, de 1750, estava reservado, entretanto, a glória de justificar as razões políticas e sociais do triunfo da doutrina do *uti possidetis*. Desta feita, o negociador, do lado português, era um dos mais famosos diplomatas da época, o brasileiro Alexandre de Gusmão, filho de Santos.

Nunca mais se abandonou este princípio salutar para a apreciação dos fatos. O pacto de Madri foi ab-rogado em 1761, e, após longos debates, e hesitações sem conta, uma série nova de cláusulas foi a acordada em 1777 e 1778, nos atos de Santo Ildefonso: nesses, do mesmo modo que nos precedentes, triunfava também o conceito da ocupação real e efetiva.

Mesmo esses tratados não duraram. Enquanto estavam sendo objeto de demorada execução na América, a guerra geral oriunda da abolição da monarquia na França pela Revolução talou o continente europeu. Após o tratado de Basiléia, Portugal foi abandonado por seus aliados, passando a ter como adversários aliados a França e a Espanha.

Foi invadido o reino. Em 1807, o regente português, o príncipe D. João, que viria a ser o rei D. João VI, transferiu-se com toda a família real e a sede do governo, para o Rio de Janeiro, aonde chegou em 1808. Um de seus primeiros atos foi denunciar todos os tratados existentes entre Lisboa e a Espanha e a França. Desapareceram desta forma todos os compromissos anteriores sobre limites. Mas o princípio do *uti possidetis*, permanecera intangido desde 1715, coma cláusula implícita, a partir de 1750, como expressão de uma política explícita e claramente reivindicada.

Era uma vitória brasileira sobre velharias já caducas que o tempo eliminara como incapazes de solverem problemas de domínio ligados ao povoamento de zonas de terras desconhecidas.

Na vida internacional do Brasil, foi invariavelmente observada tal regra, nem só em casos nos quais dia nos favorecia, como também naqueles em que éramos contrariados em nossas pretensões.

.....

Capítulo IV

RIO DE JANEIRO, CAPITAL DA MONARQUIA PORTUGUESA

D

E 27 A 29 DE NOVEMBRO DE 1807, durou o embarque de D. João, regente em nome de sua mãe D. Maria I, demente desde a morte de seu esposo D. Pedro III. Com a família real viajava numerosa comitiva, e o plano era transferir para a América a sede do governo luso.

No dia seguinte aos últimos trabalhos de embarque, entrava Junot em Lisboa, à frente das forças francesas invasoras. Não encontrou oposição.

Em torno desses acontecimentos se formou uma lenda de fuga pura e simples, vergonhosa e covarde. E, entretanto, se tratava de executar um plano maduramente e politicamente delineado, o mais acertado nas condições peculiares de Portugal.

39. Transferência da Família Real para o Brasil. – Quando se evidenciou que, em sua luta de vida e morte contra a Inglaterra, Napoleão assentara fechar o desembarcadouro da Grã-Bretanha no continente, através de Lisboa e Portugal, ficou selada a sentença do desaparecimento do político de D. João e do reino bragantino.

Conseguira a diplomacia joanina, durante anos, adiar o cumprimento desse desígnio, e para isso lançara mão principalmente do suborno que se desenvolveu em largo sistema de compra de simpatias em torno do Imperador e na administração imperial, sistema pago pelos diamantes

do Tijuco. Já agora, impossível se manifestava recuar o prazo da operação de política hostil ao adversário insular. Após Trafalgar, nenhuma solução outra se poderia escolher, pois o momento chegara para o governo francês de vencer ou de capitular.

A princípio, D. João acreditou que o perigo ameaçador ainda se lograria conjurar, e nesse rumo se exerceram os esforços contemporizadores de Lisboa, com o fito de deixar protrair as discussões até que o tempo as fizesse esquecidas. Em curto prazo, porém, o ministro em Paris avisou o príncipe que as coisas se apresentavam mais graves do que nunca, e que o dilema se oferecia entre ser fiel tradicional aliança inglesa e ser expulso do reino, e se tornar aliado de Napoleão, fechar o país à influência britânica e tomar parte no sistema do bloqueio continental.

Não mais se toleraria a política da neutralidade, jogando uma contra a outra as duas nações em luta. Entre a bigorna e o malho, o miserável pequeno reino teria de, em qualquer hipótese ser esmagado.

Os portugueses eram, e ainda são bons soldados. O Imperador, conhecedor dos mais autorizados, tinha-os em alta estima e sempre louvou a *Légion portugaise*. Como poderia, contudo, o minúsculo Portugal alimentar uma esperança de vitória em um conflito armado contra França e Espanha, aliadas?

Entre o governo de Londres, o enviado luso perante o gabinete de St. James, os conselheiros de D. João em Lisboa e o próprio regente, foi sugerido a idéia de transferir para a América do Sul a sede do governo e toda a administração do reino.

Cinco anos antes, da Rússia, surgiu tal solução do vazio ante o inimigo. No império dos tsares. Pai Inverno (como o apelidavam) atacaria e destruiria o assalto francês à Santa Rússia. Em Portugal, o oceano daria cheque e anularia qualquer conquista, até que a inversão dos destinos viesse auxiliar a nação mais fraca.

Neste ensaio, que sumariamente compendia acontecimentos dos mais complicados, é impossível explicar por miúdo as alternativas do espírito de João. Astuto e tímido, profundo conhecedor das condições e dos interesses de seu país, benignamente disposto para com seus súditos, era uma mentalidade tibia e hesitante, apavorado de tudo, incapaz de seguir uma resolução de energia. De seu primeiro contato com os embaixadores

de Bonaparte, Lannes, por exemplo, havia ficado um traço de simpatia. Se, em vez de Junot, brusco e rude, o comandante francês da invasão houvera sido o próprio Lannes ou outro de estofo igual, meio general, meio diplomata, talvez o regente se não abalançasse a atravessar o Atlântico.

Até o último momento, esperava o príncipe torturado surgisse qualquer fato imprevisto que lhe permitisse ficar em Lisboa, tanto era seu pavor da viagem oceânica. Consentiu e ordenou que tudo se aparelhasse para a travessia. De como suas ordens foram bem obedecidas, dá testemunho irrecusável o ter singrado a esquadra emigrante horas depois de embarcada a família real. Todo o acervo administrativo estava a bordo, arquivos, documentos e papéis de governo, e de tal forma arranjados, que, ao desembarcar no Rio de Janeiro, nenhuma falta ou dificuldade especial se fez sentir, e a faina de dirigir a monarquia continuou no novo continente tão normalmente como se estivera o regente em Lisboa. Que melhor prova exigir da previsão, do longo preparo, e da observância das ordens mais minudentes para organizar o plano de transferência?

Aí se encontra mais um elemento probante da precisão das negociações e das decisões dos Conselhos de governo, ao discutirem o problema. Inúmeros documento quer oficial, quer particulares, consoam nesse mesmo acerto. Mas o príncipe, tudo preparado para se realizar a transferência, hesitava e demorava a partida, e evitava ir a bordo da nau que o haveria de receber, até que lhe chegaram aos ouvidos as novas apavorantes de que Junot estava próximo à capital, prestes a invadi-la. De fato, a frota ainda estava ancorada no Tejo, quando as forças francesas marcharam na cidade.

Não há dúvida de que os momentos de embarque do regente, sua atitude lamentável, a confusão, a desordem haviam de impressionar como uma fuga sem dignidade e apavorada. Nem por isso deixava de ser a execução deplorável de um plano político e internacional, previamente discutido e fixado em todos os seus detalhes, após madura ponderação de todos os seus aspectos.

Em si, nenhuma novidade era para Portugal a idéia da transferência para o Brasil da sede da administração pública.

Meado do século XVI, por 1550, Martim Afonso de Sousa aconselhara a D. João III assim proceder. Em 1580, quando Filipe II de

Espanha tratava de obter, de armas na mão, sua aceitação por Portugal como seu legítimo soberano, na qualidade de herdeiro do cardeal-rei D. Henrique, era de fato a primeira na ordem dos titulares do direito hereditário D. Catarina, duquesa de Bragança, a mais próxima parenta do monarca falecido. O soberano espanhol tentou convencê-la e propiciá-la, pela oferta de elevar o Brasil a reino independente sobre o qual ela assentaria seu trono. Após a Restauração de 1640, D. João IV sentira quão fraca era sua posição, e tratou de se defender das ameaças que o rodeavam por parte de Castela, e para isso procurou alianças por toda a Europa. Um dos planos então formados seria casar o desventurado herdeiro da coroa D. Teodósio com uma princesa francesa; o casal reinaria sobre Portugal, enquanto D. João seguiria para o novo mundo e aí fundaria novo reino no Brasil. Finalmente, após o terrível terremoto de Lisboa, em 1755, o grande ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro conde de Oeiras e marquês de Pombal, teve o projeto de abandonar a Europa e criar no Brasil um poderoso império.

A invasão francesa de 1807 chamou à existência um plano já velho de mais de séculos.

Nada mais é mister acrescentar para tornar evidente quão superficial é o conceito dos que opinam ser mera evasão ou pânico, tal ato de importância capital para ambos os países.

Em qualquer caso, significaria vitória. O oceano dominado pelas frotas britânicas era um obstáculo que o poderio napoleônico não lograria transpor. Mesmo vencida no continente, era, contudo, invencida e incontestável a Grã-Bretanha. Se o genial corso triunfasse finalmente na cruenta luta, a monarquia portuguesa na América do Sul permaneceria intacta como aliada do reino insular. Se uma reação se iniciasse na Península, as tropas portuguesas, de combinação com os exércitos ingleses, começariam a expelir os forasteiros do território lusitano. Assim aconteceu realmente, e constituiu a campanha peninsular.

O momento, portanto, era crucial, para a metrópole, tanto como para a colônia, em sua história conjunta.

40. *A recepção no Brasil* – Tais haviam sido os progressos do Brasil; em tão justos termos se formulavam as queixas e as exigências suas: sofrimentos locais, derivados do sentimento ferido por uma imposta infe-

rioridade, torturavam tão doridamente os colonos; que, tanto a corte como o governo, receavam ser recebidos com escassa hospitalidade, senão com hostilidade.

Falharam todas essas previsões pessimistas. Feridos e queixosos, embora, da indiferença, da condescendência escarninha e arrogante com que os tratavam os portugueses da Europa, ainda para eles gozavam monarquia e monarca de prestígio grande demais para que se pudesse apagar o jubilo imenso, vindo do fundo da alma que lhes inundava o coração, em virtude da presença de el-Rei no Rio, e da ascensão da cidade à categoria de capital de todo o reino. Apesar dos desconfortos sem conta e das inconveniências e dos sacrifícios pessoais que lhes eram infligidos por subalternos cortesãos, a insultarem e chacotarem os colonos, impondo-lhes despesas inauditas para seu estalão de vida; apesar de tudo, de todos esses e de outros aborrecimentos, brasileiros e Brasil nunca esqueceram a iniciativa de D. João e os benefícios trazidos à antiga colônia.

A presunção dos cortesãos, a impertinência vazia dos funcionários do reino; tudo se desprezava se ridicularizava ou se odiava. O regente, ao contrário, era amado e respeitado. Pelas ruas que atravessava, ou nas estradas que percorria, as gentes se ajoelhavam diante dele. Sua conduta benévola, bondosa e chã para com os humildes conquistava-lhe todos os corações, nessa população acostumada a ser destrutada pelos europeus, ou, pelo menos, sofrer vexames e injustiças.

Em Portugal, o príncipe não fora amado, salvo por poucos íntimos. Sua esposa era a eterna cabeça de todas as conspirações contra o poder régio, a planejar seu destronamento, quiçá sua morte. Graves suspeitas, pelo menos, pesavam sobre ela, nesse particular. D. João a temia e odiava por igual, por esses motivos, como também por sua incontinência. Viviam vida separada, e só compareciam em público juntos, quando assim impunham as cerimônias e a etiqueta.

Ao desembarcar no Rio, logo sentiu o ambiente de gratidão pública que o cercava e lhe prodigalizava respeito e afeto. O Brasil o conquistou, e dele fez um amigo, o melhor e o mais avisado de todos os servidores do Estado. Pela primeira vez, o país ia sendo governado como unidade autônoma, e não exclusivamente como uma arca de tesouros ou mera fonte de recursos para as necessidades metropolitanas.

Com a rainha, D. Carlota Joaquina, ocorria precisamente o inverso. Era geralmente odiada, tão íntimo, forte e rude era seu desamor pela terra, antipatia que não escolhia termos para se externar e se manifestar. Diante de sua carruagem, galopavam dois batedores, soldados de cavalaria que obrigavam os transeuntes a se ajoelharem diante da soberania em passeio: quem não obedecesse imediatamente à ordem, sofria castigo de pronto, a relhadas ou mesmo a pranchadas de espada.

De uma feita, Thomas Sumter, ministro dos Estados Unidos no Rio, encontrou a princesa, reconheceu-a e polidamente a cumprimentou com seu chapéu. Os cavalarianos, galope, que não conheciam o diplomata, o cercaram, ameaçadores e com a menção de usarem dos chicotes. Sumter, tranqüilamente, puxou de um par de pistolas e avisou os desabotinados soldados para que se retirassem, pois estava disposto a matá-los se continuassem a se aproximar. O escandaloso incidente teve de ser objeto de solenes desculpas oficiais. Depois disso, a escolta da rainha teve de se coibir em seus excessos.

Este detalhe dá a medida do gênio e dos modos da infanta espanhola casada com o bonachão do príncipe regente. Mera justiça, entretanto, é dizer quanto ela era superior ao esposo em inteligência, energia, coragem e dedicação aos seus amigos. Era um *leader*, um condutor de homens nato. Durante trinta anos, até a sua morte, foi o chefe real dos absolutistas de Portugal: os mais altaneiros guias do partido, por mais famosos que fossem, curvaram-se ante sua direção. Combatia, sem tréguas nem temor, por seu ideal político, a restauração e o pleno e público reconhecimento da monarquia de direito divino.

D. João era querido, mas também era carinhosamente e tolerantemente desprezado por sua fraqueza e sua covardice. Com sua opinião ninguém se preocupava, e isto o levava a esconder seus sentimentos, bem como a procurar vencer, adiando as soluções, lançando seus conselheiros uns contra os outros, um ministro em oposição a seus colegas, dividindo para reinar. Curioso é que, na maioria dos casos, lograva realizar seus intuitos, pela força tremenda da apatia e do adiantamento. Triunfava, cansando seus adversários.

Impetuosa (a si própria chamava *gitana*) de ânimo forte, voluntariosa, amiga segura, protetora indefensa e sem limites de seus sequazes,

temível em suas animadversões como está no original irrestrita, leal aos seus ideais, corajosa e nunca desalenta pelo insucesso, pelos obstáculos ou pelos perigos, D. Carlota Joaquina exigia e dispunha da obediência imediata e da disciplina indiscutidas de seus partidários; correlatamente, era odiada por seus adversários.

É provável que, em seus sentimentos, a primeira linha pertencesse ao ódio e ao desprezo que nutria pelo marido. Nunca se sentiu portuguesa de coração: viveu e morreu infanta de Espanha, dedicada a seu irmão D. Fernando VII.

Tal antagonismo, agudo desde os primeiros anos de seu consórcio, foi crescendo com o perpassar do tempo. Em Portugal, perto de sua própria pátria, Carlota Joaquina se sentia uma estrangeira: tinha partidários convencidos, seguidores incondicionais. No Brasil, afastada de tudo e de todos, sem ponto de apoio para sua ação, sentia-se fraca e desarmada. Assim mesmo, por sua mesma falta de poder, ia avultando seu ódio à terra onde tais coisas eram possíveis. Não obstante, desde o início de seu estágio na América, começou no Continente uma política sua, contra o esposo e os interesses portugueses.

41. Organização do governo no Rio – Semelhante fato assumia importância capital, pois ao desembarcar na antiga colônia o regente deparava para seu governo com problemas novos e inteiramente desconhecidos.

Até então, a América portuguesa havia trabalhado em benefício da metrópole. As capitanias estavam com seus orçamentos equilibrados, as receitas pagando os gastos. A imigração da Corte rompeu essa equivalência de réditos e de despesas, pois todo o peso da administração integral do reino vinha recair sobre o contribuinte brasileiro. Nada se poderia esperar de Lisboa. A invasão destruiria ou perturbaria todo o mecanismo administrativo e arrecadador. O quase-nada que sobrevivera tinha mais que fazer de que atender a serviços fora de Portugal. As taxas, sempre atrasadas em seu pagamento, apresentavam agora aspecto caótico, como era natural: como cobrá-las com um exército francês acampado no país e a perturbar tudo com seus excessos e suas requisições? Além do que, do Rio se deveria remeter recursos para as tropas que combatiam a Junot.

Por outro lado, o Rio de Janeiro não contava mais de 130.000 habitantes, de costumes inteiramente coloniais e atrasados. Higiene au-

sente; falta de esgotos; nenhuma remoção do lixo da cidade; nenhuma noção de tais necessidades. Estalão de vida muito modesto e baixo. Festas, pouco numerosas, principalmente religiosas: procissões, *te deum*, sermões. Excepcionalmente, o vice-rei dava uma recepção. As casas eram ocupadas por seus donos. A escravatura era o alicerce de quase todos os serviços, quer públicos, quer particulares.

De um momento para outro, tudo isso teria de ser modificado, para o fim de receber, alojar e sustentar alguns milheiros de forasteiros, habituados a um gênero de vida bastante mais exigente. Instigação ao progresso é certo, mas forte desconforto e imprevista dificuldade no momento.

Primeiro obstáculo a vencer seriam os recursos e o problema, da morada.

O entusiasmo produzido pela chegada da família real abriu caminho para se realizarem os mais custosos sacrifícios, em matéria de incômodos. Em parte por ordem do vice-rei conde dos Arcos, em parte por espírito de júbilo patriótico, esvaziaram-se casas para serem postas à disposição dos recém-chegados, indo os proprietários alojar-se em outros prédios inferiores; para outros imigrantes de graduação arranjaram-se pensões. Finalmente, foi possível conseguir teto para os retirantes voluntários vindos da metrópole.

Por todo lado, ouviam-se queixas, resmungos e suspiros: os cortesãos sentiam a diferença entre as imposições da nova residência e os usos correntes de sua pátria européia. O elemento local, fora de seus cômodos, ou em casas superlotadas pela invasão dos ádvenas, impostos e sem convite, lamentava a perda de suas prístinas larguezas de existência. Pouco a pouco, entretanto, foram-se acomodando as coisas, e os apertos se toleraram melhor ou mesmo gradualmente desapareceram. O tempo foi atenuante dos atritos.

O problema dos recursos, contudo, era o mais custoso de solver.

Tratava-se de mudança brusca, inesperada e enorme para o Brasil. Um dos primeiros atos do regente foi abrir os portos da terra e libertar o comércio da obrigação de só se efetuar com a metrópole. Cessou tal monopólio.

Muito se tem escrito sobre essa medida, e seus principiais autores têm recebido elogios sem conta. Talvez embora merecidos, haja sido

ultrapassada a justa apreciação dos fatos. Era inevitável que assim acontecesse. Desde a transferência da sede do governo para a América do Sul, Portugal perdera seu ascendente metropolitano. Invaso e talado pela força de Junot, não mais poderia existir quer a navegação, quer o comércio: os navios britânicos policiando os mares capturariam os barcos vindos de portos sob o guante da conquista napoleônica. Como fechar os embarcadouros do Brasil à Grã-Bretanha, cuja proteção e cujo auxílio haviam tornado possível a execução do plano político a que obedecera a vinda ao novo continente? Além disso, donde viriam as mercadorias que Portugal dantes mandava à sua colônia? Para onde iriam os lenhos que transportavam as exportações brasileiras?

Estava no regaço das coisas inevitáveis, fatais como consequência da mudança da sede do governo, a abertura dos portos americanos. Dependia dos acontecimentos e não da vontade humana ou de sua intenção. Parece, portanto, algo frívolo, investigar a quem cabe o mérito da idéia. O fato deu-se, porque não podia ser de outra forma. Era forçoso criar o comércio com as demais nações, para se não suspender a vida nacional e a satisfação das necessidades já implantadas nos hábitos nacionais. Ainda daí advinha à possibilidade de coletar impostos de importação e taxas outras, que constituíam a principal fonte de réditos para o erário régio. O mérito, na realidade, consistiria em ter reconhecido o aspecto compulsório do problema e, sem demora, lhe ter dado solução pelo Alvará de 28 de janeiro de 1808, libertando o comércio.

Era de natureza especial a autoridade do regente. Deixara agir seus ministros. Em regra, tais conselheiros não concordavam, em suas opiniões, e o príncipe apreciava tais divergências por lhe permitir equilibrá-los e, entre os pareceres, escolher aquele que correspondesse à sua própria vontade, sempre mantida secreta. Realmente, havia conflito permanente de pontos de vista, de idéias e de métodos. De uma feita, von Eschwege, geólogo e viajante de grande fama, apontou para um dito popular característico da situação de três desses ministros: compara a três relógios, dos quais um andava sempre adiantado, o outro atrasava, enquanto o terceiro vivia parado.

D. João tinha de promover iniciativas de duas sortes: na política interna, e na política externa.

42. *As necessidades internas* – Em sua nova capital, tinha de reaver o tempo perdido. Sentia agora que seus vice-reis o não haviam plenamente informado das condições reais do país, e que mesmo em alguns casos fora enganado. Os tempos áureos da indústria extrativa eram coisa do passado. A agricultura, com todos os seus corolários, via-se asfixiada pela falta de crédito, pela ausência de uma legislação adequada, pois a vigente se baseava na idéia falsa da riqueza das minas e de suas necessidades e exigências. Os elementos locais poderiam auxiliar na solução de mais de um ponto difícil. Havia sacerdotes, legistas, funcionários que tinham seguido os cursos de Coimbra. Alguns tinham viajado pela Europa, e achavam-se no mesmo nível do pessoal que com ele, viera de Lisboa. Possuíam, além do mais, uma incontestável superioridade: conheciam a terra.

Deu começo imediato a seu programa de melhoramentos e de novas fundações, no Rio como em outros pontos do país.

Desde 1699 fora aberta no Rio uma aula de fortificação. O primeiro núcleo do futuro arsenal de guerra data de 1793. Na segunda metade do século XVIII, surgiram numerosas academias literárias de vida efêmera. Em 1739, dois seminários preparavam funcionários e sacerdotes. Seus programas, contudo, eram resumidos e já se não prestavam plenamente às exigências crescentes da colônia.

O ano de 1808 foi o período crítico e decisivo. Logo após seu desembarque, o regente promoveu a fundação de colégios de cirurgia e medicina, no Rio e na Bahia, e de uma academia de cadetes da marinha. Uma imprensa régia começou a funcionar. Nos anos subseqüentes, 1810 e 1811, abriram suas portas uma escola de comércio e uma academia de guerra. Em 1814, foi posta à disposição do público uma livraria, célula inicial de nossa atual Biblioteca Nacional. O Museu Nacional criou-se em 1818, bem como a Escola de Belas-Artes. Com o fito de melhorar os métodos agrícolas, de introduzir e aclimar novas plantas, em 1808 se deu os primeiros passos para a criação de nosso Jardim Botânico de hoje. Revogaram-se leis, regulamentos, e demais atos, que traziam empecilhos à atividade industrial nas capitâncias mineradoras. Tudo se envidou para proteger e desenvolver as energias iniciadoras.

Uma das mais graves dificuldades da época era a ausência de crédito. Portugal, em tempos normais, não possuía dinheiro para dar ou

emprestar. Menos, ainda, enquanto se estorcia sob a prepotência dos invasores franceses. A Inglaterra, por demais preocupada com seus próprios apertos, financeiros e outros, da guerra contra Napoleão, só protegia com seus subsídios os governos que, eles também, movessem a mesma luta ou nela tomassem, parte. Só restava aberto um único caminho livre: a emissão de papel-moeda. Em 1808, fundou-se o primeiro Banco do Brasil. Era um mecanismo incógnito, e tinha de fazer face a todas as falhas e obstáculos inerentes a semelhante desconhecimento.

Das ações, a soma máxima de cem contos não havia sido vendida até dezembro de 1809. Em vez de deixar o banco fazer seu negócio normal, o governo multiplicava exigências de dinheiro para toda sorte de gastos. Nem sempre a gestão do instituto foi merecedora de louvor, ou mesmo se isentou à pecha de prevaricação; em casos raros, seja dito com justiça.

Em vésperas da volta ao Reino, praticamente toda a emissão se achava em mãos do monarca, da Família Real, dos cortesãos a regressarem a Lisboa ou dos funcionários que seguiam a reassumir suas funções na Europa. Toda essa massa de bilhetes foi apresentada troco ao estabelecimento de crédito, e teve de ser resgatada com moeda metálica, ouro e prata. Da noite para o dia, caiu a caixa a 200 contos. Ainda estava por ser feita a educação do comércio local: uma década mal bastou para tornar corrente o uso da nota de banco.

Vinha embaraçada a circulação desses papéis pelo fato de se restringir o curso a áreas limitadas: Rio, Bahia e S. Paulo. D. Pedro, o primeiro imperador do Brasil, tinha má vontade a esse aparelho, que não compreendia bem; por isso, lhe moveu crua guerra. As necessidades costumeiras do comércio eram atendidas sem dificuldade, mas os reclamos do governo impunham crescentes emissões de bilhetes.

Quando, após vinte anos dessa luta titânica contra a hostilidade oficial, houve de se fazer o reembolso da circulação fiduciária, que se elevava a cerca de 19.174 contos, em consequência da ordem legislativa de 1829 para liquidar o banco, ficou evidente que o total correspondia quase precisamente à dívida do tesouro à caixa bancaria, no valor de 18.301 contos.

Foi tal liquidação um dos mais formidáveis erros cometidos na administração financeira do Brasil. Apesar de erros e faltas, o banco havia sido a fonte única de crédito para a atividade do país, e seu esforço nunca

se desmentira nem falhara. Completou a prova do acerto o resultado da liquidação. É sabido que vender títulos, apurar valores tocados pelo descrédito de uma catástrofe comercial, é tarefa ingrata; ainda assim, pagas todas as dívidas, restabelecida a ordem nas contas do estabelecimento, os acionistas receberam ainda 90% de seu capital. Resultado lamentável, durante anos privou-se o Brasil de um órgão de financiamento fiduciário.

43. *As dificuldades internacionais* – Outra série de graves dificuldades provinha dos laços políticos por demais íntimos existentes entre Portugal e Inglaterra. Eram as duas nações, aliadas seculares desde o tratado de Methuen de 1703 e essa aliança havia resistido a provações duras. Na guerra ainda reinante entre a Grã-Bretanha e a França, a princípio neutro, depois ao lado do reino insular, Portugal havia demonstrado sua solidariedade com seu antigo amigo e associado.

No gabinete de D. João, dividiam-se as simpatias. O regente não desgostava a França, mas a corrente mais forte, chefiada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares, batia-se pela Inglaterra, sua política e sua colaboração. Era forçoso aceitar este ponto de vista, desde que o plano de transferência da Família Real para a América fora organizado em Londres. Fez-se o transporte em vasos portugueses, mas uma esquadra da frota britânica, sob o comando de Sir Sidney Smith, auxiliou e protegeu a viagem dos retirantes. Dentro em prazo curto, forças inglesas desembarcaram em Portugal, e cooperaram com as tropas nacionais nas hostilidades, desde logo abertas, contra o exército de Junot, e na expulsão dos soldados napoleônicos do território invadido.

Tanto D. João como Linhares mostravam-se extraordinariamente gratos por essa intervenção tão útil quão oportuna. Sua simpatia primitiva cresceu e ascendeu a níveis inesperados; agiu neles, de modo a lhes arrancar anuência a medidas que tinham de trazer conseqüências, sob o influxo das quais o Brasil gemeu durante quarenta anos. Como atenuante, talvez se possa alegar para diminuir a gravidade do erro econômico e político cometido, que o governo lusitano se achava inteiramente nas mãos da Inglaterra, e entre esta e a ameaça francesa figurava como casca de noz entre o malho e a bigorna.

O bloqueio continental de Napoleão, por um lado, as ordens em conselho inglesas, por outro, faziam dos oceanos um lago britânico, no

qual nenhuma voz se fazia ouvida além da do gabinete de St. James. Portugal só podia pôr em linha raros e antiquados vasos de guerra: sua marinha mercante era de categoria inferior e pouco numerosa: teria de engolir seu natural orgulho, e tolerar o que não tinha remédio senão agüentar.

Finalmente, argumentos, pedidos ou exigências, eram interpretados e presentes ao regente e seus ministros pelo celebre *lord* Strangford, um diplomata adepto da *big-stick policy*, perante o qual tremia acovardado o pobre D. João, que ignorava e nunca cuidou de compreender ou de experimentar o que significava a justa resistência à prepotência.

Agindo por essa forma, o emissário britânico logrou extorquir em 1810 da pusilanimidade governamental mais de uma concessão, equiparando as duas marinhas mercantes: comparando a desproporção das duas atividades comerciais, se evidencia que era um acordo unilateral, e tanto mais assim, quanto se revelou mais tarde que o gabinete não tinha poderes legais para conceder aos barcos portugueses os favores e as taxas que o diplomata havia prometido estender-lhes.

Por outro lado, alcançou obter no Brasil, para importações das Ilhas Britânicas, direitos de alfândegas menores do que os próprios impostos pagos pelas mercadorias metropolitanas, fazendo destarte concorrência estranha ao interesse da mãe pátria, ainda com a concessão de privilégio análogo ao das antigas *capitulações* orientais, a célebre *conservatória*, pela qual tinham os súditos britânicos o direito de ser julgados por juiz especial, o juiz conservador em todos os seus litígios.

Conseqüência da propaganda abolicionista do tráfico de Wilberforce nos meios políticos ingleses, a abolição do comércio de negros africanos no Brasil foi imposta ao regente que relutava a adotar tal medida; em acordo subsequente se fixaria o prazo a partir do qual se tornaria operante a ordem proibitiva. Finalmente, uma convenção foi assinada para se criar, mediante contrato, a primeira linha de navegação regular entre o Brasil e o Reino Unido.

Nesses convênios; se encontram os pontos de partida de inúmeros dissídios e atritos, que, com o decorrer do tempo, chegaram quase ao rompimento aberto de hostilidades. De fato, D. João havia até certo ponto comprometido a liberdade do comércio do Brasil, pelo erro de conceder um regime excepcional para as importações inglesas, assim como ferira a

soberania nacional admitindo em território nossos juízes forasteiros e tribunais para julgamento de nossos patrícios: e, bem assim, por haver permitido que forças navais e leis inglesas fossem em assunto de tráfico competentes para capturar, julgar e punir tripulações de barcos portugueses.

Desde logo, começou a se sentir o influxo de tais fraquezas. Em 1816, já após a queda de Napoleão e normalizada a situação da Europa, enquanto a cabotagem se realizava por meio de navios nacionais, menos de metade do tráfico oceânico ultramarino se fazia sob o pavilhão das quinças, e o restante representava o quinhão britânico.

44. *Os progressos realizados* – Ainda assim, progredia o país. Novos mercados, novos meios de transporte, estimulavam a produção. O café já tendia a constituir-se uma indústria basilar da América portuguesa, juntamente com o açúcar, os couros e peles, tabaco e algum algodão. Em 1822, as exportações de tais mercadorias eram, em peso, de 24.318.304 libras de café, 45.644.800 libras de açúcar, e 5.208.000 libras de algodão. Decaía muito a indústria mineradora, embora ainda houvesse alguma atividade na exploração.

Contudo, um sintoma grave estava aparecendo, quanto à má administração econômica da terra: a queda das cotações cambiais. Era a paridade legal a de 67 1/2 *pence* por mil réis. Já em 1822 havia caído a taxa a 47*d*, queda tanto mais significativa, quanto na segunda década do século ascendera a 70 *d*. A vida comercial achava-se mais ou menos equilibrada em torno de 8.500 contos no lado das importações, e aproximadamente outro tanto no das exportações. A causa dominante da desconfiança assim revelada no mercado monetário residia nos receios infundidos pela política do governo.

A guerra peninsular de reconquista de Portugal era um dever, e não poderia ser evitada. Parte, apenas, dos gastos seria suportada pelos contribuintes, pois a Inglaterra não só subsidiava o reino, como tinha mandado suas próprias tropas combater ao lado das lusitanas.

45. *Atritos iniciais na Prata* – Na América do Sul, entretanto, o mesmo conflito de sentimentos e de interesses, reinante na Europa, instigava uma política de engrandecimento do Brasil, que levava, por suas intervenções ao sul do continente, a entronizar a desordem nas finanças nacionais.

Para complicar ainda as coisas, e tornar o problema aparentemente insolúvel e causar despesas que o Tesouro não comportaria, avultava o fato de que não existia unidade no rumo internacional seguido: três políticas inconciliáveis disputavam a primazia na foz do Prata, a de D. João, a de D. Carlota Joaquina e a da Inglaterra. Além disso, os conflitos locais separavam os partidários em *godos e criollos*. Os primeiros, castelhanos vindos da Península; os segundos, já nascidos e criados na América alguns, sonhando já com a Independência; a maioria, fiel ao trono borbônico de Madri.

A campanha da França e Espanha, aliadas, contra Portugal, conduziu à ocupação da Península pelas forças de Napoleão. Estas haviam promovido tumultos e rixas, e Murat, seu comandante, agindo por ordens e instruções do imperador e auxiliado pelo herdeiro presuntivo da coroa, o príncipe das Astúrias, o futuro D. Fernando VII, aproveitou o pretexto para tornar inevitável a abdicação do reinante D. Carlos IV. No ato de Bayonne, a abdicação implicava a destituição da dinastia, e daí decorreu a entronização de José Bonaparte, irmão do corso imperial.

O vice-reino de Buenos Aires, a exemplo das províncias espanholas revoltadas, não reconheceu o novo rei, decidiu obedecer ao único herdeiro legal da coroa, D. Fernando VII. No Rio, D. Carlota Joaquina, movida por seu amor fraterno e pelos interesses dinásticos, apresentou sua própria candidatura à regência como a mais próxima herdeira do trono, na ausência do irmão. Seu esposo, desde a tragicomédia de Bayonne e a ascensão de José Bonaparte, era o aliado natural de D. Fernando. Fez imediatamente causa comum com a infanta espanhola, e instruiu seus ministros para agirem de acordo com seus desejos. Isso, ostensivamente: pois nunca olvidou que seu próprio dever era servir a Portugal.

Por lei, tinha D. Carlota Joaquina o direito de reclamar a regência. Para ela, começaram a voltar-se os olhos das províncias e das colônias revoltadas contra o intruso e detestado francês. México e Rio da Prata eram os primeiros nessa campanha. Na Espanha, propriamente, onde a rebeldia era dirigida pelas *Juntas*, sob a orientação superior da *Junta Nacional de Sevilha*, a idéia não gozava da mesma simpatia: não possuíam as filhas de Carlos IV o favor público. Além do que, o pendor geral manifestava-se em prol de uma monarquia constitucional, enquanto eram conhecidas as

convicções inabaláveis da família Bourbon, absolutistas intransigentes. A Inglaterra também, cuja influência era decisiva na Península, não favoreava tal forma de governo, argüida e prepotente.

Quando, logo após o destronamento do rei de Espanha em 1808, Buenos Aires enviou um emissário ao Rio de Janeiro para indagar da disposição de ânimo de D. Carlota Joaquina quanto a uma regência constitucional no vice-reino, não só expulsou ela o enviado, como o denunciou como rebelde ao vice-rei em exercício, D. Santiago de Liniers. Desde então começou a desmaiar a esperança concentrada na pessoa da infanta, como possível solução da vacância do trono durante a detenção de Fernando VII: tinha-se por demais claramente evidenciado e tornado público o espírito reacionário da candidata à regência.

Em Buenos Aires, achava-se muito tensa a situação. Os castelhanos imigrados desprezavam os *criollos*. Estes queriam ter uma *Junta* própria, como as demais províncias metropolitanas enquanto os primeiros de acordo com o representante da *Junta de Galícia*, apenas desejavam ter novo vice-rei designado pelas autoridades espanholas.

As manobras do Rio de Janeiro haviam ainda aumentado a confusão dos pareceres. Na primeira metade de 1808, o Cabildo de Buenos Aires tinha recebido ameaças, caso se não submetesse à exigência de se incorporar à monarquia portuguesa. Com a maior indignação, fora a sugestão repelida tanto pelo Cabildo como por Liniers.

Mas a insurreição generalizada de Espanha havia mudado a face das coisas, e feito aliados contra o inimigo comum Napoleão e os antigos adversários tradicionais da Península. Em todo caso, não se podia exigir do multissecular desafeto de Buenos Aires confiança ilimitada. Os acontecimentos, ali, não se mostravam simples: espanhóis contra *criollos*; aqueles a conspirarem por tornar a possuir a supremacia local que haviam perdido por sua própria imperícia no memento dos monopólios comerciais por eles detidos, e por suas pretensões políticas excessivas; funda agitação liberal, criada e mantida pela maçonaria; a experiência feliz de governos autônomos, posta em prática por Liniers. De tantos fatores em presença resultara a convicção de que o maior perigo consistiria no triunfo dos espanhóis imigrados.

Uma solução existia, e próxima, legal sem dúvida: a regência de D. Carlota Joaquina. Melhor seria fiar nas promessas que ela multiplicava

nos portenhos mais influentes. Já não havia ela livrado o vice-reino, conjurando a ameaça de missões perigosas, desconhecidas, qual a empresa militar do general Curado, enviado do Rio em enigmática visita a Buenos Aires, onde, aliás, não logrou chegar? Com ela como chefe de governo, de um governo liberal qual o desejavam, perderiam caráter ameaçador as injunções do Rio. A ninguém se afigurava possível solução que não fosse monárquica, e a infanta ainda era a mais aceitável e legal.

Buenos Aires refervia de agentes, tanto ostensivos como confidenciais, de toda sorte e categoria, pertencentes a todas as classes sociais; alguns deles, merecedores de fé, mas a maioria meros especuladores, imprudentes, pagos por todos os partidos, servindo e traindo a todos.

Momento houve em que D. Carlota Joaquina talvez pudesse ter sido proclamada regente, se presente estivesse em Buenos Aires. Permitiu-o D. João, a princípio. Contramarchou, ao depois. O motivo do recuo? Três podem ser apontados: o receio do regente de ser destronado pelas intrigas e pelo ódio de sua esposa; o terror dos cortesãos portugueses, quanto às aversões vingativas da infanta; a oposição tenaz de *lord* Strangford, por causa da política seguida pela Inglaterra.

Todas essas razões eram provavelmente reais, mas a preponderante seria por certo o veto britânico. Contra ele, nada poderia fazer Portugal. E tão bem se acomodava com os sentimentos pessoais de D. João relativamente a sua mulher!...

Novamente seguiram emissários para o Rio, a conferenciarem com a princesa. Desiludidos voltaram para trás. Liberalismo, por parte dos *criollos*, e absolutismo, por parte da real gitana, não podiam razoavelmente trabalhar juntos. Dos princípios de 1810, data da decisão do pleito, contra a regência de D. Carlota Joaquina. Não desapareceu de súbito: ainda se falou no caso por algum tempo, e episodicamente. De fato era assunto morto e enterrado.

46. *O movimento independentista da América espanhola* – Esse ano de 1810, “*el año diez*” como o denominam historiadores sul-americanos de origem castelhana, foi realmente o ponto crítico da agitação de Independência.

Do golfo do México ao cabo Horn, todas as antigas colônias de Castela sofreram impulsos decisivos que puseram em movimento o problema separatista.

Na Argentina, as novas do avanço francês na península e da derrota dos insurgentes chegaram a 13 de maio: foram a gota que fez transbordar a medida. A 25, uma reunião geral dos notáveis votou a deposição do rei nomeado por Sevilha, embora se promettesse e protestasse obediência a Fernando VII, e organizou uma *Junta* local formada dos cidadãos mais prestantes. Era o golpe mortal nos projetos de regência.

Duas pequenas províncias do antigo vice-reino foram as únicas a permanecerem fiéis a Madri: Paraguai e Uruguai. A primeira, isolada no sertão, conseguiu tornar-se absolutamente independente em 1811. Uruguai ficou só, e manteve o contato com a infanta.

Via-se D. João destarte, arrastado para a margem esquerda do rio da Prata, como auxiliar e elemento de força dos planos de D. Carlota Joaquina. Contudo, o golpe de *lord* Strangford contra qualquer intervenção no Prata lhe havia aberto os olhos: não agiu do ponto de vista legitimista, para restabelecer a autoridade do rei de Espanha. Orientou sua rota pela política tradicional de Portugal, no sentido de traçar a fronteira natural do Brasil pelo rio Paraná e pelo rio da Prata. Mais uma vez, provava D. João que não havia entendido a posição da Inglaterra.

O sistema de comércio espanhol com suas colônias era grande obstáculo para a política expansionista da Grã-Bretanha, pois consagrava o monopólio da metrópole. Para a monarquia insular, o único método aceitável era a liberdade de comércio, e por isso era Londres levada a ajudar, ou pelo menos não criar empecilhos à independência. Com Portugal, eram outras as razões. Era o reino mais um vassalo do que um aliado; se, por novos empreendimentos felizes, crescesse ele em tamanho e importância, a rota ficaria a balança entre os dois países, e tal mudança não serviria a nenhum dos alvos da política britânica. Além do que, com uma regência de D. Carlota Joaquina, e talvez uma nova coroa em seu favor na América do Sul, teria forçosamente de se instituir uma política matrimonial de enlaces entre as duas coroas, e, para o futuro, todo o continente poderia vir a formar um imenso império, sem paralelo no passado. Tal possibilidade era positivamente contrária aos interesses ingleses.

Por isso, estadistas ingleses não poderiam senão favorecer a tendência independentista da América do Sul, e auxiliar indiretamente seus defensores, assim como a existência de novas unidades políticas. Nesse

sentido se exerciam todos os esforços da Inglaterra, em absoluta reserva, enquanto não pudesse fazer às claras.

47. *A posição do Brasil* – D. João não poderia contar com Londres para lhe proteger as miras imperialistas, assim como Espanha não lhe conseguira invocar o auxílio para submeter as colônias revoltadas e insurgentes. Previa a Inglaterra o perigo de se formar um bloco latino, coeso, sólido, homogêneo apesar de diferenças pequenas secundárias, a estender-se da Flórida, da Califórnia e do Texas até o cabo Horn. Estava em jogo a supremacia, o primado britânico.

O regente português não compreendia a situação, e considerava-a tão-somente do ângulo estreito das conveniências de seu reino: a infanta, sua mulher amparava Montevideú, em guerra com Buenos Aires, e agia em benefício dos interesses de seu irmão, D. Fernando VII; tropas buenaienses já estavam no Uruguai, assediando-lhe a capital e ameaçando a capitania brasileira de S. Pedro do Sul.

Aí estava uma razão ou um pretexto para ter no Rio Grande seu próprio exército, e fazê-lo avançar paulatinamente rumo a Montevideú. Ninguém sabia o que podia acontecer: quem sabe se a chamada fronteira natural, o rio da Prata, não cairia em poder da Lusitânia, ou antes, do Brasil?

Tanto Buenos Aires como Montevideú viram tal desfecho. Assinaram imediatamente um armistício, levantando o assédio dessa última cidade. Após certo lapso de negociações entre D. João e as autoridades platinas, retrocederam as tropas portuguesas para o Rio Grande.

Sucediam-se novas ocorrências sob o influxo da idéia de independência absoluta, proclamada em Tucumán, a 9 de julho de 1816. Explodira novamente a guerra entre as Províncias Unidas do Rio da Prata (como haviam sido apelidadas) e o Uruguai, onde Artigas pelejava pela liberdade absoluta de seu país, e alcançava a vitória em toda a linha.

Tumultos, invasões perturbações da tranqüilidade reinavam ao longo da fronteira do Rio Grande. D. João, alegando isto como motivo, embora de fato seguisse apenas sua orientação imperialista, enviou forças que, após muito pelear, invadiram o Uruguai e se apossaram de Montevideú.

Fernando VII da Espanha apressou-se em protestar perante a Santa Aliança, mas D. João e sua diplomacia tão astuciosamente haviam arquitetado seus planos, para porem as aparências de seu lado, que logra-

ram ver triunfar suas teses perante esse tribunal de reis. Como resultado final, o general Lecor, barão de Laguna, chefe das forças portuguesas de invasão, tanto manobrou cavilosamente e em segredo os elementos uruguaios que estes, em 1821, votaram a incorporação ao Brasil. Moralmente, tal voto nenhum valor possuía, extorquido como fora de uma nacionalidade esmagada sob a pressão de um exército estrangeiro. Era um título, entretanto, aparentemente jurídico, para emprestar fingida legalidade a uma clara violência. D. Carlota Joaquina, esquecida e posta à margem, nenhuma intervenção teria nos acontecimentos, mero episódio da conquista portuguesa. A Inglaterra continuava silenciosa, o que nada pressagiava de bom para a política em curso.

Enquanto assim ocorria, o desdobrar dos sucessos, tanto internos quanto europeus, se tornava de mais a mais complicado.

Napoleão fora vencido em 1814. Fernando VII ocupara o trono espanhol: legítimo Bourbon, nada esquecera e nada aprendera; absolutista como dantes, resolvera combater o liberalismo e extirpar a revolta das colônias. Reuniu-se o congresso de Viena; o Brasil, elevado à categoria de reino, ao mesmo nível que Portugal, fixou suas fronteiras com a porção castelhana do continente, e também com a França, na Guiana conquistada pelas tropas de D. João VI. O tráfico de escravos, condenado em teoria por todas as nações em um manifesto grandiloquo ia sendo assediado por todos os lados, e ameaçava com dissídios novos as relações anglo-brasileiras, pois a direção impressa pela Grã-Bretanha à repressão de tal comércio ia-se tornando cada vez mais enérgica e violenta.

48. *A volta de D. João a Lisboa* – Os sentimentos portugueses quanto ao novo reino, a antiga colônia, tornavam-se de dia para dia mais hostis, e a amargura crescia quanto mais D. João demorava sua volta para a Europa. A antiga metrópole sentia-se amesquinhada, por sua vez colônia de sua antiga possessão ultramarina. O rei, um infeliz, vítima de sua covardia e do vazio das afeições que o amparassem, pela primeira vez em sua desgraçada vida achara no Rio de Janeiro o que nunca dantes florira em seus dias tormentosos: um sentimento de afeto e gratidão, pelos benefícios trazidos ao torrão americano da monarquia.

Bem quisera aí permanecer. Sabia por demais o que lhe segredava o coração pressago, sobre o que esperava em Portugal: cuidados, tormen-

tos e inexpliáveis conflitos de ambições. No Rio, tranqüilidade, segurança, afetos, nenhum motivo de alarme, eram o ambiente em que se movia. Sua relutância em mudar de sorte é fácil de compreender. Ademais, tinha tanto pavor de novamente atravessar o oceano!...

Contraste absoluto, D. Carlota Joaquina ansiava por partir e deixar o país onde nunca se sentira à vontade, sem amigos nem partidários, estranha ao ambiente, privada dos meios de agir para desempenhar um papel, ou ser desagradável ao marido. “Não é terra de gente”, costumava dizer. Chorara ao desembarcar. Ia caber-lhe escandalizar os brasileiros, pelo júbilo imoderado que se estampava no seu rosto no momento da partida.

De dia para dia, agravava-se a seriedade dos acontecimentos, tanto na Europa como na América. A necessidade de um governo constitucional era, com raras exceções, um sentimento popular nos dois continentes. Tão longe foram as coisas em Pernambuco, que em 1817, aí explodiu um movimento republicano; triunfou, a princípio, e três capitânias se lhe mostraram adesas; forças legais vindas do Sul subjugaram a rebelião.

Em Portugal, começou a larga agitação com esse programa, a ponto de varrer todas as oposições que se lhe quiseram contrapor: essa foi a Revolução do Porto, de 1820. Quando a notícia do movimento cartista chegou ao Rio, explodiu a satisfação geral experimentada pelo povo, e os fatos que se sucederam deram a prova do entusiasmo público, seguindo-se a pequeno intervalo dos de Lisboa.

As capitânias começaram a eleger Juntas, em substituição dos antigos capitães-generais. Em alguns pontos, houve combate para o conseguir, mas nenhuma exceção foi tolerada. Os novos elementos governativos pertenciam, em regra, aos grupos mais liberais da sociedade; em alguns casos, em Minas Gerais por exemplo, a tendência era francamente republicana, influxo remorado da conspiração de Tiradentes, a Inconfidência.

Contudo, o absolutismo possuía raízes fundas em Portugal, mais do que o movimento constitucional, e os chefes deste último sentiam o perigo de serem derrotados por seus adversários. Assim, tomaram providências para convidarem autoridades e personagens de nota à prestação do juramento à Constituição ainda por ser elaborada. Mesmo o interregno até a feitura das novas tábuas da lei poderia ser aproveitado para restaurar

o absolutismo e, por isso, a Constituição espanhola de Cádiz, de 1812 foi adotada e recebeu adesões juradas, com caráter provisório.

No Brasil, o exemplo foi entusiasticamente seguido. O príncipe herdeiro, D. Pedro, estava na vanguarda dos que aplaudiam o rumo dos acontecimentos. Não assim, el-rei. Odiava e temia por igual aos liberais, aos constituintes, republicanos e pedreiros-livres, aos quais confundia na mesma classe dos anarquistas. A coragem faltava-lhe, entretanto, para resistir. *Volens, nolens*, jurou quase tudo quanto quiseram que jurasse, a tremer de pavor em todos os seus membros, a ponto de desmaiar de medo em determinada ocasião.

Deu-se imediato início à tarefa de escolher os deputados à Constituinte, que vinham a ser as novas Cortes, em Lisboa. Como diretriz geral das instruções dadas ao corpo eleito de representantes, figuravam os pontos seguintes: absoluta igualdade, tanto política como econômica, dos dois reinos; organização paralela de ambos; permanência alternativa da sede do governo em ambas as margens do oceano.

Não correspondia tal programa, entretanto, aos anseios de Portugal, amargurado e invejoso da supremacia brasileira durante anos. Os constituintes brasileiros foram mal recebidos em Lisboa, feitos alvos de chacota, pouco atendidos e ouvidos com acentuado desprezo quando reclamavam ou exigiam.

Cada vez mais se tornava imprescindível a volta de D. João a Lisboa. Todas as influências se exerciam sobre ele para que a apressasse. Que fazer, senão obedecer aos avisos dos que lhe diziam que sua ausência poderia trazer catástrofes sobre o reino? A Inglaterra era das mais interessadas e das mais enérgicas em lhe inculcir no espírito a noção da necessidade de tornar à Europa; chegou a enviar uma esquadra ao Brasil a fim de transportar o monarca. Recusou D. João, e adiou sua partida quanto pôde, achando e inventando pretextos para demorar o regresso quanto possível. Sentia, o infeliz, que findara seu tempo de sossego, e que se iam iniciar novos dias de transes e de inquietação. Chorava, ao embarcar na nau que o levaria ao lugar do previsto suplício. Contraste vivo, a rainha ria estrondosamente, manifestando a alegria que a dominava.

Previa o soberano, o advento dos acontecimentos em marcha. O liberalismo era demasiado forte para ser sufocado pelos antigos proces-

sos. Deixava no berço uma nação ainda nas faixas infantis, e voltava ao mausoléu do velho Portugal absolutista. Pressentimentos premiam-lhe o espírito e agitavam seu sono inquieto. Dificilmente se poderiam manter os laços de união entre os dois reinos, tão diversos eram as mentalidades, as previsões e os recursos. Ao Brasil ele queria realmente bem, mais do que o antigo reino. Era, *avant la lettre*, um brasileiro, um dos melhores e dos mais dedicados à terra americana.

Era demasiado o número das forças dissociadoras em ação. El-Rei, astuto e previdente, sentiu que, cedo ou tarde a criatura de Portugal, havendo ultrapassado o genitor, formaria um Estado independente.

Na véspera de partir, em 26 de abril de 1821, comunicou confidencialmente ao filho e herdeiro D. Pedro, a quem deixava no Rio como príncipe-regente, o que ele previa para o futuro do reino americano, e acrescentou que, a realizarem-se os acontecimentos que lhe pareciam iminentes, se pusesse o próprio príncipe à frente do movimento. Seria o meio de conservar o Brasil em paz, como monarquia, projeção de um Portugal Maior, sob a égide da dinastia de Bragança.

.....

Capítulo V

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL. SEU RECONHECIMENTO PELA *COMITAS GENTIUM*

Q

UE VINHA a ser esse novo dominador, sobre cujos ombros iria pesar o governo do reino do Brasil?

49. D. Pedro – Em 1821, tinha D. Pedro vinte e quatro anos de idade. Formoso, ardente, audaz e varonil, afeito a durezas e intempéries era perito em todos os exercícios físicos, e montava admiravelmente. De sua mãe herdara a intrepidez e a dedicação a ideais e a suas amizades. Era um impulsivo. Capaz de praticar feitos extremos de heroísmo e de generosidade; por vezes, também, suscetível de cair nos extremos opostos.

Hábil e inteligente, sabia intuitivamente muito mais do que se suspeitaria. Diplomatas europeus, que com ele trataram, reputavam-no acima do nível de seus conselheiros oficiais em assuntos internacionais, com a exceção única do marechal Brant. Possuía o senso da realidade, e era de bom parecer, quando fora do influxo de conselheiros subalternos de quilate inferior. Franco a ponto de tocar à rudeza; fiel à sua palavra e leal a seus companheiros, até que nestes perdesse a confiança; mostrava-se extremamente fácil em aceitar intrigas e acusações sem devidamente as pesar, e, por isso, com ele era difícilimo contar em qualquer empreendimento coletivo.

Era o filho predileto de D. João; tinha com o pai a maior intimidade, e sempre se revelou filho leal, dedicado e afetuoso. Não o amava D.

Carlota Joaquina, que concentrava seus desvelos no filho segundo, D. Miguel. Na realidade, abandonado por ambos, não recebera educação alguma, e se criara por si mesmo, entre fâmulos e gente baixa da domesticidade palaciana. A estes, dominava pela sua situação social; em compensação, por eles era dominado através de baixa lisonja, servilismo sem limite, intrigas murmuradas e covardes, acusações segredadas e sem provas.

Ele queria bem a tais parceiros grosseiros e mal educados, que lhe serviam sem pestanejar em fantasias e caprichos, principalmente nas aventuras numerosas e nos conflitos a que o levava sua vida dissoluta. Conseqüência forçada, era malcriado, áspero e rude, propenso a pilhérias de baixo estofa e a brutalidades a pretexto de brincadeiras. Tão longe as punha em prática, que mais de uma vez provocaram incidentes desagradáveis. Tinha consciência disso, e ele próprio costumava dizer que ele e o “mano Miguel”, tratamento que dava ao irmão, seriam os últimos malcriados da família.

Apesar dessas sombras, que lhe mareavam a reputação, ainda havia nele luz bastante na alma, para lhe permitir brilhar como herói, cavalheiresco, abnegado e generoso, na história de Portugal bem como na do Brasil.

Era verdadeiramente liberal, no sentido preciso do vocábulo; embora, criado em ambiente absolutista, nem sempre soubesse como provar seu liberalismo, e por vezes se embaraçasse na escolha entre impulsos autocráticos e normas constitucionais. Tal conflito psicológico, permanente nas tendências e nas heranças, explica as contradições e incoerências de sua curta vida de trinta e seis anos.

50. *D. Leopoldina* – Sua esposa, D. Leopoldina, era uma arquiduesa austríaca. Casada com D. Pedro por motivos dinásticos, embora, amava a seu marido, que lhe não retribuía o afeto com a mesma intensidade. Era por demais inconstante para isso. Foi-lhe, entretanto, uma colaboradora no governo, preciosa por sua dedicação, tanto no Brasil como na Europa, nos círculos mais íntimos da corte e do gabinete de seu pai, o imperador Francisco I da Áustria. No Brasil, que contribuiu a tornar independente, sua memória é reverenciada com carinho e gratidão, como a de um dos mais eficientes fatores de nossa emancipação nacional.

Não era formosa, nem cuidava muito de beleza; tinha pendor acentuado pelas ciências naturais, sendo ela própria cultora de botânica e

de geologia. Adorava montar cavalos árdegos, e percorrer em longos passeios arrabaldes e cercanias do Rio. Possuía muito menos feminilidade do que seria do agrado do príncipe; em compensação, cativava os corações de quantos se acercavam dela, por sua bondade e seu espírito de caridade.

A princípio, não queria ao país, e ansiava por voltar à Europa. Aos poucos, observando e pesando sentimentos e esforços dos brasileiros por ascenderem a níveis mais altos, por se tornarem independentes e livres, começou a amar seus súditos e preparou-se a provar esse afeto pelo melhor dos modos.

51. Vésperas da Independência – As novas de Lisboa e os fatos do Brasil mostravam desentendimento crescente entre os dois reinos. Em Portugal, dominavam inveja do desenvolvimento da antiga colônia, e tenção firme de subjugar-la à metrópole; as Cortes revogavam todos os atos que haviam fomentado tal progresso. Significava tal política de Lisboa a recolonização do país, a ponto de, em certos casos, anular instituições existentes desde tempos coloniais. Os deputados brasileiros haviam sido recebidos friamente e nenhuma atenção se lhes prestava: seus protestos e suas iniciativas nenhum apreço mereciam, nem eram estudados.

No reino americano crescia a impaciência. A gente tornava-se irritadiça e ansiosa. Ansiosa por desatar laços que maniatavam e reprimiam sua franca evolução ascensional.

Foram tão longe as Cortes, que chegaram a insultar e ferir ferinamente os mais legítimos e nobres sentimentos dos sul-americanos. D. Pedro, casado e pai de uma futura rainha, já fora colaborador indireto de D. João VI no governo da monarquia, e era agora o regente da maior parte dela: e, entretanto, era espicado e tratado como criança inconsciente. Do reino vinham ordens para que deixasse o Brasil, a fim de se preparar a viajar pela Europa e assim se familiarizar com a tarefa do governo de seus domínios hereditários. A ordem era redigida em termos deprimentes, e ameaçava com a reminiscência de que as Cortes tinham poder para compelir e destronar.

O amor-próprio ferido aliava-se em sua alma com o fundo sentir quão grave era o erro cometido pelas Cortes na sua conduta para com a América, ao fechar os olhos ao crescimento evidente da antiga possessão ultramarina, à sua maioria política indiscutível, principalmente quando

comparada com a velha Lusitânia. Em suas cartas ao pai, D. Pedro explicava tal situação em todos os detalhes, e lhe mostrava os descontentamentos crescentes, a agitação profunda do país, as astúcias e os atos, dos extremistas a conspirarem a fundação de uma república, e previa a independência, quer estivesse ele próprio presente ou ausente.

Que podia fazer o rei? Apavorado pelos liberais, obedecia a seus menores gestos, quanto mais a suas exigências, e cumpria todas as ordens que lhe eram impostas, a tremer pela própria vida, pelo poder e pela situação política. Assentia, asseverando ser “muito de seu prazer”, a tudo quanto a assembléia votasse e ordenasse, por mais que o horrorizassem os sentimentos íntimos os ditames desse ajuntamento liberal. Alvo de estreita espionagem, tendo sua correspondência violada e perquirida cada ato ou palavra passando pelo crivo de implacável censura hostil, era o monarca menos que nada.

52. Dificuldades do regente D. Pedro. Organização do movimento – Cada vez mais, a vida do regente se tornava intolerável. Insultos e provocações choviam sobre ele, tanto das paragens portuguesas da monarquia na Europa, como da própria terra americana. Seu espírito, em tal situação de grave perigo, havia amadurecido e logrado ouvir conselhos de prudência. Refreou ostentar qualquer ressentimento, por mais ofendido se sentisse. No seu íntimo, porém começou a olhar para o Brasil com olhos mais avisados. A emancipação da terra jovem já lhe apareceu como uma tarefa a cumprir, talvez um dever para com a monarquia e a dinastia de Bragança. Com ele ou sem ele, o país se tornaria independente por qualquer forma. Se o abandonasse, seria a desintegração pura e simples. E começou a sonhar a glória dos fundadores de impérios!... Ainda assim, demorou em adotar tal linha de conduta, e tornou pública sua intenção de obedecer à Cortes que lhe exigiam a volta a Portugal. D. Leopoldina, entretanto, via a conjuntura política com clarividência maior, e convenceu D. Pedro a resistir.

Achavam-se em plena fermentação as províncias do Sul – Minas Gerais, Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina – Rio de Janeiro, capital do reino e seu coração, pulsava de febre patriótica. Em cada alma, em cada boca, uma só idéia, uma só frase dominava: não permitir fosse diminuída, de uma parcela sequer, a conquista já efetuada...

Como consegui-lo, ainda não era idéia clara. Mas de alguma forma havia de ser feito. Mensageiros percorriam o país em todos os rumos, para se manter aceso e vivo o sentimento autonomista, e não permitir ao entusiasmo decrescer. À frente do movimento, enérgico e vivaz, achavam-se a maçonaria e os maçons.

Seus principais chefes e luzes das oficinas têm de serem nomeados, como os primeiros obreiros da grande tarefa: Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, conego Januário da Cunha Barbosa, José Joaquim da Rocha, figuram entre os maiores. Além dessa sociedade secreta, a Associação Filotécnica, de caráter científico, trabalhava no mesmo rumo, sob a direção de José Silvestre Rebelo, que mais tarde foi o primeiro ministro brasileiro nos Estados Unidos.

O fim principal era evitar que o príncipe partisse para Lisboa. De Portugal, mesmo do círculo íntimo dos amigos de D. João, vinham conselhos e avisos para que o regente não deixasse o Brasil, pois sua presença aí seria o único meio (diziam os conselheiros) de salvar el-rei, Portugal, Brasil e a si próprio.

Em tal atmosfera, e com o parecer de D. Leopoldina favorável a uma resistência prudente, estava maduro o espírito do príncipe para seguir tal conselho. Não queria, contudo, agir levianamente, e o primeiro cuidado seria sondar qual o feitio real do sentir popular nas províncias mais próximas.

Emissários partiram logo, apressadamente, para Minas e para São Paulo, a fim de coligirem assinaturas às petições que imploravam que D. Pedro ficasse no Brasil. Os resultados excederam a todas as expectativas. Vibraram todos esses documentos de entusiasmo e de decisão, e traziam as firmas das autoridades e das personalidades mais representativas da opinião, assim como as da massa de gente mais humilde. Praticamente, era um plebiscito, com resposta unânime. Em Minas, certas municipalidades estavam imbuídas de ideais republicanos, e por isso algumas abstenções se realizaram em virtude dessas convicções, exageradas por prematuras.

Não havia como recuar ante pronunciamento tão constante. A 9 de janeiro de 1822, declarou o regente à municipalidade do Rio de Janeiro, falando pela unanimidade do país, que ficaria, para bem de todos e felicidade geral da nação.

Nos Anais do Brasil fora voltada uma página, e das mais importantes, pois anunciava que se levantava o povo em resistência a ordens injustas de um poder que se pretendia superior, de uma metrópole que já deixara de o ser. No horizonte já se lobrigava a independência, e o combate por ela já começara.

53. *A revolta da guarnição portuguesa do Rio.* – Tal expressão deve ser entendida em seus devidos termos. A guarnição portuguesa do Rio amotinou-se contra D. Pedro, no intuito de o compelir a respeitar e a obedecer às ordens das Cortes, fazendo-o embarcar para a Europa. Tal atitude era correta e legal, do ponto de vista português, pois as Cortes eram autoridade legal do reino lusitano. No Brasil, entretanto, e talvez sem que este o percebesse, já não havia sentimento português, e a unanimidade da opinião forçou os regimentos metropolitanos a atravessar a baía e refugiar-se em Niterói à margem fronteira do golfo. Mais ainda, assediadas e ameaçadas por artilharia de morrões acesos, as tropas foram compelidas a embarcar em navios que singraram para Lisboa. Em meio do oceano, cruzaram os reforços que as Cortes mandavam às tropas do Rio, mas esses novos regimentos não tiveram licença para desembarcar e voltaram para Lisboa nos mesmos barcos que os haviam transportado à América.

Começaram os acontecimentos a progredir em marcha muito mais acelerada.

54. *José Bonifácio.* – A primeira consequência da resolução de permanecer no Rio foi que D. Pedro se viu forçado a escolher um gabinete formado em parte de brasileiros, a fim de que estes assumissem sua parte de responsabilidade no poder. A personalidade a convidar deveria impor confiança e respeito, impedindo assim qualquer crítica. Entre os chefes da agitação do Rio, assim como na mente do príncipe, um nome acudia a todos como o único a apresentar todos os requisitos: José Bonifácio de Andrada e Silva.

Nascido em Santos de tronco antigo e respeitado, havia sido educado em Coimbra, onde se tornara professor da célebre universidade, e secretário da Academia de Ciências de Lisboa. Sabedor de nota, bem conhecido e apreciado nos círculos cultos da Europa, havia viajado em quase todos os países do Velho Continente, e tinha relações pessoais com seus mais notáveis cientistas. Por duas vezes, seu nome fora lembrado para

comissões governamentais, em 1816 e em 1820: da primeira, a regência de Lisboa não permitiu sua retirada de Portugal, e da segunda, ele próprio recusara a nomeação.

Após a revolução do Porto, e sua repercussão no Brasil, que foi a substituição por *Juntas* dos antigos capitães-generais, fora votado para a vice-presidência de São Paulo; nesta, seu irmão, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, servia como secretário da Fazenda.

Eram-lhe atribuídos os termos enérgicos da resposta de São Paulo à consulta do Rio sobre se deviam obedecer às ordens antibrasileiras das Cortes.

Sua própria opinião pendia para a formação de uma monarquia dual. Portugal e Brasil equivalentes em poderes e direitos: as instruções dadas aos deputados paulistas à Constituinte de Lisboa provam-no. As circunstâncias políticas, entretanto, iam rapidamente evoluindo, e já não olhava suspicazmente para a independência pura e absoluta: talvez aí estivesse a solução.

No gabinete de 16 de janeiro de 1822, foi incontestavelmente a figura primacial. Nas ocorrências subseqüentes, revelou ser um organizador, o chefe, o estadista. Não fora sua a primeira idéia, mas foi seu destino ser o fundador, o cérebro das instituições sonhadas sentimentalmente e propugnadas pelos maçons do Rio, sustentados pelo regente e por partidários das províncias vizinhas. Tudo bem considerado e medido, discutir prioridades e méritos se torna ocioso: a semente e o crescimento dos fatos estavam no progresso estuante do país, em sua ascensão a níveis mais altos, sem sua ânsia por liberdade e independência.

José Bonifácio notou imediatamente os pontos fracos. Para triunfar, era essencial a unanimidade, e Minas, por suas aspirações mais adiantadas, favoráveis ao estabelecimento de um governo republicano, poderia comprometer a vitória. São Paulo exigia pacificação, pois o litoral e o interior estavam de relações muito tensas e hostis. Na Bahia, a cidade do Salvador, ocupada por forças portuguesas, estava assediada pelo Recôncavo em armas. Manifestavam-se hesitantes as províncias nortistas, Maranhão e Pará, mais próximas de Portugal.

Para auxiliar o governo, foi sugerido criar-se um conselho de Estado, composto de representantes de províncias e a 16 de fevereiro D.

Pedro assinou um decreto nesse sentido. Em março partiu para Minas, com o fito de acalmar os exageros de seus homens públicos, mitigando os excessos de seus ideais políticos, e nivelando-os com os das demais circunscrições. Tornou-se triunfal a viagem. Do Rio, remeteram-se armas e tropas para a Bahia, reforçando o elemento nacional que cercava na capital a divisão portuguesa. O general Pedro Labatut recebeu o comando-em-chefe das forças brasileiras e lutou durante doze meses para expelir seu adversário da cidade ocupada, forçando-o a reembargar sua tropa na esquadra lusa, ancorada na Bahia, e a voltar para o Tejo.

A sugestão de criar um conselho de Estado havia sido aceita e posta em prática pelas províncias do Sul, e pela Paraíba. Das outras, Ceará excetuado, mas que não nomeou seu representante, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Maranhão haviam-se oposto ao projeto.

Sempre por influência da maçonaria, foi oferecido a D. Pedro o título de Defensor Perpétuo do Brasil; o príncipe aceitou a aclamação que já era um compromisso prenhe dos progressos políticos futuros. Logo em seguida, Rio Grande do Sul, e Ceará, propuseram que se reunisse uma Constituinte; respondeu o regente que se deveria esperar pela reunião dos representantes provinciais a fim de ser conhecida a opinião real do país inteiro. Tal era a ansiedade generalizada, que nem sequer deu tempo a esses representantes de chegar ao Rio, apenas três deles, os do Rio e da Cisplatina, se reuniram a 2 de junho e apresentaram a moção. No dia seguinte, foi expedido um decreto convocando uma Constituinte. Era o ato decisivo da separação. Só lhe faltava um requisito: proclamar a independência.

As novas vindas de ultramar provocaram a fase última e essencial do conflito. Insistiram as Cortes em sua política imprudente e provocadora contra a América portuguesa. Os deputados americanos de mais em mais se viam insultados, vilipendiados e desprezados. Quando apontavam para as conseqüências das medidas recolonizadoras em que insistia o reino europeu, respondiam os deputados da antiga metrópole: “Passe muito bem, Senhor Brasil.”

A reunião dos representantes das províncias foi tida por ato de rebelião, e Lisboa revogou-o. A resistência da Bahia foi louvada e ia ser reforçada por novos contingentes enviados do reino. Os ministros de D. Pedro seriam julgados em Corte de Justiça, e, daí por diante teriam de ser

nomeados pelo governo português e não pelo regente. Ordenou-se que os membros da Junta de São Paulo, e demais conselheiros das medidas e dos esforços para impedir que seguissem para Lisboa os deputados de Minas, fossem processados e julgados.

Antes da comunicação oficial de tais decisões, recebeu-se no Rio, a 28 de agosto, notícia fidedigna do que resolvera o governo luso.

55. Independência ou morte - D. Pedro achava-se ausente em São Paulo, pacificando a província, como fizera em Minas. Sob a presidência de D. Leopoldina, o Gabinete reuniu-se imediatamente. As novas significavam guerra, tal foi a conclusão unânime do Conselho.

Despachou-se para o príncipe um emissário especial. Foi encontrado na vizinhança de São Paulo, em Ipiranga, a 7 de setembro de 1822. Tomou os despachos, leu-os e compreendeu que era chegado o momento de agir. “Independência ou morte”, bradou, interpretando o sentir geral do país.

A aproximação de datas é prova eloqüente do quão intimamente colaboravam a maçonaria e seus chefes com o regente e seu gabinete. Desde 2 de agosto, o príncipe fora iniciado como maçom, e pouco depois levado a grão-mestre da Ordem; só assumiu as funções ao voltar de São Paulo, a 14 de setembro.

A 20 de agosto, o Grande Oriente proclamou por proposta de Ledo, que era chegado o tempo da separação definitiva e completa de Portugal. Os ministros resolveram publicar dois manifestos, um à Nação, outro aos governos estrangeiros. Do primeiro, foi incumbido Ledo, e do segundo, José Bonifácio. Ambos explicavam por que D. Pedro ficara no Rio e assumira seu título de Defensor Perpétuo do Brasil. Três dias após, a iniciativa de Ledo e os meios de realizá-la foram discutidos, votados e adotou-se observá-los em todas as províncias associadas.

A coroação, o juramento do novo imperador, eram conseqüências, embora essenciais e importantíssimas: Império, em vez de reino, fora o nome adotado para significar a dúplici origem do poder: direito hereditário, escolha popular. Todo o Brasil vibrava de aclamações e de entusiasmos.

Duas exceções, contudo, tinham de desaparecer: Bahia, com sua capital em mãos estrangeiras; Pará e Maranhão, hesitantes em parte, e talvez com a minoria preferindo Lisboa.

Sob a pressão das forças patrióticas conduzidas pelo general Labatut, como já mencionamos, e depois pelo coronel Lima e Silva, a 2 de julho de 1823 embarcou e singrou rumo de Portugal a divisão lusitana comandada pelo General Madeira. Lord Cochrane, convidado para o comando de todas as forças navais da Marinha brasileira, impôs o domínio imperial em ambas as províncias nortistas hesitantes, nas quais os movimentos locais já haviam feito triunfar a Independência. Em setembro de 1823, sua missão estava finda com pleno e absoluto êxito.

As guerras da Independência na América espanhola haviam durado quinze anos: no Brasil, estendeu-se apenas por outros tantos meses. E, enquanto o império americano da Espanha se esboroava aos pedaços, a integridade do Brasil fora preservada.

Resultado tão notável era o fruto, principalmente, da vinda da Família Real à América, da elevação da antiga colônia a reino, da decisão de D. Pedro, da previsão e da energia de homem de Estado, de José Bonifácio, e do valor militar de Cochrane. Mas quase por igual, devia-se à fraqueza de Portugal, às suas provocações e à ignorância em que jazia das condições reais de sua antiga colônia, já agora superior à metrópole em tudo. Como os acontecimentos subseqüentes iam revelar em breve prazo.

Os decretos brasileiros de junho de 1822 e os manifestos de agosto haviam provocado motins em Montevidéu, aliando-se as forças portuguesas e o *Cabildo* contra a tropa brasileira. Proclamada a independência, os dois partidos chegaram a vias de fato. A divisão metropolitana, assediada na cidade, recebeu ordens das Cortes para o abandono da praça e obedeceu, após dezessete meses de sítio; já não constituía mais uma força combatente, pois os efetivos iam minguando, a ponto de se tornarem evanescentes. Em fins de janeiro de 1824, não se achavam mais soldados estrangeiros no território nacional.

As complicações internas apareciam mais graves.

56. *Deveres do momento* – Todo o peso do governo recaía sobre José Bonifácio e seus companheiros de governo, sobre o primeiro principalmente. Atritos e choques eram de esperar de todos os lados. O próprio ministro, como todos os membros da família Andrada, apesar de seus eminentes predicados, sofria de verdadeira hipertrofia de vaidade e de ânimo vingativo. Não podia tolerar as críticas de que era alvo nos templos maçô-

nicos, fazendo de qualquer dissídio de opiniões um caso de amizade pessoal. Com o imperador, o comércio afetuoso e respeitoso dos primeiros dias transformara-se em relações tensas. Persuadiu a D. Pedro a desterrar Ledo, um dos primeiros, talvez o primeiro pioneiro da Independência; e este notável prócer, a custo, escapou à afronta, fugindo para Buenos Aires. Novos excessos contra seus oponentes políticos tornou impossível sua continuação no poder, e teve de resignar.

Nesse meio-tempo, o decreto de junho havia sido posto em execução, e uma Assembléia Constituinte fora eleita e reuniu-se a 17 de abril de 1823. Nela figuravam como deputados os três irmãos Andrada. José Bonifácio, apeado do poder, entrou a inspirar gazetas políticas, e, tanto no Parlamento como na imprensa, moveu uma oposição sem tréguas, que um contemporâneo, inglês e historiador do Brasil, John Armitage, descreveu como facciosa. O ambiente da Assembléia bem o favorecia.

Em regra, esse primeiro ensaio eleitoral havia enviado ao Rio de Janeiro um bando multicolor de juristas, altos dignitários da Igreja, párocos da roça e proprietários agrícolas. Nula era sua competência administrativa, e de igual desvalia sua capacidade prática na técnica parlamentar. Alguns deles, apenas, estavam a cômodo nesse meio tão novo para eles. A maioria tinha idéias excessivas sobre sua própria superioridade, e olhava de cima para baixo para os funcionários e membros do próprio governo. Influência ainda da malograda conspiração mineira e da revolução de 1817 em Pernambuco.

O mesmo sentimento explodiria em 1824, na revolução separatista de Pernambuco e províncias vizinhas, a chamada Confederação do Equador, precisamente no momento mais delicado das negociações de Londres, visando fazer pazes com Portugal, revolução que deu real trabalho para ser debelada.

A reunião da Assembléia dava-se em data próxima demais do período de exaltação das primitivas paixões da Colônia, para que ela pudesse conservar serenidade e espírito de justiça, superior às provocações e aos odiosos, porque injustos, apelos ao patriotismo invocados contra quantos eram suspeitos de preferir Portugal ao recém-nado Império. O próprio Imperador fundador das instituições novas era apontado nos jornais e panfletos e entre membros menos calmos do Parlamento como sendo um desses saudosos do regime anterior!....

E a autoria de tal situação desprezível e ingrata recaía nos partidários dos Andradas ou em pessoas de vulto menor por eles protegidos senão talvez nos próprios chefes de seu partido.

57. Dissolução da Constituinte. A Carta outorgada – De tal procedimento, ingrato e pouco digno, surgiria um estado de coisas intolerável. Avizinhava-se uma explosão, e o menor incidente poderia acender e fazer explodir a mina. Foi lançado o fogo à pólvora, por ataques desarrazoados ao governo, sob o pretexto de ter este recusado punir oficiais ofendidos por um insultador, que eles tinham castigado. Acusados e caluniados além de toda medida, protestaram, e D. Pedro, fundamente ferido em suas mais nobres intenções, e vilipendiado em seus atos, a 12 de novembro de 1823 ordenou a dissolução da Constituinte.

Ao mesmo tempo, prometeu preparar e conceder uma Constituição verdadeiramente liberal. Foi brilhantemente desempenhada a promessa, para a época, a Carta de 25 de março de 1824 foi realmente um monumento de liberalismo e de poderes inteligentemente equilibrados.

Todas essas ocorrências desagradáveis iam acontecendo enquanto se fazia a pacificação da Bahia e do Norte do Brasil. E novas complicações, de outro gênero, entretanto, eram esperadas.

Após a expedição do manifesto de agosto às cortes estrangeiras, José Bonifácio pouco havia feito para manter o contato com essas: ainda assim, o que fizera visava a independência ainda por ser realizada. Com o título oficial de cônsul, mas de fato no caráter de agente e político secreto, nomeara para Buenos Aires Correia da Câmara; o marechal Felisberto Brant, então em Londres, fora acreditado como encarregado de negócios. Para Paris e Washington iriam ser igualmente remetidos agentes diplomáticos da mesma categoria. Mas tudo isso era feito em proveito exclusivo do Brasil.

Evidentemente, tais nomeações tornaram-se inválidas quando a independência foi proclamada, e o reino elevado a Império.

O marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes havia auxiliado na Bahia, em 1805, a esquadra de Sir Hugh Popham e, por essa cortesia, entrara em contato com George Canning, grangeando-lhe a amizade e a estima.

A missão de que o incumbiriam em 1822 consistiria em angariar soldados, comprar vapores, e propugnar uma política de intimidade mais estreita entre os dois países. Mas, do Rio, nenhum recurso lhe manda-

vam, nem, o que era mais grave, os poderes necessários para tratar; ora, se quanto à questão de fundos, Brant se aviesse com dinheiros próprios, nada podia suprir a ausência de poderes oficiais.

D. Pedro, influenciado por seu casamento austríaco, havia mandado para Viena o seu íntimo Antônio Teles da Silva Caminha, gentil-homem que mais tarde galardoou com o marquesado de Resende. Possuía muitos parentes na corte de Viena, o que facilitaria sua missão confidencial de 1822, a de explicar a Francisco I, sogro do Imperador do Brasil, bem como a Metternich, como as ocorrências haviam levado à independência.

58. *A campanha do reconhecimento do Império* – Supunha o Gabinete do Rio que a Inglaterra era hostil à nova nação, por causa dos antigos tratados portugueses, e receava que a Santa Aliança interviesse no conflito.

Inexata a primeira suposição, e também parcialmente infundada a segunda, pelo menos no tocante à Áustria.

Canning conhecia por demais o sentimento britânico e as exigências do comércio inglês, para se opor aos novos Estados da América Central e do Sul: mercados abertos às mercadorias insulares, quando livres, e fechados, quando sob o império da política monopolizadora das metrópoles. Pensava também o secretário de Estado em coibir o tráfico de escravos, por acordo direto com o Brasil. Mas, em Londres, ninguém se achava com quem pudesse tratar. Influuiu sobre Brant, para que este voltasse para o Rio, a fim de estabelecer o contato dos dois governos.

Adiantou-se mais ainda. Lord Amherst, despachado vice-rei da Índia, velejara para a Ásia, a fim de tomar posse de seu cargo. Recebeu ordens de passar pelo Brasil, e informar ao governo de fato aí estabelecido que seria possível reconhecê-lo apesar da oposição portuguesa, se o novo Império se dispusesse a pôr um termo ao comércio negro.

As condições especiais do país, entretanto, não permitiam a D. Pedro nem a José Bonifácio aquiescerem, malgrado seus sentimentos pessoais adesos a tal proposta. E o assunto não foi adiante.

Canning, entretanto, avisou lealmente a Portugal, embora em caráter confidencial, que a Inglaterra era igualmente amiga dos dois reinos, e que, se as coisas chegassem a desfechar em hostilidades entre eles, o governo de Sua Majestade britânica observaria a mais estreita neutralidade; se Portugal admitisse, por qualquer forma, o novo estado das circunstâncias

políticas, Sua Majestade se sentiria feliz se pudesse cooperar em qualquer acordo aceitável para ambas as partes.

Tudo isso demonstra quanto a Grã-Bretanha procurava agir em benefício do Brasil e de sua independência, mesmo antes do próprio Império dar qualquer passo nesse rumo.

Grandes transformações estavam ocorrendo em Portugal. Haviam-se as Cortes tornado intoleráveis. Os absolutistas, inspirados por D. Carlota Joaquina e D. Miguel, começaram em fevereiro de 1823 uma revolução visando derrubar os odiados liberais, e o próprio rei, que era acusado de ser favorável à Assembléia, quando, na realidade, não passava de sua vítima, a mais miserável e apavorada, prisioneiro que se sentia dela. Em maio, rainha e infante colocavam-se publicamente à frente do movimento.

D. João, avisadamente aconselhado por seu amigo o marquês de Loulé, fez causa comum com a revolução, e deste modo pôde conservar seu trono, enquanto em junho as Cortes haviam cessado de existir. A opinião geral sobre o Brasil era que a separação e o Império não passavam de conseqüências da ação política impensada e criminosa das Cortes constitucionais: dissolvidas estas, deviam por igual desaparecer os corolários, voltando as coisas ao estado anterior.

Talvez el-Rei soubesse melhor, e estivesse ao par do sentido verdadeiro da secessão. Como sempre, entretanto, relutava em se opor ao envio de uma missão pacificadora ao Rio. Daí, quem sabe? Talvez fosse bem sucedida. Assim, foi preparada secretamente e seguiu para a América uma expedição política, chefiada pelo conde do Rio Maior. Um de seus membros, o marechal Luís Paulino, chegara antecipadamente à Bahia, onde precedeu a Rio Maior. Aí foi detido, enviando-se para o Rio os papéis de que era portador, os quais também foram recebidos a 7 de setembro, antes de aportar o conde, em momento de exaltação suprema dos espíritos oposicionistas a D. Pedro.

O Imperador remeteu todos os documentos à Assembléia, onde causaram a mais intensa emoção. A Luís Paulino perguntou-se se trazia poderes para reconhecer a independência. Respondeu que ignorava o teor completo das instruções de Rio Maior; tornou-se forçoso, então, esperar a chegada do principal emissário, que só a 20 do mesmo mês entrou na baía.

A este se repetiu a mesma indagação: não acudiu, não tinha poderes para reconhecer os fatos anteriores. Como conseqüência, foi seqüestrado o navio em que viajara, e toda a embaixada foi constrangida a reembarcar no primeiro paquete e voltar para Portugal.

Violência desnecessária, provou contrária aos interesses brasileiros. O governo, entretanto, havia cedido à pressão da sentimentalidade das ruas e de um Parlamento superexcitado; assim procedeu para aquietar um pouco as que acusavam o governo de favorecer Portugal em detrimento do Brasil.

Poucas semanas depois, aportava ao Rio o marechal Brant. Canning, contudo, não parava em sua ação incessante em favor da aceitação dos fatos consumados. Portugal e seus governantes achavam-se apurados, pois bem sentiam que não podiam contar com a boa vontade de seu antigo aliado no conflito sul-americano.

De Lisboa sugeriram invocar a Santa Aliança para solver a questão. Canning ameaçou abandonar o reino peninsular, se tal política fosse adotada, pois significaria reconhecer uma supremacia continental que a Inglaterra contestava com a maior energia. Não poderia, então, juntar-se a Rússia à Áustria nessa negociação? Por que, a que título, respondeu o secretário de Estado? A presença da Áustria justificava-se como sendo o domínio de Francisco I, o sogro de D. Pedro, com título de família para intervir no caso. Mas a Rússia nada podia alegar desse gênero.

59. As missões em Londres, Viena, Paris e Washington – Vergando ao peso das dificuldades internas, o governo brasileiro não havia curado do reconhecimento do Império pelas potências estrangeiras. A chegada do marechal Brant chamou-lhe a atenção para esse urgentíssimo problema. De sua própria correspondência com o departamento de Estado, no Rio, se evidenciara que Londres teria de ocupar o primeiro plano nas negociações, e que todas as missões brasileiras teriam de se guiar pelas instruções dos enviados à Inglaterra. Os Estados Unidos apresentariam outro aspecto do problema, no qual, acorde com as recomendações do testamento político de George Washington, toda complicação com a Europa teria de ser evitada.

Em janeiro de 1824, redigiram as instruções para os plenipotenciários, muito semelhantes em seu contexto, embora diferissem nos termos

e nas medidas, proporcionadas ao gênio e à mentalidade dos países e das cortes perante os quais iam os diplomatas acreditados.

As mais simples foram as de José Silvestre Rebelo, enviado aos Estados Unidos como negociador. O problema era de solução fácil: desde os primeiros movimentos emancipadores das antigas colônias sul-americanas, em 1810, a simpatia do governo e do Congresso norte-americanos haviam acompanhado a causa da Independência. Henry Clay é um nome que o Novo Continente nunca poderia esquecer, tais os serviços que a campanha por ele chefiada prestou. Missões de estudo haviam sido remetidas a todo o litoral sul-americano; sob nomes diversos, cônsules ianques tinham sido nomeados para investigarem a real situação dos fatos; e o reconhecimento só se vira demorado por motivos de ordem de política internacional bem como por conveniências internas: o tratado com a Espanha sobre a compra da Flórida ainda não fora ratificado.

Quanto a Portugal e Brasil, as coisas apresentavam-se mais simples: desde 1810 até 1820, ministros americanos haviam residido no Rio de Janeiro, na corte de D. João. Não era, portanto, nova a questão, e as soluções adotadas já, de antemão, gozavam da boa vontade da grande república do Norte. Nova prova forneceu a missão de Rebelo, na rapidez e na facilidade com que pôde cumprir sua incumbência diplomática. 59 dias após sua chegada a Baltimore, o Império do Brasil era oficialmente reconhecido como nação independente pelo presidente James Monroe, a 26 de maio de 1824. Antecedeu a todos os atos de natureza igual, no cenário internacional.

Na Europa, ao contrário, arrastavam-se as ocorrências com inúmeros tropeços.

Por parte do Brasil, muitas queixas teriam de ser tratadas com imensa destreza. Perante a Inglaterra, ocupava o primeiro lugar a questão da abolição do tráfico; outra, seria a dificuldade da sucessão do trono português, pois a Grã-Bretanha não poderia ser indiferente ver Portugal, seu ponto de apoio continental, em mãos amigas do liberal D. Pedro, ou nas de seu irmão D. Miguel, instrumento de Metternich e da Santa Aliança.

Para a antiga metrópole, o problema da sucessão da coroa era a cogitação predominante, pois o Brasil não admitiria continuasse qualquer laço de dependência com o velho reino; e, pelo menos D. João VI e seu

gabinete, insistiam em eliminar qualquer possibilidade de se tornar D. Miguel soberano de Portugal; assim, também, seria ponto difícil de definir a situação recíproca de portugueses e de brasileiros nos dois países; finalmente, não parecia fácil solver os problemas das indenizações.

E ainda se precisa ter em mente que tudo dependia do abandono por Portugal de seu ponto de vista, intransigente no momento, de restabelecer, antes de tudo, a situação anterior à independência.

A discussão teria de começar e desenrolar-se em Londres, com a Áustria e a Inglaterra como potências mediadoras. Mas a atitude de cada uma destas divergia da da outra. A Grã-Bretanha mantinha seu ponto de vista tradicional de simpatia pelos novos organismos internacionais. A Áustria limitava-se a agir como amortecedor de choques, conciliadora de pontos debatidos, auxiliando aproximações sem tomar iniciativas próprias. Agindo dessa forma, Metternich representava o papel de um *cavalier seul* no concerto da Santa Aliança, pois a Rússia estava fortemente prevenida, em nome do legitimismo, contra todos os movimentos independentistas, e mais ainda contra todas as constituições. Os demais aliados seguiam os exemplos dados: enquanto a França, não totalmente livre por causa dos recentes tratados que lhe haviam sido impostos, e de sua intervenção na Espanha que havia provocado e obtido no Congresso de Verona, e por isso hesitava e vacilava em seu rumo político.

À própria Áustria, embaraçada com as questões balcânicas e os *carbonari* italianos, cabia papel ligeiramente perigoso, por enfraquecer sua solidariedade na Aliança. Nisso, o sentimento paterno movera Francisco I, atendendo à solicitação da filha, imperatriz do Brasil; e Metternich talvez se deixasse engodar pela miragem de trazer a seu país a clientela brasileira, solapando assim a posição dominante da Inglaterra em Portugal, o eterno protegido dos governos britânicos.

De qualquer forma, não podem ser obscurecidos os serviços prestados pela Áustria ao Brasil. Foram de primeira ordem, pois sempre tenderam a criar ambiente de moderação em Lisboa, prodigalizando conselhos de prudência e de harmonia, por um lado; por outro, no seio da Santa Aliança acalmou impulsos que, doutra forma, levariam a esmagar a colônia americana revoltada, assim como essa associação política tencionava fazer para com as colônias hispano-americanas rebeladas. Por tais razões,

o nome de Metternich deve ser recordado no Brasil com gratidão, fossem quais fossem as fontes psicológicas e políticas de sua ação: de fato, sempre se revelou auxiliar poderoso e avisado da causa de nossa terra.

60. *Londres, centro das negociações na Europa.* Canning, Felisberto Caldeira Brant Pontes – Canning fora de dúvida, era o espírito diretor de todo o debate, não cedendo a palma a ninguém, e apenas igualado pelo primeiro negociador brasileiro o marechal Brant. Este diplomata, mais tarde elevado a marquês de Barbacena, revelou-se a figura proeminente da política imperial no primeiro reinado.

A princípio, nenhuma discussão proveitosa parecia possível, pois Portugal exigia a submissão pura e simples da antiga possessão americana. Aos poucos, os esforços extremos do secretário de Estado inglês convenceram a ambos os grupos de plenipotenciários silenciassem sobre a Independência, por um lado, e sobre soberania portuguesa, por outro; assim, seria lícito discutir como se poderiam reatar novamente relações pacíficas e estáveis.

Brant havia-lhe entregue um Memorial com as cláusulas pretendidas pelo Brasil; delas fez Canning a base de seu próprio trabalho, ajuntou-lhe pontos desejados por Portugal, e, após longos e relutantes debates por parte da gente de Lisboa, mandou o documento para o reino para ser estudado pelo governo luso. Aqui, a condenação foi integral, e outro plano foi sugerido, como contraproposta. Para evidenciar a oposição dos pontos de vista, basta apontar para o fato de que, enquanto, Canning e Brant firmavam o reconhecimento da independência por D. João VI, a nova idéia da antiga metrópole consistia em estabelecer a soberania régia sobre o Brasil. Era claro que nenhum debate útil se poderia estabelecer, nem se lograria firmar acordo entre noções tão afastadas. Após incidentes numerosos e vários, tanto na América como na Europa, pararam os *pourparlers* de Londres, e a negociação cessou.

Decidiu Canning, então, tomar em mãos o conflito. Nomeou o conhecido diplomata Sir Charles Stuart, antigo embaixador em Paris, para missão especial de ir a Lisboa explicar ao antigo aliado que a Grã-Bretanha se via forçada por seus interesses próprios a aceitar a independência brasileira, e que, ele mesmo, Stuart teria de partir para o Brasil com esse encargo. Preferiria, contudo fazê-lo após ter Portugal aceito os acontecimentos

definitivamente consumados. Foi depois de longas discussões sobre esse ponto, que ele partiu para o Rio, munido da plenipotência portuguesa.

Não é este o lugar próprio para detalhar as novas negociações. Stuart havia recebido de D. João VI, pessoalmente, poderes latos bastantes para que pudesse agir do modo por que entendesse melhor para os interesses do reino e para, a qualquer custo, fazer as pazes. Deles usou no Rio, e, após longas, duras controvérsias sobre palavras e condições, logrou chegar a umas conclusões pacíficas, que foi assinada em 29 de agosto de 1825.

Haviam triunfado a causa e os pontos de vista do Brasil. No grupo de convenções então assinadas, não figurava coisa alguma sobre o tráfico de negros: fora adiado para acordo ulterior, que mais tarde seria estudado. A sucessão à coroa portuguesa não se via mencionada: a Constituição brasileira permitia tal sucessão, em determinadas condições, e as leis do reino não se modificavam; assim, permanecia uma base que permitia atender aos desejos de D. João de ter por sucessor o imperador do Brasil, base duvidosa, entretanto, pois sobre ela subsistiam fortes dissídios e dúvidas. Tal solução, pelo silêncio posto ao problema, deu causa a infinitas dificuldades ulteriores.

Logo após esses tratados, começaram as adesões ao reconhecimento a ser recebidas no Rio de Janeiro.

Tão exacerbadas e exaltadas corriam as paixões políticas no Brasil, que as mais graves acusações se faziam a todos os negociadores, quanto à convenção financeira anexa ao tratado. Não desapareceram, nem mesmo após a demonstração convincente e exaustiva pela qual o governo justificou a providência e justiça absoluta de seu proceder.

Os Andradas e seus amigos haviam, em sua oposição, semeado tais germes de desconfiança contra D. Pedro e seus conselheiros, que não cessou a hostilidade contra o imperador e seus auxiliares de governo, nem mesmo após a abdicação do primeiro, seis anos mais tarde.

.....

Capítulo VI

LUTAS NO RIO DA PRATA. DESCONTENTAMENTO CRESCENTE.

ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

M

AL HAVIAM terminado as fainas do reconhecimento do Império, pelo tratado de 1825, quando novas dificuldades surgiram. A 10 de março de 1826, morria D. João VI, e o problema da sucessão do trono português vinha pôr-se e exigia solução imediata.

61. Abdicação da coroa portuguesa – O velho monarca, bem como seus ministros em Lisboa, tudo haviam preparado no sentido de coroar D. Pedro, embora objeções muito sérias se pudessem opor, e foram realmente oferecidas, sobre a legitimidade da medida. O próprio Imperador nutria dúvidas sobre esse ponto. Ainda assim, aceitou a herança, tomou algumas providências da mais alta importância para assegurar a sucessão, tais como conceder uma Constituição e publicar uma anistia geral, e abdicou em favor de sua filha D. Maria da Glória, a qual deveria desposar, quando núbil, seu tio D. Miguel.

Todos esses arranjos desfecharam em dificuldades inauditas. O resultado foi a revolução legitimista, a entronação de D. Miguel em Portugal. Até certo ponto, o Brasil, e o Imperador, certamente, viram-se envolvidos nessas lutas ultramarinas.

No Rio de Janeiro, e especialmente na Assembléia, todas essas complicações ecoavam.

62. *Hostilidades entre o Imperador e a Câmara* – Cumpre não esquecer que Constituição e parlamentarismo eram coisas novas no Império. D. Pedro, embora um liberal por instinto, era um ignorante enquanto se relacionava com leis, governo e direito público. Interpretava e punha em prática as cláusulas constitucionais segundo processos absolutistas. Enquanto isto se dava, as cabeças diretoras do Parlamento queriam firmar os alicerces de um verdadeiro governo de gabinete.

Se entre Executivo e Legislativo existissem laços reais de simpatia e mútua boa vontade, algum entendimento seria procurado e algo teria de se achar. O desempenho da tarefa governativa correria menos áspero e resistente.

Com raras exceções, porém, tudo cooperava para separar os elementos políticos, e escassa era a simpatia entre representantes dos dois poderes. A vida dissoluta do Imperador; o baixo nível de muitos de seus mais íntimos amigos e conselheiros, quase todos portugueses; crescente desconfiança oriunda da oposição de 1823; os termos da convenção financeira de 1825 tida por injusta quanto ao Brasil e favorável em demasia para Portugal; a incompetência revelada em vários atos internacionais; todos esses fatores, entre outros menores, haviam separado o soberano e os deputados. No Senado, onde se encontravam quase todos os próceres da independência, colaboradores da primeira hora, não se manifestava hostilidade da mesma natureza pelo menos exaltada ao mesmo grau.

A todas as divergências dominava a acusação de que D. Pedro mais pendia para Portugal do que para o Brasil. Berrante injustiça – mas essa é a lógica da ingratidão humana. E a conduta do Imperador os levava, em numerosas ocasiões, a verem confirmadas suas opiniões.

Sir Charles Stuart, a exemplo do que fizera com as instruções portuguesas sobre o tratado de paz, havia igualmente excedido as ordens inglesas quanto ao tráfico de negros, e ao tratado de comércio. Ambos haviam sido rejeitados pelo Foreign Office.

Novo ministro, Robert Gordon, fora nomeado para o Rio de Janeiro, e os documentos assinados sobre essas duas questões estavam causando graves apreensões no tocante à sua repercussão sobre o comércio e a agricultura. 1830 seria o último ano de importação de escravos africanos; depois dessa data, seria tal navegação tida como ato de pirataria. Sentia-se

a opinião pública fundamente ferida por estipulações dessa natureza, pois elas submetiam marinheiros brasileiros ao julgamento por tribunais estrangeiros e segundo leis inglesas.

No tratado de comércio, nada se conseguira para abolir o odioso privilégio da *conservatória*, a não ser a promessa de o revogar quando a legislação brasileira houvesse consignado elemento de substituição conveniente.

No tratado com a França, existiam estipulações perpétuas, agrihoando o desenvolvimento do país. Verdade era que só desta vez se cometeria tal monstruoso erro.

Nos demais acordos internacionais, a duração das cláusulas variaria de seis a quinze anos.

Pior ainda, todos os pactos só se mandavam à Assembléia depois de ratificados, o que anulava a cooperação parlamentar, e isso era tido por verdadeira irreverência. Chegava-se desta maneira a um *impasse*: o governo não modificava suas práticas e o Parlamento não tomava conhecimento dos tratados. Fácil é compreender a má vontade originada dessa divergência com os ministros e o Chefe do Estado.

Só em 1831, após a abdicação e durante a regência, veio a ser observada e seguida a teoria verdadeira de colaboração dos dois poderes, e isso mesmo por disposição especial de lei sobre o funcionamento da regência.

Outra ocasião e motivo de dissídio consistiu no silêncio adotado quanto à marcha dos negócios públicos. O Parlamento exigia relatórios ânuos sobre a gestão dos interesses nacionais, e os ministros relutavam em obedecer a tal preceito constitucional. Nesse ponto, contudo, tiveram de ceder, e iniciaram dentro em pouco prazo o costume de enviar seus relatórios periódicos a ambas as Câmaras da Assembléia.

Tais atritos e dificuldades eram próprios e naturais em período no qual nenhuma prática existia quanto ao funcionamento do sistema parlamentar, e o maquinismo não possuía, para o lubrificar, nem boa vontade recíproca nem conhecimento suficiente da experiência alienígena. Cada dia aumentava e piorava a gravidade da situação, e firmava o antagonismo direto entre o Imperador e os representantes da nação.

63. *A Cisplatina* – Pondo de parte as tais discussões de direito público, a situação dos negócios era tão grave que, no Parlamento, pesava

densa atmosfera a gerar fundo receio e apreensões sem conta. A causa principal de tudo era a insurreição da Cisplatina.

Nada se poderia conceber mais artificial do que a união forçada de 1821.

Três séculos de guerra entre Espanha e Portugal protestavam contra o estabelecimento das tropas de D. João VI à margem esquerda do rio da Prata, em 1817. Estava aniquilada a antiga metrópole, e as colônias hispânicas contra ela se tinham rebelado e haviam vencido. Buenos Aires, sem forças, nutria em silêncio o ódio da impotência. Que poderia ela fazer para expelir o forasteiro invasor? Idêntico era o sentimento da Banda Oriental, tanto quanto contra o dominador português, como quanto aos habitantes da margem direita do caudal.

Prevaleceu a influência de Artigas. Este herói, a mais pura glória do Uruguai, combatera pela causa da autonomia absoluta; a princípio fora vitorioso, mas, depois, vencera-o a traição. Exilou-se voluntariamente, em 1820. Durante sua carreira toda, nobremente havia merecido o admirável título com que o saudavam seus entusiásticos partidários – *Protector de los pueblos libres* –, o protetor dos povos livres.

Um sentimento era comum a todos esses platinos: o horror inspirado pelas tropas de Lecor. Não possuíam meios, contudo, para pôr termo ao sofrimento: o reino lusitano tinha prestígio e recursos de sobra, para que o pudesse enfrentar a massa quase impotente de seus adversários. Enquanto durasse tal situação de fraqueza, nada poderia ser tentado.

Começaram, entretanto, a mudar as condições dos grupos contrapostos. A revolução do Porto, as Cortes constitucionais, a volta de el-Rei a Lisboa, em 1821, as dificuldades crescentes entre portugueses da metrópole e os de além-mar, tudo isso minava o poder e a influência da monarquia bragantina. A missão de Correia da Câmara a Buenos Aires desvendava que o Brasil se não sentia tão seguro quanto dantes, e procurava obter a simpatia, quiçá a colaboração, de outros povos.

Após a independência, estava o Brasil a braços com distúrbios internos graves, na Bahia, no Maranhão. Mesmo em Montevideú, o exército de ocupação ficara partido a meio: metade portuguesa, obedecia a D. Álvaro da Costa e às ordens das Cortes; a outra parte, brasileira, aderira a

Lecor e ao novo Império. Os primeiros, assediados dentro da cidade, sofriam os golpes dos demais.

O *Cabildo* local pensou ter chegado o momento de sacudir o jugo estrangeiro, e formou ao lado de D. Álvaro, principalmente quando soube que as Cortes tinham resolvido o abandono do país, e se supôs que a cidade seria entregue às autoridades uruguaias. Nunca pensara nisto o governo de Lisboa, e, quando se deu a evacuação, as forças de Lecor entraram na capital uruguaia sem a menor oposição.

Emissários haviam seguido para Buenos Aires, a procurarem e implorarem socorros. D. Juan Antonio Lavalleja, seu chefe, percebeu imediatamente que nada se poderia esperar desse lado, apesar da perfeita afinidade de sentimentos existente entre as duas margens do corrente. Não era o governo forte bastante, e seu chefe, o General Martín Rodríguez, limitava-se a tentar obter por via diplomática a retirada do Brasil de Montevideú, e sua entrega às Províncias Unidas.

Lavalleja tentou obter amparo em outros pontos, em Santa Fé e Entre-Rios. Recebeu promessas. Nas praias do rio Paraná, começou a *pelear*, mas a agitação dentro em breve se aquietou.

O *Cabildo*, então, voltou-se nobremente para o Império brasileiro e para a Assembléia Constituinte, de ambos implorando, em outubro de 1823, a chamada das tropas para o território imperial. Assim, a Cisplatina e seu povo poderiam livremente manifestar sua vontade, dizia a Mensagem. Fosse qual fosse o seu pronunciamento, seria unanimemente obedecido, afirmava. Nenhuma atenção se prestou à nobre lembrança...

Em Buenos Aires, emoção pungente eletrizava a todos: nesse problema vinha envolvida parte do antigo vice-reino, e, contra as autoridades locais, que se mantinham inalteráveis em um momento destes, corria em largas ondas o sentimento popular.

Fato novo, importantíssimo, ocorreu então: Castlereagh, sustentáculo do legitimismo e dos direitos das metrópoles, suicidou-se. Do dia para a noite, Canning tomou sua sucessão, e mudou a orientação dos métodos internacionais dos ultraconservadores, os *high Tories*: daí por diante, enquanto Canning foi vivo, triunfou a tendência do grande comércio inglês, e as colônias revoltadas, e não mais as metrópoles, receberam o apoio das simpatias irrestritas da Grã-Bretanha. Nisto ia formidável impulso favorável às

esperanças e anseios do Rio da Prata. Foi imediatamente sentido em Buenos Aires, bem como em Montevideú. No Rio, apontaram para os novos rumos os nossos diplomatas acreditados em Londres e na Áustria.

Coincidiram tais acontecimentos com o nenhum êxito da missão de Buenos Aires ao Rio, D. Juan Valentín Gómez, o enviado escolhido pelo General Martín Rodríguez, após meses de permanência na capital do Império, onde seus esforços e argumentos, por mais fortes e hábeis que fossem, só encontraram respostas capciosas e de má-fé, teve de voltar para o Prata, em abril de 1824, com uma recusa polida, mas decisiva.

Estavam findas as negociações diplomáticas. A campanha libertadora do Uruguai tinha de se basear e contar somente com o amor filial e o espírito de sacrifício de seus habitantes.

Sentiu-o Lavalleja, e iniciou sem demora a cruzada. Cheio de entusiasmo e de patriotismo, nele influiu poderosamente o feito memorável da vitória de Ayacucho, que, em 9 de dezembro de 1824, ferira de morte, no Peru, o domínio espanhol na América.

Achou auxílio em Buenos Aires. Vanguardeiro da invasão, enviou para o Uruguai com a missão de avisar seus correligionários a um jovem coronel, cujo nome mais tarde encheria a história do continente todo, D. Juan Manuel Ortiz de Rosas.

64. A campanha da Cisplatina. Seu ambiente – A 19 de abril de 1825, uma ponta de trinta e três cavaleiros atravessou o rio Paraná, a caminho do Uruguai: era Lavalleja com suas forças. Numericamente insignificantes, simbolizavam a liberdade do Uruguai, e em seus peitos pulsava a alma do país. Imediatamente, começaram a chegar reforços, em homens e cavalos.

Iniciaram-se as escaramuças com as tropas do Brasil, pendendo a vitória para o lado dos libertadores. Chefes do tempo de Artigas, que haviam obedecido, sem se conformarem, com as imposições do inevitável, e tinham curvado a frente sob o jugo estrangeiro, tornaram a empunhar a lança e a montar a cavalo, correndo em busca de suas antigas e verdadeiras afinidades, desde o momento que se entreviram novas esperanças de independência: assim se deu com D. Frutuoso Rivera.

Da ribanceira fronteira do rio da Prata, armas, munições, recursos chegavam em massa. Para assegurar este auxílio precioso, Lavalleja

convocou em Flórida um congresso, que, a 25 de agosto de 1825, votou a união do Uruguai às Províncias-Unidas, em uma Confederação mais vasta, e declarou nulos e írritos todos os tratados anteriores com Portugal e Brasil.

Compreenderam tanto o Imperador como seus ministros a gravidade do passo. Depois de alguma tergiversação em Buenos Aires, entre o cônsul brasileiro e o governo, foi expedida para aí uma esquadra, em junho, com instruções de pedir, ou mesmo exigir, explicações sobre o manifesto auxílio dado pelas Províncias-Unidas aos insurrectos da Cisplatina.

Passou-se a primeira metade de julho em discussão sem alvo entre o almirante da esquadra e o ministro das Relações Exteriores, D. Manuel José García, um dos grandes nomes argentinos, cuja vida bem mereceria estudo cuidadoso e largamente divulgado.

Bem sabiam, no Rio, que não era segura a posição do Brasil. Os diplomatas nossos receberam instruções para solicitar de Canning usasse sua influência no rio da Prata para acalmar a exaltação crescente e belicosidade patriótica dos portenhos. Foram paralisadoras as respostas vindas de Londres: nesta questão, a Grã-Bretanha, muito ao contrário de ser favorável, mostrava-se hostil aos intuitos brasileiros, e sustentava o ponto de vista dos platinos quanto à evacuação da foz do rio pelas forças de Lecor.

Quando, após certo tempo, chegou a Buenos Aires a notícia do voto do Congresso de Flórida pela união às Províncias-Unidas, e do resultado favorável dos encontros de Rincón de las Galinas e de Sarandy, uma onda de irresistível ufanía nacional varreu todas as oposições. A 25 de outubro de 1825, o Congresso Constitucional das Províncias-Unidas aceitou a união e a incorporação do Uruguai.

Era a guerra. Só cabia ao Brasil inferir as conseqüências dos fatos, e um decreto imperial de 10 de dezembro firmou a declaração de hostilidades.

Não podia ser mais mal escolhido o momento para o Império entrar em luta. Não era esta um corolário do movimento expansionista intrínseco da população brasileira. Antes representava a política imperialista de D. João VI. Não era popular, e D. Pedro foi acusado de preferir a herança portuguesa de conquista, ao verdadeiro interesse nacional de harmonia e de paz.

A política internacional do Paraguai, como a entendia e praticava o Dr. Francia, era lançar uma contra as outras nações vizinhas, a fim de tê-las sempre ocupadas, e assim permitir que seu próprio país permanecesse esquecido, isolado e livre. Paraguai não se manifestava favorável em demasia quanto ao Brasil, e de boa diplomacia seria conseguir sua neutralidade.

A Bolívia formava um ponto ameaçador da fronteira. Depois de Ayacucho e de Junín, o governador local da província de Chiquitos enviara um emissário a Mato Grosso, pedindo às autoridades brasileiras tomassem sob sua proteção a província por ele governada, até que o rei de Espanha estivesse em condições de reconquistar o vice-reino do Peru, então avassalado pelas forças sediciosas de Bolívar e de Sucre, conforme ele as denominava. Foi aceita a proposta, e tropas brasileiras mancharam para Chiquitos e ali aquartelaram.

Se o governo do Rio de Janeiro sancionasse tal invasão, fora convidar Bolívar a conduzir seu exército à conquista do Brasil. Como a maçonaria era poderosa nesses dias, e numerosos se contavam os republicanos no país, principalmente nas províncias do Norte, teatro das revoluções de 1817 e de 1824, difícil seria prever quanto tempo durariam e que fim teriam as dificuldades oriundas de tal feito bélico.

Felizmente, tudo foi devidamente ponderado, e expediram-se ordens a Mato Grosso a fim de retrocederem as tropas e repor as coisas em seu estado primitivo.

Ainda havia de se temer a política de Canning. De sua comunicação ao nosso diplomata em Londres, confirmada pelo embaixador português, o Marquês de Palmela, em sua correspondência, pensava o gabinete de St. James em fazer de Montevidéu uma sorte de cidade hanseática, sob o protetorado britânico. O que Sir Home Popham não conseguira fazer em 1806, estabelecer no rio da Prata uma base naval inglesa no Atlântico Sul, o novo plano permitiria realizar. Desde logo acrescentemos que tal plano, anulado mais uma vez em 1825, foi novamente adotado em 1833, em ponto diverso, nas ilhas Falkland, as quais se tornaram possessão britânica. Prova de alongada previsão política, característica da diplomacia inglesa, e que vem corroborada por acontecimentos ulteriores: em 1914, dessas ilhas como base, partiram os navios da esquadra do almirante Sturdee,

que destruiu os vasos de guerra alemães do Conde von Spee, vencedor em Coronel, na costa chilena, trinta e oito dias antes.

65. *O aspecto brasileiro do problema* – O comando brasileiro na guerra que se iniciava era de pouca valia.

Fora enviada para a foz do Prata uma esquadra de bloqueio, mas nem o almirante que a comandava tinha agressividade bastante, nem eram adequados seus barcos à navegação nas águas de pouco fundo do estuário. Lecor, em terra, revelou-se nulo, por sua inatividade, e nunca lhe ocorreu coordenar as operações de terra com as de mar. De tal estado de coisas resultou que as operações da esquadra não podiam ser decisivas, embora a Marinha brasileira se mostrasse denodada; mas o calado dos navios não lhes permitia levar o combate aos portos de refúgio das naus adversárias vencidas. O erro maior, porém, provinha de deixar desimpedida a passagem de uma para outra margem do caudal: erro tal, que consentiu que o campo de treinamento das forças argentinas se estabelecesse em território uruguaio, e assim facilitou todos os desenvolvimentos subseqüentes da guerra. Por outro ponto de vista, o bloqueio era mal observado e dava origem a inúmeros protestos, por neutros prejudicados pelos excessos da esquadra bloqueadora.

Alguns corsários, com cartas de corso passadas pelas Províncias-Unidas, causavam prejuízos e perturbações aos serviços de navegação do Brasil, e criavam ao longo da costa um estado desagradável de má vontade e irritação.

As tropas eram escassas, mal alimentadas, mal pagas: tudo lhes faltava: uniformes, munições, calçado e armas. A cavilhada escasseava.

Para restabelecer a ordem e organizar o comando, foi nomeado para a chefia o Marechal Brant, agora promovido a Marquês de Barbacena. A análise militar da campanha prova que foi irrepreensível como organizador e estrategista. A batalha do Passo do Rosário, ou Ituzaingó como lhe chamam autores platinos, revelou que não era um tático. Quando se deu o encontro dos adversários, a 20 de fevereiro de 1827, foi vencido Barbacena, em conseqüência de seus conhecimentos insuficientes da tropa e seu contato por demais distante com ela. De fato, não comandou o combate, e não tirou da força o máximo que ela podia dar, atenta à coragem dos oficiais e dos soldados.

Surgiu destarte na luta uma fase de esmorecimento. Escaramuças, pequenos entreveros, alguns combates sem significação militar. As Províncias-Unidas estavam financeiramente esgotadas, à beira da bancarrota. O Brasil, embora não tão gravemente combalido, ainda se debatia em meio de inauditas dificuldades orçamentárias. Sentia todas as conseqüências graves da impopularidade da campanha.

Ambas as casas do Parlamento ouviam críticas duras e apiedadas, contra governo e Brant; contra D. Pedro, havia suspeita forte de que tentara enfraquecer as forças brasileiras, a fim de facilitar os planos portugueses de recolonização. Por absurdos e injustos, clamorosamente injustos que fossem, tais murmúrios pesavam e influíam no espírito público, e acentuavam a geral desconfiança pública: o Imperador cuida mais de Portugal e da coroa de sua filha do que do Brasil, era a queixa que por todos os cantos se ouvia.

E isto ocorria, no momento em que D. Carlota Joaquina e o marquês de Chaves acirravam a insurreição legitimista no reino, e D. Miguel, na Áustria, prometia quanta coisa dele exigissem, a fim de poder voltar a Lisboa, onde, um ano decorrido, em abril de 1828, ia trair a confiança de seu irmão, e usurpar a coroa de sua sobrinha e noiva, D. Maria da Glória, que ele prometera defender.

66. *As negociações de paz* – A desordem nas Províncias-Unidas era tal, que D. Manuel García, ministro das relações estrangeiras, foi em missão ao Rio, para o fim de negociar a paz a qualquer preço, como coisa de vida ou de morte. Chegou à capital do Império em início de maio de 1827; a 24 do mesmo mês estava o tratado assinado. Por ele, e apesar da derrota do Passo do Rosário, pelejada e perdida pelas tropas imperiais, ficava a Cisplatina em poder do Brasil! Tal era a situação desesperada das Províncias-Unidas.

A Inglaterra, cujos ministros no Rio e em Buenos Aires haviam mediado entre os beligerantes, aceitou o acordo, embora, na realidade, fosse um golpe mortal no plano de fazer de Montevidéu um protetorado britânico.

Em Buenos Aires, porém, mostravam-se os ânimos por demais belicosos para que tal solução se aceitasse calmamente. Rompeu uma oposição de violência tal contra semelhante convênio, que D. Bernardino Ri-

avadava, chefe do governo, se sentiu compelido a exautorar seu emissário: D. Manuel García, disse ele, violara a letra e o espírito de suas instruções. Foi além, e julgou dever resignar seu alto cargo de diretor das Províncias.

O manifesto que, nessa ocorrência, achou dever publicar, embora elevado e cheio de nobreza, não consegue encobrir a sensação penosa de abandono de um posto de perigo. Rivadavia encontrava-se em face de uma dúplice impossibilidade, em sua opinião: nem podia fazer a guerra, nem a paz; não tinha recursos para custear a campanha, nem apoio público para aceitar o tratado. Em conseqüência, renunciou. E, entretanto, existia uma saída para se livrar do atoleiro, apesar de todas as dificuldades; tanto assim, que seu sucessor, o general Dorrego, a adotou em 1828.

A notícia da rejeição do tratado por Buenos Aires causou, no Rio, efeito de estupefação. Estava o país cansado de sustentar uma guerra extremamente impopular. O voluntariado era escasso, e recrutar soldados nas povoações e nas cidades, aproveitando as reuniões festivas e as assembléias populares, tornou-se costume geral. Nada, tanto quanto tais violências, concorreu para generalizar e intensificar o descontentamento público contra a luta no Sul.

Desorganizava tal conflito o trabalho no interior do país, e criava verdadeira crise econômica. Nos círculos do governo e do Parlamento, a assinatura da paz agira como desafogo na extrema tensão dos espíritos; reencetar esforços e sacrifícios após ter julgado findo o período das agruras impostas pelo espírito nacional, era realmente duro: lembrava uma ordem de marcha dada, após curto alto e esforço desmedido, a uma tropa extenuada. Ninguém mais se sentia disposto a renovar os sofrimentos anteriores.

Os acontecimentos portugueses, por outro lado, pioravam de dia para dia. D. Miguel tirara definitivamente a máscara que trouxera durante tantos anos, desde seu exílio em Viena, e assumira a coroa.

No Rio Grande e no Rio de Janeiro, tropas alemãs, mal pagas ou mesmo sem receber paga alguma, haviam-se amotinado, obrigando o governo a uma repressão sangrenta. Algumas, no Sul, passaram-se para o inimigo.

De todos os lados, vinham avisos e sugestões no sentido da cessação das hostilidades. A Inglaterra e a França, em termos velados, davam a entender que não mais poderiam suportar os inconvenientes graves do

rio da Prata, e de seu bloqueio. O Rio Grande do Sul começava a revelar-se agitado e nervoso; sinais de propaganda republicana, aceita no interior da província, faziam-se sentir e encontravam simpatia, precursores da longa guerra civil de 1835-1845; e o Rio de Janeiro não podia conservar-se impassível ante ameaça de tão grave monta.

67. *O tratado de paz de 1828* – As objeções de D. Pedro I a qualquer tratado de paz que diminuísse o patrimônio territorial herdado de seu pai, tiveram de modificar progressivamente. Nova embaixada vinda de Buenos Aires chegou ao Rio em agosto de 1828, e a 27 desse mês novo acordo foi celebrado. Nessa data, Uruguai nasceu para a vida internacional.

Assentia o Brasil em evacuar a Cisplatina. As Províncias-Unidas concordavam em que ela não fizesse parte da Confederação. Ambas as nações admitiam sua independência, e se obrigavam a garantir o novo Estado livre. Esta, precisamente, era a opinião de Canning, e o objetivo de sua política.

Pela primeira vez, em tratado internacional figurava a liberdade de navegação dos rios lindeiros para as soberanias ribeirinhas.

Até o último instante, e mesmo após a assinatura do tratado, D. Fructuoso Rivera desempenhou papel dúbio e dúplice, como era seu costume. Ninguém acreditava nele. Impôs-se, entretanto, a Buenos Aires, e com algumas dezenas de sequazes invadiu o Rio Grande do Sul na região missioneira. Nenhum feito de grande coragem, pois estava praticamente abandonada e indefesa. Suas instruções, todavia, comportavam o avanço até a cidade do Rio Pardo, mas nenhuma atenção ligou à ordem e deixou-se ficar na região ocupada. Daí correspondia com ambos os partidos em guerra, sendo sua idéia ficar com o vencedor, fosse este qual fosse. Se o Brasil triunfasse, seu argumento seria que, permanecendo nas Missões, as guardava, para as restituir ao Império ao celebrar-se a paz. Se vencessem as Províncias-Unidas, inverteria a alegação. De fato, estava trabalhando somente em proveito próprio, de modo a achar-se sempre, na formação dos acontecimentos, em situação de peso e que se impusesse aos dominadores do dia.

Conta-nos o Reverendo R. Walsh, em seu livro de 1828:

“O fim da guerra foi recebido com um desapontamento geral e com grande descontentamento!”

Disso se serviu a oposição parlamentar, para com esforço minar o governo. O Imperador, mais do que nunca, era impopular. Tanto mais, quanto a Imperatriz tinha morrido em dezembro de 1826, e se murmurava que seu falecimento havia sido apressado pela vida licenciosa de seu esposo. Após sua morte, não parou o escândalo público de sua intimidade com a célebre marquesa de Santos.

68. *O bloqueio do Prata* – Outra causa de mal-estar estava no bloqueio do rio da Prata. Esta medida, resolvida em dezembro de 1825, era absurda, diz Walsh: “A declaração do bloqueio abrangia uma costa de vinte léguas em latitude, e toda a força disponível, nesse tempo, para o levar a efeito, consistia em uma corveta, dois brigues armados e algumas canhoineiras, que não bastariam para vigiar a Buenos Aires, tão-somente...”

Não existiam meios para o tornar efetivo. As instruções davam-se amiúde, e os almirantes nomeados para comandar a expedição não lhes ligavam importância. Tanto abuso se pusera em prática, tanta regra havia sido violada na observância das normas comuns respeitadas em represálias, em captura de presas e sua venda, que a Inglaterra, a França e os Estados Unidos diariamente levavam ao governo brasileiro os protestos de seus nacionais prejudicados. No Rio, os ministros viam-se impedidos de agir: as ordens devidamente transmitidas à esquadra bloqueadora eram desobedecidas; as leis do Império recém-nascido não proviam quanto a meios de firmar as sanções contra os indisciplinados e os queixosos, tanto os donos dos navios e de sua carga, como os diplomatas, viam suas reclamações adiadas sem fim.

Sentia, perfeitamente, o governo imperial que tinham pleno fundamento os protestos, mas via-se sem meios de agir. Votou-se uma lei sobre tal assunto, em setembro de 1827, mas sua interpretação variava de um para outro lado das partes interessadas.

Finalmente, a França perdeu paciência. O Almirante Roussin, a 6 de julho de 1828, entrou pela barra da baía do Rio, para compelir o governo à solução das reclamações formuladas por seu país. Os Estados Unidos também protestaram, bem como a Inglaterra. A desnecessária demonstração de Roussin ofendeu profundamente o amor-próprio nacional. Tinha ele, entretanto, razão de protestar, tantas e tais eram as violações do direito internacional cometidas pela esquadra bloqueadora do Prata.

D. Pedro e seus ministros disso estavam convencidos: acharam mais justo e equitativo reconhecê-lo. De acordo com tal decisão, cláusulas adicionais foram acrescentadas aos tratados comerciais existentes, e regularam as normas dos bloqueios, pois não havia discrepância nas doutrinas jurídicas sustentadas por ambos os governos.

Dessas negociações movimentadas, todavia, ficaram restos desagradáveis de mal-estar, e de tudo se atirava a responsabilidade sobre o Ministério e o Imperador. Como anteriormente, a desconfiança envenenava e complicava todas as coisas.

69. *Organização jurídica e administrativa do Império* – A Assembléia Geral, entretanto, trabalhava com todo o esforço cônica, como estava, da necessidade de dotar o Brasil de uma organização jurídica própria, e cessar a aplicação da antiga legislação metropolitana, até 25 de abril de 1821, como fora determinada para atender à inexistência de códigos de leis nossas, em virtude da lei de 20 de outubro de 1823, que estabeleceria tal medida como providência que se impunha para o período de transição. Bem sentiam que tal expediente só podia ser transitório, e que o antigo conjunto de decretos e ordens régias já não correspondia às necessidades dos tempos. Em setembro de 1828, foi criado o Supremo Tribunal de Justiça, abolindo-se os antigos órgãos judiciários a que vinha substituir. Em 1830, foi posto em vigor o novo Código Criminal.

Toda a economia nacional se baseava no tráfico de escravos. O tratado anglo-brasileiro de 1826 fixara 1830 como o ano derradeiro para tais importações, e constituía uma ameaça pendente e terrível sobre a agricultura do país.

Todos os esforços se puseram em prática para aumentar o número dos cativos importados. Conjectura-se que, até 1829, ano precedente à extinção legal desse comércio, a média anual importada andaria, por junto, por 60.000 a 80.000. Outro meio de evadir a limitação legal, encontrou-se no fato de que, sob a bandeira francesa ou a norte-americana, não havia impedimento a tal comércio; oficialmente, dessas nacionalidades eram os navios negreiros que, por essa época, passaram a freqüentar os portos brasileiros.

Propostas e projetos impedindo tais importações passaram a figurar nas ordens do dia da Assembléia Geral. Desde 1827 começara a

aparecer na lista dos trabalhos parlamentares. Foi o primeiro um projeto apresentado pelo deputado Antônio Ferreira França. Diogo Feijó apresentou outro, minorando as penas impostas aos cativos pela lei vigente. Castro e Silva, Antônio Pereira Rebouças e, mais uma vez, França, esforçaram-se para que algo se votasse nesse assunto. Mas 1830 findou, sem que coisa alguma se votasse para solver o grave problema.

Não era coisa fácil, nessa época, arranjar imigrantes. Além da dificuldade, talvez mesmo impossibilidade, de obter trabalhadores brancos que se sujeitassem a lavrar as terras, ao lado dos escravos, eram por demais vastas as amplidões oceânicas a atravessar; a própria terra mostrava-se selvagem em demasia, e o isolamento dos colonos rigoroso e por demais absoluto, para que elementos europeus se atrevessem a cruzar o Atlântico, e varar os chapadões e a mata virgem, com o fim de fundar fazendas ou criar gado. Existiam, contudo, algumas colônias esparsas, mas eram fracas e desanimadoras as perspectivas de êxito.

Uma delas, fundada em 1812, encontrava-se na província do Espírito Santo. Outra, chamada D. Leopoldina, em homenagem à futura Imperatriz, fora fundada em 1817 à margem do rio Peruípe, ao sul da Bahia. Nova Friburgo, fundada por camponeses suíços em 1819, iniciava seu desenvolvimento na serra dos Órgãos, não muito longe do Rio. Forquilhas e Torres, no Rio Grande do Sul, datando de 1826, e S. Leopoldo, de dois anos mais velha, e na mesma província, revelavam-se prósperas e de futuro promissor; seus habitantes eram todos alemães. A última, em 1828, pouco após sua fundação, já contava cerca de 6.000 habitantes. Quase todas elas ainda existem, e constituem hoje vilas e cidades prósperas. Em Santa Catarina, a primeira tentativa remonta a 1827, e em S. Paulo, Santo Amaro começou em 1828-29.

Como regra, os imigrantes haviam primeiro vindo como soldados mercenários, e, depois, estabeleceram-se nos lotes que lhes havia concedido o governo.

Deu lugar esse método a incidentes muito desagradáveis, em várias ocasiões: motins, levantes, necessidade de os dominar pela força, como rebeldes que se mostraram. Assim aconteceu com os regimentos alemães, que vieram primeiro, e mais tarde com os irlandeses vindos em 1828 com o coronel Cotter. No primeiro caso, talvez não fossem as insurreições estranhas

aos tumultos do Sul, na campanha da Cisplatina, embora se desse como pretexto da revolta o exagero dos castigos impostos a um soldado estrangeiro. No segundo caso, o coronel Cotter havia prometido o que ele não estava habilitado a cumprir: nada se encontrava preparado para receber no Rio os 2.400 imigrantes de Cork, que ele havia transportado para o Brasil. Muito sofreram eles; quatrocentos, apenas, fixaram-se em Ilhéus, ao sul da Bahia; perto de 2.000 voltaram para a Irlanda, famintos e arruinados.

Conseqüência evidente, tais ocorrências infelizes, por longos anos impediram toda imigração no Brasil. Ainda tiveram largo influxo em consolidar a opinião de que só a África poderia fornecer a mão-de-obra de que a lavoura carecia, e que, portanto, só poderia ser servil.

Cumprir acrescentar que, acostumados ao trabalho escravo, os estadistas mais bem intencionados não compreendiam a essência do trabalho livre, o livre consenso. Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro, um dos mais dignos entre eles, e que mais tarde iria mostrar o modo de solver o problema de transformação do trabalho nas grandes fazendas de café de S. Paulo, pela adoção do sistema de parceria entre fazendeiros e colonos; Vergueiro, mesmo, conseguiu fazer votar pela Assembléia, em 1830, um complicado processo de contratos, que pouco mais era do que uma escravidão disfarçada. Serviu, somente, para piorar as coisas, tão impertinentes e duras eram as intervenções da polícia e da cadeia nas menores infrações dos acordos assinados.

Deveriam as soluções vir, mais tarde, do progresso realizado nas relações sociais, sob a influência dos fatores econômicos e naturais, ajustando-se por si e fora de toda direção oficial: isso, leis e política eram impotentes para conseguir.

Em realidade, o último ano das importações legais chegou, sem que o governo tivesse tomado a menor providência para atender às novas condições do labor legal no país.

70. Progressos alcançados – Ainda assim, nunca parou o desenvolvimento do Brasil. Em 1828, as importações de mercadorias andavam por mais de 15 milhões de dólares, equilibrando-se com as exportações.

Pela mesma época, excetuada a cabotagem, 470 navios haviam entrado no porto do Rio, 266 sob a bandeira inglesa, e 151 sob a dos Estados Unidos.

O principal agente de progresso tinha sido o Banco do Brasil, que dava crédito para as operações comerciais habituais. Mas, em 1829, foi cometido um gravíssimo erro, votando-se uma lei que determinou a liquidação do instituto, sob a pressão apaixonada do ódio político, dos boatos exagerados de gestão desonesta e campanhas de descrédito.

O desacerto praticado em liquidar o banco em condições morais tão desfavoráveis, é suscetível de ser avaliado em algarismos: tudo pago, solvidas todas as dívidas, os acionistas receberam 90% de seu capital. Durante anos, nenhum banco existiu no Brasil, complicando e dificultando as facilidades de crédito.

Enquanto os negócios se desenvolviam, incessantemente, em rumo ascensional e sadio, o Tesouro Nacional e a dívida do país mostravam condições muito desfavoráveis. As taxas cambiais, sempre em queda, dão a prova de tal asserto. Era de $67\frac{1}{2}$ *pence* a paridade do mil-réis. Em 1830, caíra no Rio a taxas variáveis entre $21\frac{1}{2}$ e $24\frac{3}{4}$ *d*; na Bahia, entre 26 e $33\frac{1}{2}$; no Recife, a $51\frac{7}{8}$, e no Maranhão, entre 39 e $48\frac{1}{2}$.

Pela inexistência de meios normais de comunicação, ao longo da costa, havia um câmbio de praça, a praça do Brasil; em alguns casos, como Rio-Recife, variava na proporção de 1 para 2 ($26-33\frac{1}{2}$ *d* para $51\frac{7}{8}$).

Três causas principais podem apontar-se de tal situação de negócios: a má gestão das finanças públicas; as guerras com Portugal, Norte do Brasil e Cisplatina; às emissões de moeda de cobre.

Não cabe aqui expor minudentemente todos esses problemas. Já o fizemos em publicação especial (*Politique Monétaire du Brésil*, Rio, 1910); mas é necessário dar ao menos um resumo dos fatos.

As emissões de papel-moeda haviam expelido do mercado os metais nobres; o único meio circulante metálico eram os discos de cobre, cujo valor nominal era, de muito, superior ao seu valor intrínseco comercial. As moedas eram grosseiras e de fácil falsificação. Iniciou-se uma dúplice fraude: o governo começou a cunhar quantidades excessivas desse dinheiro, a fim de lucrar a diferença de valor entre o preço nominal e o preço real do comércio; particulares cunhavam, ou importavam, discos de cobre absolutamente semelhantes aos legais; ambos os processos davam moeda tão grosseira, que se tornava impossível distinguir entre as legais e as postas fraudulentamente em circulação. Finalmente, tornou-se impres-

cindível recolhê-las todas, indistintamente, legítimas e falsas, aceitas pelo Tesouro, e por este pagas como autênticas. Finalizou-se esta operação em 1837, e elevou-se a cerca de 35.000 contos. Enquanto tal cunhagem se desenvolveu, de ambas as origens, provocou especulações, falseou preços e causou toda sorte de desordens monetárias.

71. Luta entre o Imperador e o Legislativo – No ânimo imperial, tinham as críticas sempre o mesmo influxo, fossem sinceras e capazes, nas discussões parlamentares sobre pontos controvertidos, como também quando representavam meras explosões de oposição apaixonada ou de má vontade. A todas considerava ele como ataques à majestade do trono. Se os ministros, respeitosa e dissentiam de sua própria opinião, mandava-os embora e dava-lhes sucessores mais dóceis a suas vistas. Era positivamente afrontar a opinião pública, em um governo baseado nesta; e voltar cada vez mais ao absolutismo. Como os brasileiros eram muito mais irrequietos e intolerantes do que os portugueses em aceitar tais métodos, pendia D. Pedro preferentemente para os estrangeiros e absolutistas, e o país o acusava de colocar o Império em segundo lugar em suas afeições.

A princípio, o Parlamento não compreendeu quão poderosos eram seus meios de ação, e deixou-se dominar pela paixão mais do que pela reflexão. Depois de certo tempo, quatro ou cinco anos, adquiriu uma posição de equilíbrio, e entrou a prová-lo de todos os pontos de vista, revelando-se superior ao Imperador, e guiando-se pelo cérebro enquanto D. Pedro era escravo de seu temperamento e de suas paixões, e explodia em crises de violência.

De modo perfeitamente inconsciente, violava as regras constitucionais e os privilégios parlamentares. A má vontade recíproca atingiu ao extremo, ao ponto de rompimento. De uma feita, D. Pedro, de uma janela do Paço da Cidade, fronteiro à Câmara dos Deputados, insultou aos representantes da Nação que passavam.

Voltou-se, então, para a tropa, que ele amava e com a qual estava acostumado a viver: a partir desse momento, o Exército tornou-se suspeito ao Legislativo, e este tudo envidou para o enfraquecer, a fim de diminuir o poder imperial. Até os nossos dias, o Brasil sofre as conseqüências dessa orientação impolítica e errada. A campanha da Cisplatina, por seus erros e

pela negação dos precisos recursos legais, foi uma evidenciação do que tal erro poderia produzir, em prejuízo do Brasil.

Praticamente, não havia orçamento; D. Pedro, de fato, dava ordens diretas ao Tesouro para pagar tais ou quais despesas, não previstas por lei. Nomeações, da competência dos ministros, eram feitas por ele, sem se preocupar com as questões de alçada.

O resultado de tal conflito era que Executivo e Legislativo se achavam em péssimos termos, e que, nas províncias, tais sentimentos ainda se achavam mais exaltados, pelas notícias para ali comunicadas pelos representantes da nação a seus comitentes. A tal grau subia a indignação recíproca, que, ao encerrar-se a última sessão da primeira Legislatura, D. Pedro, em vez da costumeira fala de encerramento resenhando fatos e trabalhos realizados, se limitou a pronunciar apenas as palavras: “Está encerrada a sessão.”

Foi eleita a segunda legislatura nessa atmosfera, de profunda e convencida hostilidade ao Imperador. A paixão desfigurava os acontecimentos em ambos os campos. Sobre o governo lançava-se a responsabilidade de tudo, mesmo dos fatos nos quais os desejos de D. Pedro haviam sido contrariados e cujo desacerto tinha por origem o próprio Parlamento.

72. A “*Aurora Fluminense*” – Um novo elemento, todavia, tinha nascido em 1827: um jornal começara a circular, a *Aurora Fluminense*, visando a discussão serena e clara dos fatos, e condenando o processo de insultar e provocar os adversários. Desde logo, provou imenso seu influxo na opinião. Seu proprietário, Evaristo Ferreira da Veiga, um livreiro, agia de acordo com a opinião do senador Vergueiro; tal associação de pareceres dava peso imenso aos elementos conservadores da época, e dentro em prazo breve, foi-se constituindo um núcleo de políticos sérios, enérgicos, calmos e previdentes, a distância igual da demagogia e do absolutismo, um grupo ao qual o Brasil ficou a dever os mais proeminentes serviços à causa pública, em momentos difíceis da vida constitucional.

Em 1830, cinqüenta e três eram os jornais publicados em todo o Império: desse número, somente onze eram partidários do governo. A orientação geral era oposicionista, indo até o limite da federação e da república. Idéia prematura, se tivesse vencido; pois teria destruído a unidade nacional e a paz interna. A Vergueiro e Evaristo, à sua prudência e seu

espírito conservador, ocorreu logo que seu dever seria evitar semelhante desastre. Cumpriram-no brilhantemente.

A ascensão de D. Miguel ao trono de Portugal foi seguida pela perseguição dos partidários de D. Maria da Glória. Destes, alguns fugiram para o Brasil, mas a maioria exilou-se em Londres e, daí, seguiu para os Açores, onde a rainha-menina tinha maior círculo de aderentes e sua autoridade era respeitada.

D. Pedro, como pai e tutor e guarda legal de sua filha, não poderia evitar de se imiscuir nos acontecimentos portugueses, neles envolvendo, parcialmente ao menos, interesses brasileiros. Ainda se via obrigado a apertar os liames com todos os seus seguidores liberais que lhes apoiavam os direitos. Cada vez mais, avultavam em seu espírito os negócios de Portugal e suas lutas internas: como conseqüência, afastava-se a preocupação com o Brasil. Era isto, em torno de si, amargamente ressentido, e, para calar os murmúrios que lhe eram contínuas reprovações, aumentou sua intimidade com seus súditos portugueses, excluindo os brasileiros. Em seu Ministério, nenhum brasileiro figurava.

73. Nova missão do marquês de Barbacena – Quis pôr sua filha sob a proteção do avó, o imperador da Áustria, e, para isso, a enviou para a Europa, em julho de 1828, sob a guarda do marquês de Barbacena; tal se deu, antes que ao Rio chegasse a nova da usurpação de D. Miguel. Ao aportar em Gibraltar a comitiva régia, chegaram-lhe as novas da traição. Não podia mais Barbacena levar para Viena a criança coroada, princesa e noiva de doze anos apenas, e entregá-la a Francisco I, protetor de D. Miguel.

Seguiu para Londres, e iniciou seus esforços extremos com o fito de promover o reconhecimento geral dos direitos soberanos da rainha-menina. O êxito premiou-lhe a ingente obra. A ele se devem o governo legal de D. Maria, por todos reconhecido, a liberdade de sua pessoa e a conservação da Carta constitucional portuguesa, mantida com seu caráter liberal.

Restava-lhe ainda uma missão a cumprir: achar uma noiva para o Imperador.

Já de volta para o Rio, aqui aportou a 16 de outubro de 1829, trazendo em sua companhia D. Maria da Glória e D. Amélia de Leuchtemberg, segunda imperatriz do Brasil.

Regressando do exílio, e reconciliados com D. Pedro, os Andradas haviam aconselhado a este a formar um gabinete realmente brasileiro, para atender aos perigos da situação interna. Igual aviso e conselho idêntico tinham partido de Barbacena. Sobre este recaiu a escolha imperial para dar cumprimento à tarefa.

74. *Ensaio falho de governo constitucional* – Assim se formou o Ministério de 4 de dezembro de 1829. O marquês tencionava criar o verdadeiro regime constitucional, fazendo um governo parlamentar. Para isto, obteve do Imperador a promessa de coibir qualquer violação do Estatuto, e, mesmo, com grande dificuldade conseguiu fossem mandados para a Europa os membros do gabinete oculto e irresponsável, verdadeiro *kitchen-cabinet*, que, dos quartos baixos do palácio de S. Cristóvão, dominava o Brasil.

Tudo se fez de acordo com esse plano, mas D. Pedro, correspondendo com o chefe de tais conselheiros, portugueses e absolutistas, de mais a mais feridos e desprestigiados por Barbacena, recebia suas cartas com sugestões ferinas contra o Ministério e vingando-se de quem os havia exilado do Rio e de perto do príncipe. Ressumavam as missivas de rancores, de calúnias e de intrigas. Tais foram elas, que Barbacena, a 4 de outubro de 1830, se viu moralmente coagido a dar sua demissão.

Sob sua direção, iam lentamente melhorando as coisas. Com sua saída do governo, todo o esforço saneador foi perdido, e D. Pedro recaiu nos seus antigos errados métodos de reinar. Ainda algum tempo durou o gabinete, mas, sem o espírito inspirador do marquês, era desesperada a possibilidade de êxito de sua missão, e, um a um, os ministros foram saindo, até que se viram totalmente substituídos por figuras insignificantes.

Entre o novo pessoal político, figurava o deputado José Antônio da Silva Maia, cuja reeleição por Minas era indispensável para ratificar sua escolha para ministro. Tal reeleição era para D. Pedro uma questão de honra: partiu para Ouro Preto, capital da província, para auxiliar na medida de suas forças.

75. *Pródromos da abdicação* – Não se lembrava o soberano de que, nessa província, sempre independente e influenciada pela tradição da Inconfidência, dominava espírito liberal e, mesmo, republicano. Nela, nas eleições de 1829, ser patrocinado pelo governo havia sido má recomendação para os candidatos.

Agora, um fato novo exacerbava os ânimos. Em São Paulo um exilado italiano, Líbero Badaró, possuía um jornal e nele publicava suas opiniões extremistas, favoráveis à revolução francesa de 1830, e defendia estudantes acusados e punidos pelas autoridades por desacato, motivado por excessos próprios da juventude. O jornalista fortemente interpelava ao juiz, e assim se entabulou uma discussão que tanto se exaltou, que, indo ao crime, produziu o assassinato do forasteiro. Ao juiz se acusou, então, de ser o mandante da morte. Fez-se o processo no Rio, e dele saiu livre o magistrado, por não haver prova de sua culpabilidade.

Mas a paixão política apoderou-se dos acontecimentos, e, de norte a sul, corria a fama de que a absolvição se dera por ordem do governo.

Em Minas Gerais era profunda a impressão. Durante sua viagem de propaganda eleitoral, D. Pedro o sentiu. Nas mesmas cidades e vilas onde, em 1822, fora recebido como ente divino, ajoelhadas as populações, agora os sinos das igrejas repicavam a defuntos por alma do liberal Badaró, assassinado pelo absolutismo oficial.

Voltou o Imperador para o Rio, decidido a abdicar. Sua missão americana estava finda. Nada o retinha desta banda do Atlântico. Agora, seu pensamento ia para a causa de sua filha. A primeira viagem a Minas lhe revelara a grandeza do Brasil e a impossibilidade de o governar de Portugal. A segunda, deu-lhe a evidência da repulsa do país quanto a seus métodos de governo.

No Rio, foi recebido friamente. “Viva o Imperador, enquanto constitucional”, era a saudação que se clamava. Um sangrento conflito teve lugar entre aderentes e opositores: foram chamadas as lutas de *Garrafadas*, pela preponderância tomada pelos cacos de garrafa, como arma empregada. Um simples fato, contudo, exerceu ação sedativa nos combatentes: como sinal de união e solidariedade, Evaristo havia aconselhado aos nacionalistas usarem tope nacional verde-amarelo. Da noite para o dia, por toda parte, nos chapéus, nas lapelas e no vestuário, brotou esplêndida primavera de patriotismo. Esta vitória moral decorria de um simples aviso, que permitira aos brasileiros contarem seu número. Tantos eram, que toda oposição cessou e silenciou.

Os vinte e quatro, que tantos eram os do grupo da *Aurora Fluminense*, com Vergueiro à frente, reuniram-se e resolveram colocar a clara

alternativa perante D. Pedro: proibir e refrear as violências de seus sequazes, e obedecer à Constituição e às leis; ou ser deposto. O Imperador nenhuma atenção prestou ao aviso.

Organizou-se um projeto para ser presente à Câmara dos Deputados, no intuito da deposição. Planejava-se abolir a monarquia e adotar um governo republicano. A opinião de Vergueiro e de Evaristo prevaleceu dificilmente, e abstiveram-se todos de emendar a Constituição nesse ponto.

Nas tropas já figuravam numerosos brasileiros, tanto entre os oficiais como entre as praças. O voluntariado era abundante. Militares e civis fraternizavam francamente.

Retaliando os sentimentos hostis do povo, D. Pedro mudou de Ministério a 19 de março de 1831, sem indicação parlamentar de qualidade alguma que o aconselhasse: nova inconstitucionalidade, portanto.

76. Abdicação de D. Pedro I – Já agora, O Imperador perdeu a cabeça, e, por uma nova violação do Estatuto, tão indiscreta quanto a escolha do último gabinete, demitiu este, e deu-lhe como sucessores os mais acusados dos absolutistas em foco, tidos até como antibrasileiros.

Logo começaram a correr boatos de que os vinte e quatro iam ser presos e que se tomariam medidas contra a imprensa.

Convocou-se uma assembléia popular no Campo de Santana, hoje Praça da República. As tropas estavam a uma com o elemento civil. D. Pedro enviou uma mensagem prometendo que obedeceria às leis. Foi rasgada pela população enfurecida. Três juízes de paz partiram para S. Cristóvão para, em nome do povo, exigirem: reconduzir os antigos ministros. Não o faria, disse o Imperador.

No próprio palácio imperial, a deserção começara. As tropas uniram-se à população reunida no Campo, e D. Pedro ficou sozinho com sua família. Nenhuma violência. Nenhuma prova de falta de respeito. Era a absoluta, unânime e tranqüila repulsa do país, contra o absolutismo.

A 7 de abril de 1831, o Imperador abdicou o trono. Seu sucessor seria seu filho. D. Pedro II, então com menos de seis anos.

Daí por diante, ia o Brasil ser governado exclusivamente por brasileiros.

.....

Capítulo VII

REGÊNCIAS. SECESSÃO. LEVANTES.
MAIORIDADE DE D. PEDRO II

COM a abdicação imperial, havia o liberalismo vencido, sem possibilidade de discussão. Sem discussão, a princípio; pois existia um grupo por demais numeroso de partidários, que tinham aproveitado, com o absolutismo, para que fosse previsível deixassem correr os acontecimentos, sem, pelo menos, tentar restaurar o regime extinto.

Os primeiros tempos da política interna, contudo, decorreram, revelando notável senso de abnegação e conhecimento real das necessidades nacionais. Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro era o chefe espiritual, e Evaristo seu braço direito. Nada, na Constituição, havia que solvesse as dificuldades presentes, pois não atingiam os parentes do Imperador deposto o limite de idade constitucional, 35 anos, limite fixado para ser assumida a regência.

Tinha de ser descoberto um expediente para solver o aperto.

77. *Organização da Regência* – Elegeu-se uma Regência Provisória entre os membros do Parlamento, recaindo a escolha no marquês de Caravelas, o principal autor da Constituição, em Vergueiro e no general Lima e Silva, chefe das forças cuja cooperação tinha permitido que o 7 de abril de 1831 fosse uma revolução incruenta. O Rio de Janeiro pôde orgulhar-se de sua população, que se mostrou admirável de calma e isenção

de espírito: nenhuma violência, nenhum insulto nem provocações, foram dirigidos contra os absolutistas e os portugueses antibrasileiros, dos quais, recentemente, tanta coisa se tinha aturado.

Adotou-se desde logo uma anistia geral. A 14 de junho de 1831, votou-se a lei que regulava as poderes da Regência; a antiga querela sobre a ratificação dos tratados foi solvida, determinando-se que estes papéis internacionais fossem presentes ao Parlamento antes de ratificados. Aos 17, a Regência Permanente foi eleita: Costa Carvalho, mais tarde marquês de Monte Alegre, João Bráulio Muniz e o general Lima e Silva.

Veio logo depois a reforma constitucional. A idéia dominante consistia em ampliar as franquezas provinciais, como então se dizia, pois existia então franca tendência para a federação. Em 10 de outubro de 1832, a lei preliminar foi votada: a legislação seguinte viria com poderes para reformar a Constituição, segundo cláusulas preestabelecidas. A mais importante visava criar assembleias provinciais, abolir a Conselho de Estado e substituir a Regência Tríplice por uma Regência Una.

Tinha-se o Senado por uma assembleia reacionária: ali se achavam todos os antigos conselheiros absolutistas de D. Pedro I, e somente uma minoria era liberal. Barbacena, Vergueiro e Caravelas figuravam entre estes últimos. Era geral a opinião de que a maioria não deixaria votar a lei, com receio de federação.

Quatro grupos pleiteavam a preeminência no ambiente político: os absolutistas, os republicanos, os constitucionalistas e os comodistas; a estes, a *verve* popular apelidava caracóis ou caramujos, pela simultaneidade, pressa e entusiasmo com que fugiam e se escondiam em seus abrigos, ao pressentirem qualquer perigo. Eram tais as condições de mútua desconfiança, que todo pretexto servia para exaltar as paixões.

Feijó, um liberal que quase se manifestava republicano, e que foi mais tarde regente do Império, era então ministro da Justiça. Estava convencido de que o velho José Bonifácio, nomeado por D. Pedro I tutor e guarda de seu filho D. Pedro II, conspirava no sentido de restaurar e fazer voltar o antigo soberano. É positivo e indiscutível que os Andradas, no seu conjunto, desejavam essa solução. Por tal motivo, o ministro propusera a destituição do tutor; a Câmara dos Deputados aceitara a proposta, mas o Senado a recusara.

Feijó, cuja energia não se preocupava com a legalidade e confiava com a violência, planejou eliminar a Câmara alta da cooperação, no elaborar a lei preliminar sobre a reforma constitucional. Entre os deputados, entretanto, sentava-se Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro marquês do Paraná, um dos mais eminentes, serenos e adiantados estadistas do Brasil. Fez cair a proposta, por inconstitucional e revolucionária, com o fito de conservar ao Estatuto sua plena força e vigor.

78. *O Ato Adicional* – Sua grande voz foi ouvida, e o Senado, a seu turno, aquiesceu em votar a lei preliminar. Mas Feijó teve de se demitir da pasta. Sucessivamente foram votadas leis sobre as emendas constitucionais, Guarda Nacional e o Código do Processo Criminal.

Era realmente profunda a agitação do espírito público, provocada por causas numerosas. O absolutismo era uma delas. Em julho de 1831, no Rio, Feijó teve de reprimir perturbadores da ordem pública, e para isso usou da Força Armada. Pernambuco não se aquietou senão em 1835. Pará, até 1937 foi sede de distúrbios sangrentos, nos quais a Cabanagem teve de ser duramente vencida, e cujos móveis iniciais eram republicanos, mas que, em seguida, degeneraram em mera desordem policial. Maranhão continuou agitado até 1832, Ceará até 1834, e Amazonas até 1833. Minas não parecia estar igualmente revoltada, se bem que em 1833 ocorresse aí uma sedição militar em Ouro Preto.

De fato, em 1834, o Parlamento reuniu-se para discutir e votar a reforma, que figura em nossa História sob o nome de Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834. Nele, somente a Câmara fora ouvida, sem cooperação do Senado. Tal era, na realidade, o caminho constitucional, que a própria Câmara Alta reconhecera.

Sob o influxo do receio do absolutismo, e ansiosos por obter um máximo de independência, haviam ido longe demais. O autor principal da reforma, o grande Bernardo Pereira de Vasconcelos, notou-se imediatamente, pois tinham sido aceitas cláusulas contrárias ao prudente aviso e parecer da Comissão Especial incumbida de estudar e dirigir a elaboração da lei. O espectro do absolutismo, e o receio do pânico da volta de D. Pedro I ao Brasil, contudo, fizeram desvairar povo, deputados e homens de Estado.

O Imperador deposto nem sequer pensava em voltar; nunca autorizou seus partidários no Brasil a invocar seu nome ou pretensas ordens

suas; pôs um paradeiro e resistiu a todos os apelos de seus apaniguados que o chamavam, quando, em missão especial, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva seguiu para a Europa com o fito de o convencer da necessidade de voltar à América para tal fim. A 24 de setembro de 1834, finalmente, morreu e cessou de ser um pretexto para as ambições dos restauradores brasileiros.

Permaneceram, entretanto, os excessos do Ato Adicional, e começaram a influir no rumo dos negócios públicos e da vida do país.

79. *Bernardo de Vasconcelos* – Já o havia previsto Bernardo de Vasconcelos. Tinham sido aceitas, em excesso, as emendas individuais; a primitiva unidade de projeto da Comissão apresentante ficara prejudicada, e as concessões às províncias tinham ido demasiado longe. Ao invés de consolidar-se a união do país, forças centrífugas haviam intervindo e agiam como fermento de sucessão. Não se tinha adotado definição alguma em matéria de competência das províncias, e do governo geral, e era interminável a discussão quanto a qualquer fato ou pronunciamento concreto. O progresso ficara paralisado em consequência da lei. As falas anuais, os relatórios ministeriais vinham constantemente repletos de urgentes pedidos de esclarecimento e de modificação desse estado de coisas, pois estavam causando uma agitação geral por todo o Império.

E tal crise surgia em momento delicadíssimo da vida nacional. Após três anos de reação absolutista contra os governos conservadores das regências, e mais acentuadamente após a morte de D. Pedro I, ocorrerá gradual e sensível arrefecimento no ânimo popular e nas deliberações governamentais, uma pausa na inquietação generalizada. Raros, muitos raros espíritos privilegiados haviam compreendido que se tratava do início de uma era nova, um período de calma no esforço superexcitado em busca da liberdade. Foi o mérito imortal de Bernardo de Vasconcelos o ter percebido o fenômeno e de ter agido no mesmo sentido. Servidor quase único do novo ideal de tranqüilidade, a princípio, e, dentro em pouco tempo, chefe de grande partido, a ambos, guia e soldados, devemos, os brasileiros, por ter sido alvo o Brasil de desintegração total em “governicos” fragmentários.

Após o Ato Adicional, qualquer tendência ainda mais avançada fora suicídio e loucura, no tocante à manutenção de uma nação unida e for-

te. Fora anacronismo; mas somente espíritos excessivamente ponderados e equilibrados poderiam resistir ao prestígio das palavras e de teorias estéreis, liberdade, liberalismo, em vez de meditarem sobre as fundações essenciais da existência, conservação e progresso.

Daí, a grandeza de Bernardo, e daí também a ferocidade dos ataques movidos contra ele por sua chamada “traição”, como se dizia, por abandonar seus antigos partidários. Uma coisa única se olvidava: deles se tinha separado no apogeu da vitória, e, por amor a suas convicções próprias, partira sozinho como sentinela perdida de um novo ideal político.

Dessa forma, tornou-se o fundador e o chefe de um grupo cuja carreira seria intermediária entre a reação autocrática e os excessos do federalismo. Era esse, incontestavelmente, o claro dever do momento, em um país dilacerado pelas dissensões internas, com um Poder Executivo fraco, como são todas as regências, provisórias e temporárias. A ordem tinha de ser mantida. Como dever primeiro.

80. *Diogo Antônio Feijó, Regente* – Nesse momento ocorreu a eleição do regente, pois a lei havia mudado o sistema de governo provisório, da Regência Trina para a singular. Em 7 de abril de 1835, Diogo Antônio Feijó foi eleito, e a 12 de outubro tomou posse do cargo.

Sua escolha revelava o senso íntimo de ordem e de necessidade de energia, latente no ânimo da maioria da população pensante do Império. Tinha de ser o mesmo estadista enérgico e poderoso que, ministro da Justiça, havia debelado a anarquia no Rio de Janeiro em 1832. Um de seus mais importantes sustentadores era Evaristo, cujos amigos e partidários tinham conduzido a campanha. Bernardo de Vasconcelos e Honório manifestavam-se contrários a ele.

Feijó, contudo, já não era o mesmo homem de 1832. Sofrera um primeiro ataque de paralisia, uma semana antes de sua posse. Descrente e sucumbido, não nutria esperanças de melhorar as condições do país. Apesar de sua energia, não mais confiava em seu próprio esforço. Olhava para o mundo através de óculos negros.

Figura curiosa e digna do maior respeito, a desse sacerdote. Ignorava o que fosse presunção. Vida impoluta e caráter sem mancha; alheio a honrarias e recompensas, encarnava as noções de honra e de patriotismo. Alimentava um ideal único: a ordem e a obediência à lei e à paz. Não era

grande erudito, sim apenas um campeão da autoridade. Apaixonado em suas opiniões, sentia-se incapaz de compreender e ser justo para com pareceres divergente do próprio. Essa limitação, por duas vezes, lhe causou o naufrágio da carreira: em 1832, no caso da destituição de José Bonifácio do cargo de tutor do menino-imperador; em 1837, ao recusar obedecer à regra parlamentar de governar com a maioria, que lhe era infensa. Em ambas as ocasiões preferiu demitir-se.

No cargo novo para o qual foi eleito, desenvolveu as qualidades e as fraquezas do antigo ministro, e considerou os acontecimentos, tão diversos, entretanto, com seus olhos de 1832... e nisto iam nem só um mal-entendido, como também um anacronismo.

Daí, seu dissídio fundamental com Bernardo e com Honório Hermeto. Ambos, estadistas de visão larguíssima e alcance político dos mais alongados; ambos, olhando para os fatos políticos em sua feição atual; ambos, convencidos de que tinham chegado os tempos de pôr freios, e não propeler a marcha dos governos. A norma a seguir, pensavam eles, seria diminuir a velocidade da máquina administrativa, e não acelerá-la. A aliança desses dois homens, excepcionalmente eminentes, não poderia ser igualada por nenhuma combinação de quaisquer outros elementos. Era o espírito contra a força material, e a inteligência teria em qualquer caso de vencer.

81. Tumultos e motins do Pará – Em 1832, a província do Pará fora teatro de desordens e de motins, e o governo central, fraco, tinha discutido e entrado em acordo com os rebeldes. Tal fraqueza encorajou os insurretos, e os tumultos recomeçaram mais graves agora, e com a feição nova de apresentarem tendências republicanas. Sob a direção do coronel Malcher, o Pará combatia o Império. Combatido e vencido, fora o coronel preso nas últimas semanas de 1834; mas seus sequazes reagiram, em grandes massas, libertando-no da prisão a que fora recolhido, assassinaram as autoridades legais e proclamaram a Malcher presidente assim aclamado pelo populacho foi deposto por um de seus partidários, Pedro Vinagre, e morto por essa nova camada de rebeldes.

Começou então um período de violências e de desordem. Rio de Janeiro, desnorteado e hesitante, não sabia como tratar desse novo problema. Nesse meio tempo, a província estava de fato separada do Império.

Como primeira de suas tarefas, Feijó cuidou de suplantar a ilegalidade. Tomou as únicas medidas possíveis para um governo, que exigisse o respeito público. À força, tropas de terra e de mar foram enviadas para reprimir sem piedade a insurreição. Assim se deu para o maior bem das populações locais, pois os distúrbios haviam degenerado em um horrível motim de criminosos, ladrões e meio-sangues, unidos em bandos de malfeitores e assassinos.

O regente adotara o método forte, convencido como estava de que todo o cruento conflito se originara da fraqueza das autoridades. A lei marcial foi instituída por decreto, e para o Norte seguiram as forças nacionais. Em 1837, a revolta estava sufocada, os cabeças presos, condenados e punidos.

82. Início da Revolução dos Farrapos – Contenda muito mais grave, contudo, cercada de perigos muito mais prementes, surgira nas bandas sulinas, no Rio Grande do Sul, na província fronteira com as repúblicas platinas, tanto com o Uruguai como com a Confederação Argentina.

Dos longamente protraídos tumultos em ambas as margens do rio da Prata, e da semelhança de meios, de modos de viver, de costumes e de pontos de vista na região inteira, formara-se nas populações sulinas uma comunhão de mentalidade. Suas feições dominantes constavam de autonomia, de liberdade de movimentos e de hábitos, dentro no quadro de uma federação. Artigas personificara tal rota política, pois a independência do Uruguai só viera em segunda plana, quando as Províncias-Unidas se negaram ao ideal federativo.

Durante a campanha da Cisplatina, entre rio-grandenses e uruguaios existia muita simpatia, muita correspondência de idéias. Os primeiros eram leais ao Brasil, mas este sentimento afetuoso estendia-se aos vizinhos que pelejavam para conquistar sua independência. Após o tratado de 1828, tais laços, velhos e novos, continuaram a existir. Os chefes, e caudilhos muita vez se mesclavam em incursões em território alheio. D. Fructuoso Rivera, D. Manuel Oribe e outros, da banda meridional da fronteira, eram amigos, parentes ou ligados a seus equivalentes do lado do Brasil, o marechal Sebastião Barreto, o coronel Bento Manuel Ribeiro, o coronel Bento Gonçalves da Silva e outros muitos.

As questões políticas agitavam os grupos partidários das duas partes da fronteira. Nenhum estudo válido da bacia do rio da Prata se pode

aceitar, do ponto de vista histórico, que não leve em conta o fato de que, por aqueles tempos, a região constituía um todo, uma unidade político-geográfica, na qual os limites convencionados não isolavam realmente as populações.

Em ambos os países, os homens tinham amigos e inimigos, aliados e adversários, e sua influência não se continha dentro nos lindes legais, e ultrapassava as fronteiras. Sempre que uma revolução, uma revolta, um levante ocorria, alongavam-se os olhos para a banda da fronteira, onde os grupos tinham certeza de encontrar auxílio e apoio, sempre que o pedissem. Por muitos anos, tal sentimento prevaleceu. Ainda hoje, não está totalmente extinto ou esquecido.

Ao contrário do que ocorria no Pará, o choque dava-se entre os melhores elementos da província, em ambos os lados da divergência.

Nas mãos fracas do presidente Fernandes Braga, a administração local relaxara as rédeas do governo, e era acusada de reacionária; enquanto o partido adverso, o liberal, dirigido pelo coronel Bento Gonçalves da Silva, buscara por todos os meios conquistar a autonomia provincial. Iam exaltados os ânimos da população, e o conflito de idéias havia causado um encontro armado entre os respectivos partidários, a 19 de setembro de 1835. No dia imediato, Bento Gonçalves chamou às armas a Guarda Nacional, e, a 21, marchou sobre Porto Alegre, capital da província, onde entrou: o presidente havia fugido.

Coincidiram os acontecimentos com a posse de Feijó, e suas primeiras medidas para sufocar a revolta do Pará. Era difícilima sua posição. No Pará, tinha de dispersar ajuntamentos de bandos armados de rebeldes da pior espécie. No Rio Grande do Sul, defrontava-se-lhe uma corrente de pensamento político, com a qual, por certo, não podia condescender, mas que mereceria elogios, se não tivesse sido tão prematura. E tinha de lutar e contender com gente limpa e decente.

Em uma carta ao marquês de Barbacena, então em Londres, narra o regente sua completa incapacidade e suas apreensões quanto à secessão da província: todos os esforços eram polarizados pela expedição do Pará; nenhuns recursos restavam para o Sul, à agitação generalizava-se pelo país inteiro, receava-se qualquer erro imprudente de apreciação, tudo em detrimento do prestígio e do crédito do governo.

Mandou-se um novo presidente, José de Araújo Ribeiro, hábil, amigo ou aparentado das principais famílias do Rio Grande. Sua missão era de paz e de harmonia; mas, ao pô-la em prática, a princípio falhou.

O novo presidente tinha de ser empossado ante a Assembléia Provincial. Esta, a primeira eleita sob as normas do Ato Adicional, contava larga maioria oposta ao antigo presidente Fernandes Braga, e obedecia a Bento Gonçalves. Sentiu logo Ribeiro que tais deputados lhe não consentiriam tomar posse, tão capciosas eram as perguntas feitas, e as condições impostas para lhe deferir a investidura. Declarou-lhes, em resposta, que iniciaria sua missão sem demora, empossando-se mesmo na cidade do Rio Grande, onde se achava, e sem ir até Porto Alegre. A Assembléia, em consequência, declarou-o suspenso de suas funções, em 1836.

Era a guerra. Afortunadamente, sua nomeação teve o mérito de destacar dos rebeldes seu melhor elemento militar: Bento Manuel Ribeiro. Era, este, amigo e parente do presidente, e nunca dele se separou. Freqüentes provas deu de sua valia nos combates, nos quais a vitória parecia segui-lo. Logo começou a melhorar a situação. Porto Alegre foi reconquistado. Em pequenos encontros, as tropas legais foram vencedoras.

Era óbvio que Ribeiro tinha de ser sustentado pelo governo central, por Feijó, portanto; mas este hesitava. De uma feita, demitiu-o; a sensação geral da província, porém, foi tão adversa a esse ato impensado, que, vinte dias depois, foi reconduzido. Uma flotilha de canhoneiras conquistou, e nunca mais abandonou a navegação interna da Lagoa dos Patos e dos rios que nela desaguavam.

Anulou-se desta forma o plano de Bento Gonçalves de atacar Porto Alegre. Viu-se mesmo constringido a retroceder, ante a pressão das colunas de Bento Manuel. Em 10 de setembro de 1836, contudo, em Seival, os rebeldes conseguiram importante vitória sobre as tropas imperiais e sentiram-se tão ufanos do sucesso, que proclamaram a República Rio-Grandense, a 11 do mesmo mês, no lugar do triunfo, e a 20, em Jaguarão.

A 4 de outubro, Bento Manuel por pouco aniquilara o exército republicano, e prendera seus principais chefes, Bento Gonçalves entre eles. Mas os farrapos reagiram contra a vitória das tropas imperiais no combate do Fanfa, e daí lembraram o seu sucesso de Seival.

Puderam eles então desenvolver seu plano, organizar seu governo e escolher a Bento Gonçalves como seu presidente. Como estivesse preso, José Gomes de Vasconcelos Jardim lhe preencheu provisoriamente a vaga.

83. *Federalismo, mais do que separatismo.* – Não é possível que fosse ponto vital do programa rebelde a separação do Império. Nada se mudou nas leis, salvo quanto às personalidades incumbidas de lhes dar execução. Nas inúmeras propostas feitas às autoridades imperiais, nunca foi impugnada a volta ao seio do Império, mas sempre se insistiu pela concessão da autonomia da província. Quando se fez a paz, em 1845, pesou acima de todas as considerações o perigo comum que ameaçava o Brasil, por parte da Confederação da Argentina. Federalistas, muito mais do que separatistas, os Farrapos pelejavam pelas liberdades locais.

As tropas republicanas nunca foram um exército regular e organizado. Sua função era a guerrilha. Apuravam paciência e valor de seus adversários por sua constante mobilidade. Possuía abundância de cavalos, o elemento essencial para incursões e entreveros de cavalaria, quais os impunham tal gênero de campanha. Iam e vinham os soldados voluntários a seu bel-prazer. Batiam-se, perseguiram ou dispersavam-se, conforme exigiam os acontecimentos e ordenavam os chefes. Reuniam-se quando convocados por seus generais. Tais processos eram ideais, no tocante à rapidez das movimentações. Nunca foram mais de 6.000 homens, ao máximo. Quase não tinham artilharia, senão a que haviam conquistado às colunas imperiais, umas vinte peças, quando muito.

Seu governo era um arremedo do Império. Sua organização judiciária merecia fundada crítica, por malsã: juizes temporários, e por demais sujeitos ao influxo das autoridades militares. Nunca teria durado o ensaio de governo autônomo, se Feijó, mal aconselhado, não houvesse cometido o erro grosseiro de retirar Araújo Ribeiro da presidência, nos primeiros dias de 1837, já quando a província quase toda lhe obedecia à autoridade, e, portanto, à da Regência. A reforçar a impressão do erro irreparável, a demissão do presidente e sua saída de Porto Alegre tomaram feições de castigo imposto ao delegado da confiança do regente, decaído do crédito que merecera. Gesto sórdido foi esse, praticado para com um homem cujos serviços eram dignos dos mais exaltados encômios.

Conseqüência imediata, Bento Manuel, desesperado de ódio, e perdendo todo senso de medida, abandonou a causa imperial, e passou-se para os rebeldes. Não percamos tempo em julgar ou qualificar o procedimento do caudilho, mas vejamos o alcance que teve nos acontecimentos subseqüentes.

Desde logo, alteraram-se as situações, e os republicanos iniciaram sua reconquista do território. Feijó, em desespero de causa e não sabendo como acudir às dificuldades, entrou a nomear presidente sobre presidente, com semanas de intervalo; ora um combatente, ora um político acomodático e negociador. Reinava a mais absoluta desordem, e estava ausente qualquer noção da realidade. A Fala Imperial de abertura da sessão legislativa de 1837 provava o desalento, a decadência e alquebramento do regente.

84. *Demissão de Feijó* – Pedia mais tropas. Não podia, de forma alguma, contar com auxílios legislativos. Dominava no Parlamento a oposição, pelo menos na Câmara. Além de Honório Hermeto e Bernardo, os dirigentes da opinião pública combatiam a política e os métodos governativos do regente. Os melhores amigos de Feijó reconheciam que ele não sabia fazer, nem conservar amigos, tão duros e agressivos eram seus hábitos de tratamento. Seu espírito religioso amalgamava-se com o velho preconceito regalista português, e, inconscientemente, ia levando o Brasil à separação de Roma, a uma igreja nacional e galicana, ao cisma, em suma. Contra semelhante tendência tinha ele contra si a quase unânime hostilidade das melhores cabeças e dos maiores estadistas do país.

Não admitia Feijó a possibilidade de chamar ao governo a Vasconcelos, e essa era a indicação evidente dada pelos votos e pelas decisões do Parlamento. Admirava o padre o poder mental e a capacidade omnímoda de Bernardo, mas desprezava e tinha horror ao caráter do eminente deputado mineiro, cuja vida particular estava longe de desafiar a análise. Dele costumava dizer o sacerdote, de vida impoluta: “um livro para ser lido, mas logo jogado fora”. Chegaram ao apogeu hostilidades e má vontade. Paralisou-se o governo. Para cúmulo de infelicidade, Evaristo, seu conselheiro e o mais seguro e influente e ouvido de seus amigos, morrera em maio...

Sentiu e compreendeu o regente que só lhe restava retirar-se, desde que se sentia impossibilitado e visceralmente adverso a chamar Bernardo à direção dos negócios.

85. *Pedro de Araújo Lima, regente* – A 19 de setembro, resignou seu cargo, que seria provisoriamente e de acordo com o Estatuto exercido por seu Ministro do Império, Pedro de Araújo Lima, que foi em seguida eleito regente (abril de 1828), e mais tarde foi elevado ao marquesado de Olinda.

Seu primeiro cuidado foi obedecer às regras do governo parlamentar e organizar gabinete com Bernardo de Vasconcelos como chefe. Surgia agora um princípio novo: a solidariedade ministerial. Cumprindo seu dever no regime, Araújo Lima desempenhou seu papel de monarquia constitucional.

Contando agora com o Parlamento, o governo renovou seu pedido de meios e auxílios, que a Feijó haviam sido recusados pela Assembléia. A política de brandura falhara no Rio Grande do Sul: outra diretiva foi então adotada, a de combater e vencer os rebeldes. Havia crescido as dificuldades, pois os prisioneiros, Bento Gonçalves entre eles, o presidente da República revoltosa, tinham logrado fugir de suas prisões e já se achavam de volta à província conflagrada, onde foram levar aos insurretos esperanças novas.

A norte, ia-se formando tempestade ameaçadora: a Sabinada assim chismada do nome de seu chefe, Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, cujo intuito visava fundar uma República independente do Império, até a maioria do imperador. Rebentou o movimento em setembro de 1837 e só foi vencido em março do ano seguinte.

Mais de uma vez, no Rio Grande do Sul, Bento Manuel venceu as tropas legais. Desanimado, o governo central recorreu novamente a medidas pacificadoras, e ofereceu anistia a 1º de janeiro de 1839. Pouquíssimos republicanos consentiram em abandonar as armas. Ao invés de apagar o incêndio, tais expedientes eram tidos como atos de fraqueza confessada, e acendiam cada vez mais as paixões dos contendores sulinos. Porto Alegre foi novamente assediada pelos adversários do Império.

Mais a norte, no Maranhão, surgiu um levante de grande gravidade, em 1839-40 a Balaiada denominada pelo nome de seu chefe Ferreira Balaio. Embora séria, nunca passou de uma malta de desordeiros, criminosos fora da lei, réus de prisão, ladrões de gado e de cavalos.

86. *Hesitações de rumos do governo* – A perspectiva era sombria, por esses anos de 1838 e 1839. E o governo tinha a mão infeliz nas escolhas feitas para seus representantes nas províncias. No Rio Grande do Sul, o Presidente Elisiário de Brito não se mostrava, de modo nenhum, à altura da situação, e só conseguia piorar as coisas.

Para aí seguiu o próprio ministro da Guerra, a fim de colher *in situ* noções dos acontecimentos locais: com ele viajou, como ajudante-de-ordens, o major Luís Alves de Lima e Silva, que mais tarde deveria ser marechal, barão, conde, marquês e duque de Caxias. Este oficial, a quem o provir destinava tamanho destaque em nossa História, aproveitou o ensejo para estudar o problema da pacificação: desse trabalho se serviria, ano depois, quando lhe foi confiada a missão de vencer a revolução e pacificar o Sul. O primeiro passo seria remover daí os elementos incapazes, a começar pelo presidente.

Não esmoreceu a atividade dos republicanos. Deram início a uma expedição contra a província de Santa Catarina, e conquistaram aí, a 22 de julho de 1839, o pequeno porto da Laguna; imediatamente, fundou-se a República de Santa Catarina e um presidente foi eleito. Quatro meses depois, um ataque combinado por terra e por mar, destruiu os invasores e repeliu-os para o Rio Grande.

Novamente, a Regência cometeu a falta grosseira de dividir a autoridade, dando a um oficial o comando das armas, e a um bacharel a administração civil. Para sublinhar o erro, o oficial era o general Manuel Jorge, gasto pelos longos anos de serviço, e por eles quase incapaz de agir. Entre os dois chefes, o soldado e o civil, o desentendimento era completo, e as operações tiveram de cessar. Durou a inércia até março de 1840.

No Maranhão, contra a Balaiada, a escolha imperial fora feliz. Lima e Silva partiu para o Norte a 20 de dezembro de 1839, com as duas missões, a civil e a militar, concentradas em sua pessoa nas funções de presidente da província. Tomou posse do cargo a 7 de fevereiro de 1840. Desordeiros, criminosos e bandidos, já estavam sendo perseguidos; concentrou ele seus esforços em pôr em vigor as leis, restaurar a ordem, e nunca parou na tarefa de punir os culpados e sobre eles fazer pesar as penas da lei.

Na base de todas essas perturbações da ordem, se achavam duas causas: o descrédito da autoridade, o impulso secessionista. Ambos davam

razão a Vasconcelos e a sua previsão, quando, em 1836, proclamava a necessidade de uma política conservadora.

87. *Necessidade vital de governo forte* – As Regências, governos provisórios que eram, não possuíam a energia precisa ou coisa que se comparasse com a força ingênita dos detentores constitucionais e permanentes do poder. Dependiam de eleições, e por isso auxiliavam e protegiam as ambições alheias e aguçavam rivalidades. O Ato Adicional, por suas faltas intrínsecas e por sua redação dúbia, estimulava as exigências provinciais e suas invasões nas atribuições da competência Imperial. Daí, paralisar-se a administração, cessar o trabalho, a tal ponto que, por vezes, as Assembléias Provinciais ab-rogavam leis gerais. Em tudo isso, a secessão jazia oculta e em potência: pelo menos, aí se ostentava um enfraquecimento mortal do senso de União.

Para Bernardo de Vasconcelos, havia sido glória corrigir as cinco do Estatuto primitivo. Veio caber-lhe, por fortuna alta, a nobre tarefa de restituir íntegro o pensamento da Comissão Especial ao elaborar o Ato Adicional, tão perigosamente alterado e depurado de seu fito primordial pela colaboração de iniciativas isoladas e sem nexos de membros da Assembléia Nacional.

Como deputado, tomara parte da discussão de novo texto, explicando e interpretando a lei de 1834. Sua elaboração havia começado em 1837; foi, entretanto, no Senado, para o qual fora eleito em 1838, que pôde prestar toda a colaboração, e dar a medida plena de sua estatura gigantesca como inteligência e ciência do homem de estado. Venceu em toda linha, mas saiu de refrega sangrando e ferido em todos os seus membros: insultos, calúnias, mágoas, preocupações, tristezas, acumularam-se sobre ele, e nunca esmoreceu, e sempre se manteve na brecha, ferido e lutando. Para ele, o triunfo foi sem par.

Durou dois anos a discussão perante a Câmara, antes do projeto seguir para o Senado em 1839. O que estava em jogo era a reconstrução da autoridade. Dois sistemas se defrontavam: uma lei interpretando o Ato Adicional; ou a substituição dos governos provisórios das regências por governos efetivos e regulares e permanentes. Era isso apontar para antecipação da maioria do imperador, antes do limite constitucional dos dezoito anos.

Ambas as soluções tinham partidários e oponentes. Vasconcelos batia-se pela interpretação, e assim também seus correligionários conservadores. Feijó chefiava seus amigos liberais, em favor da antecipação de idade de D. Pedro II.

88. *Reconstrução da autoridade* – Dois planos divergentes, mas, no fundo, um alvo só: fortalecer o poder central.

Agitava-se a opinião pública no mesmo rumo, com um traço a mais de afeição carinhosa e protetora pelo imperador-menino, órfão e pupilo da nação, sobre o qual se acumulava tantos anelos e esperanças de calma, de tranqüilidade e de progresso tranqüilo e pacífico.

Das províncias, principalmente, das que se acham revoltadas, chegavam notícias, que reproduziam os mesmos modos de sentir. As operações pacificadoras eram conduzidas com melhor critério, e a autoridade imperial ia crescendo.

No Maranhão, Lima e Silva a um tempo combatia e pacificava; vencia os rebeldes, restabelecendo a paz em janeiro de 1841. No Rio Grande, novos generais no comando davam impulso real a sua missão: Soares de Andréia, o vencedor da cabanagem do Pará, colhera louros derrotando a natimorta República de Santa Catarina, e estava organizando novo plano de combate aos insurgentes do Sul, embora Manuel Jorge ainda se conservasse em seu cargo e nada fizesse, ou antes, só movesse suas forças a esmo, sem motivo nem alvo. Outras colunas obtiveram vantagens em seus encontros com os rebeldes. Estes sentiram-se ameaçados, e tentaram melhorar a situação planejando um ataque imprevisto à noite contra a cidade do Rio Grande. Novamente, foram repelidos com graves perdas.

Fato novo, de alta importância, havia ocorrido. Inteligente e astuto, Bento Manuel compreendera que sua posição era embaraçada, além de toda previsão: nas fileiras republicanas, era apenas um entre numerosos generais, ao lado de seu rival Bento Gonçalves; possuía o Império demasiados recursos de toda sorte, que lhe permitiam esmagar a insurreição rio-grandense, e, então, para ele próprio tudo estaria perdido. Melhor, portanto, surgia o alvitre de voltar à sua antiga fidelidade ao governo. Desde julho de 1839, fez público ao governo revolucionário que, daí por diante, tencionava abster-se de toda ação militar. Um ano depois, escreveu ao presidente representante do governo imperial, propondo-se a abandonar as

fileiras rebeldes a troco de anistia para si e para mais alguns amigos e parentes, ficando toda a negociação em segredo.

Assim aconteceu que, em julho de 1840, no vaivém das alternativas da regência, sempre hesitante entre a clemência e a repressão pelas armas, se realizou um avanço no sentido de dominar a rebelião com espírito de energia e melhor conhecimento da situação real do Sul. Soares de Andréia foi nomeado para a presidência da província acumulando o comando das armas. Aceitou o dúplice encargo, e logo respondeu a Bento Manuel, deferindo-lhe as solicitações.

Já melhorara, desta forma, o aspecto dos sucessos, do ponto de vista da política interna. Assim também, quanto ao teatro internacional.

89. Influxo dos partidos platinos na luta dos Farrapos – A interpenetração dos fatos políticos, em ambos os lados da fronteira, ia desenrolando suas conseqüências, e caminhavam gradualmente para o aparecimento de eventualidades, cuja última manifestação seria a intervenção brasileira no Rio da Prata, a guerra contra a Confederação Argentina, até a vitória de Caseros em 1852.

Nos recontros fronteiriços, elementos mesclados de ambos os países encontravam-se nos entreveros do Uruguai, tanto como nos do Rio Grande. Em Montevideú, entretanto, corria a convicção de que o Império provocava e protegia tais distúrbios. E a triste verdade era que o Brasil não podia confessar a lamentável e simples verdade: a de que o Brasil, o Governo Central, não tinha autoridade no Rio Grande do Sul, em mãos de partidários exaltados da autonomia local. Estes últimos, dirigidos por Bento Gonçalves e seus amigos, tudo faziam quanto estivesse em suas mãos em favor dos revolucionários uruguaios, movidos por amizades pessoais, laços de parentesco, e alianças tácitas: mas também, em conseqüência do fato de que as operações locais dependiam grandemente de forças de cavalaria, e o Uruguai estava mais bem provido desse elemento do que a província em armas.

Quando D. Fructuoso Rivera, durante seu período presidencial de 1830-34, combatia as agressões armadas de seus adversários, e via Lavallega e seu séqüito recebidos, reabastecidos, rearmados e remontados no Rio Grande, só podia acusar o governo brasileiro: ou quebra de neutralidade, ou incapacidade de reprimir tais atos partidários, eram as duas

hipóteses que logo saltavam a explicar os fatos. Em ambas as circunstâncias, pesava sobre o Rio Grande a responsabilidade real das incorreções, embora legalmente recaísse sobre o Governo Central, cuja fraqueza permitia que seus representantes oficiais na província fossem escarnecidos e desobedecidos nas ordens e recomendações transmitidas ao elemento local, por mais urgente e insistente fosse o empenho do Rio.

Em 1835, D. Manuel Oribe sucedeu a Rivera. Havia sido escolhido por seu predecessor e eleito por influência deste. Não conseguiu, entretanto, tolerar a pressão e os gestos de condescendente proteção, impostos sobre ele pela insolência pernóstica de seu grande eleitor e protetor. Em 1836, D. Fructuoso insurgiu-se.

Nesse intervalo, as coisas complicavam-se. Crescia, na margem ocidental do Rio da Prata, o prestígio de D. Juan Manuel Ortiz de Rosas, e de dia para dia se afirmava preponderante. Após um longo período de perturbações na Confederação, a direção do país havia sido imposta a Rosas, que era um federalista, enquanto seus rudes adversários eram unitários. A chefia e a direção desses elementos contrários estavam em mãos de Comitê Unitário de Montevideú, composto de exilados, os melhores cérebros e conspiradores de seu grupo político.

Entre estes, figurava o general Lavalle, um verdadeiro herói da independência do Pacífico e da Guerra da Cisplatina.

Estes homens representavam elemento importantíssimo no Uruguai, pois constituíam em seleção real de combatentes experimentados, de alto valor mental e de energia. Andavam por uns 14.000, e o Uruguai de então pouco mais contaria do que uns 75.000 habitantes. A todos, Rivera tomou sob sua proteção e fez ingressar no exército regular oriental.

Tal insulto ofendeu gravemente a Rosas, que passou a considerar a D. Fructuoso como seu adversário pessoal. Lavalleja, ao contrário, era seu amigo desde os tempos da expedição dos Trinta e Três, em 1825. Tinha por alvo o ditador de Buenos Aires reconstituir o vice-reino antigo, e convinha-lhe ver o Uruguai dividido em facções, enfraquecido por dissensões internas: tudo isso facilitaria a reanexação.

90. As alianças partidárias no Sul – Assim, dois grupos se formaram: Rivera com os unitários argentinos; Lavalleja, Rosas e os insurgentes

do Rio Grande. Entre os dois, o governo brasileiro mantinha neutralidade, e procurava, antes do rompimento no Sul, refrear a colaboração, por demais eficiente, de Bento Gonçalves e de seus amigos com os exilados e uruguaiois e os conjurados na derrubada de Rivera.

Quando este rompeu contra Oribe, grandes mudanças ocorreram. Em breve prazo, Oribe se tornou amigo de Rosas e de Lavalleja. Enfraqueceu-se a posição de Rivera. A Buenos Aires, entretanto, não interessava a mera substituição dos chefes do Uruguai. O que importava era ter e manter o Uruguai em posição dependente, combalido, em condições de ser dominado pelo poderio *porteño*, no momento que quisesse.

Rivera foi vencido, entretanto, e teve de fugir para o Rio Grande para salvar a própria vida, apenas acompanhado de um pugilo de companheiros, em setembro de 1837. Poucos meses antes, Araújo Ribeiro fora demitido da presidência do Rio Grande; Bento Ribeiro, enfurecido pela afronta feita a seu parente e amigo, desertara do serviço legal a bandeirarse para a revolta. O caudilho uruguaio, depois de preso em Porto Alegre, evadia-se e juntara seus elementos aos de Bento Ribeiro, com este colaborando na campanha.

A partir desse momento o grupamento dos aliados no rio da Prata modificou-se: Rivera, unitários argentinos e sublevados rio-grandenses agiam juntos; Oribe, Rosas e Lavalleja formavam o partido oposto. O Rio mantinha-se neutro, mas sua tendência natural e acorde com a lei internacional pedia para o último conjunto de forças, pois representava a autoridade legal. Tanto mais quanto Oribe, justamente desejoso de tirar o proveito máximo das dificuldades internas com o Brasil estava a braços, havia enviado um emissário à corte para negociar um tratado de fixação de fronteiras que substituísse a convenção provisória de 1828, mas já agora exigindo os limites de 1777. O gabinete e o regente Feijó recomendavam a aceitação dessa fórmula, mas o Parlamento, indignado com tal fraqueza, repeliu a proposta do governo.

91. *Bloqueio francês do rio da Prata* – Os fatos se encarregariam de dar novo rumo aos acontecimentos. Pela incapacidade de agentes subalternos, estava a França bloqueando o rio da Prata, e tinha entrado em entendimento com o comitê argentino de Montevideu para, de acordo com os unitários, mover guerra a Rosas. Era um acordo pouco recomen-

dável, pois a França se comprometia a subsidiar e fornecer recursos em armas e homens em uma contenda que não era sua, além do que carecia de importância o motivo de sua própria intervenção. Rivera, que novamente, a 21 de outubro de 1838, invadira o Uruguai, desbaratou completamente as forças de Oribe. Aderiu ao acordo franco-unitário, e, juntos, exerceram seus esforços contra Oribe e Rosas. Derrotado e sem mais recursos, o presidente uruguaio enviou sua renúncia do cargo à Assembléia Nacional. Voltou Fructuoso a ser eleito presidente da República do Uruguai.

Rosas, entretanto, permanecia à frente da luta. Encarnava ele a liberdade americana e a independência, contra a invasão de argentinos assalariados pelo ouro francês. Venceu em toda linha. Respeitavam-nos todos como campeão de defesa da autonomia continental de ambas as Américas, e, mesmo na Europa, tal sentimento era partilhado. Compreendeu o gabinete francês, chefiado por Soult, o erro grosseiro de tal diplomacia no Prata, e o papel pouco glorioso e inteligente que estava representando. Recuou e apresentou desculpas, celebrando com Buenos Aires, a 29 de outubro de 1840, um tratado que punha um termo à contenda, e, a 1º de novembro salvaram as naus francesas a bandeira argentina. Pouco depois, Rosas vencida e desbaratava todas as demais coalizões internas, motins e perturbações das províncias, fomentadas e mantidas pelo Comitê de Montevidéu. Oribe, na qualidade de general argentino, comandava as tropas federais do país.

Tornava-se curiosa a situação. O governador de Buenos Aires avultava entre todos os seus aliados e acima de seus adversários. Havia defendido e feito triunfar a causa da liberdade e da independência. Fase nova havia surgido na história do continente. Rosas sonhava com a reunião do Uruguai nos termos do antigo vice-reino espanhol. Rivera alentava a aspiração de se formar um Uruguai-Maior, constituído pela antiga Cisplatina, Corrientes e o Rio Grande. Os insurretos sulinos, entretanto, embora signatários de tratado com D. Fructuoso, não cogitavam de se separar do Brasil: queriam e ansiavam pela autonomia local, muito mais do que de separação.

Perfeita comédia de disparates e de dissentimentos.

92. *Lutas partidárias no Império* – Os acontecimentos em marcha lançam para a frente sua sombra, diz o prolóquio inglês. Ao Rio de Janeiro chegavam todas essas notícias, e aumentavam ainda o desejo geral

pela pacificação, anseio de todos por um governo forte, capaz de manter a unidade nacional.

O regente Araújo Lima e seus ministros eram, todos, partidários da interpretação do Ato Adicional. Mas, desde 1839, os liberais, Feijó, os dois Andradas sobreviventes, Holanda Cavalcanti e muitos outros, haviam compreendido quanto favorecia a repressão de perturbações políticas e emancipação imediata do jovem imperador. Faltava-lhe idade, era certo, mas uma lei poderia suprir tal requisito, em determinadas condições.

Um dos mais antigos amigos de Feijó, o senador Alencar, propôs, em abril de 1840, o plano de se formar uma sociedade para promover o coroamento imediato de D. Pedro II, suprida assim a falta de idade constitucional. A esse clube político, dentro em pouco aderiram as principais figuras do partido liberal, oposto ao governo, e, mesmo alguns conservadores. Tão forte e convencida se manifestava a opinião pública nesse sentido, que mesmo entre partidários governistas muitos eram os próceres que pensavam do mesmo modo.

93. Lei interpretativa do Ato Adicional. Corrente maiorista – Aos promotores do movimento ocorreu que a lei interpretativa do Ato Adicional poderia provar excelente instrumento de governo do país, nas mãos do partido que triunfasse. Do dia para noite, os liberais, que haviam combatido a medida, e impedido sua adoção pelo Senado, durante todo o período de julho a novembro de 1839, assentiram em auxiliar o voto do projeto. Em 12 de maio de 1840, foi votado e sancionado.

Na fala do trono, abrindo a sessão legislativa desse ano, um tópico pôs em debate o problema da maioria. A 13 de maio, foi oferecido um projeto dispensando o limite constitucional para a entronização do imperador. Para o governo, foi uma surpresa e uma apreensão.

Três condições eram previstas para a vitória dessa corrente antecipadora: aquiescência imperial, o voto do Parlamento, o aplauso de uma opinião pública favorável.

Através dos Andradas e do Deputado Pinto Coelho, parente do tutor marquês de Itanhaém, e de Bento Antônio Vahia, ficou verificado que o imperador consentia na antecipação. A população manifestava-se entusiasticamente adesa à medida. No Parlamento, era difícil saber o pensamento dominante, mas era óbvio que uma corrente muito numerosa

pendia pela coroação imediata, e, se vencesse, a maioria conservadora só triunfaria pela mais restrita das maiorias.

Honório Hermeto, sempre na linha dos combatentes de vanguarda quando via em perigo o funcionamento íntegro da Constituição, propôs a única solução legal: solicitar dos eleitores, nas primeiras eleições a se realizarem, poderes para alterar o limite posto no Estatuto. Dois vícios apresentavam a proposta: era lógica e era legal, e por isso mesmo ia contra as correntes sentimentais da opinião exaltada dominante.

Um primeiro choque ocorreu entre as duas maneiras de solver o problema da autoridade, quando se tratou de responder ao tópico da fala, que havia motivado a agitação. No Senado, os maioristas foram derrotados por dois votos, e na Câmara o foram por quinze. Exaltaram-se os liberais, pois diferenças tão pequenas prenunciavam as vésperas da vitória. Isso mesmo, eles proclamavam. Redobravam-se os esforços, em reuniões públicas, no Parlamento, nas associações políticas. Sem a menor sombra de dúvida, o sentimento popular tanto como a opinião pública vibravam no mesmo rumo.

José Clemente Pereira, um dos patriarcas do regime, sustentador do governo, respeitado, cujas opiniões pesavam no conceito geral, declarou no Senado que a coroação imediata era uma necessidade nacional, embora ferisse a Constituição. O marquês de Paranaguá, também ele um dos fundadores do Império, presidente da Câmara vitalícia, pensava do mesmo modo e tornou público seu parecer. Entre os dois campos contendores a diferença não ultrapassaria de três ou quatro votos.

A 21 de julho, venceu na Câmara dos Deputados um projeto em favor da dispensa da idade para ser o imperador declarado maior, embora se manifestassem infensos os conservadores.

94. Revolução da maioridade – Compreendeu o governo que os acontecimentos o levavam de roldão. Tinha de achar e recorrer a remédios enérgicos, se não assentisse em ser derrotado. Por isso, convites enérgicos foram endereçados a Bernardo de Vasconcelos para assumir a pasta do Império, a fim de esmagar a tentativa revolucionária de coroar o imperador antes do tempo, contra os termos da Carta Constitucional.

Não tinha Bernardo ânimo que se deixasse dominar por imposições. Aceitou o pesado cargo. Seu pensamento, ele o manifestou quando,

varrido pela revolução liberal de 22 de julho, explicou sua conduta ao país. Como a quase totalidade de seu partido, entretanto, previra que tal triunfo significaria o apeamento do poder para si e para correligionários; não queria, portanto, que D. Pedro II fosse declarado maior, antes que o Parlamento houvesse votado certas leis preliminares. Aludia ele à criação de novo Conselho de Estado, que permitiria, votado mediante iniciativa de um governo conservador, aí constituir o reduto de idéias de estabilidade e de conservação política e social. Mas, em realidade, entre os dois grupos que degladiavam, não existia dissentimento quanto à necessidade da ascensão de D. Pedro ao trono. Divergiam apenas quanto à data: imediatamente, isto é, nos derradeiros dias de julho, diziam os liberais; a 2 de dezembro, respondiam os conservadores.

A entrada de Bernardo para o governo lançou a confusão e o desânimo nos maioristas da Câmara e do Senado, tanto mais quanto o ministro logo encetou a guerra, mandando ao Parlamento um decreto de adiamento das sessões.

Se descermos ao fundo da questão, tratava-se de uma briga de influências, um dos partidos querendo permanecer no poder e o outro buscando desalojar aos seus contendores. Vasconcelos, em um Manifesto à Nação, declarou considerar as nove horas de seu efêmero ministério como a mais gloriosa de sua vida. Talvez assim fosse, de um ponto de vista partidário, na defesa de seu partido. Não, por certo, do ponto de vista de homem de Estado: pleiteavam todos a mesma medida, e ele apenas adiava por quatro meses.

Sob ameaça da entrada em função de Bernardo, viram os liberais que sua conjura estava perdida. Os Andradas, cuja mentalidade de violência era reconhecida, tomaram a dianteira e levantaram a tempestade e os tumultos. Com seus amigos, forçaram a interromper e suspender a sessão da Câmara. Arrastaram atrás de si seus partidários, deputados, massa popular, uma perfeita multidão, e invadiram o Senado. Após um fingimento de sessão regular, revelou-se o que era de fato: uma convenção revolucionária.

Ao imperador-menino se dirigiu um apelo apaixonado, suplicando-lhe salvasse o país e assentisse em sua imediata entronização. Uma comissão foi nomeada para ir ao Paço Imperial de S. Cristóvão levar a mensagem.

D. Pedro recebeu os parlamentares e seu apelo. Retirou-se para deliberar.

O regente Pedro de Araújo Lima explicou a Sua Majestade que o pensamento do governo era preparar as coisas de modo que fosse possível entregar-lhe o poder até os dias primeiros de dezembro; mas de sua vontade dependia escolher o melhor curso a adotar, se o do governo, se o da coroação e imediata ascensão ao trono.

“Quero já”, foi a resposta imperial.

Nulla adversante, na frase de Tácito, a 23 de julho de 1840 entrou em exercício de suas funções majestáticas o Sr. D. Pedro II e começou seu reinado pessoal.

.....

Capítulo VIII

PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO E DE TRABALHO. O TRÁFICO

PARA O BRASIL era o Parlamento um instituto novo, quando, em 1826, se reuniu pela primeira vez. Já expusemos páginas atrás, qual a categoria de gente que foi escolhida ou eleita para o Senado e para a Câmara. Aqui devemos agora salientar a tarefa notável realizada por esses representantes do país.

95. Improvisações na obra governativa. Estabelecimento do parlamentarismo – É realmente digno de menção refletir no fato de como esses homens, da noite para o dia, legisladores saídos do nada, conseguiram merecer o título de pais da pátria. Lograram possuir o cognome justo de fundadores da nacionalidade. O Brasil constitucional, eis sua obra.

Embora cheio de boa vontade e liberal, D. Pedro I era incapaz, pela sua formação anterior, de se mostrar e de agir como monarca constitucional. Desde o início, Executivo e Legislativo entraram em conflito no modo de obedecer à Lei Fundamental. Neste ponto, nunca variou ou cedeu à Assembléia Nacional; e imperador e gabinete tiveram de abandonar seus métodos absolutistas. Começou a luta na primeira sessão de abertura, quando os membros dela exigiram serem tidos e tratados como parcelas de um dos poderes do Estado.

Em seguida, o dever dos ministros de apresentar relatórios anuais de sua gestão, foi exigido e imposto a esses altos funcionários, que, antes, não pensavam ser obrigatória tal incumbência. A colaboração de ambas as Casas eletivas na ratificação dos tratados, na qual nunca assentiu o primeiro Império, foi posta em prática legalmente, logo após a abdicação. Em 1837, vencida a oposição do regente Feijó, que relutava em obedecer às regras do governo parlamentar das maiorias. Bernardo de Vasconcelos forçara o velho e venerável sacerdote a renunciar a seu cargo, e, daí por diante, o parlamentarismo normal entrou na prática, para nunca mais ser desrespeitado.

O mesmo impulso se deu quanto à organização do país. A antiga legislação portuguesa havia sido provisoriamente adotada pelo Império que ainda não tinha leis próprias. Tal solução, entretanto, só podia ser transitória, pois o Brasil precisava codificar suas leis decorrentes das necessidades intrínsecas da terra e adaptadas a elas. Esses juristas autodidatas puseram sem demora mãos à obra. Em 1830, o Código Criminal foi promulgado, e dois anos depois, em junho, o Código do Processo Criminal.

Em 1827, duas Faculdades de Direito foram fundadas, em S. Paulo e em Recife, assim como um Observatório Astronômico no Rio. Votou-se a naturalização dos portugueses que haviam permanecido no Brasil depois da Independência; assim também a lei de responsabilidade ministerial e dos secretários de Estado; em cada distrito, fundar-se-iam escolas primárias, e também nas vilas. Organizou-se a justiça; criou-se o Supremo Tribunal, e fez-se seu Regulamento, em 1828. O Estatuto orgânico dos Conselhos Provinciais foi posto em vigor, instalou-se o Correio, iniciaram-se construções públicas e os Conselhos Municipais. Regulou-se, em 1830, a liberdade de imprensa; do ano seguinte, é a lei da Guarda Nacional; reorganizou-se o Tesouro. As faculdades de medicina receberam novas feições em 1832, e foi sancionada nova lei de naturalização melhorando e completando a anterior. Fundou-se a Dívida Pública e normalizou-se seu serviço. De 1837 é a nova ordem de batalha do Exército e da mesma data a criação de um Fundo de Amortização.

Aos poucos, a administração, a ordem legal, a vida política e constitucional iam sendo reguladas por medidas normais do Legislativo, até o Ato Adicional de 1834 e sua Lei Interpretativa de 1840.

96. *Situação econômica e financeira* – As perturbações financeiras, decorrentes de gastos excessivos e da errada política monetária da circulação da moeda de cobre, já anteriormente exposta, produziram, acorde com a lei de Gresham, o êxodo da prata e do ouro em giro. Restavam, a circular, as notas e as peças de cobre, depreciadas ambas, o que as taxas do câmbio revelavam. Superabundavam, além do mais, relativamente ao valor da produção. Como conseqüência, crescia o custo de vida, os gastos galgavam níveis altos, e nenhuma expansão podia dar-se ao comércio e às exportações.

A atividade mineradora ostentava curiosa depressão, quase um colapso. Pensando o governo se tratasse de um excesso na taxaço, reduziu os ônus de 20% a 5%. Tolerou-se a circulação local do ouro em pó. Mais tarde, mesmo essa última restrição foi abolida, e o livre uso do metal nobre foi permitido para todos os misteres, inclusive os pagamentos. Nada melhorava o caos tremendo dos meios de troca. E todos sentiam as conseqüências dessa situação: o tráfico, muito intenso nos anos últimos de liberdade de entrada de negros, sob o regime do tratado anglo-brasileiro de 1826, exigia largas somas. Em 1829, um empréstimo desastroso, contraído a 5%, e vendido aos banqueiros a 52%, pesou gravemente sobre o Tesouro.

O Parlamento procurou descobrir meios de sair desse atoleiro, sem o conseguir. As únicas soluções lembradas eram a emissão de papel-moeda, uma nova paridade cambial, ou uma combinação desses dois expedientes. Nenhum conhecimento dos fenômenos monetários, nenhuma ciência econômica. A pressão do momento, o desejo de determinar a nova paridade em meio às violentas flutuações do mil-réis no mercado cambial, levaram à nova lei de circulação de 1833, fixando o par de 43 2/10 *pence*. Em nada melhorou com ela a valorização da moeda nacional. Nos documentos contemporâneos, vê-se o desejo de voltar ao regime monetário anterior; sem êxito, porém, pois a teimosia no erro parece ser uma das características das assembléias humanas. Não se paralisou a queda das cotações.

Crescia a população, entretanto, assim como a produção e o comércio. De 1822-34 a 1839-40, as importações haviam crescido de 36.237 contos a 52.358 contos; as exportações, de 33.000 contos a 43.192. Tais algarismos promissores traziam a detenção da queda das cotações e con-

seguiram mantê-las entre 26 e 31. Pediam-se e ofereciam-se opiniões e inquéritos. Mais tarde seriam aproveitadas as sugestões, na lei de 1846 que fixou a paridade do mil-réis em 27 *pence*.

97. *Os tratados de comércio* – Um dos maiores óbices à liberdade de taxação residia nos tratados celebrados pelo Império recém-fundado, no período de 1826-29. Por eles, a liberdade comercial, poder de tributar, licença de orientar uma política econômica, haviam ficado gravemente feridos. Desde o primeiro momento, o Parlamento os tinha combatido por dois motivos: a violação constitucional, pela qual se dispensava praticamente a cooperação parlamentar no poder de celebrar tratados; o perigo que enxergava em tal política na formação da riqueza da terra.

Duraria sua vigência de seis a quinze anos; quanto ao acordo francês, porém, exceção desastrosa mas felizmente única, haviam sido estipuladas algumas cláusulas permanentes. Salvo estas, todas estariam findas em 1842, ao máximo, como seria o caso com o tratado inglês, embora, por argumentos de chicana, fosse sua expiração protelada por mais dois anos, isto é, até 1844.

Todos se queixavam dessas convenções. Os relatórios ministeriais apontavam para o fato de que eram inteiramente inúteis para o país. O Parlamento combatia tais atos, pois impediam o jogo natural de poder taxador, no equilibrar os orçamentos. Nenhuma vantagem traziam ao Brasil, além de que eram inquinados de violarem a equidade, como se expressava a opinião pública. Eram considerados como os piores o tratado francês, por causa das estipulações perpétuas, e o inglês, em consequência das taxas ridiculamente baixas, consentidas por exceção, às mercadorias vindas do Reino Unido, e também por causa do privilégio da Conservatória, o juiz privilegiado e singular tolerado para os súditos de Sua Graciosa Majestade no Brasil. Todos esses erros motivavam críticas amargas, pois os brasileiros mal se continham ante exceções tais, que Portugal tolerava desde 1450, mas que no Brasil melindravam fundamentalmente os descendentes, muito mais sensíveis e suscetíveis, da antiga metrópole.

Essa questão de juiz conservador era particularmente irritante, e tornava-se a pedra de escândalo do tratado. Forçado a subscrever tal convenção diplomática, a única válvula de segurança para o Império era a cláusula VI, pela qual o Brasil se reservara o direito de exigir a sua aboli-

ção, desde que um substitutivo conveniente e aceitável fosse conseguido, oferecendo garantia igual aos protegidos britânicos. Certo, ainda era uma disposição unilateral, pois a Inglaterra seria juiz único dessa conveniência e dessa equivalência, e mais de uma vez recusou propostas brasileiras de eliminação.

Em 1832, o Código do Processo Criminal fora votado, sancionado e posto em vigor. Sem exagero, dele se pode dizer que surgia, naqueles anos, como formoso monumento de saber jurídico e de espírito liberal. Cabia-lhe regular todas as questões legais no Brasil, tarefa que desempenhou até 1841. Nunca ocorreu ao gabinete do Rio, em sua boa fé, que tal obra de progresso e de aplicação generalizada a todos os habitantes do país, pudesse encontrar a oposição da Grã-Bretanha; nesse pressuposto, foi proposto abolir imediatamente, nesse ponto particular, as cláusulas de 1827. Londres nunca quis admitir a sugestão, e respondeu que estava de posse de um privilégio e não tencionava abrir mão dele. O Brasil, uma e muitas vezes, insistiu em sua proposta, que tanto era do peito da nação. O governo inglês acabou deixando de responder aos apelos nossos, por mais bem fundados e justos que fossem estes. Foi um grande erro, pois amargurou ao país, e, sem motivos, pesou sobre as relações entre os dois povos.

Era essa uma das características do gabinete Palmerston-Aberdeen em todas as suas gestões pelo mundo afora. Preponderava a Inglaterra no teatro internacional, por sua política, finanças e seu preparo e força material. Sua atitude perante as nações dirigentes da Europa era quase insuportável, e muito mais ainda quanto a mera expressão geográfica, impotente e sem brilho, que era o Brasil de então.

Nenhum outro recurso ficava, portanto, senão a esperar pelo fim do tratado e agüentar os maus tempos. Outros problemas dependiam ainda do ato diplomático malfadado: a administração pelos cônsules britânicos das heranças de seus nacionais, mortos *ab intestato*. Eram realmente competentes os cônsules para darem força a tais estipulações de última vontade; mas, já que *locus regit actum*, de acordo com a legislação brasileira; ora, freqüentemente, tais autoridades violavam nossa soberania e procuravam aplicar a lei inglesa. Conflitos sem fim originavam-se daí.

Outra queixa provinha dos impostos aduaneiros de 15% pagos pelas mercadorias inglesas, e tanto mais assim, quanto o governo brasilei-

ro, por erro, se julgava ligado por uma suposta obrigação de não tocar na taxação alfandegária, enquanto o tratado só mencionava as utilidades de produção insular. Não tocava, pois, no poder de tributar outras importações, tais como vinhos, bebidas alcoólicas, azeites e vinagre, comodidades principalmente alvejadas pelas exigências do Tesouro: tais mercadorias, não as produzia a Grã-Bretanha. Enviado em missão especial à Inglaterra, em 1836, o marquês de Barbacena explicou a situação real ao gabinete imperial, e disse-lhe como deveria agir para tornar a conquistar sua liberdade de taxar completa. Ainda assim, ficavam fora de tais gêneros tributáveis numerosos outros, e o Brasil ansiava pela eliminação da odiosa exceção.

Novo choque de pareceres se originava de fato da dúvida sobre a data em que viria a termo o tratado britânico. Em 1842, dizia o Rio de Janeiro; a Inglaterra, porém, tantas objeções levantava e tais dificuldades fazia surgir, que melhor seria ceder e aceitar uma data mais afastada, de preferência a brigar e combater, pois nenhum meio possuíamos então de fazer valer nosso direito e sustentar uma política de energia. Assim se protraiu a situação até 1844. *Vae miseris!* ...

Havia o Parlamento adotado a norma de rejeitar todos os tratados comerciais, e recusar a renovação de qualquer dos que chegassem a seu termo. Em consequência, em 1841, um ano após a maioridade do imperador, nenhum deles se achava mais em vigor, salvo as desgraçadas cláusulas perpétuas do pacto francês, e as duas convenções inglesas, a de 1826, sobre o tráfico, e a de 1827, sobre comércio e navegação.

Do acordo de 1826 decorreram dificuldades inúmeras.

98. *O tráfico* – Fora subscrito sob a pressão das circunstâncias, quando a simpatia da Inglaterra poderia ser essencial para a vida e os interesses do Império que acabara de nascer. A opinião geral, porém, no país inteiro, tinha a esse tratado por desastroso e equivalente a um golpe mortal sobre a agricultura e a incipiente indústria do país. Por três séculos, a fonte única de mão-de-obra fora a escravidão. Escravos e trabalho servil haviam sido a base do progresso material da terra. Quase não existia mão-de-obra branca, e a única tarefa que sobre esta recaía era a fiscalização e a direção das turmas de negros. Alto como era o coeficiente de mortalidade dos negros e dos mulatos, ia-se tornando um problema difícil o meio de substituí-los, e a solução não se oferecia simples.

Embora, em comparação com a de outras terras, nunca houvesse provado cruel a propriedade dos senhores de escravos no Brasil, não era longa a existência dos africanos. De onde poderiam vir os trabalhadores de substituição, senão da África? E, dentro em quatro anos, de 1830, tais importações teriam de cessar...

Um sentimento geral de estupor e de desespero invadiu a coletividade de fazendeiros e de produtores, de fato a classe dirigente do Império. Sua mentalidade econômica era menos que rudimentar, e não compreendiam que o trabalho servil nem era produtivo, nem barato. Algumas exceções talvez existissem, entre estudiosos de problemas da riqueza pública, ou mero pugilo de condutores políticos; nesse ponto, contudo, seus adeptos não lhes aceitavam as idéias, e mantinham aferradamente suas convicções de que a escravidão era essencial à existência do Império. Único fator eficiente, somente o tempo lograria alterar ou modificar esse sentir absolutamente unânime.

Nem sequer poderia isso ser objeto de controvérsia partidária: ambos os partidos, o conservador tanto quanto o liberal, pensavam do mesmo modo sobre a questão, e, nesse ponto, os chefes não conseguiam a obediência de seus comandados. Não podiam combater, pois a resistência que lhes era oposta era a da inércia, e o instituto servil era, de fato, sustentado e favorecido por todos: fazendeiros, autoridades, que só podiam ser escolhidas entre a classe dirigente da nação, os proprietários agrícolas e seus auxiliares; deputados e senadores tinham de sair dessa mesma camada dirigente; ministros, saíam do Parlamento assim composto; chefes de partido e conselheiros, conhecedores do sentir da massa geral de seus correligionários, desses não podiam dissentir.

Situações paradoxais surgiam freqüentemente daí; chefes e dirigentes a aceitarem e aprovarem moções em prol da abolição do tráfico, mas como opiniões individuais e isoladas em seus arraiais partidários, sem que fossem acompanhados por seus soldados e sem receberem o apoio de suas tropas na obediência à lei e aos tratados, que regulassem desse ponto dorido de nossa economia.

Nunca logrou a Inglaterra compreender essa particularidade de nossa vida política. O Brasil longe estava do nível econômico e ético da Europa Ocidental; ainda possuía mentalidade primária, muito próxima dos

sentimentos basilares e quase impulsivos das coletividades naturais, frutos imediatos de uma existência quase instintiva. Exigiria longo prazo, ainda, para se divulgarem e dominarem noções precisas e científicas sobre a situação real do instituto servil, e a ascensão de um para outro nível impunha cuidados e tato no modo de tratar do problema. De tais requisitos, estava a Grã-Bretanha lamentavelmente privada: e, embora combatessem convencidamente por uma causa essencialmente liberal e cristã, Palmerston e Aberdeen acumulavam, quando não criavam, dificuldades de todo gênero, a complicarem em vez de simplificarem quaisquer soluções.

Pelo mundo afora, sua direção era por demais brutal e confrangedora, para que fosse aceita prazerosamente pelas outras nações. Assim acontecia na política internacional européia, em todos os atritos e choques da Questão do Oriente, onde apenas interesses contraditórios entravam em jogo; muito mais agudos os conflitos na América do Sul, onde as divergências essenciais eram desentendimentos profundos sobre a situação, tanto material como moral, da corrente de opiniões.

Em conjunto e em última análise, entretanto, e embora se não possa contestar que a pressão inglesa cooperou na extinção do tráfico, não permite mais a evidência histórica já divulgada negar que a política dos cruzeiros ingleses de repressão dificultou, mais do que amparou ou auxiliou os esforços do governo brasileiro em apressar o fim do ignominioso comércio.

99. Ambiente brasileiro favorável à escravidão – Quase sem exceção, a opinião pública era favorável à importação de negros. As ordens dadas pelo governo e seus representantes contra tal prática, ou eram desobedecidas, ou então levadas a termo com tal morosidade e displicência que não podiam surtir efeito. As razões fundamentais desse dissídio, eram o divórcio absoluto e a hostilidade reinante entre os observadores e partidários dos tratados, e a massa sólida, compacta dos fazendeiros, isto é, a nação inteira.

Na célebre campanha do Wilberforce, a Inglaterra havia levado anos para poder extinguir o tráfico, e, no intuito generoso e humano de eliminar tal monstruosidade da face da Terra, queria agora, em quatro anos, suprimi-la no Brasil, prazo curto demais nas condições do país. Para a Grã-Bretanha, o tráfico representava mera fração de sua atividade co-

mercial e econômica nas Índias Ocidentais; enquanto, na América do Sul, o caso abrangia a vida econômica inteira do Império. Nada é de admirar, portanto, que os fazendeiros protestassem e reagissem contra o golpe aniquilador.

Na opinião insular, contudo, não se compreendiam as dificuldades peculiares do problema, e a desobediência das autoridades locais retardatárias, e a má vontade dos funcionários se atribuíam à duplicidade do Governo Imperial; e tal errônea apreciação dos fatos inspirava a ação britânica.

Palmerston e Aberdeen nunca conseguiram separar os dois termos: o desejo oficial de cumprir o tratado, e a possibilidade oficial em tornar efetiva sua ordem nesse rumo. Criminavam o Brasil por sua suposta má fé, quando, em realidade, existia insuperável impossibilidade para o governo de se fazer obedecer pelos fazendeiros, unanimemente hostis a tais medidas. Por outro lado, como poderiam os Ministérios confessar tal impotência? E isto equivalia a desrespeitar os termos das convenções estipuladas.

100. Choques das interpretações dos tratados – Por parte da Inglaterra, ademais, não era cumprido o tratado. A interpretação geral dava-o como uma restrição internacional a bem do dever humano e superior de suprimir os horrores do transporte oceânico dos africanos, onde a percentagem de mortalidade ascendia regularmente a 30% das cargas vivas, e as atrocidades do trato dos cativos se revelavam apavorantes. A observância estrita dos termos convencionados exercia-se no sentido de pôr um paradeiro a tais navegações, fosse justo ou fosse injusto o modo de proceder com as presas.

Haviam sido instituídos dois tribunais, em Serra Leoa, na África, e no Rio de Janeiro; sito na terra de proveniência dos escravos, o primeiro recebia maior número de processos de apresamento de navios negreiros. Ali, eram examinadas as condições de legalidade das operações de cruzeiro e das capturas. Um comissário brasileiro tinha de tomar parte nas sessões do tribunal, mas, na generalidade dos casos, esse funcionário achava-se ausente. Ainda assim, muitas presas foram julgadas ilegalmente realizadas, e ordenaram-se as indenizações convencionadas. Apesar das repetidas insistências do Brasil por lhe serem pagas as somas devidas e restituídos os

navios, nunca se realizaram as restituições e os pagamentos, malgrado o fato inegável de ter o próprio tribunal inglês, por si só, condenado a imprudência e a ilegalidade da ação imponderada dos cruzadores britânicos.

Fácil é compreender que, contra tal proceder da nação mais forte, se erguia agitada grita no Brasil. E como tudo se aproveitava e se inventava e se pretextava para intensificar a importação de mão-de-obra, ao homem da rua, em geral, se apontava a política inglesa como violadora da liberdade nacional e de sua independência, uma quebra de honestidade e uma tutela insuportável. Apesar de tudo, a política dos cruzeiros foi se desenvolvendo de mais em mais, e tornou-se cada vez mais dura e severa. O ódio contra os gabinetes de Londres ia-se tornando mais acirrado.

O Ministério do Rio, por mais de uma vez, propôs compensar tais dívidas com as do Tesouro Nacional, provenientes dos apresamentos ilegais feitos pela esquadra imperial no bloqueio do rio da Prata. Encontrou uma recusa. O alvo verdadeiro da repressão do tráfico era tornar a situação insustentável para os armadores, de modo a os compelir a abandonar seu comércio. Era, entretanto, o pior e mais contraproducente dos meios de proceder, e nunca conseguiu alcançar seu fim, de impedir tais navegações. Nunca revelaram os negreiros mais denodo, e aumentaram as massas de gado humano transportado, acima dos mais altos algarismos até então atingidos.

Fora cometido o grande erro de querer solver as dificuldades pela compulsão, em vez da colaboração. Isto, em momento tanto mais inoportuno, quanto no Brasil estava o espírito público sofrendo uma modificação muito profunda.

101. Nascimento de um movimento nacional contrário ao tráfico. Projetos legislativos – À força de discutir o problema, o número dos convencidos da inconveniência econômica da escravidão ia crescendo. No Parlamento procuravam descobrir meios e modos de substituir o trabalho servil; deles, muitos eram inadequados e praticamente inoperantes. Eram sintomas, entretanto, todos eles, de verdadeira boa vontade, e apontavam para a união dos esforços.

As condições especiais do país, também levavam à ruína de tais projetos adotados, e que nenhuma perspectiva tinham de êxito, em região quase deserta como era o Brasil, por 1830 e pelos anos seguintes, sem es-

trada, sem portos, sem higiene, e sob a ameaça ainda pendente das tribos índias e das epidemias.

Nessa crítica incidiam quase todos os projetos e propostas levados ao Parlamento.

Em 1830, apenas alguns milheiros de escravos tinham sido importados, e, ainda assim, sob as bandeiras de Portugal e da França. Tomaram-se providências para reexportar tais negros para a África, quer para a recém-fundada República de Libéria, quer para os régulos que os haviam vendido aos mercadores. Dos Estados Unidos, também, alguns tinham vindo, homens livres, enganados e seduzidos por promessas e presentes. Nova trama fora imaginado pelos contrabandistas de trabalhadores: os negros eram declarados livres, mas tornavam-se a capturar logo que houvessem saído das alfândegas. Foi preciso votar às pressas uma lei para punir e reprimir tal crime: foi sancionada em 7 de novembro de 1831, e regulamentada por decreto de 12 de abril de 1832.

Por esses textos legais, todo negro que desembarcasse no Brasil se tornava livre. Multavam-se os importadores, que eram condenados a reexportá-los para a África. Eram inexecutáveis tais dispositivos, pois os principais ou chefes de tribos negras recusavam receber tais vítimas de sua ganância para não terem de reembolsar o que tinham lucrado na transação.

Em maio de 1832, começou a elaboração da lei sobre naturalização de estrangeiros. Por seu Conselho Geral, Minas Gerais pediu providências sobre fundação de colônias. A 23 de outubro, entrou em vigor a primeira dessas leis. Apesar da Inglaterra ter aplaudido a lei de 1831, as demasias dos cruzeiros foram-se intensificando e tornando cada vez mais vexatórias, e, como conseqüência, a desconfiança e os rancores contra tais operações se exaltavam de momento em momento. O Brasil propôs à Grã-Bretanha reexportar os libertos para a colônia britânica de Serra Leoa, alvitre que foi recusado.

Nada se fez em 1833, mas em 1834 o gabinete imperial apresentou à Assembléia um projeto, pedindo recursos para a repatriação dos africanos. Os deputados, enfurecidos contra a Inglaterra e sua política de repressão, derrubaram a sugestão declarando nada ser aceitável que implicasse obediência ou respeito à tutela dos navios de guerra daquela nação.

Embora assim explodissem tais sentimentos, começava a opinião a generalizar-se de que os escravos eram um perigo público. Frequentemente, fazendeiros ou feitores eram assassinados, vingança terrível de escravos torturados ou punidos sem critério. Procurou-se aparar o perigo, tornando mais severa a sanção das contravenções e dos crimes, e proibindo o porte de armas. A ameaça, entretanto, permanecia de pé e exigia consideração. Novas ordens se deram para capturar contrabandistas e os negros contrabandeados. Estes últimos, apenas desembarcados, eram divididos entre certo número de fazendeiros bem conhecidos que tinham o dever de lhes pagar salários, ou pô-los a trabalhar em obras públicas e estradas. Cresceram os gastos com tais providências; pouco a pouco, iam estes negros contrabandeados e livres misturar-se com os escravos, e a distinção tornava-se impossível.

Foi por essa época que se começou a notar um fenômeno curioso. Os ofensores da lei, em sua maioria, eram portugueses e espanhóis, e não brasileiros. Em 19 de maio de 1835, a Câmara dos Comuns votou uma Mensagem ao rei da Inglaterra apontando o estranho fato.

Não possuía o Brasil marinha de guerra bastante para cruzar, visitar e capturar os navios negreiros. Por esse motivo, preferiu o Império negociar com Portugal, Montevidéu, Buenos Aires, Chile e Peru, no sentido de um esforço comum para se extinguir tal comércio. Estudou-se novo projeto de tratado com a Inglaterra e, enviado ao Parlamento, restringindo os termos sobre apresamentos. Mas tal iniciativa coincidiu com a recrudescência das arbitrariedades por parte dos cruzadores ingleses, e isso feria todos os sentimentos nacionalistas dos deputados, motivo predominante para a rejeição da proposta.

Procurou então o governo descobrir meios outros de solver a interrogação da escassez da mão-de-obra, promovendo a fundação de colônias. Poderiam estas prosperar ou então fracassar, mas tal não era o ponto preciso a deslindar: a colônia era um instituto agindo como um todo, paralelamente à fazenda, sem se misturar em sua atividade; e a incógnita a determinar versava sobre a possibilidade da coexistência de turmas de gente branca trabalhando na fazenda, ao lado dos cativos.

Não foi logo encontrada a solução da dificuldade. O pensamento oficial dominante era a imigração, colocada em colônias, a mesma norma de 1812, desenvolvida seis anos mais tarde.

102. *Nova missão do marquês de Barbacena* – Estava na Europa, por esse tempo, o marquês de Barbacena, e lá recebeu a incumbência de achar gente desejosa de seguir para o Brasil. Buscou fazê-lo, durante o ano de 1836, tanto na Inglaterra como na Suíça. Sem êxito, aliás. Também se esforçou por obter a assinatura da Grã-Bretanha para um esboço de tratado entre ela, e o Brasil e Portugal, no sentido de se unirem suas esquadras contra o tráfico. Nova decepção o surpreendeu: o gabinete de Saint James tinha muito mais fé nos seus próprios navios, cruzando no Atlântico, do que em instrumentos diplomáticos e promessas.

Ganhava terreno no Império a idéia de mão-de-obra branca para substituir os cativos. Uma sociedade colonizadora formou-se em novembro de 1835, para o fim de proteger os imigrantes recém-chegados; de junho de 1836 a 31 de janeiro de 1839, conseguiu ela auxiliar a 2.508 desses colonos.

Apresentou-se no Senado novo plano de impedir importações ilegais de negros; tal projeto, de 1835, colidia com o tratado de 1826, e teve de ser abandonado.

Em 1836, surgiu novo aspecto da questão, em um conjunto de medidas apresentadas pelo deputado Henriques de Resende, baseadas em análise mais detida e detalhada das condições peculiares desse gênero de navegações. Os mais terríveis horrores da travessia do oceano aconteciam a bordo dos navios menores, e estes eram precisamente os barcos preferidos em tais empresas. Dos documentos de Serra Leoa, das informações remetidas a lord Palmerston pelos delegados seus no Rio, se deduzia que 90% das presas arqueavam menos de 400 toneladas: em geral oscilava seu porte entre 60 e 240 toneladas, e 150-180 poderia representar uma média normal. Era isto uma conseqüência das feições especiais de tal comércio. As embarcações menores eram de manejo mais fácil, e obedeciam melhor ao velame e ao leme: menos simples de serem vistas e descobertas do que as de tamanho maior, era-lhes possível navegar mais próximas à costa, em águas rasas nas quais os cruzadores de calado grande se não arriscariam a persegui-las, com receio de comprometer a segurança de seus cascos. Com dimensões reduzidas, mais maneiras se revelavam para varar a barra dos rios, subir de arrepio à corrente e fundear em pontos escondidos à fiscalização inglesa, até que estivessem embarcados os escravos; vazio o mar da

presença de cruzadores na embocadura ou nas proximidades dos portos fluviais, mais facilmente podiam os barcos dessa proveniência, obedecendo a vento e maré, fugir de seus ancoradouros, à noite ou ao raiar do dia, e singrar para as águas profundas do Oceano.

Proibidos os funcionários aduaneiros do Brasil de despachar tais navios, deslocando menos de 400 toneladas, se desfecharia um golpe mortal nos navegadores negreiros. Tal era o intuito do projeto do deputado Resende.

Tal a situação legislativa, quando, em 1837, Barbacena voltou da Europa. De todo esse complexo de propostas uma só fora adotada, a que se tornou a lei de 11 de outubro de 1837 sobre locação de serviços dos imigrantes, inteiramente inadequada, pois o Parlamento era incapaz de compreender a noção de liberdade nos contratos consensuais, e criara uma associação compulsória, igualmente intolerável para o fazendeiro e para seu colono.

Resolveu o marquês enfrentar o grave problema. Tais eram sua influência e o respeito que inspirava, que o ministro britânico no Rio recebeu instruções de lord Palmerston para apresentar ao estadista brasileiro os cumprimentos do gabinete de St. James, por sua iniciativa de tomar em suas mãos poderosas o estudo dessa tarefa.

Havia falhado a lei de 1831, dizia Barbacena. A princípio, fora sem importância o contrabando, pois ainda se não haviam achado os meios de burlar o texto legislativo. Não se haviam fundado ao longo da costa os depósitos de escravos, onde se ensinava aos africanos a língua do país; mercados, comboieiros e tanganhões ainda não se tinham revelado, na faina então inventada de percorrer o interior de fazenda em fazenda, a oferecer seu gado humano aos agricultores precisados de braços. Do momento em que tais processos surgiram em prática, cresceram desmedidamente as importações de negros, e nos três últimos anos, 1834-37, o nível atingido ultrapassara consideravelmente, em proporções nunca ouvidas, ao que antes se havia notado.

Em geral, tais negociantes encontravam o amparo e o auxílio dos fazendeiros, ansiosos por desenvolverem suas lavouras. Dificilmente se poderia censurar tal tendência, baseada nas necessidades naturais da economia local. Por esse motivo, enquanto em seu plano o marquês acumula-

va multas, penalidades e obstáculos sobre os navegantes do tráfico, abolia quaisquer sanções sobre proprietários de terras e corretores de africanos desembarcados.

A todos parecia tal projeto um prêmio à perícia e habilidade dos mercadores, astutos bastante para se livrarem dos cruzeiros e desembarcarem sua carga humana. Aí se revelava o erro fundamental do mecanismo proposto.

Anos depois, quando, em 1850, Eusébio de Queirós imortalizou seu nome organizando e pondo em vigor a lei que pôs paradeiro definitivo ao tráfico, tal falha foi corrigida. Salvo esse ponto, as propostas de Barbacena foram estreitamente aceitas e seguidas e constituíram o arcabouço da legislação repressiva adotada. É dever nosso referir esse detalhe, pois no próprio Brasil é pouco conhecida a participação do estadista mineiro no solver definitivamente o melindroso assunto.

Quando apresentado à consideração do Senado, entretanto, tal plano encontrou oposição quase geral e má vontade manifesta. Os abolicionistas do tráfico condenavam a imunidade concedida aos compradores e intermediários da terra; os partidários do comércio de escravos censuravam as peias, restrições e novos tropeços infligidos aos navegadores capturados.

Hesitava o Parlamento em tratar do caso; permanecia quieto e apenas discutia questões anexas, *a latere*, corolários que eram do ponto capital. Tais eram a fundação de colônias, a libertação de negros capturados e tendo sido introduzidos fraudulentamente, e assim por diante. A imigração era escassa, cerca de 12.000 pessoas nos vinte anos anteriores a 1840.

103. Iniciativa do senador Vergueiro. A parceria – Por essa época, contudo, no mesmo ano da maioridade de D. Pedro II, um passo decisivo foi dado para iniciar a era do trabalho livre no Brasil. O senador Nicolau Vergueiro, o mesmo estadista que fora o guia do país em 1831 nos dias da abdicação de D. Pedro I, tentou o primeiro ensaio de uma colaboração branca, de iniciativa privada, baseada na parceria.

Em sua fazenda de Ibicaba, estabeleceu algumas dezenas de portugueses com os quais entrou em acordo contratual: viagem, instalações, dinheiro para viver e custear sua lavoura, empréstimos até a primeira colheita produtiva de lucro, tal era o encargo do fazendeiro; tais gastos ti-

nham de ser reembolsados pelo colono, e tirados dos lucros deste, sendo mínima a taxa de juros dos empréstimos consentidos. Deduzidos do valor bruto das colheitas todos esses ônus, o líquido era dividido a meias entre o colono e o dono da terra; ao primeiro era lícito ainda possuir algum gado e pequenas culturas de sua propriedade exclusiva. Aos poucos, melhoramentos insignificantes se fizeram em tal sistema, mas, em conjunto, permaneceram inalteradas as suas linhas diretoras. Tornou-se o tipo normal de colaboração. Dentro em dez anos, sessenta mil imigrantes adotaram-no em S. Paulo, e o argumento mais eloqüente de sua aceitação é que, quando os colonos se enriqueciam, e, a seu turno, mandavam chamar novos imigrantes, para a lavrança de terras que haviam adquirido, adotavam o mesmo modo de agir para com seus novos colaboradores.

O nome de Vergueiro, hoje em dia, está quase esquecido, ingratidão normal dos homens: recordá-lo é puro ato de reconhecimento e de justiça; pondo em plena luz quanto nossa terra lhe deve. Por duas vezes deu ao Brasil a rota histórica e perduradora que devia seguir: em 1831, ao evitar que o Império se esfacelasse em republiquetas sem significação; em 1840, ao dar a solução conveniente ao problema da mão-de-obra, que ele fundava no trabalho livre, contra a opinião corrente da compulsão servil.

O desenvolvimento agrícola trazia como conseqüência normal os acréscimos nas importações africanas de escravos; para tal, concorria também o ódio contra as provocações dos cruzadores ingleses. Não surgiam sinais de arrefecimento e de melhor entendimento recíproco entre os dois países.

104. O mecanismo do tráfico – As autoridades consulares e diplomáticas da Grã-Bretanha tinham lançado, tanto na África como no Brasil, verdadeira rede de observadores que informavam ao Foreign Office sobre tudo quanto ocorresse em relação ao tráfico. Anualmente, tais dados se publicavam em relatórios especiais, a *Slave-Trade*, que constituem fonte quase única de esclarecimentos sobre tais fenômenos sociais e econômicos.

Começava a vigilância na costa da África, acompanhava os navios em viagem, e finalizava em nossa terra. Lidava com barcos, tripulações, carregamentos de escravos, mercados, protetores, localidades onde existiam os depósitos e se dispensavam amparo e proteção ao nefando comércio.

Por outro lado, é de surpreender o progresso, a perfeição, revelados pelos negreiros. Malgrado a natureza negregada desse gênero de atividade, não há como obscurecer a admirável organização que se ostentava.

Em início, haviam caído fortemente as importações pelas exigências do tratado de 1826; em 1833, porém, começaram a reagir, pois já se fizera conhecida a norma de desrespeitar as convenções diplomáticas, e os correlatos cruzeiros britânicos.

Os estaleiros espanhóis davam os navios mais velozes, e eram os principais abastecedores dos negreiros. Os mercados sitos no litoral africano diariamente aperfeiçoavam seus processos no que tocava à rapidez e à precisão. Outro manejo era a questão do pavilhão. Pelas convenções em vigor, era pouco seguro ostentar a bandeira brasileira; assim, até 1840, como regra, flutuava nos lenhos a de Portugal. Em 1837, haviam velejado do Rio 76 navios, e, desses, 71 se colocavam sob a proteção lusitana; no mesmo ano, ao mesmo porto haviam chegado 92 barcos, 89 dizendo-se portugueses; em 1838, e 1839, todos arvoravam o pavilhão das quinas. Em 1840, houve mudança, e de 35 partidas, já 27 mostravam as cores brasileiras; em 1843, de 15 chegadas ao Rio, 6 tinham nos topes a bandeira norte-americana, 3 a portuguesa, 2 a brasileira, 1 a espanhola e 1 a hamburguesa. Tudo isso se fazia para dificultar a visita dos cruzadores.

Ao se aproximarem os negreiros da costa sul-americana, encontrava-se um vasto sistema de avisos que se desenvolvera e aperfeiçoara para proteger a entrada segura e não perturbada nos portos e angras. Sob a aparência de barcos de pesca, esquadilhas de botes, canoas, jangadas faziam-se ao mar, afastando-se por dezenas, ou mesmo centenas de milhas do litoral, a fim de ir à procura dos tumbeiros, como os apelidavam na costa da África, e ministrar-lhes informes seguros sobre as vizinhanças dos pontos de desembarque, forças patrulhadoras, dificuldades da operação, exigências dos mercados e assim por diante.

Em terra, sinais luminosos e fogueiras, à noite, e convenções visíveis, de dia, informavam aos navios do tráfico. Era preferida a seção do litoral entre Cabo Frio e Santos; só por exceção se realizavam desembarques fora de tais limites. Motivavam tal preferência a proximidade e a enorme capacidade de absorção dos mercados próximos do Brasil Central, assim como as facilidades peculiares concedidas pelos cúmplices locais. Para evidenciar quão longe ia tal cumplicidade, pode-se apontar o fato de que os negros eram desembarcados atrás da alfândega do Rio, outros nas praias de

Botafogo e de Copacabana, nos areais dominados pelos canhões dos fortes de São João e de Santa Cruz.

Tais manobras violadoras dos tratados eram cuidadosamente fiscalizadas pelos observadores britânicos, que aparelhavam a repressão. Disso se tem a prova na ascensão dos preços: escravos que valiam 200\$000 por cabeça, passaram aos poucos a ser vendidos por 800\$000; o seguro cresceu, e, de 15%, subiu a 50%. Os rebanhos humanos importados desenvolveram-se, de alguns milhares, a 46.000 em 1838, quando entraram em vigor as novas instruções do almirantado inglês às esquadras de cruzadores, ocasião em que a severidade das ordens fizeram baixar as entradas a menos de 10.000 cabeças, em 1841.

Entrementes, processava-se no Brasil uma funda mudança dos espíritos. Começava-se a considerar os negros como elemento perigoso, sempre ameaçador para seus donos. Antes tratá-los com mais humanidade, e assim prolongar sua sobrevivência e intensificar a natalidade, do que insistir em aceitar da África multidões sempre renovadas, provenientes de tribos cada vez mais remotas e mais selvagens.

105. O tráfico, principalmente interesse português – Igualmente, na mentalidade brasileira, começou a delinear-se a noção de que estava sendo joguete da ganância portuguesa. Muito mais do que pelos fazendeiros, estava o tráfico sendo intensificado pelos negociantes de carne humana; estes criavam incidentes e alvoroçavam paixões nacionalistas e envenenavam a emotividade do povo contra as atitudes arrogantes da Inglaterra. Em sua maioria, tais elementos eram portugueses. Embora antecipando um pouco, podemos dizer aqui que, em 1850, dos 38 ou 39 principais vendedores de escravos existentes, no Rio, 19 eram portugueses, 12 brasileiros, 2 espanhóis, 2 franceses, 2 norte-americanos, 1 italiano e 1 inglês.

Esse comércio exigia capitais de vulto, e a maior parte deles vinha de Portugal. Este país apoiava e protegia tal gênero de atividade, a ponto de dar títulos e conceder condecorações às principais figuras que nele intervínham, mesmo depois que Eusébio de Queirós pôs em vigor a lei repressiva das entradas.

Do mesmo modo, e obedecendo ao mesmo sentimento, revelado em seus trabalhos legislativos, de romper todos os liames com a antiga

metrópole, despertou o Brasil ante a evidência de que as importações de escravos acarretavam duas sortes de conseqüências: os proventos iam aos filhos da antiga mãe-pátria; os riscos, os vexames e a vergonha ficavam sendo a parte dos colaboradores sul-americanos. Os principais protetores e sustentáculos dessa atividade eram, por 1839, o cônsul português no Rio, João Batista Moreira, mancomunado com o governador de Angola, na África, o almirante Noronha.

Quando os brasileiros perceberam que estavam sendo manobrados por especuladores lusitanos, e que sua relutância natural em pôr termo às importações de cativos estava servindo de pretexto alegado por mercadores ultramarinos sem escrúpulos, com o fito de mascararem seus próprios interesses desalmados, contramarcharam imediatamente. A senha era, por todo preço, libertar-se da ominosa solidariedade com a metrópole colonial, e nesse rumo se orientava todo o esforço do Brasil. Assim se dera com as instituições políticas, as leis e a política internacional. Assim seria também com o instituto servil.

O que as exigências inglesas não haviam conseguido, o sentimento antimetropolitano obteve. Em parte por esse motivo as importações de africanos baixaram, mas foi certamente grande o influxo da severidade na repressão dos cruzadores. Em seu aspecto geral, já estavam considerando os fazendeiros que as navegações negreiras tinham de cessar, como fato natural, mais cedo ou mais tarde. O receio de levantes dos escravos não deixava de influir também no ânimo da classe agrícola, e um ambiente se estava formando no sentido de abolir as entradas das peças da África.

Por ocasião de se proclamar a maioridade, notou-se um arrefecimento nesse contrabando negro, a apontar para a cessação de tal comércio maldito. De fato, não se reergueu, como veremos, até que novos erros e novas violências ordenadas pelo gabinete de Londres, puseram em polvorosa todo o Império, contra os excessos desenvolvidos pelos cruzadores britânicos.

106. Atividade intelectual – A idéia de subordinação a Portugal era insuportável para o espírito público. Na atividade literária, tanto quanto em outras províncias da vida nacional.

Desde o descobrimento do Brasil, mentalidade, observações, pensamento, objetivos, tudo apontava para o influxo e os pontos de vista

da metrópole. Somente por 1730 na Bahia, e 1750 em Minas Gerais, esta a mais rica das capitanias, por sua produção de ouro e de diamantes, se encontram os primeiros sintomas de uma alma local. Surge a ufanía de se ser brasileiro; aparecem cenários regionais; frutos e flores do país são descritos; incidentes, ou mesmo fatos importantes da história colonial, formam a base de composições em prosa ou em verso. Nesse último período, na chamada escola mineira, deparamos com panfletos, poemas, sátiras polidas, trabalhos nos quais corre veia rica de sentimentos autônomos, aqui e ali vibrando de surda malquerença contra Portugal. Não bastante diferenciada, entretanto, para formar uma unidade separada, independente, na literatura de língua portuguesa. Eram clássicos todos esses poetas e prosadores, cantando, entre tantos mais alguns fenômenos brasileiros.

Em regra, os poetas portugueses tinham em pouca monta e escassa estima a produção colonial.

O ano de 1830 vale por um ponto de partida da fase nova em nossa vida intelectual.

Coincidindo com o surto da escola romântica na Europa, prosadores e poetas no Brasil deram início a um grande movimento mental: era o começo do período de autonomia literária, como o chamaram certos críticos e historiadores de nossas letras, período de reforma ou estágio romântico, na frase de outros estudiosos.

Digno de nota é o fato de que, sob denominações diferentes, todos os investigadores consoam em tomar 1830 como origem do período.

Sente-se o progresso em todos os gêneros de produção, do panfleto político, como a *Aurora Fluminense*, até as obras de ficção e as pesquisas históricas. De 1838 data a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Deve ser tido como característico o esforço de dar largas ao sentimento local, aos conceitos locais, às opiniões e aos pontos de vista brasileiros. Ser português, ou inspirado por modelos portugueses, valia por uma má recomendação perante o comum dos leitores. O indianismo e o americanismo vieram à luz, tanto nos versos como nos romances.

Assim na política, como nas leis, também na vida internacional, e na literatura, o mote foi – livres de Portugal –. E essa força moral libertadora deu origem a expressões novas de uma atividade autônoma, mental tanto como estética.

.....

Capítulo IX

PACIFICAÇÃO PROGRESSIVA DAS LUTAS INTERNAS. PROBLEMAS
PLATINOS. EQUILÍBRIO DOS PODERES. CASEROS

Inegavelmente, a maioria de D. Pedro II fora um golpe de Estado.

Nessa medida política, bem se pode dizer, toda a nação havia colaborado. Promovido embora pelos liberais, contra os conservadores, os mesmos adversários concordavam no ponto essencial da questão: a necessidade da iniciativa; divergiam apenas no detalhe acessório da data em que o acontecimento deveria ter lugar.

107. *“Journée de dupes”* – Em ambos os grupos, entretanto, reinava intensa desilusão: embora alguns conservadores, entre eles chefes dos mais notáveis, houvessem cooperado no movimento político, eram eles os derrotados, o seu partido fora apeado do poder; os liberais, vencedores do dia, viam a vitória monopolizada por dois elementos, apenas, de seu partido, valiosos por certo, mas que não representavam o grosso de suas tropas.

O Gabinete da Maioridade, como era chamado, entre seus seis membros contava dois pares de irmãos, os dois Andradas e os dois Cavalcantis, e por isso se apontava como uma oligarquia, uma associação familiar. O quinto ministro, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, era um estadista capaz e um caráter sedutor; suspeitava-se, entretanto, de in-

timidade demasiada com os conselheiros áulicos. O último dos seis, que lhes sobreviveu por longos anos, Antônio Paulino Limpo de Abreu, era o único de quem se dizia estar em seu lugar. A organização surgira dos acontecimentos, pois tais representantes da nação haviam chefiado a mudança política, inconstitucional embora.

108. Antônio Carlos – Personalidade dominadora nesse conjunto, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva era eloqüente, patriota, liberal, erudito, capaz e entusiasticamente brasileiro. Nas Cortes portuguesas de Lisboa, em 1822, fora o líder da representação ultramarina. Cortejava a glória, mais do que a coerência de idéias e de conduta; por esse motivo, a Assembléia Constituinte de 1823, por seu intermédio, mais mal fizera do que bem. Nessa ocasião ele, e seus dois irmãos José Bonifácio e Martim Francisco, apesar de seus eminentes serviços à Independência, haviam sido exilados para a França.

Nenhuma noção possuía de administração; hesitava, quando o dever era agir; sinceramente liberal em seus intuitos, inspirava-se contudo nas vistas e nos interesses de seu partido. Em face da rebelião do Rio Grande do Sul, aspirava sem dúvida debelá-la, mas seus sentimentos, perfeitamente louváveis embora inoportunos naquele momento, impunham-lhe a cessação do derramamento de sangue nessa luta que já durava cinco anos, e queria chegar a tal pacificação negociando acordos. Iniciou sua tarefa de modo tão incapaz e saltitante, que conseguiu apenas enfraquecer a posição oficial do Império na província, e, conseqüência natural, logrou somente prolongar a revolta por mais cinco anos.

A região sulina estava sendo governada pelo general Soares de Andréia, um soldado firme e enérgico, que havia dado provas de si subjugando as revoltas e pacificando duas províncias: Pará e Santa Catarina. Era seu método combater com todas as suas forças as insurreições, sempre disposto, entretanto, a prestar ouvido e dar seu concurso às propostas reais de submissão, não olvidando nunca de que se tratava de contenda entre irmãos do mesmo sangue.

O dever de Antônio Carlos devera ter sido dar ao delegado do governo imperial no teatro da luta, todo amparo, apoio e colaboração. Ao invés disso, começou a receber cartas dos chefes rebeldes e a agir de acordo com esses, sem se preocupar com Andréia. Não era, este, homem a ser

desconsiderado e ficar calmo ante a descortesia. Resignou imediatamente seu cargo de confiança. As novas autoridades nomeadas não se revelaram à altura da missão. E, por essa forma, os representantes do governo central eram escarncidos e objetos de mofa por parte dos insurretos. Tal era sua incapacidade evidente, que se tornou claro que não mais se poderiam tolerar. A demissão delas originou a queda do gabinete, após a curta vida de oito meses. Piorara e se enfraquecera ainda a posição do governo no Rio Grande, enquanto seus adversários viam suas forças e seu prestígio se exalçarem pelas próprias faltas de seus opoentes.

109. Restauração da autoridade – Em todo caso, e malgrado tudo, o início do reinado pessoal de D. Pedro II, embora fosse apenas um rapaz de quinze anos, pusera fim à instabilidade inerente e fraqueza dos governos provisórios das Regências. Na Bahia, cessaram os tumultos em 1838; os do Pará já eram coisa do passado, desde 1837; Santa Catarina fora pacificada em 1840. Vinha agora a vez do Maranhão, onde finalmente se restaurara a tranqüilidade em 1841, a esforços do coronel Luís Alves de Lima e Silva, que, por tais serviços relevantes, recebeu o título de barão de Caxias, o primeiro de sua longa lista de distinções nobiliárquicas, coroada pela promoção a duque de Caxias após a guerra do Paraguai, de que saíra vitorioso. Em todos esses movimentos sediciosos, era sem valia, a bem dizer, a tendência separatista, pois sempre proclamavam os facciosos que sua separação terminaria e que voltariam ao grêmio da pátria comum, logo que o imperador fosse maior e iniciasse seu governo pessoal.

O único, realmente sério, conflito desintegrador era o do Rio Grande do Sul. Aí, mesmo, com exceções raríssimas, todas as notícias e informes apontavam para a reunião ao Império, mediante certas condições relativas à economia local.

110. A anistia de 1840 – Aí se acha a explicação do fato de conceder o Gabinete da Maioridade, a 22 de agosto de 1840, anistia aos rebeldes que deliberassem depor as armas e entregar-se à autoridade legal antes de uma data prefixada. Pela situação hesitante do governo no Sul, o efeito da medida foi quase nulo, e, praticamente, não diminuiu o número de insurgentes.

A falência do gabinete em solver o problema da guerra civil, as largas divergências de idéias e de rumos entre os ministros chegaram a

culminar no dissentimento sobre se se devia conservar ou se demitir os representantes militares do Império no Rio Grande. Parece, entretanto, que esse foi mais um pretexto, do que a causa real da demissão do Ministério. Tanto mais quanto, dos seis ministros, o único que não deixou sua pasta, Aureliano, era precisamente o único membro conservador do governo da maioria, e o único a manter constante contato com o jovem imperador e seus conselheiros conservadores.

Deve-se levar muito em consideração que, após as emendas quase republicanas do Ato Adicional de 1834, e a incurável paralisia daí decorrente no funcionamento das leis constitucionais, a tendência corrente na opinião pública era para se pôr um paradeiro à precipitação da política e da administração em rumo de um estado de coisas que tornava o Brasil ingovernável. Tal reação, oportuníssima, achou sua tradução na Lei Interpretativa de 1840, mas desde 1837, havia começado a influir nos trabalhos da Assembléia. Ainda por se achar a medida insuficiente, foi que a maioria se deliberou e levou a efeito, apesar de sua manifesta inconstitucionalidade.

Movidos por conveniências de partido, os liberais haviam assumido a direção do movimento, mas, de fato, eles se achavam agora em situação esquerda. Viam-se forçados, eles, liberais, a se opor à corrente de conservantismo à qual deviam sua ascensão ao poder; corrente formada em quase todos os elementos da alma popular e do critério dos estadistas; aspiração que estava a exigir novas e mais estridentes reformas na administração e na justiça.

No círculo dos conselheiros mais íntimos do Imperador, essa era a tendência dominante. Por tática partidária, haviam os liberais ganhado a campanha na corrida de obstáculos da maioria: haviam destarte provado sua energia e a habilidade de seu comando. Não se podia, contudo, deduzir daí uma adesão do país todo ao programa liberal em seu conjunto. Soprava o vento de outro quartel do horizonte político: o reforçar a autoridade, por demais enfraquecida pelas experiências liberais desde os dias da abdicação.

111. Demissão do gabinete maiorista – Aí se encontra a causa real, profunda, da demissão do gabinete majoritário, em 23 de março de 1841, pois o Parlamento, que representava o país, era puramente conservador. E a demonstração foi dada, pelo voto de duas leis importantíssimas, tidas

por indispensáveis para pôr um dique às tentativas de excessiva audácia, e para punir violações da lei: tal a origem das resoluções de 23 de novembro criando o Conselho de Estado, e a de 3 de dezembro de 1841 emendando o Código do Processo.

Após tais acontecimentos, foram os liberais postos fora dos conselhos de governo. Nova crise, porém, ia-se avizinhando. 1841 era o último ano da quarta legislatura; o gabinete da maioria sabia quanto sua posição era precária, e havia tomado providências para preparar as eleições de modo que fossem bem representados os liberais na Câmara vindoura. Havia sido esta uma das acusações mais ardentes movidas contra Antônio Carlos e seus amigos.

As manobras eleitorais excederam todas as expectativas, e as eleições revelaram violências e desrespeitos à lei e à moral, que ultrapassaram todos os exemplos passados. Talvez, nas reclamações e na grita, houvesse alguma demasia de candidatos derrotados: partiam de opositoristas. Mas o novo gabinete apontou para provas e exemplos das fraudes. Provavelmente, muita coisa era verdadeira.

A 1º de janeiro de 1842, foi dissolvida a Câmara dos Deputados, de modo legal, ainda no decurso das sessões preparatórias. Os liberais, já furiosos com as leis de 1841, perderam a calma com a dissolução: organizaram revoluções armadas, sob a chefia de seus maiores. Em São Paulo, Feijó e Vergueiro eram os guias dos sediciosos.

112. Missão do barão de Caxias – Recebeu ordens o barão de Caxias para restaurar a ordem e a lei nas províncias revoltadas. Em junho de 1842, foi esmagada a revolta de São Paulo. Em agosto, a de Minas foi vencida. Firmou-se o respeito à autoridade e à Constituição. Os responsáveis pelos movimentos revolucionários foram presos, julgados e condenados. Reinava agora a paz no Império, com a exceção única do Rio Grande do Sul. O governo imperial e o Imperador, prestigiados e cercados do respeito público, estavam em condições de iniciar um reinado de tranqüilidade e de progresso.

Rio Grande tornava-se agora o único ponto negro do horizonte político. No teatro internacional, a perspectiva do problema só podia piorar à medida que corria o tempo.

113. Vitória de Rosas na política platina – Achava-se Rosas a braços com a coalizão em que figuravam Rivera, os unitários argentinos

e, através Rivera, os rebeldes rio-grandenses. Oribe, eleito presidente do Uruguai por influência de D. Fructuoso, tornara-se inimigo do seu grande eleitor, e aparcieirara-se com D. Juan Manuel, do qual se fez general em um dos exércitos federais, depois de ter abandonado Montevidéu e a presidência, em outubro de 1838, cedendo à força das armas do partido *colorado*, nome dado aos partidários de Rivera. Em 1840, fora vencida a hostilidade francesa contra Buenos Aires, com escassa fama e brilho nulo para a esquadra de bloqueio européia. Imensamente, crescera o renome do vencedor, tanto na América como na própria Europa. Era fortíssima sua posição, tanto politicamente, pois simbolizava a causa da liberdade e da independência, como moralmente, pois combatia contra invasores unidos a argentinos subsidiados pelo ouro francês, e apoiados em suas armas e forças.

Pertencem tais glórias à história de Buenos Aires, e por isso não lhe mencionamos detalhes. Diremos apenas que daí resultaram o destroçar da invasão comandada pelo general Lavalle, a morte desse heróico chefe e o desbarato das insurreições locais e dos tumultos provinciais fomentados pela Comissão Unitária Argentina de Montevidéu.

Os inimigos do ditador de Buenos Aires eram agora Rivera, os restos debandados dos refugiados unitários no Uruguai, forças de Corrientes adversas a Rosas, e, sempre através Rivera, os insurgentes do Rio Grande, embora estes não tomassem parte ativa na invasão da Argentina. Desde 1838, existiam acordos entre D. Fructuoso e os republicanos do Rio Grande, a princípio em reserva, depois transformados em tratados solenes. No Brasil, à exceção dos farrapos hostis ao Império, a opinião pública favorecia geralmente o dominador da Argentina, pela sua nobre e altamente inspirada resistência às exigências francesas.

Vencida a coalizão das Províncias do Norte, dissolvidas suas forças, chegara o tempo de suprimir os distúrbios do litoral, e a essa tarefa dedicou D. Manuel Oribe seus talentos e esforços, general que era agora do exército de vanguarda da Confederação. Rivera, apesar de sua relutância em enfraquecer suas tropas, não podia, como aliado que era das Províncias de Corrientes, Santa Fé e Entre-Rios, deixar ao abandono as forças destas circunscrições e teria de lhes ir em auxílio, desde que fossem ameaçadas.

114. *Derrota de D. Fructuoso Rivera* – Deu-se o choque a 6 de dezembro de 1842, em Arroio Grande. Foi decisivo o encontro. Quase

8.000 homens por parte de Rivera, e outros tantos, aproximadamente, pela de Oribe. Este último destroçou a coluna de seu adversário, e D. Fructuoso mal escapou à morte, a cascos de bagual, fugindo de volta para o Uruguai, para salvar a própria vida.

Ruíam por terra os planos grandiosos de Rivera, para construir um Uruguai-Maior. Nunca mais os combatentes renascentes tiveram por teatro o solo argentino, até a campanha de 1851-52, que findou em Caseros. Agora, era o Uruguai quem tinha de suportar o peso das batalhas.

Para os federais argentinos, a situação ostentava-se cheia de dificuldades, quer financeiras quer morais. O Comitê Unitário de Montevideú estava fazendo temível campanha de propaganda contra seus adversários, campanha na qual a verdade era misturada com calúnias, a fim de dar ao mundo civilizado a impressão de que Buenos Aires era o reino do terror, inteiramente dominado pelo assassinio, vinganças, pilhagem e crueldades, tudo em ordem a só obedecer palavras oficiais proferidas pelo Rosas, através de uma associação de bandidos, a Sociedad Popular Restauradora, vulgarmente denominada a *mazorca*.

115. *Campanha exagerada contra Rosas* – A campanha de panfletos, artigos de jornais, de revistas, de livros abrangeu a América e a Europa, e conseguiu colocar a Argentina, suas autoridades e, principalmente, o seu ditador sob o aspecto de terra de monstros, inauditos até então. Contra isto protestavam os ministros diplomáticos, tanto europeus como americanos, mostrando a mentira das acusações e apontando para os numerosos compatriotas seus que ali viviam e prosperavam, na paz e no progresso. Estatísticas eram publicadas, provando a riqueza do país, rumo crescente. Documentos eram divulgados, evidenciando que, nos números das terríficas hecatombes que se diziam provenientes das listas de proscrição rosistas, figuravam as baixas dos combates entre as parcialidades contendoras, e, essas mesmas, muito aumentadas; que inúmeras personalidades, apontadas como assassinadas, estavam perfeitamente vivas e em absoluta saúde e tranqüilidade. Nada valia para desfazer a calúnia, e, até hoje, Rosas é tido como o mais vil dos degoladores.

A Sociedade Restauradora contava em seu seio cidadãos proeminentes da capital; é possível e natural que incluísse alguns facínoras e fanáticos partidários; em momentos de exaltação pública e de inexpiável

exarcebção de paixões, há sempre uma turba de criminosos e malfeitores que emerge dos *bas-fonds* da sociedade, prontos aos piores excessos, sem que para tal necessitem incitação, ordens ou instruções dos chefes autorizados dos movimentos políticos ou de vultos de nota.

A honra da História exige sejam revistos tais juízos difamadores. Sem dúvida, o período era de crueldades e de ausência de piedade; mas ocorriam tais crimes em ambos os grupos partidários, e, quanto a Rosas, parece ter sido um dos corações menos calejados na prática de tais horrores, dos mais propensos a evitar o sofrimento humano. À base das acusações e dos boatos exagerados, se encontra o ódio de partido, o *ôte-toi de là que je m'y mette*, o invejoso rancor de inimigos de espírito mesquinho, incapazes de fazer o que ele realizou.

Certamente, não era ele um chefe blandicioso ou de mãos leves; possuía um gênio voluntarioso, um caráter incapaz de se dobrar, cruel como eram todos os seus semelhantes naquela época na Argentina. Mas era também um estadista, um homem de ideais e de execução, qualidades que se não topariam tão freqüentemente quanto fora para desejar.

Os principais autores da formação desse ambiente de exagero e de calúnia eram os membros da Comisión Argentina unitária de Montevideu. Entre eles se achavam homens do mais alto valor pela cultura, talentos e coragem. Cegava-os, porém, a paixão partidária. Foi possível provar que traíram sua pátria, apelando para a invasão estrangeira e o ouro francês para vencer sua própria terra natal, com o único intuito de dar pasto a seus alvos egoístas de soldados de um grupo político. Rosas, entretanto, defendia a liberdade e a independência e o respeito próprio da Confederação.

116. *Nova tentativa mediadora anglo-francesa* – Assim como haviam procedido por ocasião do bloqueio francês, tão humildantemente coroado pelo pedido de desculpas da esquadra francesa e a salva de satisfações ao pavilhão argentino, em 1840, assim agora tocaram outra nota: uma mediação anglo-francesa para pôr um termo aos tumultos platinos.

Fora tentada, em 1841, pelo ministro inglês em Buenos Aires, encontrando a repulsa de Rosas. Em 1842, renovou-se a tentativa por iniciativa conjunta da Inglaterra e da França; tendo sido novamente repelida a proposta, o ditador anexou à sua resposta uma longa exposição dos motivos que desaconselhavam tal medida: a impossibilidade de chegar a acordo

com Rivera. Veio então a réplica ameaçadora: os mediadores por iniciativa própria poderiam recorrer a outros meios para forçar a navegação pacífica dos rios. Tal aviso, premonitório de violências, fora comunicado em novembro de 1842. Em dezembro, Rivera foi absoluta e irremediavelmente destruído em Arroio Grande.

O novo aspecto do problema, com a perspectiva de se transformar a mediação em uma possível beligerância dos principais poderes da Europa, trouxe a Rosas grande ansiedade. Apesar de sua desconsideração e de sua inimizade pelo Império, encarregou seu plenipotenciário no Rio, o general Tomás Guido, da missão de negociar um tratado ofensivo e defensivo com o Brasil. O gabinete imperial estava disposto a entrar nesse pacto. Caxias, no Rio Grande, aconselhava chegar a termos com um dos beligerantes platinos, de preferência Rosas, pois Rivera não merecia a confiança e havia recentemente celebrado com os rebeldes rio-grandenses um tratado de aliança.

117. Desconsideração de Rosas ao Império – Após um par de meses, fez-se o acordo assinado pelos plenipotenciários e ratificado pelo Imperador, em março de 1843. Por essa ocasião, conhecia Buenos Aires que Rivera havia sido derrotado em Arroio Grande, e sabia que a intervenção franco-inglesa não parecia ameaçadora. O ditador, indiferente ao fato de que ofendia gratuitamente o governo brasileiro, recusou ratificar a Convenção do Rio, por parte da Confederação. O motivo, ou pretexto, alegado, era que o ato diplomático não mencionava os poderes presidenciais de Oribe, considerados legais por D. Juan Manuel.

Em realidade, obedecia a dois dos três sentimentos dominantes, ou antes preconceitos, causadores dos piores reveses da diplomacia argentina por aqueles tempos. Rosas aspirava a reconstituir o antigo vice-reino de Buenos Aires, e isso significava reanexar o Paraguai e o Uruguai; motivo este que o levava sempre a ter um ponto de apoio e de intervenção na antiga Banda Oriental, sempre que estivesse em posição de influir aí.

Intensamente pessoal, odiava a Rivera como a um elemento indigno de confiança, a princípio, e mais tarde, por essa razão e mais por seus planos de criar um Uruguai-Maior, pela secessão de Entre-Rios e de Corrientes da Confederação. Por tais fatos, protegia e fazia causa comum com Oribe, a quem podia dominar.

Forçou este último a recuar de sua renúncia à presidência do Uruguai, e, assim, criou o pretexto preciso para argumentar que este, e não Rivera, era a autoridade legítima da pequena República; dando, com tal pretensão indefensável, lugar a que Oribe, com tropas argentinas e recursos deste país pudesse invadir a margem oriental do Corriente e assediar Montevidéu. Nenhuma confiança nem simpatia tinha pelo Império, que ele acusava de tendências conquistadoras em ambas as margens do Prata.

Se posto em vigor, o tratado teria consolidado a independência do Uruguai, e posto de lado tanto Rivera como Oribe; esta República não mais poderia ser reanexada pela Argentina, e o principal fator de tal mudança seria o Brasil, cujo prestígio cresceria, muito além dos desejos e dos receios do ditador.

118. Rejeição pelo tratado celebrado com o Brasil – Foi um grande erro cometido pelo governo argentino. Nada queria o Império, senão ver sossegada uma permanente fonte de distúrbios e de conflitos em um ponto sensível da fronteira. A prova disso foi dada pelo tratado da Tríplice Aliança de 1851, contra Rosas, e pela convenção particular entre Brasil e Uruguai, sempre segundo a mesma orientação.

Em 1843, o Brasil admirava Rosas e acreditava que ele merecia confiança. Após a rejeição do tratado, além da ofensa não provocada feita a nosso país, tornara-se público o malquerer de nosso vizinho contra nós. Era, pois, mera prudência natural a conseqüência: o Império, neutro no conflito vigente, devia guardar-se e ter cuidado em não ficar envolvido nas complicações previsíveis.

A ambas essas preocupações obedecia o enviar duas missões especiais ao estrangeiro: uma em 1843, a Montevidéu, confiada ao Deputado Cansação de Sinimbu, como observador qualificado dos acontecimentos; outra, em 1844, à Europa, na qual o visconde de Abrantes teria de estudar uma intervenção conjunta do Brasil, da Inglaterra e da França, para pacificar o Uruguai. Oportunamente, examinaremos ambas.

Se o tratado tivesse sido ratificado pelo ditador argentino, provavelmente a ordem teria sido restabelecida dentro em pouco tempo, evitando os atritos que levaram à guerra em 1852. Contam historiadores platinos, que, nos últimos anos de seu poder, Rosas se convenceu disso e se arrependeu do erro. Era tarde, entretanto.

A derrota de Rivera em Arroio Grande esfacelara o exército uruguaio, e Oribe, em fevereiro, seguido do general Urquiza, em julho, conduziu sua força invasora com cerca de 17.000 homens contra Montevideú, cujo grande assédio se iniciou a 16 de fevereiro de 1843.

Após a reorganização de seus elementos armados, incluindo recrutas bisonhos e a milícia, podia a Banda Oriental pôr em linha 6.000 soldados aproximadamente na capital sitiada, e pouco mais ou menos a mesma massa na campanha, sob o comando de Rivera. Em Montevideú, estava o poder em mãos de Joaquín Suárez, presidente do Senado.

119. Repercussão na luta contra os farrapos – Para Caxias, no Rio Grande do Sul, todos esses acontecimentos antes contribuían em favor da pacificação da Província, pois representavam o enfraquecimento dos aliados dos rebeldes.

Quando chegou a Porto Alegre, assumiu o exercício de suas funções ambas, a presidência da Província e o comando das armas. Em poder dos revoltosos se achava, a bem dizer, um terço do território dessa circunscrição; a cavalaria revoltosa enviava suas partidas por toda parte: ocupavam Caçapava, Piratini, Alegrete e mais algumas pequenas cidades do interior. Dois terços acatavam a autoridade do Império, aí incluindo o litoral.

A modalidade da campanha era a luta das cavalarias, e, nisso, os insurretos tinham a melhor, pois dispunham de tantos cavalos quantos quisessem e agiam na região onde predominava este gênero de criação. Quanto a abastecimentos, seus aliados uruguaio, Rivera e seus companheiros, forneciam-lhes munições, víveres e mesmo tropas de eqüinos, quando estes se tornavam precisos. Em compensação, do Rio Grande iam voluntários brasileiros servir mesmo fora das fronteiras, e artilharia era fornecida às forças de Rivera. Além disso, os tratados existentes entre esses aliados vedavam qualquer auxílio dado ao Império pelo caudilho uruguaio. O essencial para os republicanos rio-grandenses era a mobilidade de sua cavalaria: contavam cerca de 6.000 homens, e poderiam sempre dispor de 20.000 cavalos.

O novo comandante-em-chefe chegava em momento crítico da campanha: assumindo seu cargo a 9 de novembro de 1842, menos de um mês depois o desastre de Arroio Grande havia arruinado, pelo menos temporariamente, os elementos de Rivera. A invasão do Uruguai pelo

exército de Oribe podia ser um ensejo de cortar os reabastecimentos feitos aos farrapos por seu colaborador Rivera, que era inimigo do general uruguaio a serviço de Rosas. Uma grande dificuldade, entretanto, deveria ser previamente arredada: a política internacional do Brasil era invariável, e levava a apoiar e auxiliar os governos legais, e, para nós, o governo legal do Uruguai era Rivera, ou seus representantes na Banda Oriental. Com Oribe, portanto, era impossível entendermo-nos, desde que se mantivesse no pressuposto de poder uruguaio. Mas Oribe agia como general argentino, obedecendo ao ditador da Confederação, e com este, sim, reconhecido pelo governo do Rio legítimo detentor da autoridade no Prata, era normal e lógico entrarmos em negociações.

Esta rota foi a que Caxias recomendou ao gabinete imperial; este, aliás, pensava do mesmo modo, e ordenou aos nossos diplomatas agirem nesse mesmo rumo. Era, por outro lado, servir a Rosas e Oribe, pois do Rio Grande, em virtude dos acordos existentes, iam soldados e canhões fortalecer Rivera. Assim por essa conjunção de interesses, após curto prazo, se inverteram as posições: Corrientes, sob o governo de D. Joaquín Madariaga, e em obediência a ordens de Buenos Aires, passou a vender cavalaria para as tropas imperiais, a desarmar rebeldes que se refugiassem à margem direita do rio da Prata ou do Uruguai, fugindo à perseguição das forças legais ou invadindo o território argentino.

No Uruguai, a princípio, foi a tarefa mais difícil, pois D. Fructuoso conservava sua posição e mantinha o território ocupado por ele contra os *blancos*, partidários de Oribe. Mas em julho de 1843, Urquiza atravessou os rios e invadiu a antiga Cisplatina, a juntar-se ao exército de Oribe; Rivera viu-se forçado a retirar ante a predominância das colunas de seu adversário, até que em março de 1845 foi destruído em Índia-Muerta, e obrigado a fugir para o Rio Grande.

Durante os anos de 1843 e 1844, a maior parte da pequena República estando sob o domínio efetivo de Oribe e de Urquiza, Caxias viu-se em condições de remontar sua cavalaria.

120. *Plano de Caxias* – Desde o primeiro instante de seu comando, o barão havia formado seu plano: agir com energia, mas tendo sempre em vista a pacificação real da província: estancar todas as fontes de abastecimento dos revoltosos, sitas nas repúblicas platinas e favoráveis aos

insurgentes rio-grandenses; tirar o máximo desses recursos em favor das tropas legais; comprar sua remonta nos territórios fronteiros da Confederação. Esses dois pontos capitais de seu plano, ele os conseguiu realizar por meio de entendimentos oficiais entre Rio e Buenos Aires, e ordens dadas a Oribe pelo ditador.

Destarte, combateu a revolução com as próprias armas desta, força montada, abundância de cavalos, perseguição sem trégua que não permitisse o ajuntamento de colunas numerosas. A isto ele próprio acrescentava seu valor pessoal, um comando mais esclarecido e previdente, capacidade técnica maior, senso mais agudo da tática e da estratégia, prestígio inigualável. Finalmente, os republicanos não possuíam infantaria digna de menção, e sua artilharia era somenos e mal servida, incapaz de conquistar êxitos perduradouros ou de manter triunfos transitórios. Em ambos os casos, Caxias tinha a superioridade e dela estava consciente. Também, sabia usar de tais vantagens.

Bento Manuel, o único general do Império que havia constantemente batido os rebeldes até que aderisse à revolta, por despique, em 1837, estava arrependido de sua deserção; havia publicamente manifestado sua nova orientação, pedido anistia e retomado serviço nas fileiras legais. Cooperava eficazmente com o general-em-chefe. Tanto se impôs por seus esforços e justificou a confiança novamente posta nele, que fora posto à frente da coluna mais importante do exército de Caxias, quase contando o dobro da que o próprio barão comandava.

Dilacerados por dissensões internas, os republicanos encontravam-se em posição desesperadora; não podiam mais resistir; escasseavam-lhes o entusiasmo e a energia dos primeiros anos da guerra civil.

Em 1843, perderam a posse permanente das cidades e das povoações que dantes haviam ocupado e viram-se forçados a peregrinar pelas coxilhas com um ou outro pouso, quase sempre pontilhados por combates em que não tinham a melhor, por via de regra. Escasseavam os víveres e outros abastecimentos, cercados que eram pelas colunas de Caxias; a fé em sua causa gradualmente desaparecia e se extinguia.

Em 1844, sentiram-se definitivamente vencidos por uma direção da campanha tão ativa, perseguidora e incessante. Caxias não lhes dava tréguas, nem descanso. Incapazes de fazerem frente para resistir, não logra-

vam reunir-se, e apenas conseguiam vaguear pelas campinas, em grupos de 30 e 40 cavaleiros com as lanças imperiais a ameaçarem-lhes as costas.

121. *Pacificação do Rio Grande do Sul* – Desalentados por completo, começaram a solicitar a anistia, sem grande sinceridade a princípio, mas de modo cada vez mais insistente e cordial à medida que as provas de sua derrota se ostentavam e se multiplicavam, por forma indiscutível.

Novo sentimento estava fazendo caminho em suas almas: os sucessos platinos prenunciavam graves desentendimentos e choques de interesses entre o Brasil e a Argentina. Mais uma vez, na frase inglesa, se provava que o sangue é mais espesso do que a água: apesar de quanto se dissera e publicara contra o Império durante a revolução, ainda assim era a pátria comum, a ser agredida ou ameaçada pelo estrangeiro.

Finalmente, eles pronunciaram a palavra definitiva sobre esse conflito sentimental, quando a 28 de fevereiro – 1º de março de 1845 se assinou a paz e se reintegrou o Rio Grande na unidade majestosa do Brasil.

122. *Prenúncios de lutas no Prata* – De fato, dias sombrios e de luto estavam em reserva para o Império, e prenúncios das dificuldades provindouras acumulavam-se ante os guias do país.

O tráfico, como veremos, estava causando fundo alarme e um estado extremamente tenso de relações havia surgido para com a Grã-Bretanha. Pendiam sobre o país graves preocupações. Os levantes liberais de São Paulo e de Minas Gerais, embora esmagados, tinham deixado germes de revolta: o partido liberal era tido como uma força insurgente em potência. Os próprios rebeldes do Sul só haviam capitulado após consulta feita a seus correligionários do Rio, deles tendo ouvido que só lhes restava um caminho a seguir: abandonar a resistência e submeter-se. As dobras do porvir ainda escondiam as possibilidades da revolta de Pernambuco, em 1848.

O mais grave dos receios, contudo, eram as nuvens escuras que pairavam sobre o estuário do Prata.

Tanto em Buenos Aires como em Montevideú, residiam agentes diplomáticos brasileiros, que informavam o governo sobre o que ocorria nessas regiões. Mas mudavam rapidamente as condições do meio. As exigências anglo-francesas a ambas as repúblicas platinas iam-se tornando cada vez mais ásperas, complicadas e ameaçadoras. A paz não podia ser problema indiferente ao Império vizinho.

O tratado de 1843, promovido pelo governo argentino e que Rosas recusara, pela negação do dever moral de o ratificar, tratado redigido por plenipotenciários e aceito pelo imperador, fora um raio de luz. Rosas queria ofender D. Pedro II com tal gesto de insulto; valia semelhante atitude como revelação de sua hostilidade ao Brasil e ao Império. Qualquer centelha no rio da Prata podia pôr fogo à mina já carregada e provocar uma explosão generalizada.

123. Missão Sinimbu – Cansação de Sinimbu foi enviado em missão especial, em meados de 1843, para observar os acontecimentos e preparar as medidas preventivas de um ataque inopinado que poderia sacrificar a grande monarquia oriental.

Sua missão nada tinha de fácil. A política do Brasil não variara de sua norma tradicional: não intervir em negócios internos alheios ao Império; na Argentina, mantinha relações com Rosas; em Montevideú, fazia o mesmo após a renúncia legal de Oribe ao cargo de presidente da República. Agora, Rosas, pelos motivos já citados, dera origem ao novo dissídio, fazendo de Oribe a vítima de uma renúncia forçada, não voluntária, e a pedido deste; em atitude pouco defensável, pretendia ser dever seu dar tropas e recursos a esse último, para o reinstalar no poder.

Nem sombra de argumento legal poderia ser alegado para justificar tal pretensão. Haviam decorrido mais de cinco anos desde sua retirada de Montevideú; eleições já tinham sido processadas e todas as reconheciam por válidas; todas as nações mantinham relações com as novas autoridades, exceção feita da Confederação. Assim procediam a Inglaterra, a França e o Brasil.

Os fatos ocorrentes, entretanto, apresentavam feição especial: enquanto no Uruguai o Império, com absoluta correção, reconhecia a situação vigente e legal das coisas, Rivera, às ocultas, protegia e auxiliava os rebeldes do Rio Grande. Para os combater e vencer, Caxias pediu e o Gabinete do Rio obteve a neutralidade de Rosas. Oribe, pela obediência às ordens de Buenos Aires, general e agente que era da Argentina, muito mais do que patriota uruguaio e político nessa República, candidato à sua presidência, Oribe auxiliou as forças imperiais por sua neutralidade e pela permissão concedida então para serem vendidos às forças de Caxias gêneros e cavalos. Na capital assediada, portanto, a posição brasileira era

altamente espinhosa: oficialmente, tinha por dever reconhecer e amparar as autoridades constituídas; por outro lado, grato a seus adversários, as tropas sitiadas de Rosas e de Oribe, tinha de reconhecer que a correta atitude destas contribuía para a extinção da tumultuária vida interna do Rio Grande.

O desejo real do Império, como provam todos os documentos, mesmo os mais confidenciais, dos arquivos nossos, era garantir de fato a independência do Uruguai, conforme a obrigação imposta pelo tratado de 1828, e ver essa República pacificada, sob um governo aceito pela massa geral da população, em vez de a ver dilacerada e desgraçada pelos horrores da guerra civil. Tanto mais quanto, no Rio Grande, os conflitos fronteiriços tinham repercussão enorme, e significavam manter-se ao longo do linde um estado permanente de inquietação, de incursões devastadoras, de roubos de gado e de colheitas, e desrespeito à vida humana.

Mas, em consequência do conflito dos ideais políticos, era isso uma oposição à meta inspiradora de Rosas: reanexar o Uruguai e, mais tarde, o Paraguai, à Confederação, para se reconstituir o vice-reino do Prata.

Não tencionava Oribe destruir a capital, visando ele somente reduzi-la pela fome. Absteve-se de a bombardear, e deu igual ordem à esquadra argentina. O comodoro Purvis, que comandava a esquadra inglesa, não consentiu que se combatesse nas águas da cidade, e foi apoiado nessa resolução pelos ministros da Inglaterra e da França, pois, diziam eles, Montevideu não estava fortificada e era uma cidade aberta.

Rosas não aceitou tal ponto de vista, e a 1º de abril bloqueou oficialmente o porto. Estava no seu direito como beligerante, e, finalmente, depois de discussões sem grande fundo, tanto o governo inglês como o francês enviaram ordens a suas estações navais para reconhecerem as operações de guerra.

Tal era a situação, quando Cansanção de Sinimbu chegou a seu posto. Iniciou suas funções cometendo um erro, ao declarar que não reconheceria o bloqueio. Logo que no Rio foi conhecida a *gaffe*, enviaram instruções para a corrigir, ordenando o respeito à ação legal do governo argentino; mas o erro de ofício inicial do diplomata brasileiro já tinha produzido seus efeitos piorando as relações, já tensas, entre os dois países: o nosso ministro em Buenos Aires recebera seus passaportes de Rosas, após

uma troca de palavras exaltadas. Cresceu a má vontade entre o Império e a Confederação.

Na realidade, o bloqueio pouco mal fazia a Montevideu. Não possuía Rosas os elementos técnicos necessários para o tornar efetivo. As forças navais estrangeiras não permitiam golpes decisivos. Davam-se em terra as principais operações, e, ainda aí, tudo conspirava para reduzir ao mínimo suas conseqüências em todos os sentidos: Oribe, uruguaio, evitava destruir vidas humanas e as propriedades; a diplomacia européia, por seus representantes locais, tornava difíceis as hostilidades.

124. Missão Abrantes na Europa. Seu malogro – O Governo Imperial previa longo período de luta, sem alcance quanto ao problema essencial da paz, e estava ansioso pela restauração do sossego e da normalidade na bacia do Prata. Assim impunham seus próprios interesses, pois as perdas comerciais produzidas pela guerra eram sensíveis; era evidente, ademais, que a Europa sofria graves prejuízos com tal situação; finalmente, signatário do tratado de 1828, era dever seu promover a cessação desses poderosos óbices ao desenvolvimento do país, seriamente ameaçado em sua independência por tais tumultos.

Tais foram os móveis determinantes da missão do visconde de Abrantes à Europa, em julho de 1844, missão que o levou a Londres e a Paris, desde meados de outubro até meados de fevereiro do ano seguinte. Dos papéis confidenciais do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil consta, e pode ser tido como definitivamente indiscutível, que suas instruções versavam sobre consultar os dois governos líderes das nações européias interessadas nos problemas do Rio da Prata, no tocante às seguintes bases: 1º, garantir a independência do Uruguai; 2º, a independência do Paraguai; 3º, adotar medidas tendentes a pôr fim à guerra entre as duas repúblicas de Buenos Aires e do Uruguai.

De tal iniciativa resultou que ambos os governos aderiram firmemente aos intuitos do Brasil quanto à necessidade de manter e garantir a independência das duas nações mencionadas; por todos, Rosas era tido como merecedor de encômios por sua administração na Argentina; sua ausência da direção da Confederação seria considerada como abrindo nova era de distúrbios e de caos nesse país. A Grã-Bretanha e a França continham pela primazia no comércio platino, bem como pela preponderância

de suas respectivas influências, e nenhuma delas confiava na outra. Inclínavam-se, entretanto, se uma intervenção conjunta se decidisse, por fazer de Montevidéu um porto franco a todas as navegações, e, como consequência, firmar o livre uso dos rios do estuário; pela fixação dos limites do Brasil a fim de conter Rosas em Buenos Aires, se ele se rendesse à razão sem luta, ou por fazer de Corrientes e de Entre-Rios um novo Estado independente, se Rosas se mostrasse combativo e fosse vencido. Para com o Brasil, suas disposições eram favoráveis, em seu conjunto, sem que revelassem nenhum entusiasmo peculiar por incorrerem em risco por causa do Império.

Quanto aos meios de realizar tal programa, nenhum dos dois gabinetes sentia propensão de se envolver em lutas em terra, se as coisas chegassem à guerra; limitar-se-iam a remeter forças navais; se qualquer ação terrestre se tornasse precisa, pesaria o esforço sobre o Brasil, caso este governo fosse convidado a juntar-se à intervenção.

Ponderadas as circunstâncias, era tal diretiva profundamente inconveniente, pois a tarefa mais áspera, difícil, dispendiosa e arriscada seria precisamente a campanha em terra, e os ônus dela recairiam sobre o Império. Tal razão levava Abrantes a julgar inteiramente inaceitável a proposta eventual, e, mais tarde, com esse parecer se manifestou acorde o Ministério brasileiro.

Além do que, era tal intervenção tripartida possível ou desejável? Sim, dizia Paris. Não, respondia Londres.

Ao ser consultado pelo emissário do Império, Aberdeen respondeu com franqueza absoluta, embora suas palavras soassem rudes. Por duas vezes, a Inglaterra havia proposto sua mediação a Rosas, e este recusara; uma terceira recusa era tida por pouco desejável. Quanto a um programa de ação conjunta, pensava o governo de Sua Majestade britânica que seria imprudente entrar em acordo com o Brasil, pois a primeira condição de tal política seria um entendimento perfeito e constante entre os dois gabinetes, e com pesar via a Inglaterra que tal coisa não existia.

Clara, a alusão às dificuldades decorrentes do tráfico, e do tratado de aliança que se estudava e discutia no Rio de Janeiro. Por amor à verdade, é dever confessar que o senso de honestidade internacional, de direito e de humanidade, se achavam do lado da Inglaterra, por mais grosseiros, extemporâneos e vazios de real conhecimento das condições inter-

nas da situação do país, se revelassem seus argumentos e os atos britânicos. Isto, porém, será estudado mais tarde.

Os autores platinos apontam para tal recusa de colaboração como prova de desconfiança européia quanto aos alvos imperiais no desdobrar dos acontecimentos no Rio da Prata. É um equívoco, pois nenhum desacordo houve quanto às soluções propostas. O que se encontrava à base da resposta era exclusivamente a demora em extinguir o tráfico negreiro, o melindroso estado das relações entre os dois governos, tensas quase até o ponto de ruptura.

A conseqüência da missão foi a neutralidade absoluta do Brasil, que de tudo se manteve afastado, que se referisse à intervenção anglo-francesa. Tanto mais fácil seria ao Império firmar-se nessa posição, quanto nesse mesmo ano de 1845 a revolução rio-grandense foi dominada, e se tornaram mais severas e restritivas as operações dos cruzadores prepostos à repressão do contrabando de escravos, o que provocou grita maior e indignação mais acesa por parte dos brasileiros, e agravou, se possível, as hostilidades do ambiente diplomático entre Londres e Rio.

125. Insucesso da tentativa anglo-francesa de mediação – O modo por que fora planejada a intervenção entre Guizot e Palmerston, condenava-a a um insucesso ridículo. A vida da Argentina e suas perspectivas econômicas ainda não tinham ultrapassado, de modo ponderável, suas fronteiras locais; qualquer pressão naval poderia ser, portanto, um empecilho, nunca um golpe mortal. Tal somente se poderia dar por terra, e a ausência do Império, na operação constrangedora, significava apenas a niilidade de valia de todas essas ostentações marítimas e belicosas.

Na fronteira rio-grandense, a pressão diminuía. Fora assinada a paz. Rivera, amigo e protetor dos farrapos, sofrera a derrota decisiva de India-Muerta, a 27 de março de 1845, e fugira para o Brasil, onde pretendia agir como mediador entre os partidos locais. Caxias, que conhecia e desconfiava do homem, com palavras pomposas e altissonantes buscou livrar-se dele, aconselhando-lhe ir ao Rio; mas, aqui, o detiveram a pedido do governo uruguaio. Decorria tal providência de pedido formal feito ao gabinete imperial para que não deixasse D. Fructuoso voltar a Montevideú, tão antipolítica poderia parecer tal aventura. Era quase um decreto de proscricção, acrescenta um escritor uruguaio.

Começou em julho de 1845 a intervenção franco-inglesa, após certa demora em tentar durante algumas semanas chegar a um acordo direto de paz. Falhando a esperança de êxito em tais negociações, só permanecia aberto o caminho das armas aos diplomatas europeus Ouseley e Deffaudis. Nenhum sucesso lograram, a não ser grupar mais estreitamente em torno de Rosas a população argentina. Por toda a Europa e pela América inteira, as simpatias estavam ao lado do ditador. Assim também no Brasil, pois a intervenção planejada por Abrantes e pelo gabinete era de caráter inteiramente diverso. Baseando-se, embora, na força, era o seu alvo pôr fim a uma fase de tumultos, em tocar nem perturbar Buenos Aires em sua situação política, nem sequer modificar direitos reclamados pela Confederação como pertencentes à sua soberania territorial. Ao tomarem violentamente posse dos rios, a Inglaterra e a França cometiam grave infração nos direitos investidos substancialmente no governo de Buenos Aires, e poder de controlar a navegação interior; e não poderia tal falta deixar de ser considerada como ato de agressão. Ao invés disso, a projetada e mangrada intervenção tripartida só almejava ser um ato enérgico, se fosse necessário, de restauração de sossego a uma região perturbada e talada pela guerra.

Como estava sendo conduzida, a intervenção não levava para parte alguma, e tanto Ouseley como Deffaudis se mostravam ridiculamente ineficientes.

Novo emissário foi mandado para o Prata. Hood, amigo pessoal de Rosas, levando como tarefa aplainar as dificuldades e obter uma noção real sobre as idéias do ditador. Era um passo em rumo da aceitação das condições de D. Juan Manuel, e deixava em situação penosa as autoridades legais de Montevidéu. Tal incumbência foi repelida pelos dois diplomatas, que recambiaram para Londres o novo agente.

Corria o tempo. Novos ministros vinham da Europa, em maio de 1847, para se alterarem os termos de acordo dirimente da questão: foram Lorde Howden e o Conde Colonna Walewski. Sua gestão, em vez de obedecer a um propósito uno, logo divergiu, refletindo as diferenças do pensamento existentes entre Londres e Paris, cada ministro seguindo as inspirações do seu próprio país. Finalmente, um armistício foi assinado entre os plenipotenciários e Oribe, mas as autoridades de Montevidéu o repeliram. Howden ordenou à esquadra britânica para suspender o blo-

queio, enquanto a França permanecia na posição anterior, bloqueando os portos argentinos, e mantendo Walewski relações com os refugiados unitários de Montevideú; ao retirar-se Howden, exerceu o francês verdadeiro protetorado, ao qual faltava apenas o nome oficial, sobre o governo legal da capital uruguaia.

Em março de 1848, nova missão chegou, chefiada pelo barão Gros e Robert Gore, respectivamente por parte da França e da Grã-Bretanha. No desempenho de suas incumbências, desconhecaram a existência de Rosas, e trataram apenas com Oribe e as autoridades de Montevideú sob a presidência de D. Joaquín Suárez.

Um incidente pode ser citado aqui, para mostrar quanto o pretendente ao governo uruguaio se achava na dependência absoluta de Rosas: Oribe havia exigido a capitulação da capital; de Buenos Aires vieram ordens para continuar o assédio; o general, então exautorando a própria palavra, obedeceu à intimação do ditador. Talvez viesse a ser este o golpe mais forte desferido contra suas próprias pretensões, pois evidenciava que não era um uruguaio autônomo, mas um simples soldado da Argentina no séquito da Confederação.

De fato, todos estavam cansados e exaustos pela guerra interminável, mas semelhante capitulação de Oribe, ao mesmo tempo que o enfraquecia, dava novo alento a D. Joaquín Suárez e seus aderentes. O esquadrão naval francês suspendeu o bloqueio; em maio de 1848, a missão última retirou-se ingloriamente. Tropas de marinha francesas, entretanto, continuaram em Montevideú, e seu chefe, o almirante Leprédour, recebeu ordens de Paris, em 1849, para reatar as negociações. Celebrou, então, tratados com Rosas e Oribe, sacrificando o Uruguai; mas o Parlamento francês os desaprovou. Novamente, Leprédour negociou, e, como prova de simpatia pelos defensores franceses de uma política de força, enviou à capital assediada um reforço de 1.500 homens. D. Joaquín Suárez nem sequer tivera menção do que estava ocorrendo. Fácil é deduzir quanto se achava abandonada a causa dos *colorados* uruguaios.

126. *Posição dominadora de Rosas, no Prata* – Para Rosas, a resistência que havia oposto lhe granjeara popularidade quase unânime em seu país. Mesmo da França, um dos principais heróis, talvez quicá o mais notável, da epopéia da independência argentina, o General San Martín,

escrevia-lhe aplaudindo sua conduta e oferecendo seus serviços. A Grã-Bretanha estava mudando e tendia a pôr-se ao lado da Argentina, enquanto a França, inteiramente às tontas e impotente no rio da Prata, era alvo de motejos gerais.

Nem podia ser de outra forma, e era a conseqüência de suas hesitações: desejosa de intervir, e pondo de lado os meios próprios para tal fim. Gradualmente, em Paris mesmo, essa longínqua expedição estava-se tornando tediosa e bulia com os nervos da opinião pública. Publicistas, como St.-Marc Girardin, em artigos largamente divulgados e de peso real nos meios políticos, mostravam quanto era injusto e egoísta o desenvolver de tal orientação. Thiers e seus amigos esforçavam-se por que se remetesse uma verdadeira expedição militar, com todos os recursos precisos.

A revolução de 1848 e o novo governo que ela fundou deram o passo decisivo para arruinar os planos intervencionistas. Na América também, entretanto, fatores novos iam influenciando nos acontecimentos.

O Brasil não se movera de sua posição neutral. Haviam cessado os distúrbios internos, embora as relações tensíssimas com a Inglaterra, em conseqüência da política de violências e de superioridade de recursos de todo gênero ordenada por Palmerston e Aberdeen, lhe desse trabalho demais para que pudesse tirar os olhos de tais dificuldades, para lançar forças na caldeira de tumultos do Prata. Tal situação havia sido prevista pelos governos do Império, mas este, cuidadoso e com visão alongada e segura, abster-se de qualquer intervenção que bulisse no vespeiro. Não deixava de ficar atento, entretanto, e de seguir com interesse vital o desenrolar dos sucessos.

No Rio Grande, os conflitos partidários haviam cessado, desde a pacificação. Em 1848, entretanto, em Pernambuco surgiu um motim, a chamada *Revolução Praieira*, sem alvo nem ideal, mera explosão de despeito partidário, por haver certo grupo político decaído das boas graças governamentais.

127. *Pacificação definitiva do Império. União nacional contra a ameaça platina* – Estava definitivamente fechada a era das revoluções e das insurreições. Constituíam tais movimentos coisa do passado, bem morto. Meio século havia de decorrer, antes que impulso novo, trazido pela propaganda republicana, provocasse a queda da monarquia, em 1889.

Na quinta década do século, acumulavam-se no rio da Prata signos precursores de tempestade. Os jornais de Rosas acusavam, insultavam e ameaçavam o Brasil. O incidente com Duarte da Ponte Ribeiro, nosso ministro em Buenos Aires, a propósito da recusa de Sinimbu de reconhecer o bloqueio argentino de Montevideú, em setembro de 1843, causara a remessa de passaportes ao diplomata brasileiro. De ambos os lados, queixas amargas se ouviam e os ânimos manifestavam sua hostilidade.

A missão Abrantes exacerbava a excitação reinante, pois em Buenos Aires era tida como ponto de partida da intervenção anglo-francesa, apesar da diferença essencial entre os alvos do Brasil, restauradores da ordem, e a rota seguida pelas potências européias. Além do que, era olvidado que a intervenção destas últimas já estava decidida, quando Abrantes chegara ao Velho Mundo e consultara os governos interessados.

Quando, em 1847, se tornou conhecido o *Memorandum* de Abrantes a Aberdeen, o representante da Confederação no Rio, o general D. Tomás Guido, interpelou o gabinete sobre os termos e as conclusões desse documento. A resposta oficial expôs os motivos pelos quais o governo do Brasil considerava Oribe um intruso na administração uruguaia, e desejava, com intenso interesse próprio, ver terminada a guerra civil na fronteira do Rio Grande. Não se tratava de uma política agressiva: o governo do Uruguai propunha uma aliança ofensiva e defensiva e, entretanto, o Império a declinara, precisamente porque ela conduziria à guerra, que o Brasil não desejava por modo nenhum. E por isso se mantinha estritamente neutro.

Agora, começaram a intervir fatores de natureza econômica. As forças de Oribe viviam a invadir as terras rio-grandenses, roubando gados, matando ou aleijando gente, quer fazendeiros quer peões de estâncias. Não era uma atividade somenos: em 1850, dizia-se correntemente que andavam por umas 800.000 cabeças os rebanhos roubados, em uma área de 600 léguas quadradas. Assaltos à mão armada eram levados a efeito em larga escala, e as leis de Oribe sobre marcas de gado tornavam quase impossível o reconhecimento da propriedade legítima das reses e a prova do roubo.

O Gabinete Imperial dirigiu uma representação ao Uruguai para serem modificadas tais leis, mas encontrou repulsas; ainda, com esta, se acrescentavam protestos contra imaginárias invasões da Banda Oriental

por supostos ladrões de gado brasileiro. De fato, haviam tido lugar incursões no território estrangeiro: os donos das manadas dizimadas haviam-se reunido, organizado em bando armado e partido a reaver sua propriedade furtada e a bater os ladrões. Era seu chefe o coronel Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí, um dos melhores comandantes de colunas de Caxias na última revolução rio-grandense. Tudo isso era notório, e objeto de debate comum e de discussão nas Assembléias locais, e mesmo no Parlamento. A opinião pública estava identificada com tal reação natural das vítimas dos desregramentos fronteiriços.

Ainda a espicaçar o sentimento nacional a grau mais intenso de sensibilidade, o ministro da Argentina, obedecendo a ordens estritas de Rosas, avançava pretensões a representar Oribe e o Uruguai nessas questões diplomáticas.

Cumprindo seu dever evidente, e de acordo com a lei internacional, o Gabinete do Rio negou-se a tal exigência. O diplomata D. Tomás Guido, exigiu então seus passaportes, e as relações entre os dois países suspenderam-se a 30 de setembro de 1850.

128. *O choque* – Havia soado a hora do terrível choque entre as duas correntes.

O Império estava longe do preparo indispensável para uma campanha desse gênero. Ainda assim, de há muito previra o temporal que se avizinhava, e tomara as medidas mais urgentes para se precaver. Entre estas, figurava colocar o Rio Grande em pé de guerra, 16.000 homens, a princípio, em 1851, e progressivamente elevando tal efetivo a 24.000 soldados em 1852. Na orientação do Império, entretanto, tais decisões tinham de obedecer a duas considerações convergentes: a proteção própria, no Rio Grande; a proteção da independência do Uruguai, de acordo com o tratado de 1828.

Muitas e repetidas vezes o Brasil fora solicitado para intervir no Prata, mas tinha-se mantido neutro, durante anos, até que a tarefa cruenta se tornasse inevitável.

As maiores e mais importantes alterações nessa delicadíssima situação, porém, ocorriam na Argentina.

A terrível vida de Rosas, trabalhos incessantes e intervenção pessoal em todos os serviços e seus detalhes mais ínfimos, estavam paulatina-

mente minando as energias extraordinárias desse notável argentino. Chefe do Estado desde 1831, quase vinte anos de labor ininterrupto, com todos os nervos tensos ao último limite e todas as fibras a vibrarem sob retesamento inominável, haviam produzido a ruína daquele organismo incomparável; e pouco valia a evidência do quanto este superava o nível normal de seus contemporâneos. Nenhum corpo, nenhum espírito sofreria incólume as exigências sobre-humanas de encargos tão acabrunhadores.

Seus biógrafos mais amigos apontam para o ano de 1848, como data crítica, na qual se revelaram os primeiros sinais de enfraquecimento e de desabar do seu privilegiado temperamento. Na realidade, quem poderia dominar e reger os negócios públicos, em período tão temeroso, em meio de paixões tão destrutivas, a se combaterem em uma luta que significava vida ou morte para os contendores, e isto sem que se ferissem e aniquilassem violentamente interesses de todo gênero? Quem lograria governar, em dias tais, sem fazer inimigos, alguns, por vezes, mortais? Enquanto o sangue ferve, no ardor da pugna, não se sentem as feridas nem os golpes; somente surge e se faz ouvir a dor, quando esfria o combate e sossega o corpo.

Não permitia ele divergências e dissídios internos em seu próprio partido, enquanto não passasse o perigo. Já existiam, entretanto, pessoas que pensavam, sem ousarem manifestar seu parecer, que já durava de mais a ditadura de Rosas.

129. *Urquiza* – Assim opinavam Corrientes e Entre-Rios, ou antes o general D. Justo José de Urquiza, seu chefe prestigioso, julgava oportuna uma mudança. Era ele um dos melhores generais do ditador, dos mais destemidos e inteligentes; não alimentava, como seu superior, aquele ódio implacável contra os adversários, que fazia de Rosas o mais temido dos homens.

Após a derrota de Rivera em India-Muerta, em março de 1846, Urquiza havia atravessado o Uruguai para combater o exército correntino. Em um dos primeiros recontros, um dos chefes locais, da família Madariaga, caiu em suas mãos: por seu intermédio, o general entrou em relações com o irmão do prisioneiro, D. Joaquín que governava a província. Daí resultou se celebrarem, contra ordens expressas de Rosas, dois tratados, um público e outro secreto, pondo Corrientes sob a direção de Buenos

Aires, o primeiro, e firmando neutralidade de Corrientes para o Uruguai, o segundo.

Somente o acordo público foi submetido ao conhecimento e à decisão do ditador. Foi redondamente repellido por este, que exigiu rendição incondicional de seus adversários.

No mesmo ano, em novembro, Urquiza foi consultado pelo governo de Montevideú sobre se aceitaria mediar entre os beligerantes. Anuiu ao convite, mas em dezembro Rosas declinou de toda e qualquer tentativa em tal rumo, dizendo que o governador de Entre-Rios havia cometido um grande erro.

Nenhum recurso restava, pois, senão o de combater Corrientes. Meado 1847, romperam as hostilidades, que terminaram pela derrota completa das forças provinciais, em Vences. Urquiza ainda se não sentia com o poder de seguir sua orientação própria, e via-se constrangido a seguir as ordens desapiedadas de Rosas.

Montevideú, entretanto, insistia. Fora bem escolhido o momento. Entre-Rios estava se desenvolvendo, e suas exportações iam começando pelo único porto deixado aberto pelo ditador, Rosário de Santa Fé. Em agosto de 1847, Rosas ordenou seu fechamento, e impôs Buenos Aires como única saída legal para os produtos de Entre-Rios. Dois anos depois, proibiu a remessa de numerário às províncias, pois havia resolvido concentrar todo o meio circulante na capital da Confederação.

A efervescência do sentimento local ia intensa, em 1849, e ainda se exacerbou nos meses seguintes. O ponto culminante da indignação foi atingido em abril e maio de 1851, quando os jornais de Urquiza retiraram de seus cabeçalhos o cruel mote argentino “Muertos a los salvajes unitarios”, e apelaram para a paz e a conciliação.

A resposta de Rosas foi fulminante: “anarquistas”, exclamou ele.

Mas o apelo entre-riano havia ecoado no coração e no cérebro de todos os pensadores platinos. Em Montevideú, a mesma política era apregoada pela imprensa. No Brasil, representava a essência do pensamento do Gabinete Imperial. De acordo com ela, Andrés Lamas, ministro do Uruguai no Rio, e um dos mais notáveis paladinos nessa cruzada, formulava o lábaro da campanha: “nem vencedores, nem vencidos, entre uruguaios”.

130. *Vésperas de guerra* – Começaram a precipitar-se os acontecimentos. A 29 de maio de 1851, em Montevidéu, foi tratada a Aliança entre Entre-Rios, Corrientes, Uruguai e Brasil; desde 25 de dezembro de 1850, existia um tratado entre o Paraguai e o Brasil, firmando a livre navegação do rio Paraná, que Rosas não permitia quanto aos trechos argentinos.

Uruguai achava-se esgotado de recursos, quer de dinheiro, quer de armas e de munições. Através de Irineu Evangelista de Sousa, mais tarde barão e visconde de Mauá, um dos pró-homens do Brasil, o Gabinete Imperial emprestou as somas necessárias à pequena República, para comprar armamentos e pagar às tropas.

Em Paris, espalhou-se a notícia da feição nova tomada pelos negócios do Rio da Prata. Logo se pôs fim às malfadadas negociações do almirante Leprédour.

A Aliança e seus fins, os alvos de anistia fraternal às ofensas recíprocas, produziram efeito tão fulgurante, que, ao apelo de Urquiza, os próprios soldados de Oribe atenderam à maravilhosa invocação de solidariedade nacional e internacional; o exército *blanco* começou a dissolver-se, evanecer e paralisar ante a invasão aliada. Não foi preciso combater; haviam as palavras achadas eco nos corações de todos os uruguaios, e, dentro em breve, viu-se Oribe à frente de um mero núcleo de tropas argentinas, incapazes de lutar.

Como de justiça, o Uruguai teria de guiar a campanha, e o general-em-chefe, o general Eugenio Garzón, foi nomeado, sendo um *blanco* insuspeito a todo o país, como penhor de reconciliação. Por mal de todos, faleceu em dezembro, e a direção recaiu sobre Urquiza.

A 19 de julho de 1851, foi iniciada a travessia do rio Uruguai. Depois de certas hesitações, a 8 de outubro Oribe capitulou sem combate; como o sustentaria ele, se não mais possuía exército? O acordo celebrado era realmente digno e nobre e nele percorria um frêmito de pensamento de alta fraternidade. Reconhecia-se a boa fé de ambos os contendores; Oribe reconhecia sua própria derrota, e colocava, a si e a seus partidários, sob o amparo e a proteção das autoridades legais da República, convencidos todos de que se tratava de uma era nova e de um novo caminhar para a frente, coletivo, na vida institucional.

Tais eram os votos, pelo menos. Tão fundo era o sentimento de paz e de mútua indulgência e de perdão recíproco, que Oribe e sua família permaneceram, sem sofrer o menor constrangimento, em sua propriedade de Paso de lo Molino, nas vizinhanças de Montevideú.

131. Invasão da Argentina pelos Aliados. Vitória de Monte Caseros – Chegou agora a fase segunda da guerra, tampouco cruenta até nesse momento. Forças conjuntas do Uruguai, Entre-Rios, Corrientes e Brasil, invadiram a Confederação, em coluna numerando cerca de 28.000 homens aproximadamente.

Não cessou, contudo, a dissolução da defesa de Rosas. Era a prova do quanto era artificial seu sistema nas relações exteriores da Confederação, e de quanto as populações se sentiam cansadas de contínuas guerras, e da severidade de seu governo. Batalhões e esquadrões dispersaram-se; alguns bandearam-se para Urquiza, mas, cumpre salientar, umas poucas forças comandadas até então por Oribe e que o governador de Entre-Rios tinha tomado sob seu comando próprio, fizeram ato de patriotismo, voltando novamente para o serviço da Argentina.

Meado janeiro de 1852, começou a invasão da Argentina. A 3 de fevereiro, feriu-se a batalha decisiva de Monte Caseros, nas vizinhanças de Buenos Aires. Definitivamente vencido, Rosas refugiou-se na capital, resignou seu cargo oficial, e, sob a proteção da bandeira inglesa e do ministro britânico Robert Gore, exilou-se voluntariamente para Londres.

A principal, senão a única verdadeira causa dos tumultos platinos, ficava assim removida do teatro dos acontecimentos. Havia sido atingido o equilíbrio dos poderes. Novas perspectivas podiam abrir-se às nações ribeirinhas do formidável caudal.

.....

Capítulo X

O *BILL* ABERDEEN. ABOLIÇÃO DO TRÁFICO.
PROGRESSO GERAL DO BRASIL

NOS ÚLTIMOS dez ou doze anos dos dezessete que haviam durado as revoluções do Prata (1835-1852), a política internacional do Brasil se sentira manietada pelas dificuldades criadas pela Grã-Bretanha.

Derivavam todas da malfadada questão do tráfico. Na fase final, de 1845 a 1850, surgira mais uma razão, além dos motivos muito reais e sérios que já citamos para explicar a neutralidade do Império; a Inglaterra, desde 1847, ia mostrando preferência sensível pelo governo de Rosas; se o Brasil tivesse de ir ao rompimento e à guerra, Londres poderia exercer pressão ainda maior em seus cruzeiros, causando aborrecimentos ainda mais graves do que os vigentes.

132. Recrudescência da hostilidade britânica – Nem era essa, uma previsão imaginária. Em 1851, o Gabinete de St. James tentara assim proceder, para evitar se assinasse a aliança com Uruguai, Corrientes e Entre-Rios; mas o tráfico negreiro estava sendo destruído pelo esforço próprio do Império e Londres nada achou como resposta à rejeição pelo Governo Imperial de qualquer sugestão quanto a abandonar seus aliados.

Como já foi dito, era fato que os tratados sobre tal assunto estavam sendo desrespeitados pelas autoridades brasileiras, por omissão derivada da impotência absoluta dos chefes de partidos, e por conluio tácito,

geral e fortíssimo entre negociantes de escravos e fazendeiros; aos quais, como elementos constitutivos do corpo eleitoral, o governo se via obrigado a atender e desculpar, fechando os olhos às transgressões legais que cometiam. Novo sentimento estava surgindo, entretanto, à medida que se evidenciava quanto os portugueses se locupletavam com tal comércio, principalmente sustentado com navios e capitais seus, enquanto os brasileiros tinham de agüentar todos os inconvenientes da situação.

Já divulgamos números comprobatórios desses fenômenos. Ainda podemos, aqui, dar um exemplo mais da indiferença oficial por tal violação da lei. Uma vez desembarcados, os negros eram encaminhados para largos campos ou depósitos, onde recebiam primeiras tinturas da língua e dos métodos de trabalho. Os desembarques realizavam-se principalmente na baía do Rio de Janeiro, ou suas imediações, e tão desimpedidas de qualquer embaraço partido das autoridades locais, que até se efetuavam, por vezes, atrás da Alfândega, ou nas praias das fortalezas, ou ainda nas enseadas de Botafogo ou de Copacabana.

Desses acampamentos, quatro eram os maiores, e neles se achavam, por vezes, até 6.000 africanos expostos à venda.

A Grã-Bretanha protestava, mas freqüentemente sua ação era pesada, desajeitada e feria os tratados. Desse modo, enfraquecia ela suas reclamações e a autoridade moral e legal das reclamações feitas sobre faltas que apontava ou acusações positivadas contra tais e tais funcionários do Império, pois ela própria cometia cinco equivalentes.

133. Recriminações recíprocas – Em janeiro de 1844, Paulino José Soares de Sousa, mais tarde visconde do Uruguai, resumiu como ministro de Estrangeiros as queixas do Brasil ao enviado britânico no Rio; quase todas versavam sobre desrespeito à soberania do país, tais como desembarques de marinheiros armados, visitas por navios britânicos feitas em águas territoriais, e quejandas. Eram outras tantas ofensas ao sentimento nacional, e levavam as populações a simpatizarem e auxiliarem os negociantes negreiros, além de procurarem, como classe trabalhadora, satisfazer seu interesse pela obtenção de mão-de-obra barata, à qual estavam secularmente habituados. Outras reclamações tratavam das medidas postas em prática, antes de serem aprovadas pelo Parlamento Imperial.

Pode ser, e assim realmente parece, que o ministro tivesse razão no que dizia respeito às technicalidades dos fatos. Não modificava isto, porém, o fato real e indiscutível de que, fosse qual fosse a razão, o tráfico que deveria estar extinto desde 1831 ainda estivesse em pleno florescimento dez anos mais tarde, e que os depósitos de negros existissem ante os olhos de todos, ainda que Paulino o negasse.

Não podia ser negada a evidência de que o Governo brasileiro e as autoridades, ou por ação ou por omissão, carregavam a responsabilidade de tais situações ilegais, e nenhuma disposição mostravam de lhes dar remédio.

134. *O bill Aberdeen* – Lord Aberdeen, portanto, tinha inteira razão em tomar providências para pôr termo a tais escândalos. O meio achado, foi o *bill* de 8 de agosto de 1845, pelo qual tanto se exacerbou a grita apaixonada no Brasil contra a prepotência britânica. Ao lado da Inglaterra achavam-se a humanidade, o espírito cristão, a razão, a alma de quantos pensassem e sentissem. Por força desse *bill*, os navios brasileiros ocupados no tráfico poderiam ser tomados pelos cruzadores ingleses e enviados às Cortes do Almirantado.

A explosão de ódios e de rancores foi tremenda na América. Deixando em sombra densa a vergonhosa violação dos tratados e o amparo concedido ao comércio de carne humana, o Brasil discutia detalhes de processualística jurídica. Era desrespeitada a soberania nacional, clamavam os que não queriam aludir aos crimes mais graves cometidos contra a fé pública dos tratados e contra a alma cristã e os reclamos de humanidade. Estrangeiros queriam dominar o país, acrescentavam. Obedecer, observar ou ceder à política agressiva dos ingleses, era trair a pátria. Tais as frases feitas, em circulação.

No fundo do quadro, em realidade, todos os interessados no tráfico queriam e visavam obter criar-se uma preamar de sentimentalidade patrioteira e malentendido ponto de honra, a fim de que pudessem continuar ou mesmo incrementar suas ocupações desumanas.

E conseguiram o que almejavam! ...

135. *Reação escravagista* – Espicaçados por tais apelos, por essa propaganda que agia como um látego sobre as faces dos brasileiros e revolucionava o espírito público, desviando destarte os mais nobres sentimen-

tos, todos os elementos pensantes e dirigentes do país tendiam a proteger de forma geral o maldito comércio do tráfico e dos traficantes.

São eloqüentes os algarismos. Enquanto, no início da era dos quarenta, os negros contrabandeados se avaliavam por uns 20.000 por ano, ou mesmo menos, após a passagem do *bill* deram um pulo para cima as entradas, e atingiram níveis dantes nunca vistos:

1845	19.453 cabeças	
1846	50.325	“
1847	56.172	“
1848	60.000	“
1849	54.000	“
1850	23.000	“

136. *A luta decisiva contra o tráfico* – Neste último ano, a queda das estatísticas mostra o influxo da mudança ocorrida na política brasileira quanto a esse problema.

Desde 29 de setembro de 1848, estavam no poder os conservadores. Deles desconfiava o Gabinete de St. James: não eram eles os representantes dos proprietários de terras, os maiores interessados em conservar o tráfico? Nunca cometera a Inglaterra erro maior, pois esses mesmos eram os homens que iam solver o problema.

Eusébio Queirós Coutinho Matoso da Câmara era ministro da Justiça, e desde sua entrada para o gabinete iniciou o preparo da nova lei que havia de pôr termo ao tráfico. Agia de acordo como o gabinete todo. Sentia ele, e sentia o gabinete, que não era mais possível protelar a questão. Para agir mais rapidamente, adotou-se a proposta de Barbacena de 1837, à qual se propuseram emendas que eliminassem as críticas justamente feitas ao projeto primitivo, e que equivaliam a conferir prêmio à habilidade no contrabandar negros, desembarcá-los e entregá-los aos negociantes em terra, bastante ativos e audaciosos para porem a seguro sua carga de fôlegos vivos.

Assim, as modificações principais foram: manter o que a legislação anterior preceituava quanto aos contrabandos de africanos, e que

firmava penalidades aos violadores da lei; tornar tais punições efetivas reduzindo as sanções, pois as penas estabelecidas eram tais e tão graves que nunca se aplicavam; dar o julgamento de todas as contravenções e faltas a um juiz especial ao invés do júri, pois este, composto de companheiros dos réus, nunca condenava os cúmplices dos fazendeiros ou de seus dependentes.

Assim organizada, a nova lei não deixava brecha por onde se pudessem evadir os negreiros ou seus protetores.

Como conseqüência do constante mal entendido da Grã-Bretanha no tocante ao espírito público nacional, e do seu desajeitamento em conduzir sua ação, apesar de ostentada a serviço de uma causa justa, pouco faltou para que o projeto ministerial fracassasse. Ainda em 1850, Palmerton e Aberdeen, pensando que o Brasil nada fazia para reprimir o tráfico, deram instruções às esquadras cruzadoras para visitarem e mesmo apresarem os barcos em águas territoriais, nos portos e sob o canhão dos fortes.

Tais excessos motivaram deliberações do Gabinete Imperial. Era previsão normal que o desempenho de tais ordens levaria a reações armadas por parte das autoridades do país. Efetivamente, encontros se deram, como em Paranaguá. O Governo discutiu o problema de saber se não seria de bom alvitre suspender quaisquer das medidas, já estudadas e prontas desde 1849, para não parecer se estar agindo sob a pressão dos canhões ingleses. Decidiu-se, entretanto, de ir por diante, pois tais medidas eram de humanidade, e, como tais, não poderiam ser moralmente atingidas pelos erros de um homem ou de um gabinete.

Naqueles dias se afirmou que o responsável por tais erros palmares era o plenipotenciário inglês, James Hudson.

137. Lei de Eusébio de Queirós – A 4 de setembro de 1850, a lei foi sancionada. Tudo dependia agora da execução. Sobre tal fase, nada mais eloqüente que os números: em 1850, caíram as importações a 23.000 africanos, cerca de dois terços dos algarismos de 1843-1849; em 1851, 3.287 apenas; em 1852, somente 700. Ainda se fizeram duas tentativas até 1856, mas os negros foram quase todos capturados e libertos; eram ao todo 512.

Em resumo, o papel da Inglaterra havia sido importantíssimo, pelo fato de forçar o problema à frente do país e de seu Governo, não

permitindo que ele desaparecesse da discussão ou das cogitações dos dirigentes, atormentando e apoquentando aos responsáveis até que se chegasse a uma solução. Mas, pela incompreensão do caráter nacional e desrespeito aos melindres do país, tais atividades antes prolongaram do que encurtaram a vida do comércio infame, pois provocou reações por parte dos sentimentos feridos e ofendidos. Quanto aos resultados, basta relancear as estatísticas, para se ficar convencido de que as esquadras cruzadoras nunca tiveram influência, duradoura ou importante, no comprimir os números totais contrabandeados no Brasil, e a história da lei de 1850 mostra que sua iniciativa e elaboração nada deveu às manobras ou colaborações da Inglaterra. Antes, pelo contrário. Tudo se fez pelo esforço próprio e exclusivo do Brasil, assim como devia ser.

Por outro lado, após a passagem da lei, os navios ingleses auxiliaram muito a destruição da navegação negreira; já agora, cruzadores e autoridades brasileiras trabalhavam de acordo, em vez de se combaterem, mutuamente, como dantes ocorria. Tal a explicação do rápido decrescer das importações.

Por certo, houve necessidade de tomar uma série de medidas auxiliares para regular as situações peculiares, tais como a situação dos africanos chegados após a lei de 1831, os africanos livres, e outras que tais. Eram, contudo, meros detalhes: o ponto vital era outro, e quanto a este, a batalha fora travada e vencida.

138. Liberdade de navegação dos rios. O decreto de 1866 – Pela era dos cinqüenta, outro problema começou a preocupar muito as esferas governativas do Brasil: a liberdade de navegação dos rios, que mais tarde se chamaram internacionais.

Era questão velha e muito debatida, mas que, tanto quanto possível, se havia deixado ficar na penumbra e na inércia, pois bulia com opiniões numerosas dominantes nos conselhos imperiais. Nos últimos anos do decênio de quarenta, entretanto, e mais ainda depois de Caseros, não mais era possível fugir a enfrentar o caso, para o qual uma solução se tornava imprescindível.

Absolutamente incoerente era a situação do Brasil: enquanto, no rio da Prata, onde o Império dominava os trechos superiores, a montante, o Governo e o país murmuravam contra as pretensões de Rosas que consi-

derava os trechos inferiores, a jusante, como pertencentes exclusivamente à navegação interna da Confederação e, como tais, fechados às demais soberanias marginais; por outro lado, no Amazonas, possuía a nação milhares de milhas dos trechos de jusante, até a embocadura, e tinha-os fechados aos navios dos ribeirinhos de montante, tais como o Peru e Colômbia. Por tratados com a Confederação, tanto a França como a Inglaterra haviam concordado com a tese platina.

Existia um conflito entre as vistas européias e as americanas, quanto a esse ponto. Na Europa, desde 1784, tinha a Áustria exigido a abertura do Escalda, e vencera sua contenda perante a França, em 1795, por ato da Convenção Nacional. Do mesmo modo, em 1795, por tratado entre a Holanda e a França, a mesma doutrina se estendera ao Reno e mais algumas correntes. Em 1815, o Congresso de Viena adotou a liberdade da navegação fluvial como regra, nos cursos d'água internacionais. Em 1826, entretanto, opôs-se a Inglaterra à aplicação da regra no caso do rio S. Lourenço, para o qual os Estados Unidos reclamavam se admitissem e usassem as mesmas normas que haviam levado a França, em 1763, a abrir o Mississípi aos barcos ingleses; normas que, em 1792, forçaram a Espanha a abandonar seu monopólio de uso do caudal que era parcialmente seu, e, ainda mais tarde, aconselharam aos Estados Unidos a declarar livre o mesmo ao uso pacífico de todas as nações.

A Alemanha, a Áustria e a Rússia tinham adotado o princípio da liberdade de uso das águas para navegação. A Inglaterra era-lhe contrária. Para a França era a questão indiferente. Mas, no caso do rio da Prata, ambas essas nações haviam aderido à opinião de Rosas, oposta ao livre uso.

As Repúblicas sul-americanas eram partidárias da liberdade e haviam aberto seus rios ao comércio geral. O Brasil constituía urna exceção a esse acordo quase unânime, e assim procedia apesar da contradição de sua situação geográfica nas duas bacias, a norte e a sul, no Amazonas e no Prata.

A Bolívia, o Peru, a Nova Granada, exigiam como direito seu tal liberdade de navegar o rio principal e seus afluentes, a fim de chegarem ao oceano. Por seu lado, o Brasil enxergava perigos e inconvenientes em seguir o mesmo rumo político, e não se importava com a situação incômoda em que se achava o conlindante do curso superior, a ver seu caminho para o

mar assim bloqueado, apesar de estar o próprio Império nesses mesmos apertos para a região de Mato Grosso. Depois que a Argentina, vencido Rosas em Caseros, votou e admitiu a livre navegação do Paraná e do Uruguai, para os navios de comércio, em 3 de outubro de 1852, e viu confirmada a doutrina na Constituição da República de 25 de maio de 1853, o Brasil passou a ser voz isolada nesse assunto em todo o Continente.

Não que o Governo brasileiro se mostrasse essencialmente contrário a tal política liberal; sabiam por demais que fora impossível nadar contra a corrente geral nesse ponto. Mas pesavam ambos os lados da questão, vantagens e inconvenientes, e queriam chegar a acordo mediante convenções isoladas e seriadas, destinadas a prevenir perigos que previam.

Foi incumbido o Conselho de Estado de estudar o assunto. Paulino José Soares de Sousa, o futuro visconde de Uruguai, a 17 de janeiro de 1854 apresentou admirável consulta, apontando para todos os aspectos da debatida questão. O Peru havia convidado o Império para uma Conferência conjunta de todos os governos sul-americanos interessados na navegação do Amazonas. Paulino propôs a seguinte diretriz de ação: aceitar o convite; sede da Conferência, Rio de Janeiro; acordo prévio com as potências marginais. A maioria aceitou a norma proposta, mas membros muito influentes do Conselho se opuseram, e a questão foi abandonada.

Mais fácil seria chegar à concordância de vistas com as nações ribeirinhas: em 1851, o tratado entre o Brasil e o Uruguai providenciou sobre a livre navegação do rio Uruguai por barcos de ambas as soberanias; em 1856, o mesmo ocorreu entre a Argentina e o Império, no tocante ao rio Paraguai, ao Uruguai e ao Paraná; em 1857, a mesma medida se estendeu a todas as nações. Quanto ao Amazonas, porém, nada se havia convencionado.

Em 1853-54, William Trousdale, ministro dos Estados Unidos no Rio, manteve longa troca de vistas com o Departamento de Estado acerca da assinatura de um novo tratado, no qual a abertura do Amazonas à bandeira norte-americana se enunciava como um direito natural. O Gabinete brasileiro pôs de lado semelhante doutrina. Ouvido, o Conselho de Estado deu parecer em janeiro de 1856. A maioria aconselhava para que se tratasse com as potências marginais, mas somente após haver solvido as questões lindeiras pendentes entre elas e o Império; tratar com a França

e a Inglaterra, sob os mesmos preliminares; findas e solvidas todas essas dificuldades, abrir a navegação do Amazonas para todas as bandeiras, mediante condições a se fixarem oportunamente.

Se tal orientação não pudesse ser seguida, então seria preferível abrir a navegação do rio a todas as nações por ato livre e espontâneo do Brasil, por meio de uma lei convidando todas as soberanias confrontantes a definir a fronteira comum e lembrando às demais a conveniência de oferecerem compensações pelo favor liberalmente concedido.

Uma minoria, entretanto, pensava de modo diverso: Eusébio, o marquês de Abrantes e o visconde de Maranguape preferiam outra solução, o permitir a livre navegação por decreto, sem demora, e mediante as precauções necessárias.

Variava, contudo, a opinião pública sobre o problema. Os estudos do tenente F. Maury, feitos em 1853, o panfleto de Morais Antas, e, mais tarde, as *Cartas de um Solitário* de Tavares Bastos, haviam elucidado a questão, mostrando-a sob sua luz verdadeira; políticos de alta visão como Francisco Otaviano, Sousa Franco e outros, davam sua colaboração. Já em 1864, o ministro dos Estrangeiros, em seu Relatório anual, mencionava a urgência de uma decisão. Em princípios de 1866, foi redigido um projeto de decreto pelo próprio gabinete, mas os ministros dissentiam quanto à abertura dos afluentes a par da corrente principal. Finalmente, a 7 de dezembro de 1866, foi encerrado o debate, pois um decreto ainda mais liberal e amplo abriu o Amazonas, e estendeu o favor a outros rios inquestionavelmente pertencentes à navegação interna do país, de nenhum modo afetados pelas reclamações internacionais.

Na bacia amazonense, ficavam franqueados o próprio caudal, o Tocantins, o Tapajós, o Madeira e o Negro, que eram meros afluentes. O rio S. Francisco, também, era aberto até a região das cachoeiras de Paulo Afonso. A navegação nos afluentes amazônicos, onde uma só das margens fosse brasileira, dependeria de acordos entre as nações conlindantes, sobre limites, polícia e regras fiscais. Continuavam em vigor os tratados existentes.

Havia o Brasil solvido a questão, segundo o que fora sua opinião invariável, e que o barão de Rio Branco, anos depois, resumiria em poucas linhas: quando um rio flui através do território de dois ou mais países, a liberdade de trânsito ou de navegação, para o dono do trecho superior,

depende de prévio acordo com o dono do trecho inferior, acordo no qual seja adotado um regime de reciprocidade.

Assim desaparecia a incoerência: na bacia setentrional, como na do rio da Prata e toda a emaranhada rede fluvial, os princípios aceites e os pontos de vista se unificavam. E a solução chegava em momento oportuníssimo, pois desde 1864 surgira a guerra, entre o Brasil e o Uruguai, a princípio, e com o Paraguai, depois. Com este, um dos motivos tinha sido o apresamento por um navio de guerra do presidente Solano López, violentamente e à mão armada de um barco brasileiro que navegava águas do Paraguai acima.

Assim, fora levantada a questão do uso pacífico dos rios internacionais, e o Brasil não podia exigir do Paraguai a observância de regras que, ele próprio, não respeitava no Amazonas nem considerava obrigatória.

Iam sendo vencidos os maiores óbices ao progresso e ao crescimento do país. Nesse rumo, o período decorrido entre o encerramento das agitações revolucionárias (digamos 1845, pois 1848, em Pernambuco, fora mera explosão de apetites partidários) e a guerra do Paraguai (1864-1870), se revelou uma das fases mais importantes e construtivas do Império. Valia pela remoção dos empecilhos herdados do passado e a sementeira de novos germes de liberalismo e de energia, tanto mentais, como materiais.

139. Surto ascensional do Império – Uma revista perfunctória dos fatos principais e das tendências é conveniente para o provar. Podemos fazê-lo, condensando alguns informes sobre a economia nacional, a expansão mental, o crescimento da consciência própria da nacionalidade, os deveres e direitos na vida pública, o progresso nos alvos partidários e na atividade geral.

A tendência de todos os fenômenos era ascensional.

Certamente, ainda haviam de surgir dificuldades e momentos duros a atravessar. Mas já estavam postos os problemas em seu aspecto real, e iam sendo solvidos de modo racional. Muitos dos fatores retardatários trazidos por idéias anacrônicas ou teorias caducas, já agora inoperantes e ineficientes, haviam sido removidos e abandonados.

Uma seiva nova enchia os canais da árvore da vida.

Iniciava-se uma grande época da história nacional, a partir do meado da era dos quarenta. Fora definitivamente sufocado o espírito revo-

lucionário. As interrogações constitucionais haviam tido solução. Os desacordos de interesses e de ambições não levavam mais a conflitos armados, e os argumentos únicos invocados eram as eleições, a imprensa e as discussões públicas.

As forças imanescentes do país e de seu povo encontravam amplo e livre campo para se expandirem e encherem o horizonte imenso.

O tráfico – desumano, vergonhoso e anticristão – fora apagado da lista das atividades brasileiras. Reinava a paz por todo o Império. Fora conquistado o equilíbrio no Rio da Prata, com o reconhecimento vindo de todas as soberanias platinas. Podia o Brasil, portanto, iniciar seu trabalho, segundo linhas de paz e de constância de propósitos.

140. *Novos ideais econômicos* – Realizava-se, pelo país todo, imensa mudança. Ainda sob o influxo da fase econômica a que os autores alemães chamavam a *Naturwirthschaft*, inexistia o espírito de empreendimento. Os lucros obtidos nas diversas modalidades do trabalho investiam-se em terras, gado, pastagens, nas zonas criadoras; em terras e escravos, nas de cultura. Surgiram epidemias, que dizimavam as escravaturas; epizootias, a seu turno, aniquilavam rebanhos; em ambos os casos, tal fato significaria ruína, pois tais capitais vivos haviam sido adquiridos a crédito, e a dívida não desaparecia enquanto os meios de amortização se estancavam. Mais de uma vez, isto fora sentido, e servira para modificar a mentalidade dos fazendeiros no sentido de lhes fazer experimentar os inconvenientes do sistema do trabalho servil, evidenciando-lhes os perigos da proteção ao comércio negreiro; por demais, prejuízos e falências haviam resultado daí. Compreendia-se agora, e com toda a agudeza de tempos de crise, que a solução estava em aumentar a produção e diminuir despesas. Manifestava-se esta opinião nova, por mais de um modo.

O primeiro dever seria obter trabalhadores. Havia-se desenvolvido o sistema de parceria de Vergueiro. Créditos foram votados pelo Parlamento, associações se formaram, para fomentar a imigração.

Até 1850, poucos haviam sido os imigrantes recebidos em nossa terra: cerca de 19.000, ao todo, se achariam nas colônias, quer oficial, quer particular; entravam por ano uns dois ou três mil. A partir daquele ano, cresceram os números, e 15.000 pode ser tomado por uma importação anual média entre 1855-1862, enquanto as colônias teriam perto de

40.000 almas, em 1866. Enquanto de 1817 a 1849 eram menos de vinte os núcleos coloniais de qualquer espécie, foram criados mais cinqüenta e quatro entre 1850 e 1867. A princípio, a mão-de-obra branca praticamente não existia; após a abolição do tráfico, surgiu à vida. O trabalho manual, dantes considerado como vil, passou a gozar de consideração.

Começou a cuidar-se de outros meios de produção. Em primeiro lugar, foi votada uma nova lei sobre o meio circulante, em 1846, pela qual a paridade foi fixada em 27 *pence* por mil-réis.

Pequenos bancos locais foram fundados: em 1836, no Ceará; em 1838, no Rio; em 1846, no Maranhão; em 1847, na Bahia e no Pará; em 1851, no Rio, sob os auspícios de Mauá; em 1853, ainda no Rio. Todos esses estabelecimentos auxiliavam o comércio; alguns deles tinham faculdade emissora. Em 1853, uma lei especial foi votada sobre essa faculdade, abolindo a pluralidade desse poder, e instituindo o monopólio emissor.

A grande crise comercial de 1857, na Europa e nos Estados Unidos, teve repercussão aguda na praça do Rio. Nova lei desse ano, alargando a vários bancos a faculdade de emitir. Outra, de 1860, tornou mais estrita as exigências anteriores feitas aos bancos. Ia-se realizando um saneamento geral da moeda, quando, em 1864, se deu a grande falência da firma A. J. Souto & Cy, resultado da má gerência de seus capitais, pelo malbaratamento do crédito aberto a devedores imptuiais, deles muitos sendo meras companhias de especulação.

Por solidariedade, larga onda de falências assaltou os demais bancos. Em 1866, todas as leis sobre o assunto foram revogadas e voltou-se ao mau sistema das emissões oficiais pelo Tesouro. Desde 1862, o sistema métrico havia sido adotado, embora sós dez anos depois se tornasse efetiva a medida.

O mercado, entretanto, era inteiramente outro do que nos períodos anteriores.

Sentia o Brasil que os meios de escambo e de transporte tinham de ser desenvolvidos. Tomou a dianteira a navegação: de 1839 a 1874, o número de viagens aumentou de 50% sob a bandeira brasileira, e de 101% sob o pavilhão de outras nações; a tonelagem cresceu de 130% no primeiro caso, e de 414% no segundo. Em 1859, quase todos os barcos eram veleiros; ainda em 1873, somente 29% eram movidos a vapor.

De 1854 data a primeira estrada de ferro, construída e posta a trabalhar sob a direção do barão de Mauá: esses primeiros 14.500 metros ligavam o porto de Mauá à Raiz da Serra, na antepianície da Serra de Petrópolis. Em 1864, 1875 e 1889, respectivamente, a extensão trafegada cresceu e atingiu 475, 1.801 e 9.583 quilômetros.

A começo, os telégrafos haviam sido simples aparelhos óticos. Em 1852, foram construídos os primeiros sistemas eletrônicos, e seu desenvolvimento nos anos já citados foram os seguintes: 187 quilômetros em 1864, 6.286 em 1875 e 18.925 em 1889. O número de palavras transmitidas passou, do mesmo modo, a elevar-se e atingiu 8 milhões em 1889.

Muito mais tarde começaram os telégrafos submarinos, em 1874, e ainda aí foi Mauá o promotor do grande progresso.

Como conseqüência, cresceu o comércio e acumulou-se riqueza. De 1846-47, as importações cifravam-se em 55.740 contos e as exportações em 52.449 contos. Cinco anos depois, os algarismos eram 76.918 contos para as entradas e 67.788 contos para as remessas, isso em 1850-51. Atingiram em 1858-59, 127.722 contos e 106.805 contos, respectivamente. Era um acréscimo de 150% em doze anos.

Em 1859-60, equilibravam-se importações e exportações, e, daí por diante, as remessas excederam sempre as entradas. Em 1874-75 estas últimas atingiram 167.549 contos, enquanto se expediam mercadorias no valor de 208.494 contos.

Sendo a paridade cambial de 27 *pence* por mil-réis, as taxas não haviam oscilado de modo violento em demasia, como consta do quadro seguinte:

1850	26 $\frac{3}{4}$ – 31
1851	27 $\frac{1}{2}$ – 30 $\frac{1}{2}$
1852	26 $\frac{1}{2}$ – 28
1853	27 $\frac{1}{2}$ – 29
1854	26 $\frac{1}{2}$ – 28 $\frac{1}{2}$
1855	27 – 28
1856	27 – 28 $\frac{1}{4}$
1857	23 $\frac{1}{2}$ – 28

1858	24	– 27
1859	23 $\frac{1}{4}$	– 27
1859-60	25 $\frac{7}{8}$	– 28
1860-61	25 $\frac{3}{4}$	– 27 $\frac{1}{4}$
1861-62	24 $\frac{1}{2}$	– 26
1862-63	25 $\frac{3}{4}$	– 27 $\frac{1}{2}$
1863-64	26 $\frac{7}{8}$	– 27 $\frac{3}{4}$

Não era somente segundo linhas econômicas que o progresso se estava firmando. Sentia-se em todos os departamentos da evolução social. O crescimento do Império mostrava-o claramente, nas numerosas leis e medidas então adotadas e postas em vigor.

Duas destas foram o Código Comercial e seu Regulamento. Monumento jurídico revelador da mais alta capacidade de ciência de governo e de preparo profissional, ainda está de pé hoje, setenta e nove anos após a sua promulgação, em 1850.

Regras para se incorporarem sociedades e companhias formularam-se em 1849, e completaram-se em detalhes em 1859 e 1860. É desnecessário rememorar a lei de 4 de setembro de 1850 e seu regulamento de 14 de novembro sobre a repressão do tráfico e sua abolição. A lei de 18 de setembro de 1850 sobre terras públicas; uma série de decretos sobre processo, cobrança de taxas, administração de vias férreas, organização da armada e do exército, tribunais comerciais, e tantas mais, figuravam no acervo da obra governativa, e constituíam mero punhado entre as inúmeras atividades do Gabinete. Outro alvo de seus esforços era o ensino: escolas superiores, de medicina e de jurisprudência, foram modificadas em sua estrutura para melhor se aplicarem a seus fins; ensino primário e secundário foram reformados para os ampliar e tornar mais proveitosos. A vida pública civil; a reorganização do corpo diplomático; a organização bancária; a saúde pública; as normas da Junta dos corretores; instruções novas para todos os departamentos do serviço público; regras para a atividade no Brasil dos cônsules estrangeiros; ainda figuram entre as incessantes cogitações do Gabinete.

Em 1852, Mauá, sempre Mauá, empreendeu construir uma frota para inaugurar a navegação a vapor do Amazonas. Ainda ele, em 1853, fundou uma companhia para iluminar a gás a cidade do Rio. No mesmo ano, nova lei foi votada sobre a emissão de papel-moeda.

141. Unidade das diretrizes internacionais – Em nossa vida internacional manifestavam-se a mesma atividade e a mesma ânsia de energia.

Sempre fora tendência da política de Portugal nos tratados de limites, substituir os lindes geográficos artificiais pelo fato humano da ocupação efetiva do território. Os primeiros pródromos desse rumo remontam ao tratado de Utrecht, em 1713-1715; e ostentaram-se com pleno vigor, aceitos por ambas as partes contratantes, Lisboa e Madri, nos atos de Madri, de 1750, e de Santo Ildefonso, de 1777-1778. Mas, de tais atos de consenso, nenhum fora levado a cabo até suas conseqüências últimas, porque as operações geodésicas e topográficas nunca haviam sido concluídas. Por conseguinte, quando, em 1807, se renovou a guerra entre Espanha e Portugal, e este país denunciou todos os tratados existentes entre ambos, todo o problema da fronteira comum permanecia íntegro, em aberto, sujeito apenas ao princípio pacificamente adotado por ambas as soberanias: a ocupação efetiva, como definidora das posses respectivas.

Ao ser proclamada a Independência, tal era ainda o estado da questão, com uma exceção única: o Uruguai, a antiga Cisplatina, com a qual existia uma convenção, assinada em 1821, e que fixava os limites, sempre sob a mesma orientação.

No Brasil, nunca variou esse ponto de vista. Em 1851, antes da guerra de Rosas, um tratado foi assinado com Montevideú, na base aceita em 1828, por ocasião das lutas de que havia resultado a Independência uruguaia.

Todas as relações diplomáticas com a Bolívia, e o Paraguai, obedeceram ao mesmo conceito, assim traduzidos nos acordos de 1867 e de 1872.

Existiam dificuldades sem conta com a França, na região das Guianas. Os tratados de Utrecht haviam solvido a questão contra as pretensões francesas, mas a dinastia dos Bourbons nunca aceitara, de alma aberta, o veredito então proferido. O Congresso de Viena, em 1815, mais uma vez sancionara as exigências de Portugal-Brasil, mas o governo de

Paris ainda resistia. Em 1835, as tropas francesas da Guiana invadiram a Província do Pará; após quase cinco anos de discussões, enérgicas mas cortes, foram retiradas sem que o debate se encerrasse.

De tal situação decorreram inconvenientes e atritos sem conta. O Brasil sendo fraco, e a França forte, tal indeterminação só poderia ser prejudicial ao primeiro. Assim, todo o esforço se despendeu no rumo de pôr termo ao dissídio e definir a fronteira. Celebraram-se reuniões e conferências no Rio (1841-1842) e em Paris (1846 e 1854), sem resultado embora. O estado de desordem e de indeterminação permaneceu insoluto, até que o presidente da Confederação Helvética, em 1900, deu sua sentença arbitral, e pacificou a contenda, dando razão ao Brasil.

Em outro ponto da divisa, surgiu um conflito onde esse menos era de se esperar, tão infundado e surpreendente seria do ponto de vista histórico. Pelos antigos tratados de Utrecht, a Grã-Bretanha havia garantido a Portugal a posse pacífica e não perturbada de toda a bacia amazense, dentro dos limites lusitanos de sua distribuição geográfica de terras no continente, a confrontarem com as de Espanha. Em 1838, a princípio sob a cor de explorações científicas, e depois por atividade missionária, a Inglaterra invadiu e tomou posse da bacia superior do rio Branco, afluente da esquerda do Amazonas.

Toda discussão era impossível, mas causou uma tensão muito sensível entre os dois governos, precisamente em um momento no qual o Brasil se achava a braços com graves distúrbios internos, a norte e a sul, e com dificuldades crescentes com o Uruguai e a Argentina.

Finalmente, em 1843, o Brasil propôs neutralizar o território disputado, a fim de dar provisoriamente fim a semelhante estado de coisas, que já se mostrava sério, e ameaçava agravar-se. Deixou-se quedar a controvérsia até que, em 1901, um tratado foi celebrado com o intuito de sujeitar toda a questão ao arbitramento do rei de Itália. A sentença foi proferida em 1904, dividindo o território por entre ambas as soberanias.

142. Política interna. A Liga. Paraná – A política interna dos partidos havia progredido. Em 1847, a presidência do Conselho fora criada para dar unidade de espírito e de direção ao Ministério, por demais sujeito a tendências individuais divergentes, quando tal nexa não existia. De 29 de setembro de 1848 até setembro de 1853, dominaram os conser-

vadores e deram gabinetes extraordinariamente hábeis e capazes, aos quais devemos a maior parte das leis e medidas citadas supra. A 6 de setembro de 1853, Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, estava na presidência do Conselho; talvez representasse uma fase menos progressiva de espírito público que seus predecessores, mas trazia uma luz nova para serenar as agitações partidárias: a conciliação.

Conseqüência inevitável da competição entre os homens e os grupos; a secessão que sempre aparece nas grandes assembléias que devem agir quase unanimemente, havia feito de todos os políticos, de mil pareceres divergentes, uma multidão baralhada, sem norte, e era impossível fixar limites por diferenças de ideais. Nomes, homens, e não opiniões, separavam tais agrupamentos a fingirem partidos.

Tinha Paraná o intuito de reagrupar os sentimentos e os ideais de modo a se constituírem núcleos de gente pensando com homogeneidade, uniformemente, e agindo de acordo com seu modo de pensar. Assim, todas as opiniões seriam representadas, em seus matizes. Como, em realidade, os rótulos não correspondiam às idéias, nem à essência das coisas, entre pretensos liberais e cognominados conservadores a unidade de espíritos era, por vezes, muito mais real que entre membros do mesmo partido.

Esse, foi o grande mérito político do Paraná, tão grande, que, tendo ele morrido antes do pleito renovador da Assembléia Geral, no qual tal norma de agir ia ser posta à prova, não foi abandonada semelhante orientação por seus sucessores, e serviu de norte à nova organização do país.

143. Rumos intelectuais. – Na vida mental do Brasil, a mesma tendência se revelava pela produção literária. Podemos seguir as impressões de Ronald de Carvalho, em livro recente publicado em 1925, sobre a evolução das letras nacionais.

O período de 1836 a 1870 revela o despertar da consciência nacional quanto às manifestações estéticas do país. Quatro rumos se ostentam nesse broto romântico. Gonçalves de Magalhães, mais tarde Visconde do Araguaia, chega em frente, com sua inspiração fundamente religiosa. Em seguida, Gonçalves Dias, inspirando-se diretamente na natureza, se revela o intérprete sincero e definitivo do ambiente brasileiro, sob o influxo forte de convicções panteísticas. Álvares de Azevedo mostra-se chefe de

uma escola peculiar, a da dúvida irônica e dolorosa. Castro Alves, poeta social por excelência, vibrando de emoção, cheio de pensamentos e de nobre entusiasmo, revoltado eterno contra todas as injustiças sociais, impõe-se como paladino da liberdade e das generosas iniciativas, um rebelde contra os preconceitos.

Na literatura de ficção, o indianismo e a história da Idade Média do Brasil inspiraram a José de Alencar. Os tempos coloniais e os primeiros anos do Império, tiveram seus observadores e cronistas em Joaquim Manuel de Macedo e Manuel Antônio de Almeida. A vida de nosso sertão teve seus primeiros narradores em Bernardo Guimarães e Alfredo de Taunay.

Nesta fase, só um notável historiador pode ser mencionado, mas, em compensação, é ele um dos dois nomes máximos do Brasil nesse departamento de nossa literatura: Francisco Adolfo de Varnhagen, mais tarde Visconde de Porto Seguro. O outro nome, o de João Capistrano de Abreu, só mais tarde apareceria, e desapareceu da vida em 1927.

No teatro, foi menos importante a produção: Martins Pena, entretanto, deve ser lembrado, intérprete que foi da vida humilde e pobre das existências sem brilho.

Ia-se fazendo sentir funda mudança em nossas cogitações literárias: estas se nacionalizavam. Diminuía cada vez mais o influxo dos mitos latinos ou gregos, os exemplos dos tempos clássicos. Escolhiam-se modelos na mesma vida de nossa terra. Mostrava-se talvez algo atrasada quanto ao sentir geral pelo Ocidente inteiro. No Brasil, a linguagem estrangeira dominante era o francês, e, através desse canal, falava a afinidade de raça, de conceitos e de autores.

Das demais nacionalidades, a Inglaterra e a Alemanha exerciam sua influência pelas traduções francesas. O espanhol falava-se corretamente, e lia-se mesmo, nas províncias sulinas, principalmente no Rio Grande do Sul, em contato com o rio da Prata.

Mas as idéias francesas ocupavam a dianteira. Prevalencia um profundo conhecimento do latim, e as antiguidades clássicas das melhores épocas de Roma constituíam as bases da instrução das classes cultas: ler no original as obras dos velhos poetas ou dos melhores prosadores e cronistas, era coisa das mais usuais.

Chateaubriand, e, através edições francesas, embora em escala menor, Walter Scott e Fenimore Cooper, eram modelos que inspiravam os romancistas e mesmo os poetas. Victor Hugo, foi outro desses vates seguidos. Goethe, Schiller e Byron também davam a senha a muitos leitores e discípulos.

Seu influxo, entretanto, traduzia-se mais na escolha dos assuntos, do que na imitação servil dos processos. Foram auxiliares importantíssimos no despertar do sentimento nacional, e, através o fermento que representavam na ação da mentalidade nossa, contribuíram no se tornar o Brasil cada vez mais e mais intensamente brasileiro.

.....

Capítulo XI

GUERRAS DO URUGUAI E DO PARAGUAI

A GUERRA de Rosas havia obedecido ao sentimento, geral e íntimo, de que as agitações platinas tinham de terminar; o Uruguai estava arruinado; o Brasil tinha a percepção nítida do perigo decorrente da proximidade demasiada de um vulcão na fronteira do Rio Grande do Sul, explosivo e belicoso; Entre-Rios e Corrientes viam-se paralisados em seu progresso pelos tumultos incessantes da Confederação.

144. Atritos precursores. Erros recíprocos de compreensão – A diplomacia conjunta dos adversários de Buenos Aires havia consolidado, fundindo-os, os elementos desconexos, e constituído um bloco de bandos guerrilheiros sem alcance. Venceram em Caseros, e logo trataram de lançar os novos alicerces de um edifício de paz.

Faltou, infelizmente, um elemento capital a tal obra consolidadora: a morte prematura do general Garzón. Embora fosse *blanco*, gozava da confiança generalizada de todos os uruguaios sem distinção partidária, e, provavelmente, teria revelado sua capacidade para pôr termo a todas as causas internas de dissídio.

Morto ele, não seria mais possível cuidar em fusionarem *blancos* e *colorados*. Amontoavam-se os políticos em um espaço comum, justapostos mais do que fundidos ou harmonizados em um agrupamento de alvos

idênticos. Desde logo, tal situação se manifestou ao se tratar da escolha do novo candidato à presidência vaga.

A lógica exigia uma seleção vinda do grupo vencedor, *colorado*, e tal era também o modo de pensar tanto do Brasil como de Entre-Rios. Nesse partido, porém, não houve meio de se chegar a acordo quanto a qualquer de seus membros, tantas eram as rivalidades intestinas. Assim, um *blanco* teve de ser o eleito, em 1852, D. Juan Francisco Giró. Todas as cambiantes da opinião o haviam sufragado, embora na Assembléia existisse uma pequena maioria *blanca*.

Começou criando dificuldades com o Império, por causa dos tratados de 1851, contra a vontade de Urquiza e do próprio Brasil, e contra as vistas do partido *colorado*. Assim é que manifestava sua opinião sobre a ilegalidade do governo da Defesa de Montevidéu. Era propriamente desafiar aos vencedores *colorados*. Não se revelou o presidente à altura da situação.

Não melhoraram as circunstâncias, antes se tornaram piores, e na vida política do país as relações partidárias se mostravam muito tensas. No Exército, a maioria dos quadros oficiais era *colorada*, e uma tentativa de organizar uma Milícia Nacional, na qual se pudesse concentrar elementos de outro matiz político, falhou: terminou em conflito, combatendo-se soldados e milicianos nas ruas da capital. Estava anulada a autoridade de Giró, e após uma curta demora de dois ou três meses, na qual em vão procurou reconquistar a força moral que havia perdido, ele se sentiu incapaz de fazer face à situação ameaçadora e perigosa assim criada. Fugiu, e asilou-se na legação francesa, a 24 de setembro de 1853.

Formou-se um triunvirato para governar o Estado, incluindo o velho e famoso chefe dos Trinta e Três, Lavalleja; dele fazia parte também Fructuoso Rivera, exilado no Brasil, e o Coronel D. Venancio Flores, o chefe dos *colorados*. Em outubro de 1853, Lavalleja morria; Rivera, em viagem de volta para Montevidéu. Faleceu em janeiro de 1854. Flores, destarte, ficava sozinho, como ditador, e foi eleito presidente pelo prazo de dois anos, até 1856.

Embora subdividida ainda em grupos reduzidos, a opinião pública já não era representada pelos *blancos* de Oribe, nem pelos *colorados* da defesa de Montevidéu. Novas dicotomias haviam retalhado os antigos

arraiais. Um terceiro partido surgira, que se apelidava de conservador, com chefes moderados de ambas as organizações históricas. Subira tanto a desordem, que Montevideu solicitou a intervenção do Brasil, sob a forma de um subsídio mensal e da presença na capital de uma divisão brasileira, contando pouco mais de 5.000 homens.

Estavam por demais agitados os espíritos, para que consentissem se acalmassem as paixões. Em agosto de 1855, D. Venancio foi apeado do poder, e um novo governo se formou de elementos coligados dos conservadores, independentes e de *blancos*. Apesar de fundidos, eram apenas uma minoria, e Flores enviou sua renúncia à Assembléia.

145. *A anarquia uruguaia* – Seguiu-se uma fase de agitações incessantes. Da eleição de Giró, em março de 1852 à escolha regular e legal de Gabriel Antonio Pereira, em março de 1856, num intervalo de quatro anos portanto, haviam sucedido na presidência dois constitucionais, Giró e Flores; três ditaduras, as do Triunvirato, de Flores e de Lamas; e dois governos interinos, dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. Três revoluções tinham explodido no período intermediário; em 1853 e em 1855, em agosto e em novembro. A situação resultava intolerável.

As tropas imperiais, chamadas para pacificarem o país em 1854, eram impotentes para o fazerem, e tiveram de ser retiradas em 1855. Talvez tivessem feito mais mal do que bem, não por sua conduta, que havia sido boa, mas pela exaltação levada por sua presença aos sentimentos partidários. Esta era a conseqüência do grande erro, corrente entre a maioria dos uruguaiois, de estarem estes convencidos de que o Império nutria, no rio da Prata, desígnios conquistadores.

Não se tinham convencido, ou mesmo não se mostravam a par, de que, desde 1828, todas as tendências imperialistas mantidas por D. João VI e seu filho, o primeiro imperador do Brasil, haviam sido postas de lado; que a política lindeira dos gabinetes do Rio constituía a aplicação firme e invariável de um só princípio, o *uti possidetis*, cuja primeira manifestação foram os tratados de Utrecht, de 1713-15, e sempre observado em todos os demais tratados internacionais. Conseqüência evidente, as exigências brasileiras nunca se manifestaram variáveis; o que elas eram em 1821, continuaram a ser desde 1828 até hoje.

Mas em um ponto, é justo dizer, as queixas uruguaias estavam plenamente provadas, nem só quanto aos termos do tratado de 1851, mas também no espírito tacanho com que eram aplicadas as suas estipulações; a posse exclusiva e a utilização das águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, onde nem uma canoa de dois remos, nem uma jangada podia ser usada se pertencesse a uruguaios, e tal procedimento das autoridades imperiais davam origem a inúmeros vexames e conflitos. Pena é confessar, para nós brasileiros, que tal situação durou até 1909, quando um novo acordo foi assinado, obedecendo ao espírito culto e liberal do Presidente do Brasil, Nilo Peçanha, e à visão superior e política do barão do Rio Branco, como Secretário de Estado. Só então foi apagada de nosso Código de Relações Externas essa grande prova de erro e de iniquidade de nossa parte.

Em abono da verdade, deve ser dito que militavam boas razões para induzirem em tais eivas os redatores desses documentos; os distúrbios dominantes anteriormente no Uruguai, o perigo e a ameaça de contágio para o Rio Grande conlindante, tão cheio ainda de germes revolucionários; as incessantes incursões uruguaias, a prearem gados e rebanhos e tropilhas, exercendo sua ação devastadora por centenas de léguas quadradas, e roubando centenas de mil cabeças, 800.000 ao que se computava na época, aos estancieiros dos municípios da fronteira. Nenhuma facilidade para atravessar rios ou lagos se poderia conceder, pensavam os criadores rio-grandenses.

De tais sentimentos e noções em conflito, nasciam má vontade e hostilidades recíprocas, e de dia para dia se agravavam.

146. *Neutralidade real do Brasil* – Não possuía o gabinete do Rio preferência por tal ou qual partido nas lutas internas do Uruguai. Mantinha-se estritamente neutro, e, oficialmente, entendia-se com as autoridades de Montevideú, fossem estas quais fossem. Sucessivamente, havia tratado com Oribe e com Rivera, e com o governo da Defesa de Montevideú, enquanto cada um deles fora detentor legal do poder. É absurdo falar de tal ou qual partido como sendo de amigos ou de protegidos do Império. Mas na pequena república conflagrada, as falas eram outras: cada grupo no poder invocava o auxílio do Brasil, e seus sentimentos para com este variavam conforme haviam recebido, ou não, o suspirado favor.

Apesar da falta de senso de tal modo psicológico de julgar os casos, ainda assim existia e predominava; constituía a força orientadora, profundamente perturbadora, das relações internacionais entre os dois países. Como sempre, nesses momentos de guerra civil, os interesses partidários levavam a melhor e sufocavam o senso exato de apreciação dos deveres entre nações.

Hoje em dia, as opiniões mudaram: a quase unanimidade dos historiadores reconhece a natureza real dos alvos brasileiros, liberais e altruístas; mesmo aqueles que tinham criticado e censurado a política imperial no Rio da Prata, cantaram nobremente a palinódia e confessaram seu equívoco. Abriram-se o arquivos do Brasil, mesmo os mais confidenciais, e seu conteúdo tem sido publicado. Não é mais possível pôr em dúvida a sinceridade da diplomacia imperial, nem a de suas intenções proclamadas ou de seus atos realizados. De modo excepcional, ainda se pode ouvir uma que outra voz dissonante, sem eco, entretanto. Mas outra era a feição, pela era dos sessenta e dos setenta.

147. O dissídio argentino-uruguaio – Ainda mais sérios eram os dissentimentos entre Uruguai e Argentina.

Depois de Monte Caseros, Urquiza havia ocupado Buenos Aires, e os pelotões de execução começaram a fuzilar prisioneiros e adversários. Amontoavam-se em Montevideú os refugiados políticos, e em 1856 um bando deles atravessou o rio de novo, para tentar depor as autoridades instaladas em consequência da vitória de Caseros. Derrotados e condenados, cerca de cento e quarenta foram passados pelas armas. Oribe foi suspeitado de ter desempenhado certo papel na trama dessa invasão.

Por outro lado, a idéia de reconstituir o antigo vice-reino de Buenos Aires nunca desaparecera da mentalidade argentina e de seus chefes. Rosas nunca reconheceu a independência do Paraguai, e, à raiz da intervenção de Oribe nas agitações uruguaias, se achava a intenção de reincorporar Montevideú à Confederação. Alguns pensadores e chefes partidários uruguaios nutriam o mesmo modo de enxergar o problema político do Prata; entre eles, D. Juan Carlos Gómez, político de primeira plana e de altíssimo valor, espírito verdadeiramente superior. Apresentou-se no pleito eleitoral uruguaio de 1857 como conservador, pois no programa de reconstituição do vice-reino iria ferir o sentimento público de todo o país.

Era seu intuito apelar da presidência o presidente D. Gabriel Antonio Pereira. Um grupo de *colorados* sustentava a Pereira; outro, do mesmo partido, opunha-se a seu governo; parte dos *blancos* era-lhe simpática.

Tal pressão exerceu Gómez sobre Pereira, que este se viu constrangido a o exilar para Buenos Aires, com alguns poucos partidários seus. Imediatamente, os conservadores responderam a essa apelidada provocação, preparando a revolução, com o apoio e simpatia de Buenos Aires. Iniciou-se em dezembro de 1857, e tomou algum incremento em janeiro de 1858; mas, a 28 desse mês, a coluna revolucionária foi destroçada e capitulou em Quinteros. Apesar de se haver rendido, o governo de Pereira ordenou o fuzilamento dos chefes, o que sucedeu a 1º de fevereiro. Tal massacre, repulsivo e vergonhoso, não fora decidido por ódio partidário, pois, no gabinete, tanto *blancos* como *colorados* haviam cooperado para aconselharem ao presidente Pereira agir com desapiedada energia. Para tais conselheiros da maneira forte, essa norma parecia indispensável para encerrar a era das revoluções e as tendências insurreccionais.

Tão evidente fora a participação de Buenos Aires na conspiração, que, desde o primeiro momento, Pereira suspendeu as relações diplomáticas com aquela cidade, e pediu a intervenção do Brasil e da Confederação Argentina, da qual a capital *porteña* se achava separada desde setembro de 1852. As forças unitárias dessa província haviam sido levadas ao desespero pelos excessos do governador de Entre-Rios, e o tinham forçado a volta para sua província. A tragédia de Quinteros deixara provado que Montevideú nada tinha a recear, e tornara inútil qualquer intervenção de Urquiza. O Brasil, sim, teve de agir, um pouco mais tarde, para evitar que de Buenos Aires viesse qualquer auxílio eficaz.

Pereira, contudo, demitiu o general D. Venancio Flores de seu posto oficial, sob o pretexto de ter, sem a devida licença, deixado Entre-Rios por Buenos Aires, ponto do qual tencionava promover desordens no Uruguai, de acordo com D. Juan Carlos e outros oposicionistas ao Governo Oriental.

Urquiza, ansioso por ver desaparecer a dissidência entre Buenos Aires e a Confederação, mais uma vez invadiu a província isolada, com o único resultado de se ver estrondosamente derrotado em Cepeda, a 23 de outubro de 1859, desbarato de tal ordem que o obrigou a se retirar. Tal

acontecimento, fortalecendo Buenos Aires, não melhorava a posição do Uruguai, e esta república temia de ser o alvo das conquistas de seus vizinhos. Por isso, e após discussões prolongadas, foi assinado em 1859 um tratado de neutralidade entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai; o Parlamento deste último país o rejeitou.

Finalmente, em março de 1860, finalizaram os poderes de Pereira, e um novo presidente foi escolhido, D. Bernardo Berro, um *blanco*, merecedor dos maiores louvores, e cuja administração iria ser o primeiro governo real do Uruguai, desde sua independência.

Embora tivesse sido ministro de Pereira, agiu do modo mais avisado para acalmar as paixões irritadas dos partidos especialmente quanto a Quinteros, cuja sombra trágica pesava no ambiente nacional. Seu alvo era extinguir as antigas denominações de *blancos* e *colorados*, quase destituídas de sentido em um meio que vira formarem-se novos grupos com membros de ambas as velhas organizações políticas.

Poderia sua administração ter sido caracterizada por uma pacificação geral, pois tal era o pensamento do presidente, e tal seu modo de agir. Mesmo impedido, como se achava, logrou melhorar as condições do Uruguai; restaurou-se o sossego do país; desenvolveram-se os fatores econômicos; por todos os recantos, ouviam-se elogios aos efeitos de sua política de conciliação e de saneamento; seus resultados eram apontados geralmente.

148. *Revolução de D. Venancio Flores* – Não paralisava, entretanto, o ódio partidário. Os exilados uruguaios, à margem oposta do caudal, desempenhavam papel proeminente nas lutas entre Buenos Aires e a Confederação, esta sob o domínio de Urquiza. Quando as hostilidades chegaram a seu auge, e Urquiza, a 17 de setembro de 1861, sofreu o revés decisivo de Pavón, e assim foi atingida a fase final de organização da República Argentina, haviam generais e oficiais uruguaios brilhado no campo de batalha. Por tais motivos, mais íntimos eram os laços de mútua estima e amparo recíproco entre os pelejadores de ambas as margens do rio da Prata.

D. Venancio Flores, portanto, ao invadir o Uruguai, em abril de 1863, e em suas operações guerreiras do ano seguinte, encontrou ple-

no apoio por parte de Mitre, já eleito presidente da Confederação, desde 1862.

Tal estado de coisas agravou-se pela intensificação dos sentimentos de inimizade entre os dois governos, até que se rompessem as relações diplomáticas entre eles, nos primeiros dias de 1864, e que se chegasse a pique de conflitos armados. Urquiza, o adversário derrotado de Mitre, pendia por Montevideú, mas seu valor era nulo após a derrota de Pavón.

Do Norte, entretanto, apropinquavam-se nuvens temerosas, que se adensavam sobre o Uruguai.

149. O desespero da fronteira uruguaio-brasileira – A vida da fronteira do Rio Grande estava em completa desordem. No período anterior a Caseros, havia surgido uma trégua; pois, entre Montevideú e o Brasil, havia comunhão de interesses contra Rosas, o inimigo comum. Mas, na fase seguinte, fora de agitações e de distúrbios, como vimos; e dominava desconfiança geral contra o Império, a gerar má vontade mútua entre os dois lados da linha limítrofe.

Numerosos brasileiros eram possuidores de terras no Uruguai, em continuidade com as estâncias que tinham no Rio Grande. O sentimento hostil, não público a princípio, manifestava-se em pirraças e pequenos vexames; mais tarde, foram ataques mais graves, assassínios, roubos de gado, ao longo todo da fronteira. Passado mais tempo, fizeram-se incursões dentro na Província, cada vez mais audaciosas e prejudiciais, à medida que o ódio crescia contra o Brasil no país lindeiro.

Sempre foram conhecidos os rio-grandenses como belicosos, suscetíveis em matéria de pundonor. Tais processos de vexatória hostilidade puseram a província toda em pé de guerra; sua única propriedade, o gado, estava ameaçada; suas vidas, postas em perigo; suas fazendas, invadidas e destroçadas. Não se tratava de prejuízos sem importância: mais de 800.000 cabeças assim haviam desaparecido, e os atos de banditismo se exerciam por mais de seiscentas léguas quadradas de pastagens, ricas em campos finos.

Queixas afluíam ao Rio, e o gabinete reclamava diplomaticamente em Montevideú perante suas autoridades. Tal era a situação perturbada da República, desde 1852 até a presidência de Berro, que faltavam ao governo local os meios materiais de fazer justiça, ou mesmo de ou-

vir imparcialmente os queixosos, em um país dilacerado pela guerra civil. Côncio disto, o Brasil não podia e não queria insistir demasiado em seus esforços de exigir reparações pelos males e prejuízos sofridos por seus nacionais, e adiava tal prestação de contas para dias mais calmos.

Assim se foi protelando, até a subida de Berro à presidência. Mas eram assim doze anos de abandono e de paralisação na defesa dos interesses rio-grandenses, e estes sofriam e gritavam, até que, cansados de se verem a sós, começaram a procurar justiça por suas próprias mãos.

Pequenos bandos começaram a cruzar a fronteira, e iam ao Uruguai recapturar seus rebanhos roubados, e tornar efetivos seus direitos, à força de armas. A essa natural reação dos interesses lesados e conspurcados, Montevideú chamava de intervenção brasileira na vida interna da República. Mais ainda, quando, desesperados os brasileiros com os desmandos das autoridades da campanha uruguiaia, e ciosos por defenderem seus legítimos direitos violados, fizeram causa comum com os adversários de seus perseguidores impenitentes, causa real de tais conflitos.

Tornaram-se cada vez mais numerosos e graves tais recontros, e atingiram seu auge durante o levante de D. Venancio Flores, em 1863. Os rio-grandenses haviam organizado verdadeiros bandos de militares, tropas irregulares, sob o comando do barão de Jacuí, um dos melhores auxiliares de Caxias durante a guerra dos farrapos, estancieiro ele próprio, e lesado pelas desordens da fronteira.

Como era natural, Montevideú queixava-se. Do Rio partiam ordens às autoridades provinciais, mas tais instruções só parcialmente, e isso mesmo mal eram atendidas ao longo da linha divisória, pois os habitantes dessa região sabiam e sentiam a justiça de suas reivindicações, e sabiam ainda que somente se batiam para que suas vidas e suas propriedades fossem respeitadas.

Os *Anais* do Parlamento, no Rio, bem como os da Assembléia do Rio Grande do Sul, estavam cheios de tais discussões e queixas fundadas. Mais ainda: o general Neto, representando os estancieiros de sua terra, foi ao Rio com a incumbência especial de abrir os olhos do governo sobre os perigos da situação, e dizer que, se os interesses rio-grandenses não encontrassem apoio por parte do governo geral, a Província faria sua própria defesa por seus próprios elementos, e combateria o Uruguai,

apesar dos pesares, mesmo correndo o risco de uma nova secessão. Neto havia sido um dos mais valentes e bem-sucedidos chefes da Revolução de 1835-45.

150. *Missão Saraiva. O ultimatum* – Assim premido pelos fatos, não podia o governo imperial deixar de agir com energia acrescida. Tal foi a origem da missão dada ao deputado José Antônio Saraiva, em abril de 1864.

Desta sorte, nos dias últimos do governo de Berro, quase simultaneamente vinham graves perigos ameaçar o Uruguai; a Argentina, com hostilidades pendentes contra a administração *blanca*, e favorecendo de modo evidente aos partidários de D. Venancio Flores; o Brasil, neutro entre os partidos locais, a exigir, porém, justiça em favor de seus nacionais, prejudicados em seus interesses pelos fatores de desordens e de danos, e ameaçando levar sua intervenção até os últimos limites para que justiça se fizesse e fossem satisfeitas suas reclamações.

Uma coincidência feliz, entretanto, permitia esperar que um entendimento se pudesse conseguir. Saraiva era a personificação da honra, da moderação, do espírito de justiça e do amor aos meios suasórios. Tão alto iam esses predicados, que, com o correr do tempo, nos últimos dez ou quinze nos do Império, ele dominava os partidos e era considerado e respeitado como vice-imperador, apelido que lhe deram.

O presidente Mitre representava a chegada ao poder de uma corrente nova na política argentina. Unitário, exilado no Chile em companhia de seu nobre amigo Sarmiento, ambos já haviam compreendido que era outra, que não a primitiva, a feição dos problemas platinos.

A princípio, por 1810, o ideal de independência e de unidade do antigo vice-reino de Buenos Aires havia inspirado todos os grandes chefes do país, Paraguai excetuado, pelo isolamento imposto em todas as coisas pelo Dr. Francia. Todos eles, por meios diferentes e por métodos variáveis, haviam procurado servir ao mesmo alvo. Por ele, Artigas havia combatido por parte do Uruguai, sob a forma de uma federação. Os diretores das Províncias-Unidas buscavam uma solução na receita monárquica. Os unitários queriam grupar todas as frações territoriais, sob o predomínio de Buenos Aires. Os federais, adorando essa forma de organização governamental, afirmavam, com o severo predomínio de Rosas, a supremacia de Buenos

Aires, a esmagarem toda tendência de secessão, negarem o reconhecimento da autonomia paraguaia, e se esforçarem, através de Oribe, a constranger ao Uruguai a se reincorporar na Confederação. Desse ponto de vista, o tratado de 1828 valia por um triunfo do ideal independentista, pelo forçado recuo do imperialismo brasileiro de D. João VI e de D. Pedro I, tanto quanto da política reconquistadora da Argentina.

Mas, chegados aí, grande divergência de rumos se tornava evidente, embora o Uruguai nela não quisesse acreditar por longos anos; o Brasil havia sinceramente renunciado a todos os seus pruridos conquistadores de tempos idos, enquanto Rosas e seus federais não tinham cedido de seus antigos ideais, e ainda se inspiravam na sombra prestigiosa do vice-reino.

Até Caseros, e este é um dos motivos para ser considerada essa data como uma das capitais, um dos fatos dominantes e decisivos da história do Rio da Prata, tal miragem havia sido o elemento perturbador dos acontecimentos políticos dessa região. A partir de Caseros, cessou: o Uruguai foi considerado como verdadeiramente independente na mentalidade argentina. A intervenção de Buenos Aires na margem oriental do grande rio passou a ter outro fundamento: Urquiza havia-se tornado inimigo de Buenos Aires, já agora isolada pelas violências do governador de Entre-Rios; os chefes colorados do Uruguai, vencidos pelo governo *blanco* de Montevideú, tomaram lugar ao lado de Buenos Aires, para onde tinham fugido, enquanto Urquiza e a Confederação eram aliados dos *blancos* uruguaios. Assim, dois grupos surgiram logicamente: Venancio Flores e seus *colorados*, com Buenos Aires; contra os *blancos* da antiga Cisplatina e Urquiza. E, como esta última agregação era uma ameaça à primeira, procuravam os *porteños* enfraquecer a seus adversários, unindo-se ao grupo *colorado*.

Desde 1853, o Congresso do Paraná havia aderido a Urquiza; tinha celebrado sua reunião em Santa Fé, mas adiara suas sessões em 1860. Depois de Pavón, as legislaturas provinciais declararam vacante o Poder Executivo e o entregaram a D. Bartolomé Mitre, com o encargo de convocar novo Congresso, em Buenos Aires. A 25 de maio de 1862, iniciaram-se as suas sessões, e Mitre foi eleito para a presidência, no mesmo ano.

Já agora, os novos chefes queriam tomar solução jurídica e constitucional que fora mero produto de uma situação de força e luta partidária.

ria. O ascendente de Buenos Aires devia ser reconhecido e aceito, como poder normalmente regedor das províncias; os fatos consumados deviam ser confessados, tanto no Uruguai, como no Paraguai; a pacificação geral das repúblicas do Prata devia constituir um alvo geral e comum. Desse conjunto de metas altas e nobres, Mitre fez seu programa, logo que a derrota de Urquiza o permitiu. Da primeira oportunidade que achou, ele se valeu para iniciar com esse rumo sua política internacional, e a oportunidade se apresentou com a missão de Saraiva a Montevideú.

Foi para o Prata verdadeira infelicidade que a sucessão de Berro recaísse no presidente do Senado, D. Atanasio Aguirre. Nada mais era ele que um partidário a se mover aos impulsos exclusivos dos alvos de partido, e incapaz de admitir idéias gerias acima do horizonte dos grupos políticos. Para ele, governar significava apenas conservar seus amigos no poder, acontecesse o que acontecesse.

As ordens do Gabinete Imperial visavam o envio a Aguirre de um *ultimatum*, exigindo compensação dos prejuízos causados a brasileiros, punição dos responsáveis e instauração de uma era de justiça; se fosse recusado o pedido, tropas brasileiras de terra e mar efetuariam represálias. Saraiva, entretanto, preferiu silenciar sobre tais exigências, a fim de ver se conseguia persuadir e pacificar os contendores, em vez de ameaçar.

A 12 de maio de 1864, apresentou suas credenciais, e a 18 remeteu uma nota, perfeitamente cortês, expondo os fins de sua missão. Em resposta, recebeu uma comunicação furiosa e rude, impregnada de ódio partidário em todos os seus termos. O enviado brasileiro recusou discutir nesse tom, e, em nota de 4 de junho, polidamente expôs quanto eram insignificantes os argumentos usados contra a explanação imperial dos negócios e das queixas. Ainda então, não apresentou o *ultimatum*.

Estava esperando uma contestação, quando, a 6 de junho, o ministro argentino dos Negócios Estrangeiros, D. Rufino de Elizalde, e o ministro britânico Edward Thornton, chegaram a Montevideú, com o intuito confessado de oferecerem seus bons ofícios a Aguirre, pois assim desejava vivamente todo o corpo diplomático residente em Buenos Aires. Sentiu-se Saraiva esperançado com tal iniciativa, e pensou que o Uruguai chegaria a entendimento. Junto com os mediadores espontâneos, foi ao presidente, e, depois, de protraída discussão, todos chegaram a um acordo,

fórmula conciliadora que talvez pudesse pôr termo à luta cruenta e restaurar a paz ao país, alvo precípua dos esforços combinados de todos eles, preliminar necessária para se solverem as dificuldades com o Brasil. Tudo veio a público em 10 de junho.

Foi então consultado o general Flores, que concordou com as medidas, contanto que Aguirre chamasse para seu gabinete ministros novos que pudessem inspirar confiança aos *colorados*, mas fazendo dessa condição nova uma preliminar essencial para seu próprio assentimento.

Os protocolos dessas negociações foram redigidos e submetidos ao Governo Oriental, finalmente aceitos por este, embora algumas objeções, poucas, fossem feitas e resolvidas. À última hora, quando se tratou de entregar os documentos a Flores, verificavam os mediadores, com indignação extrema, que Aguirre havia publicado condições divergentes das que tinham sido acordadas no pacto discutido e aceito! ...

Do debate descosido e sem nexos que então se travou, resultou apenas a comunicação de 3 de julho feita a Flores, de que o presidente havia mudado de parecer, e recusara. A luta civil, suspensa desde o início das tentativas pacificadoras, recomeçou de novo, e, agora, com redobrada fúria, pela indignação resultante da falta de fé do governo.

Mais uma vez, Saraiva delongou o cumprimento de sua incumbência. Passou-se para Buenos Aires, a fim de enviar seu relatório das ocorrências ao Rio, com os devidos detalhes, expor a nova situação e pedir instruções definitivas. Mesmo então, não fechou a porta às trocas de vistas e à possibilidade de acordos de última hora. Tal era sua ansiosa sofreguidão em evitar violências. Nada mais restava, respondeu-lhe o gabinete, do que conceder a Aguirre prazo curto para satisfazer às exigências brasileiras, e, caso denegada a justiça, obtê-la por meio de represálias.

A 4 de agosto de 1864, o *ultimatum* foi apresentado. A 9, o ministro uruguaio das Relações Exteriores o devolveu como inaceitável, e propôs o arbitramento. Já agora, tal proposta não podia ser aceita nem tomada em consideração, pois significava apenas prostrar um debate já velho de muitos anos, e no qual a boa fé do Brasil servia de juguete. A 30 de agosto, o Uruguai rompeu relações diplomáticas com o Império.

Inda assim, não havia começado a guerra. Para tranquilizar os espíritos sobre os intuitos pacíficos e modestos do Brasil e da Argentina,

antes da partida de Saraiva de Buenos Aires foi assinada por ele e por Elizalde uma declaração de que, em qualquer caso, a independência do Uruguai seria respeitada.

151. *A guerra do Uruguai* – Não entraram forças brasileiras na república antes de dezembro, e a esquadra de bloqueio do rio da Prata revelou atividade escassa até outubro. Durante esse período, novos esforços foram tentados por Mitre, pelo ministro italiano em Montevidéu, Barbolini, todos norteados pelo empenho de se chegar a uma solução pacífica. Nulo, o resultado. Aguirre recusou todas as propostas. Não era suficiente o ódio partidário para explicar tal emperramento. Pode admitir-se a versão de que, sendo Mitre amigo de D. Venancio Flores, sua intervenção pudesse aparecer suspeita aos *blancos*, bem como toda tentativa de Buenos Aires. Mas é preciso ponderar que, em nenhuma das sugestões, era desafiado ou diminuído o prestígio de Aguirre ou do governo *blanco*: a exigência única era a pacificação geral, para que todos os uruguaios pudessem gozar de seus direitos naturais.

Outra causa existia, que movia o presidente e ministros a rejeitar qualquer solução de paz: desconfiança profundamente radicada contra o Império e a Confederação, o primeiro suspeitado de alvos expansionistas, o segundo apontado como querendo mudar a situação respectiva dos partidos locais na República.

Hoje em dia, foi lançada plena luz sobre os fatos daquela época, e divulgadas as negociações. Podemos, portanto, falar serenamente sobre eles, e tanto mais, quanto os próprios historiadores uruguaios que criticavam a atitude da Argentina e do Brasil e acusavam amargamente esses países, reconheceram nobremente seu equívoco, confessando honestamente e com ânimo elevado o erro em que laboravam, o que dá lugar a que pareça existir concordância de pareceres, bastante generalizada, sobre o que então se passou.

Não há receios de ofender ou menosprezar sentimentos patrióticos respeitáveis, sinceros, embora mal avisados e mal aconselhados.

Que Montevidéu desconfiava de Buenos Aires está abundantemente provado: uma das bases alegadas eram as relações amistosas entre a Argentina e o Brasil, o que levava as missões brasileiras a conferenciarem intimamente com Mitre, a pedido do próprio Uruguai, a fim de obterem

desse eminente estadista seguranças de boa vontade e de respeito pela independência da República vizinha.

Quanto ao Império, a abundância de panfletos hostis, os relatórios publicados de diplomatas ou suas instruções, provam, além de toda possibilidade de negação que, enquanto os bons officios do Rio eram pedidos e, satisfeitos, eram agradecidos no seu empenho de neutralidade e de paz, os *blancos* do Uruguai intrigavam em Entre-Rios, Corrientes e Paraguai, visando formar uma aliança contra as duas nações confrontantes.

Nada podia ser mais comprobatório dessa política de desconfiança do que tal esforço, praticado sob aparências de boa fé, para planejar e realizar um plano mortal de ataque àqueles mesmos cujo auxílio era empenhadamente solicitado.

Cumpre, entretanto, considerar tais fatos com severidade menor do que em ocasiões normais: o Uruguai, sob o influxo de uma hereditariiedade de lutas e de guerras, fraco, ignorando os fundamentos reais da política imperial, receava ser conquistado, e agia como agem os tímidos e fracos, às ocultas e fugindo à luz meridiana.

Por esse mesmo motivo, no Brasil, devemos o mais alto respeito, a gratidão máxima e o reconhecimento sincero de superioridade moral e política, a alguns dos chefes do Rio da Prata, que fizeram jus a tais sentimentos de nossa parte, pela confiança que em nós depositaram, em nossas intenções e em nossa ação; D. Manuel José García, até certo ponto, nos dias de D. João VI e do primeiro imperador, D. Pedro I; D. Andrés Lamas, o nobre uruguaio que, em sua longa carreira, sempre agiu confiante em nossa sinceridade, e trabalhou pela paz e pela fraternidade dos dois povos; D. Bartolomé Mitre, cuja autoridade e ascendente moral sempre se exerceram no rumo do mesmo ideal político.

A esses homens de Estado, o Brasil sempre tributou sua mais funda reverência e imorredoura gratidão. Deu-lhes lugar distinto e proeminente entre os filhos da própria pátria, entre os mais queridos e admirados. Foram videntes inspirados, trabalhadores indefesos pelo porvir da paz fraterna sul-americana e por sua grandeza.

O melhoramento manifesto das relações continentais é devido ao Evangelho que pregaram, de confiança recíproca e de colaboração; a semente que lançaram ao solo, nos tumultos e dificuldades, este hoje cres-

cendo e florescendo em searas abençoadas, e nós, seus descendentes e continuadores, colhemos no sossego e na alegria as messes que eles prepararam em dias sombrios de labor e de sofrimento.

Infelizmente, esses Precursores constituíam uma exceção. A opinião geral era a suspeita, ou claramente expressa, ou mantida em silêncio sempre vigilante e às ocultas.

152. A intervenção paraguaia. – Que significava, e qual era a valia real e qual o alcance da aliança paraguaia para os interesses uruguaios?

A república central era absolutamente desconhecida, tanto, que, em 1862, sendo presidente do Uruguai. D. Bernardo Berro, quando se adotou a nova linha diretora da política externa deste país, as primeiras instruções dadas ao emissário enviado a Assunção, para a realizar, D. J. J. Herrera consistia precisamente em inquirir quais os alvos, os interesses e as divergências de vistas reinantes no Paraguai, no teatro internacional. O modo pelo qual a missão foi cumprida, não foi a de soberanias equivalentes, a se encontrarem e tratarem em pé de igualdade. Antes parecia a solitação de um subordinado implorando a boa vontade e a proteção de um superior. E, entretanto, o Uruguai bem sabia quanto era superior o seu interlocutor, de todos os pontos de vista! ...

A tais extremos chegaram às coisas, que a ilha de Martim García, chave naqueles dias da navegação dos rios da região, foi oferecida ao Paraguai: acrescente-se, é certo, que a ilha deveria ser previamente arrancada da posse da Argentina, que a ocupava.

Embora D. Francisco Solano López disfarçasse, e fingisse não lhe interessarem tais ofertas, de fato constituiriam um elemento de primeira ordem para seus desígnios ocultos. Nunca consentiu em assinar um tratado com o Uruguai ou Entre-Rios, dizendo que auxiliaria ao governo de Montevidéu por atos, como realmente fez, embora de modo desastrado. Sua idéia real não deveria ser travada por liames de qualquer natureza, com povos que ele intentava conquistar.

Há uma sorte de insanidade, sempre vencida em todas as ocorrências históricas, que se apodera dos espíritos dos condutores de homens, dos mais populares entre eles. Na América do Sul, sonhou Bolívar o sonho imperialístico, e falhou. D. João VI e D. Pedro I acalentaram a mesma tendência expansionista, e, no decorrer dos fatos, ela provou um desastre. Ri-

vera alimentou a mesma ilusão conquistadora, ao querer formar um Uruguai-Maior, e foi varrido pela derrota, morrendo ao voltar para a pátria, do exílio imposto por esta no Brasil, em Jaguarão. Rosas havia encontrado a mesma sorte.

Chegava, agora, a vez do Paraguai. Tudo quanto se sabe, aponta para López como nutrindo o plano de criar um Paraguai-maior, absorvendo, fossem quais fossem os meios, Corrientes, Entre-Rios e Uruguai, tornando-se assim uma potência Atlântica, em vez da república central que era, sendo Montevideú erigido capital do novo Império, então constituído.

Programa e plano eram audaciosos, e provavam visão política e habilidade organizadora. Para realizá-los, contudo, faltava o homem, capaz de plasmar e consolidar tão vasta conquista, que importava esmagar a Argentina e o Uruguai, e fundamente ferir os interesses brasileiros. López não tinha personalidade nem porte para empreendimento tão gigantesco. E o grande erro dos *blancos* foi não terem compreendido sua inferioridade, a desproporção entre o drama e o ator principal. Fosse ele triunfante, teria o ditador do Paraguai dado o golpe de morte na independência do Uruguai.

Pela era dos sessenta, era o Brasil o único poder sul-americano normalmente em contato com Assunção.

Em 1811, esta província do vice-reino de Buenos Aires tinha feito secessão e, após curto espaço de tempo, caíra sob a ditadura de D. José Gaspar de Francia. Durou tal período até 1841.

Embora Carlyle cite Francia em seu ensaio sobre os *Heróis*, de nenhum modo pode ele ser considerado como tal. Despótico, friamente cruel, usava assistir às numerosas execuções por ele ordenadas; vingativo, nunca poupava adversários, e condenava à morte pelo mais leve gesto ou pela mais inocente palavra, que lhe desagradassem. Entre as famílias, reinava a delação, como sistema de governo. Em grau subido, esse método fez os paraguaios, acostumados à obediência e à disciplina passiva pelo domínio dos jesuítas sobre os índios com os quais haviam intensamente cruzado, um povo sombrio, silencioso e dominado por completo pelas ordens vindas da autoridade superior.

Uma humanidade patriótica, fanática e admiravelmente plástica, ansiosa por obedecer e sacrificar-se em favor de entidades superiores, representantes da autoridade, das menos graduadas até *El Supremo*, o presidente da República, enviado de Deus na Terra. Tal a doutrina severamente e cruentamente imposta por Francia.

Agindo por esta forma, entretanto, Francia prestava imenso serviço a seu país, nas relações internacionais. Sabia que o Paraguai era fraco por demais, para poder resistir a seus vizinhos, caso se desse um choque com estes; por isso, envidava todos os esforços para se manter fora de todo conflito, e seu ideal era ver sua terra esquecida, até que, por seu crescimento, pudesse ela desempenhar-se da sua missão no mundo. Isolou a vida local, fechou os rios pelos quais comunicava com o resto do orbe, construiu uma sorte de muralha chinesa em torno dela. Ninguém entrava, ninguém saía. E, pelos países vizinhos, espalhou um tecido de intrigas e de emboscadas políticas, que lhe permitissem viver e governar inobservado e fora de aventuras e de embaraços, enquanto nelas tumultuavam as duras experiências do Rio Grande e do Uruguai, Buenos Aires e Entre-Rios, Corrientes e Santa Fé.

Nos anos perturbados e agitados de 1824-1826, o Brasil temia complicações sérias por parte da Bolívia, da Argentina e da Cisplatina; não lograria fazer face a tantas frentes de combate. Por necessidade e não por virtude, o Império sentiu o auxílio valioso que o Paraguai poderia representar como amortecedor de choque, e procurou utilizá-lo para seus fins. Orientação idêntica foi seguida mais tarde, no Uruguai, após o tratado de 1828.

Assim, em 1824 e em 1826, o Brasil enviou diplomatas a Francia, com a incumbência única de o convencer de que deveria se manter sempre neutro, missão esta realmente fácil, pois coincidia com o sentimento íntimo e essencial do ditador. Era o reconhecimento da independência do Paraguai, embora a comunicação oficial desse ato só se fizesse em 1842, não mais a Francia, mas a D. Carlos Antonio López, seu sucessor, e sempre com o mesmo intuito de não chamar a atenção sobre o país.

Quando, em 1841, se avizinhava a morte de Francia, mais uma vez diplomatas brasileiros foram nomeados para Assunção, e representaram quase continuamente o Império nessa capital até a guerra de 1864-1870.

Pimenta Bueno, o futuro Marquês de São Vicente, auxiliou poderosamente a López I, em manter sua posição, pois a Argentina havia solenemente protestado em 1845 contra a afirmação pública feita pelo Brasil de que reconhecia o Paraguai como nação independente, declaração esta que fora enunciada em 1844, depois de o ter sido de modo prático pelas missões de Correia da Câmara em 1824 e 1826. Outros não eram os fins dos tratados de 1844, 1845, 1850, 1856 e 1858, embora o primeiro não houvesse logrado ratificação. Dúvidas haviam surgido entre os dois governos acerca da navegação dos rios; D. Carlos López mandara passaportes ao encarregado de negócios brasileiro Leal, em 1853; até 1855 o Brasil não fora representado em Assunção, mas daí por diante tinham sido regulares e constantes as relações. Os receios dominantes no Paraguai tinham por alvo as intenções da Argentina.

Rosas tinha tornado pública sua animadversão; para se precaver contra tais sentimentos hostis, López I havia solicitado do Império a remessa de profissionais capazes de planejar e edificar as defesas militares precisas para tornarem intransponíveis as passagens estreitadas dos rios Paraguai e Paraná, bem como para instruir e organizar seu exército. Não podia ser mais cordial e íntima a colaboração entre os dois países.

Tem-se criticado ao Brasil pela miopia de sua visão diplomática, ignorando a ameaça e o perigo que se delineavam no Paraguai. Falta base a tal acusação: tal previsão não seria possível, pois inexistiam causas de hostilidade ou sentimentos inamistosos. Quando D. Francisco Solano López, López II, ascendeu ao poder e começou a armar seu governo, não era o Brasil o alvo que visava; seu intento consistia apenas em criar o instrumento militar com o qual pretendia impor sua política internacional, o Paraguai-Maior. Como sempre, os acontecimentos se revelaram mais poderosos do que os desígnios humanos, e, afinal, o choque se deu com o Império.

D. Carlos Antonio López era um déspota grosseiro e rude; não tinha crueldade, entretanto, embora insistisse nas mesmas normas estritas e severas de obediência e de veneração por parte de seus súditos, que já seus antecessores haviam exigido, ele lhes dava uma existência tolerável. Foi o primeiro a entrar em contato, distante embora, com seus vizinhos, especialmente com o Brasil. Sabia não possuir meios de educar seus filhos no

próprio país, e fê-los viajar para esse fim; Benigno, para o Rio de Janeiro; Francisco Solano, para a Europa.

Apesar de serem irmãos, entre ambos existiam diferenças essenciais. Benigno tinha herdado algumas das qualidades mais louváveis do pai. Em Francisco Solano, nenhuma se poderia encontrar. Ministro da Guerra e comandante-em-chefe do Exército, aos dezoito anos de idade impunha-se a seu pai, fazia-se ouvido e tinha nas mãos todas as forças do Paraguai. Possuía dotes de administrador, e o modo pelo qual em dois anos, da morte de López I até 1864, conseguiu pôr em linha de 80.000 a 100.000 homens (segundo afirma Gould), providos de fuzis e artilharia, o prova de forma convincente, pois antes de sua presidência contava a tropa apenas uns poucos milhares de soldados.

153. *D. Francisco Solano López* – Apesar de sua viagem ao estrangeiro, a educação de Solano López se fizera como a de Francia e de López I: um autocrata absoluto. Vidas, fortunas, honra das famílias, fazenda de seus súditos, de tudo dispunha a seu talante e tudo considerava como lhe pertencendo. Seu próprio arbítrio era sua única lei, sem que fosse possível discutir suas determinações: a menor revolta, por mais insignificante, contra essa obediência senil, era passível da pena de morte.

Pode-se distinguir duas fases em sua carreira: enquanto seu pai foi vivo, e, mesmo nos primeiros tempos de seu próprio governo, até os primeiros reveses da fortuna na guerra de 1864, levava vida de dissolução e de excessos; da Europa, voltara refinado em sua luxúria e mais fundamente imerso em seus vergonhosos abusos; com ele viera sua célebre amante, Elisa Alice Lynch, a mulher separada do cirurgião do exército francês, homônimo do grande Quatrefages, a qual se perdera no *demi-monde* parisiense.

Ela o dominava, ou então o inspirava em tudo, ou ainda adivinhava seus pensamentos mais íntimos; de fato, era materialmente impossível distinguir-se se qualquer ato ou decisão emanava dele ou da Lynch. Duas ambições furiosas a dominavam: casar com Solano, e vê-lo desempenhar um papel saliente e extraordinário na política internacional sul-americana. Era incrível sua ganância por dinheiro e riquezas, e a conduziu a verdadeiros crimes. Sua insensibilidade e dureza de coração orçavam pela sede de sangue; muitos dos crimes de López tiveram por origem sugestões dessa estranha mulher.

Após seus desastres militares, esse lado de sua psicologia se carregou de tintas sombrias. Começou a se embriagar, a ponto de ficar intoxicado. Nele surgiu uma tendência cruel de tortura e de vingança contra inimigos inventados, ou conspiradores de conjuras inexistentes. Não há palavras que descrevam os tormentos novos e as invenções achadas para argumentar os sofrimentos e as agonias de suas vítimas. Revelou-se um gênio chinês de carrasco para fazer expirar seus adversários, reais ou presumidos, por processos de morte lenta. Refinou torturas e angústias mortais e horrores, morais e físicos. Mostrou-se um covarde, ademais, bebendo e fugindo, enquanto seus soldados heróicos pelejavam, morriam de fome e se esvaíam em sangue.

Tem sido feito o paralelo entre ele e Nero. Não vai nisso nenhum exagero literário: hábitos dissolutos, matricídio, assassinato de seus irmãos, matança intencional de seus melhores auxiliares, ânimo de raptante a inspirar julgamentos fictícios e sentenças de morte bradam contra López, do mesmo modo por que toda Roma se levantava contra Nero. A pilhagem do país, do Tesouro Nacional e das fortunas particulares constituía uso corriqueiro, posto em prática em benefício próprio ou no de sua amante. Cumpre acrescentar que tais acusações, por mais graves e horríveis que sejam, foram plenamente provadas, não por adversários seus, mas pelo testemunho de assistentes e dos próprios executores de suas ordens insanas, pelo depoimento de autores de livros escritos por estrangeiros, ingleses, alemães, italianos, americanos, que viviam no Paraguai nos dias de seu governo. A hipótese mais indulgente e caridosa a formular seria a de que era um louco homicida, ou de que as poucas gotas de sangue índio que lhe corriam nas veias haviam causado, no torvelinho trágico da guerra sem dó, uma explosão da crueldade ancestral.

Ninguém o poderia ter previsto, pois López, como poucos, sabia agradar e seduzir quando assim lhe aprazia. Uma possível exceção, todavia talvez se lograsse apontar: o emissário *blanco* de 1862 o encontrou, ainda vivo o pai; Herrera, tratando-o com lisonja quase servil, para conseguir seu intento de obter para o Uruguai a proteção paraguaia, abordou tanto o pai como o filho, este principalmente, que ia dentro em breve ser o ditador da República. Da correspondência, hoje parcialmente conhecida, do distinto diplomata, parece possível inferir-se que ele compreendeu o torvo persona-

gem e tentou basear neste conhecimento o êxito de sua missão. Claro, que só inferiu o que Solano, dissimulador genial, quis deixar transparecer de seu modo de pensar, e sempre colorindo-o para melhor.

Dado como razoável, o que não era, o ponto de vista *blanco*, fora bem escolhido o momento: além da Banda Oriental, Entre-Rios parecia um aliado possível. Após a derrota decisiva de Pavón, em 1861, Urquiza se sentira fundamente ferido em sua vaidade tanto por Mitre como por Buenos Aires, assim como pelos amigos e associados naturais de Mitre. D. Venancio Flores em primeira linha. Isso só fez aumentar a tendência inata do Entre-Rios pelos *blancos* do Uruguai; entre ele e López II, houve troca de pareceres, e não se pode ignorar que existiam liames estreitos, embora não escritos, que se solidarizavam em uma rota comum.

Não existia em Urquiza o estofado de um homem de Estado: não passava de um *condottiere*, o último que figurou na história da Argentina. Não pensava ele em trair a Confederação, e sim desempenhar um papel isolado, no decorrer do qual a luta lhe permitira derrotar e conquistar Buenos Aires e o Poder Executivo da República, assim tirando sua desforra de Pavón. Errava num ponto: se a vitória coroasse tais esforços conjuntos, com ela López, e não ele, seria o único triunfador. Precisamente o papel reservado para o Uruguai, vítima a seu turno da mesma ilusão.

Quando Saraiva, Elizalde e Thornton encontravam tais oposições e relutâncias a quaisquer medidas pacificadoras, por parte de Aguirre, fundava-se este nas seguranças prodigalizadas por Herrera, já então seu ministro das Relações Exteriores, de que o Paraguai mobilizaria suas forças, o que correspondia a ter a antiga Cisplatina suas costas guardadas, e que Entre-Rios seria um novo aliado a seu lado na guerra.

Neste ponto, o Brasil cometeu um erro capital. As questões do Rio da Prata exigiam ser tratadas com a maior cautela. Saraiva era um dos espíritos que guiavam o seu país; por sua absoluta sinceridade, reserva, prudência e tato, havia impressionado profundamente o espírito público e o governo da Argentina, e lançado o traço que mais tarde evolveria até se tornar o tratado da Tríplice Aliança de 1865. Quando se retirou, em setembro, a sua vaga foi preenchida por outra culminância intelectual e política do Império, José Maria da Silva Paranhos, mais tarde Visconde do Rio Branco, talvez o mais eminente dos diplomatas brasileiros, que che-

gou em Buenos Aires a 2 de setembro de 1864, nomeado ministro com a missão de observar os acontecimentos e dirigir a rota internacional que o Império deveria seguir.

154. O Almirante Tamandaré – No intervalo, de setembro a dezembro, a direção dos acontecimentos recaía no almirante barão de Tamandaré. Era este um marinheiro valente e sem jaça, feroso como a pólvora, leal como o aço, bravo como a própria bravura, sempre presente onde quer que chovessem balas e se distribuíssem golpes, correndo ao combate como água para o mar. Teve uma existência longa, e, até sua morte, sendo ele nonagenário, conservou seus velhos hábitos de guarda-marinha: só dormia sobre tábuas, tendo por travesseiro um bloco de madeira.

Seu ilimitado patriotismo e sua devoção ao Imperador pairavam pelo mesmo nível; por esses motivos todos, era imensamente querido, admirado e influente no Rio de Janeiro, de D. Pedro II ao mais modesto dos brasileiros. Só sabia julgar os fatos do ponto de vista militar, e nunca imaginaria que, em combate, se as coisas chegassem ao choque das armas, pudesse o lugar do Brasil ser o segundo, nem que, se um alvo se pudesse conquistar pela força, fosse preferível dever a vitória a discursos de advogados ou discussões de oradores fiados em sua parolice.

Seria o último homem a compreender diplomacia: um representante genuíno do desdém e da desconfiança que por todos os tempos prevaleceram, nas Forças Armadas do Brasil, contra os parlamentares e a bacharelise.

A esquadra sob seu comando deu imediato início às represálias contra Montevidéu: a 20 de outubro assinou com Flores o acordo secreto de Santa Lúcia acerca das reclamações brasileiras. O programa da ocupação do país pelas forças imperiais começou a ser posto em prática a 16 de outubro, tendo entrado uma pequena tropa pelo departamento de Cerro Largo, ocupando a vila de Melo. A coluna invasora, entretanto, sob o comando do general João Propício de Mena Barreto, e contando cerca de 5.000 homens, só em dezembro poderia se mover.

Desde novembro, porém, os navios de Tamandaré cooperavam com Flores, no primeiro assédio a Paissandu; Mena Barreto e Tamandaré estiveram presentes ao segundo, que terminou na rendição da praça a 2

de janeiro de 1865. Chegava a vez de Montevidéu, sitiado por Flores, e bloqueado por Tamandaré.

O almirante, positivamente, estava se excedendo, mas é impossível negar que ele seguia os sentimentos predominantes no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, exasperados pela provocação e pela diplomacia bifronte dos *blancos*.

155. *O Conselheiro Silva Paranhos* – Paranhos, entretanto, mais político e com visão mais alongada, desejava fazer cessar a sangueira, e ansiava por achar uma ocasião que lho permitisse. Chegou mais cedo do que era lícito esperar. Os poderes de Aguirre terminavam a 15 de fevereiro de 1865. Seu sucessor, D. Tomás Villalba, presidente do Senado, pediu imediatamente ao ministro italiano, Barbolini, para intervir solicitando a paz.

Após debates que duraram cinco dias, entre sitiados e sitiados se chegou a um entendimento, sob os auspícios de Paranhos: uma anistia geral; um governo provisório presidido por Flores; eleições, no menor prazo possível, restituição das propriedades confiscadas; reconhecimento das reclamações brasileiras. Tal a súmula essencial da Convenção de Paz de 20 de fevereiro de 1865.

156. *Guerra do Paraguai* – Por maior fosse sua importância, maior ainda era o interesse que se deveria ligar às feições novas que os acontecimentos supervenientes estavam imprimindo aos aspectos políticos das questões do Prata. O impossível havia ocorrido. Como um estrondo de trovão, no Rio estalara a notícia de que o Paraguai, sem pré-aviso, nem declaração de guerra, havia detido e capturado um barco brasileiro que saíra de Assunción tendo a bordo o presidente da Província de Mato Grosso, e se apoderara de quantias remetidas para serviços públicos provinciais pelo Tesouro Nacional. Pelo Império todo, o estupor só foi igualado pela grita, pela indignação e pela ânsia de desforço da injúria irrogada ao país.

Para ajuizar calmamente os fatos, impulsos puramente passionais são conselheiros perigosos. Sem dúvida, a razão invocada em Assunción, a ocupação de Melo pelas forças brasileiras, em outubro de 1864, nenhum peso teria; estaria dentro das normas jurídicas das atividades legítimas de um programa de represálias; nesse ponto, os motivos alegados pela República mediterrânea nenhuma base teriam. Quanto à captura de um navio brasileiro, ato essencialmente de guerra, sem prévia declaração

de abertura de hostilidade, ainda é assunto de direito internacional não solvido até hoje.

Procedeu-se recentemente a um inquérito sobre o torpedeamento pela esquadra japonesa dos navios de guerra russos ancorados em Porto Arthur, em 1904, sem que tivesse havido prévia declaração de rompimento. A conclusão foi que os casos de aviso balanceavam as de ausência dessa formalidade, por alguns tida como essencial para legalizar os atos belicosos. Dominou o parecer que era questão mais moral do que jurídica.

Na realidade, no nosso caso, a fato era irrelevante, por seu nulo influxo do ponto de vista militar, constituindo assim apenas a afirmação violenta do estado de guerra. Mas o efeito político foi imenso.

Em abono da habilidade previsora da política seguida por López, deve ser tido que o momento havia sido admiravelmente escolhido.

No Uruguai, podia contar com a aliança dos *blancos*, em Entre-Rios, com a de Urquiza. O Império não dispunha de mais de 17.000 homens em armas, espalhados pelo seu vastíssimo território, embora no Rio Grande se achasse um pouco mais de metade desse efetivo. Enquanto tal acontecia, o Paraguai possuía, em novembro de 1864, 80.000 soldados, e, em princípios de 1865, 100.000, mais portanto, do que o máximo que o Brasil jamais pôs em linha em qualquer fase da guerra, sendo que os maiores algarismos atingidos por nós foram menos de 68.000 combatentes em abril de 1866.

157. Elementos contrários ao Uruguai – Mas já então começaram a exercer sua influência elementos que López não possuía, pelo menos no mesmo grau de que seus adversários, a capacidade do comando militar e da direção diplomática.

Quando Aguirre o concitou a atacar pela retaguarda as tropas brasileiras, para assim obrigá-las a levantar o sítio de Montevideú, deu realmente López início à marcha de seu exército, e pediu licença à Argentina para atravessar com suas forças Corrientes e Entre-Rios. Mitre, evidentemente, negou a impetrada vênua. A isso o ditador respondeu por uma declaração de guerra à Confederação, e invadiu Corrientes, a contar naturalmente com a prometida colaboração de Urquiza. Falharam as previsões, entretanto. Em fevereiro, Flores achava-se à frente do governo uruguaio, aliado ao Brasil contra o Paraguai; a este tratado, Mitre, coagido pela in-

vasão de Corrientes, só poderia aderir: de qual, a aliança assim se tornou a Tríplice, por ato de 1º de maio de 1865.

158. *Posição falsa de Urquiza* – Para Urquiza, a perspectiva havia mudado de todo a todo. Se ele tivesse rompido em rebeldia franca contra Buenos Aires, e recebesse o auxílio de López, ainda teria podido invocar precedentes, e discutir a legitimidade de sua posição; embora seus entendimentos não escritos com o ditador paraguaio já valessem por ato de traição contra a Argentina. Já agora, esta fora invadida por tropas estrangeiras; em sua situação de membro da Confederação, não protestar nem agir contra o invasor equivaleria a tornar meridiana sua felonía, e lhe não permitiria mais levantar a cabeça perante seus patrícios. Ademais, a seus olhos de *condottiere* os acontecimentos assumiam aspecto inteiramente diverso, após a derrota dos *blancos* uruguaios aos quais estava aliado. A previsão não parecia risonha nem prometia êxito.

Permaneceu inativo, portanto. De fato, assim ele traía a todos. Cuidou o Brasil de o tornar inofensivo. Urquiza, embora imensamente rico, tinha pela fortuna amor imoderado; o general Osório, o futuro marquês de Herval, conhecia-lhe o fraco e deliberou se servir dele; o exército brasileiro necessitava urgentemente de cavalaria, e Osório ofereceu ao chefe de Entre-Rios comprar quantos animais fosse possível adquirir nessa província. Assim foi que cerca de 30.000 foram comprados por preço altamente remunerador, praticamente todos quantos Entre-Rios podia fornecer; correspondia tal aquisição ao desarmamento do possível adversário, pois os entre-rianos, ótimos e admiráveis cavalarianos, não constituíam senão fraca infantaria. E por esta forma, Urquiza foi anulado como valor combatente.

159. *Erros militares de López* – Ainda cometeu López outro erro militar capital: dividiu suas forças e mandou-as para norte e para sul. Para norte, em rumo de Mato Grosso, em dezembro de 1864, onde nenhum objetivo militar existia, pois a conquista do território constituiria mero alvo geográfico; golpe de espada na água, nem sequer deixaria traços na conduta geral da guerra, e apenas serviria para demonstrar, pelo valor da resistência brasileira, em Dourados e Coimbra, o heroísmo e abnegação patriótica da gente nossa. Para sul, rumo de Corrientes, que suas tropas ocuparam com pequeno, mas cruel, derramamento de sangue argentino;

daí, para o rio Uruguai, quanto a uma de suas colunas, e para o Brasil, quanto à outra. A primeira foi destruída na batalha de Yatay, a 17 de agosto; a segunda apoderou-se da cidade de Uruguaiana, mas aí foi sitiada e forçada a se renderia 17 de setembro 1865.

Pela mesma época, a esquadra sob o comando do almirante Barroso puxou os fogos, e subiu o rio Paraná, e aí, a 11 de junho desse ano, destruiu a frota paraguaia.

Além de baixas em combate, as forças haviam sofrido grandemente de epidemias reinantes nessa região; o Dr. Cecilio Baez, antigo presidente do Paraguai, em publicação recente declara que, em fins de 1865, antes portanto da invasão dos aliados no território paraguaio, o primeiro exército de López, de cerca de 64.000 homens, estava praticamente destruído.

Grande parte das operações havia recaído sobre a marinha, pois o rio Paraná era um longo corredor fortificado, pela corrente do qual os navios guerra tinham de subir águas acima, até Assunção, a fim de abrir o caminho para os transportes de todo gênero. Muitos dos encontros foram verdadeiras batalhas navais, travadas sob o fogo cruzado das baterias marginais nos trechos estreitados do caudal. Mais de um constituiu ação gloriosa; Humaitá, a 19 de fevereiro de 1868, acima de todos. Pela primeira vez, alguns anos antes de Lissa, a tática do ataque pelo choque de proa sobre o navio abordado foi usado pelo almirante Barroso, em Riachuelo, a 11 de junho de 1865.

1866 presenciou a travessia da fronteira fluvial para entrar no território inimigo. A batalha de Tuiuti foi um desastre para López, que tentou solicitar a paz. Fê-lo, entretanto, exigindo condições inaceitáveis. Recusava deixar a presidência, e os aliados estavam convencidos de que ele, e ele tão-somente, era o responsável pela cruenta luta, e não, por certo, o admirável povo do Paraguai. Tanto que, no trabalho da aliança, figurava uma cláusula para nunca se tratar com *El Supremo*.

Não é este o lugar próprio para se discutir a lado militar da campanha, assunto marginal ao da formação histórica do Brasil. Lembremos, apenas, que após três anos de duro e sangrento sacrifício, a 5 de janeiro de 1869, Assunção foi ocupada. Desde a travessia do Paraná, ia López fugindo: com esse período coincide a exacerbação de suas atrocidades. Ocupada

Assunção, renovou-se com um redobrado ardor de perseguição dos restos do exército paraguaio. Terminou a peleja em 1º de março de 1870, quando López foi morto perto da fronteira brasileira, em Cerro-Corá.

Coragem, audácia, heroísmo, multiplicaram-se em ambos os lados do conflito. O Brasil, a Argentina e o Uruguai podem orgulha-se de seus soldados. Mas igual homenagem deve ser tributada aos admiráveis filhos do Paraguai. Valentes e obedientes, sofredores sem um gemido e sem recuos, mesmo nas maiores agruras da luta, combatiam, venciam ou morriam com inteira ausência de receios e absoluta devoção ao seu país. Oferecendo-se-lhes garantia de vida se se rendessem, recusavam, declarando não terem ordens para aceitar. No Brasil, inspiraram a maior estima e admiração, iguais apenas em sua intensidade ao sentimento de horror causado pela propositada crueldade de López, sua louca fúria homicida, seu desprezo atroz e monstruosamente egoísta pelo bem-estar de seu povo e por seus interesses.

Hoje em dia, unidos todos esses guerreiros, amigos e adversários, em um sentimento geral de respeito, de ardente entusiasmo e de veneração, todos os brasileiros, sem distinção de opinião, oferecem à memória sagrada dos lutadores a homenagem sincera de seu assombro e de sua gratidão.

Dois estrategistas revelaram-se na campanha: o duque de Caxias, comandante do exército imperial, e, após a retirada de Mitre, general-em-chefe de todas as forças aliadas; o conde d'Eu, seu sucessor, durante a difícil fase final da guerra, a chamada campanha das cordilheiras. Chefes táticos, condutores de soldados, dedicados até a morte à causa que defendiam, foram inúmeros nos quatro grupos nacionais. Quanto aos soldados, não há elogio que possa exagerar seu mérito.

Fugido López, desde 15 de agosto de 1869 se instalou em Assunção um governo provisório. Com este, o Brasil e a Argentina assinaram um tratado preliminar de paz em 20 de junho de 1870, tratado ao qual o Uruguai aderiu a 1º de agosto. O tratado definitivo, entretanto, foi de elaboração difícil; não por óbices suscitadas pelo Brasil, mas por exigências oriundas da Confederação Argentina.

Tais os obstáculos, que, sendo imprescindível pôr termo a esse demasiado longo período de paralisação das negociações, o Império decidiu agir, e em janeiro de 1872, assinou um complexo de quatro tratados, sobre

paz, fronteiras, extradição, comércio e navegação. Os limites eram aqueles mesmo que o Brasil sempre reclamara, sob o princípio do *uti possidetis*. Permaneceu aberta ainda longa discussão com Buenos Aires, objeto das missões de D. Bartolomé Mitre (1872) e de D. Carlos Tejedor (1875) ao Rio, discussão que terminou pela Conferência de Buenos Aires em 1876.

160. *A opinião pública e López, na América do Sul.* – Era favorável ao Paraguai a opinião geral da América do Sul. Existia afinidade natural por parte dessas repúblicas todas para um país onde vigoravam instituições do mesmo jaez, atacadas por uma aliança na qual predominava o império único do continente. Além do que, considerada no mapa, a aliança era um grupo esmagador a cair sobre o pequeno trato central da sul-américa, milhões de aliados a investirem contra um escasso milhão de defensores locais. Finalmente, a diplomacia de López havia abundantemente subsidiado a publicidade, com o fito de criar uma corrente internacional de sentimentos que lhe fosse simpática. Elementos morais devemos acrescentar, pesavam muito na direção da guerra. Foi somente após o fim da guerra que as condições reais de luta foram conhecidas e tomadas em consideração.

República, o Paraguai certamente não o era: López II havia herdado o país pelo testamento paterno: pouco acima de escravos eram seus habitantes, não havia lei, senão uma vontade autocrática arbitrária; vidas, recursos, fortunas, honras dos indivíduos, tudo estava à disposição do *El Supremo*, sem possibilidade de apelo. Além disso, era seu intuito proclamar-se imperador de um novo império, constituído de seu próprio país, e de Corrientes, Entre-Rios e Uruguai conquistados.

A guerra fora preparada com larga antecedência, e a prova está na desaprovação das forças em confronto no começo contenda: de 80.000 a 100.000 homens ao lado do Paraguai; 17.000 apenas postos em linha pelo Brasil. Como eram evidentes, no decurso das operações os Aliados reforçaram seus contingentes, mas de um modo e em proporção inteiramente comparável ao que o ditador fizera: nunca o Império, por exemplo, teve no teatro de hostilidades mais de 68.000 baionetas; isso mesmo, uma só vez, em abril de 1866. Se o exército paraguaio se dissolveu e destruiu, foi conseqüência da incapacidade de López, quer militar, quer diplomática.

Cumpr sempre ter no espírito que os aliados constantemente nutriam a convicção de que os sentimentos do Paraguai eram diferentes,

por completo, dos de seu governo. Foi o que solenemente declararam na abertura das hostilidades, e o que ficou comprovado no desenrolar dos acontecimentos, até a inegável massa de depoimentos paraguaios de 1869 até hoje. Nessa persuasão agiram durante toda a luta: o Império, principalmente, para o qual a base de sua política no Rio da Prata era como ainda é, a independência do Paraguai e Uruguai.

A convicção fundamental da aliança baseava-se no fato de ser López a causa, e a única, de todos os dissídios, e na crença meditada de que, enquanto fosse chefe do governo, as dificuldades sempre renasciam. Daí, a firme determinação de derrubá-lo e de separá-lo de qualquer contato com o Paraguai. Assim ocorreu pela sua morte em Cerro-Corá, mais isso foi mera casualidade, e o mesmo resultado poderia ter sido obtido por seu auxílio do país, ou por sua detenção. Ademais, é necessário não olvidar que a guerra não é tarefa que se faça de luvas brancas, e que ela se desenrola no sangue e na morte.

Pelos mesmos motivos, Mitre repeliu as propostas de paz oferecidas pelo ditador em Ytaity-Corá, em setembro de 1866: este havia recusado a exigência fundamental da aliança, seu próprio afastamento da presidência e do país.

Idênticas as razões do Brasil, declinando as ofertas de mediação dos Estados Unidos, em princípios de 1867.

Em ambas as ocasiões, a guerra teria sido vencida pelos aliados, mas teriam permanecido as causas profundas que impediam uma paz duradoura, e isto enquanto o principal perturbador desta possuísse autoridade para dar larga a sua ameaçadora política de conquistas. Não se deve esquecer que tal atividade significava: Corrientes e Entre-Rios a se separarem da Argentina: a anexação do Uruguai.

No período final do conflito, o Brasil desempenhou o papel principal, e, por isso, sobre o Império recaíram acusações de todo gênero.

161. Fim da Guerra – López nutria por Napoleão veneração ilimitada, por mais longe desse ideal ele se revelasse. Num ponto, contun-do, sua própria sorte coincidiu a biografia do curso genial: o clamor geral contra a fase final de sua existência.

O dever político de Inglaterra para com o Imperador vencido foi tão claramente explicado por Lord Roseberry, após as experiências da

ilha de Elba, constituída, em reino para o herói derrotado, e a de Waterloo, que suas palavras poderiam quase ser reproduzidas aqui quanto ao ditador do Paraguai.

Seu afastamento do cenário internacional sul-americano era dura, mas mera necessidade. O povo da república central não reagia contra a sua direção, à qual obedecia sem sombra de discussão; assim havia plasmado sua educação secular. Os acontecimentos tormentosos de 1864-1870 ressurgiriam de novo, se seu autor continuasse em seus cargos públicos, ou mesmo em proximidade tal do país, que para este pudesse inopinadamente voltar. Nenhuma evidência, nenhuma esperança, sequer, se poderia obter de que ele houvesse mudado de orientação em sua nefasta política internacional.

Santa Helena, Doorn, a Campanha das Cordillheiras, não são soluções, preferidas entre várias, senão duras e severas imposições de segurança pública. Quanto a imperialismo, o Brasil nunca mudou suas exigências nos tratados lindeiros, e constantemente exigiu as fronteiras, ou menos do que essas, pelas quais havia combatido desde a Independência, limites que, embora, resultassem principalmente de convenções antigas, reclamava exclusivamente em nome de sua norma internacional invariável, o *uti possidetis*.

Sobre o Império, a guerra pesou formidavelmente: 33.000 mortos, 600.000 contos gastos, tal foi o sombrio passivo. Mas em compensação, dessas três guerras, da de 1851-52 com a Argentina e o Uruguai de Oribe, da de 1864-65 com o Uruguai dos *blancos*, e da de 1864-70 com o Paraguai, resultaram intimidade maior e entendimento melhor recíproco entre os quatro povos. Claro, ainda ficaram muitas mágoas, rancores lamentáveis, e atritos graves; em conjunto, entretanto, aprenderam todos a melhor se conhecerem uns e outros, a desconfiança e a má-vontade principiaram a se dissipar.

Não perduram, imorredouros, os ódios inexplicáveis; passo importante fora dado rumo à paz permanente, quando o perigo e a ameaça, que pesavam sobre o Rio da Prata inteiro, através a ambição de López, foram afastadas do cenário sulino.

.....

Capítulo XII

EVOLUÇÃO PARTIDÁRIA. LIBERDADE DOS NASCITUROS.
QUESTÃO RELIGIOSA. DESAFEIÇÃO PELO IMPÉRIO

OS ÚLTIMOS anos da era dos sessenta e os primeiros dos setenta, constituíram período de importância extrema da formação do Brasil; até certo ponto, as guerras do Prata contribuíram para isso, além do influxo decorrente dos aspectos militares e internacionais do problema. Tanto na vida partidária, quanto nas novas tendências da política interna do país, elas se fizeram sentir.

É sabido, e foi exposto em páginas precedentes, que o sentimento republicano existia com intensidade, maior ou menor, conforme as regiões, nos primeiros tempos do Império, mas atravessou fase de amortecimento após a Abolição. No próprio Rio Grande do Sul, a revolta de 1835-45 foi mais uma explosão de anseios de autonomia, do que movimento separatista ou de derrubada das instituições políticas.

162. Novos pontos de vista políticos – Depois da guerra do Paraguai, contudo, as brasas do sentimento libertário supresso tornaram novamente a arder, para nunca mais serem apagadas. De 1864 a 1870, a desafeição pela dinastia, a oposição tácita das classes armadas, a crescente frieza dos conservadores e do clero, começaram a se revelar em grau cada vez mais intenso. Não exagera quem disser, que desses dias data o semear

da semente que germinou e floresceu cerca de vinte anos mais tarde, quando a República foi proclamada.

Poucos e simples, eram os fatores da transformação. O primeiro se encontraria na Constituição Imperial. Além da clássica divisão tripartida, das três unidades independentes – Executivo, Legislativo e Judiciário – um órgão de criação fora criado entre elas, para harmonizar e resolver as divergências porventura ocorrentes entre os três poderes: o chamado Poder Moderador, encarnado no Imperador.

163. *O Imperador* – Legalmente, normalmente, o chefe do Estado era forçado a intervir nas questões de todos os dias e nas dificuldades supervenientes: o resultado era que não poderia evitar de decidir e tomar posição nos conflitos de interesses, quer partidários, quer de ordem outra, e sobre ele recaíram objurgatórias e maldições de grupos políticos que se vira obrigado a contrariar.

Como tal fato ocorria, principalmente, por ocasião da mudança de gabinetes, ou na substituição relativa dos partidos no poder, o que se visse apeado do governo acusava e cobria de apodoso o supremo detentor, constitucionalmente irresponsável, do Poder Moderador; enquanto que era elevado à governança considerava perfeitamente natural, e nenhum favor, achar-se à frente dos negócios públicos. Após certo tempo do rotativismo, todos os grupos haviam necessariamente sido governo e oposição, e, nesta última situação, nunca haviam poupado o imperante, multiplicando provocações críticas mais ou menos justas, e acusações: assim, a opinião dominante na vida pública do país se achava eivada de suspeitas, quando não de hostilidade, contra o Supremo Magistrado da Nação.

Ademais, a personalidade do Imperador era tal que não opunha o menor obstáculo à proliferação da má vontade. Filósofo, possuía as mais altas virtudes cívicas: sinceramente patriótico, dedicava todo o seu tempo ao país, mas em grau muito menor cuidava dos indivíduos. Merecia ser considerado como verdadeiro, e sempre ativo, *redresseur de torts*, uma sorte de antigo censor romano. Ora, isto desagradava a muitos.

Tolerava que a crítica e o insulto, a própria calúnia, tivessem livre curso e campeassem impunes. Nunca se defendeu ele próprio, seguro como estava em sua consciência de homem de bem de se achar acima de tais misérias. Muito atento em não ferir o sentimento público, usava de

sua grande influência para guiar o país e seus representantes em rumo das soluções que ele achava mais adequadas ao bem da comunhão. Nunca permitiu o menor ataque à dignidade do Brasil: em 1863, o diplomata inglês Christie, tendo sido grosseiro para com o país, D. Pedro II rompeu relações com a Grã-Bretanha, e somente as reatou depois de desculpas apresentadas oficialmente por parte do governo britânico, em 1865. Durante a guerra do Paraguai, ninguém mais do que ele se sentia melindrado pela afronta feita por López; dedicou-se exclusivamente a providenciar sobre todas as necessidades do Exército e da Armada. Tão intensos seu labor extenuante, e o esforço que despendeu, que, tenho apenas quarenta anos em seu início e sendo homem poderoso e forte e cheio de vida, já no fim, cinco anos mais tarde, tinha o aspecto de um velho, de cabelos brancos e abatido.

Seus hábitos eram simples e sem formalidade. Um filósofo, um sabedor, cuja ocupação predileta era estudar e ler. Sinceramente dedicado às Forças Armadas, nunca as compreendeu completamente, nem alcançara a intuição de sua significação política e social no desenvolvimento do Estado moderno: por tal motivo, freqüentemente se afirmava que ele não era simpático à tropa, o que era uma inverdade, e que não se interessava por seu progresso, o que parcialmente era exato.

Nunca teve favoritos, nem tolerou aduladores. Ouvia e respeitava todas as opiniões: delas fazia proveito e aceitava conselhos, quando lhes reconhecia valor. Sua confiança recaía sobre poucas personalidades, mas a todas dava ocasião para se revelarem; nunca se deixou influenciar por simpatias cegas, nem por desconfianças sem fundamentos. Sua vida, tanto a pública, como a privada, foi imaculada.

Notava todos os detalhes, com o intuito de os aplicar, no que tivessem de bom a seu país. Acima de tudo, colocava o dever, fosse qual fosse o interesse no caso. Talvez tenha sido o melhor, o primeiro e sincero republicano do Brasil.

Tais feições morais explicam muitos fatos: entre eles, o misto de pesar, de afeição e de respeito, que encheu a alma da população e dos novos governos, quando as circunstâncias, mais poderosas que os homens, forçaram a recém-proclamada República a exilar para a Europa toda família imperial.

A opinião pública, e especialmente a dos Estados estrangeiros, significava muito em seu espírito. Na corte imperial, e de acordo com a antiga tradição portuguesa, existia o beija-mão: em 1871, por ocasião de sua viagem à Europa, notou ter ficado obsoleta tal prova de respeito; imediatamente, ele a aboliu do Brasil. Sempre fora um abolicionista da escravidão, multiplicando demonstrações de seus sentimentos: ministros houve que, colocados por suas tendências de libertar seus próprios escravos e outras do mesmo gênero, lhe fizeram respeitosa ponderações sobre não poder ele agir por tal forma, soberano que era de um país no qual a escravidão era um instituto legal. Quando ele foi ao Rio Grande do Sul, entretanto, em 1865, e entrou em contato com pensadores e diretores mentais da Argentina e do Uruguai, sentiu a geral repulsa inspirada pela existência de cativos no Brasil; parece que hauriu novas forças, e energias novas para preparar a via de acesso da abolição gradativa do pecado servil.

Com tão notáveis qualidades e na sua posição, a influência de D. Pedro era muito vasta e, de dia para dia, ia crescendo. Em sua mocidade, havia trabalhado sob a direção e em cooperação com os fundadores do Império; pouco a pouco, tinham estes desaparecido do cenário dos fatos, e suas vagas não havia como preenchê-las com gente nova, pois esta não possuía a experiência, o conhecimento dos negócios, a tradição que o Imperador era o único a conservar e a representar, por seu próprio esforço tanto quanto pelas lições que lhe aviam prodigalizado os grandes precursores.

Cada vez mais, tornou-se, de modo absolutamente natural, o *primus inter pares*. Pelos setenta, poucos eram os estadistas que se poderiam apontar, de peso comparável ao dele: S. Vicente, Cotegipe, Rio Branco, Zacarias, Paulinho José Soares de Sousa, Caxias. Na era dos oitenta, encontram-se ainda os nomes de Sousa Dantas, João Alfredo, Afonso Celso, Lafaiete Rodrigues Pereira. Mas, acima de todos, pela experiência, antiguidade no ofício de governar e atividade incessante, pairava o Imperador. À testa dos chefes que se avizinham da fileira da frente, por 1870, tinha ele próprio já trinta anos de cuidados governativos e de preocupações de ordem pública, deixados para trás.

Outro elemento auxiliava ao monarca em sua preeminência acima do ambiente: enquanto em torno de si tudo mudava, ele sempre se achava no posto de comando, e nada confere autoridade maior do que

durar e permanecer. A duração, tanto quanto uma longa paciência, figura entre os mais eficientes construtores do gênio.

164. Evolução partidária. – Ora, precisamente no período mencionado, as ocorrências da política interna estavam evoluindo com muita rapidez. Depois das perturbações das regências e do fim da revolta do Rio Grande do Sul, em 1845, as correrias incidentais do Recife, em 1848, pouco haviam modificado o ambiente de geral ansiedade pela paz. Em 1853, Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná lograra realizar o grupamento em um só partido, a conciliação, de todos os membros proeminentes do país, que fossem sinceramente de ânimo liberal e conservador, de verdade. A sua morte, em 1856, tal orientação política, ligeiramente evitada de conservatismo, tal prestígio adquirira, que teve de se prolongar até 1859, quando uma sorte de desintegração partidária começou a se revelar, processo que, no ano seguinte, se acentuou.

Em 1861, a Câmara dos Deputados apresentava três agrupamentos: conservadores, divididos em extremistas e moderados; e liberais, formando um bloco. Em 1862, fizera-se a união entre moderados e liberais, constituindo a Liga, que começou a governar o Brasil sob o nome de partido progressista. Tal justaposição de elementos de orientação divergentes continha em si o fermento da dissolução, e revelaram-se sintomas de que se separariam na primeira ocasião os conservadores dos liberais. Os gabinetes iam mostrando tendências liberais crescentes. Ficaram no poder cinco anos (1863-1868), durante os quais a figura dominante foi a de um severo liberal, o senador Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Embora não os houvessem solvido, em seus dias vieram à frente dois graves problemas de interesse vital para o país: a abolição da escravidão, a intervenção da força armada na política. Como conseqüências, apareceram a subversão dos antigos moldes partidários e o início da propaganda republicana; esta, nunca mais havia de parar, até seu triunfo definitivo em 1889.

Do Rio Grande do Sul, D. Pedro II havia voltado profundamente impressionado pelo prejuízo que a escravidão causava ao Império, no conceito unânime das nações cultas estrangeiras. Nesse modo de pensar, o soberano não se achava isolado: poucos anos mais tarde, Silva Paranhos declarou no Senado quanto havia sentido essa pressão moral, exercida

pelo estrangeiro, e que, no decurso das dificuldades no Rio da Prata, mais de cinqüenta mil brasileiros tinham regressado a seus lares com a mesma impressão. Havia, pois, chegado o momento de encarar e solver a interrogação abolicionista.

Em número limitado, pensadores haviam iniciado o ataque, no Parlamento, na tribuna judiciária, nas associações científicas e na imprensa. Eram ainda esforços isolados, sentinelas perdidas de uma causa, que encontrava óbice muito mais grave do que a hostilidade do sentimento nacional, e era sua inteira indiferença. A convicção geral era de que tal instituto valia como pedra angular da economia brasileira, e que era inteiramente impossível movê-lo, sem que sobre o Brasil desabassem os flagelos da ruína e da guerra civil das raças.

165. A Liberdade dos nascituros. O visconde do Rio Branco – Os aspectos das coisas, entretanto, apresentavam lineamentos novos. O próprio Imperador entrou na contenda, e começou, apesar de constrangido por sua posição, a mostrar seu próprio parecer. Subscreveu listas destinadas a libertar escravos e mandá-los para o Exército; incumbiu estadistas de valor e de alta significação política de estudar a matéria e de propor os meios de solver o problema emancipador. Foi sua a iniciativa de apontar para a liberdade dos nascituros, como o dever essencial do momento.

Neste assunto, seu principal conselheiro, do ponto de vista legal e político, era Pimenta Bueno, mais tarde visconde e marquês de S. Vicente. O presidente do Conselho o marquês de Olinda, sem sequer admitia que questão tão explosiva pudesse ser discutida. Zacarias, seu sucessor, em 1866, não era amigo de S. Vicente, e, politicamente, figurava no partido oposto ao deste. Ainda assim, curvou-se perante a vontade imperial, e, com todas as suas forças, promoveu a elaboração de um projeto através da fase preliminar do Conselho de Estado, a inquirir do caso.

Nos últimos tempos de seu Ministério, o Comitê de Emancipação, de França, escreveu a D. Pedro II uma carta que apelava para seus sentimentos, no sentido de se abolir a escravidão; o governo, em 2 de agosto de 1867, respondeu oficialmente que, no Brasil, a abolição era simples questão de oportunidade, a ser levada em consideração após a terminação da guerra do Paraguai.

Era esta uma promessa das mais solenes. Mais ainda restava longo trecho de estrada a percorrer, antes de ser obtido apoio geral à medida de tal ordem, que, como um raio, feriria toda a classe dos fazendeiros.

Entre os conselheiros de Estado, o pensamento predominante era de não tocar nessa caixa de maribondos; foi isto coisa impossível, pois a minoria sentia e mostrava que nenhuma procrastinação seria profícua, e que, quisessem ou não, a temível interrogação teria de ser encarada.

Sabia-se que o Imperador desejava ardentemente uma ação nesse sentido, a fim de que com toda prudência se preparar uma dissolução, em tempo. A resposta aos abolicionistas franceses valia por uma palavra imperial empenhada. Nenhuma saída restava aos oponentes, senão ganhar tempo. Isso mesmo não se conseguiu, pois após a adoção do princípio de entrar decisivamente no estudo do caso, Zacarias nomeou uma comissão especial, cujo espírito diretor era o senador Nabuco de Araújo, um dos maiores juristas do Brasil e de seus mais profundos pensadores políticos, o *leader* mental do partido liberal.

Em agosto de 1868, sua obra estava terminada. Representava largo progresso sobre os cinco projetos primitivos de São Vicente; com algumas emendas, ficou sendo o projeto oficial do Conselho de Estado. Tanto assim, que, em 1871, quando Silva Paranhos propôs ao Parlamento a adoção do projeto de lei, foi a redação do Conselho, isto é, o plano de Nabuco, que serviu de base ao debate. Apenas lhe fizeram uma modificação, em verdade, importantíssima, teoricamente, mas de fato sem alcance, pois ninguém dela se utilizou: a opção dada ao senhor da escrava de escolher entre a utilização gratuita dos serviços de ingênuo negro até os vinte e um anos de idade, ou o recebimento de 600\$000 com a condição de o entregar ao Estado aos oito anos de nascido.

Tal foi a lei de 28 de setembro de 1871. Daí por diante, nenhum escravo mais nasceria no Brasil: era o complemento natural da lei de 1850, de Eusébio de Queirós, abolindo o tráfico. Destarte, ficava desfechado golpe mortal no instituto servil: ambas as fontes de sua existência eram estancadas, as importações africanas e o nascimento. Mesmo que, posteriormente, nenhuma outra medida tivesse sido posta em prática, a escravidão não poderia durar muito nem excederia a vida dos escravos então vivos, de

trinta e quarenta anos no máximo. De fato, não duraria tanto: em 1888, a abolição imediata foi votada.

Fácil é compreender que tal lei feria profundamente a classe agrícola nos seus interesses mais radicados. Causou no mais alto grau, arrefecimento na devoção que os ligava à dinastia. Como o Imperador havia partido para a Europa, deixando na regência sua filha, a Princesa D. Isabel, a má vontade recaía principalmente nela e em seu marido, o conde d'Eu, cujas idéias liberais sobre o assunto era notória. Tal oposição, é bem de ver, tinha de ser amaríssima e duradoura nos círculos dos fazendeiros, assim como em todas as rodas conservadoras.

166. Influência dos militares na política. A questão Caxias – Outra fonte grave de preocupação provinha de outro quadrante. A Constituição imperial permitia a eleição para o Parlamento de oficiais em serviço ativo; fora um grande erro, pois conduzia a conflitos entre o dever militar e a disciplina partidária, mas tal tolerância representava uma concessão dos tempos da Independência. Entre os senadores do Rio Grande do Sul, figurava, desde 1845, o maior soldado do Império, o marechal Luís Alves de Lima e Silva, marquês e mais tarde Duque de Caxias. Sua carreira, cheia de glória, só ostentava o sucesso e a vitória. Era fervoroso conservador, e por duas vezes fora ministro e presidente do Conselho. Suas opiniões pesavam muito nas deliberações conservadoras, e sua investidura política o tinha levado a se intrometer nas pejejas partidárias. Daí lhe adviera funda desconfiança para com seus adversários.

Sendo presidente do Conselho, Zacarias, em 1860, sentiu bem que Caxias era o único general capaz de arcar com as dificuldades da guerra do Paraguai: numerosos eram os oficiais de toda graduação aptos a comandar tropas e as levar valentemente ao combate; mas o Brasil só possuía um estrategista, e este era o marquês.

Dois óbices, sérios e particulares, talvez obstassem a sua aceitação do convite para o comando-em-chefe: o Gabinete de Zacarias era liberal, e o ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o futuro barão de Uruguaiana, era inimigo pessoal do marechal.

Era óbvio que, entre o ministro e comandante-em-chefe, deveria existir uma cooperação constante e íntima, de todos os instantes, e isto excluía uma das duas personalidades. Chamado a corrigir uma situação

militar delicada, Caxias não tinha substituto, de sorte que Ferraz teria de abandonar a pasta, apesar de seu extraordinário valor, um dos raros políticos de todos os tempos do Brasil, talvez o único, considerado capaz de gerir qualquer das pastas ministeriais, e, mesmo, todas elas a um tempo.

Quanto a se recusar a servir por divergência dos credos políticos, ele um conservador, e o Ministério sendo liberal, a grande alma de Caxias nem sequer admitia a noção: não se tratava de assunto partidário, lhe dissera Zacarias, e assim também pensava o marechal, que só enxergava o Brasil. A 10 de outubro de 1866, foi lavrada sua nomeação de comandante-em-chefe das forças brasileiras.

Em quase todos os sentidos, contudo, a educação dos partidos era defeituosa. Mesmo ante o inimigo, suas lutas intestinas não; seu espírito de crítica, e as contendas parlamentares não conheciam nem parada nem trégua, e assim enfraqueciam tanto o Gabinete como o general-em-chefe. A imprensa partidária dava curso a quanto boato aparecesse, por mais absurdo fosse; vivia a criticar ferinamente todos os movimentos e todas as pausas da operação no Paraguai, ofendendo acerbamente a Caxias.

A tarefa que lhe cabia defrontar era tremenda. Até então, o comando havia sido exercido com grande frouxidão e desordem: prosseguiam os combates, a vitória acompanhava os aliados, mas não se sentia uma direção enérgica e estratégica. Tudo e todos tinham de ser repostos nos lugares competentes, a fim de se criar um instrumento tático apto a desenvolver e assegurar o êxito dos planos do marechal. Além disso, era delicadíssima a situação dos exércitos: o Brasil já estava suportando o ônus principal da campanha, tanto em recursos como em gente: Flores receava uma revolução *blanca* no Uruguai, e após o primeiro ataque malgrado de Curupaiti, em 1866, teve de voltar a Montevideú; Mitre, comandante-em-chefe dos Aliados, via-se coacto em sua missão pelas perturbações da ordem na Argentina, e não se mostrava um grande condutor de exércitos; teve de regressar a Buenos Aires para reprimir sublevações; Tamandaré e Inhaúma, almirantes da esquadra brasileira, nenhuma confiança tinham na República, e hesitavam em dar eficiência absoluta a suas forças navais nas operações encetadas, com o receio de levantes provocados pela Argentina, pelas costas dos combatentes; Mitre, por sua parte, acusava os chefes da Armada por sua inércia, quando era exigido o máximo de eficácia nas

ações empreendidas. O general Osório, barão e mais tarde, visconde e marquês de Herval, um bravo entre os bravos, retirara-se para o Rio Grande alegando doença; mas em realidade, nem ele, nem o general marquês de Sousa, futuro conde de Porto Alegre, concordavam com a direção dada por Mitre.

Com a presença de Caxias, começou vida nova. Chefes que se haviam retirado do campo da luta, voltaram a ela; marinheiros e soldados, oficiais de toda graduação, ansiosos por mostrarem do quanto eram capazes, pediam para que se avançasse, tanto mais quanto, desde a viagem de Mitre para Buenos Aires em 1867, estava o marechal no comando geral dos Aliados. Mesmo após a volta do presidente da Argentina às terras paraguaias, em 1º de agosto desse ano, ele deu ao general brasileiro liberdade plena para dirigir as operações. Iniciou-se então uma fase de extrema intensidade, sob a chefia real de Caxias. Apesar de tudo isso, a imprensa carioca o atacava sem dó nem trégua, acusando-o de inação. Finalmente, a 14 de janeiro de 1868, teve Mitre de novamente viajar para Buenos Aires, e então Caxias passou a definitivamente a chefiar os Aliados.

Imensos eram seus esforços e seus cuidados: tudo tinha um momento de repouso; conduzia um largo exército de quase 50.000 homens, o que era muito para aquela época, fazia reconhecimentos, muitas vezes pessoalmente, e combatia ele próprio, como um oficial moço. Na ponte de Itororó, em dezembro do 1868, Caxias, comandante-em-chefe, velho, enfraquecido por seus 65 anos de idade e por seus incômodos de saúde, renovou o feito heróico de Bonaparte em Arcole, e, de espada na mão, levou suas tropas pela ponte que a metralha varria, e na qual, antes dele, três generais haviam tido baixa por ferimentos graves, mortais mesmo.

Tal era o homem que a imprensa partidária, os políticos de barbearia e os estrategistas de cafés, acusavam de incapaz de defrontar as agruras e dificuldades da situação, preguiçoso, comodista e fraco.

Tem sido a triste sina do Exército no Brasil nunca ter logrado ser compreendido pelas classes civis, e especialmente pelos partidos políticos. Tranqüilos em suas casas, confortavelmente sentados em suas cadeiras nas administrações ou no Parlamento, discutem, aprovam ou acusam soldados, cuja tarefa, sofrimentos e possibilidades são incapazes de medir ou mesmo de compreender por completo.

As duas mentalidades, a militar e a civil, chocam-se, principalmente por causa da ignorância desta última em assuntos militares. A sensibilidade peculiar, a noção de honra e os melindres das classes armadas, pairam absolutamente além da compreensão média do homem da rua.

Além do que, nunca silenciaram em face do inimigo as contendas partidárias e as concorrências e os apetites. Exércitos, baixas, mortos, moribundos e feridos, hospitais e epidemias, consideravam-se como coisas distantes, assuntos para discursos de oposição ou de críticas a governos, ocasiões para paralelos entre liberais e conservadores no corpo de oficiais. Entrementes, o sangue brasileiro corria em regatos e ondas. O pavoroso egoísmo das classes civis não podia ser mais fundamente impatriótico.

Embora conservador, Caxias havia sido escolhido e nomeado por um Gabinete liberal, porque ele era o único estrategista que o Brasil possuía. O mais evidente e estrito dever do Gabinete seria, pois, sustentá-lo com todas as suas forças, auxiliá-lo de todos os modos no cumprimento de sua penosa e difícil incumbência. Ao invés de tal cooperação, a imprensa liberal movia insidiosa campanha de indiretas, dichotes, motejos e insinuações maldosas contra o marechal; deputados e senadores não poupavam críticas que só revelavam a própria incompetência dos acusadores.

Pela sua correspondência e pelos jornais que recebia, o marechal estava a par de todas essas miseráveis intrigas, toleradas, senão fomentadas sub-repticiamente por amigos do Gabinete. Sentiu-se justamente melindrado e enfraquecido. Sob o pretexto oficial de moléstia (e, de fato, estava gravemente doente), enviou seu pedido de demissão, enquanto em carta particular ao ministro da Guerra expunha os motivos reais de seu ato.

Mesmo então, o verdadeiro aspecto dos fatos não clareou os espíritos dos conselheiros de Estado, aos quais Zacarias, presidente do Conselho de Ministros, apresentou todos os documentos. Declarou que Caxias estava equivocado, que sua própria confiança no marechal nunca variara, mas, desde que para este não se poderia encontrar substituto, todo o Gabinete pediria dispensa da tarefa de governar, a fim de que se mantivesse inteira confiança entre o comando e o governo.

Aos membros do Conselho de Estado, a crise apareceu somente sob um ângulo: um gabinete derrubado pela pressão da forma armada. O pundonor ferido, o desrespeito ao ponto de honra, a deslealdade cometida

contra Caxias, nada disto os impressionou, cegos como estavam pela hipertrofia do sentimento partidário. Tanto mais, quanto Zacarias, negando embora qualquer intenção de melindrar o marechal, havia posto a questão em terreno delicadíssimo e crítico, ao declarar que, sendo indispensáveis os serviços de Caxias, o Gabinete se retiraria. Por quê? Se nada lhe pesava na consciência?

A verdade real parece estar no fato de que Zacarias nunca fora um estadista, por mais notáveis seus dotes morais e intelectuais. Toda a sua vida pública foi dominada por uma idéia única: seu partido e os interesses deste. Tudo, inclusive princípios, subordinava-se a essa noção preliminar. Nenhum exagero há em confirmar tal conceito, pois disso existem provas: como já dissemos, auxiliou ele poderosamente a vir a discussão perante o Conselho de Estado o projeto de lei sobre a liberdade dos nascituros; seus sentimentos próprios eram favoráveis à medida; apesar disso tudo, ele a combateu com todas as suas forças no Senado, porque fora apresentada pelo partido conservador, pelo Gabinete presidido por José Maria da Silva Paranhos, mais tarde visconde do Rio Branco. Além de tudo, era de uma susceptibilidade exagerada, pessoal e por demais sensível a quanto pudesse arranhar sua desmedida vaidade; embora se mostrasse indiferente aos sentimentos alheios naqueles a quem prodigalizava seus golpes e seus sarcasmos de opositorista, vibrava e irritava-se sem medida sempre que servira de alvo à ironia de seus adversários; a estes nunca perdoava. De fato, sua mentalidade não ultrapassava a de um cabo eleitoral de inteligência superior.

Não se pode dizer que ele acoroçoasse as agressões contra Caxias, pois ele o negou; cruzou os braços, entretanto, e permitiu a seus amigos políticos o ataque contra o velho soldado. Seu dever, porém, meridianamente claro, era defender e auxiliar seu associado, já que havia aceito a colaboração do chefe conservador, e sabia que, para este, não tinha o Brasil substituto.

Ainda mais, as circunstâncias subseqüentes parece confirmarem tal explicação, pois suas opiniões, depois que deixou o governo, foram críticas públicas contra o modo pelo qual Caxias tinha exercido o comando do Paraguai, e ataques ferinos contra o Imperador, a cuja consciência política a guerra se impunha como o problema capital da América do Sul,

e que, na discussão perante o conselho de Estado havia colocado a questão política e militar em sua verdadeira luz.

No decurso do debate, os velhos conselheiros da Coroa só enxergavam uma coisa: um Gabinete caindo por intervenção de um general justamente agravado e ofendido. O protesto simples e nobre de um chefe de tropas, profunda e deslealmente ferido com seus mais dignos melindres, general que representava a bandeira nacional na guerra, estava se conduzindo admiravelmente na luta, e tinha títulos para contar com o apoio fiel do Gabinete, todo esse conjunto de fatos em nada pesavam em seu espírito e sua consideração. Caxias não havia proferido a menor queixa, e se limitara a pedir demissão do comando, deixando para uma carta particular a expressão do que, na prática universal dos exércitos, constitui a essência do êxito na direção da guerra: a impossibilidade de a realizar, na ausência de cooperação íntima e cordial do poder militar com o civil. O resultado aí estava: os politiquinhos falavam de pronunciamentos, enquanto candidamente olvidaram que a causa do conflito havia sido a conduta irrefletida e incorreta do governo para com o homem que tinha a lhe pesar sobre os ombros as responsabilidades máximas do dia.

Fiel a seu programa de vencer a guerra e iniciar a campanha abolicionista após a vitória no Paraguai, como fora decidido no Conselho de Estado ao discutir-se o projeto de libertação dos nascituros, sabia o Imperador que, apressando o advento do triunfo nos campos de batalha, aporpinquava o dia da liberdade para a raça negra, e se manteve leal a seus sentimentos próprios de honra e de orgulho pelo exército.

Fundamente ferido em sua vaidade, Zacarias fechara a porta a qualquer conciliação com o marechal; mais ainda, ao verificar que era unânime a opinião do Conselho de Estado de que, existindo incompatibilidade, era imprescindível a separação, e, entre o Gabinete e o comandante-em-chefe, este é que devia permanecer à frente das tropas contra inimigo. Zacarias, entretanto, e com ele todos os conselheiros do imperante, não queria deixar o poder dando a impressão, que eles próprios haviam contribuído a criar e difundir, de que saíam sob o influxo de uma intimação militar. Por isso, invocou um pretexto: a escolha de um senador, privilégio imperial exclusivo, que ele criticava e dizia sentir-se impossibilitado a re-

ferendar. Assim se deu, por seis meses, de 20 de fevereiro de 1868 a 16 de julho do mesmo ano, o adiamento do caso, com prejuízo da autoridade do Gabinete, pois o incidente com Caxias havia caído no domínio público e fora geralmente comentado.

O despeito do presidente demissionário trouxe outra dificuldade: estavam os liberais em maioria no Parlamento, e tinham chefes que poderiam de modo inteiramente natural tomar a sucessão de Zacarias. Mas quando o Imperador, como de costume, depois de aceitar a demissão do Gabinete, indagou de seu pró-homem a quem se deveria dirigir para organizar o novo Ministério, pediu vênias Zacarias para declinar de tomar tal responsabilidade. Isto equivaleria a declarar que os liberais não tinham correligionário apto para assumir o encargo. Daí resultou serem chamados os conservadores ao poder, sem indicação alguma de ordem parlamentar, e como consequência da ferida vaidade do chefe liberal, apeado do governo pela própria culpa.

Os liberais ficaram, como era natural, fundamente ofendidos. Em vez de acusarem a Zacarias e a si próprios, responsáveis únicos do desastre sofrido pelo partido, começaram, Zacarias à frente, a criticar e acusar D. Pedro II. O ambiente estava apaixonadíssimo, e as expressões usadas chegaram tão longe, que os mais exaltados se retiraram do partido, e foram formar o núcleo de um grupo republicano. Nunca mais cessou este de agir sobre o espírito público: da queda de Zacarias datam os pródromos da desintegração do instituto monárquico. O Império estava sendo combatido pelos próprios monarquistas, por competições baixas e egoístas de candidatos a pastas, e ignorância da disciplina e dos alvos reais do esforço partidário.

167. Crepúsculo do sentimento monarquista – Não é esta uma profecia retrospectiva. O Senador Nabuco de Araújo, mentor espiritual dos liberais, desde 1868 apontou a seus correligionários o grande erro que estavam cometendo: a campanha antiimperialista, dizia ele, afastava a possibilidade de sua volta ao poder, de novo, e dava força à formação de duas associações políticas opostas, apenas, os conservadores e os republicanos, estes vindo futuramente a absorver os liberais.

No mesmo sentido, os homens influentes do partido, Saraiva, Veloso, e outros muitos, pensavam e manifestavam sua opinião.

Fácil é acompanhar a evolução pelo cotejo das datas.

Desde 1862, o partido progressista havia propugnado reformas, publicadas em 1864, visando descentralizar o Governo Central e dar aos ministros a responsabilidade dos atos do Poder Moderador. Era um meio de acabar com o privilégio imperial, a chave da Constituição como dizia a própria Carta fundamental.

Em 1866, os liberais históricos batiam-se em sua imprensa pela abolição do Poder Moderador e pela temporariedade do mandato senatorial; a demissão de Ferraz do ministério da Guerra e a nomeação de Caxias não deixaram de influir neste item de seu programa. Depois da surtida de Zacarias, os radicais, 1868, já estavam a meio caminho entre a monarquia e a república, e defendiam os mesmos princípios. A 3 de dezembro de 1870, foi publicado o manifesto republicano, com doutrina ainda mais adiantada: a abolição do Império.

Nabuco, Saraiva e muitos outros próceres haviam-no previsto e o verbo se fizera carne. No partido novamente formado, se encontravam grandes nomes dos mais adiantados liberais, que ligaram a inspiração de 1870 à realização de 1891. Tais eram Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e outros.

Em S. Paulo, na Convenção de Itu, em 1871, grupo análogo foi constituído, dando normas do Manifesto de 2 de junho de 1873, e sob a direção de Prudente de Moraes e de Campos Sales, ambos presidentes da República, em 1894 a 1902. Em 1876, S. Paulo quase mandou à Assembléia Geral o primeiro deputado republicano, e em 1877 uma primeira patrulha de três republicanos foi feita para a Assembléia Provincial.

Nos espíritos liberais, as funções do Poder Moderador deveriam ser devolvidas ao presidente do Conselho, de acordo com o modelo inglês. Para os republicanos, o problema se apresentava sob aspecto diferente: consolidando-o, e sistematizando a autoridade pessoal do Chefe do Executivo, era o núcleo central do Poder Constitucional investido no Imperador; tornou-se, na República, a semente do sistema presidencial, inteiramente desenvolvido em 1889, mediante a propaganda incessante dos homens de 1870 e o crescimento contínuo de seus partidários.

No exército, dominava a persuasão de que os partidos monárquicos eram mal dispostos quanto às forças armadas. A princípio, D. Pe-

dro era considerado aquilo que ele realmente era: seu sincero defensor; embora após a guerra não se preocupasse muito com suas necessidades, e se deixasse atrasar nos conceitos da função das grandes instituições militares quanto à formação social e política do país. Uma desconfiança profunda caracterizava o sentimento dos monarquistas de ambos os campos para com elas, e o Imperador tributava às classes armadas menos interesse do que a outros problemas. Aos poucos, o ataque sistemático contra o Império e seu chefe, conduzido pelos próprios monarquistas, foi levando as massas de oficiais mais moços a uma hostilidade completa, contrária ao princípio de hereditariedade das funções governamentais, e seu número foi crescendo. Outras causas contribuíram para tal desafeição, como veremos dentro em breve.

168. Política religiosa do Império. – Surgiu agora terceiro fator de afastamento e de abandono por parte do clero e do sentimento religioso da Nação, feridos em sua alma pelo regalismo excessivo do poder civil e pelo galicanismo intolerante do governo, herança esta das regras semelhantes e da conduta seguidas pela monarquia portuguesa, e transplantada para o Brasil.

Os atritos entre o poder e a Igreja datavam de muitos anos atrás, mesmo de antes da Reforma. Tal era a influência dos monarcas em atos referentes a negócios eclesiásticos, que usualmente se considerava como verdadeira colaboração, tolerada, embora irregular, exercida pelo bispo de fora, *episcopus a foris*, com dissera Constantino em Nicéia. Em França, a Universidade e o Parlamento, isto é, as Cortes de Justiça, valiam por conselheiros teológicos do Soberano, e incessantemente invadiam a esfera de competência de governo da Igreja. Na Espanha, Filipe II discutiu com o Papa dogmas e disciplina, como se ele próprio fora o administrador da vida espiritual. Em Portugal, acontecia o mesmo, e a ascensão ao trono de D. José I, com seu ministro Pombal, marcou o nível máximo dessa política dominadora a rebaixar as regras romanas.

De fato, regiões inteiras da atividade pública existiam, nas quais a legislação eclesiástica tinha de ser posta em prática através da agência do poder civil. Um conflito potencial, pois, estava sempre pendente entre essas duas fontes de autoridade tão diversas, a revelação e a força material. Como tendência geral, regalismo e galicanismo procuram dilatar-se,

e dominar na contenda. A Igreja, nunca alterou sua posição, mas se via constringida a constantemente lutar pela liberdade sua, contra o poder civil invasor.

Fora o Brasil organizado segundo as mesmas normas de Portugal. Embora a Constituição de 1824, liberalíssima para a época, admitia e tolerava outro credo, o catolicismo era a religião oficial. Em 1827-1838 havia surgido um conflito sério sobre o celibato sacerdotal e os privilégios do clero: em conjunto, porém, tal assunto tinha sido tratado com prudência e espírito de concórdia, por Gabinetes desejosos de evitarem mal-entendidos com a Santa Sé.

Nabuco de Araújo, de 1854 a 1857, seria um exemplo dessa forma de cooperação, ao reformar conventos, nos quais a disciplina, a vida religiosa conventual e o número de monges tinham sofrido relaxamento. Tão longe foi, em 1855, contudo, que proibiu a entrada de noviços, como providência preliminar para a reforma geral das ordens regulares. O que, no espírito do governo, seria mera medida temporária e transitória, tornou-se permanente até quase o fim da Monarquia; de fato, a reforma não se realizou, e o noviciado não foi reaberto, senão em 1888, por Ferreira Viana, em vésperas da República. Que o intuito de Nabuco não era de estancar o recrutamento dos cenóbios, não padece dúvida: toda sua vida, suas declarações e suas convicções religiosas protestam igualmente contra isso. Outra prova está em que almejava fortalecer a vida espiritual: em 1857, reforçou uma disposição do Concílio Tridentino ao abolir o apelo à Coroa nos casos em que os bispos haviam pronunciado suspensões e interditos *ex informata conscientia*.

Tal rota, e tal prudência, entretanto, não eram sempre observadas; não era coisa excepcional figurarem nos gabinetes ministros faltos de critério ou que gostassem de procurar barulhos; daí, surgirem atritos, má vontade, óbices irritantes entre as autoridades civis e as religiosas.

O ponto de partida desse regalismo era a placitação das bulas ou breves, oriundos da Sé Apostólica. Nenhum ato praticado pelo Pontífice ou pela Cúria, por ordem dele, era exequível no Brasil, sem que tivesse sido confirmada pelo *placet* do Governo Imperial. A Igreja, evidentemente, nunca se sujeitaria, nem admitiria tal doutrina: como o poderia ela fazer? Roma falava de uma altura preter-humana, como instituição divina, acima

dos homens e em questão de dogma e de disciplina eclesiástica; nessas incumbências espirituais, não poderia ter parte proeminente o poder político, meramente urbano, embora conviesse ouvir e consultar as autoridades nacionais que regiam o país. O clero, pela Constituição, era uma classe nacional, e tinha liames a prenderem-no à organização geral do Império. Por isso, Roma tolerava, embora não aprovasse, tal necessidade temporária de se intrometer o Estado em negócios eclesiásticos.

De situação tão estranha e híbrida, resultavam inúmeras dificuldades. O dogma, por força, tinha que ficar fora de competência do poder civil: mas, mesmo aí, o esforço contínuo das autoridades civis exercia-se no rumo da intervenção nessa província reservada. Na esfera da disciplina, mais aberta a medidas conjuntas, a interpretação da dúplice competência, disciplinar e dogmática, era tal, que debates durariam tempos infinitos para as discriminações entre as duas sociedades perfeitas: a temporal e a espiritual.

O mal-estar, surgido de tais fatos, crescia de dia para dia, e tendia a pôr a Igreja na subordinação dos governos. Seria a catividade da Igreja.

Após a Proclamação da República, em 1889, a Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, a 19 de março de 1890, resumiu alguns desses vexames religiosos: ministros dando ordens aos bispos quanto à observância das regras do Concílio de Trento no tocante à nomeação de párocos; proibindo-lhes viajar para fora da diocese, sem prévia licença oficial, sob pena de ser esta declarada sede vacante, com todas as conseqüências daí decorrentes; aprovando livros de teologia para os seminários; emendando os estatutos dos cabidos eclesiásticos; regulando a jurisdição dos vigários capitulares; isentando os capelães militares do dever geral de supervisão de seus prelados: proibição de noviciado; concedendo aos chefes das ordens regulares licença para consentirem a seus monges ausentarem-se de seus conventos por mais de seis meses; aprovando resoluções capitulares; fixando novas disposições e deveres aos vigários; e muitas outras demasias do mesmo jaez.

Apesar da doutrina imutável da Igreja sobre a separação da Igreja e do Estado, tolerada, e nunca por ser louvada, o Episcopado Brasileiro considerou esta medida, pela forma adotada pela República, e no espírito

com que fora planejada, como a libertação da catividade em que havia jazido.

Além desses motivos teóricos de dissentimento, os sucessos diários davam origem a choques. Um deles, mais cedo ou mais tarde, havia de ser a maçonaria.

169. Conflito religioso – Na América do Sul, a maçonaria desempenhara papel excepcional nos dias da independência. Organizara o movimento e dirigira governos, de 1810 a 1825, nas colônias espanholas, e de 1821 a 1823, no Brasil. Nenhum alvo outro se lhe conhecia, na atividade da associação, do que o auxílio mútuo, a caridade e as aspirações liberais. Era coisa muito diversa dos esforços estrênuos das lojas franceses, italianas e mesmo alemãs, assim como dos carbonários, nas quais os ideais de liberdade se mesclavam com conspiratas profissionais e propaganda anti-religiosa.

Por essas mesmas divergências, inúmeros sacerdotes pertenciam à maçonaria, figurando mesmo em graus elevados. Na Sul-América, pois, a situação era inteiramente diversa da que dominava na Europa. No Velho Mundo, ao contrário do que aqui ocorria, e desde a Revolução Francesa, eram elementos de desordem, contra o catolicismo e a religião em geral.

A Sé Apostólica, mais de uma vez, havia condenado o instituto franco-maçônico, e mais enfaticamente o tinha feito, desde a constituição da Santa Aliança, alvo dos esforços persistentes e violentos dos filiados à sociedade secreta.

Após as revoluções generalizadas e largamente espalhadas em 1848, no continente europeu, à base das quais indubitavelmente se achava o influxo maçônico, os protestos e as condenações se tornaram mais severos, pois os Estados Pontifícios tinham sido e ainda eram apontados como uma das monarquias a derrubar; de fato, os ataques aí nunca cessaram, até o golpe final de 21 de setembro de 1870, quando Roma foi conquistada pelas tropas italianas, e nada ficou ao Papa de seu poder temporal, do que o palácio do Vaticano.

No Brasil, entretanto, reinava paz absoluta, qualquer possível tendência outra das lojas desaparecendo ante os alvos filantrópicos e caridosos a que serviam. A condenação apostólica, contudo, não abria exceções, nem nas podia abrir entre esta ou aquela outra *nuance* do instituto

universal, considerado em seu conjunto merecedor de excomunhão. Eram gerais os termos da sentença, e como tais teriam de ser entendidos, embora a prudência dos bispos pudesse ser invocada para atenuar-se a dureza da aplicação.

As lojas do Rio de Janeiro tinham celebrado uma grande festa, em honra do voto da lei libertando os nascituros negros, e, nessa reunião, um sacerdote católico pronunciara um sermão em termos tirados da linguagem maçônica. Publicara-o nos jornais sob sua assinatura, e recusara abjurar a maçonaria, apesar das exortações de seu bispo, que o havia censurado. Em face da disciplina, o bispo tinha suspenso o seu recalcitrante subordinado, do púlpito e do confessionário.

Era isto mero exercício canônico da autoridade eclesiástica, para manter a disciplina inteira e espiritual do seu clero. Mas ofendeu as lojas do Rio. Reuniram-se estas em abril de 1872, deliberaram atacar o Episcopado Brasileiro, declarando guerra à Igreja com todas as forças unidas da maçonaria. O aspecto mais grave do caso estava no fato de que o grão-mestre em exercício era o Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho, e, ele próprio, fora quem aconselhara a medida.

Nenhuma dúvida pode permanecer, portanto, de que as hostilidades haviam partido do acampamento maçônico. De norte a sul, a imprensa, brochuras, panfletos, conferências, rivalizaram no empenho de ser criado um ambiente de desconfiança e de má vontade, blaterando contra o que se chamava a intolerância da Igreja, que, em pura verdade, zelava apenas pela disciplina intrínseca e pela ortodoxia de seu clero.

O bispo D. Pedro Maria de Lacerda, que havia condenado o sacerdote indisciplinado, suportou todas as críticas com suma paciência, apesar das novas provocações que lhe foram endereçadas; talvez, até, fosse longe demais nessa mansuetude, e correu a fama de que assim procedera a conselho do internúncio papal, D. Domenico Sanguigni.

170. D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Antônio de Macedo Costa – A 24 de maio de 1872, foi entronizado o novo bispo de Olinda, um frade capuchinho. D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira; cercava-o uma atmosfera de desconfiança geral, que o acusava de ser ultramontano. Contra ele, os maçons abriram imediatamente uma campanha de calúnias e de difamação. Começou o bispo silenciosamente a reformar sua família

religiosa, sendo seguido por todo o seu clero, menos dois padres, que recusaram abjurar suas afinidades heterodoxas.

Não teve a mesma fortuna com as irmandades; formadas sob uma regra mista, religiosa tanto quanto civil, definida pelo compromisso que ligava seus associados. Alguns destes tinham ligações maçônicas, e objetaram quanto à expulsão de seu seio daqueles de seus irmãos que haviam incorrido nas censuras eclesiásticas por tal motivo.

Depois de os ter exortado, o bispo suspendeu os dois revoltados, e ordenou aos párocos avisarem aos membros maçons das irmandades para abandonar a seita; se se recusassem a obedecer teriam de ser expulsos delas, por excomungados. Uma das irmandades declarou não atender à ordem prelatícia, e, a 5 de janeiro de 1873, foi suspensa. Outras se lhe seguiram.

No Pará, o Bispo, D. Antônio de Macedo Costa, a 25 de março do mesmo ano, agiu de modo igual.

171. Processo dos bispos – Começara uma guerra religiosa da maior gravidade...

A Igreja fora atacada, é verdade, e ainda se não movera, até que a maçonaria levou a luta para dentro da atividade eclesiástica. Mas em seu revide, talvez um pouco mais de prudência, de um ponto de vista estreitamente humano e material, houvesse sido de desejar. É difícil, entretanto, aventar uma opinião, pois tais problemas de foro íntimo e de convicção espiritual são insuscetíveis de julgamentos estranhos.

D. Vital, assim como o bispo do Pará, defendia a ortodoxia e os decretos romanos, com sinceridade absoluta e com todo esforço de sua fé. Seria, entretanto, interesse verdadeiro da Igreja e do catolicismo que o fizessem de modo pelo qual moveram o combate defensivo? Será matéria opinativa. Mas, em um ponto, o acordo é certo: agiram isolados. Nem o arcebispo da Bahia, primaz do Brasil, nem os demais bispos se associaram à direção que deram à grave questão. D. Domenico Sanguigni, o internúncio, insinuou claramente procedimento mais pacífico.

A Santa Sé, ao se manifestar sobre o caso, enquanto aprovava a doutrina dos protestatários, a doutrina eterna de Roma, apontava para a imprudência do rumo seguido, mostrando que o erro inveterado, tão vastamente espalhado e difundido, se não poderia erradicar de chofre, com

um esforço único. Absolutamente correto, e dentro das normas impecáveis da mais pura religião, o curso a observar talvez tivesse podido ser evitado, ou seguido com menos pressa.

Não é fácil atinar por que se aceitou o estado de beligerância, ao invés do recurso a maior paciência e ainda maior pacífica e amorosa caridade para com os transviados. Acusar aos bispos de sentimentos juvenis e impetuosos, sede de sacrifício pela fé, sem a devida ponderação dos verdadeiros interesses do momento, ou então o desejo de sobre de si chamarem a atenção pública, é juízo infundado e talvez injusto.

Eram ambos homens extraordinários, glória e orgulho da classe sacerdotal brasileira, sacerdotes, modestos, cristãos de ânimo superior e inspirados pelo amor divino, impregnados de infinito amor pelo próximo. Desde a proclamação do Império, cinqüenta anos antes, nenhuma questão maçônica surgira. Maçons eram encontrados por toda parte, em todas as classes, entre o clero tanto quanto entre leigos, tementes a Deus e devotos. Brillava, com a própria evidência, que as tendências combativas de sua seita na Europa não tinham atravessado o Atlântico, ou, se haviam cruzado o oceano, se tinham gasto nos movimentos liberais dos dias da independência, pela América inteira.

Na Europa, ao contrário, e principalmente nos países católicos, maçônicas, sociedades secretas e quejandas haviam figurado à raiz das revoluções e dos tumultos políticos. Em época recente, em 1848, uma onda libertária varreu a Santa Aliança, seus métodos e suas criações, tanto mais violenta e vingadora quanto as opressões anteriores se haviam revelado duras e desapiedadas. De ambos os males, a Itália havia sofrido: pois a tirania austríaca e as revoltas nacionais iam além das causas reais de tirania. A França, por seu lado, sofrera fases iguais de desorganização política, desde a Revolução, o Império Napoleônico, o sentimento de inferioridade própria após a vitória esmagadora dos Aliados, a Restauração, o predomínio dos *ultras*, e a monarquia de julho. Nos meios conservadores, era amargo o sentimento e de rebeldia a opinião contra os fazedores de tumulto, e, entre tais perturbadores da ordem, se incluíam os maçons, cujo alvo confessado, entre fins liberais, ainda contava artigos que significavam a destruição das crenças e a morte de seus representantes.

Populações religiosas não podiam fraternizar com propugnadores de tais tarefas. Os seminários tinham de considerar estes pregadores da revolução como inimigos ativos, e de evidenciar o perigo ameaçador no ânimo dos seus estudantes. Dessa funda diferença de ambiente, dos dois lados do Atlântico, decorria que a formação das mentalidades teria de ser mais ardente e combativa pela noção da defesa própria na Europa, do que na América. Pode ser que, educados e formados em seminários franceses, os dois grandes bispos brasileiros trouxessem ao problema maçônico no Império certas idéias preconcebidas, mais suspicazes do que permitiria justificar a passada história do Brasil, e analisassem os fatos locais à luz da experiência francesa, que não era a nossa. Uma coisa, entretanto, paira acima de qualquer suspeita: sua fulgurante sinceridade e boa fé, o nobre destemor e altruísmo de sua conduta, sua absoluta obediência filial ao catolicismo.

E mantiveram-se rigidamente coerentes com suas convicções.

As irmandades suspensas por D. Vital apelaram para a Coroa, que determinou fosse estudada a questão pelo Conselho do Estado. Chamado por esta corporação a explicar seus atos, o bispo declinou defender-se: “Omitindo qualquer observação sobre as inúmeras inexatidões contidas na dita petição, limito-me a dizer a V. Ex^a que semelhante recurso é condenado por várias disposições da Igreja.” E mais não respondeu.

Em sua maioria, era o Conselho de Estado essencialmente regalista. Despeitado por essa declinatória de competência sua, ordenou ao prelado anulasse as interdições, dentro em quinze dias. D. Vital recusou obedecer à intimação, e negou ao governo o direito de intervir em suas funções espirituais. Com o bispo do Pará, renovaram-se os mesmos passos, quanto às suspensões das irmandades locais, provocando os mesmos resultados.

O ministro do Império então, deliberou mover perante o Supremo Tribunal as acusações contra D. Vital e D. Macedo Costa.

Mais uma vez, D. Vital se defendeu citando o Evangelho “*Jesus autem tacebat*”. O bispo do Pará, do mesmo modo, se limitou, em sua defesa, a poucas palavras: “Nada mais me resta que fazer, senão apelar para a justiça de Deus”, disse, contrariando o libelo acusatório.

A 21 de fevereiro de 1874, o bispo de Olinda foi condenado a quatro anos de prisão com trabalho, e a 1º de julho seguinte, D. Macedo Costa ouviu pronunciar a mesma condenação. O Imperador comutou a pena em prisão simples.

Obtido esse resultado, começou a aparecer à crua luz da realidade o erro formidável que fora cometido. Nada veio mudado na situação: os bispos não haviam revogado os interditos; os governadores eclesiásticos, canonicamente nomeados por eles, em sua ausência das sedes, seguiam a mesma abstenção, e tudo fazia prever que permaneceriam as coisas nesse pé. A lei civil e as ordens oficiais burlavam-se, pela impossibilidade de serem obedecidas à custa da violência sobre as consciências e as crenças, lição eterna de todas as perseguições de idéias e de convicções.

Um fato tornava-se notório, a passagem da maçonaria para um longínquo plano inferior; nele estivera no passado, salvo nos dias da independência, e para ele voltava. O conflito revelava-se de outra importância, muito mais alta e de outro alcance: era o galicanismo a combater a Igreja universal. Era regalista ferrenha a maioria dos estadistas brasileiros. O Imperador, por tradição de família e por convicção, também pensava do mesmo modo: e tanto, que considerava o procedimento dos bispos como uma ofensa muito grave contra a majestade do Império e, pessoalmente contra a Coroa. Por isso foi que, muito mais do que o Visconde do Rio Branco, chefe do Gabinete e grão-mestre da maçonaria, tomou ele a peito o dissídio e impôs a jurisdição civil do Conselho de Estado e do Supremo Tribunal, indo mesmo ao ponto de tornar conhecida sua vontade aos magistrados deste alto pretório. O visconde, ao contrário, andava aflito por fazer as pazes com Roma, por meios diplomáticos.

E, depois dessa ostentação espalhafatosa de energia, a simples e pura verdade se tornou evidente: nada se obtivera, e a questão continuava no mesmo ponto em que se iniciara, apenas com uma violência a mais a pesar sobre o governo: príncipes da igreja, acusados, condenados e presos, sem lei que definisse seu crime e lhes marcasse a pena pela falta cometida; nenhuma ação delituosa posta em prática, mas à mera afirmação do seu pensamento religioso: nenhum assunto da esfera humana, mas a adoração e o culto do Todo-Poderoso.

E, em seu nobilíssimo proceder de cristão, os prelados, ante o país e os católicos do mundo inteiro, eram iluminados pelo halo de glória e de martírio dos confessores da Fé!...

Se os dois novos criminosos podiam ser encrepados por terem sido talvez um pouco apressados, qual seria a sentença a proferir contra o Imperador, o Gabinete e todo o governo, por terem iniciado e promovido tal conflito, no qual nem lei, nem interesse público, estavam ao lado da autoridade civil? Açodamento, talvez, por um lado; absoluta precipitação, falta de prudência e assomo inconsiderado, do outro.

Sinceridade, boa fé, entusiasmo, existiam em ambos os lados. Havia soado à hora trágica, na qual, de tantos homens bem intencionados, partiam tantos males que se precipitavam sobre a nação. A velha contenda pela supremacia entre o poder civil e a autoridade de origem divina, a se debater nos mesmos problemas morais, ansioso o primeiro por firmar a ordem na subordinação da segunda... quando, entretanto, a harmonia só se pode estabelecer na discriminação, *quod Dei, Deo; quod Caesaris, Caesari!*...

172. *Missão Penedo* – A princípio, só se tinha recorrido à justiça civil, como era de praxe entre galicanos. Mas, dentro em pouco, se tornou evidente que, estando em jogo a hierarquia católica, Roma não podia ser ignorada. A esta verdade axiomática, tiveram de se render os regalistas, mas o fizeram com má vontade e displicentemente. A Missão Especial enviada a Roma para esse fim, embora recebesse instruções para obter do Sumo Pontífice sua interferência para não permitir a generalização do conflito, teve ordens severas para não debater o assunto com a Sé romana, e para impor o ponto de vista do Império: missão de guerra, e não de paz. Com uma circunstância agravante a mais: o processo civil criminal prosseguiria em seus termos, apesar da negociação.

O representante do Brasil escolhido, o barão do Penedo, era um legista capaz e um diplomata experiente. Por isso mesmo, agiu de modo contrário a suas instruções de combate. Colocou o caso no terreno da pacificação, sem perder tempo em discutir os pontos de vista oficiais sobre questões de dogma e de disciplina eclesiástica, nas quais a Santa Sé nunca aceitaria, nem poderia aceitar, regras de leigos, contra as suas próprias. Pre-

feriu mostrar a necessidade e a conveniência de se restaurar a paz religiosa ao Império.

Tal era, também, a tendência da Cúria, tanto mais que se sentia em Roma que o choque pudera ter sido evitado com um pouco de paciência. Mas no ânimo do Papa, se tivesse ele de intervir em um sentido pacificador e paternal, esperaria a recíproca por parte do governo brasileiro em uma rota igualmente pacífica e calmante; ora, nada se achava mais distante do espírito de luta dos dominadores do dia, no Império.

Penedo, certamente, nunca foi muito claro nem explícito sobre esse ponto, e o Santo Padre se julgou autorizado a crer que o processo do Rio seria abandonado ou dirigido em rumo de se tornar ineficaz. Nessa convicção, ordenou ao cardeal secretário de Estado enviar aos bispos uma carta lembrando que, se tinham eles razão em teoria, os meios usados não podiam merecer igual aprovação, por lhes faltar prudência. Os interditos, portanto, deveriam ser levantados, e, como se previssem inconvenientes no serem maçons membros de irmandades, se sugeriam regras e indicações para o caso.

Mal tinha Penedo deixado Roma, quando aí chegaram notícias da prisão de D. Vital. A impressão na cidade Eterna foi de revolta indignada; Pio IX tomou o fato como um insulto pessoal, e fez sua a questão dos bispos. Tinha ele acedido em pacificar o ambiente, certo que estava de ser encontrado a meio caminho pela clemência imperial. Revogou a carta mandada pelo cardeal Antonelli, e protestou solenemente contra os sofrimentos impostos aos seus filhos do Brasil e contra as violações de sagradas imunidades eclesiásticas.

A justa indignação do Papa era partilhada por todo o clero do Império.

173. Condenação dos bispos. Triunfo da Igreja – Enquanto D. Vital e D. Macedo Costa não haviam sido seguidos pelo Episcopado do Brasil na questão maçônica, sua condenação levantou uma grita formidável de norte a sul do país, a protestar contra o escândalo e a perseguição de que eram alvos os dois antístites, e a leva de broquéis partia das paróquias mais remotas até as autoridades católicas mais graduadas. Onde quer que um sacerdote, um monge, um missionário se encontrasse, uma voz clama-

ria estigmatizando o proceder do governo, ferreteando ao Imperador e aos ministros de inimigos da Fé e de menosprezados da religião.

Daí por diante, a causa dos bispos, para a quase unanimidade dos brasileiros, se tornou a causa de Deus, do Santo Padre e do catolicismo.

De suas prisões, os dois santos prisioneiros continuavam a reger suas dioceses respectivas, através seus substitutos canônicos. Os interditos continuavam em pleno vigor, e o poder civil não encontrava quem lhe pudesse tornar executivas suas decisões absurdas. Nesse caso particular, o galicanismo fora vencido. Todo o país era presa de graves dissensões religiosas, e não se via caminho para sair da dificuldade tremenda, enquanto as condenações ficassem de pé.

Só restava uma via de solução: voltar atrás do erro cometido, e abater as armas.

A 17 de setembro de 1875, o governo imperial concedeu a anistia, para fechar o grave incidente por esse ato de bom senso político. Havia a Igreja triunfado da perseguição galicana. Nenhuma questão, tanto como esta, perturbou durante a monarquia o espírito público, ferindo a consciência nacional. Nenhuma teve conseqüências iguais às desta, duradouras, de alcance alongado, e que tanto enfraquecesse o sentimento de lealdade ao Império.

Capistrano de Abreu, nosso historiador máximo contou uma frase característica de D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, dessa ocorrência. A 16 de novembro de 1889, atravessava ele, de madrugada, o velho Largo do Paço, a caminho de sua visita pastoral à diocese; notando movimento desusado no Paço da Cidade, sentinelas nas portas, soldados por toda parte, indagou que significava tanta azáfama, responderam-lhe que a República fora proclamada na véspera, e que tanto D. Pedro como toda a família Imperial se achavam detidos no palácio. “Exatamente o que ele fez aos bispos”, meditou e disse.

Na Pastoral Coletiva do Episcopado sobre a separação da Igreja do Estado, com data de 19 de março de 1890, escrita por esse mesmo bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, se ouve uma nota idêntica, com o som clangorante de um clarim de vitória: “O trono desapareceu... e o Altar? O Altar está de pé!...”

174. *Conseqüências* – Em dez anos, de 1866 a 1875, o aspecto do Brasil tinha mudado por completo.

A personalidade do Imperador tinha começado a ser discutida e veementemente acusada em seus métodos de governar: ambos os partidos, sucessivamente, atacavam sua pessoa “inviolável e sagrada”, nos termos da Constituição que a tinha definido. Não parecia que compreendessem que, procedendo dessa forma, estavam destruindo os alicerces do Estado, “a chave da Constituição”, na própria frase do Estatuto de 1824. Seu prestígio e sua autoridade estavam condenados a desmaiar e morrer, através o assalto ao trono por seus próprios partidários.

Para os partidos monárquicos, foi uma vergonha a prova que deram de ignorância de direção política, mostrando ao mesmo tempo quanto se achavam longe da maioria em assuntos governativos. Destruíram-se mutuamente, ao se revelarem incapazes de cumprir seus respectivos programas partidários: os liberais prometeram medidas, que nunca lograram realizar; os conservadores, tomando conta dessas promessas, que eles, entretanto, haviam combatido, e pondo-as em prática. Excetuando algumas personalidades eminentes, ambos os grupos a cuidarem somente dos desejos do Soberano, e perante eles se curvando para conseguirem o poder. Felizmente, para o país, o Soberano era D. Pedro II, um *gentleman* modelar e um patriota de altíssimas virtudes e um caráter.

Os planos liberais ficavam desmoralizados, e os membros desse partido evoluíam cada vez mais para os arraiais republicanos, pelo menos quanto aos ideais destes: federação, abolição do Conselho de Estado, temporariedade das funções senatoriais, extinção do Poder Moderador. Os conservadores haviam sido incapazes de defender a escravidão e a propriedade territorial; mais ainda, haviam promovido a liberdade dos nascituros da raça negra. Quando acusados, em vez de explicarem lealmente os fatos, atiravam a responsabilidade sobre o Imperador.

As forças armadas, sentindo quanto a defesa nacional carecia de progresso, encontravam a relutância dos partidos, e, destarte, tomavam conhecimento de que tais grupos assim procediam por obediência aos desejos do monarca; segundo afirmavam os políticos, D. Pedro II tinha funda indiferença por tais assuntos.

Agora, vinha a guerra religiosa; por parte do clero em geral, a desconfiança era funda e progressiva, o mais poderoso elemento de sapa do poder fundado sobre “a graça de Deus”, a par da unânime aclamação dos povos.

Começou então a desafeição a espalhar-se, e entrou a crescer em grau alarmante. A opinião tendeu a formar duas largas correntes: larga maioria dos partidos, já então mesclados, acotovelava-se em torno do trono, já perdida a sua confiança nele, e com ela, sua prístina fidelidade ilimitada; a minoria, pequena mas ativa, atacava o instituto monárquico, manejando armas forjadas pelos próprios pretensos defensores da forma imperial, e crescendo eles mesmos em números com uma aceleração de pasmar, recrutando seu pessoal nas alas esquerdas nos partidos tradicionais, nos fazendeiros e antigos donos de escravos, enfurecidos pela sua súbita ruína, após o 13 de maio de 1888, nos meios militares desafeiçoados à dinastia, e no clero indignado, ainda vibrante da emoção da questão dos bispos.

No edifício imperial, as primeiras fissuras se revelaram.
Amanhecia os últimos dias da monarquia.

.....

Capítulo XIII

EMANCIPAÇÃO E ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO. QUESTÃO MILITAR.
DESAFEIÇÃO CRESCENTE. QUEDA DO IMPÉRIO.

ENQUANTO esses acontecimentos tão graves ocorriam, carregados de significação para a formação nacional de nossa terra, o edifício de nossas relações econômicas se erguia em pleno desenvolvimento.

175. Economia nacional. – Durante a guerra do Paraguai, o câmbio havia sofrido, descendo as taxas abaixo do par e atingindo mesmo a 15 *pence* por mil-réis, por alguns dias. Já em 1871, a reação se deu, e as cotações ascenderam a 25 *d*, tendo oscilado até 1877 entre 24 e 27. O comércio internacional descia sem parar; mesmo no período da luta armada, não havia diminuído: de 300.000 contos em 1866, tinha chegado de modo normal a 356.000 em 1871-72, e a 400.000 em 1880, abrangendo importações e exportações. A curva de seu desenvolvimento era absolutamente regular, a ostentar um processo perfeitamente orgânico. Finanças e administração eram sadias, e, embora momentos de dificuldades tivessem de ser atravessados, tais apertos não comprometiam a situação, que, em seu conjunto, podia ser tida por satisfatória.

Em todos os ramos ia melhorando a legislação. O primeiro recenseamento realizou-se em 1872. As vias férreas somavam 513 quilômetros em 1866, 932 em 1872 e 3.397 em 1880. Crescia a imigração, e já

se sentia que a mão-de-obra branca provaria a solução do problema servil. As linhas telegráficas ostentavam a mesma tendência ascensional; um cabo transatlântico fora lançado em 1874. Rio de Janeiro recebeu a iluminação a gás; suprimento abundante d'água e rede sanitária estenderam-se largamente. A instrução pública era objeto de intenso cuidado e progresso.

176. *O ambiente político* – Todos esses sinais de melhoria e de surto crescente, entretanto, não logravam acalmar o ambiente político. De 1871 a 1875, o tablado estava ocupado pela elaboração da lei sobre a liberdade dos negros nascituros e a questão religiosa. A inextricável confusão e mistura dos partidos, por outro lado, dava a impressão de desordem e de corrida ao abismo. Ninguém poderia prever o que seria dessa desorientação dos espíritos. Os republicanos a passos vagarosos, mas seguros, estavam organizando suas forças, disputavam cadeiras nas eleições, quer nas municipais, quer nas províncias; chegaram, mesmo, a quase elegerem um representante seu à Assembléia Geral, no pleito de 1876.

Acima de tudo, vibrava o ambiente com recriminações, censuras e críticas apaixonadas contra o imperador, cujo “poder pessoal”, como era vulgarmente chamado, se apontava como causa de destruição dos partidos, pelo fato ser ele o regedor único do país, a impor sua vontade à comunhão na escolha e na demissão dos gabinetes, e no descaso absoluto das respectivas plataformas e programas.

Já explanamos como esse poder derivava diretamente da Constituição, e pertencia exclusivamente ao imperador. Ao aplicá-lo, ficava o soberano estritamente dentro dos limites de sua autoridade legal. Além de que, à medida que os anos passavam, na mudança de toda as coisas e de todos os homens, permanecia ele o elemento fixo, elo que se tornava entre os estadistas da regência, alguns deste, mesmo, vindo da Independência, e as gerações novas. Ademais, *redresseur de torts*, protetor dos vencidos, a garantir a prática do sistema rotativo nas substituições partidárias no governo, tinha o maior cuidado e empenho em que nenhum grupo político fosse decisivamente esmagado. Para ele, a existência de dois partidos opostos, era uma exigência de bom governo. Nas lutas internas, era ele um amortecedor de choques, a ser louvado ou então espezinhado, conforme o núcleo de críticos e de agressores se achasse no poder ou fora dele. Era esse,

seu método de contrabalançar as opiniões, ficando acima de ambas, sem favoritos entre os chefes contendores.

Sua posição, portanto, era de sacrifício pessoal e de desprendimento. Bem o sentira o monarca, desde verdes anos, e com intensidade crescente à medida que o tempo passava. Desde 1843, o velho sistema do próprio imperador escolher seus ministros, fora posto de lado: Honório Hermeto recebera a incumbência de fazer os convites. Foi isto mera transição, pois em 1847 se criou a Presidência do Conselho, principalmente para dar maior unidade aos gabinetes, maior intervenção e responsabilidade aos partidos e aos seus chefes.

Não poderia, contudo, agir o processo sem a exigência simétrica: existirem partidos, cômnicos de seus deveres, com a madureza precisa para dirigirem seus esforços segundo diretrizes de alta política, mantendo-se afastados de meras competições pessoais e da preocupação da partilha dos despojos. Ora, era justamente isto o que faltava.

Alguns espíritos superiores, é certo, estariam aptos para se desempenharem de tais devores: com estes, D. Pedro II seria um soberano modelar, e tal era o caso com Paraná, Saraiva, Rio Branco e poucos mais. Cada qual deles possuía seu modo próprio de trabalhar e seus métodos particulares, e o imperador se adaptava a essas modalidades: com a inflexibilidade de opiniões de Paraná, com a grandeza de ânimo, calma, nobre e honesta de Saraiva, com a dedicação sincera de Rio Branco ao Império e ao imperador. Com personalidades do porte menos elevado, ansiosas por figurarem em ministérios, e, por esse motivo, obedientes ao Soberano e a suas ordens, predominava a vontade imperial, não por culpa própria, mas por inexistência da vontade ministerial.

Por esses mesmos motivos D. Pedro era contrário às fusões de partidos; mas, em tais manobras, os políticos e politiqueros tinham a preponderância. Pela mesma razão, ainda, tinha ele verdadeira ansiedade em fundar as vistas dos partidos na opinião real do país, isto é, em pleitos eleitorais sinceros. Desse modo somente, pensava ele, e pensavam também alguns dos verdadeiros chefes diretores de opinião poderiam os partidos possuir autoridade indiscutível, baseada no sentir público, independente, embora harmônica, das convicções pessoais do chefe do Estado.

Esse foi o ponto de partida de seus esforços enérgicos, pela era dos sessenta, para se descobrir algum meio prático de destruir a indigna máquina eleitoral vigente que só mandava ao Parlamento maiorias do matiz do grupo no poder, fosse qual fosse este; e apesar do fato deprimente de que, a pequeno intervalo, havendo mudança de grupos dominantes, duas consultas ao eleitorado resultavam em duas respostas contraditórias. Dada essa situação deplorável, como podia ele acreditar nos partidos e seus métodos de interpretar a opinião real do país?

Nisso mesmo se baseava ele para pôr em prática o sistema de rotativismo, dando pelo menos a cada qual dos grupos ocasião de mostrar sua correspondência com o sentir da nação.

177. A reforma eleitoral – Depois das gravíssimas ocorrências do período de 1870 a 1875, e sob a ameaça da tormenta que se sentia chegar de todos os quadrantes do horizonte político – fazendeiros, possuidores de escravos, clero, classes armadas mal satisfeitas – sentiu ele, mais fortemente do que em ocasiões passadas, que o antídoto único seria combater o veneno partidário com o apelo leal e livre à opinião do povo. Até então, a eleição se realizava em dois graus: os eleitores primários, ou votantes, escolhendo os eleitores definitivos; estes elegendo os representantes. Dava lugar tal sistema a toda sorte de irregularidades, considerada por todos, indistintamente, única falta moral para o partido no poder, o perder a eleição. E, para tal fim, qualquer processo por mais fraudulento fosse, era admitido.

Era pensamento bastante generalizado, que a eleição direta por distritos de um só deputado poderia solver o problema. Como sempre, aí prevalecia à persuasão ilusória e ingênua de que a lei é capaz de prevenir falhas morais!... Assim como assim, tal modo de ver as coisas se apoderou dos políticos dominantes, e, acima de tudo e de todos, foi aceita pelo imperador, ansioso para se ver livre das irregularidades repulsivas dos comícios.

Múltiplas eram as dificuldades. O Senado não era favorável a qualquer mudança: conservadores, firmes no poder, relutavam em alterar uma legislação que lhes garantia uma maioria coesa, enquanto os liberais não eram chamados ao governo, por ato do Poder Moderador; os próprios liberais tinham sobre o assunto opiniões divididas. Uma objeção prévia se impunha: tal inovação exigia uma emenda à Constituição. Encolheu-se, por isto, D. Pedro II, tais eram os óbices que se antolhavam ao se modificar

o Estatuto; assim também pensavam muitos senadores e deputados. Os programas publicados, liberal, radical e republicano, favoreciam a temporariedade do Senado, a abolição do Poder Moderador e do Conselho de Estado; a opinião pública tinha ficado impressionada com tais alterações, e quantos estavam colocados, *beati possidentes*, hesitavam em incorrer no risco de perderem o que já possuíam.

Apesar de tudo, D. Pedro insistia; pôde obter dos chefes conservadores que seu partido assumiria a responsabilidade de promover as necessárias alterações. Pensou então o imperador, e tornou pública sua convicção, que era dever seu respeitar a propriedade política das idéias partidárias; assim, os liberais deviam subir ao poder, para assegurarem o êxito da reforma. Era pensamento geral que a eleição direta salvaria o Império, e todos os partidos monárquicos o proclamavam. Divergiam, porém, os pareceres quanto aos meios a empregar para tal resultado.

Pensava um grupo que uma reforma constitucional seria precisa. Tal processo parecia perigoso à outra gente, pois poderia abrir a porta a reformas muito mais graves, inaceitáveis para o Senado, os conservadores e para o próprio imperador. *Leaders* de um outro matiz de pensamento declaravam que o método melhor a seguir, seria uma lei ordinária; a isto se respondia que numa lei poderia ser revogada, anulada ou modificada por outra lei, enquanto uma disposição constitucional mais dificilmente se alteraria.

Em realidade, D. Pedro queria a eleição direta, e, embora não desejasse tocar no Estatuto de 1824, aceitaria esse processo, se fosse indispensável para obter o primeiro alvo. Assim ao chamar os liberais para formarem o governo, em 1878, o tema a ser desenvolvido seria a reforma constitucional para se garantir a eleição direta. Foi um erro chamar-se Canção de Sinimbu para semelhante tarefa, como presidente do Conselho: faltavam-lhe autoridade e as qualidades para dirigir tal campanha. Perdeu dois anos em escaramuças, tendo, finalmente de se retirar do governo.

Apelou então o imperador para o senador José Antônio Saraiva, e lhe pediu para organizar o Gabinete. Respondeu o homem de Estado que suas vistas divergiam completamente das de seus predecessores: pensava ele que se deveria obter a reforma por uma simples lei ordinária, sem se tocar na Constituição. Deu-lhe o Soberano liberdade plena de ação, como que

um cheque político em branco. Na execução de tal programa, tranqüilizou o Senado e os conservadores, e, em vez de sua oposição, conseguiu sua colaboração. A 9 de janeiro de 1881, a lei foi promulgada, estipulando o processo da eleição direta, e, pela primeira vez, firmando o princípio liberal da capacidade eleitoral dos católicos e dos libertos.

O novo texto foi recebido pela nação como uma dádiva de liberdade, a mais admirável da causa liberal, exclamou Rui Barbosa, que então iniciava sua gloriosa carreira. Saraiva tornou-se o mais destacado estadista de seu partido. Depois de ter presidido ao pleito para o novo Parlamento com isenção de ânimo tão superior e tal eminência de imparcialidade e honra, que dois de seus ministros foram derrotados, todo o país o aclamou como personalidade muito acima das contendidas partidárias, e era dizer comum a chamá-lo o *vice-imperador*.

178. *Seus pontos fracos.* – Dentro em prazo curto, a prova foi dada de que os partidos não queriam tal imparcialidade governamental, e que seus ideais eram o esmagamento do adversário por qualquer forma, o sistema dos despojos. A lei, da qual se faziam tão ruidosos elogios, havia produzido seus resultados benéficos e moralizadores com um Saraiva à frente do gabinete, para impor seus intuitos de honesta observância do código eleitoral. Nas mãos de Cotegipe, chefe conservador de mor valia, como presidente do Conselho, em 1886, a mesma lei permitiu excluir quase completamente do Parlamento o partido liberal. A chave da situação eleitoral era, portanto, como bem se compreende, o nível moral do chefe do governo: sendo este um estadista, acima do nível comum e das metas dos grupos, que considerasse o país em primeira plana, segundo o tipo de Saraiva o resultado era um; quando dominava o interesse do partido, e a ele obedecia o presidente do Conselho, o espetáculo mudava por inteiro. E, entretanto, todos os verdadeiros guias políticos da nação sabiam que eleições honestas significavam vida ou morte para a monarquia.

Desde que se colocasse o interesse partidário acima do do Império, não tinha o Soberano inteira razão em seu sistema de consultar a opinião pública por meios extraparlamentares, e, assim, exercer como que uma política de equilíbrio entre liberais e conservadores, por meio de seu método de rotativismo no chamá-los sucessivamente ao poder?

Tal falência dos partidos não era a dificuldade única do momento.

179. *A libertação dos escravos. Joaquim Nabuco.* – Após a liberdade concedida aos nascituros negros, a emancipação dos cativos entrou em período de hibernação e de sossego. Esta era, precisamente, a intenção dos promotores da lei, a fim de não perturbar a produção e de não levar ao desespero os fazendeiros, afastando destes o intuito de lançarem mão de medidas extremas e de revoltas. Mas era tarde: como por aqueles dias se fazia notar, havia sido posto a rolar um rochedo, e nenhuma força humana seria capaz de deter a sua queda.

A idéia inspiradora de todos os grupos políticos era, contudo, evolucionista, exclusiva de qualquer processo ou método de apressar o fim natural da instituição servil: não nasceriam mais escravos no Brasil; a morte eliminaria progressivamente o saldo existente de negros: ano por ano um fundo de emancipação reduziria o número deles. Corresponderia tal programa a uma sobrevivência de mais uns trinta ou quarenta anos para a fração escravizada dos habitantes do Império, que talvez se arrastasse por tal forma até proximidades de 1910. Possivelmente, o reforço dos recursos emancipadores lograsse permitir prever a abolição para os anos últimos do século XIX. Com essa solução, os antigos proprietários de escravos estavam conformados e se estavam preparando: a este acordo tácito se deve o período calmo decorrido de 1871 a 1878.

Um elemento novo, entretanto, havia surgido e agia como fermento no ambiente facilmente vibrátil: Joaquim Nabuco, falecido como embaixador nosso em Washington, fora eleito para a Assembléia Geral. Com ele, a direção legal, conservadora e pacífica do temeroso problema ia derivar para regiões desconhecidas e perigosas, em uma atmosfera de sentimentos exaltados, de filosofia, de liberdade e de amor cristão.

Complicação incalculável para espíritos e interesses, que não queriam ser perturbados e forçados a meditar e agir!... Ainda para aumentar dificuldades, vibravam as massas populares ao influxo de sua admirável eloquência, movida pela nobre causa de liberdade humana em que o tribuno se inspirava, e pelo choque moral formidável infligido nas consciências adormecidas que despertavam a látegos de auroras, forçando-as a refletir sobre coisas e situações que, dantes, haviam sido aceitas sem análise.

Invocava princípios, desde longos anos ausentes no estudo da questão: a dignidade da vida humana, o liame fraterno da criação, a imoralidade imanente de uma vida social fundada na injustiça e no mal.

A princípio, as gentes sentiam ofuscada sua visão por essa nova luz projetada sobre horrores e abismos, não percebidos até então. Dentro em pouco, entretanto, a evidência meridiana não mais se pudera negar, e Nabuco avultou profeta de um evangelho novo. Somente aqueles que viveram esses dias de catequese social e moral podem narrar o surto formidável do abolicionismo, a lava candente das expressões que ferreteavam infâmia na instituição, a cruzada entusiástica promovida por essa prédica geral de um novo credo de liberdade.

Contra ele, apóstolo dos cativos, todas as forças conservadoras se uniram. Não foi reeleito para a sessão legislativa de 1881-84. Na seguinte, porém, mais uma vez ingressou no Parlamento, em 1885, e novamente em 1887-89.

Em 1880, havia proposto um projeto de lei, pondo termo à escravidão no fim de dez anos; a Assembléia derrubou a iniciativa. Compreendeu Nabuco que uma larga propaganda prévia se tornava necessária; iniciou, então, a formação de aderentes e de partidários, a publicação de brochuras, de artigos na imprensa diária e deu começo a conferências abolicionistas. Pouco tempo depois, fundou uma associação tendo por alvo a abolição, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Tal foi o grande instrumento de forçar a atenção e quebrar o silêncio imposto ao Poder Legislativo pelos interesses escravistas. Não era mais possível manter a emancipação fora do teatro político, nem fazer calar a grande voz de protesto da consciência humana.

Os discursos e o entusiasmo de Nabuco tinham influxo e repercutiam eletricamente de norte a sul. Archote incendiário e permanentemente agitado acendia fogueiras pelo Brasil todo. Formou-se verdadeira rede de clubes abolicionistas. A Confederação Abolicionista, do Rio, era o centro de movimento. Já o problema estava sofrendo uma mudança, transformando-se de uma questão política e econômica em uma vasta angústia de sentimento ferido e de liberdade. Entrou a decidir da sorte dos gabinetes ministeriais.

Saraiva havia oferecido o pedido de demissão do Ministério que presidia e Martinho Campos, a 21 de janeiro de 1882, fora nomeado presidente do Conselho. Seu programa de gabinete não mencionara a questão servil, e era sábio que sua opinião favorável ao *status quo*, a fim de deixar a abolição resultar das leis vigentes e dos fatores naturais. Em junho do mesmo ano, foi derrubado por um voto em questão incidental, mas já então era público que, de sua maioria, grande parte divergia dele quanto à abolição.

Sucedeu-lhe o visconde, mais tarde marquês de Paranaguá; este viu-se obrigado a mencionar a questão no programa do seu governo, e a prometer ocupar-se dela.

A 24 de maio de 1883, Lafaiete Rodrigues Pereira recebia a missão de formar gabinete; declarou que tencionava apressar a extinção do instituto servil pela intensificação dos recursos emancipadores e proibindo a exportação interprovincial dos cativos. Não teve, entretanto, tempo bastante para o fazer, efêmero como foi seu Ministério. O chefe do novo governo, a 6 de junho de 1884, foi o senador Manuel Pinto de Sousa Dantas, que insistiu na mesma nota.

As condições do país, entretanto, iam rapidamente mudando, em rumo importantíssimo e fundamental. As exigências abolicionistas cresciam de dia para dia. Surgiam de todos os lados resistências novas à prolongação do estado da questão das escravaturas.

180. *Conquistas iniciais* – Fortaleza, porto e capital da Província do Ceará, era péssimo ancoradouro, e tanto os embarques como os desembarques tinham de se realizar por intermédio de embarcações pequenas e insubmersíveis, as chamadas *jangadas*, únicas que conseguiam vencer os mares bravios dessa costa. Eram seus tripulantes os *jangadeiros*, assim chamados pelo nome de seus barcos, e tinham em suas mãos a chave de tais transportes. Movidos pelo generoso entusiasmo geral, fizeram parede e declararam não mais consentirem em carregar escravos, quer para fora da Província, quer para introdução nesta. Desta forma, ficava bloqueado o movimento de negros para norte e para sul. O número de cativos ia em decréscimo rápido, até que, em 25 de março de 1884, foi a província declarada liberta por completo.

A 10 de julho do mesmo ano, o mesmo esforço teve por teatro a Província do Amazonas, que então figurou em segundo lugar na lista das

circunscrições livres. A 18 de setembro, em memória da capitulação paraguaia em Uruguaiana, três municípios rio-grandenses-do-sul emanciparam seus antigos escravos, e um mês depois a cidade de Pelotas libertou 5.000 negros. No Rio de Janeiro, a Câmara Municipal criou um fundo especial para o mesmo fim. Em seis meses, o Rio Grande do Sul havia forrado 35.000 cativos.

Além de ser abolicionista, o senador Sousa Dantas via-se forçado a dirigir e guiar o movimento. Era um compromisso moral seu, pois D. Pedro II o havia escolhido e chamado ao governo precisamente porque era conhecido o fato de que o estadista queria mais do que reforçar simplesmente o fundo de emancipação. Tinha ele a intenção de libertar os velhos escravos de mais de sessenta anos de idade, o que significava restituir à vida livre cerca de 150.000 indivíduos. O Parlamento não quis, entretanto, dar-lhe seu voto de aprovação, e pôs o gabinete em minoria de sete votos. Dissolveu-se então a Câmara; uma eleição renovadora teve lugar sobre esse mesmo problema, e na nova Assembléia, em uma questão incidente, mais uma vez o governo ficou em minoria, por dois votos apenas. Retirou-se Dantas, mas já agora era materialmente impossível silenciar sobre o magno assunto.

A 6 de maio de 1885, Saraiva subiu ao poder com o programa definido de acompanhar o movimento abolicionista. Ficou no governo apenas o tempo preciso para assegurar a passagem da lei correspondente na Câmara dos Deputados, e obter dos conservadores do Senado a promessa de a adotarem; durou isso somente dois meses. Essa foi a lei de 28 de setembro de 1885, pela qual o limite da proposta de Sousa Dantas se elevava de sessenta a sessenta e cinco anos, o que abrangia 120.000 negros. Notável, e notado, foi que a medida não provocou distúrbio algum nem prejudicou por forma alguma a produção cafeeira. As falhas, na mão-de-obra, foram supridas pela imigração.

À medida que o tempo corria, crescia a ansiedade por ver apagada a mancha negra no pavilhão nacional. Provavam as estatísticas que na Província do Rio de Janeiro, o reduto central do escravismo, de 1873 a julho de 1885 haviam sido dadas 21.052 manumissões: dessas, 15.132 haviam sido doações espontâneas dos antigos donos de cativos. Recorria-se a todos os meios e pretextos, legais ou não, para apressar o fim do instituto.

Improvisavam-se organizações para auxiliar à evasão dos negros das fazendas, para os contrabandear através dos perigos e dificuldades das tentativas recapturadoras, e para os guiar e esconder em lugares escusos onde seria impossível ir buscá-los, menos ainda reconduzi-los a seus antigos senhores. O clero pregava contra a inumana noção, ofensiva à bondade de Deus, da propriedade do homem pelo homem. Os magistrados exageravam as nugas processuais, ou mesmo enxergavam falhas onde elas não existiam, com o fito de concederem *habeas corpus*, por vezes coletivos, aos negros fugidos, aos quais davam auxílio permanente e técnico numerosos advogados e legistas. Esboroava-se o edifício servil.

Presa do desespero, os fazendeiros procuravam obter do governo a colaboração do Exército, que deveria caçar os escravos fugidos e tornar a entregá-los a seus senhores para serem reconduzidos ao cativeiro. O Clube Militar, em mensagem generosa e respeitosa enviada em 1887 à Princesa Regente, implorou ser dispensado de tal missão vergonhosa de capitão do mato. Nenhuma resistência, pois, revelava-se capaz de opor um dique à corrente libertadora. Os antigos senhores, os que ainda possuíam escravos, tinham de cruzar os braços e assistir, impotentes, quando não os auxiliavam, ao êxodo geral das fazendas, que os negros abandonavam em pleno dia.

Na Província de São Paulo, onde era mais intensa a campanha abolicionista, nas morrarias circunjacentes à cidade de Santos mais de 10.000 negros fugidos se ocultavam. Ninguém o ignorava; eram auxiliados e protegidos. Mais do que isso: o simples fato da fuga generalizada criava o movimento de abandono das fazendas, e dava lugar à formação de um sentimento de revolta contra os fazendeiros que se rebelavam, ou tentavam obstar à tendência de desamparo dos cafezais. Nesses lugares, violências possíveis eram um constante perigo e uma ameaça sem fim, e mais ainda se assumisse o caráter de revolta negra contra a população branca. O sentimento cristão, despertado por último; o receio de derramamento de sangue, também; a impossibilidade absoluta de se represar a torrente, finalmente; todas essas causas juntas cooperavam para acelerar a preamar das libertações. Os próprios senhores começavam a forrar seus cativos.

Na Província do Rio de Janeiro, do um só traço de pena, dois dos maiores proprietários de escravos, os condes de São Clemente e de Nova Friburgo, deram liberdade a 1.909 negros, em, 1887.

Desde os meados de 1887, a causa da abolição era um fato vitorioso, uma irresistível corrente nacional, não mais discutida pela lavoura. A única questão era cuidar de uma receita que evitasse a ruína de milhares de fazendeiros, que, baseados na fé que merecia a Constituição Imperial, assim como a lei, haviam posto suas fortunas em terras, e, em pura verdade, constituíam a parte maior do elemento preponderante e melhor do Brasil social; a base conservadora de uma classe que contava as melhores famílias, esforçadas, trabalhadoras, prudentes, do melhor sangue da terra, patrióticas e estuantes de energia. Valores, esses, todos eles fadados à destruição, cujo destino já estava decretado.

181. *A abolição. Isabel a Redentora* – A idéia de indenizar a propriedade escrava prestes a se extinguir, não era tolerada pela opinião pública. Era um sentimento complexo. Não havia dúvida de que chocava o sentir geral como o preço do sangue, o comércio de carne humana. Havia sido uma propriedade legal, entretanto, e ainda o era. Nesse assalto contra o instituto servil, desempenhavam papel, em parte, os eternos ódios dos que nada possuem contra os que têm riquezas; a revolta dos pobres, ou do *popolo minuto*, contra os potentados, ou o *popolo grosso* das Repúblicas italianas da Renascença. E sobre os herdeiros de uma situação, velha já de séculos, recaía o espírito de vindita de um santo furor, ansioso por destruir a instituição.

Nem podia ser por forma outra. A nobre propaganda de Joaquim Nabuco e de seus partidários, especialmente de um negro quase genial, José do Patrocínio, havia tomado por alicerce de sua ação o sentimento, a justiça, a alma cristã: não queria, nem podia aceitar compromissos com paixões inferiores, ou mesmo meros interesses. O ano de 1885 fora a data crítica: até então, com Dantas e Saraiva no poder, a emancipação tinha sido o pensamento dominante; as concessões consentidas nesse momento haviam exaltado e fortalecido a corrente idealista, e, já agora, nada menos do que a libertação imediata lograria corresponder à exigência absolutamente generalizada pelo Brasil inteiro, posta de lado a minoria, e sempre em via de desaparecimento, dos donos de fazendas.

Assim, quando Cotegipe pediu demissão do governo, a 7 de março de 1888, por sua repugnância em vibrar o golpe final, estava ele próprio em minoria no seu próprio partido, o conservador, pois outro

chefe conservador, de alto prestígio. João Alfredo Correia de Oliveira, um ministro do antigo Gabinete Rio Branco, de 1870, já estava indicado para lhe suceder, com o programa decisivo de fechar a fase escravagista da história do Brasil.

A 8 de maio de 1888, foi apresentado o projeto do governo à Câmara dos Deputados pelo ministro da Agricultura, Rodrigo Silva. Sua redação dera lugar a discussões prévias, mas se fixara definitivamente em um artigo único abolindo a escravidão. O artigo segundo, era a providência ritual revogando as disposições em contrário.

A 13 de maio, teve lugar a sessão.

Duas memoráveis manifestações deram ao ato sua enfática significação.

Paulino José Soares, chefe da dissidência conservadora adversa à abolição, assentou em receber o golpe mortal com elegância, *à mourir en beauté*, praticando um gesto que relembriaria os gladiadores da antiga Roma, *morituri te salutant*. Era sabido que a Princesa Regente D. Isabel havia despedido de Petrópolis, onde estava veraneando, para não retardar de um minuto sequer o momento da liberdade os cativos. Paulino subiu à tribuna do Senado, e pronunciou um discurso curto, impressionador pela sua mesma gravidade: “É sabido, e todas as folhas que li esta manhã dão notícia que Sua Alteza Sereníssima a princesa Imperial Regente desceu de Petrópolis e à uma hora estará no Paço da Cidade à espera da deputação desta Casa a fim de sancionar e imediatamente promulgar a lei que V. Ex. acaba de submeter à deliberação do Senado. Quanto me permitiram as circunstâncias, cumpri meu dever como senador. Agora, vou cumprir meu dever de cavalheiro, não fazendo esperar uma senhora de tão alta gerarquia.”

O barão de Cotegipe tinha resistido até as últimas ao voto da medida. Chamou-o a Princesa-Regente, e, mostrando-lhe o entusiasmo geral provocado pela lei de abolição, lhe perguntou se não fora acertado votá-la. “Vossa Alteza redimiu uma raça, mas perdeu seu trono”, foi a profética resposta.

Anos depois, a nobre senhora, de tão alta mentalidade cristã, abençoada por milhões de brasileiros e aclamada Isabel a Redentora, teve a energia de firmar: “Mesmo se nesse tempo eu tivesse podido adivinhar o que tinha de acontecer, teria agido pelo mesmo modo.” Para quantos

tiveram a honra de conhecer o altruísmo e as virtudes exaltadas dessa alma de escol, tais palavras encerram expressões da mais pura sinceridade. Glorificada e bendita seja sua memória!...

182. Abandono do ideal monárquico – Vindo quando veio, a lei quase que foi somente a sanção de um fato preexistente. Era a consequência inevitável de irresistível opinião nacional. Contra ela, nenhuma oposição se fizera sentir desde 1887 e a única questão era saber como se faria face à ruína dos fazendeiros.

Grande erro houvera sido enfrentar o temeroso problema na base da indenização. O ambiente social, tanto quanto o político, não admitiria tal idéia. E como nenhum sucedâneo se tinha achado para tal medida de compensação, desapareceu e naufragou o fator único de estabilidade, de contrapeso às tendências excessivas dos elementos triunfantes. As perdas econômicas e a ruína da propriedade privada não foram, por certo, as consequências mais lastimáveis do grande bem que foi a abolição: o desastre irremediável, sim, foi à destruição súbita do prestígio e do influxo social de uma classe que, de fato, representava os melhores elementos do Império.

A classe verdadeiramente superior do Império, superior em experiência, em prudência, em pendores conservantistas e em conexão com as instituições, sentiu-se decapitada: como consequência, romperam-se seus liames com a monarquia. Havia contraído com esta um pacto de interesses comuns. A nova lei o havia roto. Daí decorriam desafeições, ódio e queixas amargas de abandono.

Largo número de eleitores, embora não a maioria do partido conservador, passou-se para os antigos adversários, parte para os republicanos, mas em mor porção para os abstencionistas. Era o sentir geral que a monarquia havia falhado, e que algo novo era preciso. Que poderia ser? Ninguém sabia descortinar o futuro.

A República? Por que não? Mas era uma tendência, muito mais do que um alvo definitivo.

Idêntico movimento centrífugo ocorria no Exército.

Os velhos chefes, de major para cima, que haviam combatido no Paraguai e ainda se recordavam do imperador e de que ele, e ele somente, se tinha mantido firme ao lado dos alvos nacionais da guerra sustentada pelas classes armadas, experimentavam por D. Pedro II estima e gratidão.

Depois da paz, entretanto, a intensidade desse o sentimento começou a decrescer. O monarca era um homem de letras e de ciências, e sua queda se manifestava por atividades intelectuais e sociais. Patriota cheio de alma, não se tinha pendores militares, nem entendia o vasto quinhão que se poderia e deveria devolver sobre Exército e Armada como fatores assecuratórios da unidade nacional, defensores do país a colaborarem na educação popular de uma nação ainda por demais afastada da fusão de seus elementos formadores, para que pudesse dispensar um instrumento homogenizador e de tal valia. Dessa insensível indiferença oficial resultou a penúria de recursos técnicos do Exército e da Armada.

Assim acontecera também no dia da independência. A simpatia escassa do Parlamento, contrariando todos os planos de D. Pedro I, ansioso por melhorar a situação das forças armadas, fora a causa essencial da perda da Cisplatina. O mesmo descaso legislativo, para não dizer a sua má vontade, dera origem às dificuldades com que lutara a Regência: agravadas pela noção errada de dirigir, quase comandar tropas no campo de batalha, partindo as ordens do Rio de Janeiro, sob as inspirações dos politiqueros e de ministros incapazes.

Desde sua meninice, tinha D. Pedro II recebido essa mesma opinião; de todos desconfiando, como era sua tendência, intrometia-se em tudo e, por isso, muitas vezes atrapalhava a energia e as obras de profissionais bem intencionados e convenientemente orientados. O Exército e a Armada, que ele estimava deveras, ocupavam somente lugares mais remotos em suas cogitações. Durante a guerra, ao contrário, a eles havia dedicado todos os seus esforços e pensamentos; cessada ela, porém, voltara a seu feito mental anterior, embalado pela vitória de 1870.

Sentiam os oficiais, malgrado sua afeição dedicada ao Chefe da Nação, que o Imperador não experimentava pela classe militar predileção notável. Os problemas militares, as exigências e as necessidades técnicas, apresentadas ao governo embora, caíam no olvido e no abandono; as escolas profissionais perdiam cada vez mais seus característicos de treinamento especial de material de guerra, e transformavam-se em institutos de ensino científico comuns e finalmente em centros de propaganda filosófica e republicana.

Desde a crise de 1868, com Caxias, e o movimento hostil contra a monarquia e o monarca, a brotar nos programas partidários liberais, radicais e republicanos, estava sendo o Império batido em brecha pelos próprios monarquistas de todos os matizes. Os republicanos baseavam seu ataque ao trono nos próprios dizeres e acusações postos em linha pelos seguidores do regime e da dinastia. Nos anos últimos dos oitenta, não seria exagero afirmar que, de major para cima, a maioria das patentes era de imperialistas; mas de tal nível para baixo, o aspecto dos sentimentos se invertia e a opinião dominante era fortemente favorável à República.

Outra causa de amargura existia. Ao contrário do que ocorria em outros países, com largas tradições militares, a tendência inabalavelmente pacífica do Império, por um lado, e os defeituosos processos de recrutamento para a tropa, por outro, faziam do Exército uma classe distinta e separada no seio da nação. A norte e a sul do Brasil menos do que no Centro, mas neste reinava certa indiferença quanto aos oficiais, quando lhes não era manifestada antipatia positiva; eles, como eram naturais, resentiam-se dessa mal disfarçada malevolência, e reagiam pelo debique, pela crítica acrimoniosa e pelo desprezo do elemento paisano. Especialmente quanto aos políticos, curioso fenômeno ocorria: negavam-lhes competência, meros empiristas que eram, diziam eles, sem base científica positiva. Era isto uma conseqüência de lições mal assimiladas de filosofia positiva. Do influxo conjunto de todos esses fatores, nascia uma repugnância zombeteira para com Parlamento e ministros e surgia uma noção de superioridade dos militares sobre os fazedores ignorantes de leis, que ignoravam matemática, bacharéis, como diziam com inocente desprezo.

Tal sentimento ainda persiste, talvez ligeiramente atenuado, hoje em dia.

Superioridade moral, também, diziam eles: haviam dado existência, sacrifícios e sofrimentos ao bem do país, enquanto os civis e os grupos no poder não passavam daquilo que, em mútuas e contínuas recriminações, se atiravam reciprocamente em rosto, um bando de pretendentes a favores de toda sorte, ávidos, egoístas e sem escrúpulos.

O gesto de Caxias, em 1868, perfeitamente normal e inteligente do ponto de vista técnico – a impossibilidade material de desempenhar uma missão oficial, com um governo que não concedia seu auxílio moral

como a situação o exigia, e consentia em que seus amigos atacassem pelas costas os combatentes; tal conflito não era compreendido pela massa e pelos chefes políticos, ignorantes da mentalidade militar, de suas exigências e de sua alma. Ao pundonoroso proceder, se considerava como mero brandir de espadas ante os olhos de civis desarmados.

Tal estado peculiar de espíritos atemorizados, entre as forças partidárias, gerava nos militares a convicção de que uma intervenção da tropa era possível e não seria estranhada. Associava-se tal noção a um real sentimento de solidariedade, *esprit de corps*, e ia dando lugar a que surgisse lentamente uma como que ainda indistinta tendência messiânica: o Exército, o puro, o incorrupto, tinha uma tarefa moral a cumprir, regenerar a vida pública do país. Começou a desenvolver-se uma doutrina especial: os soldados haviam sustentado a Independência; os soldados haviam combatido e sofrido para assegurarem a unidade nacional; os soldados haviam salvado o país no decurso da guerra. Uma sorte de mística corporificou-se e cresceu lentamente entre os oficiais: estavam predestinados a serem os salvadores do Brasil das ignomínias partidárias. E o indigno invectivar recíproco entre liberais e conservadores não poupava nem a si próprios, nem o Imperador nem o regime imperial.

183. *Os partidos e as forças armadas* – Foram aparecendo os primeiros sinais de alheamento, pródromos de divórcio entre a monarquia e as forças armadas. Enquanto isso, politiquieiros, inspirados no que lhes parecia ser a lição de 1868, procuravam achar aliados por entre os oficiais. Era a repetição da velha, velha lição de todos os tempos, rivalidades partidárias a procurarem apoio e proteção na força bruta. E assim os grupos monárquicos se entregaram ao amparo desses guarda-costas militares.

Por sua atividade especializada, por disciplina, por hábito de associação e de obediência, por solidariedade de alvos, são o Exército e seus oficiais uma classe naturalmente gregária, fácil de se mover ao aceno de chefes poucos, possuindo prestígio e confiança entre seus subordinados. Presa fácil, para comandantes audazes e empreendedores, sem ponderosa bagagem de escrúpulos. Ademais, já numerosos pensadores têm notado que um exercito é rara e notável sobrevivência, no meio moderno, de uma casta modelada por ideais corporativos e moral baseada na honra, no sacrifício e no mais nobre desprendimento.

Quando tais motores éticos essenciais são postos em ação, toda a máquina se sente abalada pelas razões invocadas. Politiqueiros do espírito sutil souberam sempre o segredo de aplicar a velha máxima *mens agitat molem*, e, por detrás da cortina, mover como quisessem tais fatores beligerantes do poder material. Uma que outra das revoltas narradas pela História ainda comprova o asserto: após certo tempo, os próprios oficiais que haviam resistido às sereias politigueiras destiladoras do veneno do pronunciamento, caíram-lhe nas garras e foram vítimas. Pretorianos, varangianos, janizaros, e tantos mais são provas da história de tais rumos.

No Brasil, os liberais haviam feito do valente e audaz Osório, mais tarde marquês do Herval, seu conselheiro militar. As circunstâncias, mais do que o espírito de partido, tinham posto em evidência singular o prudente, famoso e vitorioso Caxias, apontando-o como exemplo e chefe para o país inteiro, mas com especialidade para os conservadores. Quando ambos morrem em 1877 e 1880, respectivamente, recaiu a sucessão sobre individualidades de porte menor, pessoas de vasta nomeada e de valor técnico nos combates, mas sem o mesmo renome nos conselhos; o divórcio das mentalidades entre os dois campos, o civil e o militar, avultou e tanto mais, quanto as causas de preeminência e de prestígio nas batalhas pouco tinham que ver com desígnios políticos e com a possibilidade de desempenho de qualquer *grand rôle* político.

Os liberais adotaram Correia da Câmara, visconde de Pelotas, para seu paraninfo: e, entretanto, não era ele mais do que um bom general de cavalaria, chefe de ardor e de denodo, de pequeno valor parlamentar, se é que o tinha, duro mais do que prestigioso, senador pelo Rio Grande do Sul.

O mesmo tencionavam os conservadores fazer com o general Manuel Deodoro da Fonseca, dele constituindo o herdeiro de Caxias. Sua fé de ofício era brilhantíssima. Leal como o aço, destemido até a temeridade; coração magnânimo, mas espírito apoucado; pronto a explodir como dinamite, mas cheio de boas intenções, arrependendo-se imediatamente depois e ansioso por desculpar-se se tivesse ido longe demais. Soldado na alma, sempre solidário com seus camaradas. Não haviam ainda permitido os fatos nem as ocasiões, contudo, realizar-se sua eleição para o Senado, para o qual seria certamente escolhido.

Em um ponto, Deodoro e Pelotas estavam intimamente de acordo: a solidariedade com o Exército em tudo, fosse quais fossem as divergências de opiniões partidárias.

Por 1883-1884, começou a se fazer sentida certa fricção entre as classes armadas e os ministros da Guerra civis. O abolicionismo ia-se tornando uma cruzada na qual o sentido preponderante dos oficiais era contrário à escravidão, enquanto o gabinete presidido pelo barão de Cotegipe, fundamentalmente conservador, recusava ir além da lei de 1871, e, quando muito, aceitaria com relutância a lei Saraiva de 1885, forçado pelas circunstâncias e como medida de transação com o chefe liberal, ao qual e prócer conservador tinha sucedido.

Por divergências dessa ordem, mais de uma vez haviam sido censurados oficiais e cadetes das escolas militares, punidos mesmo, por terem sido achados em reuniões públicas nas quais tal assunto era debatido. Aos poucos, a discussão se azedara. Pela propaganda tenaz que lavrava nos institutos de ensino, militares também, acerca dos princípios liberais e das pesquisas filosóficas que condenavam a hereditariedade como base de governo, um *esprit frondeur* reinava entre estudantes, e, no Exército, constituía a feição geral da mentalidade das graduações inferiores. Elevava-se por essa forma o nível dos debates.

184. *As questões militares* – O estado dos espíritos já era tal, que, em uma ocasião, em 1885, o ministro da Guerra teve de punir um oficial, tenente-coronel Cunha Matos, que, em uma folha diária, discutindo com um deputado que o havia ofendido, proferiria o conceito de que a causa de toda a discussão fora um erro praticado pelo ministro. Tal censura foi bastante para ser tida por uma injúria irrogada a toda classe militar; Pelotas, no Senado, tomou a defesa de seus irmãos de armas, com a lei ou sem ela, dizia ele.

Pouco antes, questão semelhante fora suscitada pelo major Madureira, com o mesmo resultado de ser punido esse oficial. O ponto de partida fora o abolicionismo. Mas nesse fato inicial, o oficial punido não se conformou com a censura; possuindo prestígio na classe, serviu-se dele e, de seu caso pessoal, deu origem a um movimento coletivo do Exército.

Tanto já progredira a indisciplina que Deodoro, comandante das armas na Província do Rio Grande do Sul, na guarnição da qual o in-

cidente ocorrera, formou ao lado dessa agitação, em 1886, e prestigiou seu subordinado. Mais uma vez, Pelotas no Senado chefiou o ataque contra o gabinete.

Começaram no Rio Grande *meetings* de oficiais, aprovados por Deodoro por forma ostensiva. Tentou o governo abrir os olhos ao general sobre as conseqüências de tais atos de indisciplina: foi malsucedido. Não era tolerável semelhante situação, e o general teve de ser demitido de seu comando, recebendo ordem para se recolher à capital do Império. Aqui, os *meetings* continuaram, com crescente intensidade e significação, no ano de 1887, sempre chefiados por Deodoro, a quem Madureira, insubordinado e faccioso, servia de secretário.

De guarnição a guarnição, de corpo a corpo, inaugurou-se uma correspondência tendente a se nomear Deodoro como representante geral da classe, com os devidos poderes para lhe defender os interesses e os sentimentos de honra.

Já por si mesma tal situação era revolucionária. Dela procuraram tirar partido os republicanos, com o fito de extremar posições entre as tropas e o governo. Os liberais, igualmente, haviam seguido a mesma política de hostilidade ao ministro conservador, como prova de oposição partidária; seus chefes, no Senado, perceberam afinal que tais fatos poderiam surgir sua própria ascensão ao poder mediante pronunciamento militar, e quiseram evitar tão incômoda situação; apertaram os freios, a fim de evitar evitar-se uma entrada no governo tão espúria, e procuraram lançar uma ponte sobre a fissura que já se abria entre o Exército e as instituições.

Nenhuma dúvida pode existir quanto a ter sido essa chamada questão militar um pródromo e um aviso da ruína de governo imperial. O próprio Coteçipe, presidente do Conselho, confessaria mais tarde que o gabinete tinha saído diminuído da contenda, e arranhado em seu prestígio.

A verdade era que tudo suportava, todas as amarguras de situação dúbias e de investidas vinda dos quartéis, para evitar incidentes ainda mais graves.

Deu-se a intervenção pacificadora liberal a 20 de maio de 1887; dela se originou uma trégua, mas trégua enganadora, pois atritos insignificantes de todos os dias evidenciavam a excitabilidade dos ânimos nas classes armadas, e quando elas se achavam suscetibilizadas, e a desconfiança

que nelas lavrava acerca da resolução tomada pelo Executivo. Inda assim 1888 passou sem grandes perturbações militares dignas de menção, a não ser uma ocorrência desagradável com um oficial da Marinha reformando, na qual a polícia do Rio agira com imperdoável leviandade, que deu pretexto para a demissão do Gabinete Cotegeipe. Mesmo assim, era um sinal dos tempos.

185. A desafeição pelo regime imperial – O resultado geral, entretanto, era uma crescente desafeição pelo regime; o Imperador ainda gozava de fundo respeito e da afeição agradecida dos velhos oficiais que haviam feito a guerra do Paraguai; mas os postos inferiores estavam preenchidos com jovens alunos das escolas militares que não experimentavam sentimento semelhante, e estavam intimamente convencidos das calúnias postas a circular pelos próprios partidos monárquicos, únicos obreiros reais, se bem que inconscientes, da queda do Império.

Agravava as circunstâncias o fato de que desde 1887 fora D. Pedro, atacado pela invasão da moléstia que o levaria ao tumulto quatro anos mais tarde, o diabetes. Repercutiu imediatamente sobre sua capacidade de trabalho e sua atividade mental. Não mais era o chefe atacado, infatigável nos seus labores, a par das menores minúcias da administração, intervindo pessoalmente em tudo com sua autoridade de soberano para descarregar a eletricidade de ambientes tempestuosos. Sua saúde combalida simbolizava o próprio declínio das instituições.

Ninguém, salvo raríssimas personagens de curta visão política, acreditava na possibilidade de um terceiro reinado. Com a mesma quase unanimidade de opinião, estavam convencidos em geral de que nenhuma mudança se realiza durante a vida do imperante. Um sentimento de afeto e de amor protegia a D. Pedro II, em sua marcha para o túmulo, como havia amparado ao monarca infante, quase no berço, nos dias agitados de 1831.

O sentimento monárquico de fidelidade às instituições, contudo, estava evanescendo.

O clero ainda estremecia aos golpes de perseguição aos bispos de 1873-1875: os produtores, feridos pela abolição; todos haviam abandonado sua antiga dependência e sua fé no trono, e se mantinham ou indiferentes a sua sorte, ou francamente manifestavam sua oposição ao

regime. O Exército rompera seus liames de simpatia com ele, e esperava os acontecimentos, firmemente decidido a se não opor a nenhuma mudança democrática.

Uma propaganda persistente, oculta e sutil conseguira apresentar a Princesa Imperial e seu esposo sob o aspecto falso de uma luz mentirosa; exagerando as feições mentais e morais da nobre Senhora, diziam-na mero instrumento da vontade do clero; caluniando o conde D'Eu, apontavam-no como sórdido avaro, afastado de quanto interessava o Brasil. E a verdade era que a princesa ostentava um dos mais nobres exemplares de dignidade humana, de espírito de caridade e de ânimo cristão; perfeitamente cônica de seus deveres, e firmemente decidida a cumpri-los. E o príncipe era um soldado de corpo e alma, capaz, altruísta, afeiçoado a seus camaradas, sempre pronto a servir a todos, gastando tudo quanto possuía para auxiliar e suavizar os sofrimentos que lhe ficavam em derredor; surdo, entretanto, e com fortíssimo sotaque ao falar brasileiro, embora conhecesse a língua como poucos, tais falhas lhe impediam tomar parte na conversa geral e o mantinham isolado. Dessa forma, distante do convívio comum, permaneceu até o fim *francês*.

186. *O desinteresse da família imperial.* Afonso Celso – Do Imperador aos seus netos, nunca a família imperial cogitou pugnar pela coroa contra a vontade popular. Essas eram as expressões de D. Pedro II, e ele provou sua sinceridade tanto no poder, como, mais tarde, no exílio. Declarou-o o conde D'Eu mais de uma vez, quando em 1888, viajou pelo Norte do Brasil. Representantes de uma doutrina política, estavam persuadidos da superioridade da fórmula que defendiam: era dever seu, portanto, mantê-la a aconselhá-la para a felicidade da nação; mas estavam perfeitamente opostos a impô-la ao país. Tal foi sua conduta constante, tanto na vigência como após a queda da monarquia.

Naturalmente, teriam os acontecimentos corrido sem entraves: o Império teria tido a República por sucessora, ao fechar o Imperador seus olhos a sua vida moral, e toda a nação teria aplaudido à transição.

Fora, entretanto, olvidar que os fatos e as circunstâncias têm outra força, que não possuem os desígnios humanos.

O Gabinete João Alfredo deixara o poder nos primeiros dias de julho de 1889. O traço predominante da tarefa de seu sucessor na presi-

dência do Conselho, fosse ele qual fosse, seria esse choque com a desafeição geral em todas as rodas, na produção, nas classes armadas, nos partidos, no clero. Muito mais que energia e competência tanto era a exigência capital do momento. Saraiva teria sido realmente o homem para lidar em um ambiente de tal delicadeza e dificuldade, situação perigosa entre todas. Chamado pelo Imperador para organizar o novo governo, declinou do encargo honroso, alegando o seu precário estado de saúde, e aconselhou fosse a missão, confiada ao senador por Minas Gerais Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto.

Era esse estadista um modelo de honra, competência e capacidade de trabalho. Franco, viril e sincero, nunca fugia de situações claras, e despreza métodos ou processos coleantes: não parlamentava com seus adversários, mas carregava contra eles, com todo o esforço combativo. Nenhum fingimento, nenhuma simulação, nenhum golpe secreto, em sua tática partidária. Tudo em plena luz meridiana, sem sombras suspeitas nem compromissos. Um caráter de rigidez adamantina, inflexível e destemida. Um Homem.

Seriam os tempos e as circunstâncias os mais próprios para se utilizarem tais virtudes, e de quilate tão alto? Não produziria a diplomacia resultados mais eficazes, no ambiente assim caracterizado, e não se revelaria superior a mera energia? É questão a investigar, e na qual todas as opiniões podem alinhar argumentos. Uma coisa, entretanto, é ponto pacífico: no máximo, qualquer êxito contra a corrente republicana adiaria a solução da crise até a morte do Imperador, não além.

Em sua nobre sinceridade, o presidente do Conselho nunca prestou grande consideração ao trabalho dissolvente, de sapa, da intriga; desprezava os boatos falsos, as suspeitas recíprocas, e outros recursos que tais. Fundado a 7 de julho de 1889, seu gabinete dedicou todos os esforços à reorganização financeira, a fim de atender as exigências de uma produção desorganizada. Tal era seu programa econômico. De natureza diversa, era o problema político: como anular uma força armada politicamente? Nunca mascarou sua intenção: diante de um Exército profissional faccioso, uma larga proporção nas mãos dos oficiais pelo serviço militar a longo prazo, alinhar uma milícia nacional, igualmente armada e treinada, na base do

serviço pessoal e generalizado. A idéia era sadia, e sempre foi a pedra de alicerce das forças nacionais contra as forças profissionais.

Era, contudo, uma ameaça contra a situação vigente dos regimentos; e contra a noção de oficiais a desempenharem o papel de cidadãos soldados, amedrontando civis desarmados com o peso das armas a eles entregues, enquanto reclamavam o direito de assim agirem como cidadãos.

187. Os republicanos. Benjamim Constant – Os republicanos, com suas hostes aumentadas pelo afluxo de fazendeiros enfurecidos pela perda de seus escravos, fizeram seu máximo esforço, de intriga inteligente, para levar-se a crise ao apogeu; redobram seu trabalho de sapa e de dissídios, caluniosos por vezes, acusando o governo de pretender exilar oficiais, a começar por Deodoro, para regiões inabitáveis do país. A parte mais sensível do Exército, e que mais violentamente reagia ao acicate de tais métodos, era constituída pelos jovens recentemente saídos das escolas militares, ou prestes a deixarem-na. Era seu ídolo um professor, já de meia-idade, o tenente-coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães. Havia tomado parte na campanha do Paraguai; era bom matemático, e tido como profundo pensador. Desde muitos anos, fora republicano, e, como tal e apesar de seu credo político, o Imperador o convidava para professor de seus netos. Entre ambos existiam recíproca afeição e estima, baseados na sinceridade de suas opiniões. Para os estudantes militares, sua palavra era oracular. Com eles conversando e conferenciando seu prestígio ia sempre crescendo, até que, duma feita, os cadetes lhe pediram de conduzir o Exército e guiar o país fora dessa tremenda situação. Numerosos oficiais aderiram a esse movimento ilegal.

O obstáculo máximo era a afeição agradecida de Deodoro ao velho Imperador. Persuadido afinal por Benjamim e alguns íntimos, velhos camaradas de fileira em sua maioria, deixou-se arrastar, embora até o último momento não estivesse feita e firme sua resolução de derrubar a monarquia, preferindo ele a substituição do Ministério. Foi necessário que Benjamim lhe mostrasse, após a vitória do motim, que, se a mudança se não realizasse, suas vidas se achariam todas em perigo; então, e somente então, resolveu-se a lançar sua sorte com a dos republicanos.

188. Proclamação da República. Deodoro da Fonseca – Tudo se preparou em segredo, puramente em círculos militares, assistido por pou-

cos civis, estes exclusivamente as rodas republicanas. A data do levante seria a 20 de novembro; mas a 13 e 14, receando-se dificuldades supervenientes e hesitações, foi propalado um boato pelos revolucionários de que o governo ordenara a prisão de Deodoro. Acendeu-se o rastilho da mina. Anteciparam-se ordens. Começaram a mover-se as tropas na madrugada de 15 do mesmo mês. O Gabinete, que só então suspeitara de que algum movimento ia sendo tramado, reuniu-se no Quartel-General do Exército às primeiras horas desse dia. Ali mesmo, foi feito prisioneiro. O barão de Ladário, ministro da Marinha, chegando tarde à reunião, ao apeiar-se de sua carruagem e vendo a reunião das forças diante o edifício onde o ministro estava sitiado, atirou contra o oficial que o intimava a se considerar preso, e, em represália, foi alvejado e ferido.

Após a deposição de Ouro Preto e de seus colegas, durante horas nenhuma providência se tomou para proclamar a República. Ao antigo presidente do Conselho apeado de poder, o próprio Deodoro declarou que ia procurar o Imperador para lhe propor a lista de novos ministros. D. Pedro teve tempo de descer de Petrópolis, à primeira notícia dos acontecimentos, convocar e presidir o Conselho de Estado, e de incumbir Saraiva de organizar o novo governo. Quando esse estadista tentou pôr-se em contato com o chefe da revolução, para com este conferenciar sobre o objeto de sua missão, recebeu a proposta de que tal troca de vistas ficaria sem motivo, pois a República já fora proclamada e organizado estava o novo Ministério.

Haviam sido vencidas as preferências pessoais de Deodoro pelos argumentos de seus associados republicanos, e o velho militar se tinha agregado a eles. Uma das razões principais, talvez mesmo a decisiva, para se conformar a tal decisão, foi o rumor de que o Imperador havia confiado a presidência do Conselho ao senador Silveira Martins, inimigo acirrado e pessoal de Deodoro. O aviso desse convite, dado por Benjamim ao general, decidiu sua adesão à mudança de regime.

Em todas essas circunstâncias, de modo nenhum e em nenhum momento havia intervindo o elemento popular. Fora simples motim, vitorioso em toda linha por surpresa. Mas, por amor à verdade, deve ser dito que foi mera antecipação, pois um terceiro reinado era tido por impossível, mesmo pela maioria esmagadora dos próprios partidos imperialistas.

Era evidente que a Família Imperial não poderia permanecer no Brasil. Até o último momento, entretanto, toda sorte de provas de respeito e de deferência lhe foi prodigalizada. Todos sentiam, no país inteiro, que somente por dura necessidade se tornava forçado o exílio.

A 17 de novembro de 1889, se realizou o embarque de madrugada. Fora escolhida essa hora matinal, porque o governo receava movimentos e tumultos se fizesse de dia, e se pudesse lamentar derramamento de sangue.

A bordo do *Alagoas*, partiram o Imperador e a Família Imperial.

Começara o período final do grande brasileiro, no qual se revelou maior ainda que durante seu reinado.

Nunca tão completamente como então, provou ele merecer o louvor de Victor Hugo, saudando-o como neto de Marco Aurélio.

.....

Capítulo XIV

PROCLAMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA

G

RANDE e nobre fora tarefa cumprida pelo Império.

Estava o Brasil sob a ameaça de desintegração por fatores múltiplos, e, entretanto, se manteve unido. Lutas locais duram cerca de vinte anos, e, entretanto, foram dominadas dentro da união. Métodos de governo haviam evoluído, do absolutismo ao parlamentarismo, não em sua pureza teórica, mas tolerável em seu funcionamento mediante o auxílio do Imperador e de seu Poder Moderador. As eleições tinham progredido, da desordem generalizada a uma representação aceitável dos partidos. Os grandes códigos de justiça e de administração estavam organizados e regiam as relações jurídicas e sociais a contento geral. A escravidão fora abolida. Mais do que esse acervo não fora possível conseguir, pela insuficiente educação política dos partidos. Isto, no que respeita à vida interna do país.

189. *Relações internacionais* – Quanto às relações exteriores, a mesma marcha ascensional era notada. Com a abdicação de D. Pedro I, o influxo das idéias, dos alvos e da política portuguesa ia ficando atenuado: não seria mais o imperialismo o móvel da expansão nacional por territórios estrangeiros. As Regências e D. Pedro II adotavam, com base invariável de sua ação internacional a norma do *uti possidetis*, para limites, o sentimento fraternal para com as repúblicas sul-americanas e o arbitramento como remédios para solver todas as questões litigiosas.

Desde 1828, nunca mais se planejara ou se realizara conquista; tivéramos de intervir no Rio da Prata e nas dissensões locais, chegamos mesmo à guerra, a chamado dos povos que auxiliamos a se libertarem da tirania, como expressamente o reconheceu D. Bartolomé Mitre.

Movemos guerra ao Paraguai, por provocação de seu ditador, e com o intuito proclamado de restaurar naquela nobre nação a liberdade espezinhada por um tirano sem escrúpulos. Após a vitória, ajudamos o país com todas as nossas energias e recursos para lhe assegurar novos progressos e fortuna.

A hostilidade generalizada contra o Império por parte das repúblicas sul-americanas, herdada dos sentimentos análogos da Península Ibérica, ia aos poucos cedendo, e vinha substituída por um ambiente de confiança mútua. Da Europa como da Norte-América, provas idênticas de crédito político e internacional afluíam ao Brasil.

Em 1871, fomos escolhidos para um dos lugares de árbitros entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha na questão do Alabama. Mais tarde, em 1880, o Império foi o árbitro entre os mesmos Estados Unidos e a França, nas reclamações formuladas por cidadãos norte-americanos por prejuízos na guerra do México com Napoleão III. Outra ocorreu em 1884-85: a guerra do Chile contra o Peru e a Bolívia havia causado grandes perdas e largos danos a súditos de outras nações; firmou-se um acordo para que um tribunal arbitral julgasse as queixas, tribunal composto de três membros, dois representando os governos interessados, e o terceiro, super árbitro afinal, do Brasil. Dessa forma, França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Bélgica, Áustria-Hungria e Suíça solveram suas pendências com o Chile.

Nenhuma dúvida pairava sobre a posição eminente do Império na América do Sul, e novas demonstrações de tal sentimento eram prodigalizadas no Congresso de Montevideú, sobre o Direito Internacional Privado, e na primeira Conferência Pan-americana de Washington, em 1889.

190. Instrução pública – Uma das preocupações principais do Imperador, era a instrução. Costumava assistir a todos os exames, concursos e provas entre candidatos a cadeiras das escolas científicas; muitas vezes, vinha inesperadamente presenciar aulas. Repetia sempre considerar a missão de ensinar como a mais importante da sociedade. Promoveu con-

ferências públicas; por todos os meios auxiliou investigadores, viajantes e cientistas, tanto nacionais com estrangeiros. É impossível detalhar tudo quanto fez para os institutos educacionais quer primários, quer secundários; mas, quanto aos cursos superiores, pode-se apontar o fato de que o Império, em 1889, deixou duas faculdades de medicina e de cirurgia, duas academias de direito, uma escola de minas, uma de belas-artes, um conservatório de música, uma escola politécnica, três escolas militares e uma escola naval. Bibliotecas públicas, arquivos, museus, estavam todos modesta mas convenientemente dotados, e ministravam auxílio intelectual aos estudiosos de toda espécie e origem. Ele próprio um cientista, mais do que simples amador, tudo quanto se referisse à educação e à ciência o interessava no mais alto grau.

191. *Surto econômico* – Tomados em conjunto, os problemas econômicos haviam sido tratados por forma conveniente. O crédito e o escambo podem ser aceitos como números-índices: o primeiro pode ser medido pelos empréstimos conseguidos; em Londres, em 1886, foram contratados a 5% de juros e emitidos a 95, e mesmo a 4% emitido a 90% em 1887, sem garantias especiais e com ½ % para o fundo de amortização. No mercado brasileiro, um empréstimo interno de 4%, posto em circulação de 90 %, foi coberto duas vezes. A moeda estava acima do par. A produção crescia; pela bitola das exportações, subia de 222.000 contos em 1870-80 a 336.000 em 1886-87. O comércio geral, importação e exportação, nas mesmas datas aumentava de 400.000 contos a 676.500. O golpe da abolição fora suportado sem prejuízos excessivos; a colheita de café rendeu apenas 60% do que teria normalmente dado, mas fora volumosa; 6.700.000 sacos, ainda assim, puderam ser vendidos e exportados a preços altos. Paralelamente com a emancipação dos cativos, chegavam imigrantes: 11.000, em 1881; cerca de 28.000, por ano, de 1882 a 1886; 55.000 em 1887; e 132.000, em 1888. As vias férreas cresceram a 9.583 quilômetros; telégrafos ascenderam a 18.925 quilômetros, em 1889.

192. *Atividade literária* – Desenvolvia-se a literatura. Dominava o naturalismo: colocado num ponto de vista psicológico, Machado de Assis pontificava nas descrições da vida e da sociedade dos últimos cinquenta anos de Império; os aspectos emotivos tinham a preferência de Júlio Ribeiro e de Raul Pompéia, revelando-se este pensador profundo em

sua admirável obra escrita; Aluísio Azevedo punha-se em evidência por seu impressionismo e sua poderosa análise minudente.

No domínio da poesia, surgiam nomes de extrema valia: Raimundo Correia, vibrante artista da ansiedade, do pessimismo e da dor; Olavo Bilac, cuja simplicidade cintilante era a mais eloqüente forma para traduzir os sentimentos nacionais, e seus sonhos panteísticos de beleza; críticos, como Tobias Barreto, Sílvio Romero, Araripe Júnior, José Veríssimo. No campo da história citaríamos Varnhagen, mais tarde visconde de Porto Seguro, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, e acima de todos Capistrano de Abreu; embora de alguns deles se possa dizer que sua produção mais notável se deu após a queda do Império.

193. Individualidade nacional – Com tal pugilo eminente de criadores intelectuais, estava o Brasil dando quanto podia para evidenciar sua individualidade própria.

Era o Imperador um dos mais fortes auxiliares nesse empenho de manter a evolução civilizadora nossa dentro dos limites postos por nossa história. O Brasil, como a maioria das nações sul-americanas, é produto legítimo do tronco ancestral ibérico, e herdou as feições especiais de um caráter étnico modelado por um catolicismo profundamente sentido, por seu culto das mais altas regras morais, pela dedicação absoluta aos preceitos de um cristianismo severo e de cavalheirismo romântico.

Seus alvos revelam tendência inamolgável pelo idealismo, muito mais do que pelos lugares-comuns ou por modelos realistas. Na alma brasileira, espiritualidade, imponderáveis, pesam muito mais do que meros aspectos materiais, e em sua evolução social e política, os deveres sempre tiveram a precedência sobre os direitos.

Nossa história nacional é longa prova desse pendor.

Também, sempre procuramos ansiosamente ser e permanecer o que somos, e não toleraríamos revelar-nos meras cópias, mais ou menos perfeitas, de qualquer modelo estrangeiro, por mais adiantado e progressista que pudesse se evidenciar, desde que não fosse inspirado pelos mesmos ideais. Harmonia, beleza, altruísmo, significam muito mais para nós, do que simples riqueza ou conforto.

Nossa civilização é qualitativa, inteiramente incompreensível para espíritos propensos a superioridades quantitativas. Psicologicamente,

somos muito mais próximos à Europa, especialmente à Europa continental latina, de que a qualquer outra parte do mundo. Por isso, também, somos compreendidos muito melhor por esses povos, do que por quaisquer outros.

Depois de Portugal e de Espanha, nossa mentalidade é principalmente devedora ao pensamento francês, e, ultimamente, com o desenvolvimento dos estudos superiores e da imigração, à ciência da Itália e da Alemanha. É progresso destes últimos decênios termo-nos familiarizado como as produções morais e intelectuais da alma anglo-saxônica. E aqui se ostenta curiosa antítese, pois os Estados Unidos e a Inglaterra são os dois países com os quais temos tido, por um século, já, as afinidades maiores, se bem que de outra natureza.

A Grã-Bretanha, por seu auxílio sem igual, nos dias de Canning, no proteger nossa Independência, e, desde então, em propugnar nosso progresso material. Os Estados Unidos, por seu imediato reconhecimento de nossa soberania nacional, e pela doutrina de Monroe, sempre considerada por nós como traduzindo nossa própria convicção sobre tal assunto, e que sempre sustentamos como elo comum e essencial entre todas as nações de nosso continente. Num ponto, entretanto, discordamos, pois nós a consideramos como uma regra basilar, internacional, pan-americana, e nunca como simples norma nacional e de auto-proteção dos Estados Unidos.

À medida que o tempo passa, tais dissentimentos deverão desaparecer. Depende isto de adquirirem os Estados Unidos conhecimento mais fundo do que são suas irmãs do Sul, de sua alma e de seus sentimentos. Depende do surto progressivo dessas nações, e, também das mudanças fundamentais pelas quais está passando a grande República do Norte, como conseqüências das unidades componentes raciais dos Estados Unidos de hoje, totalmente diversa da que, em 1823, puramente inglesa, constituía aquela população.

Pouco a pouco, a justaposição de mentalidades étnicas contribuirá para permitir que se forme um substrato comum, uma como que alma coletiva, nem que seja sobre número limitado de questões. Será essa conquista um passo para se pensar menos materialmente, e com espiritualidade maior. E, por outro lado, o contato do mundo e das concorrências

vitais dará aos sul-americanos certo senso prático que lhes falta, e que virá ajuntar-se, e não substituir, a inspiração idealista que neles predomina.

194. *A República e D. Pedro II* – Este, precisamente, foi um dos serviços notáveis que devemos ao Império e a D. Pedro II. Desde o primeiro momento, a nova república do Brasil mostrou compreender o problema, embora titubeasse por vezes na execução desse programa internacional, coisa natural nos dias iniciais do regime.

Não se pode dizer que D. Pedro e a nova situação estivessem em posição de contraposta inimizade. O primeiro pensamento do Governo Provisório foi assegurar o decoro da existência material do Imperador deposto e no exílio, triste necessidade esse banimento imposto ao soberano e ao país pela força dos acontecimentos. Nobremente, como sempre, recusou tal favor o velho monarca. O Tesouro Nacional chamou a si os encargos das pensões a velhos servidores e a famílias pobres, socorridos pelo bolsinho imperial, pelos recursos de sua lista civil: considerou o governo ser isto um dever nacional, e todo o país sancionou tal pensamento. Nunca esse grande cidadão proferiu uma palavra sequer contra o que tinha ocorrido; em seu generoso espírito, ele compreendera; em sua diversidade pessoal, justificou a sinceridade que afirmara, durante seu longo reinado, ser ele o primeiro republicano do Brasil. Mais ainda: procuraram-no, na Europa, vários diplomatas brasileiros e depuseram nas mãos imperiais seus cargos oficiais; recusou aceitá-los, e declarou que não lhes assistia o direito de assim procederem, pois serviam ao Brasil e não Imperador, e acrescentou que seu dever era de continuarem suas funções, pois trabalhavam pela pátria e não pelo Império ou pelo soberano.

Desse modo, auxiliou indiretamente ao reconhecimento do novo estado de coisas, e proibiu qualquer tentativa por alterar o curso dos acontecimentos. Mais de uma vez declarou que, chamado de novo a prestar serviços ao Brasil que havia governado, tornaria a fazê-lo. Acima de tudo, ostentou em terras estranhas as mais nobres qualidades da nação brasileira.

Os novos governantes encontravam, em seus dias de aprendizagem, as maiores dificuldades, e em sua honra se diga que, raras vezes, tanta coisa se fez em tão escasso prazo.

Sendo revolucionária sua situação, estavam ansiosos por verem o país restituído a um período legal; por outro lado, questões existiam que deviam ser resolvidas sem detença, imediatamente, sem esperar o voto da nova Constituição. Sabiam, além disso, que mais fácil seria estabelecer de chofre as reformas para as quais o país já se achava preparado, do que adiá-las para tempos mais remotos, meses ou anos mais tarde, em circunstâncias e condições que se não podiam prever. Ademais, tais reformas eram compromissos republicanos dos programas discutidos e aceitos pelo partido.

195. A situação de fato. As medidas tomadas – Um dos pontos era sair da situação de fato. O Decreto nº 1 atendeu a essa necessidade: proclamava-se uma república federativa, até que se votasse a Constituição. A 3 de dezembro, uma comissão especial foi nomeada para organizar um projeto de Estatuto; a 30 de maio de 1890, esse projeto foi entregue ao Governo Provisório, que o submeteu a uma revisão, e a 22 de junho o publicou para ser oferecido à Assembléia Constituinte. Para esse fim, desde 21 de dezembro de 1889 havia sido marcada a eleição para 15 de setembro de 1890, e o Congresso fora convocado para 15 de novembro, um ano, portanto, após a proclamação da República.

Até essa data, o governo concentrava em si tanto o Poder Executivo como o Poder Legislativo. Inúmeras medidas foram então tomadas, para atender aos problemas que surgiam das novas instituições. Elevou-se o corpo eleitoral, com a única limitação de estar o eleitor no gozo de seus direitos civis e políticos, e de saber ler e escrever. Foram dissolvidas as Assembléias Provinciais, a fim de aguardarem os termos da Constituição por ser organizada. Adotou-se a grande naturalização, e mesmo foi estipulada a naturalização tácita. Iniciou-se fundo movimento descentralizador, pelo alargamento das franquias provinciais. Separou-se a Igreja do Estado; esta medida delicada e importantíssima foi adotada pela forma mais liberal e respeitosa: o poder governamental, reconhecendo sua própria incompetência para se intrometer na vida espiritual dos crentes, ou para pretender regulá-la; as duas sociedades perfeitas ficavam nos seus limites próprios; o padroado oficial, os apelos à coroa, a intervenção na análise e na placitação dos documentos sobre assuntos eclesiásticos, vinham abolidos. A separação surgiu, foi planejada e posta em vigor, com um ânimo e intenção de respeito, de cooperação e de amor, e nesse mesmo rumo foi aceita e, pouco de-

pois, louvada pelo Episcopado brasileiro, devidamente reunido. Até hoje, têm funcionado sem atrito, e para o maior bem de ambas as partes, a ponto tal que, na França, durante os duros debates das leis sobre congregações religiosas, foi citada a nossa legislação como modelar.

Este inestimável serviço, devemos ao positivismo, doutrina que norteava o líder militar da revolução, Benjamim Constant Botelho de Magalhães, e, devemos, também, ao espírito liberal de Rui Barbosa, o principal autor da lei.

Tinham, pois, de ser adotadas as conseqüências dessa funda mudança: o registro civil dos nascimentos e das mortes já existia desde 1888, mas o casamento civil e a secularização dos cemitérios tiveram de ser postos em vigor. Alterações imensas e progressivas foram introduzidas na lei civil, tanto nos códigos criminais e na organização judiciária. Nunca em nossa história se havia revelado tal soma de pensamento político e tal atividade se tinha ostentado. O grande nome a citar nesse período, é o de Rui Barbosa.

Infelizmente, sofreram grandemente as finanças. A razão é óbvia, e Rui Barbosa, ministro da Fazenda, não pode justamente ser acusado dos resultados obtidos, pois tudo era anormal em torno de si, e ele não possuía os meios de agir segundo as inspirações de suas próprias idéias, nessa preamar de assistência não solicitada, que ele se via forçado a tolerar.

Desde logo, desapareceu de chofre a confiança no novo governo, por parte dos mercados financeiros europeus; somente aos poucos, muito lentamente e por graus, ela foi se restabelecendo. Outra causa estava no fato de que todos se metiam a dar opiniões e intervinham nas decisões. Também havia sido iniciada uma rota política errada e peculiar, desde a abolição do cativo: para auxiliar aos antigos donos de escravos, arruinados pela libertação, e para derivar atividade e queixas dos prejudicados para rumos de trabalho econômico e de compensações, o que evitaria ataques contra a instituição monárquica. Havia sido concedidas facilidades especiais para operações bancárias; largo ensinamento surgira daí, e uma enchente de sociedades mais ou menos insubsistentes havia invadido o mercado brasileiro.

Era impossível parar. Os fazendeiros arruinados julgavam-se com direito de reformarem suas antigas fortunas por essa forma. Seria pru-

dente, inquiriam de si para si os membros do governo, estancar esse movimento, em plena febre de especulação, quando monarquistas, ambições desapontadas, vítimas todas do novo estado de coisas, desperdiçavam seu tempo e seus recursos na bolsa de títulos, em vez de conspirarem e planejarem contra as novas instituições, solapando a república recém-nada? Agia tal excitação especulativa como pára-raio a resguardar a segurança do governo.

196. O reconhecimento da República – Além dessas reformas capitais, duas tarefas delicadíssimas tinham de ser desempenhadas: na vida internacional, a admissão pelos demais povos das circunstâncias novas; nos negócios internos, assegurar a ordem e o respeito.

Verificou-se mais fácil do que fora para supor o primeiro desses encargos. A 20 de novembro de 1889, a Argentina e o Uruguai tomaram a iniciativa do reconhecimento da República; em 13 de dezembro, foi a vez do Chile; em janeiro de 1890, a Bolívia, a Venezuela, o México e os Estados Unidos apresentaram sua conformidade com os fatos ocorridos, respectivamente a 3, 7, 13 e 29; em fevereiro, Guatemala, El Salvador e Colômbia concordaram em admitir a nova ordem de coisas, a 6 e 20; em março, Costa Rica, Nicarágua e Honduras seguiram o mesmo caminho, a 4, 17 e a 18. Chegou então a decisão dos governos europeus. A França não esperou a instalação do Congresso Constituinte, e aderiu ao reconhecimento geral dos fatos, a 20 de junho de 1890; Portugal assim procedeu também a 18 de setembro; Holanda, Itália e Santa Sé, a 23 do mesmo mês; Alemanha, Noruega e Suécia, a 29; a 6 de dezembro, Áustria-Hungria e Espanha.

197. Política interna – A política interna logo começou a causar sérios incômodos, como era de esperar. O golpe fora tão súbito, que, fora de pequena minoria de iniciados, quase geral tinha sido a surpresa. Mais cedo ou mais tarde, as oposições e os dissentimentos viriam à frente. Mas o perigo maior procederia de outro quadrante. Uma das conseqüências mais danosas de uma política baseada na força, e especialmente na força armada, é que não há meio de dar um paradeiro no processo: hoje, generais chefiam os motins; depois, é aos coronéis que cabe a direção; e, de degrau em degrau, porque pararia na descida, até chegar ao soviets?

No Brasil, mais uma vez assistiu-se ao espetáculo da incapacidade dos revolucionários admitirem que seus erros sejam as causas das reações: é regra geral acusar-se o partido vencido de fomentar desordens.

Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, até a morte deste, era vezo lançar sobre os absolutistas e os partidários do monarca decaído a responsabilidade dos distúrbios, das revoltas e dos motins que tanto mal e dificuldades causaram às regências. Novamente, agora, derrubada a monarquia, todas as rebeldias e levantes se apodavam de conspirações anti-republicanas, nas rodas governamentais; estas davam a autoria de todos os movimentos ou a adversários pessoais dos políticos dirigentes, ou a planejadores de uma restauração imperial possível, coisas absolutamente fora das probabilidades, entretanto, dada a situação dos acontecimentos.

Não que monarquistas sinceros deixassem de apoiar e auxiliar algumas dessas tentativas políticas, sem influência sensível, contudo, exceção feita da revolta parcial da Esquadra em 1893; mesmo então, porém, não se aventurou a tendência restauradora a ir além de uma sugestão de consulta à nação quanto ao regime governativo a ser adotado. Mas tal feito do espírito durou longo prazo, e ainda em princípios do século, na literatura partidária, se achavam expressões correntes sobre “os inimigos da República”, causadores de todos os erros cometidos pela turma dos governantes.

Muitas e graves eram as dificuldades, de várias origens, principalmente financeiras e políticas. As taxas cambiais, de 1889 e 1891, haviam caído de um nível acima do par, 27 *pence*, a 12 *pence*, em média; tinham soçobrado as companhias do encilhamento último de 1889, e soçobrado insolváveis; o descontentamento entre os produtores atingia grau muito elevado.

Era o marechal Deodoro da Fonseca uma alma nobilíssima e um valente soldado; como político, entretanto, era inexistente. Facilmente influenciado pela roda que o cercava, ia e vinha, obedecendo ao último conselho dado. Poderia ter sido o chefe vitorioso de uma revolução, nunca a cabeça de um governo real, inspirado em forças conservadoras e almejando progressos para a nação. Ademais, era um impulsivo, movido por seus sentimentos ocasionais, sempre cheio de dignidade e de honra, mas pessoal, tomando os acontecimentos e as opiniões como manifestação favoráveis ou hostis a sua própria pessoa.

Não era, pois, de admirar que se sentisse cada vez mais emaranhado na teia das competições partidárias, de baixa inspiração e egoístas; cada vez mais torturado por uma real angústia para voltar à vida privada, onde pudesse morrer em paz, tão doente e acobrunhado se sentia. Não lhe podiam consentir seus falsos amigos, que o exploravam e viviam a repetir ser sua presença necessária à frente do Governo, enquanto, de fato, o que visavam era tirar proveito de suas intimidades com o nobre soldado, e nunca cessavam de o aconselhar no rumo das direções que lhe eram vantajosas, pouco se incomodando com o país.

Estabeleceu-se, entre eles e os melhores elementos pensantes e diretores da política e da República, uma desconfiança crescente, rapidamente crescente. Foram tão longe as coisas, que a atividade normal do Legislativo, resultante das próprias exigências constitucionais, lhe era posta ante os olhos como agressão mal intencionada contra a sua pessoa ou suas intenções. Por essa forma, e pelas complicações a se desenvolverem, tornou-se o marechal cada vez mais presa de um círculo pequeno de assistentes pessoais e de camaradas dedicados, ignorantes dos problemas de governo.

Desde os primeiros dias do novo governo, tal falta de conhecimento de pessoal apto para administrar havia levado em muitos casos a nomear para a presidência dos estados jovens oficiais, mocinhos alguns deles, que mal saíam dos bancos das escolas militares. Sob o influxo da doutrina positivista, preconizada por Benjamim Constant, cada qual se julgava um profeta, depositário da pureza e da fé; mesmo nesses institutos de ensino profissional, alunos discutiam, aprovavam ou censuravam seus ministros e seus chefes.

Logo nos dias iniciais da reunião do Congresso, se tornou manifesto esse espírito crítico contra os métodos dominantes do governo. Havia o marechal devolvido ao Poder Constituinte a soma de prerrogativas que a revolução lhe tinha conferido; mas a Assembléia determinara que ele deveria ficar à frente do país, até que o voto da Constituição elegeisse definitivamente seus chefes. No decurso dos debates, dois grupos se definiram, um deles francamente hostil ao rumo seguido pelo governo.

198. Atritos entre Executivo e Congresso – A própria Constituição dava azo a hostilidades. Como um anteprojeto fora oferecido pelo Provi-

sório, e o Congresso deliberara emendá-lo, esse dever elementar do legislador era tido por uma ofensa. E a lei, assim votada, era, entretanto, um notável trabalho, liberal e prudente. Podiam, e podem, ser feitas reservas sobre pontos vários, mas é justiça confessar que resultara obra-prima da ciência política, muito acima do que fora de esperar de um Parlamento eleito em tempos de revolução. Assim aconteceu, graças à escolha para essa assembléia deliberante de vários antigos monarquistas, sinceramente conformados com a nova ordem estabelecida: agiram como freio para todas as tendências extremistas; além disso, entre os elementos novos de origem republicana, alguns se revelaram personalidades de primeira ordem. Pode discutir-se se não foi um erro dar aos estados direito de legislar sobre códigos e processos; se foi conveniente dar-lhes as terras públicas, e conceder as minas aos donos da superfície dos terrenos onde se achavam, ou se constituíram tais dádivas graciosas verdadeiro e grave prejuízo econômico para a comunhão; do mesmo modo são de duvidosa vantagem as estipulações de meia dúzia de detalhes. Mas, em seu conjunto, o Estatuto básico respirava liberdade e progresso. Pena foi que não cuidasse também da divisão territorial do Brasil, por entre seus estados tão desiguais.

Em 1882, as províncias oriundas das antigas capitanias originárias, com seus primitivos limites, herdaram-lhes as fronteiras; pouco a pouco, seu desenvolvimento fora muito diverso em sua amplitude; algumas delas, muito vastas e com população apreciável, tomaram a direção do país, enquanto outras, minguadas e escassamente povoadas, quase não possuíam a menor influência. De ano para ano, tais diferenças cresciam, e em 1889 a orientação política do Brasil dependia de cinco ou seis circunscrições que guiavam as demais: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. De pequena valia era o influxo das outras.

Se a República, baseando-se na evidência de que ninguém discutiria, antes todos acatariam as deliberações do Governo Provisório, houvesse classificado as províncias em estado e territórios, e os houvesse organizado com equivalência aceitável quanto a áreas e números de habitantes, grave causa de dissídio tivera sido eliminada, e o grande mal da co-existência de estados de primeira categoria e de outros de segunda categoria, não mais poderia ser alegada.

Uma das bases da mentalidade brasileira, entretanto, é a tradição. Quando se reuniu o Congresso Constituinte, já era tarde para assim proceder, pois cada antiga província possuía sua representação e, com ela, poderia opor-se a qualquer diminuição de seus privilégios.

A própria Constituição era considerada pelo marechal Deodoro como havendo sido planejada pelo Poder Constituinte no sentido de uma retaliação e de uma censura contra o projeto liberal enviado ao Parlamento pelo Provisório e suas autoridades supremas.

Apesar de o Legislativo estar em sessões, organizando a Constituição a princípio e as leis ordinárias depois, o Executivo viria a invadir atribuições privativas do Parlamento, nunca se detendo ante a competência peculiar e as iniciativas privilegiadas das duas Casas. E o Chefe do Estado se sentia melindrado quando lhe eram endereçadas perguntas sobre o modo pelo qual o país era governado. O mero ato de indagar por tais assuntos, ele o ressentia como prova de desconfiança.

199. Isolamento do Governo Lucena – Tais divergências e choques entre a mentalidade militar de Deodoro, ignorando tudo dos métodos e do governo civil da nação, e a feição corrente de ânimo dos administradores civis e dos políticos, dava lugar muitas vezes a desentendimentos graves e discussões amargas. Nenhuma colaboração proveitosa poderia se originar de tal conflito de opiniões. De mais e mais, o marechal se voltava para seus amigos pessoais, consultava-os, para, entre eles, achar conselhos e simpatias.

Tal situação datava dos primeiros dias da revolução. Um de seus ministros deixou-o em fevereiro de 1890. Pelos esforços combinados dos demais, principalmente de Rui Barbosa, Campos Sales e Cesário Alvim, toda a energia se despendeu no sentido de ser mantida uma frente coesa e unida, até que fosse votada a Constituição. Tanto trabalho provou inútil, entretanto, e a 21 de janeiro de 1891 o Ministério todo se demitiu.

Nessa ocasião, Deodoro chamou para seu lado um amigo pessoal e político, o barão de Lucena, a fim de lhe prestar seu auxílio na missão do governo. Tinham travado relações, quase que imediatamente íntimas, cimentadas por mútua amizade e solidariedade, em 1885, quando Lucena fora enviado ao Rio de Grande a presidir a Província, enquanto o então general desempenhava o cargo de comandante das armas.

Ambos conservadores, fortemente imbuídos da doutrina da ordem, autoridade e disciplina. Ambos, honestos, dignos de confiança e essencialmente patrióticos; recorrendo facilmente à força, onde a lei, provavelmente, poderia ser invocada e prestaria necessário auxílio; formavam um par de verdadeiros e sinceros amigos, reciprocamente dedicados. O barão exercia poderoso influxo no ânimo dos soldados. Sua boa fé e sua honra impoluta pairam acima de qualquer exceção.

A nomeação fora completamente natural, e era esperada por todos. Revelou-se um grande erro, entretanto. Nos círculos republicanos, o barão não era admirado, nem merecia confiança: fora conservador por demais energúmeno, e por demais adstrito a interesses partidários, para que pudesse captar créditos junto aos elementos democráticos que o haviam sempre estreneamente combatido: hostil aos republicanos, não lhes tinha simpatia, e seus olhos avultaram como pessoal absolutamente desconhecido. Assim, a seu turno, constituiu seu Ministério com amigos pessoais respeitáveis e competentes, mas todos eles monarquistas, salvante um, e dando desta forma nova causa de desconfiança e de animosidade a seus adversários parlamentares.

Em muitas coisas era o barão superior ao marechal, e especialmente nisto: enquanto este, combativo e incapaz de transigências, afasta qualquer armistício com seus oponentes, o ministro tinha excelente senso político, sabia ser preciso e desejava, para poder governar, reinasse a paz entre partidários tão pugnazes.

Tentou obtê-la, e a pediu com absoluto desprendimento, oferecendo-se a resignar seu cargo e voltar à vida privada, desde que assim pudesse assegurar a conciliação e o desarmamento geral nos conflitos das facções. Falhou nessa tentativa tão merecedora de encômios, pela intransigência inflexível do senador Prudente de Moraes, então presidente da Assembléia Constituinte. Espírito nobilíssimo, e que estava fadado a servir ainda ao Brasil com sua heróica energia e sua abnegação sem limite, tinha ele, entretanto, algumas falhas, e era mais um doutrinário que um político acomodaticio. Nessa conjuntura, via na política do marechal e sua incapacidade de governante, uma eterna ameaça para os ideais republicanos.

Aproximava-se de seu fim a tarefa de constituir o Estatuto Fundamental, e cada vez mais o ambiente se revelava explosivo. Lucena, pre-

vendo complicações crescentes a par de uma hostilidade ascendente, havia pensado e desejava dissolver o Congresso, apesar da ilegalidade do ato, logo em seguida ao voto da Constituição; Deodoro não quis ouvir falar isso. Tentou firmar a paz com o Parlamento; foi por este repellido. Caminhavam as circunstâncias para um empate absoluto e sem solução.

Nova dificuldade surgiu da eleição para a primeira presidência constitucional da República. Evidentemente, uma única escolha era possível e lógica, Deodoro. Mas seus adversários, entre os quais muitos oficiais que haviam sido eleitos para o Congresso, iniciaram uma forte campanha em prol de uma presidência civil, embora, de fato, visassem apenas ferir e desacreditar o velho soldado, ao qual em última análise se devia a realizabilidade da mudança das instituições.

Prudente foi escolhido por eles para seu candidato. Nunca havia o senador paulista almejado tal distinção, e tanto assim que, quando exortado por amigos políticos para desistir de receber votos para o cargo, recusou fazê-lo por esta mesma razão de que nunca promovera tal movimento, ao qual era totalmente estranho. Era um grande erro: injustiça para com o fundador do novo regime; causava perigosa agitação em um momento de graves conjunturas políticas; acirrava a tensão das relações entre dois grupos contendores.

Evidenciaram-se as conseqüências desde logo.

A 25 de fevereiro de 1891, o Congresso votou: em 234 membros presente, 129 escolheram Deodoro, enquanto 97 dos votos recaíram em Prudente, presidente da Assembléia. Deodoro tomou tal proceder como agressão pessoal contra si, e considerou tais congressistas como inimigos seus.

Reunindo-se em seguida, em sessão ordinária, portanto, apresentaram-se projetos de lei, e fizeram-se requerimentos de informações ao governo, tudo dentro das funções normais do Legislativo; referiam-se este último a nomeações feitas pelo Executivo, ou a atos dos departamentos ministeriais, ou preenchimento de cargos no Supremo Tribunal Federal, ou ainda à lei de responsabilidade presidencial. Em realidade, obedeciam, dentro das normas legais, ao desejo inconfessado de apelar do poder ao marçal-presidente; este tomou tais iniciativas como outros tantos ataques contra sua autoridade.

200. *Dissolução do Congresso* – O conflito estava patente, com todos os seus exageros por ambos os lados, principalmente por parte de Deodoro, embora a Prudente coubesse largo quinhão de responsabilidade no formar ambiente de tal perigosa explosibilidade. Era hostil ao Presidente a maioria do Congresso, e sua conduta se ressentia desse dissídio.

Incapaz de sopitar sua indignação, a 3 de novembro Deodoro dissolvia as Câmaras.

No mesmo dia, a maioria redigia e assinava um Manifesto à Nação, politicamente ineficiente, pois que só se pôde publicar e divulgar após a Restauração do Estatuto e da Lei. Nesse documento se dava a resposta insofismável às acusações do Executivo, de modo convincente, claro e sincero; mostrava-se ainda quanto aberrava da ciência de governo e do regime o ato ditatorial de Deodoro, e quanto se manifestavam improcedentes os motivos que invocava para se justificar.

Esse era precisamente o sentir geral do Brasil, tanto assim que, a 23 de novembro, escassos vinte dias após a dissolução, um levante unânime sacudiu o país todo, e mostrou ao marechal que sua atitude era condenada pela imensa maioria de seus compatriotas. Rio Grande do Sul estava em revolta franca, e Pará em véspera de sublevação igual; no Rio, o Exército e a Armada o combatiam, tanto quanto o Congresso e o elemento civil. Na noite de 22 para 23, Deodoro convenceu-se de que todos o abandonavam, e era a quase unanimidade da Nação que assim procedia.

O choque recebido por ele ao se convencer de tal, de estar sendo moralmente escorraçado pela parte melhor de nosso povo, foi indescritível. Sentimentalmente, foi golpe mortal de que se não levantou. Em sua longa carreira, fora um soldado, em mais de uma ocasião agindo com heroísmo indiscutível. Um coração nobilíssimo; uma alma dominadora, cheia de meiguice, de bondade e de patriotismo; um chefe a conduzir seus homens, em coisas militares; fraco, veleitário por crises, na vida civil; apto para comandar subordinados, mas não para dirigir cidadãos; odiando o poder pelo poder; confrontado agora com a necessidade de derramar sangue de patrícios para se manter no governo. Nunca, por um instante sequer, admitiu semelhante dilema.

Assim que Lucena lhe mostrou o preço a pagar para continuar governando, se esse fosse seu intuito, vidas basileiras a extinguir para assegurar sua situação pessoal, recusou fazê-lo, e renunciou à presidência.

Seu Manifesto foi um puro grito de sincera dor, ferido que estava em seus sentimentos mais íntimos pela ingratidão de seus concidadãos e de seus pretensos amigos: “Circunstâncias extraordinárias, para as quais não concorri, perante Deus o declaro, encaminharam os fatos a uma situação excepcional e não prevista.

“Julguei conjurar tão temerosa crise pela dissolução do Congresso, medida que me custou a tomar, mas de cuja responsabilidade não me eximo. Pensei encarregar a governação do Estado por via segura e no sentido de salvar tão anômala situação.

“As condições em que nestes últimos dias, porém, se acha o país, a ingratidão daqueles por quem mais me sacrifiquei e o desejo de não deixar atear-se a guerra civil em minha cara pátria, aconselham-me a renunciar o poder nas mãos do funcionário a quem incumbe substituir-me.”

201. *A Legalidade. Floriano Peixoto* – O marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República, tomou conta do poder no mesmo dia 23 de novembro, e inaugurou seu governo.

Embora tanto se tenha escrito sobre essa personalidade tão interessante, curiosa e ambígua, ainda permanece um enigma para a história. Era um chefe nato, de molde inteiramente diverso do de Deodoro. Este inflamava, sugestionava e inspirava o entusiasmo por sua coragem inata e sua sobrançeria aquilina. Aquele, impávido e calmo, impunha sua vontade pela frieza, pela previsão e pelo cálculo. Um relâmpago deslumbrante em um caso; a inflexibilidade de um teorema, no outro.

Durante a guerra do Paraguai, havia valentemente cumprido seu dever, a seu modo peculiar, quieto e eficiente sem frase nem teatralidade de gestos; não segundo o modelo cheio de audácia de seu camarada e amigo, mas tranquilamente, fruto de inteligência mais do que explosão de sentimento. Talvez, a melhor caracterização fosse ainda que, enquanto era ele um cérebro calculador, seu êmulo era uma alma. Possuía Floriano rara soma de qualidades morais, a par de uma desconfiança prudente para com pretensos amigos, mais afeiçoados a posições e ao triunfo do que a ideais e pensamentos. Poupava palavras, guardava para si suas opiniões íntimas e

seus pontos de vista, quanto possível evitava intimidades, era solidário com seus camaradas e nunca desertava a seus subordinados.

Era muito forte sua posição no Exército, inferior à de nenhum outro chefe, nem à de Deodoro. Havendo divergências, este talvez pudesse, no primeiro momento, arrastar em pós de si a maioria; vindo a reflexão e o estudo, mudavam as posições, e Floriano venceria afinal, pelo conselho, pela persuasão, pela inteligência, pela superioridade mental.

Na vida política, havia sido um liberal convencido, muito adiantado a caminho da República; tanto que nos dias últimos da questão militar, alguns o suspeitavam de não ser mais monarquista. Pertencia, entretanto, ao número daqueles que tinham por irrealizável um terceiro reinado.

O chefe do último gabinete imperial, o visconde de Ouro Preto, sabendo que seu da Guerra, o visconde de Maracaju, não poderia continuar à frente da pasta por seu mau estado de saúde, já havia convidado a Floriano para seu sucessor: o general havia aceitado. É fato, contudo, que ele estava a par da revolução em marcha, e tinha conferenciado com Deodoro poucos dias antes da explosão. Seu respeito da lei era absoluto até o ponto em que fortalecesse sua própria autoridade: não era homem para se envolver em motim ou para derrubar um Ministério ou um Gabinete. Mas, eventualmente, examinaria e poderia aceitar uma revolução. E iria até as últimas com seus camaradas.

Nos acontecimentos que precederam o 15 de novembro, é difícil explicar satisfatoriamente sua posição. O Imperador e Ouro Preto o tinham por um simples traidor.

Talvez não fosse tão simples o verdadeiro aspecto dos fatos. Parece provável que só se compenetrou da gravidade da situação pouco antes de seu desfecho, após sua entrevista com Deodoro, já mencionada. Viu então que o general ia dirigir no levante a quase totalidade das forças da guarnição do Rio, com o assentimento simpático das tropas do Sul. Sabia que nenhuma resistência lhe poderia ser oposta pelo elemento civil, e que, quando muito, seria uma antecipação por poucos anos de acontecimentos fatais. Vencer a força com outra força seria derramar sangue brasileiro sem segurança de êxito, dividindo o Exército em dois grupos hostis, e a isto era ele positivamente infenso. E para que? Para adiar o advento do regime novo até a morte do monarca reinante.

É evidente que seu dever era abrir os olhos ao governo, e este não teve aviso da situação real da tropa; mesmo que, após ter comunicado os fatos, tivesse de tomar parte no levante ao lado dos insurgentes, em favor da revolução iminente. Nesse ponto, nenhuma censura pode ser severa bastante para profligar a deslealdade de sua conduta.

Praticamente, teve, entretanto, uma conseqüência favorável: evitou-se um conflito cruento, cuja inutilidade era patente, já que não conseguiria nunca modificar a impossibilidade fundamental do advento ao trono da Princesa D. Isabel.

A ambos os partidos, tal procedimento apareceu como dúplice: já citamos a opinião dos monarquistas; a dos republicanos é evidenciada pelo fato de que, no Governo Provisório, foi nomeado ministro da Guerra, e mais tarde foi escolhido vice-presidente da República, a fim de se evitar o perigo de nova traição, o que traduzia o sentimento de Deodoro, pois poderia tornar-se o centro de convergência de todos os descontentes do Exército e seu chefe em qualquer ataque às autoridades legais.

Esse era o homem, e tal era o ambiente em que se movia, que ia receber o poder das mãos do nobilíssimo e sincero marechal Deodoro.

202. Pródromos da Revolta da Esquadra – A maioria dos governadores de Estados havia aceito o golpe de Estado. Deixando-os no poder, grande ameaça ficava pendente: a maioria do país oficial, propensa a opor-se à nova situação. E ademais, tornou-se evidente que Floriano era por demais inteligente e um político astuto e previdente demais, para deixar de ver que nuvens prenunciadoras de tormentas se amontoavam em vários pontos do horizonte.

Dificuldades, criadas pela infeliz orientação financeira dos anos anteriores, davam base sólida às hostilidades, tanto no Congresso, como na imprensa e nos partidos locais. Enquanto a 15 de novembro de 1889, a surpresa fora completa, agora a oposição, tanto a monarquista como a republicana, chegava aos poucos, mas seguramente, a uma atitude combativa, e inspirava uma campanha apaixonada contra os dirigentes do poder.

Como todo o mundo, Floriano percebia que um choque se avizinhava; para assegurar o prestígio da autoridade, sua idéia predominante, o único meio de defesa era não permitir que as situações políticas locais se tornassem base para os ataques. Por esse motivo, não se opôs, e mesmo

auxiliou os grupos estaduais a deporem do poder os presidentes de Estado e os governadores, que haviam tido conviência com a dissolução inconstitucional do Congresso.

Como era natural, tal procedimento ilegal desenvolveu contra ele uma justificada onda de malevolência, imprecações furiosas partidas da gente posta violentamente de lado, de todos os descontentes que foram avolumar as fileiras de seus adversários, mas que, de fato, não modificavam com isso suas antigas normas de hostilidade contra o homem que havia restaurado o respeito à lei: como vinham substituir a esses adversários, personalidades adesas à nova ordem das coisas, ficavam fortalecidas as novas situações, e, portanto a dele próprio. Era nova ilegalidade, é certo, mas tinha a justificá-la a desculpa da pura necessidade, condição de vida para o governo.

Imediatamente, em 1892, começaram conjuras contra esse movimento de deposições estaduais; no Rio, dois fortes tiveram de ser silenciados e reduzidos em janeiro; em abril, treze generais intimaram Floriano a se submeter, mas foram feitos prisioneiros e exilados; em Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Maranhão, sublevações ocorreram de caráter vário e de importância desigual, e que foram todas sufocadas. No Rio Grande do Sul, entretanto, os distúrbios assumiram aspecto muito mais grave, e levantaram o conflito ao nível de uma contestação sobre a legitimidade das instituições republicanas, sob o influxo do antigo senador monarquista Gaspar da Silveira Martins. O quartel-general da revolução *federalista* como foi chamado por um artigo de seu programa político, achava-se ao longo da fronteira com o Uruguai, e muitas vezes o Brasil foi invadido por bandos irregulares organizados no território estrangeiro.

A propaganda feita pelas oposições unidas contra Floriano, ao mesmo passo que favorecia a causa dos revolucionários rio-grandenses, solapava o governo legal, e exagerando ou mesmo deturpando as intenções e os atos oficiais, apontava para o vice-presidente como planejando a instituição de uma ditadura militar permanente, a fim de fugir à eleição de um civil, no fim do termo constitucional da presidência em vigor, isto é, em 1894, e de assegurar o benefício do poder para as classes armadas, responsáveis primeiras da proclamação da República.

O centro coordenador de todos esses planos e boatos era uma associação singularmente mesclada de políticos de todo jaez e de todas as proveniências, multidões heterogêneas entre todas. Meros ambiciosos por um lado; alguns deles em posições oficiais, tais como o Ministro da Marinha, o almirante Custódio José de Melo, que enviou a Floriano sua demissão do ministério, com escândalo e espalhafato, para chamar sobre si a atenção pública. Monarquistas puros, outros; buscando derrubar o regime. Teoristas intermédios, propensos à monarquia, mas advogados de uma consulta ao país, para que este mesmo determinasse a solução final da forma de governo a adotar; mas, de fato, monarquistas que sentiam que suas tropas eram republicanas, e, para recurso de acordo, alvitravam o processo plebiscitário de decisão.

Esta foi a salvação de Floriano. Estava a par de tudo, e via que o bloco oposicionista estava fendilhado por todos os lados, intenções e modos. Não poderia agir segundo direções comuns, nem simultaneamente. Em 1892-1893, sentiu-se realmente enfraquecido por essa campanha hostil; mas quando a luta chegou a culminar, estavam seus adversários desunidos demais e desorganizados para poderem dar toda a sua energia ao ataque. Isto salvou o governo.

203. Revolta da Esquadra – Existiam velhas rivalidades entre Exército e Marinha; intrigantes e conspiradores tentaram sucessivamente tirar partido desse mal-querer recíproco em seus esforços contra o Governo vice-presidencial. Além disso, um detalhe diferencial se dava nas opiniões dos oficiais de terra e nas dos de mar, sendo que os primeiros eram republicanos em sua maioria, enquanto os outros não escondiam seus pendores favoráveis à dinastia deposta. Entre estes, destacava-se a figura prestigiosa do almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama, oficial de alto renome na Marinha, possuidor de dotes notabilíssimos, centro de largo grupo de entusiastas afeiçoados e admiradores, principalmente entre os mais novos postos dos quadros. Dedicção pessoal, entretanto; em grau muito menor, política.

Convergiram todos esses elementos, apesar de tudo, para a revolta de 3 de setembro de 1893, sob a chefia do antigo ministro da Marinha, o Almirante Custódio, que era contudo um republicano sincero. Durante certo período, no início da insurreição, Saldanha, que comandava

a Escola Naval, se manteve neutro; aderiu em seguida aos revoltosos, com um programa tendente a consultar a nação sobre o regime a ser adotado em última análise.

Para explicar a gravidade do caso, cumpre acrescentar que possuíam os insubordinados todo o material flutuante, de guerra e de comércio, surto no porto do Rio de Janeiro, e com esses recursos começaram logo a bombardear a cidade, sendo o vice-presidente tomado por surpresa por esse romper de hostilidades. Intimaram então a Floriano para que houvesse de renunciar a seu cargo. Não foram atendidos, porém, e o marechal revistou armando e defendendo a cidade.

Recebeu nesse momento o inesperado e decisivo auxílio das esquadras estrangeiras fundeadas na Guanabara: o Rio era cidade aberta, insusceptível de ser bombardeada, de acordo com a lei internacional, declararam, os oficiais comandantes; além do que, a população forasteira sendo muito importante, suas vidas não podiam ser postas em perigo. Custódio nunca tinha imaginado que qualquer resistência fosse possível ou efetiva, e a condição de êxito de seu plano residia em ser sua ação imediata e decisiva. Via-se agora confrontado com a impossibilidade própria de se mover, e seria absurdo atacar os navios de guerra estrangeiros, em número bastante maior e de poder combatente superior ao de sua esquadra revoltada.

Anulado desta forma seu elemento de força, ao invés de uma iniciativa bélica subitânea e de êxito imediato, contemplava sua frota condenada a permanecer fundeada e inativa, sem poder usar sua artilharia. Não tinha base em terra, não podia levantar recursos e dependeria de atos de pirataria para poder alimentar suas tripulações com as mercadorias que tirasse dos navios mercantes carregados de gêneros. Longe de dirigir um assalto triunfal contra o poder legal, ficaria reduzido à impotência, apenas capaz de pequenos desembarques sem significação militar, repelidos sem detença pelas tropas territoriais de defesa litorânea.

Sumia-se a vitória em lúgubre derrota. Sua iniciativa não encontrava eco pelo país afora: todos os grandes Estados declararam-se pelas autoridades legais. O Governo revelava-se forte e enérgico. De uma feita, o corpo diplomático consultou a Floriano sobre como receberia o desembarque de pequenos contingentes estrangeiros, destinados à proteção de seus

respectivos nacionais. “À bala”, respondeu-lhes o marechal. E cumpriria sua promessa. Nunca mais a pergunta foi renovada.

Pôde o vice-presidente organizar a artilharia de defesa da capital, e comprar, tripular e treinar uma frota nova, com a qual, a 13 de março de 1894, ofereceu combate aos navios rebeldes, na própria baía do Rio de Janeiro.

Nessa data o êxito da luta já não ofereceria dúvida aos próprios civis menos avisados, quanto mais a profissionais. Enfraquecidos por escaramuças quase diárias ao longo do litoral; tendo perdido muitos homens; exauridos de recursos e de víveres e de munições; os melhores navios haviam abandonado o porto, com o intuito de acharem abrigo nos portos do Sul e de unirem suas forças com as dos federalistas rio-grandenses.

Os elementos navais remanescentes na baía, sob o comando de Saldanha, eram impróprios para o combate; com cerca de quinhentos homens a bordo, abandonou seus barcos e procurou asilo nas duas corvetas portuguesas então surtas na Guanabara. À esquadra legal, coube apenas o trabalho de se apoderar dos lenhos abandonados e desertados por seus tripulantes.

Custódio, em sua navegação de cruzeiro, procurou apoderar-se de algum porto importante, mas foi repellido. No Rio Grande do Sul, a defesa costeira o fez recuar. Resolveu então entregar seus navios à proteção da Argentina. Sua unidade principal, o couraçado *Aquidabã*, sob o comando de Alexandrino de Alencar, não quis seguir tal exemplo: subiu costa acima até Santa Catarina, onde se achava a sede de um governo revolucionário: no porto de Desterro, foi torpedeado pelos destróieres da frota legal, a 16 de abril de 1894. Assim terminou a aventura naval.

204. Revolução federalista – No Rio Grande do Sul, a revolta federalista havia começado em junho de 1892; o almirante Custódio, então ministro da Marinha, pendia em seu favor desde os primeiros dias de luta, e até alegou tal simpatia para justificar seu pedido de demissão do cargo, pois Floriano recusara auxiliar aos rebeldes. Quando a esquadra estava no Rio, tentou imediatamente pôr-se em relação com os insurretos, e em setembro enviou um de seus navios a Santa Catarina por saber que o governador local, Manuel Machado, era adversário do vice-presidente.

Ao chegar, a presença do barco mudou a situação, formou uma junta local revolucionária, e assim foi conseguido um ponto de apoio em terra.

Forças federalistas, vindas do Rio Grande, rumo do norte; outras tropas irregulares caminhando para o norte e partidas de Santa Catarina; os navios revoltados, a auxiliarem o movimento; todo esse conjunto de elementos de guerra atacou e submeteu o Estado do Paraná, no qual a guarnição legalista, fracamente conduzida, dizem mesmo que traiçoeiramente comandada, pelo general Pego Júnior, não ofereceu a devida resistência. Deste modo, as incursões federalistas se estenderam do Rio Grande até o Paraná, e seu chefe, bom guerrilheiro e chefe atilado, Gumercindo Saraiva, pretendia invadir São Paulo e mesmo o Rio de Janeiro.

Enquanto as lutas navais não haviam sido vencidas, não seria fácil preparar tropas para repelir a invasão. Aos poucos, entretanto, iam-se acumulando em São Paulo os recursos necessários, cerca de 6.000 homens. Abandonada que foi a baía de Guanabara, melhorou a situação, e ao governo foi lícito agir de modo a repelir progressivamente os federalistas para o Sul, donde vinham. A ponta de espada foram levados para as fronteiras. Em um dos combates, a 10 de agosto de 1894, em Carovi, Gumercindo caiu mortalmente ferido. Começou a dispersão.

Os refugiados a bordo das corvetas portuguesas, do Rio, foram transportados por elas para o Rio de Prata, em meados de abril; aqui em circunstâncias mal aclaradas até hoje, cerca de metade logrou fugir dos navios e desembarcar em território argentino. Cruzaram imediatamente o rio para a margem uruguaia e apressaram-se em reunir-se aos federalistas, que, combatendo em retirada, faziam seu esforço máximo para alcançar o território neutro dos países vizinhos: eram os restos desbaratados da hoste de Gumercindo. A 24 de junho de 1894, em Campo Osório, se deu encontro sangrento com as forças legais; a maior parte dos marinheiros e dos oficiais navais evadidos do Rio, aí achou a morte. Entre os cadáveres estava o de Saldanha da Gama. Com ele, desaparecia a feição restauradora e monárquica da revolução.

Estava esmagada esta última. Ainda, aqui e acolá, durante um ano, deram-se recontros com tiroteios sem alvo ou alcance, sem objeto e conduzindo a nenhum resultado, tão irremediavelmente perdidos estavam os revolucionários. Eram as últimas brasas de um fogo extinto. Monarquia

e parlamentarismo ficavam decisivamente aniquilados. A receita republicana permanecia a única de pé.

205. *Lição da História* – Hoje em dia com a perspectiva da distância, pode ser tentado um esboço de evolução.

O sentimento de confiança em si próprio havia alvorecido em dias longínquos, nos tempos coloniais, quando, desamparado, e mesmo contrariado pelo esforço metropolitano, o Brasil surgira do nada, crescera, se defendera e se erguera à igualdade partida com Portugal, e assim desbravara o caminho para a independência.

Os exemplos da França e da América do Norte; a semelhança de sentimentos com o que se estava passando nas antigas colônias de Espanha no Novo Continente; esse estado gregário do espírito que leva ânimos simplistas, quer individuais, quer coletivos, a fugir a soluções originais, para preferir cópias, que poupam esforço, a novos originais, que exigem dura meditação e trabalhos de grande cuidado; a cooperação de todos esses elementos influenciou aos brasileiros e levou a simpatizar com a idéia republicana. Prevaleceu, entretanto, a monarquia, porque ela já existia no país, e foi o principal agente da Independência através D. Pedro I, herdeiro da coroa.

Quando este abdicou, mais uma vez a questão foi posta. Devemos à sabedoria do senador Vergueiro e de Evaristo da Veiga, os verdadeiros líderes da opinião naqueles dias, a resposta negativa. O sentimento popular de piedade e de afeição para com o Imperador-menino, confiado à nação pelo pai quase banido, fez o resto. O mesmo sentimento manteve inalterada a situação durante as regências, apesar das lutas políticas desse período.

Após a Maioridade, durante vinte anos, dormitou a idéia republicana, tão profundamente, que parecia esquecida.

Começou a reviver pela era dos sessenta. As principais causas foram os ataques incessantes dos próprios partidos imperiais contra o Imperador, e seu influxo pessoal. Como acusações e apodos vinham sem trégua, partindo sucessivamente de ambos os lados, quando em oposição, ocorria praticamente unanimidade de censuras contra D. Pedro II.

Após a crise trazida pela demissão de Zacarias, em 1868, a vanguarda liberal caminhou para frente, formando o partido radical, e mes-

mo, os mais adiantados, constituindo um grupo republicano. Nunca mais cessou de se agitar, intrigar, e derruir as bases da instituição imperial. Nada mais tinham de fazer, do que apontar e bordar comentários sobre os libelos formados pelos monarquistas mais notórios.

Sucessivamente, fazendeiros, Igreja, classes armadas viram-se feridos em seus interesses e seus melindres; desafeição crescente ia tomando conta do terreno da fidelidade dinástica; o único liame restante era a afeição, o respeito e a gratidão pessoal para com o monarca.

Este não ligava importância à vaidade ou à situação pessoal que pudesse ter. Mais de uma vez, manifestou quanto seu espírito era liberal, indo mesmo quase aos limites do republicanismo. Nas vésperas da derrubada das instituições, o conde d'Eu repetia que a Família Imperial nunca imporiam suas opiniões à vontade livre da nação.

O grupo positivista do Rio, no qual dois nobres pensadores, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, estudavam cuidadosamente ambiente e acontecimentos, tinham por tal forma essa convicção, que, em 1888, apelaram para o próprio Imperador, concitando a se pôr ele mesmo à frente do movimento e o transformar em realidade, foram alvo de mofa e para eles se endereçaram chufas irônicas. E, entretanto, eles tinham razão tanto do ponto de vista sentimental como do de pensamento político. Nada os desmentia nas opiniões do Imperador dos seus métodos de governo: teria sido a solução verdadeira, real e científica do problema político, evitando todos os inconvenientes da experiência dos dirigentes improvisados em 1889.

Após seu apeamento do trono, D. Pedro teve ocasião de revelar seu despreendimento absoluto do poder e de formas de governo: por sua ordem, os diplomatas imperiais continuaram a representar o país, servindo e trabalhando pela República; mais de uma vez consultado por amigos íntimos e partidários, respondeu que se o Brasil novamente o chamasse a serviço, voltaria a prestar ao país os frutos de sua experiência, sem nunca mencionar como razão de recusa a diferença de instituições.

De fato, a República, em sua constituição, deu a melhor das respostas à crítica unânime dos partidos monárquicos quanto ao imperador, no tocante ao seu muito acusado e malsinado poder pessoal, o poder pessoal, o Poder Moderador. Em nossa prática real, não serão os limites dos

poderes presidenciais em alargamento, sistematizado e orgânico, embora benéfico, do poder pessoal de monarca?

Em suma, o Império não caiu em virtude do ataque levado ao trono pelos republicanos; caiu, porque não encontrou defensores em seu último momento.

Vindo das profundezas de nossa história, no período crítico, o combate foi mantido pela desafeição generalizada dos fazendeiros, dos católicos e especialmente do clero, e das forças armadas nacionais; pelo menos, entre as minorias audazes da sociedade, aptas e decididas a imporem sua vontade.

Nos últimos momentos, Benjamim Constant Botelho de Magalhães tornou-se o *leader* moral do movimento. Deodoro foi a força real e o instrumento promotor da realização. Floriano Peixoto, contudo, teve o papel mais importante, pois ele consolidou e tornou definitivo o regime, que estava sendo dissolvido e desintegrado pelas gestões inábeis de seus predecessores.

A fatalidade histórica, havia pronunciado o destino da monarquia.

De 1889 a 1894, tal foi a vida do país; e ao nome de Floriano está inseparavelmente ligado o triunfo da fórmula nova. Ainda presidiu à eleição de seu sucessor, um civil, o senador Prudente de Moraes, cuja escolha só foi possível porque seu predecessor havia trabalhado e sofrido e sacrificado sua saúde até ficar mortalmente ferido, para assegurar a vitória da Constituição Republicana.

Havia começado uma era nova da história do Brasil.

.....

Capítulo XV

RECONSTRUÇÃO

O PAVILHÃO republicano vitorioso panejava sobre o campo de batalha; este, entretanto, estava coberto de ruínas, de mortes e de feridos.

Enterrar os mortos, cuidar dos que sofriam e reconstruir a cidade, tal era a missão do governo civil. Tarefa esta das mais difíceis e complicadas. O senador Prudente José de Moraes Barros, que havia presidido a Constituinte com autoridade nunca discutida, e seguido rumo idêntico como vice-presidente do Senado Federal, fora escolhido e eleito para essa incumbência, que bem merecia ser chamada de hercúlea.

206. Eleição presidencial de Prudente de Moraes. – Em primeiro lugar, cumpria restaurar a paz. Não era somente questão de estancar o sangue que corria; o lado moral do problema era o mais importante: a guerra civil havia barbarizado o país, dividindo aos brasileiros em dois campos inimigos, e tornado permanente o ódio entre os adversários. Desviava, para lutas estéreis e ferozes, recursos e vidas duramente reclamados pela obra reconstrutora.

Mas a revolução havia criado uma mentalidade especial, que sobreviveu às hostilidades. Os combatentes, quer as forças regulares, quer os voluntários consideravam-se como heróis, apóstolos de um credo político, agentes únicos do triunfo da nova fé. Enquanto a batalha era travada, tal psicologia poderia ser compreendida. Cessando, todavia, ao invés de voltar

aos níveis antigos, tal feição espiritual ainda permanecia em armas, mobilizada, por toda parte enxergando “inimigos da República”, julgando tudo segundo métodos formados pelos dias de perturbação. Para muitos deles, o tempo havia parado na contenda revolucionária, e não consentiam em que o passado fosse o passado, e em que o que lá fosse, lá tivesse ido.

Embora Floriano não pareça ter diretamente intervindo nessas manobras eleitorais, os grupos mais chegados a ele, entre seus íntimos, tentaram perturbar a tomada de posse de presidente novamente eleito; para isso, dirigiram-se aos oficiais comandantes nos Estados, e às influências locais, consultando-os se seria prudente e aconselhável dar-se a posse, enquanto os distúrbios duravam. Daí resultou uma repulsa geral da tentativa; mas, ainda no dia da posse marcado pela Constituição, a 15 de novembro de 1894, tanto boato era posto em circulação, que no país inteiro reinava intranqüilidade geral.

A melhor prova de que o vice-presidente nunca pensou seriamente em tal golpe, está no próprio fato de sua retirada do poder: não o quisesse ele, lhe sobriariam força e recursos para ficar no governo.

207. Hostilidade do Exército – É fato, entretanto, que Prudente era malvisto pelo Exército, contra ele reinando desconfiança hostil. Esse paisano, tomando em suas mãos o poder, fruto dos esforços e sacrifícios dos militares, visava talvez as forças armadas do benefício de seu trabalho. Que iria ele fazer? Como se comportaria em face delas? Continuaría o rumo de seu predecessor, ou tentaria desfazer sua obra? Um amigo, ou um adversário dos oficiais e dos soldados? Não fora ele o antagonista de Deodoro na primeira eleição presidencial, em prol dos civis contra os militares?

Por seu lado, portanto, a expectativa era positivamente mal intencionada, e nada prometia de bom.

O Manifesto Inaugural de Prudente acalmou um pouco essa má vontade, mas a idéia de uma pacificação, exigência geral e indispensável de todos os pontos de vista, era suspicazmente recebida no Rio Grande do Sul, onde ódios recíprocos haviam marcado indelevelmente os dois campos opostos, e, fora do Exército legal, as forças mobilizadas de voluntários; pois em tais unidades de patriotas muito influía o soldo dobrado, recebido por serviços de guerra.

Todos esses fermentos perturbadores iam refletir-se no Rio, e o centro da agitação desordenada era a Escola Militar, e tanto mais quanto, nos dias de Floriano, sua disciplina se tinha relaxado, faltando-lhe qualquer órgão de comando acatado, combatendo como homens, e pouco desejosa, já agora, de se submeter à viga férrea dos regulamentos.

Em março de 1895, tais excessos cometeram seus alunos, que o Governo se viu obrigado a punir severamente os jovens estudantes, desligando-os da Escola e distribuindo-os como praças de pré pelos corpos, nos diversos Estados, e procedendo do mesmo modo quanto aos oficiais.

Estava a paz sendo discutida e negociada com os revolucionários vencidos, ainda em armas, entretanto, e a 21 de agosto foi assinada. O Congresso votou uma anistia destinada a permitir que o tempo exercesse sua obra calmamente, e a deixar que o esquecimento e o recuo para o passado curasse as feridas de toda sorte causadas pelas hostilidades, encerradas de vez.

Nesse rumo, grande progresso foi realizado, mas acirrou contra o presidente civil larga massa de gente infeccionada pelo vírus partidário, que só enxergava um modo único de solver o caso: esmagar e extirpar da superfície da Terra todos aqueles que dissentiam da opinião da maioria dos defensores da legalidade. A ação pacificadora do tempo, contudo, foi aos poucos fazendo baixar o nível da exaltação desses extremistas.

A Marinha, abatida pela derrota transitória do elemento legal, sentia-se fundamente ferida pela premência conferida ao Exército, vitorioso nos campos de batalha e pretendia que, de modo geral, era por demais olvidado o fato de que o golpe final na esquadra insurgente fora dado pela própria Marinha, por intermédio do torpedeamento do *Aquidabã* pelos destróieres da força legal.

208. Restabelecimento da ordem – Ia restabelecendo-se a ordem na administração. Desde 1889, a desordem fora a regra; como poderia ser de outra forma, em meio dos tumultos incessantes? A situação revelava-se ainda mais grave do que se supusera. Um dos mais nobres serviços do ministro da Fazenda de Prudente, Rodrigues Alves, foi desbravar o terreno de todos os erros financeiros que atravancavam a missão do novo governo: era o começo do saneamento e da convalescença do país.

Melhoraram os negócios internacionais. Reataram-se as relações com Portugal, graças aos bons ofícios da Inglaterra. A questão fronteiriça com a Argentina foi solvida pelo laudo arbitral do presidente Grover Cleveland, que reconheceu e proclamou a procedência de causa do Brasil. Verdadeira ânsia por terminar nossas dívidas sobre limites apossou-se de nossa terra, e nunca mais cessou até que todas se vissem resolvidas.

Com motivos dobrados agora, pois em 1896 dois pontos do território nacional haviam sido invadidos: pela França, a norte, na região contestada da Guiana brasileira; pela Inglaterra, na ilha da Trindade. A Grã-Bretanha, ao receber as provas do direito do Brasil sobre essa ilha, nobremente o reconheceu e se retirou. Com o governo francês, se chegou a um entendimento, pelo qual se sujeitou toda a controvérsia ao arbitramento do Governo suíço. Um espírito novo de habilidade, de solidariedade continental e de cooperação foi inaugurado, sob a direção competentíssima de um grande ministro das relações Exteriores, Carlos Augusto de Carvalho.

Malgrados todos esses sintomas de convalescença, e mesmo da prova dos fatos de que os dias mais sombrios estavam ultrapassados, novos e grandes obstáculos surgiram em princípios de 1897.

Prudente adoecera em novembro de 1896, a ponto de se duvidar se resistiria ao mal que o atacara. O vice-presidente, Manuel Vitorino Pereira, assumiu o governo, pensando, talvez, que terminaria o quadriênio, e, muito naturalmente, quis seguir suas próprias idéias e planos.

Em muitos pontos, no entanto, não coincidiram tais normas com as do presidente; como este, curado e inteiramente restabelecido, após quatro meses de ausência, voltasse apressadamente a assumir suas funções, o modo inesperado pelo qual agiu deu origem ao desentendimento que, desde então reinou nas relações entre os dois magistrados. Agira Prudente talvez com demasiada precipitação, ao regressar em março de 1897, para reencetar a tarefa interrompida; disso se ressentiu Manuel Vitorino, que dentro em pouco se tornou chefe da oposição que ensaiava seus primeiros passos no ataque ao presidente.

209. *Fanatismo sertanejo* – Ao mesmo tempo, em março, uma força federal enviada ao sertão baiano para dispersar um reduto de fanáticos que perturbavam a tranqüilidade da zona, foi derrotada deixando suas

armas em poder deles. De norte a sul, o país estremeceu, pois tal desastre nunca fora tido por possível, e, logo, de acordo com a mentalidade reinante, nisso se viu uma conspiração dos “inimigos da República”, amparada por monarquistas, sonhadores de uma restauração.

No Rio, quase se deu uma insurreição, que ameaçou as vidas dos mais notórios dos chefes imperialistas, e terminou pelo assassinato de um conhecido partidário da monarquia, o coronel Gentil de Castro.

Em realidade, nada havia nesse sentido. A população do interior é uma mescla de gente ignorante, misturada com mestiços oriundos de índios e de escravos africanos. Seguem um cristianismo *sui generis*, no qual o dogma católico vem entremeado de credices e de práticas próprias das tribos do Continente Negro, estranhamente alterado por verdadeira idolatria pagã e cerimônias supersticiosas de toda sorte.

Em várias ocasiões, desde a independência, esta psicologia peculiar a essa tendência desordeira tem vindo a lume. Começa, geralmente, por um penitente, a se arrepender de suas faltas ou de seus crimes passados, que vai para o ermo a purgar suas culpas reconhecidas levando uma vida mais pura. Se esse como que exilado religioso, entretanto, for homem sem luzes, pode acontecer-lhe transformar-se em apóstolo de uma credice nova, muitas vezes contrária à moral e ao bom senso. Nos dias das Regências, no Ceará um indivíduo desse jaz, um sacerdote chamado Antônio Manuel de Sousa, em 1831, causou grandes males. Na era dos setenta, no Rio Grande do Sul, se formou uma seita criada por uma família alemã, chamada Maurer, velhos colonos, que tais desmandos praticaram que, em 1874, houve mister de enviar força de linha contra eles, os chamados, *muckers*. Quando, nesse mesmo ano, foi posta em vigor a lei, de dez anos anterior, sobre a obrigatoriedade do sistema métrico, turbas ignorantes, os intitulados *quebra-quilos*, provocaram distúrbios bastante sérios, quebrando amostras ou exemplares das novas medidas enviadas oficialmente às autoridades: acharam igualmente gente do mesmo nível intelectual para os guiar. Ultimamente, de 1912 a 1915, no Paraná e em Santa Catarina, levantes muito graves foram provocados por intitulados *monges*, do mesmo ambiente de formação e qualidade. De tempos em tempos, explosões do mesmo fanatismo vêm nos surpreender.

Um velho fazendeiro do Ceará, tendo sofrido grandes perseguições por parte de chefes e autoridades subalternas locais, fugiu após ter assassinado um de seus atormentadores; refugiou-se no sertão da Bahia. Ali, vivendo de esmolas, vagueava de fazenda em fazenda, demorando-se por vezes mais um pouco em arraiais ou vilas sertanejas, fazendo atos de contrição pública pelos seus pecados, pregando a ouvintes benévolos e absolutamente ignorantes, apelando para todas as boas vontades a fim de se construírem capelas e oratórios.

Dele se não pode dizer que fosse inteiramente são de espírito; sua doutrina era uma extraordinária mistura de cristianismo primitivo, absurdos supersticiosos, ódio e revolta contra todas as autoridades, como conseqüência do que a suas mãos haviam sofrido. Era mais um caso moral, passível de intervenção eclesiástica, paciente e fraterna, para conduzir ao aprisco ovelhas desgarradas, ou talvez um exemplo de tratamento psicológico ou mesmo psiquiátrico, do que uma ocasião de proclamar qualquer índole ou motivo político.

As turbas que se ajuntavam em torno de Antônio Conselheiro, tal era seu nome, manifestavam mero fanatismo, instinto gregário, tendência inata a obedecer e seguir um guia, mercê de sua fé ilimitada em seu chefe. Vinham multidões dos sertões mais remotos do Estado, ou mesmo dos Estados vizinhos, a fim de verem, ouvirem e trazerem o testemunho de sua fé cega no super-homem que adoravam.

Vindo a idade, Antônio Conselheiro passou a ter vida mais sedentária, e formou em Canudos uma larga cidade de cafuas, na qual milhares de seus sectários viviam em promiscuidade e em ajuntamento ilegal. Desordem, quer moral, quer legal, era regra tolerada, e mesmo desculpada, pelo chefe. Tantos eram os roubos, violações de propriedade ou de leis, diariamente cometidos, que o governo da Bahia se viu forçado a intervir para reprimir a anarquia.

Muitas expedições foram mandadas para restaurar a lei e a ordem, e apagar tal centro de conduta. Missionários haviam sido repelidos. Pequenas escoltas policiais tinham sido forçadas a retroceder, embora a última constasse de um pequeno destacamento militar federal. Um grande erro, sempre o mesmo, consistia em que as autoridades menoscabavam o valor e as dificuldades da missão.

Em 1896, após a derrota da coluna comandada pelo major Febrônio de Brito, resolveu-se enviar uma tropa bastante forte para dar cabo do núcleo de distúrbios e de ilegalidades constituído pelos milhares de sequazes do Conselheiro. A expedição destruiu a resistência dos fanáticos, ocupou seu reduto como fora ordenado. No fim da luta, entretanto, uma bala matou o chefe militar, o coronel Moreira César. Seus assistentes não possuíam grande valor combatente, do ponto de vista técnico; explodiu um pânico, e uma derrota seriíssima ocorreu. A consequência desse fato, inteiramente fortuito, foi crescer o prestígio do Conselheiro de modo inaudito, e aumentar o número de seus soldados por milhares. Ademais, armas, munições, e petrechos de toda sorte haviam sido apreendidos em quantidades imensas na fuga da coluna derrotada, no pânico a que ela tinha cedido.

Dão a medida precisa da tensão nervosa da opinião pública no Rio, e de sua exaltação, os tumultos da Capital em 1897, quando, em março, se espalharam as novas dos insucessos desastrosos.

Para o homem da rua, atrás dos sertanejos de Canudos suspeitavam-se poderes mais fortes e recursos mais temíveis, e todos esses acontecimentos surgiam aos olhos da população do país como uma vasta conspiração urdida com o fito de restaurar a monarquia. Maior erro não era possível cometer, mas era geralmente acreditado; inspirava e dirigia todas as resoluções, e explicava a emoção reinante na Capital.

Mais do que nunca, agora devia e tinha de ser derrubado o adversário. Tornaram-se as necessárias providências, e, a 5 de outubro de 1897, Canudos foi expugnado, após um assédio longo e cruento. No intervalo, porém, graves acontecimentos haviam ocorrido.

Mais uma vez, a Escola Militar se havia amotinado, e teve de ser dissolvida. A oposição, que tinha crescido, fez junção de todos os seus elementos, unindo aos descontentes de todos os matizes. No Congresso, os representantes dos Estados do Sul, onde a revolta mais se havia desenvolvido e onde as paixões estavam mais acesas, eram coniventes com os deputados militares e outros elementos exaltados, com o fito de formarem um grupo faccioso, intolerante e agressivo, quase equivalente em número à maioria, não excedendo a superioridade a meia dúzia de votos.

No Rio, a vida era difícil, cheia de apreensões, como se estivesse em vista o advento de acontecimentos perigosos. A imprensa partidária acirrava os espíritos para a violência, e uma explosão era coisa possível por qualquer lado. O ambiente mostrava-se pesado; ameaças e previsões de sucessos graves dominavam o país.

A 5 de novembro de 1897, Prudente fora ao antigo Arsenal de Guerra, receber tropas que voltavam de Canudos. Um soldado o atacou, tentando assassiná-lo. Na luta, o presidente foi defendido e escapou do perigo, mas o Ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, caiu mortalmente ferido na defesa leal de seu chefe, e um oficial superior, mais tarde general e marechal Luís Mendes de Moraes, foi gravemente esfaqueado. Ambos haviam nobremente cumprido seu dever, protegendo a pessoa do presidente.

A impressão causada por esse atentado criminoso foi tremenda. A semente de violências provinha da campanha política, que caíra em terreno fértil em desenvolver ou criar elementos de execução para qualquer plano de loucura. Moralmente, os exageros e excessos da oposição parlamentar, bem como das falhas de partido, eram responsáveis por essa explosão da atmosfera incendiária: nesse meio, haviam os conspiradores nascido, movido e bebido sua exaltação.

Foi além, entretanto, o ódio partidário, e acusou como cúmplices no crime os próprios chefes e membros proeminentes da oposição. Nada disso se pudera provar. Mas foi o bastante para selar a sorte do partido contrário: todo o mundo fugia e evitava intimidades de gente capaz ou suspeitável ou mesmo admitir métodos tão desprezíveis. O último ano da presidência foi calmo, e Prudente teve a ventura de solver um problema mais, e de importância capital, a reorganização financeira do país.

210. *Reorganização financeira. Campos Sales, presidente* – Já Rodrigues Alves havia aplainado a estrada para tal operação, evidenciando a situação e o verdadeiro estado do Tesouro, quase desesperador. Em março-abril de 1898, firmou-se um acordo com portadores estrangeiros de títulos do Brasil, com o fito de capitalizar os que seriam suspensos durante três anos, prazo no qual o orçamento se prepararia com os elementos precisos para fazer face aos encargos novos. Esse plano de capitalização, o *funding-scheme*, se deve ao London & River Plate Bank, através seu emissário Mr.

Tootal, que o apresentou ao presidente Moraes, a seu Ministro da Fazenda, Bernardino de Campos, bem como ao presidente eleito, Manuel Ferraz de Campos Sales, então na Europa, o qual interveio pessoalmente nas negociações e assegurou sua cooperação no executar essa política durante sua própria administração.

A 15 de novembro de 1898, Prudente finalizou seu governo, e retirou-se abençoado pela nação; começou a presidência de Campos Sales. Sua idéia capital era a reabilitação financeira do Brasil; a essa tarefa dedicou os seus melhores esforços, bem como os de seu grande ministro da Fazenda, Joaquim Murinho.

Não era somente o plano capitalizador, o *funding* como era habitualmente chamado, que tinha de ser cumprido: uma série de medidas complementares deviam ser postas em prática para fortalecer os réditos e assegurar recursos para atender aos pagamentos diferidos pelo plano salvador, mas também para satisfazer às exigências crescentes impostas pelo desenvolvimento brasileiro. Colhia ele, na paz, o que seu predecessor semeara no sofrimento e na luta. Ordem e tranqüilidade reinavam por toda parte. Energias naturais de trabalho e de progresso iam melhorando condições, e o restabelecimento já estava à vista do país.

Os negócios internacionais prosseguiam, segundo as normas costumeiras nossas, de sinceridade, boa fé e ponto de vista comum do continente. Mais uma vez, recorreu-se ao arbitramento para se liquidar o dissídio anglo-brasileiro da Guiana. Deram-se os primeiros passos para a confecção de um Código Civil. Progredia geralmente a economia por todos os departamentos da administração pública. Cresceu nossa intimidade com a República Argentina, ativada pelas visitas recíprocas dos dois presidentes. O tráfego das nossas vias férreas oficiais sempre fora grande ônus financeiro para o Tesouro: organizou-se um plano, visando a transferência desse custeio para o esforço particular. O laudo arbitral suíço deu ganho de causa ao Brasil, na contenda com a França quanto à Guiana brasileira.

Uma grave crise, em 1900, ainda conseqüência de erros passados, havia ameaçado os bancos e poderia ter posto em perigo a execução do *funding*. Foi solvida com energia, por meio de leis de emergência, e o plano capitalizador foi tendo desenvolvimento desimpedido.

A missão era difícil para o governo, e dura para o contribuinte. Tinha de ser suportada, entretanto, como dever de honra; e foi rigorosamente levada a cabo. Dentro nos prazos contratuais, o Brasil retomou regularmente a normalidade dos pagamentos de seus compromissos. De tais aperturas financeiras haviam surgido atritos e distúrbios, mas tudo o país tolerou para se sair virilmente de sua prometida reabilitação.

211. *Eleição presidencial de Rodrigues Alves* – De todos esses sacrifícios resultou uma revivescência econômica, e as conseqüências se fizeram sentir, quando a 15 de novembro de 1902, subiu à presidência o novo magistrado eleito, Rodrigues Alves. A cura fora completa, e o país podia suportar novos encargos destinados a fomentar suas potencialidades. Declarou o Chefe do Estado que esse seria seu programa, e, para tal fim, escolheu auxiliares competentes.

Pela vez primeira, a Marinha teve um ministro, o almirante Júlio de Noronha, sabedor do que tinha de fazer, um chefe a par de um administrador. As finanças foram entregues às mãos capazes de Leopoldo de Bulhões, cuja gestão admirável teremos de resumir ao revistar a tarefa realizada nesse quadriênio. O desenvolvimento material dos portos, das vias férreas e dos recursos naturais do país, obedecia à direção hábil de Lauro Müller. A ele também, em parte, como ao prefeito municipal Pereira Passos, ficara devolvida a incumbência de transformar o Rio de Janeiro e fazer da velha cidade colonial uma capital moderna. A saúde pública, um dos capítulos essenciais do programa do presidente, foi entregue à chefia de Osvaldo Cruz, com liberdade plena de ação para realizar o saneamento local, sem estorvos oriundos das exigências eleitorais dos políticos, e com recursos bastantes para as obras indispensáveis, e eram vastíssimas.

Tinha de combater a febre amarela, a varíola e a peste bubônica. Iniciou sua missão com um programa definido. Formou-se uma oposição fortíssima, que criou um ambiente de hostilidades movidas principalmente por um grupo de politiquinhos e de oficiais inspirados pelo velho ideal de ditadura militar. Rodrigues Alves, calmamente, mas sem restrições, cumpriu seu dever, e repeliu todas as ameaças e pretensas intimações; enviou forças contra os amotinados e sufocou a revolta armada. Seu programa era sustentar e assegurar o plano de ação sanificadora de Osvaldo Cruz. Havia perfeitamente compreendido que os tumultos contra este plano de

melhoramentos eram simples pretextos para a subversão do governo legal, e agiu em conseqüência. As perturbações da ordem foram dominadas. Os melhoramentos e as diretivas sanitárias foram mantidos, e, ao termo de sua presidência, pôde o presidente apontar para a extinção da febre amarela e da peste, bem como para a diminuição da varíola, como resultados de sua persistência enérgica no prosseguimento das diretrizes iniciais.

Todos esses progressos constantemente realizados, contudo, vi-savam somente melhorias materiais, necessidades intrínsecas e satisfazer, e só indiretamente refletiam sobre as conveniências gerais do Brasil e da América do Sul, no estrangeiro. No teatro internacional, as coisas assumiam outro aspecto, e perspectivas graves se abriam aos olhos de quem as encarasse.

212. *Questões fronteiriças* – No centro do continente, na fronteira da Bolívia com o Brasil, estava se formando tormenta ameaçadora. O tratado existente entre essas duas nações, assinado em 1867, havia definido o limite nessa região; existiam divergências sobre este que aquele ponto de detalhe, sem alcance de valor, porém, sobre a significação geral do problema.

A linha geográfica nele mencionada corria através de matas densíssimas, da floresta equatorial primitiva, na qual a borracha e o caucho se encontravam em abundância. As exigências mundiais crescentes quanto à goma elástica tinham levado à invasão desse distrito, rico de plantas valiosas; e, como do lado boliviano o acesso era difícil, enquanto do lado brasileiro nenhuma dificuldade especial vedava o ádito aos imigrantes, foi sendo povoado por brasileiros, do Nordeste principalmente. Ninguém se ocupava deles; agiam por si sós, mediante um arremedo de organização governativa.

A Bolívia, como era naturalíssimo, tentou afirmar seus indiscutidos direitos sobre essa região; fê-lo a princípio desajeitadamente, o que levou a combates repetidos, por três vezes até 1902. Praticamente, o território era independente, recusando-se a respeitar as autoridades locais bolivianas, e sendo brasileira quase toda a população local; esta exigia sua reunião ao Brasil, enquanto o Governo Federal se recusava energicamente a formular qualquer título para intervir em uma zona positivamente reconhecida como pertencente a uma outra nação.

Não possuía a Bolívia meio nenhum de tornar respeitada sua autoridade, e, em desespero de causa, recorreu a uma concessão, arrendando com direitos quase soberanos todo o território a uma companhia de carta norte-americana.

A impressão causada na América do Sul inteira, por tal passo, foi imensa, e principalmente nos países vizinhos da província cedida. O Brasil dominava os caminhos de acesso à região do Acre; de sua vontade, dependia ser ou não viável a concessão. Sentiam-se ameaçados os interesses, tanto do Brasil como de toda a América do Sul, do fato de se implantar em nosso hemisfério o lamentável sistema das companhias *chartered*, causa da desintegração da África e da Ásia, e por ser fácil prever as complicações e os conflitos sem fim que decorreriam de tal passo inicial.

A população desenfreada do Acre, indiferente à lei e aos tratados, declarou que se não submeteria à solução premeditada, e começou a se armar. O governo boliviano mandou uma expedição militar para esmagar a insurreição, mas o Brasil ponderou à nação amiga que tal providência o não poderia deixar impassível, à vista da hecatombe de seus patrícios, e levantou a questão da interpretação dos tratados. Tropas foram sendo apresentadas, para defenderem a vida dos brasileiros que se haviam estabelecido naquele distrito da fronteira do Acre.

Tal era o grave problema, vital para a América do Sul inteira, que se havia posto ante a nossa Secretaria de Estado.

213. *O barão de Rio Branco* – Para o posto de ministro das Relações Exteriores, tinha Rodrigues Alves convidado o defensor vitorioso dos direitos de nossa terra nos dois arbitramentos de Missões e da Guiana franco-brasileira, respectivamente solvidos pelos laudos do presidente Grover Cleveland e do governo suíço: o barão do Rio Branco.

Por sua habilidade, seu senso das realidades e seu tato diplomático, logrou o grande chanceler fazer um instrumento de paz e de solidariedade sul-americana, daquilo que era em realidade uma das mais perigosas conjunturas internacionais do continente. Ao mesmo tempo, removia o precedente ameaçador de se instalar no centro da América do Sul uma companhia de carta, com poderes quase soberanos, comercial em seus intuitos mas que, fatalmente, derivaria para uma organização política internacional. A lição africana não fora perdida.

Por isso, adquiriu os direitos da companhia e sua desistência da concessão boliviana. O tratado de 17 de novembro de 1903, negociado ulteriormente com a Bolívia, solveu o caso por uma permuta de territórios e outras compensações. Foi um triunfo e um serviço a toda a América do Sul, maior ainda, quiçá, do que as duas vitórias de Missões e do Amapá.

Começou, então, a mais brilhante fase da diplomacia brasileira, de 1902 a 1912, sob os auspícios de Rio Branco, cujo consulado se prolongou por quase um decênio, sob quatro presidentes de República.

Embora o Brasil tivesse envidado seus melhores esforços para chegar a acordo com seus vizinhos acerca de dúvidas de fronteiras, não pudera o Império fazer mais do que solver as mais simples e desbravar a estrada que conduziria à liquidação das demais. Desde a Proclamação da República, haviam continuado as mesmas iniciativas, mas, desta vez, com resultados benéficos quanto aos dois casos já mencionados, e, um pouco mais tarde, no caso da Itália que, como árbitro, proferiu sentença no dissídio anglo-brasileiro da Guiana.

Tais eram de fato, as questões mais importantes para nós. As duas primeiras, de princípio a fim, eram o fruto da imensa superioridade de Rio Branco no conhecimento dos problemas e dos recursos. O último, dirigido por Joaquim Nabuco, não nos proporcionou tudo quanto estávamos convencidos nos pertencer; não foi falta do negociador, entretanto, sim da doutrina que, mais de uma vez, a Itália declarou seguir, de que, nos arbitramentos, além das considerações jurídicas, há também um lado político.

Levou mais longe suas atividades o grande secretário de Estado e ao morrer, a 11 de fevereiro de 1912, nenhuma questão litigiosa deixou de pé sobre lindes nossos, salvo em minúcias dependentes de exploração dos terrenos e de discussões amistosas: todas haviam sido objeto de debates cordiais e de soluções de acordo, e nada mais restava do que locar nos chãos o limite fixado.

A velha e tradicional política do Brasil sobre solidariedade continental e amizade entre as nações americanas, foi levada a suas conseqüências extremas. A Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro de 1906, embora a terceira no tempo, foi realmente a primeira a seguir normas prá-

ticas e eficientes, desenvolvidas ulteriormente em Buenos Aires, em 1910, em Santiago, em 1924, e na Havana, em 1928.

O arbitramento, como processo solvedor de quaisquer divergências entre as nações, é para o Brasil como que uma religião internacional, e seu maior intérprete foi Rio Branco. Quando tomou conta da pasta do exterior, só dois desses tratados existiam, com o Chile e a Argentina, ambos celebrados pelos governos republicanos. Ele promoveu a assinatura de mais vinte e nove, no intuito de prever todos os casos possíveis de divergência.

Nossos tratados sobre limites com o Uruguai, assinados em 1851-52, foram pela iniciativa de Rio Branco revistos e modificados de modo a torná-los mais liberais para com a República vizinha.

Essa tendência geral, ainda manifestada anos após o termo do período presidencial de Rodrigues Alves, teve sua origem na escolha de Rio Branco para ministro, e já o citamos antecipadamente para demonstrar a unidade da ação que desenvolveu.

As conseqüências desse método de governo se provam pelos números-índices e por fatos, que se devem comparar com os demais, tomando como limites 1889, 1894 e 1904.

O comércio geral cresceu de 532.900 contos em 1889, para 942.585 contos em 1894, e 1.288.955 em 1904. O câmbio seguiu a mesma ascensão progressiva durante o governo de Rodrigues Alves: 23 13/16-27 3/4; 10 3/32, em 1894; e 12 7/32 em 1904, e 16 3/64 em 1906. Os títulos internos de 5% cotavam ao par, com diferença mínima.

A obra de reconstrução estava completa.

Apesar de todas essas admiráveis vitórias em todos os departamentos de sua ação, através de seus ministros, Rodrigues Alves não era popular entre os políticos, embora fosse fundamente querido e admirado pela nação. Fora um monarquista, e, como tal, suspeito, ou, pelo menos, tido por heterodoxo pelas vestes da fé republicana.

Contra ele São Paulo tinha dois motivos de ressentimento. Por causa de uma crise de superprodução de café, havia sido posto em discussão um plano de intervenção no mercado, que os três Estados, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro sustentavam, e que envolvia duas graves questões: a valorização do café, a estabilização da moeda. Em ambos os casos, Rodrigues Alves dissentira, declarando que o primeiro era

um expediente infeliz de especulação, e que o segundo, como fora planejado, não passava de uma heresia econômica. A segunda causa de divergência era a candidatura sustentada por São Paulo para suceder a Rodrigues Alves: Bernardino de Campos, recusado pela maioria dos estados mais influentes, teve de se retirar ante a hostilidade da maioria das forças políticas, acordes em escolherem Afonso Pena; o presidente era injustamente acusado de haver desertado a causa do estadista paulista.

214. Eleição presidencial de Afonso Pena – A 15 de novembro de 1906, Afonso Pena subiu ao poder.

Homem de bem e capaz, suas preocupações dominantes eram de ordem econômica. Seu espírito estava fundamente e justamente impressionado com os graves perigos e dificuldades impostos à produção geral do país pelas flutuações violentas e bruscas do câmbio, não consentindo uma base estável à organização do trabalho. Por esse motivo, fez da estabilização das taxas cambiais sua grande meta de governo; fundou a Caixa de Conversão, que recebia ouro a uma taxa fixa e emitia certificados de ouro, utilizados como moeda corrente e reembolsáveis em metal e à vista. Graças a isto, o meio circulante tinha valor fixo, o que em muito auxiliava o desenvolvimento da produção.

O Exército foi reorganizado e melhorado; assim também o departamento da Marinha, que recebeu novas unidades de combate, e encomendou couraçados de tipo poderoso e novo. A rede ferroviária cresceu e atingiu um total de 21.467 quilômetros em 1910. Uma grande e realmente notável exposição nacional abriu-se em 1908, e revelou a todos, inclusive aos brasileiros, quanto a indústria nacional havia progredido.

Esforço imenso estava sendo feito para melhorar as condições econômicas do país e a essa tarefa Afonso Pena dedicava o melhor de sua inteligência e de sua experiência. Como consequência, o balanço da produção mostrava constantes melhorias e progressos.

Do ponto de vista político, esse período presidencial fechou uma fase de nossa história. Até então, os presidentes haviam sido escolhidos pelos seus méritos pessoais e por seus serviços. Os quatro presidentes civis, de 1894 em diante, haviam sido grandes cidadãos, com uma longa lista de préstimos valiosos ao serviço público. Seus nomes simbolizavam um passado de honra, de trabalho e de dedicação às exigências nacionais.

Novo elemento surgia agora: a preocupação de partido, ou antes alvos eleitorais girando em torno de pessoas, e a prevaleceram acima dos interesses da comunhão. Infelizmente, grande parte da responsabilidade dessa transformação era devida ao próprio Afonso Pena, por uma tal ou qual teimosia em seus propósitos e por uma energia insuficiente em rebater exigências inoportunas, aparentemente sustentadas pelo Exército.

O marechal Hermes Rodrigues da Fonseca havia sido um bom ministro da Guerra, e quantos conheciam suas qualidades morais e pessoais, a boa obra reorganizadora posta em prática em sua pasta, olhavam para ele com simpatia. Ainda se não sabia então quanto era o marechal incapaz de resistir a influências externas, pela fraqueza de seu coração bem intencionado, mas ansioso por servir a todos. Um dos problemas essenciais do Brasil era, e ainda é, construir sua defesa militar, no mar como em terra, e nele centralizavam as esperanças gerais de ser o homem fadado e capaz de realizar tal missão.

A idéia do presidente Pena, entretanto, era diferente: queria ter por sucessor o seu ministro da Fazenda, Davi Campista. Os méritos deste digno brasileiro eram de primeira plana, mas não era ele o homem que as forças políticas dominantes teriam escolhido como o mais apto para vencer as dificuldades do momento.

Pena insistiu, talvez com certa imprudência, e começou, sem grande tato nem habilidade, a organizar forças, no Congresso e nos estados, visando vencer para seu candidato as oposições que acumulavam e intensificavam obstáculos a semelhante escolha.

Deram começo esses adversários a trabalhos de reunião e de organização. Com alguma relutância, a princípio, vencida depois pelas necessidades da situação, o nome do marechal Hermes foi aceito para lutar contra o de Davi Campista. O ministro da Guerra pediu exoneração do cargo, declarando que seus amigos exigiam dele o cumprimento desse dever.

Não era Pena um homem forte, nem fisicamente, nem para lutas morais. Meigo, afetuoso e bom, já havia ultrapassado os sessenta anos; nunca sofrera embates hostis e graves, e não estava acostumado a ser contradito ou vencido em seus intuitos. Extremamente sensível, e de coração boníssimo, viu nesse fato um abandono de seus amigos de sempre. Com poucas semanas de intervalo, outro golpe terrível o feriu: perdeu um filho

querido, no qual havia posto suas esperanças e seus afetos. Não pôde resistir a esse dúplice golpe moral: fraqueou e sucumbiu.

215. Nilo Peçanha, vice-presidente, no exercício da presidência.

– A 14 de junho de 1909, o vice-presidente Nilo Peçanha lhe sucedeu, para finalizar o período presidencial.

Fora eleito na mesma chapa com Pena, sendo ele o então presidente do Estado do Rio de Janeiro. Possivelmente pouco familiarizado com os negócios federais, sua inteligência, vivíssima, lhe permitia suprir o que lhe faltasse em experiência; aprendia instantaneamente, por mera oitiva. Chamando a seu lado ministros de alta valia, e conservando os antigos titulares das pastas das Relações Exteriores e da Marinha, Rio Branco e Alexandrino de Alencar, aprestou-se a tirar a eficiência máxima do prazo de dezessete meses de governo que lhe restava. Conseguiu seu intuito, pois sua administração foi de fato brilhante.

Criou-se um ministério novo, o da Agricultura; sob a direção de seu primeiro ocupante, foi organizado com máximo cuidado. Os couraçados novos, construídos na Inglaterra, chegaram ao Brasil, e aqui causaram grande entusiasmo na Marinha, na qual uma esquadra novamente equipada com unidades correspondendo aos últimos progressos técnicos correspondia aos desejos íntimos da oficialidade. As finanças, mais uma vez dirigidas pela competência de Leopoldo de Bulhões, ofereceram as mais promissoras perspectivas. As obras públicas, sob a chefia de Francisco Sá, sentiram o influxo da visão superior e da experiência de negócios públicos desse estadista; as secas do Noroeste, periódicas e devastadoras, foram sistematicamente estudadas a fim de se organizar um plano de ação e de combate para suas tremendas conseqüências; a observância das providências novas foi assegurada pela desenvolução normal de um programa de construções e de investigações. A viação férrea experimentou um largo impulso progressivo, e as obras portuárias melhoraram e se intensificaram.

Infelizmente, os tempos não eram calmos, e quase beiravam pela revolta, o que imediatamente refletiu sobre a administração.

Nilo Peçanha havia sido hostilizado por Afonso Pena e embora nunca houvesse retaliado, seus amigos do Estado do Rio eram presa de grande exaltação contra seus adversários locais que estavam de posse do

poder. Situações análogas existiam em outros estados. Mas, onde as correntes partidárias iam acirradas, como em São Paulo e parte de Minas Gerais, a repercussão se traduziu no Congresso, formando-se aí uma larga e forte agremiação oposicionista, muito violenta. Contra o candidato militar e contra o governo acusado de proteger e favorecer a eleição do marechal Hermes.

O vice-presidente, ao contrário, havia, sinceramente, desejado acalmar a efervescência do espírito público, tanto mais quanto estava convencido de que um candidato mais qualificado houvera podido ser escolhido. Foram baldados seus esforços conciliatórios, e duas chapas contrárias tiveram de ser apresentadas ao corpo eleitoral, uma com o nome de Hermes, outra com o de Rui Barbosa, o maior constitucionalista do Brasil.

Abriu-se a campanha com uma mudança administrativa. O ministro da Agricultura, Antônio Cândido Rodrigues, era paulista, com uma longa folha de serviços ao Estado e à União, trabalhador competente esforçado, que, ao organizar sua pasta, se revelara adverso a quaisquer injunções políticas e cumprira seu dever por forma técnica e elevada. Representava São Paulo, e esse Estado era a alma das hostilidades movidas contra o Governo Federal e a candidatura militar. Tinha sugerido e levantado a Rui Barbosa, como solução de combate, em nome do civilismo contra o militarismo, como se dizia corretamente, embora erroneamente. Ao contrário, tendo sido bem recebida por grande parte do Exército a chapa hermista, outra parte da oficialidade se mostrava hostil a ela; e, de fato, não concorrera para sua aceitação ou mesmo para sua proposta.

Já agora, espicaçados pelas acusações incessantes e provocadoras do grupo civilista, feridos pelas insinuações constantes e tendenciosas, os oficiais começaram a se reunir em torno de seus chefes hierárquicos, e realmente deram aspecto militar a uma situação, inicialmente nascida por esforços exclusivos de políticos paisanos.

Cândido Rodrigues não podia, nem se sujeitaria a permanecer no ministério; teve de ser substituído. Outro paulista foi escolhido para lhe suceder; era mero instrumento partidário, sem noção de administração, e menos ainda sabedor do que exigia uma pasta técnica em via de ser organizada. Sua preocupação exclusiva era fundar em São

Paulo um grupo de sustentadores da candidatura Hermes, a poder de nomeações e de subsídios. Excelente e digna personalidade, aliás, só considerava sua missão como dever eleitoral a desempenhar a bem de seus amigos políticos. Até hoje, o Brasil está pagando as conseqüências desse erro de visão do governo.

Após discussões intermináveis e, freqüentemente, injustas, no Congresso, acerca dos mais insignificantes atos do Executivo; após debates, protraídos além do normal e do compreensível, sobre o processo eleitoral nos comícios presidenciais, foram proclamados os nomes vencedores para o período seguinte: o marechal Hermes, como presidente; o presidente de Minas Gerais, Venceslau Brás Pereira Gomes, como vice-presidente.

Somente após tais atos de apuração, pôde acalmar-se a funda agitação que trabalhava o espírito público, e cessar a inquietação reinante.

Um elemento novo, entretanto, havia surgido: ambições obscuras e apetites injustificados por parte de quantos tinham tomado parte na campanha, e, pelo lado dos oficiais, desconfiança e malquerença para com tudo quanto era paisano e político.

Tal feição do ambiente influiu muito em todo o decurso do governo do marechal. Seus conhecidos e amigos do peito eram naturalmente numerosos no Exército, e a eles recorria o presidente, quando se achava em dúvida. Não sabia resistir a pedidos, e seu natural bondoso e propenso a agradar a todos levava-o a contínuas hesitações, a oscilar entre opiniões contraditórias, e sem firmeza em suas decisões.

Iam reviver os dias de Deodoro e de Floriano: oficiais em missões políticas, no Congresso, no governo dos estados, deputados ou senadores a representarem circunscrições que conheciam quando muito de nome apenas, e onde nenhum liame possuíam.

Dois grandes fatores faltavam, e tornavam muito mais difícil o meneio das coisas: o prestígio de Deodoro e a energia de Floriano.

Muito mais do que a eleição de Hermes, a deformação de seu significado pelos opositoristas pertencentes ao civilismo era o responsável por essa estranha feição do momento.

O país ia progredindo rapidamente. A vida estava por toda parte. O afluxo de ouro enchia a Caixa de Conversão, até atingir o limite

fixado na sua lei criadora. A taxa cambial já estava acima do nível fixado nas regras reguladoras da circulação. Uma política de prudência e de previsão poderia ter estabilizado as bases econômicas da produção.

Por mal nosso, uma corrente inesperada de irresponsabilidade se formou, e quase destruiu todos os esforços reconstrotores dos grandes presidentes civis, de 1894 e 1910.

.....

Capítulo XVI

REVIVESCÊNCIA DE MOTINS POLÍTICO-MILITARES. TRIUNFO DOS GOVERNOS CIVIS. ÚLTIMAS PRESIDÊNCIAS

DESDE o seu início, foi uma decepção a presidência do marechal Hemes. Coisa curiosa, o malogro decorreu das qualidades do digno militar, muito mais adaptadas a uma existência de caráter privado, do que à vida pública.

Um de seus aspectos característicos era o desejo intenso de agradar e servir a todos, combinando a sua incapacidade de recusar a quem quer que fosse ou de resistir a solicitações, principalmente acompanhadas de lágrimas ou de cenas emocionantes. Os amigos, ou os que se pretendiam tais, sabiam dessa fraqueza, e abusavam dela.

216. Deficiências de preparo político do marechal Hermes – Ademais, sua vida se escorava em círculos militares; esses influíam decisivamente em suas deliberações. Ignorava o ambiente político, e mesmo os rudimentos da administração pública. Nenhuma energia o inspirava; era um veleitário por crises, nem sempre no momento conveniente, nem quanto ao fato importante, ou à personagem mais competente.

Em geral, tal deficiência era ignorada. Somente entre suas relações pessoais e íntimas, era isso corrente. Como poderiam amigos verdadeiros denunciar tal falha? E quanto aos outros, meros sequazes interessei-

ros, buscavam tirar partido da situação, dela querendo derivar os possíveis proventos em benefício próprio, e por isso calavam.

Assim ocorreu que aqueles que mais sinceramente haviam combatido por sua candidatura, com a esperança de se formar um governo forte, capaz de criar e organizar a defesa nacional e de propugnar a marcha ascensional da administração pública, se sentiam confundidos pela inesperada descoberta de que o marechal, entre pareceres contraditórios e interesses em conflito, era balouçado para um lado e outro, mero instrumento nas mãos de seus interlocutores, e principalmente se estes eram íntimos seus. Destes, muitos eram homens da mais elevada espécie moral e intelectual; outros havia, porém, de nível muito mais apoucado. Em quase todos, a ambição desempenhava papel proeminente.

Sentia-se ele, além disso, um prisioneiro de sua plataforma eleitoral, na qual tinha prometido muito mais do que seria possível cumprir.

Um de tais compromissos fora o de que seu governo seria o mais civil dos governos; ora, os militares, detestando os *bacharéis* (legisladores e fazedores de discursos) bem como seus métodos de administrar, receberam tal afirmação com mal disfarçado descontentamento; como, de vez por outra, tentava agir nesse rumo, e, por outro lado, nada fez para melhorar o Exército, quer como instituição, quer no tocante aos quadros, achava-se o marechal em muito maus termos com seus camaradas.

Outro fora que combateria as oligarquias locais, que haviam dirigido por largos períodos as situações estaduais, quer por si ou por subordinados irresponsáveis, meros títeres em mão dos chefes reais. Era o combate ao caciquismo. Mas, como, em todos os estados, as oposições locais acusavam aos respectivos governos, era uma semente de guerra civil que se espalhava pelo país inteiro.

Incapaz de resistir, em alguns casos, mesmo, forçado a reconhecer a procedência das queixas, prometia à direita e à esquerda, a ambos os grupos contendores. Como era normal, tal eterno hesitar tergiversar de opiniões e animação a ambos os adversários, era tido por eles como requinte de falsidade, política dúplice, e procedimento hipócrita. De fato, entretanto, era apenas mais uma prova de absoluta fraqueza. Mas prejudicou sua fama, acumulou falta de respeito sobre sua reputação, insultando sua honra e sua sinceridade.

217. *As repulsas* – Tais foram os fatores principais que causaram as desgraças de seu período governamental: ausência de real energia; desconfiança na firmeza de suas decisões; tendência de obedecer ao último conselheiro ouvido, ou ao derradeiro pedido feito; ataque às oligarquias estaduais.

Começou com a organização de seu Ministério. Continuou com a campanha de descrédito e as hostilidades reveladas contra seu predecessor e seus principais auxiliares.

Poucos dias após sua subida ao poder, uma insurreição ocorreu na esquadra, em consequência de maus-tratos infligidos às tripulações. Durante dois dias, os amotinados, após assassinares alguns de seus oficiais, tiveram a Capital da República debaixo da ameaça dos canhões de 12 polegadas dos couraçados recém-chegados da Inglaterra. Não possuía o Governo os meios de os reduzir a silêncio, e, tanto quanto, a razão invocada pelos revoltados era verdadeira e justa. Mas uns vinte dias depois, novo levante explodiu em navios outros e no Batalhão Naval. Foi dominado pela força.

O mesmo espírito de rebeldia e de maldade havia invadido o país inteiro, nem só como rancor profundo e arraigado resultante das amarguras da campanha política, como também pelo grito de guerra imprudentemente lançado contra os governos estabelecidos. Entre os ministros, dois eram defensores acesos das recriminações oposicionistas, pois ambos aspiravam subir na política geral do país, através tais processos: o ministro da Guerra, que queria conquistar Pernambuco, e o da Viação e Obras Públicas, que alimentava o mesmo propósito, quanto à Bahia.

Bahia e São Paulo haviam sido as colunas mestras da reação civilista e da campanha eleitoral contra Hermes. Contra ambas, agiam o ódio e os ressentimentos de pessoal do Governo, e esses sentimentos dominavam e inspiravam os intuitos oficiais. Pretexto, e por vezes mesmo razões reais, invocados perante o presidente, pois é certo que tais estados, sentindo-se ameaçados, cometeram erros. São Paulo era pedaço grosso demais para poder ser engolido: armou-se para receber a violência com violência reatora, e, embora o dissídio durasse por longo tempo, nunca chegou a um encontro armado.

A Bahia, contudo, estava em posição muito mais fraca, com grupos partidários quase equilibrados em forças; outros estados ainda eram mais desprovidos de elementos para combaterem a tropa federal. Hermes vivia constantemente provocado pelos pedidos de intervenção de seus dois ministros, intentamente propensos a pôr em ação os recursos federais, porque assim serviam aos seus próprios casos pessoais. Finalmente, foi vencido e não mais se opôs à derrubada violenta das situações estaduais. Pernambuco, Ceará, Alagoas e Bahia sofreram as conseqüências dessa intervenção revolucionária dos soldados da União, por ordem das autoridades legais, e em favor de um dos partidos locais em conflito. A Bahia chegou a ser bombardeada.

Tal rota política encontrou forte repulsa no país inteiro. O ministro da Marinha, o almirante Marques de Leão, um homem de bem, inteiramente adverso a semelhante inversão das normas constitucionais, resignou seu cargo. Rio Branco, igualmente revoltado, apresentou seu pedido de demissão, mas, já velho e doente, tal choque recebeu, que lhe não pode resistir e faleceu.

No Estado do Rio de Janeiro dois candidatos haviam concorrido à presidência, e ambos se reputaram eleitos. Foi empossado o da preferência do marechal. Na Capital da República, um *habeas corpus*, legal ou ilegal, pouco importa, concedido pelo Supremo Tribunal, protegia o Conselho Municipal: Hermes o desrespeitou.

Todos esses fatos impressionavam fundamente o espírito público, formidavelmente hostil à ação diretora do Governo Federal, ou antes de seu chefe. Mesmo nas classes armadas, uma corrente adversa estava em formação contra ele, pois nada se fazia em prol do Exército ou da Armada senão emaranhá-los nos conflitos locais e expô-los à animadversão geral do elemento civil. Além disso, e isto era alegado como um atenuante e uma escusa, tanto os paisanos como os militares repetiam unissonamente que Hermes não passava de um instrumento em mãos de Pinheiro Machado, o senador chefe do partido ao qual o marechal cegamente seguia.

218. *Pinheiro Machado* – De fato, Pinheiro era incontestavelmente a influência dominante da política brasileira. Representava o Estado do Rio Grande do Sul, e gozava de alto prestígio desde a proclamação da República. Durante a presidência de Prudente de Moraes, havia tomado

posição na fração oposicionista, nela figurando, entretanto, um elemento de calma e de ponderação. Campos Sales fora forte e inabalavelmente sustentado por ele. Discordara da eleição de Rodrigues Alves, pois não confiava em um ex-monarquista, dizia ele. Quando se cindiram os políticos, quanto ao candidato a escolher para suceder àquele, não aceitou Bernardino de Campos, embora fosse um republicano, e deu sua colaboração a Afonso Pena, que fora, entretanto, um adesista leal às novas instituições.

Chegou, mesmo, a aceitar a Davi Campista como sucessor de Pena, como este desejava, esquecido do fato de que o velho conselheiro fora escolhido pelo princípio de que o presidente no poder não podia nem devia intervir na escolha de seu sucessor. Os acontecimentos não haviam permitido o êxito dessa candidatura: Pinheiro, conhecendo Hermes talvez melhor do que os sustentadores deste, nenhum entusiasmo nutria por semelhante escolha, até que se convenceu de que era inevitável. Manobrou, então, de sorte a adquirir certa influência no governo vindouro, a fim de procurar atentar os erros que previa.

Muitos, entretanto, tinham de ser suportados, em conseqüência da falta de seguimento e de consistência nas idéias e nas resoluções do presidente, e de sua constante capitulação ante os seus conselheiros íntimos, quer entre seus companheiros de classe ou entre seus afeiçoados mais do peito. E a responsabilidade desses graves dislates não podia ser evitada pelo chefe, mais aparente do que real, da política nacional, embora tantas vezes se sentisse vencido.

Ia se formando uma atmosfera de convicção de que as únicas normas seguidas pelo governo eram a violência, o desrespeito à lei e à justiça, o predomínio inconcusso dos interesses de partido; daí um alheamento crescente e completo da opinião nacional para com a gente no poder, alheamento que chegava a se mostrar hostil, mal intencionado e cheio de desprezo. Como resultado, esse período presidencial, que todos haviam desejado e esperado fosse modelo de energia, progresso e organização, se revelava o mais fraco de quantos o Brasil havia tido.

Mais de uma vez, distúrbios locais, na Capital como nos estados, forçaram o presidente a recorrer à solução constitucional, mas extraordinária, do estado de sítio; este, suspendendo o *habeas corpus*, não permitia dar remédio a qualquer ato de prepotência por parte do governo.

Pioraram ainda as coisas, quando se evidenciou a má gestão de nossas finanças. Em vez de serem seguidas as normas prudentes, a par de progressistas, das presidências anteriores, que sempre levavam em conta as possibilidades do país, e nunca se afastavam de promover melhoramentos capazes de, por si mesmos, remunerarem as despesas incorridas para a sua realização, o marechal Hermes pouco cuidou de ouvir os conselhos de seu ministro da Fazenda. Tão difícil se tornou a situação, que, em agosto de 1914, se teve de lançar mão do expediente malsinado de emitir papel-moeda inconversível e a 19 de outubro teve de ser contraído em Londres um segundo *funding-loan*.

Como era de se prever, todos esses elementos se combinaram para tornar extremamente delicados os últimos doze meses do período presidencial do marechal Hermes. Para quem tenha acompanhado cuidadosamente os sucessos dessa fase de nossa história administrativa e política, não é exagero dizer que o prestígio governamental havia caído tão baixo, que o país era dominado pela oposição, e que a ordem só se manteve pelo acordo geral e tácito entre partidos, Congresso, imprensa e todas as classes sociais para não permitirem que a situação se tornasse ainda mais grave do que já era.

Nos últimos seis meses, a explosão da grande guerra européia provocou a exacerbação das aperturas do Tesouro Nacional, pelo fato de haverem quase cessado as importações, fonte dos réditos alfandegários, principal elemento das receitas públicas. Nova crise ia sendo preparada por tal motivo, para agravar os obstáculos com que se teria de haver o próximo presidente.

Hermes tinha por Pinheiro Machado o maior respeito e ilimitada consideração, e desejava intensamente, tanto quanto lhe era possível, em suas hesitações veleitárias, tê-lo por sucessor.

Inconscientemente, era isto agravar sua própria impopularidade: entre civis, porque ambos eram tidos como responsáveis das violências constantes e das violações de leis, de que se queixavam as populações; nas classes armadas, e especialmente no Exército, porque os oficiais, pensando sobre os fatos gerais de modo concordante com a opinião paisana, tinham ao Pinheiro, embora injustamente, como o real causador da política de erros do marechal.

Além do presidente, a máquina partidária nos Estados menos importantes estava ao lado do senador rio-grandense; nos mais importantes, somente Rio Grande do Sul o sustentava. Os de maior significação política, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Bahia, opunham-se fortemente a tal escolha; não tanto, por causa dos modos dominadores do possível candidato, mas em conseqüência da tendência antiliberal da política por ele sustentada durante a presidência militar. Com estes, em geral, consonavam os sentimentos pelo Brasil inteiro.

O que teria resultado de tudo isso nas eleições, é difícil prever. De qualquer forma, entretanto, pode ser afirmado que teria ainda mais retalhado o país do que já estava, e isso em momento dos mais inconvenientes para semelhante luta e de tremenda delicadeza: financeiramente, arruinado o país e sob os influxos de uma moratória, com receitas diminuídas notavelmente pela guerra que havia suspenso praticamente o comércio marítimo e, por conseguinte, os direitos cobrados nas alfândegas, e havia fechado a possibilidade de exportações regulares; politicamente, porque o governo do marechal havia fundamente ferido o sentimento nacional, e o amor inato do país pela liberdade.

Esse era o sentido geral da opinião pública, e, contra ele, só o interesse de partido podia ser argüido.

Ninguém, entretanto, expunha os fatos em sua simplicidade nua perante o país, e a campanha contra Pinheiro era conduzida segundo linhas de violência, de convícios e de ódios.

Um homem houve que solveu essa tão tensa situação: Sabino Barroso, o presidente da Câmara dos Deputados. Representava Minas Gerais, e era tido por observador psicológico de extrema argúcia das correntes gerais: admiradores seus costumavam dizer que era um verdadeiro sismógrafo político. Sua previsão era igual a seu tato e sua ação moderadora nos conflitos tão freqüente de interesses e de pareceres; sua superioridade moral, e sua completa abnegação, tanto quanto sua dedicação absoluta e exclusiva ao interesse público, faziam dele uma autoridade geralmente respeitada e obedecida.

Procurou a Pinheiro Machado, e abriu-lhe os olhos à realidade. Poderia ser eleito o senador, mas à custa de grandes perigos: o país dilace-

rado por lutas partidárias, em face da mais ameaçadora das situações, tanto interna como internacional.

Revelou então o velho gaúcho a elevação de seu ser moral: ouviu Sabino em silêncio, meditou e respondeu que não se havia ele feito candidato, mas que amigos seus o impeliam a isso. Ele próprio havia refletido sobre a inoportunidade de se apresentar como concorrente à presidência. Sentia-se convencido agora pelo que dissera Sabino, e ia declarar que não admitiria campanha em seu benefício.

Ao Brasil foi poupada nova luta da mais alta inconveniência, igual à que se dera com Hermes, graças ao nível nobre e patriótico em que tanto Sabino como Pinheiro colocaram sua ação combinada.

219. *Eleição presidencial de Venceslau Brás* – Desenvolveram-se então esforços para se escolher um estadista experimentado, capaz de resolver os problemas do momento. Rodrigues Alves e Campos Sales, ambos com grandes responsabilidades no regime, e administradores provecos já provados, foram os nomes lembrados. O primeiro, no entanto, estava ainda convalescendo apenas de uma enfermidade que quase o levava ao túmulo: não estava em condições físicas para resistir por enquanto a novos encargos de governo, e sua escusa tinha de ser respeitada. A Campos Sales, se opuseram poucos grupos partidários, mas que vinham principalmente de seu Estado natal. De tal forma, a única personalidade conservadora capaz de preencher a presidência seria o vice-presidente em exercício, Venceslau Brás Pereira Gomes.

Pelo menos era um *gentleman*, tolerante, bem intencionado, honesto e, indiscutivelmente, limpo. Seu governo no Estado de Minas Gerais havia demonstrado seu valor moral: candidato com Hermes, na mesma chapa. Fora insultado, vilipendiado, em escala desconhecida até então: nunca retaliara nem se vingara e aos mais exaltados oposicionistas dera a mesma proteção e prova de respeito que haviam sido concedidas a seus correligionários.

Durante o governo quase intolerável do marechal, sua conduta fora cheia de tato e de dignidade: nunca pudera ser suspeitado de conivência com procedimentos menos liberais; auxiliava seu chefe, onde e quando podia; em torno dele, reinavam respeito e confiança, enquanto ele próprio se revelava suspicaz a se deixar influenciar por mera oitiva.

Ao tomar conta do poder, declarou que considerava sua missão como sendo de paz e de restauração do crédito tanto moral como financeiro, do país.

220. *As dificuldades do momento* – Defrontavam-se-lhe grandes dificuldades, realmente. Cada vez mais complicavam os problemas oriundos da guerra. Embora partidário sincero da neutralidade absoluta, Venceslau Brás não podia permanecer indiferente quando as provas da intervenção oculta da Alemanha estavam se multiplicando. Tais como violações da legislação brasileira, fazendo dos portos nacionais base de reabastecimento dos cruzadores armados, fomentando paredes operárias, e tentando mobilizar as colônias povoadas com elementos germânicos. Quando as operações navais levaram os navios de guerra do Império a afundar barcos desarmados e neutros do Brasil, com risco de vida de suas tripulações e de perdas dos haveres embarcados, sentiu o presidente que o limite da paciência estava atingido; o Congresso, então, proclamou a 26 de outubro de 1917, que o país aceitava o estado de guerra imposto pela Alemanha, em sua manhosa política e nos constantes ataques contra nossa marinha mercante. Longa série de leis e de decretos havia preparado o advento dessa solução final, e tinha progressivamente preparado os impérios centrais a tal decisão; começara por definir nossos princípios de neutralidade, continuara pela ruptura de nossas relações diplomáticas, até a cooperação na paz como na guerra.

Além de tais circunstâncias materiais, que haviam forçado o curso da política do Brasil, velhas regras de nossa orientação internacional aconselhavam-nos a agir por essa forma: o governo rememorou essas tradições, ao tomar as medidas preparatórias entre a neutralidade e a luta.

Fôramos obrigados a suspender relações políticas e comerciais com o Império germânico, a 11 de abril de 1917, como conseqüência do torpedeamento de um vapor brasileiro, poucos dias após a declaração de hostilidade dos Estados Unidos contra o Reich. Ao responder a uma nota da embaixada norte-americana, que comunicava o rompimento, explicava o presidente Venceslau Brás, o ponto de vista em que se colocava para interromper relações com o governo imperial embora fôssemos ainda neutros: “o governo não podia ir além; mas a nação brasileira pelo seu órgão legislativo, poderá sem intuitos belicosos, mas com firmeza, considerar que

um dos beligerantes é parte integrante do continente americano e que a esse beligerante estamos ligados por uma tradicional amizade, e pelo mesmo pensamento político na defesa dos interesses vitais da América e dos princípios aceitos de Direito Internacional.

Tem sido esta sempre a conduta do Brasil; a República mantém-se fiel à tradição ininterrupta da sua política externa: hoje, não poderia repudiar as idéias que inspiraram a nota protesto do Império do Brasil, em 15 de maio de 1866, quando uma esquadra européia bombardeou uma cidade sul-americana.

Acentuando por fim que a política de solidariedade continental não é a política deste período de governo nem deste regime, mas a política tradicional da nação brasileira submete o assunto ao julgamento do Congresso Nacional, convencido de que, se porventura alguma resolução for adotada, ela afirmará a feliz inteligência que deve existir entre o Brasil e os Estados Unidos.

As medidas legislativas subseqüentes insistiram sobre tal modo de orientar nosso pensamento internacional; a fim de evitar qualquer dúvida nesse ponto, o governo, em nota enviada a todos os países, tornou preciso o que constituía nossa norma de ação. Um dos tópicos da nota dizia: “Se, até agora, a relativa falta de reciprocidade por parte das repúblicas americanas tirava à doutrina de Monroe o seu verdadeiro caráter, permitindo uma interpretação menos fundada das prerrogativas de sua soberania, os acontecimentos atuais, colocando o Brasil, ainda agora, ao lado dos Estados Unidos, em momento crítico da história do mundo, continuam a dar à nossa política externa uma feição prática de solidariedade continental, política, aliás, que foi também a do antigo regime, toda vez que tem estado em causa, qualquer das demais nações irmãs e amigas do continente americano.

Continuou a ação da Marinha germânica contra nossos navios, e, a 26 de outubro de 1917, o Congresso, de pleno acordo com o Executivo, votou o reconhecimento do estado de guerra. Deu então início a plena colaboração do Brasil com os aliados; votaram-se então, as medidas que decorriam da nova situação.

221. *O cumprimento do acordo financeiro* – Quanto aos aspectos financeiros do governo de Venceslau Brás podemos sumariar seus efeitos

esclarecendo primeiramente a situação herdada de seu antecessor, o marechal Hermes, e os resultados atingidos após três anos de duração do *funding-scheme*.

De fato, larga diferença existia entre o primeiro *funding*, de 1898, e o segundo.

A começar pelas somas a que se aplicava cada um deles; cerca de 33 milhões de dólares o primeiro, e cerca do dobro a operação de 1914-17. As responsabilidades da operação do período presidencial precedente ascendiam a vinte milhões de dólares no estrangeiro, e mais uns oitenta no mercado nacional. Os direitos de alfândegas, que ocupam o lugar proeminente nos réditos federais, estavam desaparecendo em virtude da cessação quase completa das importações oriunda da guerra, e assim também as rendas da exploração pertencentes aos estados, impedidos como se achavam os mares. Uma intolerável crise econômica assoberbava todos os departamentos do trabalho. Novas taxas era quase impossível criá-las ou cobrá-las. Menos de três anos haviam sido concedidos pelos nossos credores, em 1914, para restabelecer-se a normalidade dos pagamentos. Impossibilidade absoluta de levantar capitais na Europa, pois a guerra os absorvia todos.

Por ocasião do primeiro projeto consolidado, ao contrário, o mercado internacional de capitais regurgitava de ouro, e as taxas de juros eram baixas. O comércio no Brasil estava em fase de convalescença e tendia a readquirir a solidez sadia de eras passadas. Impostos e taxas não eram muito elevados, e, conseqüentemente, o campo tributário estava quase desimpedido.

A proporção entre as responsabilidades totais dos dois períodos era de 33 para 166, ou de 1 para 5; com essa agravante de que na operação última, cem milhões de dólares tinham de ser imediatamente pagos em moedas ou em seu equivalente.

Somente aqueles que tiveram de dirigir os negócios nessa época, e de enfrentar essas terríveis dificuldades, podem avaliar a tarefa tremenda que lhes havia sido imposta e que constituía verdadeira agonia de cada dia de trabalho.

Quando Venceslau Brás deixou o governo, podia afirmar, sem bazófia, que a questão financeira já pertencia ao passado.

As despesas públicas haviam sido fortemente comprimidas. Contratos e responsabilidades haviam sofrido uma diminuição de cerca de 500.000 contos, pelas revisões feitas; o que representava cerca de cem milhões de dólares ao câmbio da época. A normalidade dos pagamentos fora restabelecida no exterior, em moeda corrente. A dívida flutuante fora consolidada. Os títulos da dívida pública estavam em alta, tanto no mercado estrangeiro como no nacional.

A vida partidária readquirira sua primitiva tranqüilidade. Por seu esforço pessoal e seu prestígio, o presidente lograra decidir um conflito muito delicado entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina sobre sua linha divisória, e pacificar Mato Grosso, cujos grupos políticos haviam recorrido à revolução interna. O Código Civil, finalmente chegara à fase final de sua elaboração. Levantes e distúrbios locais haviam sido abafados.

Em vez de experimentar, como tantos de seus predecessores, fazer de um amigo pessoal ou de um aderente seu sucessor, cooperou com as principais correntes partidárias do país para pôr à frente da República um homem realmente capaz e digno de tão grave responsabilidade.

222. Rodrigues Alves, Presidente pela segunda vez morre antes de empossado. Delfim Moreira, na presidência – Pela segunda vez, Rodrigues Alves foi escolhido, e deverá subir ao poder a 15 de novembro de 1918. Já velho e gravemente ferido em sua saúde, por uma vida de incessante dedicação ao serviço público, não pôde resistir a uma nova crise que o acometeu. A 16 de janeiro de 1919, falecia, sem haver tomado posse de seu cargo.

Durante meses, de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919, o vice-presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro permaneceu à frente do poder. Era para ele verdadeiro sacrifício, e estava ansioso por sair da presidência: seu estado de saúde era precaríssimo e sentia-se esgotado pelos trabalhos dos quatro anos difíceis da presidência que acabava de exercer em Minas. Além disso, não possuía para agir a mesma liberdade de movimento que correspondesse a sua responsabilidade, se tivesse sido o presidente eleito. Sua posição era algo esquerda, pois se considerava hóspede em palácio, onde só poderia dar plena medida de seu valor se fosse o definitivo inquilino dele. Inda assim, seu bom senso sólido, suas qualidades morais

intrínsecas e sua experiência de governo lhe permitiram fazer um governo muito regular.

223. *Eleição presidencial de Epitácio Pessoa* – O novo presidente eleito, Epitácio Pessoa, representava uma escolha feliz e surpreendente, embora já tivesse ele dado prova ampla de seu valor excepcional, como membro do Supremo Tribunal Federal. No momento, era senador pela Paraíba e se achava ausente do país, como chefe da delegação brasileira à Conferência de Paz de Versailles. A surpresa consistia nisso: representava um estado pequeno da Federação, e, como regra, os presidentes tinham vindo de S. Paulo e de Minas Gerais, dois dos estados principais do Brasil.

Era tal norma o resultado de velho erro político, datando da Independência. O Império recém-fundado não quis, ou não pôde alterar a velha divisão administrativa do país, e como as velhas capitânias diferiam vastamente em área, população e recursos, sua influência na política interna correspondia a tais elementos. Daí deriva uma classificação de importância, moral e politicamente injusta, e praticamente muito grande, já que a força eleitoral de cada um se tornava consequência dessas diferenças. Os estados, destarte, viam-se considerados como de primeira ou de segunda classe. Nem o Império, nem a República, tinha tido a visão ou a coragem de alterar semelhante vício de organização interna do Brasil.

Levava esse sistema à escolha instintiva de candidaturas dos presidentes de estados, possuidores do manejo das máquinas eleitorais mais poderosas, e nisso São Paulo contendia com Minas Gerais, nessa corrida de obstáculos ao posto de vencedor da presidência. Quando o triunfador era um verdadeiro estadista, como fora Rodrigues Alves, nenhum inconveniente surgia do emprego desse errôneo processo. Mas era freqüente que tais personalidades pertencessem a um nível menos alto, e somente fossem, quando muito, competentes nos assuntos relativos a problemas regionais, sem nunca terem tido contato mais seguido e mais íntimo, talvez mesmo sem estarem plenamente a par dos problemas, dos alvos e dos recursos da União. Como critério de escolha, substituíam-se à competência o simples número de partidários e de votos. O país, em seu conjunto, sofria as consequências de tal absurdo método de solução.

Era a prova evidente da falta de preparo e da incompetência, politicamente falando, dos chefes de partido. Ficava claro, e infelizmente

ainda perdura a situação, que não fora atingida até agora a maioria quer mental quer moral orientadoras da opinião: o êxito eleitoral, por quaisquer meios, muito mais do que a adequação da solução, agia nas mentalidades. E, principalmente, não subiam além de meras contendas individuais.

Quando faleceu Rodrigues Alves, os primeiros nomes a serem lembrados para lhe suceder obedeceram à tradição costumeira. Foram postas à frente as candidaturas dos presidentes de S. Paulo e de Minas Gerais, mas este declinou da honra de ser competidor para tal cargo.

Ficou sozinho em campo o presidente de S. Paulo, Altino Arantes. Forte corrente de opinião, entretanto, sugeriu a eleição de Rui Barbosa, e dessa lembrança nasceu grande agitação que fazia recear fossem tumultuosas as operações do pleito. Apesar das afinidades da campanha civilista, a maioria do governo e dos chefes do partido paulista tinham manifesta preferência por Altino Arantes, Minas não desejava que Rui fosse candidato, e aspirava por uma conciliação que evitasse tumultos e, talvez, motins militares. De fato, Rui era sustentado por frações muito respeitáveis da opinião; nas classes armadas, porém, reinava contra ele funda hostilidade, como remanescente dos distúrbios ocorridos no governo do marechal Hermes. Os oficiais, em geral, consideravam-se como tendo sido ofendidos coletivamente por ele, na contestação eleitoral de 1910. Injusto embora tal sentimento, existia de fato, e disso eram sabedores os círculos políticos.

Solução conciliatória, Sabino Barroso, então em Belo Horizonte, sugerira o nome de Epitácio Pessoa ao representante de S. Paulo, Álvaro de Carvalho. No Rio, celebravam-se reuniões quase diárias entre os próceres da situação, e cada vez mais aparecia evidente a dificuldade do momento: previam-se eleições penosas, com duas chapas hostis a se digladiarem. De tal solução eram todos unânimes a sentir que seria um mal para o país. Tratou-se por isso de procurar uma fórmula transacional, entre partidários de Altino Arantes e de Rui Barbosa, aliado a Nilo Peçanha.

Daí resultou que estes estadistas propuseram retirar a candidatura de Rui, se fosse possível escolher um candidato de acordo, tirado de uma lista de quatro por eles próprios proposta. Infelizmente, tais candidatos eventuais eram tais, que não podiam ser aceitos pelo lado oposto.

Foi o momento em que Álvaro de Carvalho lembrou o nome de Epitácio Pessoa, declarando ser isto uma sugestão pessoal sem sequer saber

se S. Paulo aceitaria. Consultado por telefone, Altino Arantes respondeu que concordaria plenamente com a lembrança desde que ela conciliasse as divergências. E deste modo foi aceita a inspiração, por lograr grupar as principais forças eleitorais do país.

Epitácio nada sabia do que se passava no Rio, acerca da sucessão presidencial. Os telegramas que lhe comunicavam sua escolha, o colheram de surpresa, em Paris, onde se achava na presidência da Delegação Brasileira à Conferência da Paz. Fora aclamado candidato, sem qualquer gesto para tal fim.

Iniciou-se então, ao tomar conta do poder um dos mais notáveis períodos presidenciais de nossa terra, inferior a nenhum dos mais salientes em nossa história.

224. *Tarefa cumprida.* – Desenvolveram-se nossas relações exteriores, e intimidade maior surgiu com os povos dos dois hemisférios. Nossa presença na Liga das Nações, que contribuímos para fundar, deu-nos oportunidades de colaborar na tarefa geral do instituto. As dificuldades oriundas da Grande Guerra foram solvidas, tanto com a França como com a Alemanha. Pela vez primeira, dois chefes de governos europeus cruzaram o Atlântico para visitarem o Brasil: o rei dos belgas, em 1920, e o presidente de Portugal em 1922. Numerosos estadistas da América visitaram-nos. Nossas fronteiras com os países convizinhos iam sendo locadas, nenhuma questão litigiosa existia sobre esse assunto.

As feições mais importantes desses tempos, postas de lado as terríveis lutas acerca da sucessão presidencial de 1922, foram a celebração do Primeiro Centenário da Independência, a 7 de setembro de 1922, e a revogação da lei de banimento da Família Imperial, a 3 de setembro de 1920.

A primeira ocorrência deu ocasião a fornecer a prova material na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, do quanto o Brasil havia progredido. O surto geral e surpreendente da indústria, da agricultura, da criação, evidenciado nesse certame mundial, foi realmente de entusiasmo, e revelou aos estrangeiros, tanto quanto aos próprios brasileiros, quase insuspeitada capacidade de produção.

A segunda tornava patente a completa e inteira pacificação dos espíritos, e a indisputada aceitação do novo regime.

Os restos mortais do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz, D. Teresa Cristina foram trazidos de Lisboa, onde tinham estado depositados por quase trinta anos na igreja de S. Vicente de Fora, o Panteão dos reis de Portugal da dinastia de Bragança. A bordo do *S. Paulo*, poderoso *dreadnought* de nossa esquadra, o conde d'Eu, esposo da princesa imperial D. Isabel a Redentora, filha de D. Pedro II e herdeira da Coroa, se a monarquia não houvera sido abolida, junto com D. Pedro, o príncipe do Grão-Pará, seu filho primogênito, acompanharam as cinzas augustas. O conde d'Eu, marechal do Exército brasileiro e seu chefe na última fase da campanha do Paraguai, foi recebido com as honras de seu cargo, pelos descendentes dos oficiais que havia comandado naquele conflito internacional.

Foi firmemente continuada a política de dar solução às discussões interestaduais sobre os limites dessas circunscrições administrativas. Haviam sido vinte, a princípio. Em 1922, estavam reduzidas a duas Santa Catarina-Rio Grande do Sul; Bahia-Pernambuco.

A mesma atividade reinava no departamento do Interior.

À Marinha se dispensavam cuidados especiais. O Presidente Epitácio havia resolvido nomear civis para as pastas militares; manteve essa norma, quando, em 1920, o primeiro-ministro teve de se retirar, e em 1921 do mesmo modo, quando um terceiro civil tomou conta desse departamento administrativo. Uma vida nova foi infundida em todo o organismo: reconstituíam-se unidades, para as modernizar; instalações complementares essenciais foram iniciadas e levadas adiante com ardor; navegação e prática de artilharia desenvolveram-se com intensidade notável; reservas navais em homens e em material polarizaram esforços, nunca esmorecidos.

Desde alguns anos, o Exército havia experimentado grandes progressos, sob o influxo de um grupo de oficiais, principalmente nos postos iniciais da hierarquia, cheios de entusiasmo patriótico e noção exata do duplice dever de elevar seu nível profissional e de evitar toda mescla com manobras partidárias e políticas. O novo ministro, também um civil, havia operado nesse movimento libertador e estava em plena consonância com a mentalidade nova do corpo de oficiais. Em 1919, uma missão especial de instrução fora contratada em França, sob o comando do general Gamelin, serviço notável e que marcava uma época na história militar do país, pres-

tado ao Exército pelo presidente então em exercício, Delfim Moreira, e por seu ministro da Guerra, o General Cardoso de Aguiar.

O novo governo tomou a peito continuar as mesmas linhas de reorganização, planejadas por seu antecessor. Foram felizes as conseqüências. Foi estabelecido um plano de reformas e de ampliações, e sua execução entrou a se realizar: em tempo oportuno, os regulamentos novos ficaram prontos; progrediu o preenchimento dos claros, pelo sorteio; reformou-se a justiça militar; armamento, munição, material de campanha de toda sorte; aviação militar; fábricas militares; instrução e exercícios; quartéis, acampamentos, campos de instrução; escola de tiro e prática das armas; tudo foi objeto de atenção. A grande parada de 1922, ao se celebrar o centenário da Independência, pôde se mostrar o desfile de cerca de 30.000 homens, armados, equipados e com todos os serviços em ordem. Tudo isso se referia tão-somente à 1ª Divisão do Exército, a qual conta cinco unidades da mesma categoria.

Trabalhava muito energicamente o departamento da Agricultura para manter o passo com essa tendência ascensional na eficiência econômica e profissional do país; conseguiu fazê-lo. Obras públicas, vias férreas, telégrafos, seguiam a mesma rota progressiva. Em 1922, a extensão dos trilhos subia a 29.389.141 metros; os telégrafos mediam 47.055.667 metros, com um desenvolvimento total de 83.778.230 metros de condutores. Pela primeira vez, o serviço contra as secas era dotado com os recursos convenientes, e a terrível interrogação sobre este flagelo periódico encontrava quem inquirisse sistematicamente de sua essência, se soluções eram achadas, como o haviam sido no plano de 1909, abandonado em má hora, e felizmente retomado pelo governo do presidente Epitácio.

Todo o país respirava atividade, progresso, entusiasmo e trabalho patriótico. Os problemas eram estudados, analisados e solvidos intrinsecamente, sem referências a considerações partidárias. Era isto um golpe duro para os políticos profissionais e seus clientes.

225. *Expansão artística* – Surgia uma floração natural de escritores e de pensadores, que amparavam e desenvolviam tais esforços por atingir níveis mais elevados da existência. Nunca a imprensa diária ostentou tantos elementos intelectuais de valor, com tanta plenitude de expressão e de pensamento.

Na literatura de ficção, pesquisas históricas e crítica, desenvolvia-se a produção. Muitos dos autores já citados em páginas passadas continuavam a trabalhar, e a este período pertencem muitos de seus melhores livros. Nomes novos começaram a aparecer. A vida interior achou cérebros para expor as feições novas do velho espírito humano: Farias Brito, notadamente, em seus ensaios. Uma legião de poetas surgiu intensamente esforçados em pesquisar o problema eterno da vida, do sofrimento e da morte; coisa notável, neles todos, ou pelo menos em sua maioria, existia e se revelava um fundo comum de sentido e fortemente assente espiritualismo.

Morto, bem morto e enterrado estava o romantismo, mas ainda, aqui e acolá, aparecia algum representante retardatário do antigo credo literário, a se opor à preocupação geral de fundar na observação toda a literatura de ficção. Estudos notáveis e romances vieram à luz, e acharam expressão nos livros de Euclides da Cunha, Afonso Arinos, Coelho Neto, Graça Aranha, Afrânio Peixoto, Gastão Cruls, Alberto Rangel. Via-se o claro esforço de basear toda descrição num terreno sólido de fatos reais: a vida colonial, a imigração, o povo do sertão, a vida no Amazonas ou no interior do país, os problemas relativos à nova raça que se estava formando da mistura dos velhos troncos étnicos no cadinho de fusão sul-americano.

De mais em mais, o Brasil afirmava sua preocupação capital, a de todos os pensadores: um nacionalismo sadio e verdadeiro, oriundo de todos esses trabalhos de erudição e de pesquisa.

Porfiaram os críticos em tornar mais precisa e cuidadosa sua obra. Artistas, como Tristão de Ataíde, Agripino Grieco, Humberto de Campos, Medeiros e Albuquerque, puseram-se ou continuaram na dianteira. A atividade de nossa Academia Brasileira de Letras aumentou-se em valia e em quantidade, em todas as províncias da produção intelectual e estética.

Começou a exercer sua poderosa influência em uma reação religiosa contra uma paganização excessiva oriunda de um naturalismo enganador. Anseios morais, interrogações sobre a alma, vida futura, destino, inspiraram numerosos escritores. Em graus diversos, contudo, indo de mera religiosidade até o mais puro e profundo e sincero sentimento de catolicismo, citemos: Jackson de Figueiredo, Tasso da Silveira, Perilo Gomes, Hamilton Nogueira, Leonel Franca, José Manuel de Madureira, estes dois últimos pertencentes à grande Sociedade de Jesus. O pensamento social era

representado por ensaístas como Vicente Licínio Cardoso, Oliveira Viana, e poucos mais. História e erudição estavam representadas por um grupo muito notável de analistas e de pesquisadores formado pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e de associações congêneres, tanto do Rio como dos outros estados.

Todos esses progressos revelavam as feições econômicas do país e seus recursos espirituais.

226. *Crise da sucessão presidencial* – Na vida pública, todavia, o acontecimento mais importante ocorreu em assunto moral e político, e culminou na manutenção severa da ordem e da disciplina nas classes armadas, nas quais uma minoria de oficiais facciosos promoveu motins, a pretexto de se manter pura e inatacada a doutrina republicana proclamada, ao que eles diziam, pelo Exército e pela Armada em 1889, ao ser abolido o Império.

Já vimos quanto tal pretensão era absurda, quando os fatos reais mostravam que a guarnição do Rio só antecipara, quando muito, por alguns anos, o que o país estava farto de saber aconteceria ao falecer D. Pedro II. Tal idéia esdrúxula de monopolizar as novas instituições em benefício de grupos privilegiados, era simples ensaio para favorecer os pretensos fundadores ou sustentadores da República.

Desde 1889, tal mentalidade tinha variado bastante, crescendo a invocação aos direitos imaginários da tropa, ora diminuindo, conforme os acontecimentos. Até a primeira presidência civil, dominavam os negócios públicos. A primeira repressão foi o golpe dado pela indisciplina por Prudente de Moraes, auxiliado pelos melhores elementos militares. Nos períodos de

Campos Sales e de Rodrigues Alves, a agitação diminuiu até a revolta da Escola Militar e de alguns oficiais isolados, no Campinho, em 1904. Novamente arrefeceu o prurido até a eleição de Hermes da Fonseca, em 1910. Nessa fase, ressurgiram as cenas de 1889-94. Desapareceram enquanto Venceslau Brás foi governo. Nos dias em que, morto Rodrigues Alves, se debatia quem seria seu sucessor, tornaram a se agitar, mais discretamente embora, deixando, entretanto, perceber quanto lhes ferira os sentimentos a escolha de Rui para candidato.

Do mesmo modo, quando se divulgaram os nomes dos possíveis ministros de Epitácio Pessoa, para as pastas militares, grande emoção agitou os oficiais. O novo presidente havia declarado sua intenção de chamar civis para preenchê-las; reuniram-se generais e almirantes, e, entre si, admitiram a possibilidade de desvanecerem tal intenção na mente do Chefe de Estado. Este nunca permitiu que tal sugestão lhe fosse feita, afirmando que manteria com firmeza absoluta sua prerrogativa constitucional de escolher seus secretários, deixando aos insubordinados a responsabilidade de se amotinarem se quisessem, acrescentando que qualquer violação legal seria imediatamente esmagada e punida.

Verificou-se que eram infundados os rumores que corriam, nada ocorreu; civis foram escolhidos, e foram cordialmente recebidos pelo Exército e pela Marinha.

Uma insignificante minoria, composta de personalidades especialmente favorecidas pelo governo do marechal Hermes, sentia-se ansiosa por ver ressurgir os dias e os métodos de seu período. Seu chefe, o antigo presidente, fundamente desgostoso pelo que sua própria dolorosa experiência lhe tinha ensinado sobre presidências militares, abominava política e políticos, dos quais tanto havia sofrido.

Após haver preenchido seu período de governo, o Rio Grande do Sul o havia eleito senador; ele, porém, declinará o posto, declarando que sua vida política estava definitivamente encerrada. Durante seis anos, permanecera na Europa, cada vez mais firme nesses propósitos, cuja expressão vivia a repetir e confirmar.

Sua bem intencionada fraqueza de intuitos, entretanto, era geralmente conhecida; também se sabia que não lhe era possível resistir a solicitações de amigos. Do Rio, acenavam-lhe com a necessidade de voltar ao Brasil, pois os interesses militares e o Exército estavam sendo espezinhadados e descurados. Deixou-se convencer, e voltou, inseguro todavia do modo pelo qual seria recebido.

No mesmo dia de sua chegada, em novembro de 1920, caiu novamente presa de politiquieiros e de camaradas agitadores, de oficiais sediciosos e de intrigantes civis.

O Exército havia evoluído, e, principalmente sob o influxo dos oficiais mais jovens, estava decisivamente imbuído da idéia sadia de atingir

níveis mais altos da profissão, detestava a politicalha e compreendia, perfeitamente, o que significava a exploração de mentalidade de classes exercida por militares e por civis, simultaneamente: a dissolução da defesa nacional. Intrigantes, pescadores de águas turvas e em tempos perturbados, não mais encontravam o eco simpático e a recepção acolhedora de dias passados; ao contrário, eram tidos por um perigo e uma ameaça à força organizada do país, representantes isolados de idéias já eivadas de caducidade sobre preeminências militares.

Ainda assim, sentindo que a massa dos quadros já não vibrava nem correspondia às ambições políticas que nele haviam sido reacendidas por falsos amigos, Hermes tornou a recolher-se à penumbra, da qual o tinham querido tirar para seus alvos pessoais e egoísticos conselheiros interessados e pseudos-amigos visando apenas servirem-se dele como um peão no tabuleiro partidário que manejavam. Havia chegado num momento crítico.

Já haviam começado reuniões preliminares para se trocarem vistas sobre a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa. Minas Gerais aspirava dar o candidato que seria o presidente em exercício, Artur da Silva Bernardes, e sabia que lhe estava garantido o apoio de S. Paulo. Devidamente consultado, Epitácio declarou, em março de 1921, não lhe ser lícito tomar parte em tais deliberações, que ele considerava justamente reservadas à ação política dos chefes de partido, tão-somente; o papel do Chefe do Governo, dizia ele, era manter-se inteiramente neutro na contenda, se ela se desse.

Ninguém discordava da candidatura mineira. Passou-se a tratar da vice-presidência. Mais uma vez, Epitácio, consultado a indicar um nome, se escusou, sempre pelo mesmo princípio de moral política. Aqui, começaram as dificuldades: tanto Pernambuco como Bahia desejavam ver escolhido o respectivo presidente local, José Bezerra e J. J. Seabra. Controvérsias e debates foram alteando o tom do dissídio, e o ambiente político foi ficando envenenado. Dominavam, já agora, paixões incandescidas e ódios partidários.

Iniciou-se então um jogo bifronte. A turba, muito mesclada de civis e de oficiais que girava em torno de Hermes, sentiu que era por demais fraca e sem elementos para conquistar o eleitorado nas urnas, por meio de processos pacíficos embora enérgicos, quais os que caracterizam

as lutas partidárias nos comícios. Sua única possibilidade de triunfo era acirrar ódios até o ponto de rompimento entre os grupos, e então entrar na Justiça com ameaças de intervir à força armada para fazer vingar seu candidato. Com esse intuito, escreveram e telegrafaram para os estados, nos pontos onde podiam agir oficiais notoriamente insubordinados, com a senha de provocarem agitações e mesmo motins, por um lado; enquanto, por outro, mantinham contato, no Rio, com os chefes do movimento partidário. Mais íntimo ainda tal contato, quando Nilo, de volta de uma viagem à Europa, chegou ao Brasil no momento em que a crise atingia seu ponto culminante. Deve ser dito que o presidente Epitácio havia feito tudo quanto estava a seu alcance para sugerir um acordo quanto a um terceiro candidato que satisfizesse aos dois campos: ambos se furtaram a isso.

Nilo fora um dos sugestores, senão talvez o primeiro, da candidatura de Bernardes; da Europa, enganando-se sobre os acontecimentos, telegrafara a seus amigos que sustentava o presidente de Minas “com ou sem Epitácio”. Ao desembarcar no Rio, ainda havia manifestado o mesmo propósito.

Vendo quanto estava tensa a situação, entretanto, e que certos elementos militares o vinham cercar com promessas sem conta, embora para isso não tivessem eles autorização nem pudessem falar com sinceridade em nome do Exército, não resistiu o antigo vice-presidente e presidente em exercício após a morte de Afonso Pena, e julgou chegada sua oportunidade. Pôs-se à frente do movimento, desertou seu próprio candidato e antigo amigo, e passou a combatê-lo aceitando a candidatura para si mesmo.

Era inegável sua intimidade com os líderes da agitação militar. Pensava que nessa campanha eram aliados; em realidade, se um motim militar tivesse lugar e triunfasse, era evidente que o cabeça da insurreição seria o escolhido para o governo de fato da nação.

Foi conduzida a campanha com absoluta falta de escrúpulos e de senso moral. Alguns dos partidários de Nilo, provavelmente sem que este fosse sabedor dos recursos utilizados, e sem que autorizasse as armas empregadas, lançaram mão de uma falsificação despudorada, uma falsa carta que se atribuía ao candidato mineiro, insultando baixamente ao Exército e à Armada, de modo a ferir ao vivo os justos melindres dessas classes, em seus sentimentos mais delicados de brio e de abnegação. Nilo silenciou, em

vez de condenar e votar ao desprezo tais meios de combater seu contendor; Hermes, que conhecia a origem dessa falsidade, manteve-se em atitude dúbia.

Como era fácil de imaginar, a agitação cresceu e se tornou mais intensa e ameaçadora nos círculos militares, assim postos diretamente em fogo. Tal era precisamente o fim dos conspiradores: perturbar o pleito, e, na confusão ou mesmo na desordem reinante, levar avante seus intentos – eleger Nilo, para a maioria deles; eleger ou proclamar a Hermes, para os membros da conspiração.

Cumprir dizer que nas classes armadas a emoção era viva, embora se hesitasse quanto à autoria da carta falsa, pois Bernardes, indignado, havia nobremente repellido a aleivosa insinuação de ter tido qualquer iniciativa que pudesse justificar tal infâmia. Conseguiram, contudo, os conspiradores persuadir ao senador Raul Soares, líder da candidatura do presidente de Minas, de que um pronunciamento de tribunal de honra poria termo à questão. Em honra de Bernardes seja dito que ele se opôs a tal procedimento: ponderou, com inteira procedência e noção de responsabilidade, que não poderia admitir uma discussão e uma exibição de documentos e provas sobre tal tema, isto é, sobre se ele tinha, ou não, dito a verdade.

Infelizmente, Raul Soares não conhecia a fundo o meio federal, e julgava ser uma impossibilidade que um assunto de honra pudesse ser objeto de fundas intrigas e de deslealdades. E, contra o parecer de conselheiros desinteressados e leais, persuadiu a seu turno ao presidente mineiro da conveniência de transigir e capitular nesse ponto. Erro terrível, que abriu as comportas da torrente de calúnia e de abusos.

Procurou, a princípio, o arbitramento de personalidades respeitáveis, que se recusaram a entrar em tão emaranhado cipoal. Raul Soares foi então levado a aceitar o Clube Militar como autoridade arbitral. Ignorava o senador, ou então aceitara informações suspeitas que lhe esconderam a realidade dos fatos, que o Clube Militar, presidido por Hermes (que conhecia toda a história da falsificação), era o quartel-general de todos os oposicionistas a Bernardes. Acalmava o ambiente militar, lhe disseram seus conselheiros, fardados ou não. Não sabia, porém, ou não queria acreditar, apesar dos avisos de gente mais conhecedora do meio, que tal associação se achava em mãos de politiquieiros, quer do Exército, quer civis, que se

aparceiravam em benefício próprio, principalmente com Hermes, e, não sendo possível este, com Nilo.

Na sua honesta convicção, o senador persuadia-se de igual honestidade alheia; acreditava em que o laudo seria unânime em favor da verdade, isto é, declarando que a carta era uma deslavada invenção de falsificador, e, entretanto, já estava lavrado o documento, unânime, contrário a Bernardes e atribuindo-lhe a autoria da missiva fraudulenta e forjada!... O próprio Hermes, no qual ele confiava, dava o prestígio de sua autoridade à vergonhosa tramóia, de cuja flagrante injustiça ele era sabedor.

Como era natural, durante as operações preliminares dos peritos quirógrafos, os oficiais tinham ficado quietos e em silêncio, esperando as conclusões. Mas quando estas se divulgaram, com o fato agravante de ser unânime o laudo, a quase unanimidade dos quadros aceitou *bona fide* a palavra da Comissão como sendo Evangelho, e acreditou firmemente que Bernardes havia de fato e grosseiramente insultado as classes armadas.

Dentro em breve prazo, todas as circunstâncias se publicaram, mostrando e provando a impossibilidade evidente da acusação. Mais do que isto, o falsificador confessou seu crime, como, onde, quando e por ordem de quem o havia praticado. Aí, tudo mudou: por toda parte, os caluniadores ficaram desmoralizados: de sua companhia, e da do seu partido se retiraram quantos possuíam sentimentos cavalheirescos, enojados da mera idéia de enfileirarem com gente cujo senso moral caíra tão baixo, que lhes consentisse usar de processos tão desonrosos.

Ainda assim, no Exército e na Armada, 80% dos oficiais estavam honestamente convencidos de que o presidente de Minas era culpado, e baseavam sua convicção no fato do laudo; enquanto 10% defendiam com sinceridade a convicção oposta, e os 10% restantes agiam por interesse egoísta e de baixo estofa, sabendo perfeitamente que havia sido uma manobra imoral e indigna.

Quando a verdade real se divulgou geralmente, provou golpe terrível o partido que suportava a candidatura de Nilo Peçanha. O elemento militar faccioso previu que as urnas lhe seriam certamente contrárias. Começou, pois, a desenvolver propaganda mais intensa em rumo de provocar pronunciamentos armados e levantes locais. Tornados públicos os resultados do pleito, tanto os chefes batidos como oficiais derrotados

envidaram todos os esforços para o fim de suscitar revoltas nos estados e derribar os respectivos governos.

De março a julho de 1922, inúmeros casos se poderiam nomear de tal atividade revolucionária, chegando mesmo a realizar seus intuitos. O ambiente político mostrava-se tão desordenado, que todo senso de medida, de obediência legal, desapareceu. Os oposicionistas, até mesmo seus mais graduados chefes falavam de pleito fraudulento, mais ainda da incapacidade moral em que se achava o Congresso de apurar a verdade das eleições; não tinham seus membros assento nas duas Câmaras, e não haviam tomado parte na luta, por um ou por outro lado? Propunham em conseqüência retirar do Legislativo sua função privativa de apurar o voto para a presidência. Nem mais, nem menos, era a revolução. Como poderia o Brasil tolerar tal medida? O único caminho a observar e seguir era obedecer à Constituição que dá total competência ao Congresso. Assim foi feito, e pôde então ser verificado que a maioria do país havia, de fato, dado ao presidente de Minas ganho de causa.

Outra tentativa foi ensaiada para convencer o Supremo Tribunal de que devia reconhecer como vice-presidente eleito o candidato oposicionista, Seabra, sob o pretexto de que o candidato que figurava na mesma chapa com Bernardes havia falecido após o pleito, deixando vago o lugar para ser preenchido com o nome que vinha nas listas imediatamente após. Era um absurdo, mas constituiu nova campanha partidária, que terminou pela recusa do Supremo Tribunal, de aceder a doutrina tão esdrúxula.

227. *A conspiração* – Mesmo então, os “cabeças” da oposição ao presidente eleito declararam definitivamente que não aceitavam nem acatariam a situação legal das coisas. Equivalia tal declaração a proclamar a atitude revolucionária de seu partido: de fato, renovada e muito mais intensa, se iniciou outra situação insurrecional.

Ao norte e ao sul, nas guarnições fervia o ambiente, onde quer se achassem oficiais insubordinados. Todo pretexto era achado ou era inventado para motivar atritos. Em um estado do Norte, no Maranhão, durante algumas horas o governador local foi deposto por um grupo de soldados chefiados por oficiais do batalhão da capital. Em Pernambuco, havia surgido um conflito muito agudo acerca da escolha do novo presidente do estado, apesar de todos os esforços desenvolvidos pelo presidente Epitá-

cio para evitar o dissídio e pacificar ambos os grupos contendores. Apesar dessa atitude conciliatória e de neutralidade, a ação do Governo Federal estava sendo injustamente comentada e censurada, a fim de a apresentar ao público como intervenção indevida e inconstitucional em negócios privativos do Estado, quando realmente nada disto se tinha passado. Em Mato Grosso, havia sido nomeado um novo chefe para a circunscrição militar; seguiu para seu posto, com a intenção oculta e sub-reptícia de conduzir a tropa federal contra as autoridades da União e o Congresso, visando anular a eleição de Bernardes e a proclamação do voto que o sagrava presidente eleito, e impedir sua posse. Tudo isto ficou provado no processo contra os implicados no movimento revolucionário.

Essas perturbações todas da ordem eram um sintoma da conspiração geral de recorrer à violência para empossar os candidatos da chamada “reação republicana”, ou, o que parecia e seria mais provável segundo a lógica revolucionária, para colocar no poder o chefe militar da insurreição triunfante. A associação híbrida formada pelo elemento civil, chefiado por Nilo Peçanha, e os elementos militares insubordinados às ordens do marechal Hermes, tinha de se cindir no momento da partida dos despojos: esta provaria, sem dúvida, uma *journal de dupes*. Batida a revolta, e esmagados ambos os grupos aliados, continuaram aparentemente unidos. Na realidade, iniciativas independentes e divergentes começaram a aparecer desde os últimos dias de junho de 1922, até que, a 28, o marechal, no seu caráter de presidente do Clube Militar, enviou um telegrama ao comandante da região de Pernambuco, lançado em termos da mais alta inconveniência e violando toda noção de disciplina.

Logo que foi publicado, o governo puniu o transgressor dos regulamentos militares, e como este insistisse em seu desrespeito às regras vigentes, mandou prendê-lo. Isto fez explodir a revolta latente.

Rompeu o movimento a 5 de julho de 1922. Quarenta e oito horas depois estava a ordem restabelecida completamente. Ato contínuo, nos estados onde forte agitação se tinha manifestado, esta cessou, e os distúrbios desapareceram dando mais uma prova de que todo o mal-estar reinante decorria da conspiração que tinha por centro o grupo de conjurados do Rio de Janeiro.

Uma grande lição deduzia-se daí, desses tumultuários acontecimentos. Não era mais o Exército, como dantes, o material para levantes políticos, de cuja honra e patriotismo tanto haviam abusado os politiqueiros profissionais. Fossem quais fossem seus sentimentos pessoais, os oficiais, em sua grande maioria, sabiam e agiam sob o influxo da observância do princípio basilar de toda força disciplinada: o progresso profissional, a obediência à lei. Grande exemplo e justificação dos esforços postos em prática pelo próprio instituto, para alcançar níveis superiores de ideal e de valia técnica!...

228. *Artur Bernardes, presidente* – Nenhum empecilho, portanto, surgiu para a posse do novo presidente, Artur Bernardes, a 15 de novembro de 1922.

Uma apreciação honestamente justa do governo deste presidente é coisa das mais difíceis, pois nenhum período administrativo registra o Brasil tão dilacerado por paixões como este, e no qual tanto hajam contido sentimentos opostos. Foram quatro anos de quase contínua guerra civil, e que decorreram, com exceções escassas e curtíssimas, na vigência do estado de sítio. A impressão pública, contudo, não foi favorável nem indulgente. Cumpre, entretanto, que o tempo se escoe, antes de enunciar juízos definitivos, e sobretudo imparciais, sobre os acontecimentos da época.

Manda a justiça se diga, à pureza, que Bernardes, a bem dizer, não pôde governar: sua magistratura foi uma luta contínua; a essa tarefa teve de dedicar todos os seus esforços, quer as calamidades tivessem por origem atos presidenciais, quer derivassem de iniciativas de fatores extrínsecos que não tivesse podido dominar. A realidade foi que tudo teve de se sacrificar a esse conjunto de circunstâncias.

Chegou ao poder em condições extremamente más e angustiosas. Pouco sabia dos problemas federais e do pessoal apto a desempenhar funções públicas na União; sua carreira fizera quase toda no Estado de Minas Gerais, donde era filho, e isso explica e justifica a deficiência. A mesma causa, em Raul Soares, havia trazido a tremenda conseqüência de se complicar desesperadamente e a questão das cartas falsas, que, como um pesadelo, acabrunhou o período eleitoral. Agora, os remanescentes da ignóbil campanha agiam, envenenando-o, no ânimo do presidente.

Fora cruelmente ferido em seus mais íntimos sentimentos de brio e de honra; e seu gênio não era daqueles que esquecem e perdoam as injúrias, apesar de haver declarado em seu Manifesto Inaugural – “O presidente nunca se lembraria das agressões feitas ao candidato”. Ignorava, por completo, que o preço da superioridade moral e mental sempre tem sido compreensão, tolerância, indulgência e paciência. Perdoar, antes de tudo!...

Ademais, considerava a qualquer dissentimento de suas opiniões próprias, como uma prova de inimizade pessoal; e, como nutria uma sorte de convicção mística de ser o agente de uma missão sobre-humana, três inimigos, presumidos, eram por ele tidos como inimigos do país e do bem público. Costumava formar apressadamente suas persuasões, prestando ouvido fácil e pronto a intrigas e delações, mesmo não provadas. Leal aos seus amigos, indo mesmo em seu apoio até as raiais do quase escândalo, não sabia ser generoso, nem mesmo tolerante, para com seus adversários. Em todos os seus atos, dominava estranha insensibilidade, incessante e sem dó. Talvez, entretanto, em todas as suas falhas, fosse ele mais vítima de exploradores de suas conhecidas fraquezas, do que propriamente autor voluntário de muitas de suas mais censuradas decisões.

A sinceridade com que obedecia à sua convicção de estar cumprindo missão superior, parece fora de dúvida. Sua vida privada era acima de suspeitas. Um malentendido trágico, contudo, predominou em todo o seu governo, entre ele e o povo. O presidente ansiava, sinceramente, por se apresentar aos olhos da nação como um anjo defensor da pureza da doutrina republicana, e do princípio da autoridade. A intenção era louvável, mas os meios de execução não se achavam no mesmo nível; e a massa dos administrados só enxergava estes; neles só percebia uma sorte de baixa ditadura policial, nas mãos de subalternos sem imputabilidade, da mais ínfima classe e da menos respeitável, cujos desmandos lançavam sobre o presidente a grita e as imprecações de toda a parte melhor e decente da sociedade.

Ainda fumegavam tições mal apagados da revolta de 1922, por entre as cinzas da repressão. Nos círculos militares, mesmo entre os elementos tementes à lei e à disciplina, o sentir geral não era simpático, pois Bernardes – desconhecendo por inteiro a vida militar, seus melindres, seus ideais e sua psicologia – olhava para todos os oficiais, quer insubordinados,

quer perfeitamente respeitadores da lei, com tendências de suspeita e de desconfiança hostil. A prova mais eloqüente desse grande erro está no fato indiscutível de que, fossem quais fossem suas idéias pessoais, o grosso dos quadros cumpriu seus deveres de soldados: esmagaram a insurreição de 1924-26, e, entre cerca de 5.000, apenas algumas dezenas, menos talvez de duzentos, oficiais foram achados culpados de atos de insubordinação.

Tempos de guerra civil dão sempre exemplos abundantes de abuso e de ilegalidade. Todos os esforços, estando polarizados pelo combate decisivo contra a violência armada, passam para plano secundário todas as demais considerações. Justiça e lei, raramente, estão presentes de modo contínuo, e com eficiência suprema, nesses dias perturbados. Aí, talvez, se encontre a atenuante de muito ato indefensável. Em conjunto, porém, o país se sentia arruinado e infeliz, num ambiente quase irrespirável. As operações militares absorviam largas somas, nem sempre passíveis de completa fiscalização. Cada erro ou falta era explorado, e ampliado pelos ódios partidários, tanto mais perigosos porque eram murmuradas críticas e insinuações e nunca tomavam corpo. A repressão exercida agia às cegas, apaixonadamente, despida de senso e de serenidade.

Triunfaram, entretanto, a ordem e a lei, graças à disciplina da maioria esmagadora de oficiais e praças.

229. *A obra realizada* – Embora a administração se visse reduzida a um mínimo, pois as perturbações civis monopolizavam todas as atenções e todos os esforços, e, por esse motivo, não podia ela se exercer senão em meio à desordem, alguns atos de importância capital devem ser apontados a crédito do presidente.

A revisão da Constituição foi o primeiro. Poderia ela ter sido mais ampla, mais completa e fundamental, é certo, e melhorar regras que trinta e cinco anos de prática do regime haviam evidenciado serem defeituosas. Tudo, porém, não se pode fazer de uma só vez, em uma assentada só. Como se fez, reforçou o sentido da ordem, tornou o voto do orçamento mais fácil e mais regular, limitou a tendência crescente do Poder Judiciário a invadir atribuições meramente políticas.

Acima de tudo, pôs um paradeiro ao receio supersticioso de tocar no Estatuto, mesmo após a prova provada por muitos anos da necessidade da revisão. Já agora, periodicamente, as emendas aproveitáveis

poderão ser estudadas e postas em prática, ou para atender a exigências novas do país, ou para revogar dispositivos vigentes que se tenham revelado inconvenientes.

O segundo ato referiu-se à taxação. Em 1891, a União havia sido sacrificada aos estados, e estes, com a exceção isolada do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, dificultavam quanto podiam o desenvolvimento normal lógico e necessário do imposto sobre a renda. A situação definitiva desse problema do ponto de vista federal deve-se ao presidente Bernardes. A extensão da rede ferroviária cresceu a 31.332.759 metros; os telégrafos foram a 51.487.554 metros, com um desenvolvimento de condutores de 96.186.712 metros.

230. Eleição presidencial de Washington Luís – Era esperado com ansiedade o fim desse período presidencial, na esperança de cessar a aflitiva atmosfera do momento. Talvez por isso, o primeiro magistrado da nação, substituto de Bernardes, Washington Luís Pereira de Sousa, atualmente em exercício foi eleito sem oposição. O país inteiro estava cansado da luta vigente no quadriênio a se encerrar. A 15 de novembro de 1926, se deu a passagem do governo ao presidente eleito.

Estava restabelecida a ordem. Em todas as casas reinavam a paz e a tranqüilidade. Era muito difícil e pesada a tarefa de liquidar o tremendo passivo do período da guerra civil que ele havia herdado. Até hoje, largas quantias estão por serem pagas. Lentamente e sem pausa, o caos está sendo dominado e posto em ordem.

Duas das medidas características para restabelecer a confiança cordial do público no governo foram as escolhas escrupulosas do pessoal, idôneo para preencher vagas no Supremo Tribunal Federal, e a perfeita legalidade da grande maioria dos atos emanados do Poder Executivo. O principal esforço do presidente tem sido estabilizar o câmbio. Indiscutível o escopo, que é o inspirador da humanidade desde que circula a moeda, a política posta em prática para o realizar tem sido alvo de numerosas críticas e divergências.

A extensão ferroviária ascendeu a 31.815.950 metros; os telégrafos estendem-se por 55.409.076 metros, representando um desenvolvimento de condutores de 105.961.003 metros.

Voltou o Brasil à sua velha tradição política de solidariedade internacional, especialmente mantida com nosso hemisfério Ocidental: a Conferência Pan-Americana de Cuba, e a recepção do Presidente Hoover no Rio, bem como a visita do presidente do Paraguai, Guggiari, a nossa Capital, foram eloqüentes provas dessa restauração do rumo tradicional de nossas relações com as nossas co-irmãs as repúblicas das três Américas.

231. *Conclusões* – Dessa resumida exposição dos acontecimentos, compendiando quatro séculos da vida do Brasil, algumas lições podem ser deduzidas sobre as tendências permanentes de nossa formação histórica.

A primeira é o senso crescente de unidade nacional, embora nascido de uma semente de desintegração. Foi a conseqüência da política do Império, em oposição ao conceito dominante na antiga metrópole portuguesa, quanto ao modo de se constituir um império colonial, conceito pelo qual se deviam manter apertados os laços entre as capitanias e a cabeça da monarquia lusitana e tornar difíceis e cheios de tropeços os liames entre as capitanias.

Durante os primeiros vinte anos após a Independência, a unidade foi perturbada pelos restos da antiga mentalidade metropolitana. Terminaram, daí por diante. Desde 1845, tal sentimento vai em linha ascendente e torna cada vez mais fortes os argumentos sobre conveniência e unidade essencial de todas as regiões do país.

A necessidade de dar a cada zona do Brasil a administração local que precisa, para melhor garantir seu próprio ambiente de progresso, levou à federação. Como os laços federais e a dependência ainda são muito enérgicos, acontece freqüentes vezes que as medidas do Governo Central chegam a seu ponto de aplicação com grande atraso. Isto levanta uma grita contra a dependência e certos espíritos exaltados apelam para a secessão como receita única adequada para o livre desenvolvimento de cada região.

Em realidade, não existe entre União e estados sentimento separatista. Toda a nossa História o prova, principalmente no Rio Grande do Sul, onde tal corrente se quer descrever como fortíssima: a insurreição de 1835-45 exigia, muito mais do que a independência, a autonomia local; foi precisamente um grito de ameaça contra a União, vindo do Rio da Prata, que pôs termo à revolta, e fez todos esses ótimos brasileiros cerrar fileiras em torno da bandeira da pátria.

Outra conclusão a que chegamos, é a mudança profunda ocorrida na atmosfera moral do conjunto internacional da América do Sul. A princípio, tínhamos herdado prevenções e ódios reinantes entre Lisboa e Madri, transmitidos assim a seus descendentes de nosso continente. Ainda, embora em grau atenuado, existe nas classes popular, como estado de espírito sentimental, não raciocinado, resto evanescente de mentalidade hereditária em via de extinção.

Desde a era dos cinquenta, começou a ver diminuída sua influência nos círculos políticos. Embora nas rodas mais altas da sociedade, certas individualidades retardatárias ainda vibrem ao influxo da rivalidade dos dois troncos atávicos, pode-se afirmar que já não move nossas diplomacias. Uma das grandes vitórias morais de nosso século XX foi promover abertamente e sinceramente uma intimidade maior entre americanos de descendência espanhola e portuguesa. Não há exagero em dizer que estamos rapidamente caminhando para um ambiente de solidariedade irrestrita e cordial, no conjunto da América do Sul.

Quanto aos Estados Unidos, diferenças existem. É talvez o Brasil a nação mais próxima da América do Norte do ponto de vista político, pois nossa intimidade e comunhão de idéias data dos dias primeiros de nossa Independência. A doutrina de Monroe muito cooperou para criar tal ambiente e entendimento, pois que, desde o primeiro momento, nos consideramos co-responsáveis nela, como regra comum de ambos os povos, e não como mera norma norte-americana interna.

Podem ter surgido alguns desentendimentos em outras repúblicas, pelo erro positivo de que, em geral, os organismos latino-americanos não têm sido devidamente estudados nos Estados Unidos. Imenso progresso tem sido experimentado, contudo, nestes últimos anos, pois o governo de Washington já compreendeu que, nos dias que correm, as idéias de 1823 estão decididamente caducas e são ineficientes em sua forma primeira.

Dessa evolução comum, resultará uma crescente comunhão de ideais, pelo continente em fora. Tal solidariedade internacional não se conquistará de chofre, mas terá de ser uma construção cada vez mais contínua e mais poderosa.

Cada qual de nossas unidades sul-americanas seguindo o exemplo de nossa irmã do Norte, procura tirar o máximo partido de suas riquezas naturais, cada uma segundo as características que a definem. Aqui se acham os maiores contrastes a serem encontrados, pois os fatores morais diferem vastamente de um para outro país.

O Brasil tem se dedicado a essa matéria com o maior esforço, com o sentimento profundo de nunca perder sua individualidade, tanto espiritual como social, de um grande povo católico. Estamos intimamente e inabalavelmente decididos a nunca deixarmos de ser o que somos.

Nosso é, porém, um dever muito grave: atingir e manter nossa maioria política na ciência de governar, a ciência do homem de estado. Tem variado mais do que devera, e a medida desse fato reside na capacidade maior ou menor, dos nossos condutores do povo em compreender e agir no nível nacional, de um ponto de vista coletivo nacional e internacional, a um tempo, e sem alvos pessoais. Aqui, como em todas as nações, vastas oscilações se revelam na curva representativa de nossa eficiência peculiar.

Nossos ideais foram explanados em uma sessão memorável do Congresso Científico Latino-Americano do Rio de Janeiro, em 1905, enunciados pela nobre e grande voz do barão do Rio Branco.

“Mesmo quando o Brasil, vivendo sob outro regime que o atual, era, na frase do ilustre General Mitre, uma verdadeira ‘democracia coroadada’, e a diferença de forma de governo podia fazer crer em diferenças de ideal político, mesmo então não foram menos amistosos os nossos sentimentos para com as repúblicas limítrofes, e nunca nos deixamos dominar de espírito agressivo, de expansão e de conquista, que muito injustamente se nos tem querido atribuir. Hoje, como naquele tempo, a nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, e dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores; e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente, que talvez outros possam vir a julgar menos bem ocupado.”

Em 1906, ao encerrar as sessões da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, mais uma vez delineou as normas dessa política de longo alcance:

“A opinião popular transvia-se muitas vezes. Não raro, um vento de insânia, despertando instintos bárbaros, açoita e abala os povos, mesmo os mais cultos e cordatos. O dever do estadista e de todos os homens de verdadeiro senso político é combater as propagandas de ódios e rivalidades internacionais.

“Nem população densa, nem dureza de vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam este nosso continente da América.

“Às repúblicas limítrofes, a todas as nações americanas, só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos, para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande e gloriosa irmã do Norte, promotora dessas úteis conferências. Aos países da Europa, a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços morais e tantos interesses econômicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias, que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso.

“Levareis, srs. delegados, aos vossos governos e à vossa pátria estas declarações que são a expressão sincera do sentimento do governo e do povo brasileiro.

“Possam elas servir para apagar desconfianças mal nascidas e ressentimentos infundados, se ainda os há, e tragam-nos em troca o bafejo sempre crescente da amizade de todos os povos americanos, amizade que cultivamos com carinho e nunca cessaremos de cultivar.”

Ideal nobilíssimo e alevantado, que requer homens para ser realizado!...

Exigência idêntica em todos os países, e deve ser extensiva ao mundo inteiro. Não apenas à América do Norte, para a qual, em sua interessantíssima obra *Four Years in Germany*, o embaixador James Gerard escreveu: “Há, nos Estados Unidos, número demasiado de pensadores, de escritores e de oradores; doravante, precisamos dos fazedores, dos organizadores e dos realistas, únicos que poderão vencer a contenda para nós, para a democracia e para a paz permanente.”

Tais são, precisamente, o ideal e a tarefa do Brasil. Enfrentamos resolutamente as dificuldades do caminho a percorrer, e procuramos solvê-las com toda a nossa fé e nosso iluminado entusiasmo.

Um sentimento profundo nos guia e nos alenta: a convicção absoluta de que, assim como o século XIX pode ser qualificado o Século do Japão e dos Estados Unidos, o seguinte, este em que estamos vivendo e exercendo o nosso melhor esforço, merecerá receber o nome de *Século da América do Sul*.

.....

Bibliografia

OBRA de síntese como esta mal admite bibliografia, tão vasta devera ela se revelar. Além do que, não há relação forçada entre as fontes que se estudaram e as conclusões tiradas, assim como, em uma construção qualquer, o edifício não depende essencialmente de seus elementos formadores, senão no modo por que foram utilizados. A silhueta, sim, é que caracteriza o arquiteto, e a visão dos fatos ao autor.

A Formação Histórica do Brasil traduz nossa compreensão pessoal dos fenômenos sociais de nossa terra, desde seu descobrimento até 1929, não como caso isolado no continente sul-americano, mas em sua interdependência do mundo inteiro. Os cronistas ou analistas perquiridos respondem apenas pela exatidão do substrato material das generalizações.

Principais elementos desse trabalho, foram as bibliotecas públicas do Rio de Janeiro, a Nacional, a do Ministério das Relações Exteriores, a do Arquivo Nacional, a do Instituto Histórico e Geográfico, bem como as coleções de documentos arquivados tanto nessas instituições, como em suas congêneres nos estados. Citemos especialmente São Paulo, Minas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul. As revistas dessas beneméritas associações forneceram-nos insubstituíveis e preciosos subsídios; lembrar a todos, seria reproduzir o catálogo de seus anais. O mesmo devemos dizer das publicações análogas de Buenos Aires e Montevideú.

Entre as obras avulsas, podemos nomear algumas cuja lista, incompletíssima, damos a seguir:

- *História da Colonização Portuguesa na América.*
- *Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil.*
- OLIVEIRA VIANA – *O Ocaso do Império.*
 - *Evolução do povo brasileiro.*
- TOBIAS MONTEIRO – *O Presidente Campos Sales.*
 - *História do Império.*
- BATISTA PEREIRA – *O Brasil e a raça.*
 - *Civilização contra barbárie.*
- PAULO PRADO – *Retrato do Brasil.*
- FERNANDO ANTÔNIO RAJA GABAGLIA – *As fronteiras do Brasil.*
- FERNANDO NOBRE – *As fronteiras do Sul.*
- SOUSA DOCCA – *Causas da guerra contra Rosas.*
 - *A convenção preliminar de paz de 1828.*
- LUIS DE CÂMARA CASCUDO – *López do Paraguai.*
- HÉLIO LOBO – *A democracia uruguaia.*
 - *Antes da guerra.*
- MANUEL BONFIM – *O Brasil na América.*
- ALBERTO RANGEL – *D. Pedro I e a Marquesa de Santos.*
- CEL. MÁRIO BARRETO – *A campanha Lopezguaya.*
- F. A. DE VARNHAGEN – *História do Brasil.*
- J. CAPRISTANO DE ABREU – *Capítulos de história colonial.*
 - *O descobrimento do Brasil.*
- JOAQUIM NABUCO – *Um estadista do Império.*
- CAROLINA NABUCO – *A vida de Joaquim Nabuco.*
- MANUEL MÚRIAS – *Nação portuguesa.*
- EUGÊNIO DE CASTRO – *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa.*
- MAX FLEIUSS – *História administrativa do Brasil.*
- JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS – *Política Americana.*
 - *Rio Branco e a Política Exterior.*
 - *O Brasil e a Sociedade das Nações.*
 - *A Política Exterior do Império.*
 - *Le Politique Monétaire du Brésil.*
 - *Problemas de Governo.*
- ONETO Y VIANA – *La diplomacia del Brasil.*

SETEMBRINO E. PEREDA – *El Belén uruguayo histórico.*
– *Paysandú patriótico.*

LUCAS AYARRAGARAY – *La anarquía argentina y el caudillismo.*

V. G. QUESADA – *Historia Diplomática Latino-Americana.*

GAL. JOSÉ MARÍA PAZ – *Campañas contra Rosas.*

ADOLFO SALDÍAS – *La evolución republicana.*

– *Historia de la Confederación Argentina.*

– *Historia de la Constitución Argentina.*

HERRERA – *El Uruguay internacional.*

MANUEL MORENO – *Vida y Memorias de Mariano Moreno.*

JOSÉ MARÍA RAMOS MEJÍA – *Rosas y el Doctor Francia.*

LORENZO CARNELLI – *Oribe y su época.*

JOSÉ DE ESPAÑA – *Psicología de Rosas.*

ERNESTO QUESADA – *La época de Rosas.*

A. D. GONZALEZ – *Analysis de “La época de Rosas”.*

CARLOS IBARGUREN – *Manuelita Rosas.*

A. ZUM FELDE – *Proceso histórico del Uruguay.*

AQUILLES B. ORIBE – *Fuentes para escribir la Historia de la Republica Oriental del Uruguay.*

JUNTA PATRIÓTICA PARAGUAYA – *El mariscal Francisco Solano López.*

PAULO GROUSSAC – *Belgrano.*

– *Estudios históricos argentinos.*

MARQUES DE LEMA – *Antecedentes Políticos y Diplomáticos de los sucesos de 1808.*

A. LAMAS – *Escritos Políticos y Literarios.*

MELIAN LAFINUR – *Semblanzas del Pasado.*

EDUARDO ACEVEDO – *Historia del Uruguay.*

J. M. RUBIO – *La Infanta Carlota Joaquina y la Política de España en América.*

JOSÉ P. OTERO – *La révolution argentine.*

DOMINGO SARMIENTO – *Facundo Quiroga.*

ALBERTO DE FARIA – *Mauá.*

.....
Índice Onomástico

A

ABERDEEN (lorde) – 161, 164, 165,
194, 198, 199, 207, 209
ABRANTES (visconde, marquês de)
– 186, 193, 194, 196, 199, 213
ABREU, Antônio Paulino Limpo de
– 178
ABREU, Francisco Pedro de (coronel)
– Ver JACUÍ (barão de)
ABREU, João Capistrano de (escritor,
historiador) – 43, 59, 222, 281, 313
AÇUMAR (conde de, capitão) – 65
AGOSTINHO (santo) – 59
AGUIRRE, Atanasio (estadista uruguaio)
– 235, 236, 237, 245, 247, 248
ALBUQUERQUE – 59
ALENCAR (senador) – 153
ALENCAR, Alexandrino de (ministro da
Marinha e das Relações Exteriores)
– 332, 353
ALENCAR, José (escritor) – 222
ALMEIDA, Manuel Antônio de (cronis-
ta) – 222
ÁLVARES DE AZEVEDO (poeta)
– 221
AMHERST (lorde, vice-rei da Índia)
– 104
ANDRADA, Martin Francisco Ribeiro
de (irmão de José Bonifácio da An-
drada e Silva, secretário da Fazenda)
– 98
ANDRADAS (os) – 101, 102, 103, 110,
131, 135, 153, 155, 177
ANDREONI, João Antônio – 42

ANTONELLI (cardeal) – 280
ANTONIL, André João – 42, 43, 53
ARAGUAIA (visconde do) – 221
ARANTES, Altino (estadista) – 370,
371
ARARIPE JÚNIOR – 313
ARAÚJO, Joaquim Nabuco de (estadista,
jurisconsulto) – 261, 268, 269, 271,
290, 291, 295, 313, 349
ARCOS (conde dos, vice-rei) – 76
ARINOS, Afonso – 374
ARMITAGE, John (historiador) – 102
ARTIGAS [José Gervasio] (libertador do
Uruguai) – 87, 114, 116, 140, 233
ATAÍDE, Tristão de – 374
AZEVEDO, Aluísio (escritor) – 313

B

BADARÓ, Líbero (exilado italiano, jor-
nalista) – 132
BAEZ, Cecilio (antigo presidente do Pa-
raguai) – 250
BARBACENA (marquês de) – 62, 109,
119, 130, 131, 135, 141, 162, 169,
170, 171
BARBOLINI (ministro italiano) – 237,
247
BARBOSA, Januário da Cunha (cônego,
chefe maçom) – 96
BARBOSA, Rui (estadista, jurisconsulto)
– 289, 317, 322, 354, 370, 375,
BARRETO, João Propício de Mena (ge-
neral) – 246

- BARRETO, Sebastião (marechal) – 140
 BARRETO, Tobias – 313
 BARROS, Prudente José de Morais (estadista) – 269, 323, 324, 325, 336, 337, 338, 339, 340, 344, 345, 360, 375
 BARROSO (almirante) – 250
 BARROSO, Sabino (presidente da Câmara dos Deputados) – 363, 364, 370
 BENIGNO – 243
 BERNARDES, Artur da Silva (estadista) – 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 386
 BERRO, Bernardo (presidente do Uruguai) – 230, 231, 232, 233, 235, 239
 BEZERRA, José (estadista) – 377
 BILAC, Olavo (poeta) – 313
 BITTENCOURT, Carlos Machado (marechal, ministro da Guerra) – 344
 BOCAIUVA, Quintino – 269
 BOLÍVAR (estadista) – 118, 240
 BONAPARTE, José (irmão de Napoleão Bonaparte) – 83
 BONAPARTE, Napoleão – 70, 71, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 264
 BOURBONS (os) – 84, 88, 219
 BRAGANÇA (duquesa de) – 72
 BRAGANÇAS (os) – 91, 95, 372
 BRITO, Elisiário (presidente da província do Rio Grande do Sul) – 146
 BRITO, Febrônio de (major) – 343
 BULHÕES, Leopoldo de – 346, 353
 BYRON – 223
- C**
- CABOTO, João – 12
 CABRAL, Pedro Álvares – 11, 14
 CALABAR, Domingos Fernandes (desertor) – 25
 CÂMARA, Eusébio Queirós Coutinho Matoso da (ministro da Justiça) – 171, 174, 208, 209, 213, 261
 CAMINHA, Antônio Teles da Silva – 104
 CAMPISTA, Davi (ministro da Fazenda) – 352, 361
 CAMPOS, Bernardinho de (estadista) – 345, 351, 361
 CAMPOS, Humberto de (escritor) – 374
 CAMPOS, Martinho – 292
 CANNING, George – 103, 104, 106, 109, 115, 117, 118, 122, 314
 CARAVELAS (marquês de) – 134, 135
 CARDOSO DE AGUIAR (general) – 373
 CARDOSO, Vicente Licínio Cardoso – 375
 CARLOS II (dom, rei de Espanha) – 65
 CARLOS IV (rei de Espanha) – 83
 CARLOS V (rei de Espanha) – 16
 CARLOTA JOAQUINA (dona, rainha de Portugal) – 74, 75, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 93, 105, 120
 CARLYLE – 240
 CARVALHO, Álvaro de – 370
 CARVALHO, Carlos Augusto de (ministro das Relações Exteriores) – 340
 CARVALHO, Carlos Delgado de (professor) – 9
 CARVALHO, Ronald de – 221
 CASTELREAGH – 115
 CASTRO ALVES (poeta) – 222
 CASTRO E SILVA (deputado) – 125
 CASTRO, João de – 65

CATARINA (dona) – Ver BRAGANÇA (duquesa de)
CAVALCANTIS (os) – 177
CAXIAS (duque de) – 101, 134, 135, 146, 148, 179, 181, 185, 187, 188, 189, 191, 195, 200, 232, 251, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 269, 301
CESÁRIO ALVIM – 322
CHATEAUBRIAND – 223
CHAVES (marquês de) – 120
CHRISTIE (diplomata inglês) – 257
CLAY, Henry – 107
CLEVELAND, Grover (presidente dos Estados Unidos) – 17, 340, 348
COCHRANE (lorde, comandante das forças navais da Marinha brasileira) – 101
COELHO NETO (escritor) – 374
COELHO, Duarte – 19
COLOMBO, Cristóvão (navegador) – 12, 14
COLONNA WALEWSKI (conde de) – 196, 197
CONSELHEIRO, Antônio (líder religioso) – 342, 343
CONSTANTINO (imperador romano) – 270
CORREIA DA CÂMARA (cônsul) – Ver PELOTAS (visconde de)
CORREIA, Raimundo (poeta) – 313
CORTE-REAL, João Vaz (piloto) – 14
COSTA CARVALHO (parlamentar da Regência Permanente) – Ver MONTE ALEGRE (marquês de)
COSTA, Álvaro da (dom) – 114, 115
COSTA, Antônio de Macedo (dom, bispo) – 274, 275, 277, 278, 280, 281
COSTA, Duarte da (governador) – 20

COTEGIPE (barão de, estadista) – 258, 289, 295, 296, 302, 303, 304
COTTER (coronel) – 125, 126
COUTINHO, Aureliano de Sousa e Oliveira (ministro) – 177, 180
COUTINHO, Rodrigo de Sousa – Ver LINHARES (conde de)
CRISTÓVÃO JACQUES (almirante de esquadra de combate) – 16
CRULS, Gastão (escritor) – 374
CRUZ, Osvaldo (médico, ministro da saúde) – 346
CUNHA MATOS (tenente-coronel) – 302
CUNHA, Euclides da (escritor) – 374
CUNHA, Luís da (diplomata) – 52
CURADO (general) – 85

D

D'EU (conde) – 251, 262, 305, 372,
DANTAS, Manuel Pinto de Sousa (estadista) – 258, 292, 293, 295
DEFFAUDIS (diplomata europeu) – 196
DORREGO (general) – 121

E

ELIZALDE, Rufino (dom, ministro do exterior argentino) – 235, 237, 245
ERIKSEN, Leif – 12
EUSÉBIO – Ver QUEIRÓS, Eusébio de

F

FARIAS BRITO – 374

FEIJÓ, Diogo Antônio (estadista) – 125, 135, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 151, 153, 158, 181

FENIMORE COOPER – 223

FERNANDES BRAGA (presidente de-
posto da província do Rio Grande do
Sul) – 141, 142

FERNANDO VII (dom, príncipe das
Astúrias, rei de Espanha) – 75, 83,
84, 86, 87, 88

FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva (minis-
tro da guerra) – Ver URUGUAIANA
(barão de)

FERREIRA BALAIÓ (líder da insurrei-
ção maranhense) – 145

FERREIRA VIANA – 271

FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis
(estadista) – Ver OURO PRETO
(visconde de)

FIGUEIREDO, Jackson de – 374

FILIPE II (rei da Espanha) – 22, 39, 50,
71, 270

FILIPES (os) – 45

FLORES, Venancio (coronel) – 225, 226,
229, 230, 232, 233, 234, 236, 237,
245, 246, 247, 248, 263

FONSECA, Hermes Rodrigues da (ma-
rechal, ministro da Guerra) – 352,
354, 355, 357, 359, 360, 361, 362,
364, 367, 370, 375, 376, 377, 379,
380, 382

FONSECA, Manuel Deodoro da (ma-
rechal, presidente do Brasil) – 301,
302, 303, 307, 308, 319, 322, 324,
325, 326, 327, 328, 336, 338, 355

FRANÇA, Antônio Ferreira (deputado)
– 125

FRANÇA, Leonel – 374

FRANCIA, José Gaspar de (ditador
paraguaio) – 118, 233, 240, 241,
243

FRANCISCO I (imperador da Áustria)
– 16, 93, 104, 108, 130

FRÓIS, Estêvão (piloto) – 14

G

GAMA, Luís Filipe de Saldanha da (almi-
rante) – 330, 333

GAMA, Vasco da – 14, 65

GAMELIN (general francês) – 372

GARCÍA, Manuel José (dom, ministro
das Relações Exteriores) – 117, 120,
121, 238

GARZÓN, Eugenio (general) – 203,
224

GERARD, James (embaixador america-
no) – 390

GIRARDIN, Marc (publicista) – 198

GIRÓ, Juan Francisco (dom) – 225, 226

GLÓRIA, Maria da (filha de D. Pedro I)
– 111, 120, 130

GOETHE (escritor) – 223

GOLDWIN – 10

GOMES, Venceslau Brás Pereira (esta-
dista) – 355, 364, 365, 366, 367,
375

GÓMEZ, Juan Carlos – 228, 229

GÓMEZ, Juan Valentin (dom) – 116

GONÇALVES DE MAGALHÃES – Ver
ARAGUAIA (visconde do)

GONÇALVES DIAS (poeta) – 221

GORDON, Robert – 112

GORE, Robert (ministro britânico)
– 197, 204

GOULD – 243

GRAÇA ARANHA (escritor) – 374

GRESHAM – 159

GRIECO, Agripino – 374

GROS (barão de) – 197

GUGGIARI (presidente do Paraguai) – 387
GUIDO, Tomás (dom, general, diplomata) – 185, 199, 200
GUIMARÃES, Bernardo – 222
GUIMARÃES, Pascoal da Silva – 60
GUIZOT (estadista francês) – 195
GUSMÃO, Alexandre de (diplomata) – 52, 67
GUSMÃO, Bartolomeu de (padre, inventor) – 52
GUSMÃO, Teotônio de (ouvidor) – 52

H

HENRIQUE (dom, infante, rei) – 13, 22, 72
HENRIQUES DE RESENDE (deputado) – 169, 170
HERRERA, J. J. – 239, 244, 245
HERVAL (marquês de) – 249, 264, 301
HOLANDA CAVALCANTI – 153
HOOD – 196
HOOVER (presidente dos Estados Unidos) – 387
HOWDEN (lorde) – 196, 197
HUDSON, James (plenipotenciário inglês) – 209

I

INHAÚMA (visconde de, almirante) – 263
ISABEL (dona, princesa) – 262, 296, 328, 372
ISIDORO (contrabandista) – 56
ITANHAÉM (marquês de) – 153

J

JACUÍ (barão de) – 200, 232
JARDIM, José Gomes de Vasconcelos (presidente provisório da província do Rio Grande do Sul) – 143
JEFFERSON, Thomas – 61
JOÃO II (dom, rei) – 13, 14
JOÃO III (dom, rei) – 16, 71
JOÃO IV (dom, rei) – 22, 28, 64, 72
JOÃO V (dom, rei) – 52
JOÃO VI (dom, rei) – 67, 69, 70, 72, 73, 74, 77, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 94, 105, 107, 109, 110, 111, 114, 117, 226, 234, 238, 239
JOSÉ I (dom, rei) – 52, 270
JUNOT – 69, 71, 77, 80

L

LABATUT, Pedro (general, chefe do comando das forças brasileiras) – 99, 101
LACERDA, Pedro Maria de (dom, bispo) – 274, 281
LADÁRIO (barão de, ministro da Marinha) – 308
LAGUNA (barão de) – 88, 114, 114, 117
LAMAS, Andrés (ministro do Uruguai no Rio de Janeiro) – 202, 226, 238
LANNES (diplomata francês) – 71
LAS CASAS – 32
LAVALLE (general) – 150, 182
LAVALLEJA, Juan Antônio (dom) – 115, 116, 149, 150, 151, 225
LEAL (diplomata) – 242
LEÃO (marquês de, ministro da Marinha) – 360

LEÃO, Honório Hermeto Carneiro (estadista) – Ver PARANÁ (marquês do)
LECOR (general) – Ver LAGUNA (barão de)
LEDO, Joaquim Gonçalves (chefe maçom) – 96, 100, 102
LEME, Fernão Dias Pais – 51
LEMOS, Miguel – 335
LEOPOLDINA (dona, arquiduquesa austríaca, esposa de D. Pedro I) – 93, 95, 96, 100
LEPRÉDOUR (almirante) – 197, 203
LEUCHTEMBERG, Amélia de (dona, segunda imperatriz do Brasil) – 130
LIMA, Pedro de Araújo (ministro do Império) – 145, 156
LINCH, Elisa Alice – 243
LINHARES (conde de) – 80
LINIERS, Santiago (dom, vice-rei de Espanha) – 84
LISBOA, Arrojado (professor) – 9
LOBO, Aristides – 269
LOIOLA, Ingo de – 20
LÓPEZ I – Ver LÓPEZ, Carlos Antonio
LÓPEZ II – Ver LÓPEZ, Francisco Solano
LÓPEZ, Carlos Antonio (dom, estadista paraguaio) – 241, 242, 243, 243
LÓPEZ, Francisco Solano (dom, presidente do Paraguai) – 214, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 252, 253, 257
LOULÉ (marquês de) – 105
LUCENA (barão de, estadista) – 322, 323, 326
LUÍS PAULINO (marechal) – 105

M

MACEDO, Joaquim Manuel de (cronista) – 222

MACHADO DE ASSIS (escritor) – 312
MACHADO, Manuel (governador de Santa Catarina) – 332
MADARIAGA (os) – 201
MADARIAGA, Joaquín (dom, governador da província argentina de Corrientes) – 188, 201
MADEIRA (general, comandante da divisão lusitana) – 101
MADUREIRA (major) – 302, 303
MADUREIRA, José Manuel de – 374
MAGALHÃES, Benjamim Constant Botelho de (tenente-coronel) – 307, 308, 317, 320, 336
MAGALHÃES, Fernão de – 12
MAIA, José Antônio da Silva (deputado) – 131
MAIA, José Joaquim da (estudante) – 61
MALCHER (coronel, líder da insurreição paraense) – 139
MALHEIROS, Basílio de Brito (coronel) – 62
MANUEL (dom) – 13, 14, 16
MANUEL JORGE (general) – 146, 148
MARACAJU (visconde de) – 327
MARANGUAPE (visconde de) – 213
MARCO AURÉLIO [imperador romano] – 309
MARIA I (dona, rainha) – 69
MARTIM FRANCISCO – 178
MARTINS PENA (teatrologo) – 222
MARTINS, Gaspar da Silveira (senador) – 307, 329
MARTIUS – 56
MAUÁ (barão de) – 203
MAURER (os) – 341
MAURY, F. (tenente) – 213
MEDEIROS E ALBUQUERQUE – 374
MELO LEITÃO (professor) – 9

MELO, Custódio José de (almirante)
– 330, 331, 332
MELO, Sebastião José de Carvalho e
– Ver POMBAL (marquês de)
MENDES DE MORAIS (marechal)
– 344
METTERNICH – 104, 107, 108, 109
MIGUEL (dom) – 93, 105, 107, 108,
111, 120, 121, 130
MITRE, Bartolomé (dom, presidente da
Argentina) – 231, 233, 234, 235,
237, 238, 245, 248, 251, 252, 253,
263, 264, 311, 389
MONROE, James (presidente dos EUA)
– 107, 314, 366, 388,
MONTE ALEGRE (marquês de)
– 135
MORAIS ANTAS – 213
MOREIRA CÉSAR (coronel) – 343
MOREIRA, João Batista (cônsul portu-
guês) – 175
MÜLLER, Lauro – 346
MUNIZ, João Bráulio (parlamentar da
Regência Permanente) – 135
MURAT [Joachin] (marechal de França)
– 83
MURTINHO, Joaquim (ministro da fa-
zenda) – 345

N

NAPOLEÃO III – 311
NERO [imperador romano] – 244
NETO (general) – 232, 233
NÓBREGA, Manuel da (pai) – 20,
21
NOGUEIRA, Hamilton – 374
NORONHA (almirante, governador de
Angola) – 175

NORONHA, Júlio de (almirante, minis-
tro da marinha) – 346
NOVA FRIBURGO (conde de) – 294

O

OEIRAS (conde de) – Ver POMBAL
(marquês de)
OLINDA (marquês de) – 260
OLIVEIRA LIMA – 313
OLIVEIRA VIANA – 375
OLIVEIRA, João Alfredo Correia de (es-
tadista) – 258, 296, 305
OLIVEIRA, Vital Maria Gonçalves de
(dom, pai capuchinho) – 274,
275, 277, 280
ORIBE, Manuel (dom) – 140, 150, 151,
152, 182, 183, 185, 186, 187, 188,
189, 191, 192, 193, 196, 197, 199,
200, 203, 204, 225, 227, 228, 234,
254
OSÓRIO (general) – Ver HERVAL (mar-
quês do)
OTAVIANO, Francisco – 213
OURO PRETO (visconde de) – 258,
306, 308, 327
OUSELEY (diplomata europeu) – 196

P

PALMELA (marquês de) – 118
PALMERSTON (lorde) – 161, 164, 165,
169, 170, 195, 198, 209
PAMPLONA, Inácio (coronel) – 62
PARANÁ (marquês do) – 9, 136, 138,
139, 144, 154, 221, 259, 286
PARANAGUÁ (marquês de) – 154,
292

- PARANHOS, José Maria da Silva (diplomata, estadista) – Ver RIO BRANCO (visconde de)
 PATROCÍNIO, José do – 295
 PEÇANHA, Nilo (estadista) – 227, 353, 370, 378, 379, 380, 382
 PEDRO (dom, príncipe do Grão-Pará) – 372
 PEDRO I (dom, imperador do Brasil) – 79, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98-99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 111, 112, 117, 120, 122, 124, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 156, 158, 171, 234, 238, 239, 298, 310, 319, 334
 PEDRO II (dom, imperador infante do Brasil) – 133, 134, 135, 148, 153, 155, 156, 171, 177, 179, 191, 246, 257, 258, 259, 260, 268, 269-270, 281, 282, 286, 287, 288, 293, 297, 298, 304, 305, 308, 310, 315, 334, 335, 372, 375
 PEDRO II (dom, rei de Portugal) – 26, 51
 PEDRO III (dom, rei) – 69
 PEGO JÚNIOR (general) – 333
 PEIXOTO, Afrânio (escritor) – 374
 PEIXOTO, Afrânio (professor) – 9
 PEIXOTO, Floriano (marechal) – 326, 327, 328, 329, 330, 331, 336, 338, 339, 355
 PELOTAS (visconde de) – 103, 114, 242, 301, 303
 PENA, Afonso (estadista) – 351, 352, 353, 361, 378
 PENEDO (barão do, diplomata) – 279, 280
 PEREIRA, Duarte Pacheco – 14
 PEREIRA, Gabriel Antônio – 226, 229, 230
 PEREIRA, José Clemente (senador, chefe maçom) – 96, 154
 PEREIRA, Lafaiete Rodrigues (estadista) – 258, 292
 PEREIRA, Manuel Vitorino (vice-presidente) – 340
 PEREIRA, Nuno Marques (escritor) – 59
 PERILO GOMES – 374
 PERREIRA PASSOS (prefeito do Rio de Janeiro) – 346
 PESSOA, Epitácio (ministro do Supremo Tribunal Federal, estadista) – 369, 370, 371, 372, 373, 376, 377, 378, 381-382
 PIMENTA BUENO – Ver SÃO VICENTE (marquês de)
 PINHEIRO MACHADO (estadista) – 360, 362, 363, 364
 PINTO COELHO (deputado) – 153
 PIO IX (papa) – 280
 POMBAL (marquês de, conselheiro real) – 52, 73, 270
 POMPÉIA, Raul – 312
 PONTES, Felisberto Caldeira Brant (marechal) – 92, 103, 104, 106, 109, 119, 120
 POPHAM, Hugh (sir, chefe de esquadra) – 103, 118
 PORTO ALEGRE (conde de) – 264
 PORTO SEGURO (visconde de) – 223, 314
 PURVIS (comodoro, comandante da esquadra inglesa) – 192

Q

- QUATREFAGES – 243
 QUEIRÓS, Eusébio de – 213

R

- RANGEL, Alberto – 374

- REBELO, José Silvestre (chefe da associação filotécnica, ministro brasileiro nos Estados Unidos) – 96, 107
- REBOUÇAS, Antônio Pereira (deputado) – 125
- REIS, Joaquim Silvério dos (coronel) – 62
- RIBEIRO, Bento Manuel (coronel) – 140, 142, 144, 145, 148, 149, 151, 189
- RIBEIRO, Delfim Moreira da Costa (estadista) – 368, 373
- RIBEIRO, Duarte da Ponte (ministro brasileiro em Buenos Aires) – 199
- RIBEIRO, José de Araújo (presidente da província do Rio Grande do Sul) – 142, 143, 151, 153
- RIBEIRO, Júlio – 312
- RIO BRANCO (barão, visconde de) – 213, 227, 245, 247, 258, 259, 260, 261, 266, 274, 278, 286, 296, 348, 349, 350, 353, 360, 389
- RIO MAIOR (conde de) – 105
- RIVADAVIA, Bernardinho (dom, chefe de governo) – 120-121
- RIVERA, Frutuoso (dom) – 116, 122, 140, 149, 150, 151, 152, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 191, 195, 201, 225, 227, 239-240
- ROCHA, José Joaquim da (chefe maçom) – 96
- RODRIGUES ALVES (estadista) – 339, 344, 346, 348, 350, 351, 361, 364, 368, 369, 370, 375
- RODRIGUES, Antônio Cândido (estadista) – 354
- RODRÍGUEZ, Martín (general) – 115, 116
- ROMERO, Sílvio – 313
- ROOSEVELT – 41
- ROSAS, Juan Manuel Ortiz de (dom) – 116, 150, 151, 152, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 210, 211, 212, 219, 224, 228, 231, 233, 234, 242
- ROSEBERRY (lorde) – 253
- ROUSSIN (almirante) – 123
- S**
- SÁ, Francisco – 353
- SÁ, Mem de – 21
- SALDANHA MARINHO – 269
- SALES, Manuel Ferraz de Campos (estadista) – 269, 322, 344, 345, 361, 364, 375
- SAN MARTÍN (general) – 197
- SANGUIGNI, Domenico (dom) – 274, 275
- SANTOS (marquesa de) – 123
- SANTOS, Filipe dos – 60
- SÃO CLEMENTE (conde de) – 294
- SÃO VICENTE (marquês de) – 242, 258, 260, 261
- SARAIVA, Gumercindo (guerrilheiro) – 333
- SARAIVA, José Antônio (estadista) – 233, 235, 236, 237, 245, 268, 269, 286, 288, 289, 293, 295, 306, 308
- SARMIENTO – 233
- SCHILLER – 223
- SCOTT, Walter – 223
- SEABRA, J. J (estadista) – 377, 381
- SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e (parlamentar, ministro) – 137, 178, 181
- SILVA, Bento Gonçalves da (coronel) – 140, 141, 142, 143, 145, 148, 149, 151
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e (estadista) – 97, 98, 100, 101, 102, 103, 135, 139, 178

404 João Pandiá Calógeras

SILVA, Luís Alves de Lima e (coronel, general, marechal, estadista) – Ver CAXIAS (duque de)

SILVA, Rodrigo (ministro da agricultura) – 296

SILVEIRA, Tasso da – 374

SINIMBU, Cansação de (deputado) – 186, 191, 192, 199, 288

SMITH, Sidney (sir, chefe de esquadra) – 80

SOARES DE ANDRÉA – 148, 149, 178

SOARES, Raul (estadista) – 379, 383

SOLIS, João de – 12

SOULT – 152

SOUSA (marquês de) – Ver PORTO ALEGRE (conde de)

SOUSA FRANCO – 213

SOUSA, Antônio Manuel (sacerdote) – 341

SOUSA, Francisco de (dom, governador-geral do Brasil) – 50

SOUSA, Gabriel Soares de (rico colono da Bahia) – 50

SOUSA, Irineu Evangelista de – Ver MAUÁ (barão de)

SOUSA, Martim Afonso de (almirante) – 16, 18, 20, 71

SOUSA, Paulino José Soares de (ministro de estrangeiros) – Ver URUGUAI (visconde de)

SOUSA, Pero Lopes de (marinheiro, irmão de Martim Afonso de Sousa) – 18

SOUSA, Tomé de – 20, 21

SOUSA, Washinton Luís Pereira (estadista) – 386, 388

SPIX – 56

STRANGFORD (lorde, diplomata) – 81, 85, 86

STUART, Charles (sir, diplomata) – 109, 110, 112

STURDEE (almirante) – 118

SUÁREZ, Joaquín (presidente do senado uruguaio) – 187, 197

SUCRE – 118

SUMTER, Thomas – 74

T

TÁCITO [historiador romano] – 156

TAMANDARÉ (barão de, almirante) – 246, 247, 263

TAUNAY, Alfredo de – 222

TAVARES BASTOS – 213

TEIXEIRA MENDES – 335

TEIXEIRA, Pedro (conquistador) – 45

TEJEDOR, Carlos (dom) – 252

TEODÓSIO (dom) – 72

TERESA CRISTINA (dona, imperatriz) – 372

THIERS (político francês) – 198

THORNTON, Edward (ministro britânico) – 235, 245

TIRADENTES (pseud.) – Ver XAVIER, Joaquim José da Silva

TOOTAL – 345

TORRES, Heloísa Alberto (professora) – 9

TROUSDALE, William (ministro dos Estados Unidos no Rio) – 212

U

URQUIZA, Justo José de (dom, general) – 187, 188, 201, 202, 203, 204, 225, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 245, 248, 249

URUGUAI (visconde de) – 206, 207,
212, 258, 297
URUGUAIANA (barão de) – 262, 263,
269

V

VAHIA, Bento Antônio – 153
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de
– Ver PORTO SEGURO (visconde
de)
VASCONCELOS, Bernardo Pereira de
– 136, 137, 138, 139, 144, 145, 147,
148, 154, 155, 158
VASCONCELOS, Zacarias de Góis e (es-
tadista) – 258, 259, 260, 261, 262,
263, 265, 266, 267, 268, 269, 334
VEIGA, Evaristo Ferreira da (proprietá-
rio do jornal Aurora Fluminense, li-
vreiro) – 129, 132, 133, 134, 138,
144, 334
VELOSO – 268
VERGUEIRO, Nicolau Pereira dos Cam-
pos (senador) – 126, 129, 133, 134,
135, 171, 172, 181, 215, 334

VERÍSSIMO, José – 313
VIANA, Manuel Nunes – 59
VICTOR HUGO (poeta) – 223, 309
VIEGAS – 16
VILLALBA, Tomás (dom, estadista para-
guaio) – 247
VINAGRE, Pedro – 139
VINLAND – 12
VON ESCHWEGE – 55, 77
VON SPEE (conde) – 119

W

WALSH, R. (reverendo, escritor) – 122,
123
WAPPAEUS – 57
WASHINGTON, George – 106
WILBERFORCE – 81, 164

X

XAVIER, Joaquim José da Silva – 61, 62,
89

Formação histórica do Brasil, de João Pandiá Calógeras,
foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85g/m²,
nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editorações e Publicações),
do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em junho de 2009,
de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do
Conselho Editorial do Senado Federal.

Em 1928, foi fundada a Escola de Estudos Brasileiros por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Essa Escola tinha como objetivo oferecer, anualmente, conferências aos estudantes e professores das Universidades Americanas que vinham ao Brasil para realizarem cursos de verão, as chamadas *summer schools*. Esses cursos tinham por fito, do lado brasileiro, divulgar conhecimentos abalizados sobre o nosso país quanto à sua História e suas possibilidades.

As lições ministradas aos estudantes e professores americanos iniciaram-se em 1929, a cargo de diferentes especialistas brasileiros, entre eles João Pandiá Calógeras. As conferências de Calógeras, realizadas no quadro da Escola de Estudos Brasileiros, foram reunidas posteriormente em livro sob o título de *Formação Histórica do Brasil*, agora reeditado pelo Conselho Editorial do Senado da República.